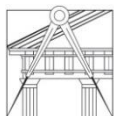




LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA

UNIVERSIDADE DE LISBOA

**São Luís e a Rota do Moderno: A Produção Arquitetônica Residencial Moderna, entre
1930-1960, no Maranhão.**

Doutoramento em Arquitetura

Especialidade: Teoria e Prática do Projeto

Autora: Lúcia Moreira do Nascimento

Orientadores: Professor Doutor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FA.Ulisboa)

Professora Doutora Grete Soares Pflueger

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do
Maranhão (UEMA)

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de doutor

2020



São Luís e a Rota do Moderno: A Produção Arquitetônica Residencial Moderna, entre 1930-1960, no Maranhão.

Doutoramento em Arquitetura

Especialidade: Teoria e Prática do Projeto

Autora: Lúcia Moreira do Nascimento

Orientadores: Professor Doutor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias (FA.Ulisboa)
Professora Doutora Grete Soares Pflueger (FAU-UEMA)

Presidente do Juri:

Doutor Miguel Calado Baptista-Bastos

Professor Auxiliar, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Vogais:

Doctor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

Professor Associado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Doutor António Miguel Neves da Silva Santos Leite,

Professor Auxiliar com Agregação, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Doutora Andreia Sofia Oliveira Garcia,

Professora Auxiliar, Universidade da Beira Interior.

Doutora Márcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes,

Professora Adjunta, Universidade da Amazônia (UNAMA).

Doutor José António Jacob Martins Cabido

Professor Auxiliar, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de doutor

2020

ÍNDICE GERAL

RESUMO	ix
PALAVRAS- CHAVE	ix
ABSTRACT	xi
KEYWORDS	xi
AGRADECIMENTOS	xiii
ÍNDICE DE FIGURAS	xv
LISTA DE ABREVIATURAS	xxxiii
INTRODUÇÃO.....	1
Tema e Objeto de Estudo	3
Problemática e Questões de Investigação	8
Objetivos	9
Justificativa	10
Hipótese	12
Revisão da Literatura	12
<i>Contexto Internacional da Produção Arquitetônica Moderna</i>	<i>13</i>
<i>Contexto Nacional da Produção Arquitetônica Moderna</i>	<i>14</i>
<i>Contexto Local da Produção Arquitetônica Moderna</i>	<i>16</i>
Metodologia	17
<i>Construção do referencial teórico</i>	<i>18</i>
<i>Levantamento de dados sobre o objeto de estudo</i>	<i>19</i>
<i>Tratamento, análise dos dados e verificação das Hipóteses.</i>	<i>32</i>
<i>Apresentação dos resultados</i>	<i>35</i>
Estrutura da tese.....	35
CAPÍTULO 01	37
1. DO CONCEITO DE MODERNO À MODERNIDADE DA LINGUAGEM ARQUITETÔNICA, DO INTERNACIONAL AO LOCAL.....	39

1.1. As variações do conceito de moderno	39
1.1.1. Moderno.....	39
1.1.2. Modernidade.....	40
1.1.3. Modernização.....	41
1.1.4. Modernismo	44
1.2. A Produção Arquitetônica Moderna no Contexto Internacional.....	46
1.3. Arquitetura Colonial Civil Ludovicense dos séculos XVIII e XIX.	51
1.4. O contexto das linguagens arquitetônicas: Eclético, Neocolonial, <i>Art Déco</i> e Arquitetura Modernista, do Internacional ao Local.....	57
1.4.1. Ecletismo	58
1.4.2. Neocolonial.....	71
1.4.3. <i>Art Déco</i>	89
1.4.4. Arquitetura Modernista	109
1.5. Síntese do Capítulo	152
CAPÍTULO 02	159
2. A POLÍTICA E A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA NO BRASIL NO PERÍODO DE 1930 A 1960.	161
2.1. Por um Brasil moderno, no período de 1930-1960	163
2.1.1. A Era Vargas.....	164
2.1.2. Juscelino Kubitscheck (1956-1961)	175
2.2. Síntese do Capítulo	178
CAPÍTULO 03	181
3. SÃO LUÍS: DA CIDADE COLONIAL À MODERNA	183
3.1. Os ciclos econômicos e o espaço urbano de São Luís, no período de 1755 a 1970.	185
3.2. O panorama político de São Luís do Maranhão no período de 1930 a 1960	202
3.3. Síntese do Capítulo	211
CAPÍTULO 04	215

4. A ROTA DO MODERNO.....	217
4.1. A Dimensão Urbana da <i>Rota do Moderno</i>.....	221
4.2. As edificações da <i>Rota do Moderno</i> e suas linguagens arquitetônicas.	239
4.2.1. Edificações na Linguagem Eclética.....	241
4.2.2. Edificações na Linguagem Neocolonial.....	270
4.2.3. Edificações na Linguagem <i>Art Déco</i>	294
4.2.4. Edificações na linguagem Arquitetura Modernista	315
4.3. Análise comparativa das edificações de diferentes linguagens	354
4.4. Síntese do capítulo	360
CONSIDERAÇÕES FINAIS	365
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	381
ANEXOS	397
Anexo 1 – Cadeias Sucessórias e Registro de Imóveis das Residências Ecléticas	399
Anexo 2 – Cadeias Sucessórias e Registro de Imóveis das Residências Neocoloniais	405
Anexo 3 – Cadeias Sucessórias e Registro de Imóveis das Residências <i>Art Déco</i>.....	409
Anexo 4 – Cadeias Sucessórias e Registro de Imóveis das Residências da Arquitetura Modernista	412
Anexo 5 – Plantas Atuais das Edificações Ecléticas.....	419
Anexo 6 – Plantas Atuais das Edificações Neocoloniais	425
Anexo 7 – Plantas Atuais das Edificações <i>Art Déco</i>.	431
Anexo 8 – Plantas Atuais das Edificações Arquitetura Modernista.	434

TÍTULO

São Luís e a *Rota do Moderno*: A Produção Arquitetônica Residencial Moderna, entre 1930-1960, no Maranhão.

RESUMO

A presente tese investiga a produção arquitetônica moderna em São Luís do Maranhão, Brasil, entre 1930 e 1960. Busca-se compreender a materialização da imagem da autoridade do Estado, com destaque desde a gestão de Getúlio Vargas (1930-1945) até à inauguração da nova Capital Federal, Brasília (1960), pelo Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960). Este recorte caracteriza-se pela disseminação dos princípios do Movimento Moderno no Brasil e pelas intervenções arquitetônicas e urbanísticas promovidas pelo Estado. Este intervalo traz marcas da implantação de planos urbanísticos que definiram o desenho de novas avenidas e a ampliação da malha viária em novos eixos de movimento. Para que essas transformações fossem executadas, diversas edificações foram demolidas: casarões coloniais e ecléticos. Nos vazios urbanos surgiram novas soluções espaciais com outro vocabulário arquitetônico. Na contemporaneidade, a linguagem moderna permanece desvalorizada em relação à colonial, há um lento processo de descaracterização, aliado à ausência de legislação de proteção adequada, o que causa o prematuro desaparecimento do acervo. Realiza-se um estudo sistemático apoiado numa metodologia não intervencionista, de base qualitativa e quantitativa, que privilegiou uma abordagem histórica, descritiva e de caráter exploratório de edificações presentes na *Rota do Moderno*, para verificar a importância dessa arquitetura num território fortemente marcado pela linguagem colonial. Conclui-se que, a *Rota do Moderno* tem vindo a sofrer profundas descaracterizações.

PALAVRAS- CHAVE

Arquitetura Moderna, *Rota do Moderno*; Século XX, Arquitetura Residencial, São Luís do Maranhão, Brasil.

TITLE

São Luís and *The Modern Route*: The Modern Residential Architectural Production, between 1930-1960, in Maranhão.

ABSTRACT

The research of the modern architectural production assembled in São Luís, Maranhão, Brazil, between 1930 and 1960, is the focus of this study. The timespan comprehends the materialization of the image of State authority, with an emphasis on the beginning of Getúlio Vargas's administration (1930-1945) to the inauguration of Brasília as the national capital (1960), by the end of the political mandate of Juscelino Kubitschek (1956-1960). This approach is characterized by the dissemination of Modern Movement principles in Brazil and the architectural and urban interventions promoted by the State. As in other state capitals of Brazil, in São Luís this period was also highlighted by the elaboration and establishment of urban plans that defined the design of new avenues and the expansion of the road network that redesigned new traffic axes. In order to make these transformations effective several buildings were demolished: colonial and eclectic houses. In these urban voids, freed from the former buildings, new spatial solutions have emerged based on the new architectural vocabulary. These buildings reinforced the traffic axes, allowing their insertion with the consolidated urban fabric. Nowadays, modern architectural language remains devalued compared to the colonial one, causing a slow process of disfiguration that, together with the absence of adequate protective legislation, has in some cases led to its premature disappearance. Identifying and valuing this architectural heritage is the objective of this research. For that, a systematic study is carried out based on a non-interventionist methodology, with a qualitative and quantitative basis, which privileged a historical, descriptive and exploratory approach to buildings present in the *Modern Route*, in order to verify the importance of the architecture of the XX century in a territory strongly characterized by the colonial language.

KEYWORDS

Modern architecture, *Modern Route*, Twentieth century, Residential Architecture, São Luís do Maranhão, Brazil.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por guiar meus passos e iluminar minha trajetória na busca dessa conquista.

Aos meus pais, Abelardo e Irmtraud pelo apoio e estímulo nessa dura caminhada e às minhas irmãs Cristina e Claudia que mesmo distantes transmitiram força para que eu seguisse em frente.

Aos meus orientadores, Professor Hugo Farias e Professora Grete Pflueger, pela disponibilidade, orientação, apoio, críticas, ensinamentos e sugestões ao longo dessa jornada.

Aos professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, por outorgarem o meu afastamento para realizar o curso de doutoramento na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

À Universidade Estadual do Maranhão pelo apoio financeiro ao me conceder a Bolsa de auxílio ao doutoramento pelo período de 2015 a 2018.

A todo corpo docente do Curso de Doutorado em Arquitetura da Universidade de Lisboa, especialmente aos professores que, ao longo desses quatro anos do curso, mais contribuíram para essa tese e minha formação: Fernando Moreira da Silva, Hugo Farias, Flávio Lopes, Tânia Beisl Ramos, João Sousa Morais e José Jorge Boueri.

Aos meus colegas de doutoramento Nadia Freitas Rodrigues, Rosilan Garrido, Fabianne Malheiros, Walber Filho, Giovanna Dualibe, Ana Karina Arruda, Juliana Cardoso, Emilio Ribeiro e Rogério Lima, pela troca de informações, experiências, materiais e pela amizade.

Às minhas amigas e colegas, as arquitetas Carol Martins, Marcia Marques, Andrea Dualibe, Thais Trovão, pelas trocas de experiências e reflexões compartilhadas.

Aos meus amigos pelo estímulo e amizade e pela compreensão da minha ausência em determinados momentos.

Aos diretores e professores do Instituto Federal de Educação (IFMA), Campus Centro Histórico, pela compreensão e por outorgarem meu afastamento para finalização da presente tese.

À minha amiga Ana Paula Lemos Capellani, pela leitura e correção ortográfica dos artigos que desenvolvi no decorrer do doutoramento.

Ao Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), representado pelos arquitetos Raphael Pestana e Daniella Magalhães, por ceder o material do Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos (INBI-SU).

Ao Museu da Memória Audivisual do Maranhão – MAVAM, na pessoa de Joaquim Haickel e Adson Carvalho, pela cessão das fotografias do acervo deste museu.

Às funcionárias do Arquivo Público Estadual do Maranhão, Maria Helena Espindola, Silvânia Garces Vieira, Walmíria Costa Moraes e Conceição de Maria Silva Rios, pela atenção dispensada durante a pesquisa no acervo desta instituição.

Aos funcionários do Setor de Arquitetura do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, representados pelos Arquitetos Joubert Silva e Giovanna Barreto, pela ajuda no acesso aos imóveis pertencentes a esta instituição.

A Vera Giusti e Ana Paula Capellani, corretoras incansáveis de português e leitora cuidadosa.

Ao meu amigo Samuel Benison pela competência e auxílio na diagramação deste trabalho.

Aos atuais e antigos moradores dos imóveis, pelo auxílio na reconstituição das residências que fizeram parte da *Rota do Moderno*.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de Localização do Estado do Maranhão no Brasil, da Cidade de São Luís na ilha e do centro histórico com os bairros adjacentes. Fonte: IPLAM, 2002; autora, 2017.....	3
Figura 2. Linha do tempo da produção arquitetônica moderna de São Luís, da sua fundação a 1970. Fonte: autora, 2018.	5
Figura 3. Delimitação da rota do moderno em São Luís. Fonte: Google Earth, 2018, com sobreposição da autora, 2016.	6
Figura 4. Capas dos livros das referências bibliográficas do contexto nacional. Fonte: Goodwin (1943), Mindlin (2001 [1956]), Bruand (2012 [1981]) e Segawa (2014 [1998]).	14
Figura 5. Fases analíticas da investigação. Fonte: autora, 2016.....	18
Figura 6. Tabela do quantitativo de imóveis da Rota do Moderno e suas linguagens. Fonte: autora, 2016.....	20
Figura 7. Localização dos casos de estudo entro da <i>Rota do Moderno</i> . Fonte: autora, 2018, sobre base do Google Maps.	22
Figura 8. Casos de estudo: Eclético e Neocolonial. Fonte: autora, 2018.....	23
Figura 9. Casos de estudo: Art Déco e Arquitetura Modernista. Fonte: autora, 2018; Lopes, 2008:269 (Avenida Getúlio Vargas, Nº1.831).	23
Figura 10. Quadro resumo das categorias de análise arquitetônica. Fonte: autora, 2018. ..	26
Figura 11. Tabela dos itens escolhidos para construção dos parâmetros para análise dos casos de estudo. Fonte: autora, 2018.	28
Figura 12. Matriz para análise do estado de preservação das Residências. Fonte: autora, 2019.	31
Figura 13. Matriz do Estado de Conservação das Residências. Fonte: autora, 2019.	31
Figura 14. Tabela com a Validação dos Objetivos (a), (b) e (c). Fonte: autora, 2018.	33
Figura 15. Tabela com a Validação dos Objetivos (d), (e) e (f). Fonte: autora, 2018.....	34
Figura 16. Desenho da estrutura da tese.....	36
Figura 17. Primeiros bangalôs construídos na Inglaterra. Fonte: Kramer, 2006 <i>apud</i> Janjulio, 2009.	49

Figura 18. Modelos de plantas de casas térreas: porta e janela e meia-morada. Fonte: Desenho elaborado pela autora com base nas imagens de Silva Filho, 1998 (1986) e Weimer, 2012 (2005).	52
Figura 19. Variações das fachadas das moradas térreas. Fonte: Andrès, 1998.	52
Figura 20. Desenhos esquemáticos (planta baixa, fachadas e Cortes) de moradas térreas. Fonte: Figueiredo, 2014: 52-54, adaptado de Silva Filho, 1998 (1986).	53
Figura 21. Desenhos esquemáticos de um Solar (fachadas, cortes e plantas baixas). Fonte: FIGUEIREDO, 2014: 49, adaptado de SILVA FILHO, 1998 (1986).	54
Figura 22. Desenhos esquemáticos do Sobrado (corte, fachada e plantas baixas). Fonte: Figueiredo, 2014: 51, adaptado de Silva Filho, 1998 (1986).	55
Figura 23. Esquema geral dos telhados e Tipologias dos partidos: cortes. Fonte: Lopes, 2008.	56
Figura 24. Arquitetura colonial. Fonte: LOPES, 2008.	57
Figura 25. Modelos de implantação de edificação eclética. Fonte: Homem, 1994: 41 e 43. 60	
Figura 26. Volumetria de edificação geminada e solta do lote. Fonte: Veríssimo e Bittar, 1999: 34 e Macedo, 1995: 42.	60
Figura 27. Planta baixa de residência da primeira fase do ecletismo. Fonte: Reis Filho, 2004 [1970]: 49.	62
Figura 28. Planta Baixa Palacete Eclético - Mansão Finger. Fonte: Sá, 2002: 50 e 54.	63
Figura 29. Planta baixa de edificações ecléticas. A imagem à esquerda (a), representa uma casa de aluguel para população de baixa renda; a planta (b) apresenta o modelo de morar francês tripartido. Fonte: Lemos, 1999a.	65
Figura 30. Cartões-postais mostrando a Avenida Central do Rio de Janeiro e suas construções ecléticas (1905). Fonte: http://www.conradoleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=2320770 e http://www.rmgouvealeiloes.com.br/peca.asp?ID=1442205	66
Figura 31. Cine Eden, inaugurado em 1919. Fonte: São Luís, 1992.	67
Figura 32. Evolução das fachadas do Palácio dos Leões 1899 (a), 1908 (b), 1950 (c) e 2010 (d). Fonte: Maranhão ilustrado, 1899 (a); Cunha, 1908 (b); Jorge, 1950 (c) e https://br.pinterest.com/pin/352828952036952459/ (d).	68

Figura 33. Vista da Estação João Pessoa em 1929 e 1950. Fonte: http://imirante.com/oestadoma/noticias/2018/02/03/estacao-joao-pessoa-apogeu-ostracismo-e-restauro-historico	69
Figura 34. Fachadas da Residência eclética localizada no bairro do Monte Castelo. Fonte: autora, 2016.....	70
Figura 35. Planta de Implantação da Residência eclética localizada no bairro do Monte Castelo. Fonte: autora, 2016.....	70
Figura 36. Planta baixa da Residência eclética localizada no bairro do Monte Castelo. Fonte: autora, 2016.....	71
Figura 37. Casa Rui Nogueira (Ricardo Severo, São Paulo, 1939): Planta de Implantação/planta do pavimento térreo e superior; detalhe do beiral com cachorro em madeira e vista. Fonte: Mello, 2007.	73
Figura 38. Casa Lusa de autoria de Ricardo Severo (São Paulo (SP), 1924): Fachada principal . Fonte: Mello, 2007: 207.....	76
Figura 39. Casa Lusa de autoria de Ricardo Severo (São Paulo (SP), 1924): Fachada posterior. Fonte: Mello, 2007: 207.....	76
Figura 40. Casa Lusa de autoria de Ricardo Severo (São Paulo – SP, 1924): planta baixa, pavimento térreo e superior. Fonte: Mello, 2007: 206.	77
Figura 41. Edificações residenciais térreas neocoloniais em São Luís. Fonte: autora, 2018. 81	
Figura 42. Edificações residenciais térreas neocoloniais em São Luís. Fonte: autora, 2018. 81	
Figura 43. Edificações Neocoloniais com dois pavimentos. Fonte: Athenas, 1940.	82
Figura 44. Edificações Neocoloniais de dois pavimentos. Fonte: google street view (à esquerda) e autora, 2017.....	83
Figura 45. Planta de Implantação, Planta baixa do Conjunto Residencial José Bonifácio de Andrade e Silva. Fonte: Bonduki, 2014b (plantas) e JORGE, 1950.	84
Figura 46. Fachadas do Conjunto Residencial José Bonifácio de Andrade e Silva em 1950, à esquerda, e 2007, à direita. Fonte: Jorge, 1950 e Bonduki, 2014b.	85
Figura 47. Fachadas do estado atual do Conjunto Residencial José Bonifácio de Andrade e Silva (2018). Fonte: Google Street View, 2018.	85
Figura 48. Escola Modelo Benedito Leite. Fonte: Jorge, 1950.....	86
Figura 49. Grupo Escolar Gomes de Souza. Fonte: Jorge, 1950.....	86

Figura 50. Palácio da Educação, atual Liceu Maranhense: Fachada frontal e lateral. Fonte: Arquivo do MAVAM/São Luís (MA).....	87
Figura 51. Aeroporto de São Luís, no final da década de 1940. Fonte: Arquivo pessoal Marco Estrela (à esquerda) e Arquivos do MAVAM/ São Luís (MA).	88
Figura 52. Edificações <i>Art Déco</i> : (a) Edifício Sede da Delegacia do IAPETC de São Paulo- SP; (b) Antiga Rodoviária de Mogi das Cruzes – SP (1941); c) Residência na cidade de São Ângelo (RS). Fonte: Segawa, 2016, p. 176 (a) e http://www.skyscrapercity.com/showthread.php (b e c).	91
Figura 53. Fachada e planta baixa do Edifício Rivoli (Autor desconhecido, Rio de Janeiro, 1939), na Rua Senador Dantas, 43, 44 e 45, no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ. Fonte: Czajkowski, 2000b.	92
Figura 54. Vista do Elevador Lacerda, Salvador, Bahia (BA). Fonte: https://www.apontador.com.br/elevador_lacerda.html	94
Figura 55. Vista do Cristo Redentor, Rio de Janeiro (RJ). Fonte: https://www.emotioncard.com.br/fotos-do-cristo-redentor/	94
Figura 56. Edifício “A Noite”. Fonte: DPMF, 2012.....	95
Figura 57. Fachadas e plantas do Edifício Esther (Álvaro Vital e Adhemar Marinho, Rio de Janeiro-RJ, 1934). Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/888147/classicos-da-arquitetura-edificio-esther-alvaro-vital-brasil-e-adhemar-marinho	97
Figura 58. Residência Viriato de Miranda Carvalho: fachada e planta baixa. (Gusmão, Dourado & Baldassini Ltda, Rio de Janeiro, 1929). Fonte: Czajkowski, 2000b: 63.....	98
Figura 59. Vila Maria Zelia: vista das edificações unifamiliares. (Pedarriex, São Paulo, 1917). Fonte: Bonduki, 2014a.	99
Figura 60. Cartões Postais da cidade do Rio de Janeiro (RJ): à esquerda o Ministério da Guerra e a direita o Ministério da Fazenda. Fonte: https://lista.mercadolivre.com.br/cartoes-postais-rio-antigo	100
Figura 61. Vistas das edificações dos Correios e Telegrafos: (a) Sede da Regional Botucatu no Estado de São Paulo e (b) Agência Postal de Maceió - AL. Fonte: Pereira, 1999.....	101
Figura 62. CORREIOS em 1950. (Raphael Galvão, São Luís, 1937). Fonte: Arquivos MAVAM/ São Luís (MA).....	103
Figura 63. Cine Roxy 1950 e 2018. (Autor desconhecido, São Luís, 1939). Fonte: JORGE, 1950 e autora, 2018.	103

- Figura 64. Mercado Central em 1950 (Autor desconhecido, São Luís-MA, 1939). Fonte: Jorge, 1950. 104
- Figura 65. Hotel Central. (Arquiteto Vicente Azevedo, São Luís, 1943). Fonte: Arquivos do MAVAM/São Luís (MA). 105
- Figura 66. Vista do quartel com a Praça Duque de Caxias. (Autor desconhecido, São Luís, 1937). Fonte: Jorge, 1950. 106
- Figura 67. Edificações de uso misto (comércio e habitação) em Art Déco. Fonte: autora, 2017. 107
- Figura 68. Hospital Dutra (Roberto Lacobe e Flavio Barbosa, São Luís, 1958): cartão postal (a), registro do dia de sua inauguração (b), perspectiva aérea (c) e imagem do período da construção. Fonte: Arquivos da MAVAM/São Luís (a), Lacroix, 2015 (b) e Jorge, 1950..... 108
- Figura 69. Vista da Companhia Moraes (a) e do Posto Texaco em 1948, ambas edificações não existem mais dentro do contexto urbano da cidade. Fonte: Chegou o novo Ford 1949, 1948; Acontecimento de relevo em nossa vida comercial, 1948. 109
- Figura 70. Vista da volumetria de casas modernistas: (a) Casa Tugendhat de Mies van der Rohe (Brno na República Tcheca, 1930); (b) Casa da Cascata de Frank Lloyd Wright (Bear Run no Estado da Pensilvânia, 1936); (c) Casa Schröder de Gerrit Rietvelt (Utrecht na Holanda, 1924); (d) Mason Cook de Le Corbusier (Boulogne-sur-Seine na França, 1926); e Casa do Diretor da Bauhaus de Walter Gropius (Dessau na Alemanha, 1926). Fonte: Grössel, 2013: 200, 240, 262 (a,b,d) e Frampton, 2015: 40-41. 113
- Figura 71. Planta da Casa Tugendhat (1930) de Mies van der Rohe (Brno na República Tcheca, 1930): observa-se a integração entre os espaços e a separação entre os ambientes social, privativo e de serviço. Fonte: <https://pt.slideshare.net/fdjaipur/philosophies-of-mies-van-der-rohe>. 113
- Figura 72. Vista edificações de arquitetura modernista: (a) Casa del Fascio, em Como, na Itália (Giuseppe Terragni, 1936) - utilização de elementos vazados; (b) Edifício Nova Cintra (Lúcio Costa, Rio de Janeiro, 1948): presença de elementos vazados; e, telhado em “asa de borboleta” na Casa de Juscelino Kubitschek (Oscar Niemeyer, 1943), na Pampulha em Belo Horizonte, Minas Gerais (Brasil) e Teatro Popular (Affonso Reidy, Marechal Hermes- RJ, 1950). Fonte: Gössel, 2013(a); Cavalcanti, 2001 (b,d) (c) <https://bibliobelas.wordpress.com/tag/modernismo>. 114
- Figura 73. Pavilhão Brasileiro da Feira de Nova York (Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, 1939). Fonte: Mindlin, 2001 (1956). 115
- Figura 74. Casa Errazuriz (Le Corbusier, Chile, 1930). Fonte: VASQUEZ, s/d; <http://www.lppm.com.br/?q=node/399>. 116

- Figura 75. Ministério da Educação e Saúde – MES (Lúcio Costa e equipe, Rio de Janeiro, 1943).
Fonte: Lira, 2017..... 118
- Figura 76. Obras de arte do MES: Paineis Portinari (a); Mulher inclinada (autor: Celso Antônio) (b) e Mãe/Maternidade (Autor: Celso Antônio). Fonte: Segre, 2013. 119
- Figura 77. Associação Brasileira de Imprensa – ABI (Irmãos Roberto, Rio de Janeiro-RJ, 1938).
Fonte: <http://www.abi.org.br/institucional/o-predio-da-abi/>. 120
- Figura 78. Plano Piloto de Brasília. (Lúcio Costa, 1957) Fonte:
<http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/ha-60-anos-lucio-costa-vencia-concurso-para-escolha-do-projeto-de-brasil/> 121
- Figura 79. Casa Warchavchik, Residência da Rua Santa Cruz, na Vila Mariana, São Paulo.
(Warchavchik, 1928). Fonte: Lira, 2011..... 124
- Figura 80. Vila Operária Gamboa (Lúcio Costa e Warchavchik, São Paulo, 1933): na época da construção (à esquerda) e vista da vila nos anos 2000 (à direita). Fonte: Cavalcanti, 2001: 181.
..... 124
- Figura 81. Vila Operária da Gamboa (Lúcio Costa e Warchavchik, São Paulo, 1933): planta baixa. Fonte:
https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/401479/mod_resource/content/1/AULA%2008_gw_primeiro%20modernista.pdf 125
- Figura 82. Casa de Vidro de Lina Bo Bardi. (São Paulo - SP, 1951) Fonte:
<https://casasbrasileiras.wordpress.com/2010/09/23/a-casa-de-vidro-lina-bo-bardi/>..... 127
- Figura 83. Casa de Agemiro Hungria Machado (Lúcio Costa, Rio de Janeiro - RJ, 1942): plantas baixas e vistas das fachadas e do muxarabi (c). Fonte: Mindlin, 2001 [1956] (a);
<http://www.jobim.org/lucio/> (b,c,d)..... 129
- Figura 84. Obra do Berço (1937) e Maquete do Estádio Olímpico Nacional, atual Estádio do Maracanã (1941), projetos de Oscar Niemeyer. Fonte: www.niemeyer.org.br/obra/pro004 e Cavalcanti, 2001. 131
- Figura 85. Planta baixa da Casa das Canoas, residência de Oscar Niemeyer (Niemeyer, Rio de Janeiro -RJ, 1953). Fonte: Mindlin, 2001 (1956). 132
- Figura 86. Conjunto Habitacional Pedregulho. (Affonso Reidy, Rio de Janeiro-RJ, 1952). Fonte: Andreoli e Forty, 2004..... 133
- Figura 87. Fachadas e Planta baixa pavimento térreo e inferior da Casa Carmen Portinho. (Affonso Reidy, Jacarepaguá – RJ, 1952). Fonte:
http://www.casasbrasileiras.arq.br/plantas/1-100_6-PORTINHO_A4.pdf..... 134

Figura 88. Linha do Tempo das principais edificações na arquitetura modernista, em São Luís do Maranhão. Fonte: autora, 2018.....	135
Figura 89. Edifício Governador Archer. (Autor desconhecido, São Luís, 1951). Fonte: Jorge, 1950: 111.	136
Figura 90. Clube Jaguarema (a,b) e Grêmio Líteo Recreativo Português (c, d). Fonte: Arquivos MAVAM (a,d) e https://oimparcial.com.br/cidades/2016/07/a-decadencia-dos-clubes-que-foram-points-da-alta-sociedade/	137
Figura 91. Sede do SESC-SENAC Centro: (a) Modelo projeto (1957), (b) Fachada em 1960 ao fundo o Liceu Maranhense, (c, d) Fachadas em 2018. Fonte: Sede do Centro SESC-SENAC, 1957 (a); Site Minha velha São Luís (b,c); Google street view, 2018 (d).	138
Figura 92. Localização dos edificios em altura até a década de 1980 em São Luís. Fonte: autora, 2017.....	139
Figura 93. Vista dos edificios em altura até a década de 1980 em São Luís. Fonte: autora, 2017.	140
Figura 94. Edifício João Goulart. (Divisão de Engenharia do IAPI, São Luís, 1957) Fonte: IPHAN, 2009.	141
Figura 95. Edifício do Antigo Banco do Estado do Maranhão – BEM (Autor desconhecido, São Luís, 1963): Plantas do pavimento térreo e pavimento tipo original e vistas da Sobreloja, Pavimento tipo e Terraço. Fonte: Arquivos Arquiteta Andrea Duailibe (plantas) e autora, 2017.	142
Figura 96. Fachadas do Edifício do Banco do Estado do Maranhão (Autor desconhecido, São Luís, 1963). Fonte: autora, 2015.	143
Figura 97. Fachadas do Edifício Caiçara (Equipe da Construtora Caiçara, São Luís, 1967). Fonte: autora, 2017.	144
Figura 98. Edifício Caiçara (Equipe da Construtora Caiçara, São Luís, 1967): Plantas baixas do Subsolo (a), Térreo (b), Pavimento-tipo (c) e último pavimento (d) - Salão de Festas. Fonte: Administração do Condomínio Edifício Caiçara, 2016.....	145
Figura 99. Edifício Sulacap (Autor desconhecido, São Luís, 1959): vista da fachada e plantas baixas do térreo e pavimentos superiores. Fonte: O Globo, 1959 (fachada) e arquivo pessoal Walber Filho (plantas).....	146
Figura 100. Habitação Unifamiliar modernista (Praça Duque de Caxias) de autoria de Cleon Furtado (1959). Fonte: autora, 2017.	147

Figura 101. Residência Nº 41, na Avenida Getúlio Vargas (Autor desconhecido, 1954) – Vista externa em 1956 Fonte: www.facebook.com/minhavelhasãoluis	148
Figura 102. Residência Nº 41, na Avenida Getúlio Vargas (Autor desconhecido, 1954) – Vista externa em 2016. Fonte: autora, 2016.	148
Figura 103. Planta baixa da Residência Nº 41 em 1956 e 2016. Fonte: autora, 2016.	149
Figura 104. Vistas exteriores da Residência Nº 17. Fonte: autora 2019.	150
Figura 105. Projeto original da Residência Nº 17. Fonte: arquivo pessoal do arquiteto com sobreposição da autora.	151
Figura 106. Quadro resumo com a caracterização das quatro linguagens da Arquitetura Moderna: Eclético, Neocolonial, <i>Art Déco</i> e <i>Arquitetura Modernista</i> . Fonte: autora, 2018.	156
Figura 107. Linha do Tempo da gestão de Getúlio Vargas. Fonte: autora, 2016.	165
Figura 108. IAPI - Vila Guiomar, em Santo André, no Estado de São Paulo. Na planta de implantação, observa-se a concentração de casas no centro, junto às ruas sinuosas, e a distribuição dos blocos nas áreas externas. Fonte: Bonduki, 2014b.	170
Figura 109. Núcleo Residencial da Bacia do Macuco (Santos-SP, 1949): à esquerda, fachada e planta da habitação; à direita, planta de implantação. Fonte: Bonduki, 2014b: 325.	172
Figura 110. Projeto Piloto de Brasília, elaborado por Lúcio Costa (1957) e Catedral Metropolitana de Brasília de autoria de Oscar Niemeyer (Brasília, 1967). Fonte: Cavalcanti, 2006 e http://opinioenoticia.com.br/cultura/turismo/brasil-a-graca-da-capital	176
Figura 111. Palácio da Alvorada (1958) à esquerda e Palácio do Planalto (1960) à direita. Fonte: www.niemeyer.org.br	177
Figura 112. Palácio do Congresso (1960) à esquerda e a Capela de Nossa Senhora de Fátima (1958) à direita. Fonte: www.niemeyer.org.br	178
Figura 113. Mapas da evolução urbana da cidade de São Luís: 1641-1644; 1759 e 1844. Fonte: Reis Filho, 2000 e Moraes, 1989.	184
Figura 114. Praça Pedro II em 1908. Fonte: Cunha, 1908.	186
Figura 115. Chafariz implantado na Praça João Lisboa. Fonte: Cunha, 1908.	188
Figura 116. Edifício do Gasômetro pertencente à Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão, que iluminou a cidade de 1863 a 1918. Fonte: Texeira, 1899.	189
Figura 117. Bonde da Companhia Ferro-Carril com passageiros. Fonte: Cunha, 1908.	191

Figura 118. Palácio do Governo. Fonte: Biblioteca Digital Nacional do Brasil.....	192
Figura 119. Principais edificações construídas no século XIX: Quartel Federal e Teatro Artur Azevedo. Fonte: Biblioteca Digital Nacional do Brasil e CUNHA, 1908.	193
Figura 120. Mapa de São Luís de Justo Jansen de 1912, com a demarcação (em azul) das fábricas localizadas na cidade. Fonte: Biblioteca Digital do Brasil com demarcação em azul da autora.....	194
Figura 121. Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Anil (a, b), Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo (c) e Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Amélia). Fonte: Cunha, 1908.	195
Figura 122. Plano de expansão da Cidade de São Luís de Ruy Mesquita (1958). Fonte: Mesquita, 1958.	199
Figura 123. Vista aérea com as Pontes sobre o Rio Anil e Bacanga: 1. Ponte José Sarney (1970); 2. Ponte Bandeira Tribuzi (1985); 3. Ponte Caratatiua (1968); 4. Barragem do Bacanga (1968-1973). Fonte: Google Earth com demarcação da autora, 2018.....	201
Figura 124. Linha do tempo dos Ciclos econômicos do Maranhão. Fonte: autora, 2018. ...	202
Figura 125. Instituto de Educação do Maranhão, construído na gestão de paulo Ramos. Fonte: Jorge, 1950.....	204
Figura 126. Centro de Saúde Paulo Ramos. Fonte: Jorge, 1950.	205
Figura 127. Cartão Postal da Biblioteca Pública Benedito Leite (João Magalhães, 1951). Fonte: Arquivos MAVAM/São Luís (MA).	208
Figura 128. Conjunto Residencial construído para funcionários do Governo do Estado, com intermediação do IPEM. (São Luís -MA, 1948). Fonte: Jorge, 1950.....	208
Figura 129. Sede da SAEITPA, na linguagem <i>Art Déco</i> . Fonte: Jorge, 1950.	211
Figura 130. Mapa da <i>Rota</i> com identificação das linguagens existentes nas edificações. Fonte: autora, 2017.....	218
Figura 131. Mapa da <i>Rota do Moderno</i> com a localização dos casos de estudo de acordo com sua linguagem arquitetônica. Fonte: Google maps com sobreposição da autora, 2019. ...	219
Figura 132. Planta da Cidade de 1912, com demarcação do Cais da Sagração em vermelho. Fonte: Moraes, 1989.....	222
Figura 133. Mapa da Cidade de 1912, com demarcação da Rampa das Palmeiras e Rampa da Praia do Caju com fotos do Cais da Sagração, com destaque para as rampas. Fonte: IPHAN, 1997 (Mapa); Cunha, 1908; Oliveira, 2018.	223

Figura 134. Imagem de abandono do Cais da Sagração em 1922. Fonte: Paxeco, 1923.	224
Figura 135. Avenida Beira- Mar. Fonte: Silva, 2012 <i>apud</i> Arquivos de Edgar Rocha.	224
Figura 136. Vista da Avenida Beira-Mar em 1970. Fonte:Silva, 2012 <i>apud</i> Arquivos de Edgar Rocha.	226
Figura 137. Primeiro esboço do Plano de Remodelação, extensão e embelezamento da cidade. Fonte: A cidade de São Luís, 1937: 01.	228
Figura 138. Mapa da área central de São Luís em 1950 com a demarcação em vermelho da Rua do Egito (1ºtrecho da Avenida João Lisboa) e em azul da Avenida Magalhães de Almeida (2º Trecho da Avenida João Lisboa). Fonte: Jorge, 1950.	231
Figura 139. Rua do Egito em 1908 e 2015. Fonte: Cunha, 1908 e autora, 2015.	232
Figura 140. Perfil quadra da Rua do Egito: Colégio Santa Teresa e Igreja da Anunciação e Remédios. Fonte: IPHAN/INBI-SU, 2002-2005.	233
Figura 141. Perfil quadras Rua do Egito (Lado Leste). Fonte: Arquivos IPHAN/INBI-SU, 2002-2005.	233
Figura 142. Mapa de 1912 (à esquerda) e Mapa de 1950 (à direita) com a diagonal do segundo trecho da Avenida João Pessoa (Avenida Magalhães de Almeida). Fonte: Arquivos IPHAN com sobreposição da autora, 2015.	234
Figura 143. Vista do casario demolido para abertura da avenida (à esquerda) e Avenida Magalhães de Almeida, início da década de 1940. Fonte: Almeida, 1954 e Jorge, 1950. ...	234
Figura 144. Avenida Magalhães de Almeida (Avenida 10 de novembro) em 1942. Fonte: Arquivos MAVAM (a) e Ramos, 1943: 85 (b).	235
Figura 145. Avenida João Lisboa: Perfil quadras do trecho da Avenida Magalhães de Almeida. Fonte: Arquivos IPHAN/INBI-SU, 2002-2005.	236
Figura 146. Avenida Getúlio Vargas. Fonte: Arquivos MAVAM/São Luís - MA.	237
Figura 147. Residências da Avenida Getúlio Vargas. Fonte: Minha Velha São Luís; Jorge, 1950.	237
Figura 148. Mapa da Rota do Moderno com os casos de estudo. Fonte: autora, 2019.	240
Figura 149. Residência Nº 139 – Vistas Exteriores. Fonte: autora, 2018.	242
Figura 150. Localização e implantação da Residência Nº139. Fonte: autora, 2019.	243
Figura 151. Vista aérea da Residência Nº139. Fonte: Samuel Benison, 2020.	245

Figura 152. Planta do pavimento térreo da Residência Nº 139. Fonte: autora, 2019.....	246
Figura 153. Planta do pavimento superior da Residência Nº 139. Fonte: autora, 2019.	247
Figura 154. Vista do corredor, banheiro e do quarto 03 do pavimento superior da Residência Nº 139. Fonte: autora, 2018.	248
Figura 155. Pisos da Residência Nº 139: varanda do térreo (a); setor social (b); corredor do pavimento superior (c); degraus em mármore do acesso a varanda (d); piso em mármore do banheiro do pavimento superior (e); e, piso das áreas molhadas e da circulação do pavimento térreo. Fonte: autora, 2018.	249
Figura 156. Vista externas da Residência Nº 139: janelas. Fonte: autora, 2015.	250
Figura 157. Portas: fachada principal (a); pavimento superior (b, c). Fonte: autora, 2015.	250
Figura 158. Matriz do Estado de preservação da Residência Nº 139. Fonte: autora, 2019.	251
Figura 159. Matriz do Estado de Conservação da Residência Nº139. Fonte: autora, 2019.	251
Figura 160. Residência Nº 173 – vistas exteriores. Fonte: autora, 2018.	252
Figura 161. Localização e implantação da Residência nº 173 dentro da <i>Rota do Moderno</i> . Fonte: autora, 2019.	253
Figura 162. Planta do pavimento térreo da Residência Nº 173. Fonte: autora, 2019.....	254
Figura 163. Vistas do pavimento térreo: vestíbulo (a), sala de jantar (b) e escada (c). Fonte: autora 2018.....	255
Figura 164. Vistas da copa (a), banheiro social (b) e cozinha (c). Fonte: autora, 2018.	255
Figura 165. Planta do pavimento superior da Residência Nº173. Fonte: autora, 2019.	256
Figura 166. Vistas do pavimento superior: corredor (a), suíte (b) e quarto 02. Fonte: autora, 2018.	257
Figura 167. Pisos da Residência Nº 173: suíte (a); sala de jantar (b) e banheiro pavimento superior (c). Fonte: autora, 2018.	257
Figura 168. Vista de esquadrias da Residência Nº 173: sala de jantar (a); banheiro do pavimento superior (b); seteiras próxima escada; e, porta do acesso principal. Fonte: autora, 2018.	258
Figura 169. Vista aérea da Residência Nº 173. Fonte: Samuel Benison, 2020.	258
Figura 170. Matriz do Estado de Preservação da Residência Nº 173. Fonte: autora, 2019.	259

Figura 171. Matriz do Estado de Conservação da Residência Nº 173. Fonte: autora, 2019.	259
Figura 172. Residência Nº 226 – vistas exteriores. Fonte: autora, 2018.	260
Figura 173. Localização e implantação da Residência Nº 226. Fonte: autora, 2019.	261
Figura 174. Vistas do pavimento térreo: escada de acesso ao segundo pavimento (a), local onde funcionava a sala de estar (b) e cozinha (c). Fonte: autora, 2018.	262
Figura 175. Planta do pavimento térreo da Residência Nº 226. Fonte: autora, 2019.	263
Figura 176. Planta do pavimento superior da Residência Nº 226. Fonte: autora, 2019.	264
Figura 177. Vista do pavimento superior: corredor de acesso (a), quarto 02 (b) e piso madeirado. Fonte: autora, 2018.	265
Figura 178. Matriz do Estado de preservação. Fonte: autora, 2019.	266
Figura 179. Matriz do Estado de Conservação da Residência Nº 226. Fonte: autora, 2019.	266
Figura 180. Tabela comparativa das edificações na linguagem eclética. Fonte: autora, 2018.	267
Figura 181. Tabelas comparativas das áreas uteis por setores das residências ecléticas. Fonte: autora, 2019.	269
Figura 182. Residência Nº 480 – vistas exteriores. Fonte: autora, 2018.	271
Figura 183. Localização da Residência Nº 480 dentro da <i>Rota do Moderno</i> e planta de implantação da edificação, com delimitação dos diversos desmembramentos que o terreno sofreu ao longo do anos. Fonte: autora, 2019.	271
Figura 184. Vista Exterior da Residência Nº 480. Fonte: Minha Velha São Luís.	272
Figura 185. Planta do pavimento térreo da Residência Nº 480. Fonte: autora, 2019.	273
Figura 186. Planta do pavimento superior da Residência Nº 480. Fonte: autora, 2019.	274
Figura 187. Vista aérea da Residência Nº 480. Fonte: Samuel Benison, 2020.	275
Figura 188. Vista interna da Residência Nº 480: sala de estar com lambri nas paredes e escada em madeira no pavimento térreo; piso madeirado do pavimento superior. Fonte: autora, 2018.	276
Figura 189. Matriz do Estado de Preservação da Residência Nº 480. Fonte: autora, 2019.	277

Figura 190. Matriz do Estado de Conservação. Fonte: autora, 2019.....	277
Figura 191. Residência Nº 167: vistas exteriores. Fonte: autora, 2018.....	278
Figura 192. Localização e implantação da Residência Nº 167 no lote.Fonte: autora, 2019.	279
Figura 193. Vista da escada (a), da sala de vistas (b) e da cozinha (c) da Residência Nº 167. Fonte: autora, 2018.	279
Figura 194. Planta do pavimento térreo da Residência Nº 167. Fonte: autora, 2019.....	280
Figura 195. Vista do ambiente que funcionou como suíte da Residência Nº 167. Fonte: autora, 2018.	281
Figura 196. Planta do pavimento superior da Residência Nº 167. Fonte: autora, 2019.	282
Figura 197. Vista da sala íntima (a), da suíte (b); piso em mármore (c) e piso em parquet (d). Fonte: autora, 2018.	283
Figura 198. Matriz do Estado de Preservação Residência Nº 167. Fonte: autora, 2019.	284
Figura 199. Matriz do Estado de Conservação. Fonte: autora, 2019.....	284
Figura 200. Residência Nº 220: vistas exteriores. Fonte: autora, 2018.....	285
Figura 201. Localização do imóvel na Rota do Moderno e implantação da Residência nº 220. Fonte: 2019.....	286
Figura 202. Planta do pavimento térreo da Residência nº 220. Fonte: autora, 2018.	287
Figura 203. Planta do pavimento superior da Residência Nº 220. Fonte: autora, 2018.	288
Figura 204. Vista da escada (a), da parte interna do torreão (b) e da sala de leitura (c). Fonte: autora, 2018.....	289
Figura 205. Detalhes elementos da fachada: colunas toscanas, cachorros do balcões sacados (a) e do torreão (b). Fonte: autora, 2018.....	290
Figura 206. Plantas baixas da antiga Residência Nº 220, atual Pousada San Luís. Fonte: autora, 2019.	291
Figura 207. Matriz do Estado de Preservação da Residência Nº 220. Fonte: autora, 2019.	291
Figura 208. Matriz do Estado de Conservação da Residência Nº 220. Fonte: autora, 2019.	292
Figura 209. Tabela comparativa das edificações na linguagem neocolonial. Fonte: autora, 2018.	293

Figura 210. Tabela com a porcentagem das áreas úteis das Residências da linguagem Neocolonial. Fonte: autora, 2019.....	294
Figura 211. Fachada Edifício Saldanha. Fonte: autora, 2019.	296
Figura 212. Localização e implantação do Edifício Saldanha. Fonte: autora, 2019.	297
Figura 213. Planta do pavimento térreo do Edifício Saldanha. Fonte: autora, 2018.....	298
Figura 214. Planta do pavimento superior do Edifício Saldanha. Fonte: autora, 2018.....	299
Figura 215. Vista aérea do Edifício Saldanha. Fonte: Samuel Benison, 2020.....	300
Figura 216. Matriz do Estado de Preservação do Edifício Saldanha. Fonte: autora, 2019.	300
Figura 217. Matriz do Estado de Conservação do Edifício Saldanha. Fonte: autora, 2019..	301
Figura 218. Fachadas do Edifício Sérgio. Fonte: autora, 2018.	301
Figura 219. Vista Exterior – Edifício Sérgio, no final da década de 1950. Fonte: Arquivo pessoal Eduardo Aboud.....	302
Figura 220. Localização e implantação do Edifício Sérgio. Fonte: autora, 2019.	302
Figura 221. Planta do pavimento térreo do Edifício Sérgio. Fonte: autora, 2018.	303
Figura 222. Planta do pavimento superior do Edifício Sérgio. Fonte: autora, 2018.	304
Figura 223. Vista aérea do Edifício Sérgio. Fonte: Samuel Benison, 2020.	304
Figura 224. Matriz do Estado de Preservação do Edifício Sérgio. Fonte: autora, 2019.	305
Figura 225. Matriz do Estado de Conservação do Edifício Sérgio. Fonte: autora, 2019.	306
Figura 226. Fachada do Edifício Saluá. Fonte: autora, 2018.	306
Figura 227. Localização e implantação do Edifício Saluá. Fonte: autora, 2019.	307
Figura 228. Edifício Saluá na época de sua construção. Fonte: Arquivo pessoal do proprietário do imóvel.....	307
Figura 229. Edifício Saluá na época de sua construção. Fonte: Arquivo pessoal do proprietário do imóvel.....	308
Figura 230. Planta do pavimento térreo do Edifício Saluá. Fonte: autora, 2018.....	309
Figura 231. Planta do pavimento das unidades habitacionais do Edifício Saluá. Fonte: autora, 2018.....	309

Figura 232. Tabelas de áreas dos ambientes do Edifício Saluá. Fonte: autora, 2016.....	310
Figura 233. Matriz do Estado de Preservação do Edifício Saluá. Fonte: autora, 2019.	312
Figura 234. Matriz do Estado de Conservação do Edifício Saluá. Fonte: autora, 2019.	312
Figura 235. Tabela comparativa entre as edificações na linguagem <i>Art Déco</i> . Fonte: autora, 2018.	313
Figura 236. Tabela com a porcentagem das áreas úteis nas edificações em <i>Art Déco</i> . Fonte: autora 2019.....	314
Figura 237. Vista exterior da Residência Nº 223. Fonte: autora, 2015.....	316
Figura 238. Vistas externas – Residência Nº223 (2020). Fonte: autora, 2020 e Samuel Benison (foto aérea).	317
Figura 239. Localização e implantação da Residência Nº 223 (Década de 1950). Fonte: autora, 2019.	317
Figura 240. Pilotis da Residência Nº223. Fonte: autora, 2015.	319
Figura 241. Planta do pavimento térreo da Residência Nº 223 (Década de 1950). Fonte: autora, 2018, sob levantamento da arquiteta Giovanna Duailibe.	320
Figura 242. Planta do pavimento superior da Residência Nº 223 (Década de 1950). Fonte: autora, 2018, sobre levantamento da arquiteta Giovanna Duailibe.	321
Figura 243. Vistas internas da Residência Nº223: <i>living room</i> (a); circulação de serviço e cozinha; e, banheiro suíte (c). Fonte: autora, 2015.....	322
Figura 244. Vistas interna da Residência Nº 223: copa (a), <i>living room</i> (b) e corredor (c). Fonte: autora, 2015.....	322
Figura 245. Vista do quarto 02 (a) e Suíte (b). Fonte: autora, 2015.	323
Figura 246. Vista dos Pilotis, varanda e da laje curva. Fonte: autora, 2015.	323
Figura 247. Vista da escada com piso em granilite (a), piso em parquet de madeira (b), piso da varanda em mosaico hexagonal e piso da cozinha em azulejo(d). Fonte: autora, 2015.	325
Figura 248. Matriz do Estado de Preservação da Residência Nº 223. Fonte: autora 2019.	325
Figura 249. Matriz do Estado de Conservação da Residência Nº 223. Fonte: autora 2019.	326
Figura 250. Vista externa da Residência Nº 1.831 (2007). Fonte: Lopes, 2008: 269.	327
Figura 251. Localização e implantação da Residência Nº1.831. Fonte: autora, 2019.	327

Figura 252. Planta baixa do pavimento térreo da Residência Nº 1.831 (Década de 1960). Fonte: autora, 2019.....	331
Figura 253. Planta baixa do pavimento inferior da Residência Nº 1.831 (Década de 1960). Fonte: autora, 2019.....	332
Figura 254. Planta baixa do pavimento superior e intermediário da Residência Nº 1.831 (Década de 1960). Fonte: autora, 2019.	333
Figura 255. Vistas interiores da Residência Nº 1.831: sala de estar (a); acesso para sala de jantar (b); e, escada (c). Fonte: autora, 2019.	334
Figura 256. Vistas externas da Residência Nº 1.831: área de lazer, onde existiu a piscina (a); gradil que margeava a área da piscina (b); e, painel do artista Antônio Almeida(c, d). Fonte: autora, 2019.	335
Figura 257. Vistas externas da Residência Nº 1.831: setor de apoio da área de lazer (a); e, cozinha de apoio (b). Fonte: autora, 2019.	336
Figura 258. Vista internas da Residência Nº1.831: circulação de acesso ao quarto 01 e à suíte 01 (a); circulação linear do pavimento superior (b); circulação de acesso do pavimento inferior ao térreo (c); circulação de acesso à casa de máquina e escada de acesso à varanda, junto à copa, e à área da piscina. Fonte: autora, 2019.	337
Figura 259. Vistas externas das fachadas da Residência Nº 1.831: lateral direita (a); posterior (b); e, fachada frontal (c). Fonte: autora, 2020.....	338
Figura 260. Vistas externas das Fachadas da Residência Nº1.831: à esquerda em 2015 e à direita em 2019. Fonte: autora.	340
Figura 261. Vista interna da Residência Nº1.831: pavimento térreo (a); da suite e quarto 01 para o terraço (b); e, área onde existia a copa e cozinha (c). Fonte: autora, 2019.	340
Figura 262. Matriz do Estado de Preservação da Residência Nº 1.831. Fonte: autora, 2019.	341
Figura 263. Matriz do Estado de Preservação da Residência Nº 1.831. Fonte: autora, 2019.	341
Figura 264. Fachada Frontal Residência nº 534. Fonte: autora, 2018.	342
Figura 265. Localização e implantação da Residência nº 524 (1968). Fonte: autora, 2019.	343
Figura 266. Vistas externas aéreas da Residência Nº524. Fonte: Samuel Benison, 2020....	344
Figura 267. Planta do pavimento térreo da Residência nº 524. Fonte: autora, 2018.....	345

Figura 268. Planta do pavimento superior da Residência Nº 524. Fonte: autora, 2018.	346
Figura 269. Vista interna pavimento térreo da Residência nº 524 (Casa do Arquiteto): sala de estar (a, b), escada (c) e cozinha (d). Fonte: autora, 2018.	347
Figura 270. Vistas internas do pavimento superior da Residência nº 524 (Casa do Arquiteto): corredor (a), quarto (b) e banheiro (c). Fonte: autora, 2018.....	348
Figura 271. Vista da varanda do térreo (a), da varanda da suíte (b) e corredor da área externa da casa do arquiteto da Residência nº 524. Fonte: autora, 2018.....	349
Figura 272. Matriz do Estado de Preservação da Residência Nº 524. Fonte: autora, 2019.	350
Figura 273. Matriz do Estado de Conservação da Residência Nº 524. Fonte: autora, 2019.	350
Figura 274. Tabela comparativa entre as edificações da Linguagem da Arquitetura Modernista. Fonte: autora, 2018.....	351
Figura 275. Tabela com a porcentagem das áreas úteis das Residências da Arquitetura Modernista.....	352
Figura 276. Varandas encontradas nas residências Nº 480 (a), Nº 139 (b) e Residência Nº 223 (c). Fonte autora, 2018 (a, b) e 2015 (c).	356
Figura 277. Volumetria das Edificações Ecléticas e Neocoloniais. Fonte: autora, 2019.....	358
Figura 278. Volumetria das linguagens <i>Art Déco</i> e Arquitetura Modernista. Fonte: autora, 2019.	358

LISTA DE ABREVIATURAS

ACM-	Associação Comercial do Maranhão.
AML-	Academia Maranhense de Letras.
ANPUH-	Associação Nacional de História.
BNH-	Banco Nacional de Habitação.
CEFET-	Centro Federal de Educação Tecnológica.
CGCGPM-	Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.
CIAM-	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.
COHAB/MA-	Companhia de Habitação do Maranhão
CONDEPHAAT-	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.
DER – MA-	Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão.
DHP -	Departamento de Habitação Popular.
DIP-	Departamento de Imprensa e Propaganda.
DNI-	Departamento Nacional de Informação.
DNP -	Departamento Nacional de Propaganda.
DOCOMOMO-	Documentação e Conservação dos Edifícios, sítios e bairros do Movimento Moderno.
DPHAP/MA	Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão.
DPMF-	Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização.
DTSUL –	Departamento de Transportes Urbanos.
EBCT –	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
ELETRORAS -	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ENBA-	Escola Nacional de Belas Artes.
FAU-	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

FUMPH-	Fundação Municipal de Patrimônio Histórico.
IAB-	Instituto Brasileiro de Arquitetos.
IAPC -	Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes.
IAPs -	Institutos de Aposentadorias e Pensões.
IFMA-	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão.
IHGM-	Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.
IMAR –	Instituto Maranhense.
INBI-SU –	Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos.
INFRAERO –	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.
INSS –	Instituto Nacional do Seguro Social.
IPEM –	Instituto de Previdência do Estado do Maranhão.
IPHAN –	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.
IPLAM –	Instituto de Planejamento do Município de São Luís.
JK -	Juscelino Kubitschek.
MASP –	Museu de Arte de São Paulo.
MAVAM –	Museu da Memória Audiovisual do Maranhão.
MES –	Ministério da Educação e Saúde.
MoMA –	Museu de Arte Moderna de Nova Iorque.
PETROBRAS –	Petróleo Brasileiro S.A.
PR -	Partido Republicano.
PSB –	Partido Socialista Brasileiro.
PSD –	Partido Social Democrático.
PST –	Partido Social Trabalhista.
RFFSA -	Rede Ferroviária Federal S.A.
SBBA –	Sociedade Brasileira de Belas Artes.

SCA –	Sociedade Central de Arquitetos.
SEMURH –	Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação.
SENAC –	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SENAI –	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SESC –	Serviço Social do Comércio.
SFH –	Sistema Financeiro de Habitação.
SIOGE –	Serviços de Imprensa e Obras Gráficas do Maranhão.
SPHAN –	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
SUDENE –	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.
SULACAP –	Sul América Capitalização S.A.
TRE –	Tribunal Regional Eleitoral.
TSE –	Tribunal Superior Eleitoral.
UDN –	União Democrática Nacional.
UEMA –	Universidade Estadual do Maranhão.
UFRJ –	Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UNESCO –	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
URM –	União Republicana Maranhense.
USP –	Universidade de São Paulo.

Caminhante, não há caminho. Faz-se o caminho ao andar.
Antônio Machado



INTRODUÇÃO

Figura da página anterior: Vista da cidade de São Luís. Fonte: autora, 2016.

INTRODUÇÃO

Apresenta-se a investigação, onde são expostos o tema em estudo, os objetivos geral e específicos, a problemática, as hipóteses e suas questões atinentes, além dos procedimentos teórico-metodológicos, que apoiaram cientificamente a tese, assim como sua estruturação.

Tema e Objeto de Estudo

A presente investigação tem como objeto de estudo a produção arquitetônica residencial moderna do século XX, no período de 1930 a 1960, na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, Brasil.

O município de São Luís fica localizado na face ocidental da ilha de São Luís e divide o espaço com mais três municípios: São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, que constituem a região metropolitana de São Luís.



Figura 1. Mapa de Localização do Estado do Maranhão no Brasil, da Cidade de São Luís na ilha e do centro histórico com os bairros adjacentes. Fonte: IPLAM, 2002; autora, 2017.

A investigação sobre a produção arquitetônica residencial moderna do século XX abrangerá os imóveis construídos entre as décadas de 1930 a 1960, intervalo que compreende a

materialização da imagem da autoridade do Estado, com destaque para o início da gestão do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945) até à inauguração da nova Capital Federal, Brasília (1960), no final do mandato político do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960). A gestão de Getúlio Vargas foi caracterizada pela forte centralização política, com as decisões nas mãos do Governo Federal e de seus interventores estaduais e prefeitos. A preocupação, à época, era transformar e renovar as cidades, tornando-as mais civilizadas e modernas, e para isso foi programada uma série de obras de embelezamento e saneamento nas capitais e principais cidades do interior, inspiradas na imagem de modernidade das cidades europeias.

Em São Luís, esta produção arquitetônica residencial moderna encontra-se materializada em edificações localizadas em ruas e avenidas, resultantes de ações pontuais ou de planos urbanos, que buscavam modernizar a cidade, por meio da criação de avenidas e pelo alargamento e prolongamento de ruas existentes, localizadas, em sua maioria, na área central da cidade, além da construção de pontes, sobre os Rios Bacanga e Anil, que possibilitou a expansão urbana para as praias, surgindo assim, novas centralidades.

Para que as transformações propostas nos planos fossem efetivadas, no âmbito da renovação urbana, algumas edificações pré-existentes foram demolidas - casarões coloniais e ecléticos. Nos vazios deixados pela ausência do edificado surgiram novas linguagens arquitetônicas que buscavam romper com o passado, e apresentar um novo tipo de implantação, que quebrou com a homogeneidade urbana e arquitetônica da cidade, marcada pelo seu traçado ortogonal e por sua arquitetura colonial datada do século XVIII e XIX, reconhecida pela UNESCO, em 1997, como Patrimônio Cultural da Humanidade.

As novas edificações apresentavam também uma série de inovações técnicas e construtivas, a exemplo de um sistema de redes mecanizadas de abastecimento de água e de coleta de esgoto, que incorporavam o caráter moderno a essas construções. Desse modo, as edificações, que compreendem a produção arquitetônica moderna, foram sendo construídas ao longo dos novos eixos de movimento e de expansão da cidade, constituindo, assim, a *Rota do Moderno*. Nesta investigação o termo *Rota do Moderno* foi utilizado para delimitar o recorte espacial da tese, sendo definido, pela autora da presente tese, a partir da pesquisa de campo, e, também, pelas intervenções em frentes de águas, pela implantação e execução de planos urbanos e pela construção de avenidas.

Nesses espaços públicos foram construídos o maior número de exemplares da produção da arquitetura moderna ludovicense¹ do século XX, a saber: construção da Avenida Beira Mar no final da década de 1930, na gestão de Jaime Tavares (1926-1930), do “Plano de Remodelação, Extensão, Embelezamento e Saneamento da Cidade de São Luís (1936)”, de autoria do Engenheiro Otacílio Saboya Ribeiro (1899-1967), enquanto prefeito de São Luís (1936-1937), na gestão do interventor Federal Paulo Martins Ramos (1936-1945); e do “Plano de Expansão da Cidade de São Luís (1958)”, elaborado pelo Engenheiro Rui Mesquita (1919-1979) (Figura 3).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a *produção arquitetônica residencial moderna do século XX* compreende as edificações com as linguagens: eclética, *Art Déco*, neocolonial e arquitetura modernista, que passaram a dividir espaço com os imóveis da linguagem colonial.

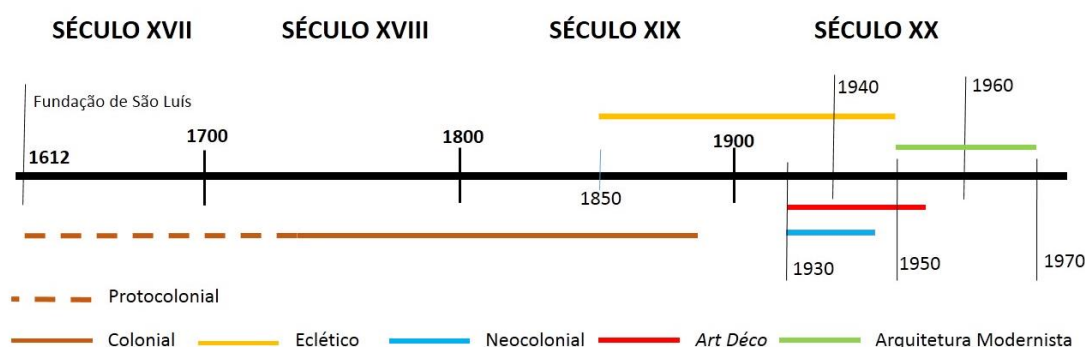


Figura 2. Linha do tempo da produção arquitetônica moderna de São Luís, da sua fundação a 1970. Fonte: autora, 2018.

A pesquisa sobre produção arquitetônica residencial moderna, em especial os edifícios construídos entre 1930 a 1960, visa compreender um conjunto de edificações que trouxeram para a cidade uma nova forma de viver e de morar. Tais construções, hoje, vêm sofrendo um processo constante de descaracterizações, e, em alguns casos, o seu total desaparecimento, por ações demolidoras, e pelo fato de a arquitetura do século XX não ser reconhecida e valorizada pela sociedade.

¹ Designa-se a pessoa que nasce na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão.



Figura 3. Delimitação da rota do moderno em São Luís. Fonte: Google Earth, 2018, com sobreposição da autora, 2016.

A dificuldade em reconhecer a significância cultural destes imóveis está relacionada à falta de conhecimento dos valores existentes nas edificações do século XX. Alois Riegl (1858-1905), no seu livro “O culto dos monumentos: sua essência e origem” (2014 [1984]) apresenta os valores ligados à rememoração e à contemporaneidade, que podem ser aplicados nas edificações modernas, a exemplo: do valor histórico, revelando uma época, seus modos de vida e o tempo transcorrido desde a sua construção, representando etapas do estágio da vida humana; o valor artístico (relativo), impregnado de subjetividade, relacionando-se à apreciação estética do imóvel e como ele, o bem, satisfaz as exigências do querer artístico moderno; outro valor que pode ser associado a essa arquitetura é o valor econômico, ou seja, como esses bens podem ser utilizados para abrigar novos usos.

A identificação e o reconhecimento dos valores das edificações do século XX, em especial da arquitetura modernista, foi efetivado com a criação do Docomomo², que chamou a atenção para o processo de abandono e desvalorização dos bens deste século, passando a organizar congressos e seminários voltados para o registro, inventários e publicações, contribuindo para a sua divulgação e valorização.

A Recomendação Nº R(91) I3 sobre a Proteção do Patrimônio Arquitetônico do Século XX³, considera a arquitetura do século XX como parte integrante do patrimônio histórico, sendo necessária a sua salvaguarda e valorização, pois a ausência de interesse na conservação desses bens poderá causar perdas irreparáveis e privará as gerações futuras do conhecimento deste período da memória. Assim, recomenda a identificação, estudo, proteção, conservação, restauro e divulgação dessa arquitetura (Lopes e Correia, 2014).

O conhecimento dos valores dessas edificações, que compreendem a produção arquitetônica do século XX em São Luís, refletirá no entendimento de que essas construções representam um momento ímpar da cidade, quando buscou modernizar-se através de sua arquitetura, constituindo-se, assim, num patrimônio cultural do século XX e, como tal, deve ser preservado e conservado para as próximas gerações.

A cidade de São Luís apresenta diversas temporalidades, desde a arquitetura colonial à moderna. Todos esses tempos devem ser valorizados, pois apresentam diferentes

² O DOCOMOMO surgiu como forma de valorizar e conservar a arquitetura moderna, que vinha sofrendo constantes agressões comprometendo a sua autenticidade e integridade, foi criado em 1988, na cidade de Eindhoven na Holanda. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, estando sediada atualmente em Lisboa e tem por objetivo documentar e preservar as criações do movimento moderno na arquitetura, urbanismo e manifestações afins (<http://www.docomomo.org.br/>).

³ Essa Recomendação foi realizada pelo Conselho de Estrasburgo, na França, em setembro de 1991.

manifestações culturais, formas de viver e construir, revelando, assim, diferentes processos históricos.

Dentro desse processo histórico existe o acervo arquitetônico ludovicense, que abrange do colonial ao moderno e está diretamente ligado aos ciclos econômicos do Estado do Maranhão, que englobam quatro fases, segundo Felipe de Holanda (2008): a de integração ao modelo primário – exportador; a desarticulação do sistema *plantations* e os surtos de crescimento da indústria (o ciclo industrial); o período da integração comercial à economia nacional; e, a fase da integração produtiva à economia nacional. Cada ciclo trouxe algo novo para a cidade do ponto de vista urbano e arquitetônico, quer seja pela construção de novas avenidas e pontes, como pelo surgimento de novas tipologias na cidade, a exemplo de clubes sociais, cinemas e aeroporto, mas, também, pelas inovações técnicas dos materiais e técnicas construtivas advindas da revolução industrial.

Problemática e Questões de Investigação

A cidade de São Luís, marcada por uma arquitetura e traçado homogêneo colonial luso-brasileiro, recebeu na primeira metade do século XX, novas linguagens arquitetônicas, que buscavam modernizar a cidade. O conjunto de edificações apresentava, em sua estrutura, avanços tecnológicos e novos materiais provenientes da revolução industrial, representando, assim, uma parte da história da cidade moderna.

As obras da arquitetura moderna são pouco reconhecidas e carecem de políticas que primem por sua preservação e conservação, refletindo na sua desvalorização, por boa parte da população. A ausência de estudos voltados para a sua identificação e valorização e a falta de políticas públicas causaram o desaparecimento e descaracterização de muitas construções do século XX.

Ao aprofundarmos o objeto de estudo proposto nesta tese de doutoramento, surgiram algumas questões a respeito desse acervo, a compreender:

Qual o impacto que as novas edificações causaram na organização espacial da cidade?

A produção arquitetônica moderna do século XX conseguiu dialogar com a arquitetura colonial?

O acervo moderno apresenta alguma característica peculiar que o diferencia da arquitetura moderna produzida em outras cidades do Brasil?

Com base nessas inquietações, será necessário responder algumas questões:

- i. Como a arquitetura moderna chega a São Luís?
- ii. No intervalo de 1930 a 1960, a cidade de São Luís sofreu um período de estagnação econômica; como conseguiu a arquitetura moderna evoluir na cidade nesse período?
- iii. Como evoluíram as funções desenvolvidas por essas edificações: estrutura física, espacial, articulação interna, hierarquia dos espaços e usos?
- iv. Trata-se de um estoque arquitetônico que se encontra desvalorizado; como poderá esse acervo ser reabilitado para novos usos e novas funções?
- v. O acervo da arquitetura colonial é predominante na cidade de São Luís, e encontra-se protegido pela Legislação Federal (IPHAN- Decreto Lei nº 25/1937) e pela Legislação Estadual. Por que o acervo do século XX não está protegido?

Objetivos

A investigação tem por objetivo geral localizar, identificar e analisar a produção arquitetônica moderna residencial do Século XX, no período de 1930 a 1960, na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, Brasil.

Esta pesquisa contribuirá para a localização, reconhecimento, catalogação e valorização, a nível local, regional e nacional, do acervo moderno de uma cidade marcada por sua arquitetura colonial.

Os objetivos específicos pretendem:

- a) Compreender o conceito e as linguagens existentes na arquitetura moderna.
- b) Analisar como a arquitetura moderna chega à capital maranhense;
- c) Relacionar a produção arquitetônica moderna no contexto histórico, político e socioeconômico vividos no Brasil e São Luís no século XX (1930-1960), de maneira a identificar as possíveis relações destes aspectos na produção arquitetônica moderna.
- d) Realizar o levantamento da produção arquitetônica moderna residencial do século XX em São Luís, de forma a compreender a lógica que estrutura as suas formas

arquitetônicas, materiais, configuração espacial, articulação interna, hierarquia dos espaços, usos e funções;

- e) Comparar a produção arquitetônica moderna residencial do século XX, de modo a realizar uma análise evolutiva desse acervo buscando similaridades e particularidades.
- f) Discutir a inserção desse acervo moderno (1930-1960) dentro do conjunto colonial da cidade de São Luís e as estratégias de preservação deste acervo.

Desta forma, pretende-se constituir um documento sistematizado, que registre através da identificação e análise as diferentes edificações e linguagens, contribuindo para a preservação da arquitetura moderna na capital maranhense.

Justificativa

A pesquisa sobre a produção arquitetônica moderna em São Luís é um importante instrumento para a sua preservação, pois trata-se de um tema ainda pouco abordado, em função dos estudos que, por muito tempo, estiveram concentrados na arquitetura da linguagem colonial, deixando o período equivalente no século XX, à margem das investigações.

Os trabalhos sobre a arquitetura do século XX são embrionários, e as pesquisas que tratam desse tema se restringem ao estudo do invólucro arquitetônico, ou seja, da análise das fachadas. No entanto, é fundamental ampliar ou aprofundar as pesquisas em outras dimensões. Sabe-se que a arquitetura moderna trouxe consigo novos aspectos estéticos e volumétricos para as edificações, mas essas mudanças não se restringiram somente aos seus aspectos externos, plásticos ou volumétricos, mas, também, à sua configuração espacial interna a partir das transformações pela qual a sociedade vinha passando.

A “arquitetura moderna”, se dizia, deveria ser baseada diretamente em novos meios de construção e ser disciplinada pelas exigências da função; suas formas deveriam ser expurgadas da parafernália de reminiscências históricas, seus significados sitonizados com mitos e experiências especificamente modernos; suas questões morais deveriam sugerir uma visão do aperfeiçoamento humano, e seus elementos deveriam ser capazes de aplicações gerais e situações precedentes, que surgiam do impacto da máquina sobre a vida e cultura humana (Curtis, 2008 [1982]: 11-12).

Desta forma, para compreender a arquitetura moderna, como um todo, é preciso analisar seus aspectos externos (invólucro), internos (organização espacial), sua constituição (materialidade, estrutura), e o contexto em que se inserem. Em alguns casos, a aparência externa não apresenta uma relação com a interna.

Identificar as relações “da fachada *versus* interior” das linguagens, que constituem a arquitetura moderna ludovicense, contribuirá para verificar se houve, de fato, modificações (evolução) na organização espacial e na materialidade de uma linguagem para outra, ou simplesmente, se se repetiram aspectos e características internas das arquiteturas precedentes.

Entender a configuração espacial e materialidade da produção arquitetônica moderna ludovicense contribuirá para um novo olhar para a sua arquitetura do século XX. Estudar a organização espacial no ambiente arquitetônico significa compreender um sistema de relações entre os espaços (ambientes), que compõem uma edificação.

Outro aspecto inédito desta investigação será o debate da inserção do moderno numa cidade colonial, abordado sob o enfoque dos ciclos econômicos e a contribuição dos mesmos para a constituição do acervo arquitetônico, além de definir a existência de uma *Rota do Moderno* dentro de uma cidade colonial.

A principal inquietação deste estudo foi a possibilidade de despertar o olhar da comunidade para esse conjunto arquitetônico, que vem sendo constantemente agredido por ações descaracterizantes e demolidoras, refletindo, em muitos casos, no desaparecimento desse acervo em um processo irreversível. Alerta, ainda, para a necessidade de políticas públicas voltadas para a preservação e conservação, evitando, assim, perdas de edificações que marcaram uma época da história da arquitetura ludovicense.

O estudo do acervo ludovicense moderno está inserido nas linhas de pesquisa e de metodologia da rede DOCOMOMO Brasil⁴, e contribuirá, também, para o fortalecimento da

⁴ A rede DOCOMOMO Brasil foi criada em 1992, no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia - UFBA (atual PPGAU/UFBA), seguindo a missão do DOCOMOMO Internacional. Busca constituir uma rede nacional capaz de realizar inventários, campanhas de preservação e divulgar obras do movimento moderno, bem como contribuir para pedidos de tombamentos, além de lutar contra a descaracterização e destruição desse acervo (www.docomomo.org.br).

nova Rede Amazônica de Arquitetura e Urbanismo⁵, que se estabelece nas universidades da região amazônica.

Hipótese

Considerando a problemática, as questões de investigação e os objetivos propostos, formula-se a seguinte Hipótese de Investigação:

A produção arquitetônica residencial moderna de São Luís do Maranhão, Brasil, do século XX, formada por diferentes linguagens (Eclético, Neocolonial, *Art Déco* e Arquitetura Modernista), apresenta similaridades na sua configuração espacial e materialidade, conseguindo dialogar positivamente com as edificações coloniais e ecléticas, dos séculos XVIII e XIX, sem representar um grande contraste nesse conjunto.

Revisão da Literatura

O estudo sobre a produção arquitetônica moderna, em especial, a do século XX, envolve a análise da estrutura física, espacial, articulação interna, hierarquia dos espaços e usos; este estudo está ainda embrionário em São Luís, não existindo registro de qualquer pesquisa sobre o assunto, apenas os ligados a identificar e descrever aspectos externos da edificação⁶.

É importante ressaltar que a arquitetura do século XX, em especial de São Luís e de outras capitais do norte e nordeste do Brasil, ficaram por muito tempo fora da literatura especializada sobre assunto, e com a criação da rede DOCOMOMO Brasil e a Rede da Amazônia, os trabalhos sobre esse assunto começaram a ter visibilidade nacional. Desse modo, a revisão da bibliografia está dividida em três partes: contexto internacional, nacional e local, de maneira a compreender a construção da produção arquitetônica moderna e identificar os pontos em comum com as questões abordadas nesta tese, de modo a elaborar a *Rota do Moderno* em São Luís.

⁵ A Rede Amazônia de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo foi criada em outubro de 2017, com o objetivo de realizar a integração e desenvolvimento da pesquisa na região amazônica. Esta rede é formada pelos Estados que fazem parte da Amazônia Legal, ou seja, os Estados da região Norte e os Estados do Maranhão e Mato Grosso.

⁶ Estes estudos serão citados no item Contexto Local da Revisão de Literatura.

Contexto Internacional da Produção Arquitetônica Moderna

No contexto internacional buscou-se estudar os autores que mostraram o surgimento e o processo de desenvolvimento da arquitetura moderna.

A gênese da arquitetura moderna esteve relacionada diretamente com a Revolução Industrial, momento do aperfeiçoamento e aparecimento de novas técnicas e materiais construtivos que colaboraram para a construção de novas linguagens arquitetônicas, que buscavam diferenciar-se das existentes até o presente momento, que muitas das vezes mantinham referências de passado existente. Para a compreensão deste processo recorreu-se aos seguintes autores:

Benevolo, no livro “História da Arquitetura Moderna” (1998 [1976]), enfatiza que a arquitetura moderna surgiu com a Revolução Industrial, sendo responsável pelas grandes transformações técnicas, sociais e culturais, refletindo na arquitetura e na cidade; apresenta os primeiros movimentos de vanguarda europeus, com seus respectivos precursores, finalizando com o movimento moderno.

Kenneth Frampton, em “História crítica da Arquitetura Moderna” (2015 [1980]), contribui com vários textos, em que busca identificar as origens da arquitetura moderna, por meio das transformações culturais, territoriais e técnicas; e, ainda, apresenta os arquitetos que participaram e contribuíram para a disseminação deste movimento.

William Curtis, com “Arquitetura Moderna desde 1900” (2008 [1982]), apresenta a evolução e processo da arquitetura moderna por meio de pequenos textos, que mostram que essa arquitetura é resultante de múltiplos fatores que fazem parte do processo de desenvolvimento da arquitetura moderna, combinando com análises e descrições de edificações ícones e canônicas do mundo inteiro.

Jean-Louis Cohen, com o “Futuro da Arquitetura” (2013), demonstra a transformação da arquitetura, após as mudanças advindas da modernidade, analisa o processo desde o ponto de vista formal e espacial até aos condicionantes sociais e econômicos.

Os autores citados relatam que a arquitetura moderna foi uma invenção do século XIX, amplamente divulgada no século XX, sendo concebida como uma reação ao suposto caos das formas históricas que a antecederam, e sinalizam que a arquitetura moderna é composta de várias linguagens arquitetônicas. Essas bibliografias também contribuíram para a

identificação das características das linguagens arquitetônicas a serem estudadas na presente tese.

Contexto Nacional da Produção Arquitetônica Moderna

No contexto nacional foi utilizado o catálogo *Brazil Builds - Architecture New and Old 1652-1942* (1943), de Phillip Goodwin, editado pelo Museu de Arte Moderna (MoMA) de Nova York, que constitui a primeira fonte documental que apresentou a arquitetura moderna no Brasil para o mundo.

O livro *Arquitetura Moderna no Brasil* (1956), de Henrique Mindlin, foi um suplemento do *Brazil Builds*, e revelou, através da análise histórica da arquitetura do Brasil, Colônia e Império, o desenvolvimento dessa nova linguagem arquitetônica, com destaque para a arquitetura modernista desenvolvida pela escola carioca.

Posteriormente, no início da década de 1980, Yves Bruand, com o livro “*Arquitetura Contemporânea no Brasil* (1981)”, apresentou o desenvolvimento da arquitetura moderna nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Bahia, desde as primeiras manifestações até aos primeiros anos após a construção de Brasília (1960).



Figura 4. Capas dos livros das referências bibliográficas do contexto nacional. Fonte: Goodwin (1943), Mindlin (2001 [1956]), Bruand (2012 [1981]) e Segawa (2014 [1998]).

Hugo Segawa, em “*Arquiteturas no Brasil 1900-1990* (1998)”, revela os processos da constituição da arquitetura moderna por meio de modernidades distintas do século XX, como o eclético, *Art Déco* e o neocolonial, não priorizando obras e arquitetos, mas inserindo os mesmos no debate cultural e arquitetônico em determinados recortes temporais.

Lauro Calvalcanti apresenta no livro “Quando o Brasil era Moderno: Guia de Arquitetura 1928-1960 (2001)” uma seleção de projetos de arquitetura modernista. Já, no seu livro “Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura 1930-1960 (2006)”, mostra os embates entre as diferentes correntes arquitetônicas que predominavam no país naquela época, principalmente, nos concursos públicos para as novas sedes ministeriais na cidade do Rio de Janeiro.

Estes autores apresentam aspectos históricos, culturais e sociais que contribuíram para a construção da arquitetura moderna, mas poucos mostram a evolução da configuração do espaço dessas edificações.

Para a compreensão da evolução da casa brasileira, consideraram-se as publicações brasileiras de Nestor Goulart Reis, com “Quadro da Arquitetura no Brasil” (1970), Carlos Lemos, com os livros “Arquitetura Brasileira” (1979), “A História da Casa Brasileira” (1996) e “A República Ensina Morar (melhor)” (1999), e Paulo Santos, com “Quatro séculos de Arquitetura” (1981).

Nessa mesma linha encontra-se, também, o estudo de Francisco Veríssimo e Willian Bittar, “500 anos da Casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia” (1999), onde se traça, de maneira breve, o quadro evolutivo da habitação brasileira, segundo setores funcionais tradicionais: social, íntimo e de serviços.

Com relação à produção da habitação de interesse social, foram utilizados os trabalhos de Nabil Bonduki “Origens da Habitação Social no Brasil” (2011) e a série “Os pioneiros da Habitação Social, Volumes 1, 2 e 3” (2014), que apresentam de maneira clara o surgimento da política nacional de habitação na Era Vargas (1930-1945), inicialmente, por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e, posteriormente, pela Fundação da Casa Popular (FCP). Esses programas surgiram num período em que o país buscava se modernizar por meio do fortalecimento do setor industrial em detrimento do enfraquecimento do setor agroexportador.

Para compreender o processo de transformação da economia e da política do país, no intervalo de 1930 a 1960, recorreu-se aos trabalhos de Boris Fausto, “História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano Economia e Cultura (1930-1964) (2007 [1996]) e “História do Brasil” (1995 [1994]), e ao livro “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda (2014 [1936]).

Todos estes autores contribuíram para um melhor entendimento do contexto nacional, de maneira a relacioná-lo com o contexto local.

Contexto Local da Produção Arquitetônica Moderna

Considerando especificamente São Luís, a pesquisa partiu, inicialmente, da compreensão dos aspectos históricos e econômicos da cidade. Para isso, foram utilizadas as pesquisas desenvolvidas por Jerônimo Viveiros, com o livro “História do Comércio do Maranhão, Volume 1 (2014 [1954] e Volume 3 (2014 [1964])” e os livros de Mario Meireles – “História do Maranhão” (2015 [1992]), “História de São Luís” (2015 [2012]) e “História do Comércio do Maranhão, Volume 4” (2015 [1992]), esclarecendo o passado social e econômico da cidade até à metade do século XX. Para entender a dinâmica contendo os ciclos econômicos até à contemporaneidade, recorreu-se aos dados do caderno do IMESC⁷ 4, de Felipe de Holanda (2008).

No que diz respeito aos estudos sobre a cidade, destacam-se as obras de José Antonio Viana Lopes “São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial: Antonio Lopes da Cunha e a preservação do patrimônio Ludovicense” (2013), “São Luís Ilha do Maranhão: Guia de Arquitetura e Paisagem” (2008) e “São Luís do Maranhão: Corpo e Alma” (2012) de Maria de Lourdes de Lacroix, que apresentam a evolução urbana da cidade e da arquitetura, desde a tradicional até à do século XX. Nestas obras, existem capítulos que tratam sobre o “Plano de Remodelamento, Extensão, Embelezamento e Saneamento da cidade” de Otacílio Saboya, de 1936, que buscava modernizar a cidade, através de intervenções viárias e de embelezamento urbano de espaços públicos.

No livro “Urbanização e Desenvolvimento Sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na Cidade de São Luís do Maranhão” (2008), Frederico Burnett retrata a evolução da cidade, fazendo uma análise sobre a urbanização tradicional e moderna.

Com relação às imagens da cidade foram utilizados os livros: “Álbum do Maranhão 1950” (1950) de Miércio Jorge e “Imagens do Moderno em São Luís” (2001) de Valdenira Barros, que mostram, através de fotografias, a cidade na década de 1950, mas sem descrever,

⁷ Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

referenciar ou detalhar elementos da arquitetura ou da configuração física das edificações apresentadas.

Para realizar uma comparação entre a arquitetura tradicional e a moderna do século XX, foi necessário analisar o contexto da arquitetura tradicional com suas diversas tipologias, de maneira a identificar as diferenças entre as mesmas. Para tal, utilizou-se o livro “Centro Histórico de São Luís do Maranhão: Patrimônio Mundial” (1998), de Luíz Phelipe Andrès, e “Arquitetura Luso - Brasileira no Maranhão” (1998 [1986]), de Olavo Pereira da Silva Filho; tais obras fazem uma descrição da arquitetura tradicional e dos detalhes da tipologia.

Quanto à produção arquitetônica moderna, o “Guia de Arquitetura e Paisagem de São Luís” (2008), de organização de José Antônio Viana Lopes, apresenta no capítulo 2, de autoria da Professora Doutora Grete Pflueger, um panorama geral sobre a implantação do moderno em São Luís. Os trabalhos que tratam especificamente das obras da arquitetura moderna ludovicense fazem dessa tese uma contribuição inédita para a história da cidade, sendo importante ressaltar, também, que os poucos trabalhos existentes sobre essa temática fazem parte do grupo de pesquisa da Faculdade de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, coordenado pela mesma professora.

Metodologia

Nesta tese, o roteiro de investigação apoia-se numa metodologia não intervencionista, de base qualitativa e quantitativa, que privilegia uma abordagem de natureza histórica, descritiva e de caráter exploratório.

A pesquisa empírica delimitou-se num recorte espacial, às ruas e avenidas que fazem parte da *Rota do Moderno*, termo estabelecido para desenhar o percurso da investigação, com destaque para os imóveis localizados na Avenida Beira-Mar, Rua do Egito, Praça João Lisboa, Avenida Magalhães de Almeida e Avenida Getúlio Vargas. Esta rota congrega grande parte da produção arquitetônica residencial moderna de São Luís, no período de 1930 a 1960.

A operacionalização da investigação, propriamente dita, considerou quatro fases, conforme se pode ler no quadro da Figura 5:

- a) 1ª Fase – Construção do referencial teórico;
- b) 2ª Fase – Levantamento de dados sobre o objeto de estudo;

- c) 3ª Fase – Tratamento, análise dos dados e verificação das hipóteses;
 d) 4ª Fase – Apresentação dos resultados.

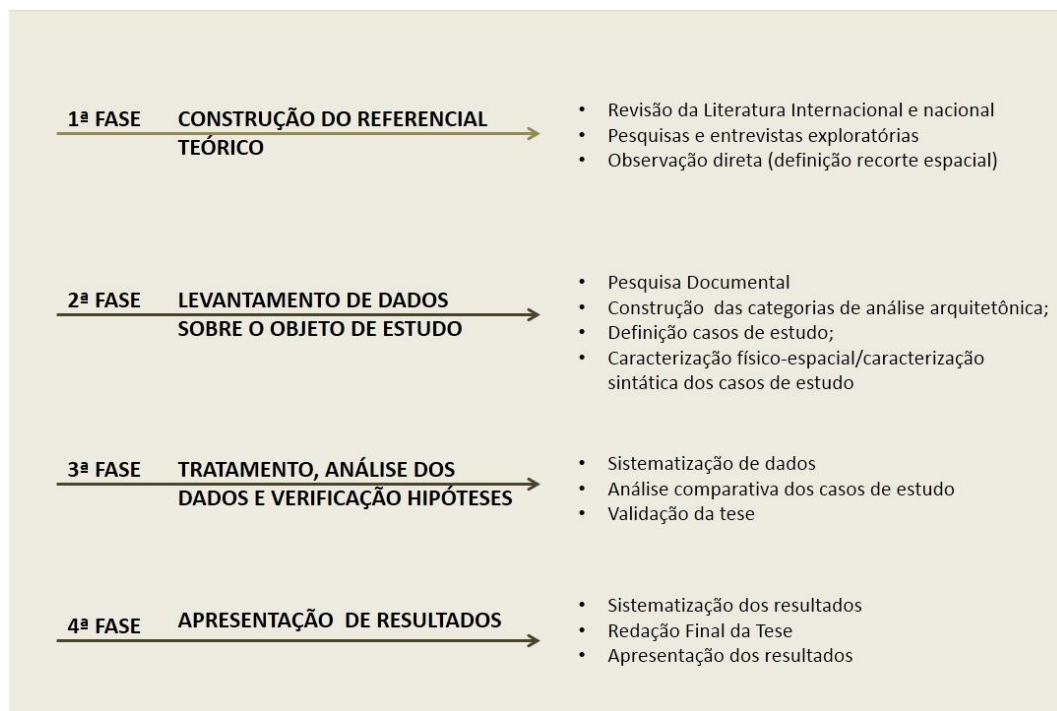


Figura 5. Fases analíticas da investigação. Fonte: autora, 2016.

A seguir, apresenta-se o desenvolvimento de cada uma das fases analíticas da investigação.

Construção do referencial teórico

A construção do referencial teórico foi alinhado de acordo com os objetivos da investigação, que segundo Ollak e Ziller (2012) são responsáveis pelas concepções de validação prévia e interna. Realizou-se a revisão da literatura – internacional e nacional e local, através do levantamento e seleção da bibliografia genérica e específica sobre a produção arquitetônica moderna, a fim de buscar compreender o processo de constituição e construção do acervo da produção arquitetônica moderna.

A análise minuciosa dessas referências bibliográficas contribuiu para um melhor entendimento do que foi a arquitetura moderna e suas diversas linguagens e características, bem como os conceitos relacionados com essa temática, por exemplo: modernidade,

modernismo e modernização, os livros referentes à política e à produção arquitetônica moderna brasileira.

Desta forma, foram realizadas visitas para seleção e síntese de informações, nas bibliotecas públicas: a) Lisboa (Portugal): Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa; b) Brasil (São Luís-Maranhão): Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão; Biblioteca Pública Benedito Leite; Arquivo Público Estadual do Maranhão; e nas bibliotecas do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional – IPHAN e do Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e paisagístico do Estado do Maranhão – DPHAP/MA, além de bibliotecas de particulares; páginas *web* existentes sobre o tema e disponíveis na internet.

Nesta fase, também foi necessária a realização de pesquisas exploratórias, em fontes primárias e fontes secundárias, que permitiu a identificação da existência ou não do tema a ser trabalhado na tese, bem como a construção da contextualização do objeto de estudo, que abrange aspectos históricos, políticos, econômicos e urbanos da cidade de São Luís.

Levantamento de dados sobre o objeto de estudo

O objeto de estudo da presente tese é a produção arquitetônica residencial moderna do século XX em São Luís do Maranhão. Inicialmente, foi realizada a pesquisa documental, que buscou examinar nos acervos de São Luís, livros raros, documentos, jornais antigos, almanaques administrativos, relatórios técnicos, e narrativa de historiadores, técnicos, intelectuais maranhenses, tudo o que remetesse à produção arquitetônica moderna do século XX.

Recorreu-se, também, à análise da cartografia e das imagens (fotografias e gravuras) da cidade, de forma a identificar as linguagens e os elementos arquitetônicos das edificações construídas no intervalo de 1930 a 1960. Os cartões postais, fotografias e álbuns comemorativos foram importantes registros das transformações da cidade, pois, mostram as transformações urbanas e arquitetônicas, e, como um vínculo de memória, congelam uma imagem de determinado período da cidade. Esse material foi encontrado em fontes primárias da Biblioteca Pública Benedito Leite (acervo de obras raras e setor de microfilmes e jornais), no Arquivo Público Estadual (Acervo de obras raras e Setor de microfilmes e

jornais) e no Museu de Artes Visuais - MAVAM (fotos do século XX), bem como nas bibliotecas institucionais do IPHAN e do DPHAP/MA.

Para a escolha dos exemplares para os casos de estudo, houve várias pesquisas exploratórias com observação direta na *Rota do Moderno*. Essa rota possui aproximadamente 4.650 metros de extensão, com 384 imóveis, distribuídos na Avenida Beira-Mar, Rua do Egito/Praça João Lisboa, Avenida Magalhães de Almeida e Avenida Getúlio Vargas.

Para a identificação das linguagens existentes na rota, foi utilizada a classificação encontrada no livro “São Luís: uma leitura da Cidade”⁸ (Espírito Santo, 2006) da Prefeitura Municipal de São Luís. Nesse levantamento, não consta a Avenida Getúlio Vargas, uma vez que o levantamento da referida avenida foi realizado em 2015 pela autora da presente tese. A partir desse levantamento, foram identificados 142 imóveis, que fazem parte das linguagens pertencentes à produção arquitetônica moderna, dos quais 61 imóveis são da linguagem eclética, 28 da neocolonial, 20 da *Art Déco*, e 33 da arquitetura modernista. A maioria dos imóveis, cerca de 170, são da arquitetura dita popular⁹.

	Avenida Beira-Mar	Rua do Egito/Praça João Lisboa	Avenida Magalhães de Almeida	Avenida Getúlio Vargas	Total
Colonial	3	19	0	0	22
Eclético	6	20	1	33	60
Neocolonial	7	12	2	8	29
Art déco	1	4	13	2	20
Arquitetura Modernista	7	5	2	19	33
Brutalista	0	0	0	1	1
Contemporânea	0	0	0	31	31
Popular	20	13	12	125	170
Terreno Vazio/Ruínas	0	0	0	18	18
	44	73	30	237	384

Figura 6. Tabela do quantitativo de imóveis da Rota do Moderno e suas linguagens. Fonte: autora, 2016.

⁸ A classificação do estilo arquitetônico, presente no levantamento urbanístico, do plano diretor do centro histórico de São Luís, elaborado em 1998, pela Prefeitura Municipal de São Luís em parceria com o Governo do Estado e IPHAN. Este levantamento, também, fez parte do Plano Municipal de Gestão do centro Histórico de São Luís, elaborado pelo Instituto da Cidade, em 2003.

⁹ Estilo onde não há modo de construir erudito, suas formas refletem o modo de fazer de uma cultura e de um povo, refletindo o modo de fazer espontâneo de gosto individual, com sistemas construtivos informais.

A partir da pesquisa exploratória definiu-se três exemplares de cada linguagem para serem os casos de estudo da presente tese. São eles:

- a) Linguagem Eclética: Residência Nº 139 (Rua do Egito), Residência Nº 173 (Rua do Egito), Residência Nº 226 (Rua do Egito);
- b) Linguagem Neocolonial: Residência Nº 480 (Avenida Beira-Mar), Residência Nº 167 (Rua do Egito), Residência Nº 220 (Avenida Magalhães de Almeida);
- c) Linguagem *Art Déco*: Edifício Saluá, Edifício Saldanha e Edifício Sérgio, todos localizados na Avenida Magalhães de Almeida, e;
- d) Linguagem Arquitetura Modernista: Residência Nº 534 (Avenida Beira-Mar), Residência Nº 1.831 (Avenida Getúlio Vargas) e Residência Nº 223 (Avenida Getúlio Vargas).

Para os casos de estudo foram definidas residências unifamiliares, as mais representativas da *Rota do Moderno*, que apresentassem similaridades quanto aos aspectos morfológicos e tipológicos. É importante frisar que na *Rota do Moderno*, na linguagem *Art Déco*, não existem edificações unifamiliares, somente as multifamiliares e com uso misto.

O segundo critério de seleção foi a facilidade de acesso aos imóveis, de modo a possibilitar a realização do levantamento físico da edificação e os registros fotográficos, pois muitas das edificações existentes na *Rota do Moderno*, encontram-se fechadas ou em péssimo estado de conservação, e, em alguns casos, os proprietários não permitiram o acesso à edificação.

Identificadas as possíveis edificações a serem utilizadas para a caracterização física e espacial, buscou-se conseguir as plantas dos referidos imóveis no acervo dos órgãos públicos responsáveis pela análise e aprovação de projetos, para o estudo empírico, com o intuito de verificar os possíveis autores e equipe de execução dos projetos e a data de construção das edificações localizadas na Avenida Beira-Mar, Rua do Egito, Avenida Magalhães de Almeida e Avenida Getúlio Vargas. Sabe-se que as licenças para construção de obras são fontes valiosas de pesquisa.

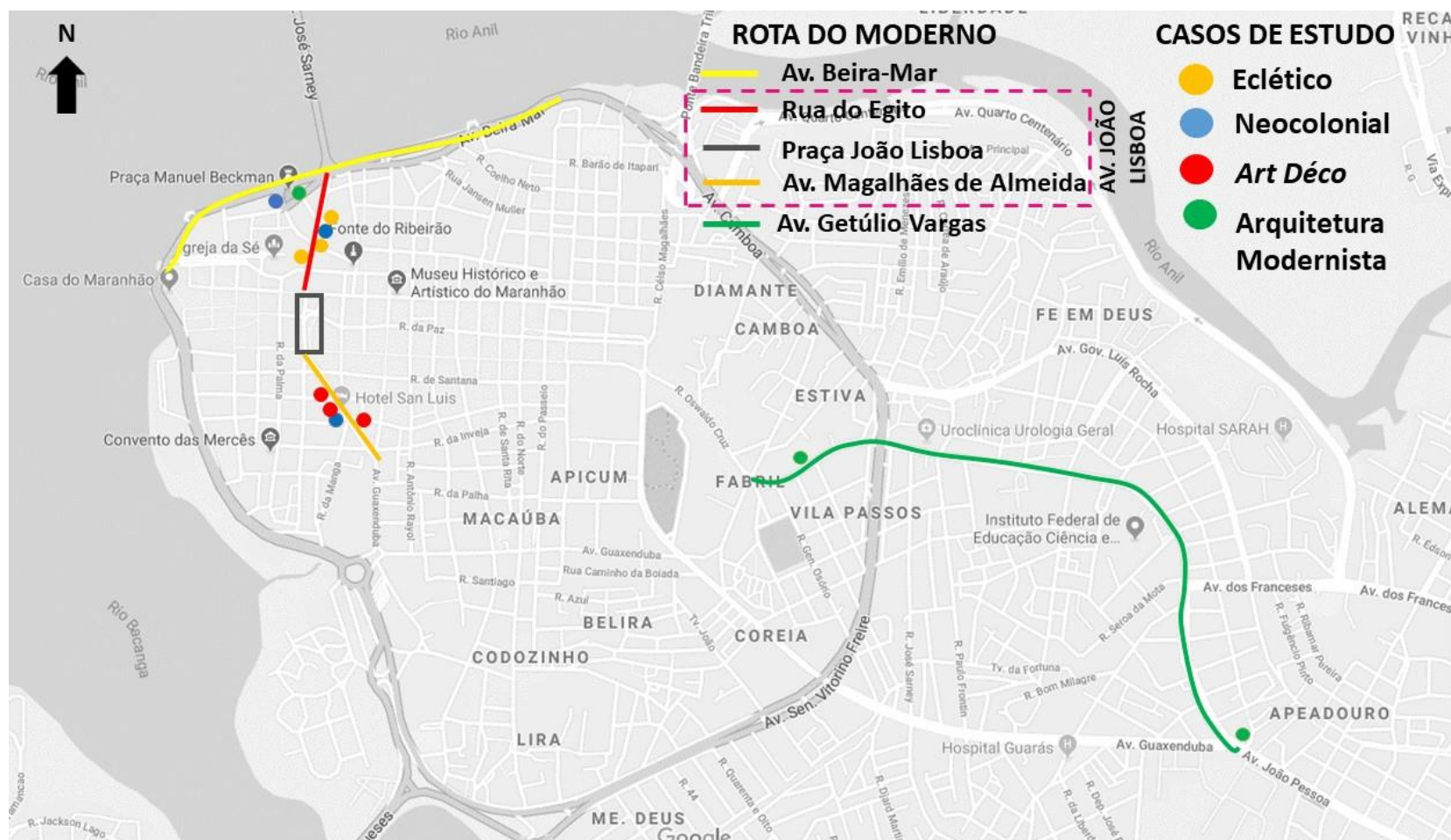


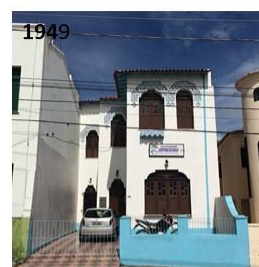
Figura 7. Localização dos casos de estudo entro da *Rota do Moderno*. Fonte: autora, 2018, sobre base do Google Maps.

ECLÉTICO (Década 1940)

Rua do Egito Nº 139.



Rua do Egito Nº 173.



Rua do Egito Nº 226.

NEOCOLONIAL (Décadas de 1930 e 1940)

Av. Beira Mar Nº 480.



Rua do Egito Nº 167.



Av. Magalhães de Almeida Nº 220.

Figura 8. Casos de estudo: Eclético e Neocolonial. Fonte: autora, 2018.**ART DÉCO (Final da década de 1940 e década 1950)**

Edifício Saldanha



Edifício Sérgio



Edifício Saluá

ARQUITETURA MODERNISTA (Década de 1950 e 1960)

Avenida Getúlio Vargas, Nº 223.



Avenida Getúlio Vargas, Nº 1.831.



Avenida Beira-Mar, Nº 524.

Figura 9. Casos de estudo: Art Déco e Arquitetura Modernista. Fonte: autora, 2018; Lopes, 2008:269 (Avenida Getúlio Vargas, Nº1.831).

O primeiro órgão visitado foi a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação – SEMURH¹⁰, mas, nenhum arquivo ou registro de aprovação desses projetos foi encontrado, pois, constatou-se que todo o acervo do século XX (até 1990) foi incinerado por gestões anteriores, não havendo sido realizado nenhum tipo de digitalização ou algum tipo de registro de forma a manter a memória da cidade.

No Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN¹¹, foram disponibilizados as plantas do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos/INBI-SU (2002-2005) em formato digital das edificações ecléticas e neocoloniais, existentes na Avenida Beira-Mar, Rua do Egito e Praça João Lisboa. Mas, nestes levantamentos, não constam a data de construção e a autoria do projeto. Essas plantas apresentam o estado atual do imóvel.

As plantas do Edifício Saluá, Edifício Sérgio, Residência Nº 534 e Residência Nº 1.831 foram disponibilizadas pelos proprietários dos imóveis. Já, no Edifício Saldanha, Residência Nº 223 e Residência Nº 220, foi necessário a realização do levantamento físico da edificação. O levantamento da Residência Nº 223 foi realizado, juntamente, com a arquiteta Giovanna Dualibe, em 2015.

Assim, de posse de todas as plantas, do estado atual em que se encontram os imóveis, partiu-se para a reconstituição, a qual teve por objetivo redesenhar a residência como ela foi entregue ao morador, o seu projeto original, mostrando todos os ambientes propostos, ou seja, apresentar como era a configuração espacial destas edificações entre as décadas de 1930 a 1960.

Visitas técnicas ao local foram feitas para essa reconstituição, sendo observadas possíveis alterações internas do imóvel, como retiradas ou inserção de elementos da arquitetura na edificação, como paredes divisórias, retiradas ou vedações de esquadrias, portas e janelas, além do aumento da área construída do imóvel. Também, houve várias conversas informais

¹⁰ Órgão vinculado à Prefeitura Municipal de São Luís, responsável pela fiscalização urbanística, polícia administrativa e aprovação dos projetos e obras e concessão de alvará de obras e serviços.

¹¹ Instituto vinculado ao Ministério da Cultura, responsável pela proteção, preservação dos bens materiais e imateriais protegidos pelo Governo Federal e/ou reconhecidos como Patrimônio Mundial pela UNESCO.

com ex-moradores e ex-proprietários dos imóveis, como foi o caso da Residência Nº 226, que contribuíram para redesenho destes imóveis.

Outra fonte de pesquisa que colaborou para a reconstituição dos projetos originais, foi o Registro do Imóvel e a Cadeia Sucessória (certidão sucessória). Trata-se de uma importante fonte documental, por ser o histórico do imóvel, onde são relatados os proprietários atuais e anteriores, data de registro e venda; apresentando, em alguns casos, a descrição do programa da edificação, no ato da sua construção, bem como projetistas e construtores das edificações. Esse documento foi solicitado nos Cartórios de imóveis da cidade¹².

A escolha para esses casos de estudo, como dito, levou em conta as similaridades em seus aspectos arquitetônicos (morfologia e tipologia) e, a partir daí, foi realizada a caracterização física e espacial, de cada edificação da mesma linguagem e, posteriormente, realizada a análise comparativa entre as linguagens distintas. Para tal, foi necessário a construção de categorias de análise arquitetônica, com fundamentação nas metodologias aplicadas por Frampton (2015), Unwin (2013 [2009]), Ching (2013 [2007]), Clark e Pause (2006 [1987]), Branco Pedro (2002 [1999]) e Baker (1997 [1985]). A partir desses autores pôde-se construir o modelo de análise da presente investigação.

As categorias de análise arquitetônica apresentam itens com características distintas, que variam de elementos de natureza física (estrutura e volume), funcional (circulação, organização espacial, setorização), perceptiva¹³ (proporção e escala, elementos modificadores) e conceitual¹⁴ (unidade e todo, simetria e equilíbrio, adição e subtração, elementos primários, força do lugar) da edificação.

A seguir será apresentado o resumo do quadro das categorias de análise com seus respectivos autores (Figura 10).

¹² 1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís/MA e 2º Cartório de Registro de Imóveis de São Luís/MA.

¹³ Está ligada à percepção sensorial das experiências geradas pelo reconhecimento e experimentação como os elementos físicos da construção (Ching, 2013 [2007]).

¹⁴ Os elementos e aspectos conceituais têm o caráter abstrato, que compreendem as relações ordenadas e desordenadas entre os elementos e sistemas de uma edificação; são relativos aos atributos e conceitos formadores do objeto (Ching, 2013 [2007]).

	FRAMPTON 2015	UNWIN 2013 [2009]	CHING 2013 [2007]	CLARK AND PAUSE 2006 (1987)	JOÃO BRANCO PEDRO 2002 (1999)	BAKER 1997 [1985]
CATEGORIAS DE ANÁLISE ARQUITETÔNICA	1. Tipo versus contexto; 2. Setorização: público, semipúblico, privativo e de serviço; 3. Estrutura/membrana.	1. Elementos básicos da arquitetura (terreno, marco, barreiras, percurso, cobertura, aberturas); 2. Elementos modificadores (luz, cor, ventilação, temperatura, textura, som, odor); 3. Elementos que desempenham mais de uma função; 4. Aproveitamento de coisas preexistentes; 5. Tipo de lugares primitivos; 6. Arquitetura como arte de emoldurar ou estruturar; 7. Templos e cabanas 8. Geometria ideal 9. Geometria real 10. Estratégias de organização do espaço.	1. Sistemas de arquitetura (Espaço; Estrutura; Delimitação; Movimento; Tecnologia; Programa de necessidade; Contexto); 2. Elementos primários (ponto, reta, plano); 3. Forma; 4. Forma e espaço; 5. Organização espacial; 6. Circulação; 7. Proporção e escala; 8. Princípios transformadores da forma.	1. Estrutura; 2. Iluminação natural; 3. concentração/ <i>massing</i> ; 4. Relações entre planta, cortes e fachadas; 5. Relações entre circulações e espaços de usos; 6. Relação entre unidade ao conjunto; 7. Relação entre repetitivo e singular; 8. Simetria e equilíbrio; 9. Geometria; 10. Adição e subtração. 11. Hierarquia.	1. Perspectiva programática; 2. Perspectiva Morfológica; 3. Perspectiva topológica.	1. Força do lugar; 2. Iconologia (símbolo); 3. Identidade (cultural); 4. Significado de uso; 5. O Programa e o lugar; 6. O Movimento 7. A geometria (plástica e configuração formal); 6. Estrutura e material.

Figura 10. Quadro resumo das categorias de análise arquitetônica. Fonte: autora, 2018.

Kenneth Frampton (2015) no livro *“A genealogy of modern architecture. Comparative critical analysis of built form”* trabalha com aspectos de ordem física, funcional e abstrata, onde faz uma análise comparativa entre 14 pares de edificações da arquitetura modernista, que apresentavam a mesma tipologia, tamanho e data de construção. A comparação entre as edificações se deu por meio: do tipo e do contexto, onde foram estudadas a construção e sua implantação, observando-se fatores como: localização, topografia, clima, orientação, ventilação e vistas e panoramas existentes; no estudo da setorização de áreas pública, semipública, privada e de serviço foram identificados os acessos, rotas e ligações entre os ambientes; e, a última categoria de análise refere-se ao diálogo entre estrutura e membrana; trata-se da verificação dos materiais e técnicas construtivas utilizadas nas construções modernistas. A validação desta categoria de análise dos projetos foi realizada por meio do estudo e interpretação da parte gráfica das edificações. Todas as categorias de análise de Frampton foram utilizadas na presente tese.

Simon Unwin (2013 [2009]) ocupa-se com o modelo de análise em que a edificação possui uma estreita relação com o lugar, enfatizando que essa característica é a principal motivação da arquitetura. Divide o seu trabalho em estratégias específicas e secundárias de uma

edificação, que abordam aspectos conceituais, sensoriais e físicos. Cada capítulo de seu livro *"Análise da Arquitetura"* foca numa particularidade da arquitetura, como: elementos que desempenham mais de uma função; tirando partido das preexistências; tipos de lugares primitivos; a arquitetura como arte de demarcar; templos e cabanas; geometrias reais, itens ligados a aspectos conceituais e sensoriais. Os últimos capítulos do livro estão voltados para estratégias de organização do espaço e as relações entre eles. Foram utilizados como base para construção do modelo de análise proposto nesta investigação, os itens: elementos básicos da arquitetura (o terreno, área elevada e rebaixada – topografia, percurso), elementos modificadores da arquitetura (luz, ventilação e textura) e as estratégias de organização do espaço (espaço e estrutura, transição, hierarquia e núcleo).

Francis Ching, com o livro *"Arquitetura: forma, espaço e ordem"* (2013 [2007]), apresenta como são estruturados a forma e o espaço de uma edificação, por meio de seus elementos e sistemas. A análise arquitetônica inicia-se do estudo dos elementos básicos da geometria, evoluindo para conceitos da forma, espaços e seu sistema de organização, por meio de desenhos e ilustrações. Os sistemas de espaços, a forma e o espaço, a organização espacial e a estrutura das edificações foram as categorias propostas por este autor que utilizamos no nosso modelo de análise.

O método de Clark e Pause, apresentado no livro *"Precedents in Architecture. Analytic diagrams, formative ideas and partis"* (2006 [1987]), parte do estudo dos projetos de arquitetos de destaque internacional, a saber: Alvar Aalto, Tadao Ando, Le Corbusier, Richard Meier, Frank Lloyd Wright, dentre outros, que identificam os elementos formais de natureza física e conceitual, por meio da análise gráfica da relação de onze itens que compõem a forma arquitetônica: estrutura, luz natural, planta secção, repetitivo X único, simetria X equilíbrio, circulação, massa (volume), unidade X conjunto, geometria, adição- subtração e hierarquia. As categorias utilizadas como base para nosso modelo de análise foram estrutura, massa, relação entre planta, cortes e fachadas, circulações, geometria e hierarquia.

João Branco Pedro, no seu livro *"Programa Habitacional"* (2002 [1999]), define três categorias para análise das tipologias de habitações, a saber: a perspectiva programática, que compreende o estudo da edificação, através de espaços e compartimentos idênticos; a

perspectiva morfológica, que analisa o ambiente por meio das características formais similares; e, a perspectiva topológica, que ocorre pela observação de relações entre os compartimentos semelhantes. A perspectiva morfológica foi apropriada na presente tese, pois os critérios para sua classificação englobam: número de pisos, número de fachadas e forma da planta, número e localização de acessos.

Baker, no livro *“Le Corbusier: Analisis de la forma”* (1997 [1985]), da mesma forma que Clark e Pause (20016 [1987]) inicia a análise do espaço arquitetônico pela compreensão das plantas e cortes, e seu estudo está pautado, também, nos aspectos formais e na compreensão dos elementos físicos e conceituais do espaço arquitetônico, que estão condicionados às condições locais, funcionais e à cultura de onde se encontram. Desse livro foram retiradas as categorias: o programa e o lugar, o movimento, a geometria e a estrutura e o material.

A partir das categorias propostas pelos autores acima foi possível construir um modelo de análise específico para a nossa pesquisa, de onde foram retirados os itens que possibilitaram a construção dos parâmetros a serem analisados nos estudos de caso.

MODELO PROPOSTO	VALIDAÇÃO
1. Tipo versus contexto; privativo e de serviço	FRAMPTON 2015
2. Setorização: público, semipúblico e privado	FRAMPTON 2015
3. Estrutura/ membrana	FRAMPTON 2015
4. Elementos básicos da arquitetura (terreno, marco, barreiras, cobertura, percurso, aberturas)	UNWIN 2013 (2009)
5. Elementos modificadores da arquitetura (luz, ventilação e textura)	UNWIN 2013 (2009)
6. Estratégias de organização do espaço (Espaço e estrutura, transição, hierarquia e núcleo)	UNWIN 2013 (2009)
7. Sistemas de arquitetura (Espaço; Estrutura; Delimitação; Movimento; Tecnologia; Programa de necessidade; Contexto)	CHING 2013 (2007)
8. Forma	CHING 2013 (2007)
9. Forma e espaço	CHING 2013 (2007)
10. Organização espacial	CHING 2013 (2007)
11. Circulação	CHING 2013 (2007)
12. Estrutura	CLARK AND PAUSE 2006 (1987)
13. Concentração/massing	CLARK AND PAUSE 2006 (1987)
14. Relações entre planta, cortes e fachadas	CLARK AND PAUSE 2006 (1987)
15. Relações entre circulações e espaços de usos	CLARK AND PAUSE 2006 (1987)
16. Geometria	CLARK AND PAUSE 2006 (1987)
17. Hierarquia	CLARK AND PAUSE 2006 (1987)
18. Perspectiva Morfológica (número de pisos, número de fachadas e forma da planta e número e localização dos acessos)	BRANCO PEDRO 2002 (1999)
19. O Programa e o lugar	BAKER 1997 (1985)
20. O Movimento	BAKER 1997 (1985)
21. A geometria (plástica e configuração formal)	BAKER 1997 (1985)

Figura 11. Tabela dos itens escolhidos para construção dos parâmetros para análise dos casos de estudo. Fonte: autora, 2018.

Os parâmetros de análise são os seguintes:

I – A caracterização: consiste na identificação do imóvel, com endereço, proprietário atual, linguagem, autor do projeto, ano do projeto, qual foi a empresa ou quem foi o responsável pela execução da obra, quando possível e, qual o uso original e atual.

II – Inserção urbana e implantação – consiste na análise da relação da edificação com seu entorno imediato, bem como a relação entre o lote e a quadra; a implantação da edificação no terreno (tradicional, longitudinal no centro, laterais ou fundo), formato do lote (retangular, trapezoidal, triangular, outros), a dimensão do lote, com sua respectiva área, área construída da edificação e sua taxa de ocupação. Busca-se perceber, também, a topografia do lote, verificando se o mesmo é plano ou apresenta aclives e declives em relação à rua.

III – Acessos e circulação – reconhece os tipos e quantidade de acessos ao lote (veículos ou pedonal). Serão identificados os tipos de acesso à edificação - social, serviços e privativo, e a sua localização. O acesso social é voltado ao morador e aos visitantes; o de serviço é destinado aos empregados ou prestadores de serviço da residência e o acesso privativo é reservado aos moradores. Com relação à circulação (horizontal e vertical) verificar-se-ão as relações dentro do lote e da edificação.

IV - Zoneamento/setorização – identifica os ambientes do espaço arquitetônico, que possuem usos comuns ou funções similares, agrupando-os próximos uns aos outros e os de funções distintas, separando os setores de forma a analisar a articulação entre eles. As zonas/setores em uma residência são divididos em: social, de serviços, íntimo ou privativo, interligadas pelas circulações, horizontal (vestíbulos/halls e corredores) ou vertical (rampas e escadas).

O setor social é um ambiente voltado para a socialização e recepção de visitantes e/ou convidados; compreende a sala de estar, jantar, sala íntima, varandas sociais, área de lazer, quarto de hóspedes, lavabo ou banheiro social e o escritório ou gabinete, localizados próximos à entrada do imóvel. O setor de serviços são as áreas voltadas para o trabalho, afazeres domésticos, tais como: copa, cozinha, lavanderia, quarto e banheiro de empregados

e garagem; e o setor íntimo ou privativo, ambientes voltados para o descanso, higiene pessoal e convivência íntima familiar, são os dormitórios, salas íntimas e quarto de costura. A partir da identificação dos setores realizar-se-à a porcentagem dos mesmos em relação a área útil total da edificação. A área útil compreende a área do piso de um compartimento (Albernaz; Lima, 1997a).

V – Volumetria (massa) – observa os princípios adotados para a proposta volumétrica, é a análise da composição tridimensional da construção;

VI - Elementos decorativos e arquitetônicos que remetem a uma linguagem específica – este item busca identificar elementos próprios das linguagens (ecléctico, *art déco*, neocolonial e arquitetura modernista), a exemplo de *pilotis* e *fenêtre en longueur*, elementos encontrados na arquitetura modernista.

VII– Estrutura, métodos construtivos e materiais – compreende o sistema de suporte e os processos de construção da edificação (alvenaria de tijolos, concreto, alvenaria de pedra, madeira, dentre outros) e os materiais utilizados na cobertura e nos revestimentos externos e internos (piso, parede e teto);

VIII – A preservação, conservação e sua proteção legal – busca analisar o estado de preservação e conservação da construção e dos seus respectivos elementos decorativos e arquitetônicos. Além de verificar a existência de dispositivos legais de tutela e salvaguarda desses imóveis. O estado de preservação é o grau de integridade do imóvel quanto às suas características originais (volumetria, configuração espacial, elementos arquitetônicos e ornamentais, materiais construtivos e revestimentos etc.), podendo ser: íntegro, pouco alterado, muito alterado e descaracterizado. Para identificar esses diversos graus definiu-se parâmetros de análise arquitetônica a serem vistos nas residências, sendo eles:

- a) Volumetria – avalia-se as características externas da edificação, verificando se houve alteração na composição arquitetônica, por meio de acréscimos de elementos ao volume e à cobertura;

- b) Configuração espacial – é a análise das transformações ocorridas internamente, como fechamento de vãos, demolições de paredes para ampliação ou redução de ambiente dentro das residências;
- c) Presença de esquadrias originais (portas e janelas);
- d) Materiais e revestimentos originais;

Estado de Preservação		12	
Íntegro	(10-12)	Volumetria	(0-3)
Pouco Alterado	(7-9)	Configuração Espacial	(0-3)
Muito Alterado	(4-6)	Presença de Esquadrias originais	(0-3)
Descaracterizado	(0-3)	Materiais e Revestimentos originais	(0-3)

Figura 12. Matriz para análise do estado de preservação das Residências. Fonte: autora, 2019.

O estado de conservação é o grau de integridade física do imóvel, que pode ser bom, regular, ruim ou em arruinamento. Para compreender este item é necessário a análise das condições físicas em que se encontra a edificação, nos seguintes aspectos:

- a) Sistema estrutural da edificação e da cobertura – como se encontram as vigas, pilares e lajes da edificação, se existem rachaduras, se há ferragens expostas. Com relação à cobertura, verificar-se-á se existem telhas quebradas ou se não apresentam nenhum problema evidente;
- b) Paredes – averiguar como se encontra a pintura, se existem infiltrações, descolamento de reboco, biodegradação, dentre outros;
- c) Elementos arquitetônicos (escadas, esquadrias, pisos e forros), e;
- d) Instalações prediais (elétricas e hidrossanitárias).

Estado de Conservação		16	
Bom	(13-16)	Estrutura	(0-4)
Regular	(9-12)	Paredes	(0-4)
Ruim	(5-8)	Elementos arquitetônicos	(0-4)
Arruinamento	(0-4)	Instalações prediais	(0-4)

Figura 13. Matriz do Estado de Conservação das Residências. Fonte: autora, 2019.

A integridade, nesta tese, está relacionada à materialidade, ao caráter intacto dos imóveis e de seus atributos. Para o Guia Operacional do Patrimônio Mundial (2005, *apud* Ribeiro; Lira, 2012: 37), a integridade é:

a medida de completude e de estar intacto o patrimônio natural e/ou cultural e seus atributos. Examinando as condições de integridade, portanto, exige uma avaliação da medida em que o imóvel: a) inclui todos os elementos necessários para exprimir o seu valor universal excepcional, b) é de tamanho adequado para assegurar a representação completa das características e processos que transmitem a significância do bem; c) sofre efeitos negativos e/ou negligência decorrentes do desenvolvimento.

Logo, compreender a integridade de uma edificação por meio da análise do estado de preservação e conservação é manter os valores históricos e estéticos dessas construções.

Tratamento, análise dos dados e verificação das Hipóteses.

A análise da produção arquitetônica residencial moderna de São Luís implantada no século XX foi construída a partir da conexão do marco teórico, identificado por meio da pesquisa bibliográfica, juntamente com a avaliação dos casos de estudo.

O marco teórico está relacionado com os aspectos conceituais da tese, com o conhecimento do objeto de estudo, através das linguagens e suas características, relacionando-os com as categorias de análise dos casos de estudo, e a partir da análise dos casos de estudo, comprova-se a hipótese.

Desenvolve-se, também, a reconstituição dos projetos arquitetônicos dos casos de estudo e a análise das tabelas, onde será possível comprovar a hipótese de que a produção arquitetônica residencial moderna de São Luís do Maranhão (Brasil) do século XX, mesmo com linguagens distintas (Eclético, *Art Déco*, Neocolonial e Arquitetura Modernista) apresenta similaridades em sua configuração espacial, e, dialoga com as edificações do século XVIII e XIX.

A validação da tese e a comprovação da hipótese está diretamente ligada com o alcance dos objetivos propostos, apresentados a seguir:

ITENS DE VALIDAÇÃO				
(a) Compreender o conceito e as linguagens existentes na produção arquitetônica moderna;				
(b) Analisar como essa produção arquitetônica moderna chega a capital maranhense.				
(c) Relacionar a produção arquitetônica moderna do século XX no contexto histórico, político e socioeconômico vividos no Brasil e São Luís no século XX (1930-1960), com o intuito de identificar as possíveis relações destes aspectos na produção arquitetônica moderna;				
Itens da Tese			Parâmetros	Validação
Parte 01- CONCEITO MODERNO MODERNIDADE LINGUAGEM ARQUITETÔNICA, INTERNACIONAL AO LOCAL	DO	1.1. As variações do termo moderno	Conceituação e diferenciação dos termos utilizados para o moderno, a exemplo: modernidade, modernização, modernismo e arquitetura modernista.	Pesquisa bibliográfica: Kopp (1990), Velloso (2010), Le Goff (1990), Berman (1986), Baudelaire (2010), Harvey (2010), Castilho (2010), Argan (1992), Sitte (1992), Dempsey (2011).
	DE	1.2. A Arquitetura Moderna no Contexto Internacional	Conceito de arquitetura moderna e os tipos arquitetônicos	Pesquisa bibliográfica: Benevolo (2015, 1998); Tietz (2008); Curtiz (2008); Cohen (2013)
	À	1.3. A arquitetura civil colonial ludovicense.	Apresentar a arquitetura colonial luso-brasileira.	Lacroix (2012); Silva Filho (1998 [1986]; Andr�s (1998); Figueiredo (2014); Reis Filho (2004 [1970]).
	DA	1.4. O contexto das linguagens arquitetônicas, do internacional ao local.	Identificar as Linguagens presentes na arquitetura moderna e suas características (Eclético, Art déco, neocolonial e arquitetura modernista) a nível internacional, nacional e local.	Pesquisa bibliográfica: Internacional: Patteta (1987); Curtis (2008); Czajkowski (2000); Amaral (1994); Mello (2007); Lemme (1996); Correia (2008); Arana et ali (2016); Frampton (2015), Benevolo (2015,1998); Curtis (2008); Brasil: Reis Filho (2004); Bruand (2012); Lemos (1999, 1996, 1979); Kessel (2008); Azevedo (1994); Segawa (2014); Segre (2013); Reis Filho (2014); Conde (1997); Bonduki (2014, 2013); Pereira (1999); Mindlin (2000); Santos (1981); Lira (2017, 2011), Cavalcanti (2005, 2001). São Luís: Lacroix (2012); Andr�s (1998).
Parte 2- POR UM BRASIL MODERNO NO PERÍODO DE 1930 A 1960		2.1. Aspectos políticos e econômicos do Brasil no período de 1930-1960.	Identificar o que ocorreu nos aspectos políticos e econômicos de forma a esclarecer os reflexos dessas políticas no âmbito local.	Pesquisa bibliográfica: Fausto (2007, 1995); Segawa (2014); Bonduki (2014)
			Referências internacionais no território nacional e referências nacionais a nível internacional	Czajkowski (2000); Bruand (2012); Lemos (1999, 1996, 1979); Kessel (2008); Azevedo (1994); Segawa (2014); Segre (2013); Reis Filho (2014); Conde (1997); Bonduki (2014, 2013); Pereira (1999); Mindlin (2000); Santos (1981); Lira (2017, 2011), Cavalcanti (2005, 2001)

Figura 14. Tabela com a Validação dos Objetivos (a), (b) e (c). Fonte: autora, 2018.

ITENS DE VALIDAÇÃO (d) Realizar o levantamento da produção arquitetônica moderna do Século XX em São Luís, de forma a compreender a lógica que estrutura as suas formas arquitetônicas e configuração espacial, articulação interna, hierarquia dos espaços, usos e funções; (e) Comparar a produção arquitetônica moderna de maneira a realizar uma análise evolutiva desse acervo buscando similaridades e particularidades. (f) Discutir a inserção desse acervo moderno (1930-1960) dentro do conjunto colonial da cidade de São Luís e as estratégias de preservação deste acervo.			
Itens da Tese		Parâmetros	Validação
Parte 03 – SÃO LUÍS: DA CIDADE COLONIAL À MODERNA	3.1. Ciclos econômicos e a produção arquitetônica ludovicense.	Relacionar os ciclos econômicos com a produção arquitetônica ludovicense. Impacto da arquitetura moderna na cidade.	Pesquisa bibliográfica e documental Reis (2000), Meirelles (2015); Jerônimo (2014); Lacroix (2012); Ferreira (2014); Holanda (2008); Coelho Netto (1985); Ribeiro Junior (1999); Andrès (1998).
	3.2. O panorama político de São Luís do Maranhão no período de 1930 a 1960.	Compreender os aspectos políticos e sua influência na arquitetura	Lima (2010); Meireles (2015 a [1992], 2015b [1960]); Buzar 92014 [1998]); Ramos (1939, 1942, 1943);; Silva (1948, 1950)
Parte 04 – A ROTA DO MODERNO	4.1. A Dimensão Urbana da Rota do Moderno.	Definir elementos formadores da Rota.	Construção e Constituição da <i>Rota do Moderno</i>
	4.2. As edificações da Rota do Moderno.	Escolha dos imóveis que foram ou são residências (características similares)	Construção das categorias de análise para descrição e comparação dos imóveis selecionados.
	4.3. A análise das edificações de diferentes linguagens.	Levantamento físico das edificações; Análise comparativa	Análise dos casos de estudo. Comprovação da hipótese.
CONSIDERAÇÕES FINAIS		Síntese de todos os capítulos;	Conclusões sobre a produção arquitetônica moderna do século XX.
		Desenvolvimentos futuros.	

Figura 15. Tabela com a Validação dos Objetivos (d), (e) e (f). Fonte: autora, 2018.

Apresentação dos resultados

A tese parte da compreensão da produção arquitetônica residencial moderna da cidade de São Luís, com suas diferentes linguagens (Eclética, *Art Déco*, Neocolonial e Arquitetura Modernista), de maneira a analisar a sua relação com o lote, quantidade de pavimentos, configuração espacial e distribuição topológica, com intuito de realizar uma análise comparativa entre as mesmas, de modo a validar a hipótese desta investigação. Desta forma, busca-se:

- a) Aumentar o conhecimento sobre a produção arquitetônica moderna, em especial, a residencial em São Luís;
- b) Colaborar com a discussão da inserção do acervo moderno, dentro do conjunto arquitetônico colonial, bem como as estratégias de preservação deste acervo;
- c) Contribuir para o debate da importância deste acervo moderno como parte importante da história da arquitetura da cidade de São Luís, que se encontra desvalorizado.

Estrutura da tese

O presente trabalho divide-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo são abordados os conceitos relacionados ao termo moderno. Segue-se com uma breve evolução da produção arquitetônica moderna, juntamente com as características das diversas linguagens arquitetônicas que fazem parte desta produção, com destaque para a do século XX, desde a escala internacional à local.

O segundo capítulo apresenta o panorama político e sua relação com a produção arquitetônica moderna no intervalo temporal de 1930 a 1960, no Brasil, com destaque para Era Vargas e o governo Juscelino Kubitscheck.

O terceiro capítulo se concentra na cidade de São Luís, apontando os ciclos econômicos e a sua influência na produção arquitetônica, do colonial ao moderno. A seguir mostra-se o panorama político da cidade de São Luís, no intervalo temporal da tese.

O quarto capítulo, elabora a *Rota do Moderno*, para que haja validação da hipótese, por meio da apresentação dos casos de estudo da produção arquitetônica moderna do século XX em São Luís.



Figura 16. Desenho da estrutura da tese

A tese é concluída com uma síntese final, que procura expor as principais questões levantadas com a investigação, apresentando as conclusões finais e indicações de desenvolvimentos futuros sobre o tema do trabalho.

[...] aquilo que ele procurava estava diante de si, e, mesmo que se tratasse do passado, era um passado que mudava à medida que ele prosseguia a sua viagem, porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, não o passado recente ao qual cada dia que passa acrescenta um dia, mas um passado remoto. Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos.

Italo Calvino. *As cidades invisíveis*



CAPÍTULO 01

DO CONCEITO DE MODERNO À MODERNIDADE DA LINGUAGEM ARQUITETÔNICA, DO INTERNACIONAL AO LOCAL

Figura da página anterior: Villa Savoye (Le Corbusier); Residência José Mário Taques Bittencourt II (Vilanovas Artigas); Residência Vitor Trovão (Cleon Furtado). Fonte: Gössel e Leuthäuser, 2013; <https://www.arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/residencia-projetada-por-vilanova-artigas-em-sao-paulo-e-tombada>; Lopes, 2008.

1. DO CONCEITO DE MODERNO À MODERNIDADE DA LINGUAGEM ARQUITETÔNICA, DO INTERNACIONAL AO LOCAL

Este capítulo apresenta os diversos conceitos que permeiam a produção arquitetônica residencial moderna em São Luís, como: moderno, modernismo, modernidade e modernização, de maneira a clarificar possíveis dúvidas ou interpretações equivocadas no contexto da presente tese.

Descreve-se, ainda, um breve histórico da produção arquitetônica moderna no âmbito internacional, nacional e local, com realce para as características das linguagens arquitetônicas que chegaram ao Brasil, e, por conseguinte, em São Luís, que passaram a dividir o espaço com a arquitetura tradicional, identificando, assim, as especificidades e diferenças entre essas linguagens.

1.1. As variações do conceito de moderno

Para compreender o valor que o moderno ocupa numa cidade histórica como São Luís no Maranhão, tornou-se necessário alargar o entendimento de termos como: Moderno, Modernidade, Modernismo, Modernização e Movimento Moderno, expressões que possuem uma relação mútua, mas significados distintos.

1.1.1. Moderno

moderno adj (lat *modernu*) 1 Dos tempos próximos de nós; recente. 2 Dos nossos dias; atual, hodierno, presente. 3 Que está em moda. 4 Que existe há pouco tempo. *Antôn: antigo*. Sm 1 O que é moderno, ou no gosto moderno. 2 Evolucionista, progressista. Sm pl Os que vivem na época atual. (Michaelis 2000, 2v, 2000: 1394).

O termo moderno remete à novidade, o que existe de mais recente, o que difere do existente, do antigo ou tradicional. O moderno está relacionado com o tempo e a história, estando presente em vários momentos da evolução da arquitetura. Desta forma, o moderno tem seu significado ligado ao cronológico, apresentando diferentes fases, que compreendem do eclético chegando ao movimento moderno, que na arquitetura é denominada modernista (Kopp, 1990). Por outro lado, Velloso (2010: 11) admite que o termo moderno está ligado ao transitório, àquilo que existe no presente e enfatiza que podem existir “tantas modernidades e antiguidades quanto épocas e sociedades”, afirmando que o moderno e o tradicional são indissociáveis.

No Brasil, a arquitetura colonial, com o surgimento do moderno, foi desvalorizada naquele momento, pois representava o atraso de uma sociedade. Hoje, a arquitetura colonial é valorizada, tendo diversas formas de proteção voltadas para si, em detrimento à arquitetura moderna que, por muito tempo, ficou fora dos debates e ações efetivas de preservação, pois não era considerada um bem cultural, digno de preservação.

Le Goff (1990) reforça que o moderno traz a ideia de ruptura com o passado, por meio da criação de algo novo, recente, que não apresente nenhuma referência do passado, expondo, assim, uma nova linguagem formal para a arquitetura. E foi com base nesse pensamento de oposição da tradição e da história, que o moderno passa a ser sinônimo de atualidade do espírito do tempo que constatemente se renova (Somekh, 2014 [1997]). Nesta tese, o moderno, vincula-se a algo novo.

1.1.2. Modernidade

modernidade *sf* (moderno+ i + dade) 1 Estado ou qualidade de ser moderno. 2 Os tempos modernos. 3 Modernismo. (Michaelis 2000, 2v, 2000: 1394).

O aprofundamento dos aspectos técnicos, materiais, culturais e sociais refletem a ideia de progresso, que contribuiu para a transformação das cidades. O progresso caminha paralelamente com a noção de modernidade, e é o reflexo de uma condição de vida imposta pela sociedade em decorrência do processo socioeconômico de modernização.

Charles Baudelaire (1821-1867) foi o primeiro a utilizar o termo “modernidade”, no livro “Sobre a modernidade. O Pintor da Vida Moderna (1863)”, onde observa que a arquitetura moderna foi resultado de um processo de mudanças de valores, comportamentos, costumes, artes e moda de uma cidade, revelada através do olhar do *Flanêur*. A modernidade, para ele, buscou romper com todas as ideologias e teorias da imitação, cuja base era a referência ao antigo (Goff, 1990: 168), e enfatizou que “todo mestre antigo tem sua modernidade, desde que capte a aparência e o sentimento de sua própria era” (Berman, 1986: 131). Acreditava que o presente fosse dotado de uma particularidade própria que não pode ser desprezada.

Baudelaire (2010 [1863]) afirma que toda modernidade era capaz de tornar-se antiguidade, sendo necessário que dela se extraísse o que existia de mais belo e misterioso, que a vida

humana lhe confere, pois, cada época tem seu porte, seu olhar e seu gesto, que diferem das demais de seu período. Desta forma, as edificações, também, têm sua modernidade, pois foram construídas para o futuro, diferenciando-se das edificações do passado e do presente, apresentando demandas espaciais e funcionais e inovações tecnológicas do seu tempo, bem como intenções projetuais distintas, que refletem anseios e necessidades de uma determinada família, comunidade ou sociedade.

Fernando Távora (2005), segue a mesma linha de pensamento de Baudelaire, afirmando que a modernidade na arquitetura mede-se pela integração dos elementos, materiais e técnicas construtivas, da época na qual a edificação foi construída, juntamente com o modo de vida das pessoas ou grupos a que se destinam, ou seja, a modernidade estará constantemente se renovando.

A modernidade, diferente do moderno, não rompia com o passado, ela o modificava, por meio da aplicação de novas técnicas e materiais construtivos no caso da arquitetura que trazia como referência o passado. A transformação na arquitetura e nas cidades, por meio de intervenções modernizadoras, com intuito de melhorar a salubridade e a circulação urbana, estava diretamente ligada ao processo histórico reconhecido como modernização. Desta forma, nesta tese a modernidade relaciona-se com a ressignificação de um passado no presente, integrando elementos modernos.

1.1.3. Modernização

modernização *sf* (modernizar + ação) Ato de modernizar. (Michaelis 2000, 2v, 2000: 1394).

O termo modernização está relacionado com a ideologia desenvolvimentista, do progresso e da racionalidade implantada com a modernidade. A modernização, segundo Castilho (2010: 127), abrange a expansão do modo de produção capitalista pelos lugares, que se estabelece a partir de dois modelos principais: um político e ideológico apresentado pela Revolução Francesa (1789-1799); e outro de base técnica e de infraestrutura apresentado pelos britânicos com a Revolução industrial¹⁵.

¹⁵ Nesta tese nos limitaremos à modernização enquanto transformação que se processa através dos meios de produção e nas bases técnicas.

Já, Marshall Berman (1986 [1982]: 16) reconhece que a “noção de modernização” implica no reconhecimento do processo social marcado pelos avanços tecnológicos, pela industrialização, urbanização e explosão demográfica, pelo fortalecimento dos Estados Nacionais e pela ampla expansão dos meios de comunicação, das democracias e dos mercados capitalistas mundiais.

Desta maneira, pode-se afirmar que o conceito de modernização está relacionado a um conjunto de transformações que ocorreram nos meios de produção, que refletiram na economia, na política e na cultura de uma cidade (Castilho, 2010).

A modernização das cidades teve início no século XIX e, esteve relacionada com as transformações urbanas, influenciadas pela Revolução Industrial. O fortalecimento da era industrial se manifestou de múltiplas maneiras na cidade, através da difusão de novas fontes de energia (carvão, gás), técnicas produtivas (mecânicas, maquinário a vapor), transportes (canais, ferrovias, pontes metálicas, vapores, portos), comunicação (imprensa, telégrafo, cabos submarinos) e outras inovações. Com eles surgiram novos problemas urbanos, pois o traçado das cidades e sua organização não estavam preparados para receber tais mudanças e novas funções (Pelletier e Delfante, 1997; Campos, 2002).

A industrialização advinda da Revolução Industrial e da transformação da estrutura social, da economia e do modo de vida ocasionou um conjunto de problemas urbanos. Com o intuito de melhorar a qualidade de vida das cidades e minimizar as adversidades ocasionadas pela industrialização surgiram os primeiros modelos de cidades ideais, em grande parte utópicas, como o *New Lanark* de Robert Owen (1771-1858), e o Falanstério de Charles Fourier (1772-1837), que propunham um complexo de edificações com fins diversos e de uso comunitários, construídos no campo, próximo ao local de trabalho (fábricas) de seus moradores (operários). Também, foi o momento do surgimento dos projetos de expansão e intervenções urbanas nas principais cidades europeias, a exemplo do Plano de Reforma do Centro de Paris, idealizado pelo Barão de Haussmann (1853-1870), administrador de Napoleão III.

A proposta de intervenção de Haussmann para Paris foi típica do poder sobre a imagem e funcionalidade da cidade. Consistiu num projeto de crescimento e remodelação, por meio da modificação do traçado urbano, da criação de grandes bulevares, conjugando artérias radiais

e anelares, que asseguraria a ordem pública, obtidos pela demolição de bairros populares, a fim de conferir à cidade uma imagem moderna que correspondesse a uma cidade cosmopolita e comercial. Coube à administração a construção dos edifícios públicos nos novos bairros, e a linguagem predominante foi a eclética (Argan, 1992 [1988]; Alonso Pereira, 2010).

Haussmann sobrepõe ao corpo da antiga cidade uma nova malha de ruas largas e retilíneas, formando um sistema coerente de comunicação entre os principais centros de vida urbana e as estações ferroviárias, evita destruir monumentos, mas faz com que fiquem isolados e adota-os como ponto de fuga para novas perspectivas viárias (Benevolo, 1998 [1976]: 98).

Outro modelo de intervenção urbana de grande destaque mundial, foi o de Idelfonso Cerdà (1815-1876) para Barcelona, em 1859. Este plano, denominado “Teoria Geral de Urbanização”, apresentou uma visão global da cidade, propondo uma área para expansão e desenvolvimento da cidade de dentro para fora, por meio de um traçado ortogonal cortado por diagonais, mantendo o centro antigo praticamente intacto, interligando a área antiga com extensão através de avenidas, diferentemente das ideias de Haussmann, que reordenou e adaptou a sua proposta urbana à cidade existente.

Contrariando e criticando as ideias demolidoras e o uso excessivo dos traçados ortogonais, que foi uma prática constante nas intervenções urbanas nas cidades europeias e americanas, Camillo Sitte (1843-1903) defendeu que os princípios artísticos deveriam nortear o ato de projetar as cidades, e que as edificações deveriam possuir uma relação harmoniosa com os espaços vazios que as rodeiam, ou seja, a dimensão estética deveria se sobrepor à funcionalidade, pois as novas construções perderam seu efeito artístico pelo uso excessivo de fórmulas repetidas provenientes dos novos materiais e técnicas construtivas (Sitte, 1992 [1889]).

Todas essas intervenções tiveram por objetivo modernizar a cidade, e foram caracterizadas pelo conjunto de ações do planejamento somados às novas construções, que davam forma e qualificavam o espaço urbano. A cidade no século XIX, foi caracterizada pela construção de edifícios monumentais, cuja linguagem arquitetônica era baseada no revivalismo e historicismo da arquitetura clássica e gótica. Essas edificações dividiam o espaço com novas

construções modernas, a exemplo do Palácio de Cristal (1851)¹⁶ de Joseph Paxton em Londres, e da Torre Eiffel (1889)¹⁷ em Paris.

Em relação à arquitetura, a modernização se deu pelo uso racional de materiais tradicionais (pedra, tijolos e telhas) e pelo aperfeiçoamento de materiais como o vidro e o ferro. O aço, juntamente com o concreto armado, possibilitou a construção de uma arquitetura totalmente inovadora que permitiu a construção em altura, “os arranha-céus”¹⁸, proporcionando, também, a construção de grandes vãos, ampliando as possibilidades de uso dos espaços internos.

A construção dos “arranha-céus” caracterizou o ápice da modernidade nas cidades, pois materializaram a transformação das técnicas – novas maneiras de fundir o ferro, novas práticas de laminação de madeira e das estruturas metálicas e a fabricação de placas maiores de vidros - e dos materiais - como o ferro, o aço e o concreto armado - que possibilitou a construção para as alturas, contribuindo para que as edificações ultrapassassem os limites definidos pelas alvenarias tradicionais. A evolução desses materiais caminhou juntamente com os novos sistemas advindos da revolução industrial, tais como: instalações elétricas e hidráulicas, elevadores¹⁹, incineradores, telefones, dentre outros avanços, que permitiram o melhor funcionamento e conforto de hotéis, lojas, escritórios ou habitações, de quem viria morar ou trabalhar nessas edificações (Vaz, 2002; Benevolo, 1998 [1976]).

1.1.4. Modernismo

modernismo *sm* (moderno + ismo) 1 O mesmo que modernice. 2 Movimento surgido no seio do catolicismo e também no do protestantismo, que pretendia amoldar a teologia e a moral cristãs às ciências e ideias modernas. 3 Denominação genérica de vários movimentos literários e artísticos: futurismo, cubismo, expressionismo, dadaísmo, surrealismo etc. 4 lit Especificamente, movimento literário brasileiro iniciado na Semana de Arte Moderna em 1922. (Michaelis 2000, 2v, 2000: 1394).

¹⁶ Edificação construída com sistema pré-moldado para a primeira grande Exposição Universal, realizada em Londres em 1851. Esta construção foi destruída em 1936, após um incêndio.

¹⁷ Foi construída para a Exposição Universal de Paris de 1889, e seria de caráter provisório.

¹⁸ Os primeiros arranha-céus surgiram na cidade de Chicago EUA e apresentavam o sistema construtivo *steel frame*.

¹⁹ Os primeiros elevadores inventados foram o de segurança a vapor (1857), posteriormente o elevador hidráulico (1870) e, em 1887, começa a difundir-se o elevador elétrico (Benevolo, 1998 [1976]).

O modernismo tem seu significado relacionado aos movimentos de cunho literário, religioso e artístico, que ocorreram no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, que tinham por objetivo romper com as ideias do passado.

Argan (1992 [1988]) acrescentou a esse conceito as correntes artísticas das últimas décadas do século XIX, que buscavam interpretar, apoiar e acompanhar o esforço progressista, econômico – tecnológico, da civilização industrial, compreendendo cinco tendências: a de criar uma arte que renunciasse à ideologia de modelos clássicos, tanto no tema como na linguagem; o desejo de aproximar as grandes artes (arquitetura, pintura e escultura) à vida cotidiana; a busca pela simplificação e funcionalidade decorativa; a aspiração por uma linguagem internacional para a arquitetura, e o esforço de redenção ao industrialismo.

Para David Harvey (2010 [1989]), o modernismo pode ser percebido como positivista, tecnocrático e racionalista, crença no progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional das ordens sociais ideais. Esse pensamento abraçou a ideia de progresso e da ruptura com a história e a tradição, e detectou, na transitoriedade, no fugidio e fragmentário da modernidade as condições ideais para que o projeto modernizador fosse realizado.

A universalidade na música, literatura, pintura e arquitetura foi um dos objetivos do modernismo, e o auge desse movimento, mas, especificamente na arquitetura, aconteceu após a Primeira Grande Guerra Mundial, sendo identificado como Movimento Moderno. Esse movimento influenciou a Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922.

A arquitetura do Movimento Moderno surge como parte do modernismo do século XX e rejeitava toda produção arquitetônica anterior a esse movimento, de maneira a criar algo novo. Esse novo deveria ser desprovido de qualquer ornamento que remetesse às edificações históricas, e deveria apresentar uma nova composição formal e funcional, que rompesse com qualquer relação com o passado.

Nesse discurso de ruptura enquadram-se Antonio Sant'Elia e Felippo Marinetti, com o “Manifesto da Arquitetura Futurista (1914)”, onde defendiam que a arquitetura futurista não poderia estar sujeita a nenhuma continuidade histórica, sendo contrária a toda arquitetura clássica, reprodução de monumentos, e essa nova arquitetura deveria ser construída de acordo com as técnicas e ciências do momento e desprovida de qualquer ornamento, para

satisfazer às necessidades da vida moderna emergente. O manifesto propôs a destruição dos edifícios do passado para se construir a partir do zero, porque “as casas durarão menos que nós e cada geração deverá construir sua própria cidade”. Esse manifesto teve como referência o escrito de Adolf Loos (1870-1933) “Ornamento e Crime (1908)”, que criticava o uso excessivo de ornamento nas edificações, pois, o mesmo, viria a disfarçar os novos materiais, e tornavam-se com o tempo obsoletos, pois estariam ligados ao gosto da pessoa que o implantou (Montaner, Hereu e Oliveras, 2012 [1994]: 167).

Desta forma, as construções produzidas pelo movimento moderno trariam os princípios acima citados no seu âmago, enquadrando essas edificações como arquitetura modernista que, para Leon Krier (1999: 13), eram construções resultantes da vontade feroz pela autonomia e cultivadora da *tabula rasa*, sendo celebradora da ruptura, de maneira a libertar-se de um passado considerado histórico. Assim, o movimento moderno esteve ligado ao conjunto de movimentos e escolas arquitetônicas produzidas em grande parte do século XX, principalmente entre 1920 e 1960, inseridas no contexto artístico e cultural do modernismo.

O Movimento Moderno, para Dempsey (2011 [2002]), foi um estilo predominante na arquitetura ocidental, dos meados do século XX, surgindo entre os anos 1920 e prolongando-se até à década de 1950, tendo como características as formas retilíneas e simples, coberturas planas, espaços internos abertos, ausência de ornamentação e a utilização do concreto armado. São exemplos desse movimento, as casas de Le Corbusier (1887-1965) e os edifícios em altura de Mies van Der Rohe (1886-1969), por exemplo.

As construções do movimento moderno fizeram parte da produção arquitetônica moderna do século XX e suas características serão apresentadas no decorrer deste capítulo.

1.2. A Produção Arquitetônica Moderna no Contexto Internacional

Pode-se dizer que a produção arquitetônica moderna do século XX esteve ligada aos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, juntamente com os condicionantes físicos e materiais que contribuíram para a construção da arquitetura da cidade.

Nesse sentido, a produção arquitetônica moderna resultou de um conjunto de movimentos e escolas, bem como as contribuições individuais, que caracterizam a arquitetura produzida

durante grande parte do século XX (Benevolo, 1998 [1976]). Benevolo (2015 [1972]) acrescenta, também, que essa arquitetura buscou um novo modelo de cidade, diferente da tradicional, e, esse processo se inicia quando técnicos e artistas começaram a vislumbrar um novo método de trabalho, que se libertava das anteriores divisões institucionais.

Benevolo (1998 [1976]) ressalta que a produção arquitetônica moderna não se deu com a chegada do modernismo, uma vez que ela acontece dentro de um contexto de transformações sociais, culturais e tecnológicas relacionadas à Revolução Industrial, sendo implantadas nas edificações nos fins do século XVIII e princípio do século XIX, e tendo sua essência voltada para o presente em determinado período. Então, não se deve confundir a produção arquitetônica moderna, arquitetura moderna, com a arquitetura do movimento moderno, arquitetura modernista, que se concretizou após a Primeira Grande Guerra Mundial.

Definir o momento exato do nascimento da arquitetura moderna não é uma tarefa fácil. Para Frampton (2015 [1980]), a arquitetura moderna surgiu nos meados do século XVIII, quando arquitetos começaram a questionar os exemplos clássicos de Vitrúvio e a documentar os vestígios do mundo antigo²⁰, de maneira a criar uma base objetiva para se trabalhar, e isto ocorreu juntamente com o aparecimento de novos materiais e técnicas construtivas.

Já, para William Curtis (2008 [1982]: 11), que ratificou as ideias de Frampton e Benevolo, a arquitetura moderna foi uma variedade de visões e projetos sociais, sendo uma invenção do final do século XIX e do início do século XX, como forma de reação ao caos e ao ecletismo dos vários revivencialismos de formas históricas. O ideal da arquitetura moderna era a noção de que cada época passada possuía uma linguagem própria que expressava o verdadeiro teor do período.

Fica cada vez mais evidente que a arquitetura moderna combina várias correntes e variantes que impedem descrições inflexíveis de cunho ideológico ou estilístico. Os protótipos e princípios definidos no início deste século continuam a ser transformados, invertidos, cruzados, amaneirados e regionalizados de modos surpreendentes. Na verdade, o presente herdou uma tradição diversificada (Curtis, 2008 [1982]: 09).

O desenvolvimento dessa arquitetura moderna, para Tietz (2008), se deu também pelo surgimento do Iluminismo, que fortaleceu a importância e a posição social da classe burguesa

²⁰ Descoberta e escavação das cidades romanas de Herculano (1711) e de Pompéia (1748).

e contribuiu para a mudança da cultura política, conduzindo à conversão de monarquias centenárias em governos democráticos. Os iluministas defendiam um sistema racional do mundo, compreendido e percebido por meio do progresso científico e intelectual. Muitas dessas ideias culminaram com a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (1776) e encontraram sua expressão política direta na Revolução Francesa (1789) e no Brasil, com a Proclamação de sua Independência, embora esta se tenha dado mais tardiamente, somente em 1889.

A produção arquitetônica moderna surgiu em conjunto com uma série de transformações políticas, sociais, espaciais, tecnológicas e estéticas, resultado da crescente industrialização, do êxodo rural em massa e da emigração para as Américas e para as províncias ultramarinhas, contribuindo, assim, para o adensamento das cidades. À medida que as cidades se expandiam, houve a necessidade de serem equipadas com redes de infraestrutura e de serviços públicos. Com relação à arquitetura, no século XIX surgem novas tipologias de edificações, como as estações ferroviárias e as lojas de departamentos que se juntam às casas e aos templos, bem como novas formas de aglomeração urbana. O estabelecimento dos Estados-Nação estimulou a construção de palácios para governantes e de grandes locais para parlamentos. A intensificação das políticas penais, de saúde e educação se materializa em prisões, hospitais, escolas e universidades. Nesse mesmo período surgem, principalmente nos EUA, os grandes edifícios em altura, inicialmente, voltados para escritórios, que, conforme referido, ficaram conhecidos como arranha-ceús (Cohen, 2013; Tietz, 2008).

Essas inovações técnicas fizeram surgir um novo tipo de construção, os bangalôs, que no Brasil, eram edificações simples, podendo ter de um a dois pavimentos, e, as suas características externas apresentavam elementos arquitetônicos do período que se encontravam; ou seja, o bangalô vestia-se de acordo com a linguagem que estava em voga no momento (Janjullo, 1999).

Os Bangalôs ou “Bungalows”, inicialmente, apresentavam tipologia térrea, bastante simples, com cômodos bem ventilados que davam para um hall central. As varandas funcionavam como elemento primordial para o conforto ambiental dessas residências, e apareciam praticamente em todas as fachadas. Estas construções utilizavam os materiais disponíveis na

região, como o barro, bambu e palha, que, de certa maneira, garantiam uma fácil execução (Janjulio, 2009).

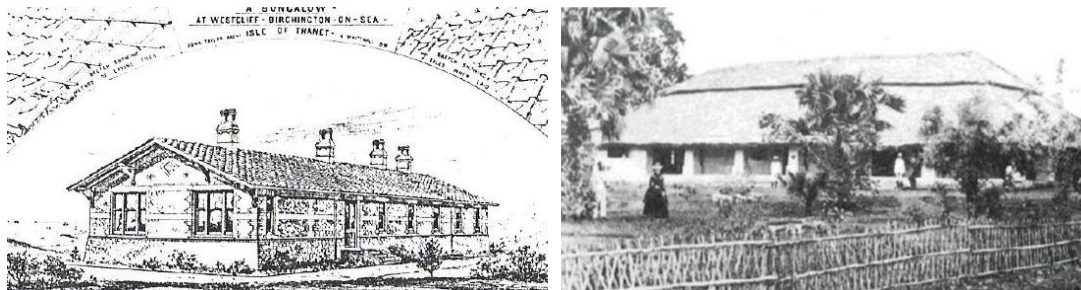


Figura 17. Primeiros bangalôs construídos na Inglaterra. Fonte: Kramer, 2006 *apud* Janjulio, 2009.

O bangalô utilizava os princípios do movimento *Arts and Crafts*²¹, sendo um tipo que se adequava facilmente aos princípios da cidade jardim, onde as edificações ficavam localizadas no centro do lote, emolduradas por jardins, passando a integrar-se com a paisagem circundante. Essa tipologia moderna apresentou um novo modo de morar, e chegou aos EUA por meio de livros, revistas e jornais, e da mesma forma que na Inglaterra, as primeiras construções foram localizadas nos subúrbios, e eram acessíveis às famílias de maior poder aquisitivo. Com o desenvolvimento dos transportes, passou a ser uma realidade da classe média, pois facilitou o deslocamento das mesmas para essas áreas.

Desse modo, essas construções expandiram-se pelo mundo, chegando ao Brasil no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, passando a dividir espaço com novas tipologias, a exemplo dos edifícios em altura de apartamentos, os grandes conjuntos populares habitacionais e os galpões para abrigar fábricas, além de uma variedade de infraestruturas, de represas e de aeroportos.

Como se pode perceber, a arquitetura ampliou seu âmbito de atuação e de escala, sobretudo com o aparecimento de novas classes de usuários, pois deixou de ofertar serviços apenas para as famílias mais abastadas, e passou a atingir clientelas mais variadas, como a municipalidade, as associações e os grupos sociais. Isso se deu pelo crescimento populacional, ocasionado pela migração de muitas pessoas para a cidade, com o agravamento da crise habitacional, gerando as primeiras discussões a respeito da produção arquitetônica para a população de baixa renda que, por muito tempo, esteve fora dos

²¹ Movimento que defendeu a produção artesanal de maneira criativa e repudiava a mecanização e à produção em massa. A arquitetura deveria integrar-se a paisagem, buscando valorizar o individualismo e regionalismo por meio do uso de materiais locais e naturais, refletindo uma construção tradicional e vernácula.

debates em nome da higiene pública. Para isso, foram criadas as primeiras normas para projetos de moradias populares, a habitação social (Cohen, 2013).

A discussão sobre habitação social ganhou força com a criação do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), em 1928, cujos temas dos primeiros congressos giraram em torno da habitação social e da cidade funcional, duas grandes metas, dois grandes problemas da civilização industrial. Os trabalhos sobre a habitação se deram, inicialmente, pelo estudo detalhado da célula de habitação. A organização do espaço moderno partia das respostas e dos problemas da célula da habitação para chegar a uma configuração mais correta das unidades em termos de cidade (Benevolo, 1998 [1976]; Barone, 2002; Farias, 2011).

Dessa forma, a arquitetura passou a atender novas demandas da vida urbana, inclusive a social, e como resultado apresentava edifícios mais singelos, não somente os monumentais, nos quais os usuários principais eram as famílias de alta renda (Habermas, 1984, *apud* Malard, 2006). Os edifícios mais simples fizeram parte das políticas sociais direcionadas para a construção de conjuntos habitacionais, que buscavam através de uma arquitetura, voltada aos moldes industriais, diminuir os problemas habitacionais, já existentes²², e que foram potencializados com a Primeira e Segunda Guerra Mundial.

A produção arquitetônica moderna voltada para a habitação social renovou as tipologias dos projetos, o processo construtivo, pelo aparecimento dos elementos pré-fabricados e um novo modelo de implantação urbanística que, em alguns casos, contribuiu para a dissolução do conceito de quadra, e apresentou de forma planejada e organizada um novo modo de morar. Esse novo tipo de morar incluía na unidade habitacional a área de serviço e um banheiro, que servia para toda a família.

Enquanto isso, a produção arquitetônica moderna do século XX, na cidade de São Luís do Maranhão, compreende as edificações de diferentes linguagens que já apresentavam uma série de inovações técnicas e construtivas na sua composição formal, e um sistema de redes mecanizadas de abastecimento de água e de coleta de esgoto que incorporavam o caráter moderno nas construções, bem como uma implantação, na maioria dos casos, que se

²² Problemas advindos do crescente processo de industrialização e do aumento da produção durante todo o século XIX que contribuiu para o crescimento migratório para as cidades.

diferenciava das edificações tradicionais; outras, exibiam um zoneamento dos cômodos das casas bem definido (setor social, serviço, privativo). Segundo Segawa (*apud* Weimer, 1998: 09), essas construções não possuíam um programa bem definido, “mas representava uma vontade de exprimir novas ideias, de tentar ser moderno mesmo sem uma clareza de qual modernidade, mas a busca de qualquer modernidade”.

Assim, percebe-se que a produção arquitetônica moderna não foi representada por uma única linguagem arquitetônica ou tipologia, mas por várias, que foram surgindo com os avanços técnicos e tecnológicos nas suas diferentes tipologias. Essas tipologias apresentaram externa e internamente características das linguagens arquitetônicas que foram identificadas no recorte temporal da presente tese, que contribuiu para a identificação da produção arquitetônica moderna do século XX, na capital maranhense.

Antes de adentrar nas linguagens que fazem parte da produção arquitetônica moderna, apresenta-se a arquitetura colonial, em especial, a ludovicense, de maneira a entender como a arquitetura evoluiu de uma linguagem para outra e suas possíveis rupturas.

1.3. Arquitetura Colonial Civil Ludovicense dos séculos XVIII e XIX.

O conjunto da arquitetura civil colonial ludovicense, remanescente dos séculos XVIII e XIX, foi resultante da política mercantilista implantada pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão - CGCGPM, que tornou o Maranhão num dos grandes exportadores de algodão para a Inglaterra, incrementou a economia da capital maranhense, aumentou o volume de negócios e de comerciantes, com reflexos em melhorias na cidade, por meio do embelezamento urbano, como o calçamento de ruas e calçadas e a substituição de construções de taipa, por edificações em pedra e cal (Lacroix, 2012). Esse acervo colonial português, composto de moradas térreas e de casarões, solares e sobrados, possui grande valor histórico e artístico, sendo reconhecido como símbolo da cidade de São Luís.

As moradas térreas são edificações de apenas um pavimento, e, dependendo de sua dimensão, poderiam ser habitadas pela população de baixa renda, formada por operários e assalariados, ou por servidores públicos, pequenos comerciantes, que englobam as famílias de renda média. Os casarões apresentam-se de dois ou mais pavimentos, sendo divididos em solares e sobrados, pela elite ludovicense, que era formada por grandes comerciantes, senhores de engenhos e produtores de açúcar e algodão.

Essas edificações foram construídas obedecendo a um projeto comum, fruto de uma unidade mínima, um tipo base, a casa térrea, porta e janela, originada da tradição portuguesa aplicada sobre a estrutura fundiária local de quadras e lotes. Essa unidade mínima era composta de sala, localizada na parte da frente da casa, as alcovas, que eram os quartos dos moradores, e o comedor/cozinha. Interligando a sala ao comedor/cozinha poderia existir um corredor, pois havia casos de casas bastante estreitas em que o corredor era suprimido e a ligação entre a sala e cozinha era realizada pelas alcovas, onde se verifica uma boa permeabilidade, mas uma falta de privacidade nos ambientes “privativos”. Uma derivação desse modelo, segundo Weimar (2012 [2005]) era concebida quando a cozinha era separada do comedor com a construção de uma área da casa mais estreita que a largura do terreno, a fim de favorecer a iluminação do comedor. O número de alcovas dependia do tamanho da família e do patrimônio do proprietário.

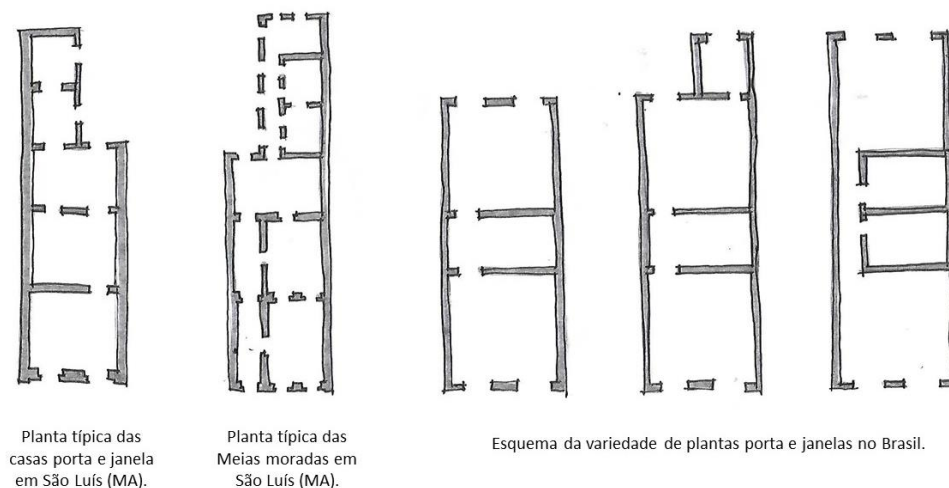


Figura 18. Modelos de plantas de casas térreas: porta e janela e meia-morada. Fonte: Desenho elaborado pela autora com base nas imagens de Silva Filho, 1998 (1986) e Weimer, 2012 (2005).

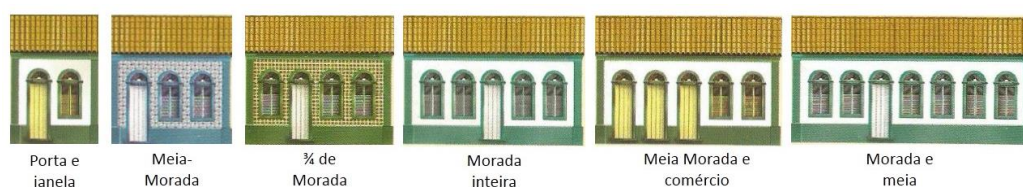


Figura 19. Variações das fachadas das moradas térreas. Fonte: Andrès, 1998.

Assim, a partir do modelo de casa térrea, porta e janela, surgem as demais tipologias residenciais da capital maranhense, a exemplo das casas térreas: “meia-morada”, constituídas por casas construídas em terrenos mais largos, permitindo a colocação de duas janelas; as casas que apresentavam três janelas e uma porta recebiam o nome de “três quartos de morada”; se a casa possuía quatro janelas e uma porta era denominada de “morada inteira”. E, de acordo com a colocação de mais janelas ou portas, recebiam outros nomes. As casas poderiam encontrar-se rentes ao chão ou sobre porão alto.

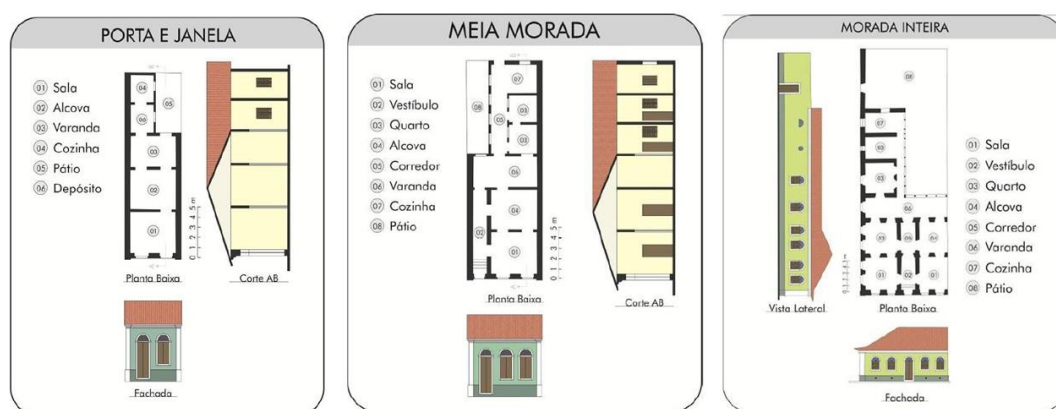


Figura 20. Desenhos esquemáticos (planta baixa, fachadas e Cortes) de moradas térreas. Fonte: Figueiredo, 2014: 52-54, adaptado de Silva Filho, 1998 (1986).

Nas edificações com mais de um pavimento reproduziam-se nos pisos superiores a mesma planta do pavimento térreo. Dessa forma, o programa das habitações era composto pelo vestíbulo (hall), que funcionava como ambiente de distribuição aos diversos setores da casa; quartos, alcova, cozinha, dependência de empregados e o comedor ou varanda, que acumulava a função de corredor, bem como de sala íntima, onde a família se reunia.

Com relação aos banheiros, estes não existiam; o sanitário poderia funcionar num ambiente para tal fim, ou ser móvel, sendo transportado de um ambiente para outro, e os dejetos eram retirados da habitação pelos escravos, no caso das famílias mais abastadas, e jogados no mar, em horário programado pelo código de posturas. Nas primeiras construções, a área de banho funcionava em grandes bacias ou tinas, dentro do quarto, e, posteriormente, passaram a funcionar num cômodo pequeno no quintal, sendo abastecido por poços.

As construções de dois ou mais pavimentos englobavam os solares e os sobrados. Os solares eram edificações voltadas exclusivamente para o uso residencial. No pavimento térreo, ficavam localizados as áreas de serviço, local para guarda de carruagens, um grande vestíbulo

e a escada de acesso para o pavimento superior, onde encontravam-se as salas voltadas para o exterior, dormitórios, alcovas e varandas. As fachadas eram bastante elaboradas e apresentavam portadas trabalhadas em pedra de lioz, balcões sacados, apoiados por cachorros (mísulas), vergas, ombreiras e cunhais em lioz (Figueiredo, 2014).

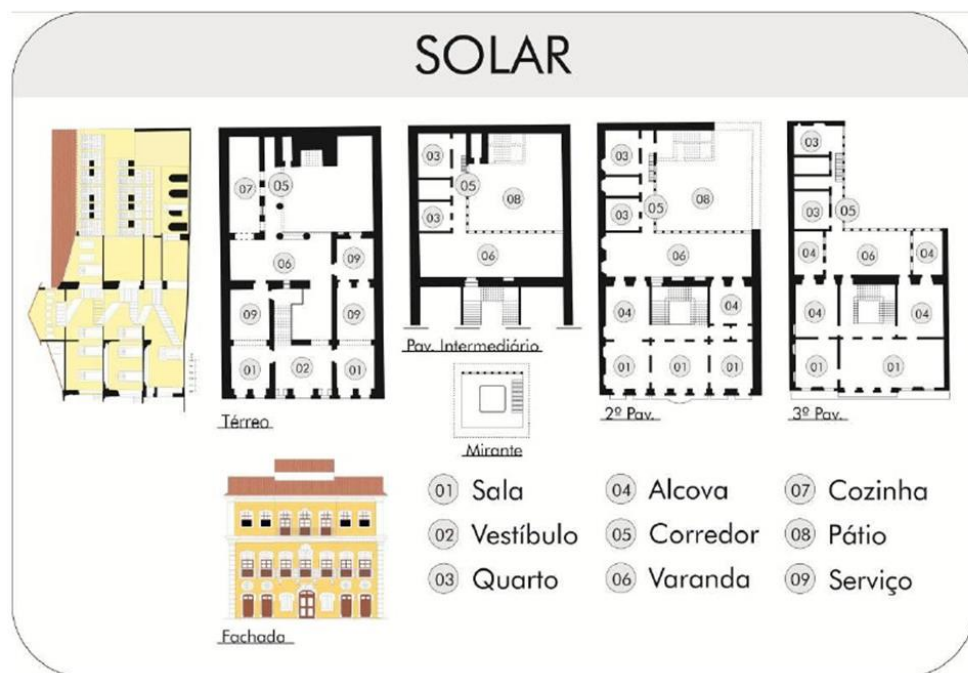


Figura 21. Desenhos esquemáticos de um Solar (fachadas, cortes e plantas baixas). Fonte: FIGUEIREDO, 2014: 49, adaptado de SILVA FILHO, 1998 (1986).

Os sobrados eram edificações de uso misto, de até quatro pavimentos, onde os pavimentos superiores eram destinados à habitação, e o térreo, ao estabelecimento comercial do proprietário (loja, depósitos etc.). Segundo Silva Filho (1998 [1986]), os ambientes do térreo eram distribuídos com certa simetria, sendo repetidos nos pavimentos superiores em virtude do sistema estrutural. Os porões, quando existiam, eram destinados às coqueiras, depósitos e quartos dos empregados. O sótão, em alguns casos, era aproveitado como um quarto iluminado por telhas de vidro, em forma de água furtada, ou era transformado em um pavimento constituído pelo mirante, que dava continuidade ao plano da fachada principal.

O funcionamento dessas edificações era baseado na mão de obra escrava. Reis Filho (2004 [1970]) afirma que para tudo servia o escravo, era a força motriz do sobrado: “eram eles os

responsáveis pelo abastecimento de água, retirada de esgoto ou de lixo, em especial nos sobrados de três a quatro pavimentos”.

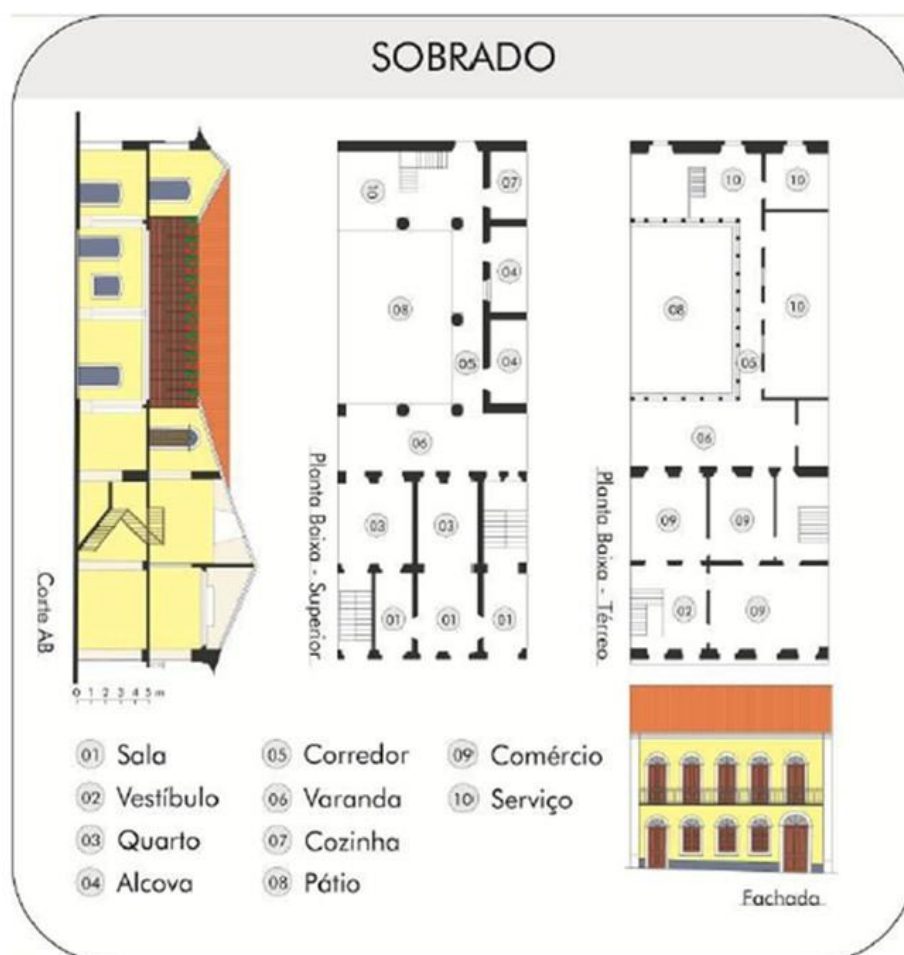


Figura 22. Desenhos esquemáticos do Sobrado (corte, fachada e plantas baixas). Fonte: Figueiredo, 2014: 51, adaptado de Silva Filho, 1998 (1986).

A implantação dessas edificações encontrava-se sobre a testada e limites laterais dos lotes, ou seja, a forma da edificação era definida pelo lote que, por sua vez, estipulava a forma do quarteirão e consequentemente da própria cidade, sendo que a fachada era o único meio de separação entre o espaço público e o privado. As edificações apresentavam cinco versões de plantas: a retangular, em “L”, em “U”, em “C” e em “O”, predominando as formas em “L” e em “U”. Para cada um desses modelos existem duas possibilidades de disposição na quadra: de centro ou de canto (Silva Filho, 1998 [1986]).

As coberturas apresentavam, geralmente, suas cumeeiras paralelas às ruas. Esse tipo de configuração só permitia que a iluminação e ventilação fossem realizadas pela frente

(fachadas) ou pela parte posterior da casa (fundos), o que em alguns casos contribuía para insalubridade de alguns ambientes. Os planos que compõem os telhados variam de acordo com o partido, e as águas pluviais nunca caíam para o lote vizinho, sempre desaguiavam para o logradouro público ou para o interior de lote, para o quintal.



Figura 23. Esquema geral dos telhados e Tipologias dos partidos: cortes. Fonte: Lopes, 2008.

Como resultado, as construções refletiram os avanços econômicos advindos da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão - CGCGPM, que incentivaram à agricultura e, pela administração direta de Lisboa, patrocinaram o concurso de construtores portugueses que trouxeram a técnica e arte de construção portuguesa. Mas, São Luís, por ter um clima quente e um alto índice pluviométrico, apresentou soluções diversas das terras lusitanas, a exemplo de algumas edificações que apresentavam nas suas fachadas de fundos paredes com treliças e venezianas, adaptadas ao clima brasileiro.

A beleza dessas construções, que hoje são consideradas monumentos históricos, antes privilégio de palácios e igrejas, encontram-se nos detalhes dos elementos que compõem a arquitetura da linguagem colonial, como a disposição de cheios e vazios, as vergas retas, ou em arco pleno ou abatido, as molduras das portas e janelas, em massa ou em pedra de cantaria, o uso de cimbalhas e de cunhais, bem como os balcões sacados ou engastados.



Figura 24. Arquitetura colonial. Fonte: LOPES, 2008.

A arquitetura colonial luso-brasileira dos séculos XVIII e XIX, que compõe parte do centro histórico da cidade de São Luís, fez com que a UNESCO, em 1997, a reconhecesse como cidade Patrimônio Cultural da Humanidade pelo seu acervo arquitetônico e pelo seu traçado urbano.

1.4. O contexto das linguagens arquitetônicas: Eclético, Neocolonial, *Art Déco* e Arquitetura Modernista, do Internacional ao Local

O percurso da modernidade foi de ruptura, uma vez que as primeiras construções da produção arquitetônica moderna derivavam de releituras de formas históricas, mas já apresentavam novas técnicas e materiais construtivos advindos da industrialização crescente. Essa industrialização transformou os modos de vida no campo e na cidade, e fez surgir novos tipos arquitetônicos – estações ferroviárias, casas suburbanas, arranha-céus - para os quais não havia padrões óbvios ou precedentes. Dessa forma, o conflito do uso de formas tradicionais nas construções foi intensificado pelo surgimento de novos tipos de edificações sem uma linguagem definida e, ao mesmo tempo, contribuiu para a criação de novas linguagens espaciais e plásticas, como foi o caso do ecletismo tardio, o neocolonial, o *Art Déco* e a arquitetura modernista (Curtis, 2008 [1982]: 13).

Nesse sentido, novas novas linguagens compreendem a produção arquitetônica moderna. Neste item, não se pretende traçar um histórico de cada linguagem, e sim, apresentar as características de cada uma delas de maneira a entender as especificidades e diferenças das

linguagens arquitetônicas que vieram para o Brasil, em especial para a cidade de São Luís, no período de 1930 a 1960.

1.4.1. Ecletismo

O ecletismo corresponde à união de vários elementos e sistemas de linguagens distintas de determinado período da história em uma nova edificação adaptada aos novos tempos. Assim, as edificações ecléticas utilizavam novas técnicas e materiais advindos do progresso trazido pela Revolução Industrial, dando a essas construções o caráter de modernidade. Para os historiadores, o ecletismo surgiu no século XVIII, mas ganha força na segunda metade do século XIX (Fabris, 1987).

O ecletismo trabalhava com a liberdade e pluralidade compositiva, não se limitando a uma única escola ou linguagem, ou seja, uma edificação poderia apresentar elementos e técnicas construtivas de linguagens distintas, sendo responsável pela construção de uma nova arquitetura, baseada na compreensão de elementos de edificações históricas. A sociedade da época, buscando modernizar-se, exigiu que as novas construções apresentassem avanços nas instalações sanitárias e na distribuição interna das residências, e novas tipologias foram surgindo a exemplo dos grandes hotéis, lojas, escritórios, teatros e bancos (Curtis, 2008 [1982]; Patteta, 1987).

Desse modo, estas edificações uniam elementos e sistemas de diversas épocas adaptados aos novos tempos, gerando muitas vezes uma expressividade única ao conjunto. Essa expressividade, caracterizada pela união de vários elementos de épocas e regiões distintas, resultou numa nova construção, a eclética, que segundo Patetta (1987: 14) pode ser subdividida em três correntes principais:

- a) Composição estilística ou ecletismo historicista – corresponde à imitação de formas do passado que fizeram parte de alguma linguagem arquitetônica única e precisa do passado, englobando as construções neoclássicas, neogóticas, neomanuelinas, neoegípcias, dentre outras.
- b) Historicismo tipológico ou ecletismo tipológico – engloba as opções de estilo de acordo com a função que o edifício viria a receber, de maneira que para igrejas e templos

priorizam-se padrões místicos e religiosos da Idade Média; para construções públicas, admite-se o Renascimento; para equipamentos de lazer, o barroco e orientais; para edificações de caráter solene, como museus, parlamentos e palácios governamentais, utiliza-se a pesquisa sobre os ideais clássicos.

- c) Pastiches compositivos ou ecletismo deliberado – a composição caracteriza-se por soluções inéditas, por meio da mistura de elementos arquitetônicos, gerando obras únicas que, em alguns casos, beiravam o mau gosto.

O ecletismo teve na classe burguesa seu grande aliado e divulgador, principalmente em suas residências, pois era uma forma de ela afirmar seu poder, e criar seus próprios códigos formais, contrapondo-se aos valores da classe dominante (Patteta, 1987).

As principais características encontradas numa edificação eclética são:

- a) Implantação: algumas edificações mantiveram, ainda, o modelo de implantação das edificações tradicionais. Outras edificações, no entanto, já se desprenderam dos limites dos lotes, onde os primeiros exemplares consistiam em recuar apenas um dos lados da edificação, acarretando a transferência da entrada principal da casa para a fachada lateral (Reis Filho, 2004 [1970]) (Figura 25).
- b) Volumetria – geralmente apresentava um volume único, onde a simetria, na maioria dos casos, funcionava como regra básica e fundamental desta linguagem. A simetria, segundo Czajkowski (2000a: 09) era entendida como uma propriedade geométrica que permitia o exato rebatimento de si mesmo em relação a pelo menos um plano. Essa simetria impunha na fachada um sistema de hierarquia e ritmo que seguia os padrões clássicos empregados na Grécia Antiga, bem como nas ordens clássicas (Figura 26).

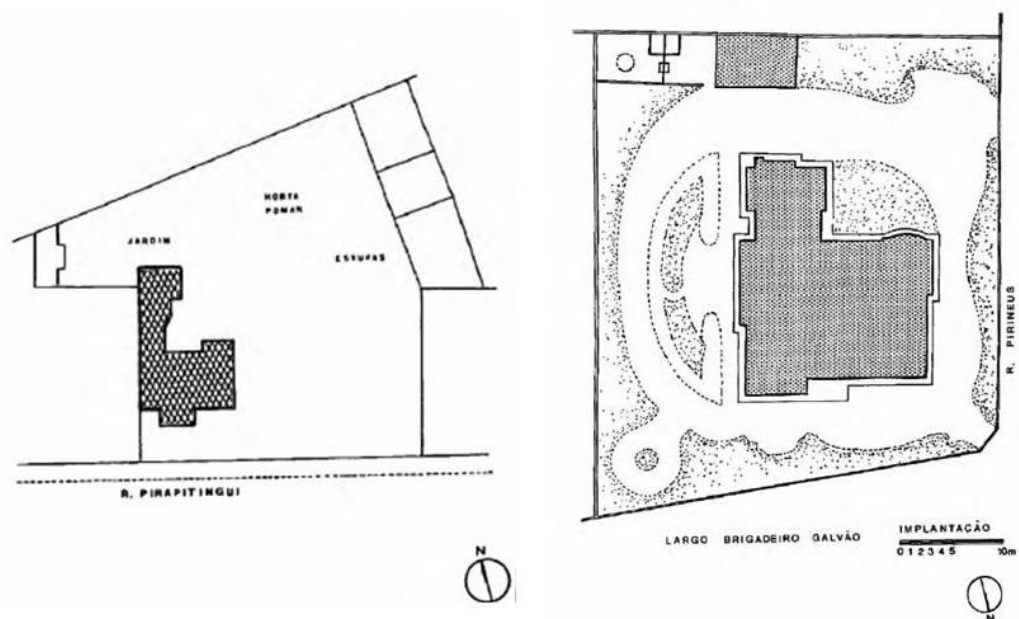


Figura 25. Modelos de implantação de edificação eclética. Fonte: Homem, 1994: 41 e 43.

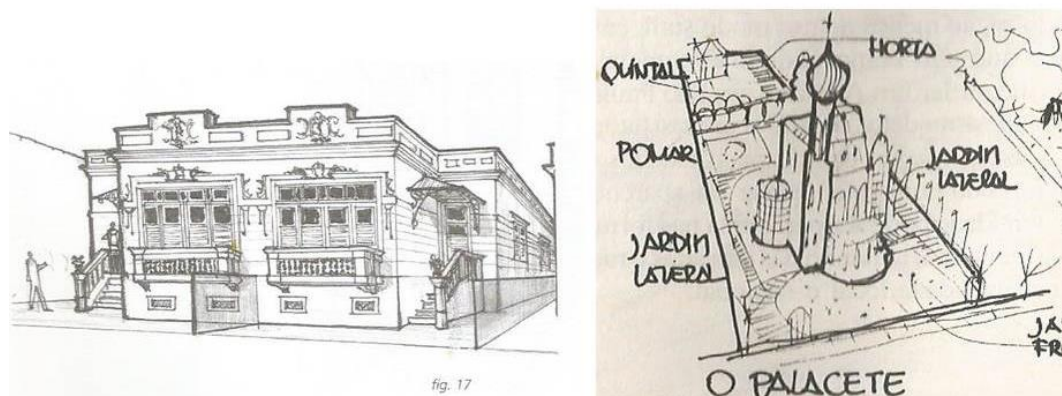


Figura 26. Volumetria de edificação geminada e solta do lote. Fonte: Veríssimo e Bittar, 1999: 34 e Macedo, 1995: 42.

As fachadas apresentavam o mesmo esquema de uma edificação tradicional (colonial) sendo composta de embasamento, corpo e coroamento, mas com a presença de muitos ornamentos. O coroamento apresentava platibanda, que veio substituir os velhos beirais, por condutores ou calhas, que poderiam ser cheias ou vazadas, com balaústres, ou com aplicação de elementos decorativos. A platibanda geralmente apresentava frontão e, acima dela também era possível serem encontrados elementos escultóricos. Nas edificações que seguiam os preceitos das ordens clássicas pode-se encontrar as colunas

(jônicas, dóricas ou coríntias), frontões que demarcavam o acesso principal da edificação, frisos, arcos plenos, abatidos e ogivais, que se misturam sem problemas. Alguns exemplares faziam uso do torreão coroado por uma cúpula, que poderiam encontrar-se nas esquinas, centrados, ou nas extremidades da edificação.

- c) Elementos decorativos - frisos, balaústres, grupos statuários, colunas, vasos, medalhões, anjos, pinhos e pináculos. Para Czajkowski (2000a: 12), a ornamentação acentuava a dramaticidade cenográfica da composição, conferindo luxo à arquitetura, pois divertia, e exercitava o olhar para os detalhes.
- d) Espacialidade interna - a aparência de uma construção eclética e sua organização externa e interna deveria estar de acordo com sua finalidade e importância da edificação. As primeiras edificações ecléticas mantiveram a distribuição espacial interna nos moldes da arquitetura colonial; posteriormente, esta distribuição foi realizada segundo regras rigorosas, que confeririam hierarquia aos espaços, funcionalidade, conforto e luxo (Czajkowski, 2000a).

As edificações ecléticas do início do século XX apresentavam o programa das habitações baseadas no modelo burguês europeu, caracterizado pelo modelo tripartido, formado por área privativa, social e de serviços, conhecido como o modo de “morar Francês”, onde as noções de privacidade, intimidade e domesticidade foram valorizadas. Esse modo de morar reunia as funções domésticas em três grupos: o referente ao estar e lazer, o relativo ao sono e ao banho, e o das atividades de serviço. Dessa forma, deixam-se de lado velhos costumes que admitiam misturas de funções ou ambientes de descanso servindo como áreas de passagem. Surge, neste período, o sistema de circulação interna que permitiu o caminhar de um ambiente a outro da residência, sem precisar entrar por um terceiro, como acontecia nas habitações coloniais: o vestíbulo, que segundo Albernaz (1997b: 657) era um compartimento localizado na entrada dos edifícios e, “eventualmente poderia estar situado na entrada do pavimento superior ou de uma ala do edifício com uso diferenciado”. Tal ambiente era considerado uma área neutra da casa. A antiga sala de jantar, local de passagem para a cozinha, foi mantida nas casas voltadas para aluguel (Lemos, 1999b: 255).



Figura 27. Planta baixa de residência da primeira fase do ecletismo. Fonte: Reis Filho, 2004 [1970]: 49.

A Mansão Finger, cujo projeto arquitetônico foi de autoria do arquiteto Gustavo Adolphsson, construída em 1912 pelo empresário Frederico Figner, na cidade do Rio de Janeiro, é um exemplo de habitação eclética que trabalhou o modelo tripartido (Figura 28). Apresenta uma planta assimétrica, com os setores (serviço, privativo e social) e acessos bastantes definidos e independentes. Também, observa-se o surgimento, nesta edificação, de ambientes intermediários, como a saleta entre a cozinha e a área privativa. Os banheiros e cozinha foram os ambientes que exibiram o maior progresso da época, com a implantação dos serviços de abastecimento de água e o surgimento de peças fixas, influenciados pelos novos hábitos de higiene (Sá, 2002).

Os produtos industrializados ganham força com o ecletismo e principalmente pela presença dos vidros simples ou coloridos nas bandeiras das portas e janelas, das estruturas de ferro, que possibilitaram uma renovação nas composições de uma edificação, como na confecção de cúpulas, esquadrias e gradis, e ainda na execução de estruturas como pilares e vigas,

encontrados nas varandas e na confecção de escadas (Albernaz e Lima, 1997; Del Brenna, 1987).

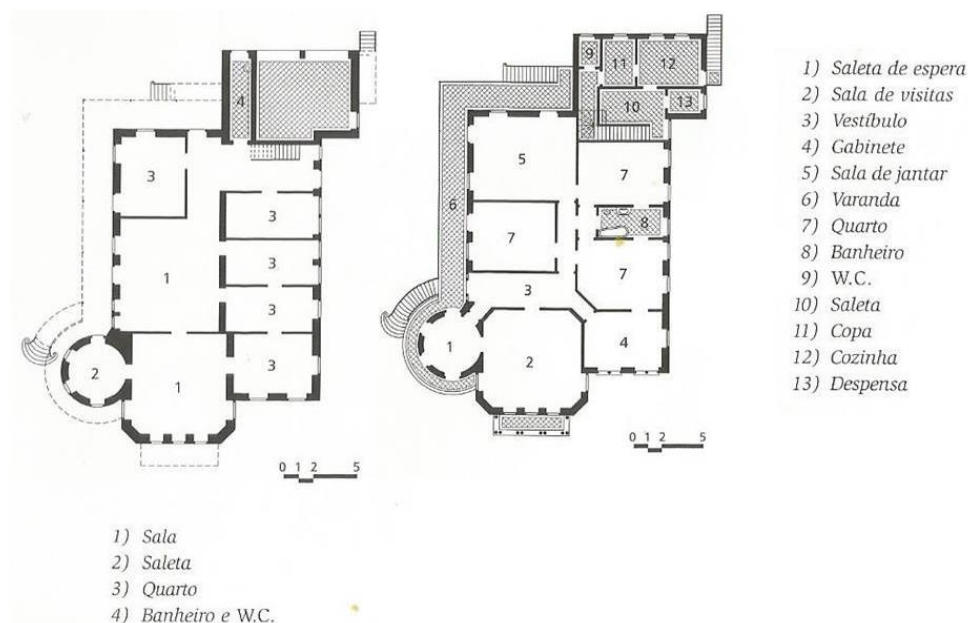


Figura 28. Planta Baixa Palacete Eclético - Mansão Finger. Fonte: Sá, 2002: 50 e 54.

O ecletismo no Brasil se manifesta a partir da segunda metade do século XIX, influenciado pela cultura europeia trazida por imigrantes ou brasileiros que lá estudaram ou viajaram, vindo juntar-se ao neoclássico histórico (Salgueiro, 1987; Lemos, 1987: 70). Dessa forma, as construções ecléticas passaram a dividir espaço com a arquitetura neoclássica, trazida pela Missão Artística Francesa, no período em que a Família Real Portuguesa²³ encontrava-se no Brasil. Para Yves Bruand (2012 [1981]: 33), o neoclassicismo nada mais era que uma forma de ecletismo, sendo possível identificar elementos justapostos de todas as linguagens “que utilizam colunas, cornijas e frontões, da renascença italiana ao segundo Império francês, passando pelo classicismo, pelo barroco e pelo verdadeiro neoclássico de fins do século XVIII e primeira metade do século XIX”. O neoclássico perdeu força com a chegada do ecletismo, mas continuou sendo utilizado no século XX, principalmente em edificações destinadas a

²³ A vinda da Corte Portuguesa contribuiu para a transformação da sociedade, ocasionando uma série de medidas para melhorar o aspecto da cidade, como: abertura dos portos, a imprensa, construção de novas escolas, a chegada sistemática de profissionais qualificados e, sobretudo, de novos materiais, novos produtos industrializados, inclusive a cláusulas de tratados político-comerciais realizados com a Inglaterra (Lemos, 1979).

abrigar os órgãos públicos oficiais, pois simbolizavam a imponência e o equilíbrio, sendo considerado propício para sedes de governo, assembleias legislativas e tribunais.

O Rio de Janeiro, capital do Brasil, foi a porta de entrada para todas as manifestações originadas da Europa e, com a Proclamação da República, em 1889, contribuiu para a rápida disseminação do ecletismo pelo país. Quase todas as capitais estaduais e as maiores cidades do país providenciaram um palácio do governo, assembleia legislativa e fórum com essa linguagem (Czajkowski, 2000a).

A liberdade de criar, recriar, combinar formas e misturar ornamentos tão característica do ecletismo, buscou aproveitar da melhor forma o progresso advindo da Revolução Industrial, o que possibilitou a criação de novos programas e partido arquitetônico, dando à edificação um aspecto moderno. Mas, percebe-se em alguns casos que essa modernidade se deu somente nas fachadas, por meio da inserção de platibandas e ornamentos que buscavam acompanhar a moda em voga na Europa. O aspecto da edificação demonstrava, também, a importância do seu proprietário e sua condição financeira, além de manifestar o bom gosto, ou não, pela adoção dessa linguagem e pelo modo de vida moderno.

As novas construções buscavam superar as antigas em tudo, principalmente no que tange à salubridade e conforto, apresentando um partido onde todos os ambientes deveriam possuir janelas para o exterior. Isso se deu pelo surgimento de legislações preocupadas com a configuração interna da edificação, já que até ao presente momento, as legislações não previam intervenções na organização interna das residências, cujas plantas eram bastante semelhantes entre si, como se houvesse um acordo coletivo entre os habitantes das cidades: todos moravam da mesma forma, tanto ricos como pobres, a diferença se dava pela quantidade de cômodos existentes na edificação (Lemos, 1999a).

O início do século XX foi marcado pela preocupação com a saúde e higiene nas habitações. Isso resultou do aumento populacional, motivado pela migração desenfreada para as cidades, acarretando o surgimento de vários cortiços²⁴ que, para os estudiosos²⁵ da época,

²⁴ Habitação coletiva geralmente constituída por unidades habitacionais formada por apenas um único cômodo e com instalações sanitárias de uso comum. Essas edificações eram destinadas a famílias de baixa renda.

²⁵ No início do século XX, vários gestores por todo o Brasil contrataram equipes multidisciplinares (médicos, engenheiros, arquitetos, dentre outros profissionais) para realizar estudos voltados para melhorar as condições de moradia e salubridade das cidades.

eram considerados insalubres, por serem focos de doenças, comprometendo a saúde das pessoas que ali habitavam (Lemos, 1999a).

Nesse período, surgiram também as casas de aluguel sob o alinhamento da rua, apresentando em uma de suas laterais um corredor descoberto. A sua planta, ainda, seguia os preceitos de configuração da arquitetura tradicional, onde os ambientes estão interligados e conectados uns aos outros, mostrando uma boa permeabilidade. Tais construções possuíam iluminação direta para todos os ambientes, o que melhorava o conforto ambiental desses espaços. E foi a partir dessas transformações que a modernidade se instalou na cidade (Lemos, 1999b).

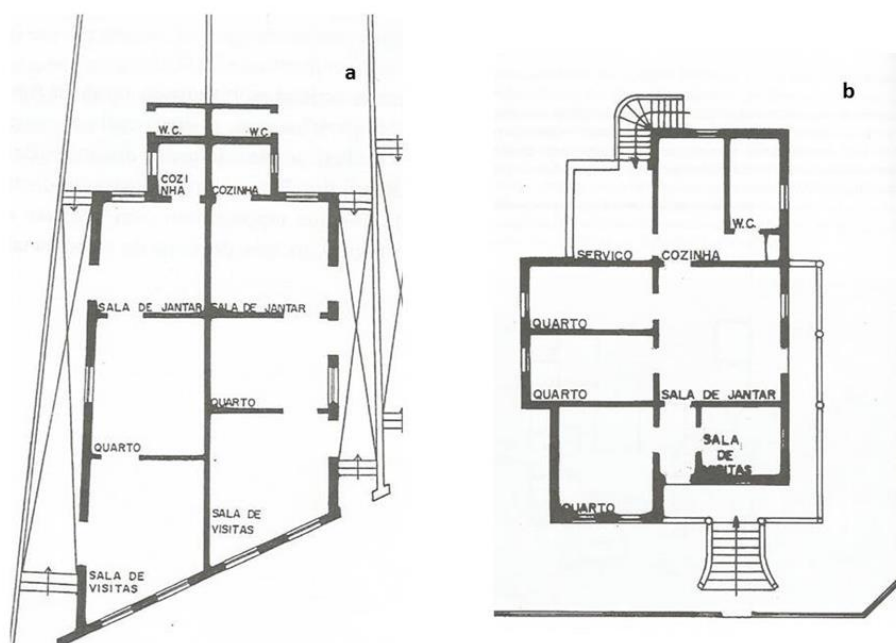


Figura 29. Planta baixa de edificações ecléticas. A imagem à esquerda (a), representa uma casa de aluguel para população de baixa renda; a planta (b) apresenta o modelo de morar francês tripartido. Fonte: Lemos, 1999a.

Nas habitações mais modernas da classe média, foi possível verificar a presença do corredor lateral, a varanda, e também a presença do vestíbulo, e a modernização chegou com a implantação das instalações hidrossanitárias, o banheiro e a cozinha, localizados na parte posterior da edificação, e a sala de jantar, que passou a ser valorizada, sendo o centro espacial da edificação.

A influência francesa não se deu somente no plano da arquitetura, mas chegou a nível urbano, através das obras Haussmann em Paris, na década de 50 do século XIX. Esta

influência fez com que no início do século XX várias cidades brasileiras iniciassem um processo de intervenções urbanas pautadas nos ideais de higiene, por meio do alargamento de vias e criação de grandes avenidas, espaços de lazer, e a construção e reforma de edifícios públicos. Um dos planos de reforma urbana, que teve inspiração nas ideias de Haussmann, foi do Prefeito Francisco Franco Pereira Passos (1836-1913), para a cidade do Rio de Janeiro²⁶, com a construção da Avenida Central, que seria o boulevard carioca, e onde ficariam localizadas as edificações mais imponentes da cidade, com destaque para as construções ecléticas e neoclássicas que nela se instalaram.



Figura 30. Cartões-postais mostrando a Avenida Central do Rio de Janeiro e suas construções ecléticas (1905).

Fonte: <http://www.conradoleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=2320770> e <http://www.rmgouvealeiloes.com.br/peca.asp?ID=1442205>.

Essas intervenções contribuíram para a disseminação da arquitetura eclética, e tiveram por objetivo modernizar, embelezar e sanear as cidades de forma a trazer credibilidade, investimentos e mão de obra qualificada, de maneira a garantir o ingresso do Brasil no mundo moderno do capitalismo. Através dessas obras esperava-se, também, ser possível alterar os hábitos, usos e costumes da população, vista como atrasada e pouco civilizada (Del Brenna, 1987).

O ecletismo foi então, elevado à forma representativa dos ideais republicanos e símbolo da modernidade e da civilização, sendo responsável pela criação da imagem simbólica da nação. Assim, a cidade e sua arquitetura se tornaram os principais instrumentos para, através da remodelação e da reorganização dos espaços, educar os cidadãos no gosto pela arte e no amor pelo país (Junqueira Schettino, 2012).

²⁶ Plano Geral de Modernização Urbana foi implantado por Pereira Passos quando Prefeito da cidade do Rio de Janeiro no período de 1902 a 1906.

No início do século XX, em especial na década de 20, começaram a surgir críticas sobre as construções ecléticas advindas de escritores, arquitetos e pensadores que começaram a se posicionar contra o que chamavam de “cidade europeia” no Brasil. Consideravam que não representava uma arquitetura de caráter nacional, a saber do barroco mineiro no século XVIII, gerando estranheza aos visitantes que aqui chegavam (Fabris, 1987), como foi o caso, do Presidente francês Clemenceau, em visita à cidade de São Paulo em 1904, que relatou nos jornais da época:

(...) a cidade de São Paulo é tão curiosamente francesa sob alguns aspectos que, durante toda uma semana eu não me lembro de ter tido a sensação de que estava no estrangeiro (Veríssimo e Bittar, 1999).

Em São Luís do Maranhão, a arquitetura eclética surgiu na paisagem urbana na segunda metade do século XIX estendendo-se até um pouco mais de 1950, influenciada pelos ideais de modernidade advindos da então capital federal, e pelo crescimento econômico proporcionado pela indústria têxtil (1890-1940).

Essas construções foram se distribuindo pela cidade de forma pontual, o que não gerou grandes contrastes urbanos, pelo fato, principalmente, de as edificações residenciais ou institucionais, ainda estarem vinculadas aos preceitos de construção tradicional.



Figura 31. Cine Eden, inaugurado em 1919. Fonte: São Luís, 1992.

A arquitetura eclética ludovicense, inicialmente, ficou restrita ao invólucro externo, às fachadas, por meio da instalação de platibandas e elementos decorativos que, na época, conferiam uma certa modernidade às edificações, mas, a implantação e configuração interna da edificação mantinha, ainda, características do período colonial. A modernidade dessas construções pode ser vista em cinemas, hospitais, escolas e órgãos públicos.

O ecletismo em São Luís ganhou força com as edificações de uso institucional, apesar dos poucos exemplares, se comparadas a outras capitais do país, que tiveram grandes ciclos econômicos que se refletiram no seu conjunto arquitetônico. As edificações se vestiram de elementos decorativos, que primavam pela modernidade, advinda com o século XX, pela beleza e diversidade, buscando uma renovação, deixando o passado e a arquitetura colonial para trás, trazendo consigo os processos de modernização resultantes dos avanços advindos da indústria.



Figura 32. Evolução das fachadas do Palácio dos Leões 1899 (a), 1908 (b), 1950 (c) e 2010 (d). Fonte: Maranhão ilustrado, 1899 (a); Cunha, 1908 (b); Jorge, 1950 (c) e <https://br.pinterest.com/pin/352828952036952459/> (d).

O Palácio dos Leões, exemplo de arquitetura institucional, foi construído por volta de 1730, para acomodar os capitães gerais, que comandavam o Estado na época. Por não oferecer condições dignas para moradia dos ilustres gestores, foi demolido e reedificado em 1772, pelo Governador Joaquim Mello de Póvoas (Marques, 1970 [1870]). Essa nova construção apresentava a linguagem colonial, mas no final do século XIX, sofreu uma reforma com o

objetivo de modernizá-la, com o acréscimo de uma platibanda balaustrada e elementos da linguagem neoclássica como: pilastras, sobrevergas com formato de frontões, dando-lhe características da linguagem neoclássica. Na década de 1950, o eclético predominava, pois ao longo dos anos foram inseridos elementos de linguagens diversas em sua fachada, e com a reforma de 2004, a edificação voltou a ter sua feição neoclássica.

O ecletismo ganhou visibilidade na cidade com o prédio da Estação Ferroviária João Pessoa, inaugurado em 1929, instalado nas margens do Rio Anil, na Avenida Beira-Mar. Essa edificação era formada por dois prédios, um vertical, com quatro pavimentos: térreo, sobreloja, primeiro e segundo pavimento, e um horizontal, que servia como anexo. Essa estação interligaria São Luís a Teresina, capital do Estado do Piauí, contribuindo para a chegada e circulação de mercadorias. Em 1957, passou a fazer parte da Rede Ferroviária Federal – RFFSA, havendo várias reformas, em suas edificações anexas ao longo de sua trajetória. Numa delas, a de 1950, o terceiro pavimento foi ampliado para receber mais ambientes administrativos. A estação funcionou nesse local até 1980, quando foi transferida para o bairro do Tirirical, ficando no local algumas atividades administrativas até o início do século XXI, quando a Secretaria de Segurança passou a ocupar as instalações desse prédio, funcionando até do ano de 2010. Atualmente, encontra-se em obras para se transformar em centro cultural.



Figura 33. Vista da Estação João Pessoa em 1929 e 1950. Fonte: <http://imirante.com/oestadoma/noticias/2018/02/03/estacao-joao-pessoa-apogeu-ostracismo-e-restauro-historico>.

Na arquitetura residencial, a linguagem eclética não foi expressiva e as intervenções se deram sobretudo no invólucro externo dos imóveis. Posteriormente, com o surgimento de novas centralidades na cidade, as construções residenciais se modernizaram, e já apresentavam um novo modelo de implantação que se diferenciava dos existentes até então, a exemplo da edificação nº 1973, o bangalô "Villa Terezinha", no Bairro do Monte Castelo,

datada de 1927, de acordo com inscrição na platibanda do imóvel. No ato da sua construção, funcionava como residência de campo, cuja proposta era conciliar o homem com a natureza, através de soluções arquitetônicas mais atualizadas.



Figura 34. Fachadas da Residência eclética localizada no bairro do Monte Castelo. Fonte: autora, 2016.

Percebe-se, na planta baixa do Bangalô “Villa Terezinha”, a valorização das áreas sociais, com o surgimento de novos ambientes como a sala de visita, a sala de estar e a sala de jantar, que apresentavam uma decoração interna bem trabalhada, fortalecendo a prática de receber em casa.

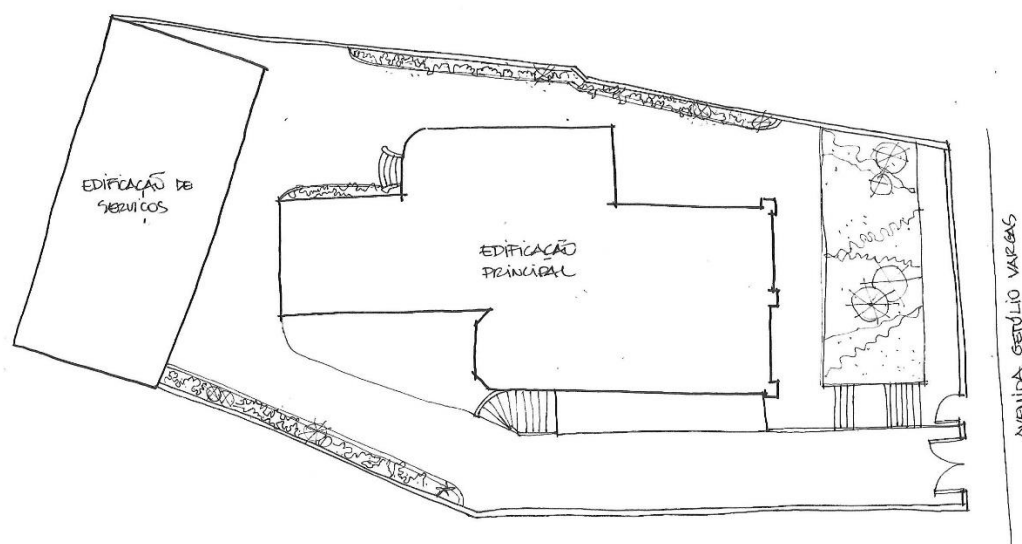


Figura 35. Planta de Implantação da Residência eclética localizada no bairro do Monte Castelo. Fonte: autora, 2016.

A modernização da habitação trouxe consigo as casas de banho, que se situavam próximas do quarto principal, deixando-o mais resguardado, e outro quarto que ficava próximo da copa e cozinha. A varanda principal anunciava os discretos avanços da família patriarcal,

abrindo-se para o público, e funcionava como corredor de acesso à casa, revelando espaços antes invioláveis (Veríssimo e Bittar, 1999).

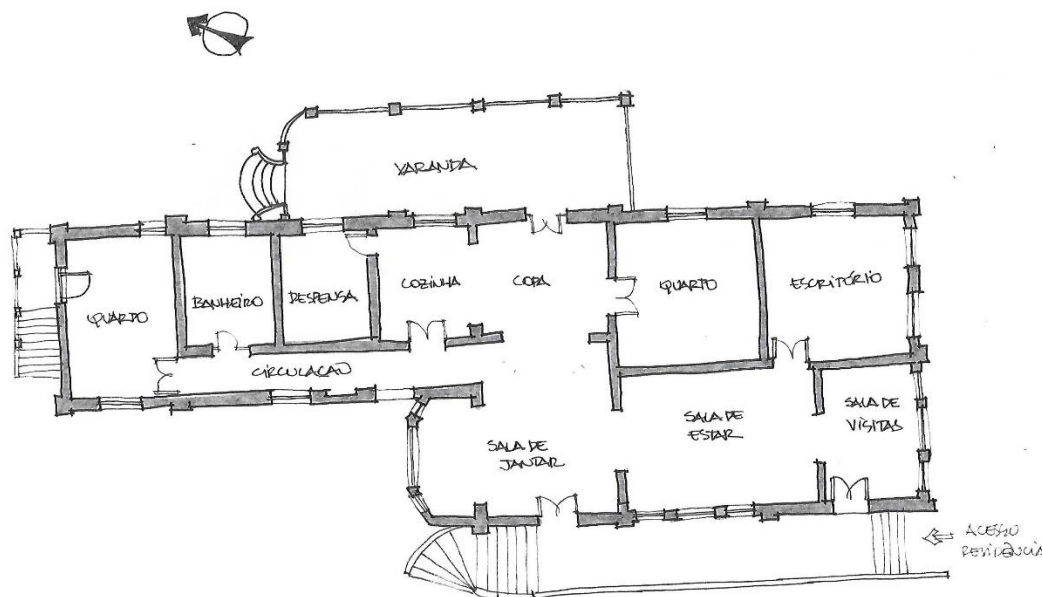


Figura 36. Planta baixa da Residência eclética localizada no bairro do Monte Castelo. Fonte: autora, 2016.

O eclético resistiu em São Luís até um pouco além de 1950, período em que foram construídos os últimos exemplares dessa linguagem, principalmente, em prédios públicos. O eclético ludovicense foi modesto, em decorrência da decadência econômica da cidade, e não seguiu o movimento da *Belle Époque*. O eclético, considerado sinônimo de progresso e globalização no Maranhão, foi caracterizado, em sua maioria, por intervenções nas fachadas com a implantação de platibandas e acréscimos de detalhes decorativos em edificações coloniais.

1.4.2. Neocolonial

O neocolonial foi um movimento de valorização da cultura nacional, que marcou grande parte da América Latina, Caribe e Estados Unidos, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Esse movimento foi uma reação às linguagens importadas da Europa, e aliava tradição com renovação. Para Segre (1991: 123) o neocolonial apoiava-se: a) na oposição e questionamento do classicismo cosmopolita; b) foi utilizado como bandeira de luta dos progressistas contra os conservadores; c) abre uma perspectiva de renovação,

permitindo vinculá-lo ao movimento moderno, à arquitetura modernista, na perspectiva de renovação, e, d) relacionava-se ao caráter essencialmente nacionalista, no caso brasileiro, pela defesa, integridade e unidade da nação brasileira.

O estilo neocolonial não deveria limitar-se apenas a retomar as formas do século XVII ou XVIII; deveria ser uma expressão de novas formas, fieis ao mesmo tempo ao espírito do passado e ao do presente (Bruand, 2012 [1981]: 55).

O neocolonial representou o período de resgate das tradições do passado e trazia dentro de si interesses diversos: ideológico e literário - ocorrendo simultaneamente na América do Norte e América Latina. Essa linguagem caminhou junto com as comemorações nacionais dos centenários de independência e buscava reafirmar a sua identidade e formar uma consciência nacional e latino-americana (Amaral, 1994).

O passado das cidades da América-Latina foi marcado por semelhanças e trajetórias similares, como: colonização ibérica, população formada pela miscigenação de povos, proximidade dos períodos de independências, fazendo surgir o interesse pela linguagem colonial, espanhola ou portuguesa, em várias regiões. Foi nesse contexto que ocorreu o resgate dos elementos decorativos da arquitetura religiosa do período colonial, mas também dos elementos ornamentais da época pré-colombiana: incas, maias e astecas (Amaral, 1994).

O neocolonial, da mesma forma que o eclético, trouxe a princípio a modernidade para as fachadas, por meio dos elementos decorativos na sua implantação. A sua organização espacial interna, ainda apresentava, em muitos casos, o modo de “morar francês” tripartido - social, serviço e privativo. Mas, foi nas construções novas, em bairros novos, voltados para as famílias de alto poder aquisitivo, que essa linguagem ganhou força. Também foi possível encontrar exemplares da arquitetura dita vernacular²⁷. Em suma, eram construções modernas, projetadas de maneira a recordar uma arquitetura do passado, mas adaptadas às necessidades do presente e que apresentavam as seguintes características²⁸(Mello, 2007):

a) Implantação – a edificação ficava localizada no centro do lote, rodeada por jardins e complementada por edículas, localizadas no fundo do lote, onde se concentravam as funções de serviços. A edificação neocolonial condenava a implantação colonial de lotes

²⁷ Construções que apresentam características de simplicidade, adaptabilidade ao meio físico, a criatividade e a forma plástica como resultado e não como intenção formal (Weimer (2012 [2005])).

²⁸ As características apresentadas são de construções neocoloniais brasileiras.

estreitos e profundos e aprovava a implantação de inspiração francesa, na qual as construções se afastavam das divisas dos lotes, garantindo, assim, que todos os ambientes tivessem iluminação e ventilação direta, além de proteção com relação à rua e aos olhares de estranhos.

- b) Volumetria – apresentavam, geralmente, a tipologia de bangalôs, com dois pavimentos, possibilitando uma maior exploração dos planos que compunham o edifício.
- c) Elementos decorativos - algumas fachadas possuíam adornos em azulejos com motivos sacros, que demonstravam a devoção religiosa do proprietário do imóvel por um determinado santo. Compondo a edificação era possível encontrar rótulas e muxarabis. Encontrava-se, também, nessa linguagem, edificações com platibandas e frontões, recortados com telhas, apresentavam na parte superior da edificação coruchéus e pináculos que finalizavam o coroamento.

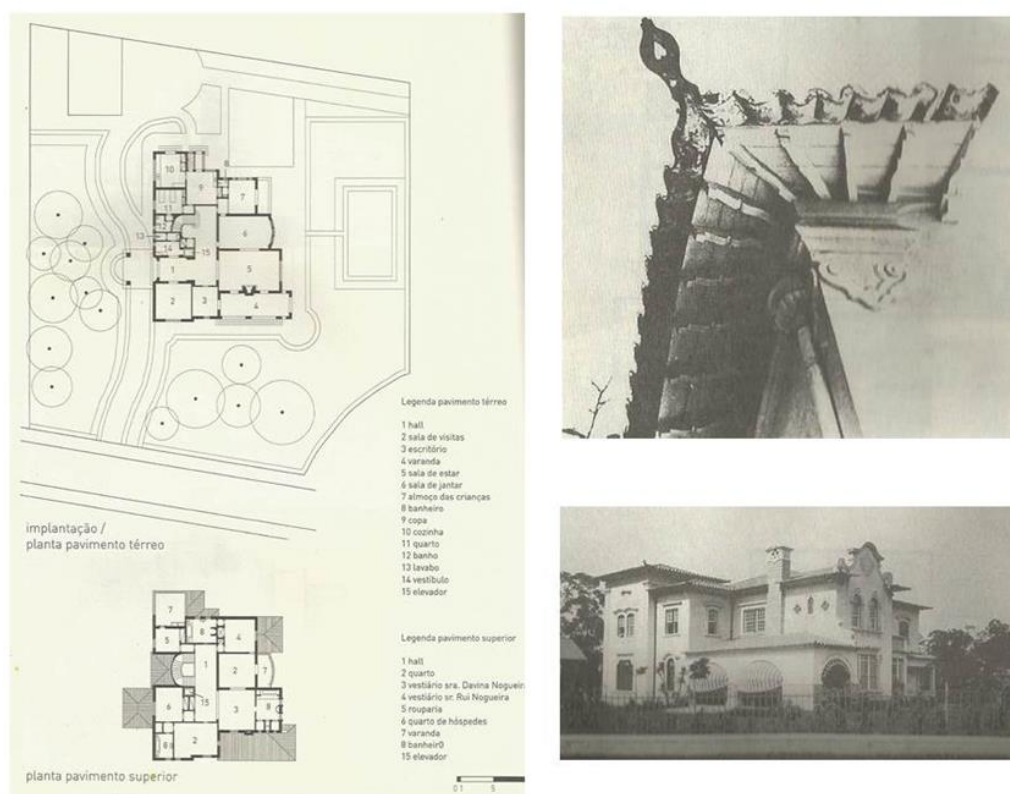


Figura 37. Casa Rui Nogueira (Ricardo Severo, São Paulo, 1939): Planta de Implantação/planta do pavimento térreo e superior; detalhe do beiral com cachorro em madeira e vista. Fonte: Mello, 2007.

- d) Espacialidade interna – eram definidas três zonas distintas – social, privativa e de serviços. O vestíbulo interligava os ambientes da casa, garantindo a separação entre as diversas zonas, de maneira que as áreas de serviços ficavam restritas aos espaços da cozinha,

porões, quintal, edícula; a zona social ficava concentrada no térreo e jardins, e a área privativa, geralmente, encontrava-se no primeiro andar. O quarto de hóspede ficava localizado no térreo. A varanda, na casa de famílias mais abastadas, aparece como um local de descanso, ou de transição entre a área pública e privada. Em muitos casos, a varanda ganha destaque na edificação, aparecendo totalmente independente do corpo principal, de modo a possuir uma cobertura própria, mais baixa em relação ao telhado principal. Esse tipo de cobertura foi comum nos projetos de Ricardo Severo (1869-1940)²⁹, e foi considerada: “uma inovação com relação às casas portuguesas ou coloniais que ele procurou recuperar, configurando-se como um provável empréstimo de soluções ecléticas contemporâneas” (Mello, 2007: 184-185).

Nas casas mais populares, as varandas ou alpendres funcionam como lugar de estar, descanso ou mesmo trabalho.

- e) Continuidade de algumas soluções acadêmicas – a utilização de colunas galbadas³⁰, arcos abatidos, a presença de arcos plenos, varandas sustentadas por colunas toscanas. Com referência à arquitetura colonial, mantiveram-se o uso da telha tipo capa e canal, das “bicas levantadas à moda chinesa”, a telha em forma de pluma, no arremate do telhado, nos amplos beirais com telha invertida, cornija, friso, cachorro e/ou forro de madeira. Essas características remetem aos telhados dos solares portugueses, principalmente, os construídos ao longo dos séculos XVI e XVII.

No Brasil, a busca por uma arquitetura legítima e nacional foi um dos pilares da arquitetura neocolonial, que fez uso de elementos da arquitetura colonial portuguesa, acrescida de novas técnicas e materiais construtivos, que deram às edificações, um caráter moderno.

Para Carlos Kessel (2008) essa linguagem não estava somente atrelada à arquitetura, mas a um movimento artístico-cultural construído através de debates, ideias e ações que buscavam estabelecer um novo vocabulário, que viria a caracterizar a nacionalidade do país.

O neocolonial primou pela renovação artística através da recuperação dos preceitos do passado, com vista no futuro, de forma a permitir aos arquitetos liberdade de criação,

²⁹ Ricardo Severo era português, foi arquiteto, engenheiro, arqueólogo, antropólogo, cientista, historiador, artista e construtor (Mello, 2007).

³⁰ Coluna que possui uma ligeira convexidade no fuste.

possibilitando o desligamento da arquitetura nacional do ecletismo, importado dos europeus (Carvalho, 2002). Bruand (2012 [1981]: 52), enfatiza que o neocolonial foi a primeira manifestação de uma tomada de consciência, por parte dos brasileiros, pela busca de uma originalidade na sua arquitetura.

Essa originalidade se deu pelo resgate das raízes da cultura brasileira, onde as construções deveriam se adequar às condições climáticas, ambientais, técnicas e culturais de cada localidade a ser implantada. Ressalta-se, que o neocolonial apresentava características distintas de região para região, pelo fato de o Brasil ser um país de dimensão continental, multirracial (e multicultural), onde cada localidade poderia imprimir uma marca distinta em sua arquitetura colonial; é possível, assim, identificar influências chinesas, árabes, espanholas, mas, predominando a da colonização portuguesa (Kessel, 2008).

A discussão por uma cultura própria brasileira deu-se, inicialmente, por meio das artes e da literatura, no final do século XIX e início do século XX, e ganhou força por meio de conferências sobre o tema, a exemplo da palestra apresentada em São Paulo, “A Arte Tradicional no Brasil: a Casa e o Templo”, proferida por Ricardo Severo, em julho de 1914, na Sociedade de Cultura Artística, onde defendeu a valorização da arte brasileira, através do reaproveitamento de elementos da arquitetura tradicional, de maneira a satisfazer todas as exigências da vida moderna. Constituindo, assim, uma arquitetura voltada para o futuro e adaptada aos novos tempos, às novas necessidades sociais, higiênicas, morais e construtivas. Essa nova arquitetura não reutilizaria somente componentes das manifestações artísticas enquanto cidade portuguesa ultramarina, mas resgatava elementos culturais provenientes das terras lusitanas, pois, a mesma, contribuiu para a construção da identidade brasileira (Segawa, 2014 [1998]; Azevedo, 1994; Lemos, 1987; Mello, 2007).

Como forma de propagar essa arquitetura, que representaria o Brasil no mundo, Severo construiu várias residências, inclusive a sua, onde empregou elementos da arquitetura civil portuguesa dos séculos XVII e XVIII. As obras de Severo “eram modernas, mas concebidas de modo a evocar intensamente o passado” (Bruand, 2012 [1981]: 53).



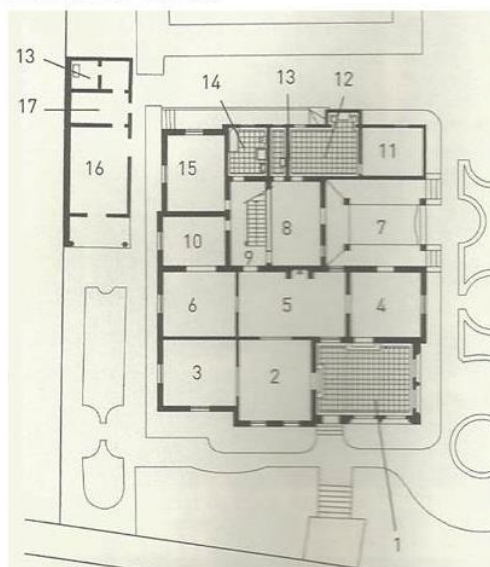
Figura 38. Casa Lusa de autoria de Ricardo Severo (São Paulo (SP), 1924): Fachada principal . Fonte: Mello, 2007: 207.



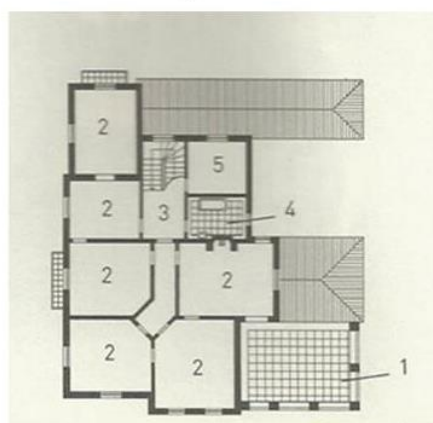
Figura 39. Casa Lusa de autoria de Ricardo Severo (São Paulo (SP), 1924): Fachada posterior. Fonte: Mello, 2007: 207.

O neocolonial de Ricardo Severo está para a cidade de São Paulo³¹, assim como José Marianno Filho (1881-1946)³² está para o Rio de Janeiro. José Marianno Filho foi o grande divulgador do movimento neocolonial do país, no início da década de 1920, exercendo a função de mecenas da arquitetura brasileira, por meio do financiamento de concursos que deveriam seguir essa linguagem. Participava ativamente dos órgãos ligados à arquitetura³³, sendo membro da Sociedade Brasileira de Belas Artes (SBBA)³⁴ (Kessel, 2008).

Pavimento Térreo



Pavimento Superior



1. Terraço; 2. quarto; 3. Hall escada;
4. W.C/Banho; 5. Rouparia

1. Hall de entrada; 2. Sala de visitas; 3. Sala de músicas e estudos; 4. escritório; 5. Sala de jantar; 6. Sala de estar; 7. pátio; 8. Copa; 9. hall de escada; 10. sala; 11. Despensa; 12. cozinha; 13. W.C; 14. banho; 15. quarto casal; 16. escritório; 17. Depósito.

Figura 40. Casa Lusa de autoria de Ricardo Severo (São Paulo – SP, 1924): planta baixa, pavimento térreo e superior. Fonte: Mello, 2007: 206.

Um dos primeiros certames patrocinado por José Marianno Filho, em 1921, foi o “Premio Heitor Mello”³⁵, que seria julgado pelo Instituto Brasileiro de Arquitetos (IBA). Esse concurso

³¹ Apesar de o Neocolonial ter se iniciado em São Paulo em 1914, por Ricardo Severo, seguido por Victor Dubugrás, a capital paulista não possuía uma arquitetura colonial com grandes atrativos para a população, em sua maioria composta por imigrantes, sem qualquer vínculo com o país (Bruand, 2012 [1981]).

³² José Marianno Filho nasceu no Estado de Pernambuco, mudou-se para o Rio de Janeiro muito jovem acompanhando seu pai. Formou-se em medicina, mas nunca a exerceu. Era grande conhecedor e entusiasta da história e arte brasileira, interessado principalmente pelo período colonial. No início de 1920 já fazia parte da Sociedade Brasileira de Belas Artes (Kessel, 2008).

³³ Instituto Brasileiro de Arquitetos – IBA e a Sociedade Central de Arquitetos - SCA, instituições criadas em 1921.

³⁴ A Sociedade Brasileira de Belas Artes (SBBA) foi fundada em 1919, e tinha por objetivo reunir artistas, artesãos e promovia conferências e palestras.

³⁵ Arquiteto carioca (1875-1920). Foi um dos primeiros arquitetos a adotar o neocolonial e no ano de sua morte possuía sete projetos nessa linguagem (Santos, 1981).

teve por objetivo criar um projeto para uma “habitação doméstica para os arrabaldes”³⁶, devendo possuir dois pavimentos (térreo e superior), e que representasse uma arquitetura nacional, inspirada diretamente nas edificações sacras e civis do período colonial, num terreno de 20 metros de frente por 50 de profundidade, com orçamento restrito a cem contos de réis. Para isso, propôs critérios para a construção dessa edificação, que foram publicados na Revista *Architectura no Brasil*, 1921, nas páginas 38 e 39 (Kessel, 2008):

- a) Todos os motivos arquitetônicos, quer decorativos quer construtivos, deverão ser inspirados exclusivamente em modelos preexistentes no Brasil, através da arquitetura característica da época colonial.
- b) Todos os motivos terão igualmente um tratamento arquitetônico tradicional (colunas galbadas, arco abatido das arcadas, açoutamento dos telhados, largura dos vãos, etc).
- c) Uso exclusivo da ordem toscana nas composições.
- d) Mão-de-obra (aparelho) igualmente de acordo com as praxes tradicionais (enxilharia de granito, estuque, chãos, etc).
- e) Adaptação perfeita às condições de vida moderna, de acordo com as exigências das posturas municipais.

Pelos critérios apresentados observou-se que a edificação deveria apresentar elementos da arquitetura colonial, nos seus aspectos decorativos e construtivos, exigindo que a construção obdescesse às características impostas por cada região, e deveria estar de acordo com as necessidades e funções da vida moderna.

Esse concurso, como tanto outros, buscava disseminar a arquitetura neocolonial no Brasil. Mas, foi com o certame para a construção dos pavilhões brasileiros para a Exposição Internacional do Centenário da Independência³⁷, em 1922, no Rio de Janeiro, que obteve grande visibilidade. Para a construção dos pavilhões foi demolido o Morro do Castelo³⁸, na gestão de Carlos Sampaio (1920-1922). A demolição desse morro teve por objetivo modernizar e higienizar a cidade, ou seja, significava eliminar lugares insalubres, ocupados por pessoas de baixa renda, que viviam em cortiços no centro da cidade. Na gestão de Getúlio

³⁶ Concurso público anual, que seria conhecido como “Casa Brasileira”. Foi um concurso respaldado pela SBBA, IBA e ENBA, e gerava atrativos para os candidatos, pois possibilitaria aos selecionados participarem da exposição organizada anualmente pela SBBA, bem como prêmios em dinheiro, prestígio e visibilidade.

³⁷ Essa exposição teve por objetivo mostrar aos estrangeiros as riquezas e potencialidades do país, e aos Brasileiros ter contato com as maravilhas de outros países.

³⁸ Berço da cidade, o Morro do Castelo tinha 65 metros de altura, sendo ocupado por igrejas e conventos dos séculos XVII e XVIII, com uma população de 5 mil pessoas a maioria pobres, que tiveram que se alojar em outras áreas da cidade, sendo esse desmonte uma ação segregadora de afastar os pobres do centro da cidade, e também destruidora de uma parte importante da memória urbana histórica do Rio de Janeiro.

Vargas (1930-1945) como presidente do Brasil, esse local viria a receber as sedes dos Ministérios (Segre, 2013).

Esta exposição teve grande repercussão internacional, fazendo com que o neocolonial passasse a ser apreciado, tanto em termos locais como, também, pelos estrangeiros, que ficaram encantados com a excentricidade dessas construções (Bruand, 2012 [1981]). Assim, o neocolonial popularizou-se e foi instituído como linguagem nacional, conquistando o reconhecimento e admiração de arquitetos e intelectuais, que viam nele a materialização e redescoberta da cultura brasileira, através de outras expressões artísticas. É importante ressaltar que apenas seis pavilhões seguiram a linguagem neocolonial dos catorze construídos para a referida exposição (Kessel, 2008).

A partir dessa aceitação, várias edificações públicas e privadas foram construídas com essa linguagem pelo Brasil, destacando-se a arquitetura residencial. Essas construções apresentavam jogos de volumes, a exemplos de telhados com alturas diferenciadas, torreões e terraços. Algumas acrescentavam elementos nas fachadas de outras linguagens, de maneira a torná-las esteticamente mais belas. Com relação às plantas baixas, verifica-se que essas construções mantinham os preceitos da linguagem eclética, com a divisão tripartida da edificação, mas percebe-se o desaparecimento dos porões altos e habitáveis; as edículas no fundo do terreno, foram mantidas, podendo receber garagens, quartos, canis e depósitos. Essas edificações remetiam para as antigas senzalas, coqueiras e oficinas de serviço (Reis Filho, 2004 [1970]).

A manutenção de características de períodos anteriores fez com que autores como Segawa (2014 [1998]) e Lemos (1979) incluíssem o neocolonial, como uma variação do ecletismo historicista. Reis Filho (2004 [1970]: 78) enfatiza:

(...) os arquitetos retomavam as formas do colonial ou a arquitetura de outros países, procurando dar a impressão de grande variedade e originalidade, mas ao observador de nossos dias, fica sempre a impressão de repetição do mesmo esquema. As soluções mais complexas teriam que aguardar as oportunidades surgidas com a ampliação do movimento modernista.

O neocolonial buscou resgatar formas de um passado nacional, permitindo que se iniciassem debates sobre uma nova arquitetura, que vislumbrava a modernidade, e estava ligada às transformações que ocorriam na sociedade e na cultura no início do século XX. Para Aracy Amaral (1994), o neocolonial foi um antecessor da arquitetura modernista no Brasil, por

buscar uma independência cultural e por conseguir se desligar dos preceitos advindos da Europa, configurando-se uma antecipação da arquitetura modernista que viria ganhar notoriedade a partir da década de 1930. Esse movimento, também, marcou o início da tomada de consciência para a preservação e valorização da arquitetura colonial.

Na década de 1930, o movimento neocolonial perde força para a arquitetura modernista, resistindo, praticamente, até à década de 1940, quando ainda era utilizado na arquitetura residencial. José Marianno Filho, incomodado com a evolução dessa arquitetura, fez críticas ferrenhas à mesma, que considerava uma importação européia, que não levava em conta as particularidades da cultura brasileira. Mas, de fato, tanto a arquitetura neocolonial quanto a modernista, tinham um objetivo comum, criar uma arquitetura própria do país. A arquitetura modernista ganha notoriedade a partir da década de 1950.

São Luís do Maranhão fez parte do movimento de valorização das raízes da arquitetura colonial, mesmo que tardiamente, com vistas à afirmação de uma cultura própria brasileira.

O neocolonial chegou a São Luís por meio de filmes e revistas importadas, de moda e costumes, catálogos de arquitetura, principalmente, os advindos dos Estados Unidos, com publicações que mostravam um novo modo de morar, que lembravam as casas de campo (Pflueger, 2008). Em geral, a influência dessa linguagem sobre a arquitetura ludovicense se deu, em sua maioria, na produção residencial, em habitações unifamiliares, podendo ser térreas ou de dois pavimentos. As casas térreas apresentavam afastamentos frontal e lateral. Em alguns casos, foi possível encontrar edificações com o modelo de implantação tradicional, onde a modernidade se deu somente nas fachadas e a configuração espacial interna acompanhava os preceitos da arquitetura colonial portuguesa.

As fachadas das edificações térreas, em sua maioria, apresentavam platibandas recortadas, encimadas com telhas cerâmicas e pináculos ou corunchéus, além de exibir elementos decorativos em azulejos, podendo possuir uma imagem sacra ou geométrica. Nas edificações mais modernas, dessa linguagem, observa-se a presença de varandas, que funcionavam como hall de entrada (Figura 41 e 42).

As edificações com dois pavimentos, térreo e primeiro pavimento, apresentavam a tipologia de bangalôs, inspiradas não somente na arquitetura luso-brasileira, mas, também, nos estilos das missões espanholas. Essas construções soltavam-se das divisas do lote, e eram rodeadas

por jardins, com acessos distintos para veículos e pedestres. Ressalta-se que essas edificações, em sua concepção, mostravam similaridades com algumas construções ecléticas no que tange à configuração espacial. Habitar um bangalô, na época, era sinônimo de modernidade, de acordo com a revista *Athenas* de 1940 (Figura 43).

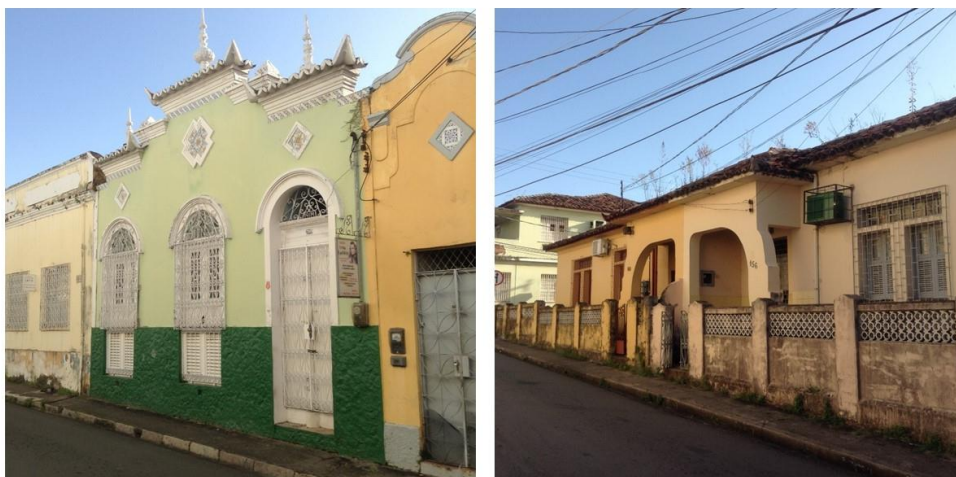


Figura 41. Edificações residenciais térreas neocoloniais em São Luís. Fonte: autora, 2018.



Figura 42. Edificações residenciais térreas neocoloniais em São Luís. Fonte: autora, 2018.



Figura 43. Edificações Neocoloniais com dois pavimentos. Fonte: Athenas, 1940.

A maioria das edificações de dois pavimentos foram construídas com influências dos bangalôs e os ambientes eram organizados de acordo com suas funções. Algumas dessas construções apresentavam espaços típicos femininos, como a sala de costura, espaço mais resguardado, e espaços masculinos, mais expostos, próximos à rua, representado pelo gabinete (escritório) com entrada independente.

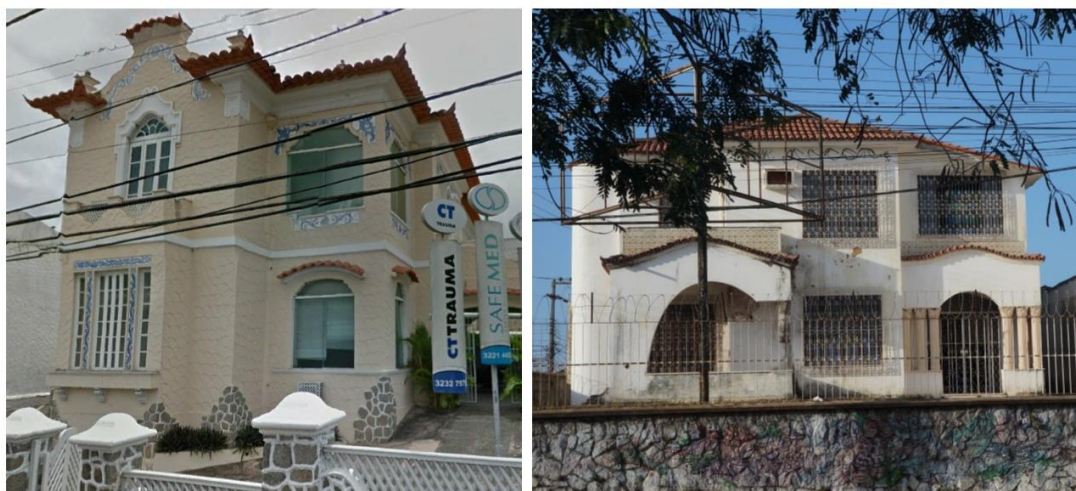


Figura 44. Edificações Neocoloniais de dois pavimentos. Fonte: google street view (à esquerda) e autora, 2017.

O neocolonial, também, trabalhou com habitações de cunho social, produzidas pela ação da Fundação Casa Popular (FCP) e dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), que exerceram um importante papel na produção direta de habitações, contribuindo para amenizar o déficit habitacional pelo qual o Brasil passava. O projeto do IAPs seguia diretrizes gerais de uma habitação com dimensões mínimas, de modo que o custo de produção se enquadrasse no salário dos trabalhadores. Essas edificações foram construídas a partir da década de 1940 e tiveram influência direta nos padrões urbanos, nos materiais e novas formas construtivas, dispostas no Código de Posturas de 1936, portanto, deveriam ter qualidade, habitabilidade, conforto e higiene.

Nesse sentido, o Instituto dos Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos Estaduais (IPASE), atuou nesta linguagem arquitetônica³⁹, inaugurando em 1950, por meio do Conjunto Residencial José Bonifácio de Andrade e Silva. Implantado numa área de 3.400 m², o conjunto

³⁹ Com relação à linguagem arquitetônica, essas construções apresentavam traços do Neocolonial, apesar das determinações do Conselho Nacional do Trabalho (órgão responsável pela normatização, fiscalização e aprovação dos procedimentos dos IAPs, ligado ao Ministério do Trabalho) solicitar a utilização dos pressupostos da arquitetura modernista.

era composto de 14 casas geminadas, duas a duas, na esquina entre a Avenida Getúlio Vargas seguindo pela Rua Raimundo Correia.

O programa dessas casas era simples e com dimensões mínimas de ambientes. A área dessas casas era de 64 m², implantadas em lote médio de 240 m², apresentando afastamentos frontal, laterais e de fundos. Todas as unidades eram iguais e compostas de dois quartos, sala, cozinha, banheiro e varanda (frontal) que tinha por objetivo proteger a casa de raios solares e das chuvas. Não se encontravam garagens, mas grandes quintais e jardins provenientes dos afastamentos existentes no terreno (Nascimento, 2017).

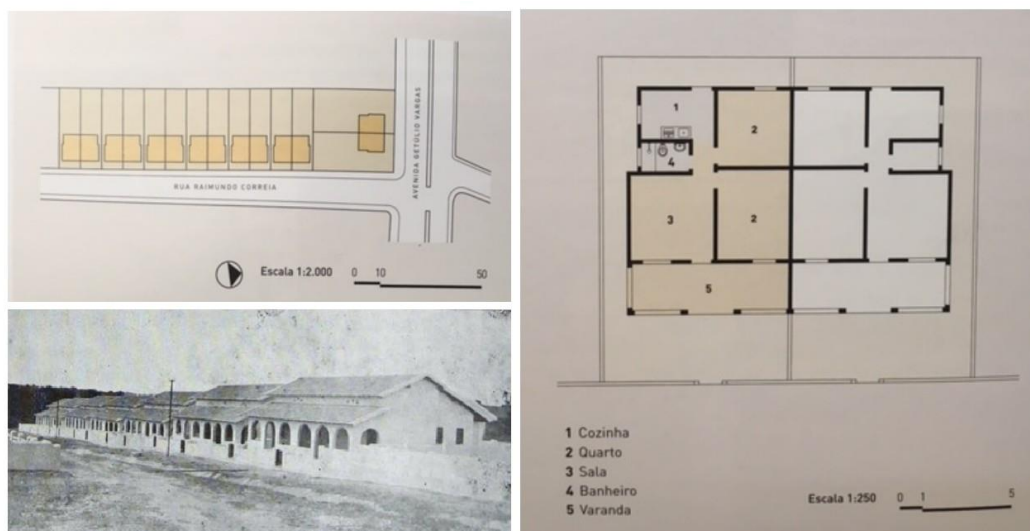


Figura 45. Planta de Implantação, Planta baixa do Conjunto Residencial José Bonifácio de Andrade e Silva. Fonte: Bonduki, 2014b (plantas) e JORGE, 1950.

Hoje, essas casas apresentam-se modificadas em relação ao projeto original, aumentando sua área construída quer seja pela construção de um novo pavimento, ou acrescentando áreas onde havia afastamentos, tudo com o objetivo de suprir as necessidades de cada morador. Infelizmente, algumas dessas construções foram totalmente destruídas para receber novos usos e algumas sofrem com o processo de arruinamento.

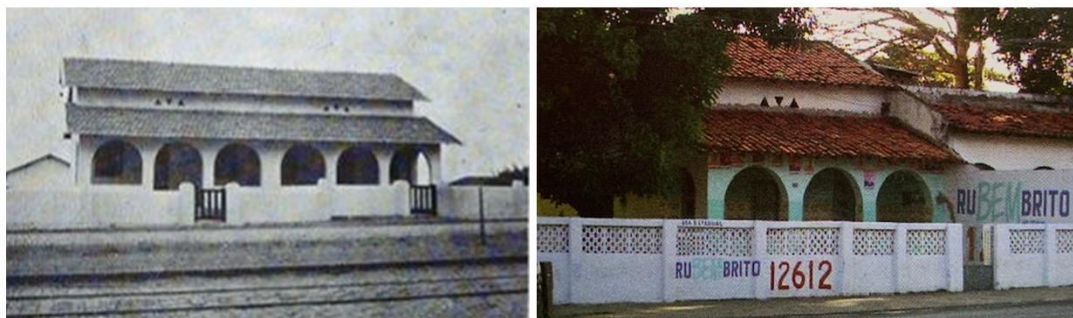


Figura 46. Fachadas do Conjunto Residencial José Bonifácio de Andrade e Silva em 1950, à esquerda, e 2007, à direita. Fonte: Jorge, 1950 e Bonduki, 2014b.



Figura 47. Fachadas do estado atual do Conjunto Residencial José Bonifácio de Andrade e Silva (2018). Fonte: Google Street View, 2018.

Essa linguagem, que aliava tradição e renovação, também foi bastante difundida em edificações escolares, que tinham por finalidade a modernização da estrutura educacional do Estado, dando a entender que o neocolonial fazia parte de uma política de governo, pois várias instituições de ensino foram construídas nessa linguagem, a saber: o Palácio da Educação, atual Liceu Maranhense (1941), a Escola Modelo Benedito Leite (1948), e diversos grupos escolares., no âmbito da Era Vargas.

Os grupos escolares⁴⁰ fizeram parte de um projeto educacional da república do Brasil, que visava a excelência do ensino primário, por meio de métodos inovadores e avançados, que contrariavam o ensino ultrapassado utilizado no período do Império . Essas construções tinham por característica “reunir em uma única edificação, todas as escolas isoladas de uma determinada localidade de acordo com o crescimento da população escolar” (Amorim, 2015: 211).

⁴⁰ Os primeiros grupos escolares foram implantados na cidade de São Paulo no final do século XIX e início do século XX (Amorim, 2015).



Figura 48. Escola Modelo Benedito Leite. Fonte: Jorge, 1950.



Figura 49. Grupo Escolar Gomes de Souza. Fonte: Jorge, 1950.

O Palácio da Educação teve sua construção iniciada em 1939 e foi entregue à população em 1941. Essa edificação foi construída num terreno cedido pela Prefeitura Municipal de São Luís, por meio do decreto nº 285 de 20 de dezembro de 1937, e viria abrigar o Lyceo⁴¹, a escola Normal, com os respectivos cursos normal e profissional, e a diretoria de instrução pública. As obras ficaram a cargo da firma Leão, Ribeiro e Cia⁴², que no período foi

⁴¹ O Lyceo iniciou suas atividades em 1839 dentro das dependências do Convento do Carmo, na Praça João Lisboa.

⁴² Essa firma edificou em São Luís o Liceu industrial, o Centro de Saúde Paulo Ramos, Fábrica de industrialização do Cação, Colônia dos psicopatas, palácio do comércio, agência do Banco do Brasil e agência do Instituto da estiva. Essa empresa tinha sede no estado do Rio de Janeiro e São Paulo.

responsável por outras construções na cidade. O Lyceo apresentava uma construção de dois pavimentos, formada por 4 blocos: um transversal e três no sentido longitudinal.



Figura 50. Palácio da Educação, atual Liceu Maranhense: Fachada frontal e lateral. Fonte: Arquivo do MAVAM/São Luís (MA).

Outra obra de grande importância para a cidade construída com esta linguagem, que viria contribuir para a melhoria da comunicação de pessoas e mercadorias, foi o Aeroporto de São Luís. Inicialmente, em 1943, o aeroporto consistia apenas numa pista de grama com cerca de mil metros de extensão, para servir de base de apoio para o exército dos EUA. A partir de então, houve uma necessidade de dotar esse aeroporto com uma estrutura que viesse a receber todo o equipamento bélico, bem como as modernas aeronaves de combate. Posteriormente, em decorrência de novas demandas, foram construídas pistas de asfalto para atender às empresas de taxi aéreo e da aviação geral. Com o término da II Guerra Mundial, o aeroporto foi entregue em 1946 ao Ministério da Aeronáutica. Em 1961 foi reinagurado e a Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), ficou encarregada pela administração técnica.



Figura 51. Aeroporto de São Luís, no final da década de 1940. Fonte: Arquivo pessoal Marco Estrela (à esquerda) e Arquivos do MAVAM/ São Luís (MA).

O neocolonial ludovicense surgiu tardiamente em relação ao restante do país, quase vinte anos depois, e tratou de recriar elementos tomados da arquitetura civil portuguesa dos séculos XVII e XVIII, com algumas variações, mas fazendo uso das novas técnicas e materiais construtivos da época.

Eram construções novas conectadas às ideias do passado, que uniam tradição e modernidade. Alguns autores consideram o neocolonial uma modalidade do ecletismo, na categoria de caráter histórico, no que tange à repetição de elementos de uma arquitetura preexistente, mas, também, como uma linguagem que contribuiu para a transição e advento do modernismo, através da adequação das novas edificações às novas necessidades físico-espaciais e técnico-construtivas da sociedade naquele momento.

O neocolonial não foi apenas o resgate do interesse pela arquitetura colonial, mas também foi o aprofundamento e conhecimento dessa arquitetura, contribuindo, assim, para preservação de uma linguagem, cujo valor estava sendo esquecido. Independentemente da discussão de se o neocolonial é, ou não, uma modalidade do ecletismo, essa linguagem buscou uma independência cultural em relação à arquitetura europeia, configurando-se como uma antecipação da arquitetura modernista que viria ganhar notoriedade a partir da década de 1930.

1.4.3. Art Déco

O *Art Déco*⁴³ foi uma linguagem arquitetônica caracterizada pelo uso de formas geométricas, que buscava a modernidade por meio da renovação dos referenciais estéticos na arquitetura, nas artes plásticas, no design de produtos, no design gráfico, na literatura e, de maneira especial, na publicidade e nos meios de comunicação da época, como nos cinemas e revistas.

Originado na Europa, na França, propagando-se rapidamente pelo mundo, chegou às Américas, inclusive ao Brasil, a partir da década de 1920. Teve sua principal fase de produção no período entre guerras e foi amplamente divulgado com a *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*⁴⁴, que ocorreu na cidade de Paris em 1925, embora, já existisse registro dessa manifestação de forma isolada, em data anterior a essa exposição. Nessa exposição, foi apresentado um novo estilo de design nas artes aplicadas e na arquitetura, conquistando o gosto popular do mundo inteiro, por compartilhar o entusiasmo pelas máquinas, velocidade, luxo, pelas formas geométricas e pelo uso de novos materiais e tecnologias (Czajkowski, 2000b).

O século XX era a época da máquina. A Arte Déco era moderna porque utilizava aspectos do design de máquinas como inspiração: as asas de um avião, a proa de um iate, a escotilha de um camarote dos novos transatlânticos, as engrenagens e rodas de uma máquina de costura ou de um motor de carro. Era ainda mais moderna porque acelerava a adoção de novos materiais como o plástico, a baquelite e o crômio (Lemme, 1996: 34).

O gosto pelas máquinas e velocidade, representados pelos navios e automóveis, demonstrava o desejo da época por viagens e luxo, logo serviram de inspiração para a arquitetura *Art Déco*, que buscava refletir o desejo das pessoas de esquecer as feridas advindas da Primeira Grande Guerra Mundial, através da diversão e do olhar para o futuro. Assim, foi possível encontrar obras com vãos circulares, que remetiam às escotilhas de navios (ou a janelas de aviões); os gradis de ferro adotavam, com frequência, formas simples inspiradas em guarda-corpos de passadiços; os volumes arredondados sugeriam torres de comando ou convés de popa de um navio. As engrenagens de máquinas e motores, também,

⁴³ O termo *Art Déco* só foi adotado quando o historiador inglês Bens Hillier, ao citar essa linguagem, consagrada na exposição de 1925 e que foi tomada na mostra *Les Anées 25* realizada pelo museu de Artes Decorativas em Paris em 1966.

⁴⁴ Exposição patrocinada pelo governo concebida em 1907 com o propósito de encorajar a cooperação e a colaboração entre artistas, artesãos e fabricantes de manufaturas e de promover a abertura de mercados exportadores para as artes aplicadas francesas (Dempsey, 2011 [2002]).

influenciaram nas formas dos ornamentos, da mesma forma que os mastros, dispostos nas fachadas, remetiam a navios (Correia, 2008).

O *Art Déco*, também, buscou referências em movimentos artísticos como a secessão vienense, o cubismo⁴⁵, o futurismo⁴⁶ e o expressionismo⁴⁷, dentre outros “ismos” que partilhavam o gosto pela abstração, mas, também, se inspirou nas culturas ditas “primitivas” redescobertas nos anos 1920, como: a egípcia, asiática, africana, pré-colombiana, onde, conseguiu promover uma unidade na construção (desenho integrado), como já havia ocorrido no *Arts and Crafts*⁴⁸ e no *Art Nouveau*⁴⁹, que introduziram pautas da modernidade, nas mais variadas manifestações artísticas e utilitárias (Arana *et alli*, 1999 *apud* Borges, 2006).

As obras do *Art Déco*, segundo Arana *et alli* *apud* Borges (2006), apresentavam características formais e projetuais comuns nos projetos arquitetônicos, que se identificam através da:

- a) Implantação: as obras em *Art Déco*, em sua maioria, eram construídas sobre os limites dos lotes, respeitando o tecido urbano pré-existente, não rompendo com a morfologia urbana dos quarteirões;
- b) Volumetria: composto de um volume único com emprego de jogos geométricos, criando um escalonamento ritmado, enfatizando a verticalidade e uma vocação ascensional. Essa volumetria apresenta diferentes recursos como terraços, balcões, marquises, pórticos, planos sobrepostos, volumes ritmados, valorização dos acessos e das esquinas, vãos internos, dentre outros.

Tais soluções tratavam, especialmente, através de formas geométricas, ângulos e linhas retas, além de imagens estilizadas, conversando diretamente com os padrões estéticos e

⁴⁵ As ideias cubistas utilizadas na arquitetura, principalmente nos mobiliários e paisagismo, foram as formas geométricas simplificadas, o contraste de luz e sombra e o uso de formas prismáticas e linhas angulosas.

⁴⁶ O futurismo foi um movimento que começou na poesia, depois na pintura e a arquitetura. Rejeitava a tradição histórica, e pregava a destruição de museus e bibliotecas, e tinha como foco principal o interesse pela velocidade, o poder, pelos novos materiais e tecnologias (Curtis, 2008 [1982]).

⁴⁷ As edificações expressionistas foram caracterizadas pela funcionalidade e monumentalidade.

⁴⁸ Movimento que buscou trazer a natureza para dentro da cidade, adequando a edificação ao seu entorno, utilizando materiais regionais e técnicas tradicionais como forma de valorizar o trabalho artesanal dentro do processo industrial.

⁴⁹ Pregava a renovação das formas, baseadas na natureza por meio de invenções arrojadas que utilizavam da leveza e da delicadeza permitidas pela construção em metal e vidro. O *Art Nouveau* buscou trabalhar a edificação como um todo, da fachada passando pelo mobiliário e chegando a detalhes com as luminárias. (Benevolo, 1998 [1976]; Dempsey, 2011 [2002]).

técnicos da crescente produção industrial, e com os movimentos artísticos de vanguardas, possibilitando a movimentação e dinâmica à volumetria, quebrando a rigidez e despojamento sem, entretanto, afetar a identificação volumétrica da edificação;

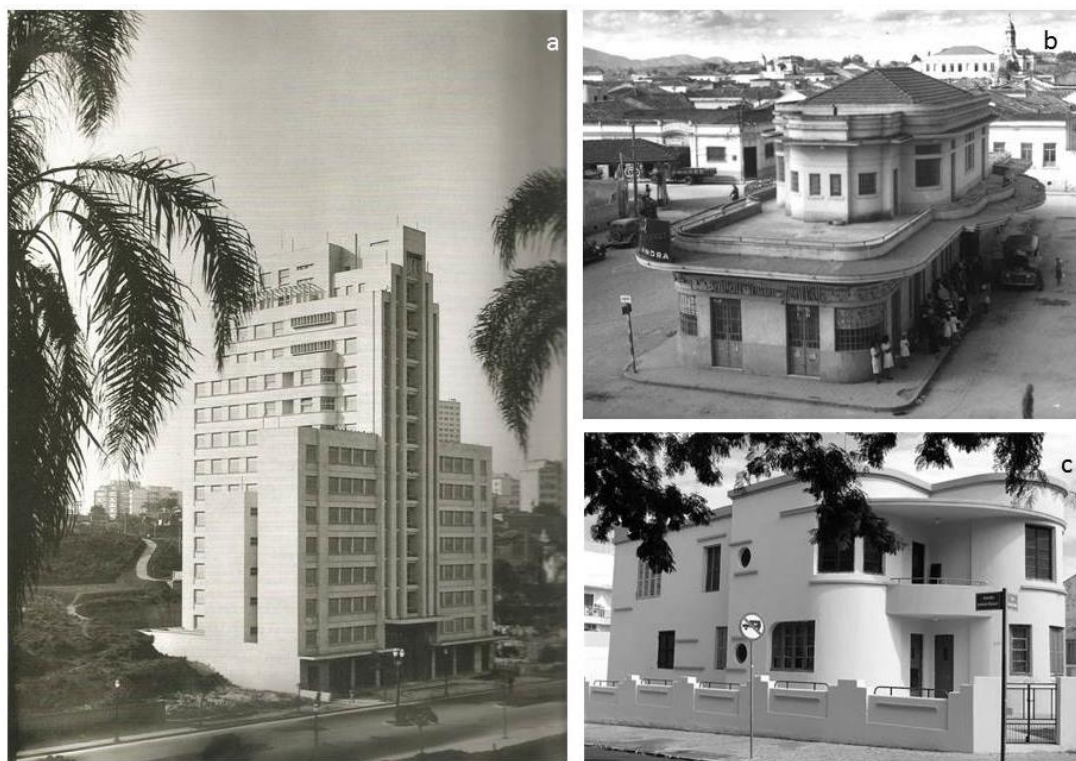


Figura 52. Edificações Art Déco: (a) Edifício Sede da Delegacia do IAPETC de São Paulo- SP; (b) Antiga Rodoviária de Mogi das Cruzes – SP (1941); c) Residência na cidade de São Ângelo (RS). Fonte: Segawa, 2016, p. 176 (a) e <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php> (b e c).

- c) Elementos decorativos: utilizava-se de ornamentos, mas, de forma simplificada, sendo compostos de esculturas e relevos, que representavam a valorização do maquinismo e de manifestações artísticas de culturas primitivas como a africana e pré-colombiana; a tipografia foi utilizada como elemento de composição da arquitetura, mas, também, de comunicação entre o edifício e a cidade, apresentando-se de diversas maneiras, em baixo ou alto relevo, em apliques de bronze, placas comemorativas e vitrais;
- d) Espacialidade interna: com o uso do concreto armado foi possível fazer uso da “planta livre” (integração entre sala de estar e jantar) e trabalhar com grandes aberturas de esquadrias e vazios internos, gerando espaços mais flexíveis, amplos e iluminados. Para melhor aproveitamento da luz natural utilizaram-se claraboias, vitrais coloridos, transparências em vidros e pátios internos. Esses artifícios, também, viriam contribuir para melhorar as condições higiênicas e sanitárias da edificação. Com relação à

iluminação artificial, foram incorporadas nos projetos, luminárias internas, com um design diferenciado. As luminárias também foram utilizadas externamente, integradas às fachadas, o que possibilitou criar um cenário dentro da cidade, modificando a paisagem urbana.

- e) Continuidade de algumas soluções acadêmicas: mesmo sendo considerada uma linguagem moderna, o *Art Déco* não rompeu totalmente com os preceitos tradicionais, pois manteve os princípios de composição simétricos e proporcionais, hierarquização e axialidade, traduzidos em volumes mais puros em uma estética mais simplificada, no emprego de novas tecnologias e uma racionalidade construtiva.

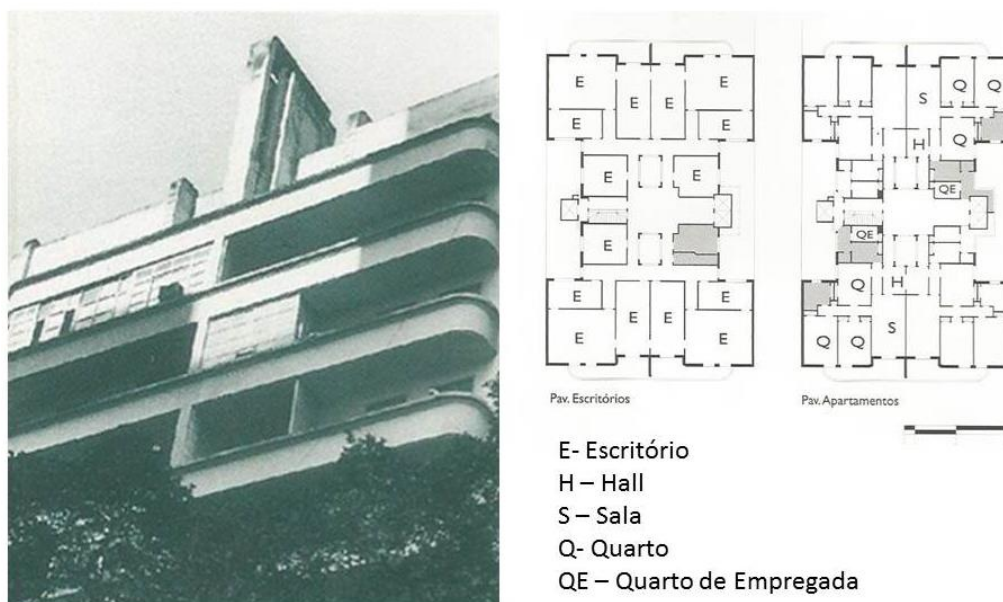


Figura 53. Fachada e planta baixa do Edifício Rivoli (Autor desconhecido, Rio de Janeiro, 1939), na Rua Senador Dantas, 43, 44 e 45, no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ. Fonte: Czajkowski, 2000b.

Pelas características acima descritas, verifica-se que o *Art Déco* apresenta referências da arquitetura colonial, através da implantação; da arquitetura clássica utilizou-se dos princípios da simetria, da axialidade e hierarquia na distribuição das plantas, e na organização das fachadas e disposição da volumetria, com ênfase na entrada principal, encontradas em sua maioria em prédios institucionais e, por fim, apresenta características que remetem à arquitetura modernista pelo fato de recorrer à abstração e simplicidade, pela ausência de ornamentação e pelo uso de volumes puros, e uma preocupação com a racionalidade construtiva associada ao uso de novas tecnologias, como o concreto armado e o elevador,

que poderiam ser encontrados em edificações comerciais e de apartamentos. Esses modelos de construções foram bastante utilizados no processo de verticalização de inúmeras cidades, causando um verdadeiro impacto na paisagem urbana, e produzindo marcos arquitetônicos, pelo fato de construir edifícios em altura, a exemplo do skyline nova iorquino dos anos 1930 (Tietz, 2008).

Percebe-se que o *Art Déco* se concretizou numa variedade de programas e tipologias arquitetônicas, a exemplo das habitações individuais e coletivas (tanto em grandes residências e apartamentos simples ou luxuosos), ou nas casas populares, em mercados e cinemas, em garagens e lojas, e em projetos de interiores, com os mobiliários. Essas construções, que modificaram a paisagem urbana das cidades, e que rapidamente se espalharam pelo mundo, atingiram culturas diversas como a brasileira, a cubana, a japonesa, a mexicana e a norte-americana. Isso se deu graças à melhoria do sistema de transporte entre os continentes, proporcionada pelo avião, pela propagação da imprensa, tanto jornalística como de entretenimento, a exemplo do cinema, que foi um importante meio de divulgação, pois apresentava nas telas a riqueza cenográfica dos palácios, transatlânticos, dentre outros.

No Brasil, o *Art Déco* foi um movimento que surgiu em paralelo a outros que aconteciam na década de 1920, e buscavam modernizar a arquitetura, a exemplo dos já referidos neocolonial e eclético tardio. Surgiu numa época de debates e grandes transformações nas cidades brasileiras, período este marcado pela passagem do rural para o urbano, do agrário para o industrial, do aristocrata para o popular, do importado para o nacional. Esse período foi marcado por fortes debates intelectuais de cunho nacionalista, que almejavam uma cultura com raízes próprias brasileiras, sendo concretizado nas manifestações artísticas, sobretudo na música, na literatura e nas artes em geral. Na arquitetura, a busca pela nacionalidade, quando nos remetemos ao *Art Déco*, se deu pela utilização de elementos da cultura marajoara, de inspiração indígena (Czajkowski, 2000b).

Marcada pelas formas geométricas, essa arquitetura, articulava escalonamento de planos e volumes, e contribuiu para sua disseminação nas cidades grandes e pequenas, tornando-se referência para o cenário urbano brasileiro nas décadas de 1930 até a década de 1950, a exemplo do monumento ao Cristo Redentor⁵⁰ no Rio de Janeiro e do Elevador Lacerda⁵¹ na

⁵⁰ Monumento erigido entre 1926 a 1931 de autoria de Heitor Silva Costa e Paul Landowski.

⁵¹ Elevador urbano que funciona como transporte público entre a cidade alta e baixa. Possui uma altura de 72 metros e foi inaugurado em 1873. (http://www.suapesquisa.com/turismo/elevador_lacerda.htm).

cidade de Salvador, Bahia, construções consideradas “marcos urbanos”, e que serviram para propagar popularmente o gosto pelo *Art Déco*.



Figura 54. Vista do Elevador Lacerda, Salvador, Bahia (BA). Fonte: https://www.apontador.com.br/elevador_lacerda.html.



Figura 55. Vista do Cristo Redentor, Rio de Janeiro (RJ). Fonte: <https://www.emotioncard.com.br/fotos-do-cristo-redentor/>.

Com a popularização do *Art Déco*, várias edificações públicas, residenciais, utilitárias (fábricas, matadouros, armazéns), de serviços (escritórios, agências bancárias, sindicatos, estações de rádio) e comerciais (lojas de departamento, padarias e mercados) passaram a receber essa linguagem, além de tipologias institucionais (religiosas, escolares, hospitalares),

de lazer (sedes de clubes, cinemas e teatros) rodoviárias, aeroportos, onde os conceitos de funcionalidade, eficiência e economia, já estavam presentes em suas construções, termos que seriam fortemente difundidos nas décadas seguintes com a arquitetura modernista. Mas foi com as obras de cinemas e edifícios em altura, que o *Art Déco* se tornou ícone da modernidade.

Um dos primeiros “arranha-céus” do Brasil que surgiram nessa linguagem, construído em concreto armado, foi o Edifício “A Noite” (1929), de autoria de Joseph Gire (1876-1933)⁵² e Elisiário Bahiana (1891-1980)⁵³, na cidade do Rio de Janeiro, com 24 andares, com 102,5m de altura (Segawa, 2014 [1998]; Conde, 1997; Reis, 2014). Segundo Segawa (2014 [1998]: 64), a linguagem *Art Déco* ficou associada às grandes estruturas que ultrapassariam os horizontes urbanos desenhados pelos homens, marcados sobretudo pela verticalidade das torres sineiras de igrejas ou referências semelhantes.



Figura 56. Edifício “A Noite”. Fonte: DPMF, 2012.

⁵² Francês formado na *École Nationale de Beaux Arts* de Paris, em 1906, ano em que é convidado a participar do escritório Lucien & Henri Grandpierre. Em 1910, esse escritório começa a atuar na América do Sul, principalmente na Argentina e no Brasil. Joseph Gire, também é autor do Copacabana Palace e Hotel Glória, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

⁵³ Carioca, formado na Escola Nacional das Belas Artes em 1920.

A princípio, esses edifícios em altura, eram voltados para escritórios e, posteriormente, de uso misto⁵⁴, e foram sendo construídos pouco a pouco nos centros das cidades, substituindo os casarões coloniais, como no caso das cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro (Somekh, 2014 [1997]). Esse modelo de construção foi disseminado pelo uso do concreto armado e pela facilidade de circulação vertical, possibilitada pelos elevadores.

Inicialmente, os edifícios de apartamentos foram rejeitados pela classe média, por acharem que essa solução de moradia remetia aos cortiços das classes menos favorecidas. Um exemplo dessa nova tipologia foi o Edifício Esther, inaugurado em 1938, projetado por Álvaro Vital Brazil (1909-1997)⁵⁵ e Adhemar Marinho (1909), construído na Praça da República, na cidade de São Paulo, em um terreno de 2,1 mil m². A origem desse projeto esteve ligada a um concurso fechado realizado pela Usina Açucareira Esther⁵⁶, que buscava construir no centro da capital paulista uma edificação de uso misto, com lojas comerciais, escritórios, consultórios e diferentes tipos de residências, cujos aluguéis garantiriam a sustentabilidade do investimento (Lira, 2017).

O Edifício Esther foi construído com onze pavimentos: os três primeiros destinados a escritórios; o quarto pavimento com apartamentos de um ou dois quartos; os apartamentos do quinto, sexto e sétimo e oitavo têm dois ou três quartos, com cozinha e quarto de empregados; o nono e décimo apresentam quatro apartamentos duplex; e, o último pavimento foi ocupado por duas coberturas rodeadas de terraços. Ressalta-se que essa edificação possui classificação municipal (1984) e estadual (1990), de maneira a proteger os aspectos externos da construção, já que internamente boa parte da edificação encontra-se descaracterizada em decorrência de reformas e restaurações ineficientes (Mindlin, 2001 [1956]; Lira, 2017).

⁵⁴ Lojas no pavimento térreo e os demais pavimentos eram ocupados por residências.

⁵⁵ Nasceu em São Paulo, formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e em arquitetura pela ENBA, pertencendo à primeira geração de modernistas brasileiros (Cavalcanti, 2001).

⁵⁶ Usina que ficava localizada nas proximidades da cidade de Campinas em São Paulo, de propriedade de Paulo de Almeida Nogueira (Lira, 2017).

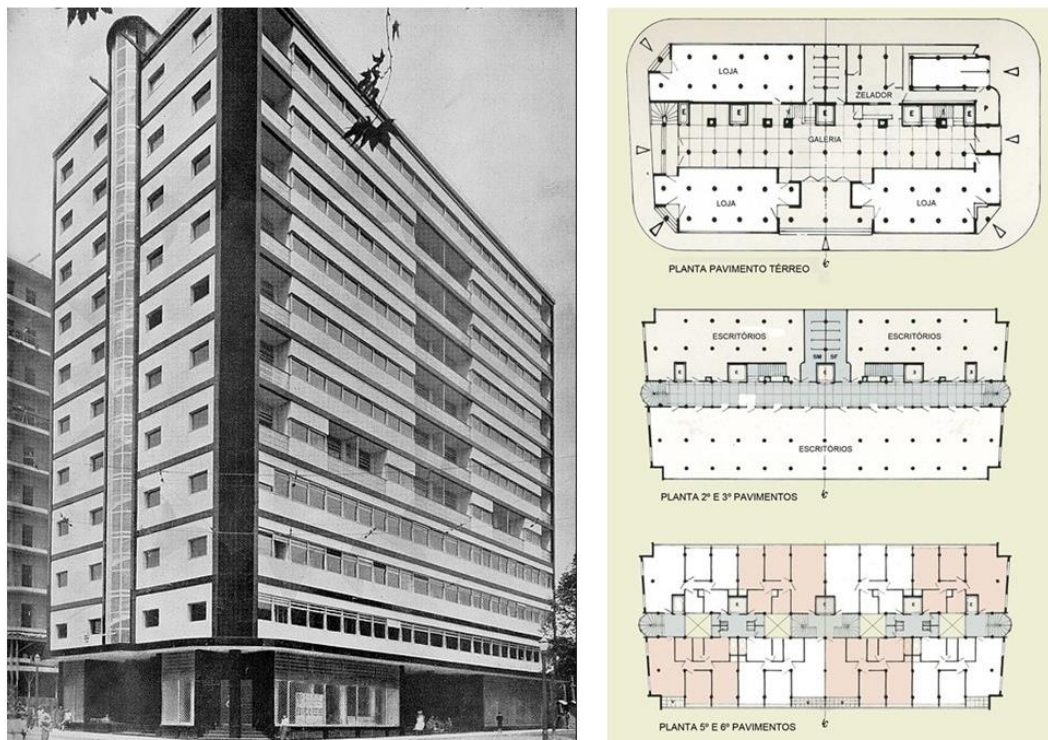


Figura 57. Fachadas e plantas do Edifício Esther (Álvaro Vital e Adhemar Marinho, Rio de Janeiro-RJ, 1934).

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/888147/classicos-da-arquitetura-edificio-esther-alvaro-vital-brasil-e-adhemar-marinho>.

É importante frisar que os primeiros edifícios de apartamentos não exibiram soluções inovadoras - eram casas empilhadas em um único terreno, ou seja, tratava-se de construções resultantes de ações de empresas privadas e voltadas para o aluguel (Lemos, 1979 e 1996).

Os primeiros edifícios de apartamentos tiveram suas plantas norteadas pela ideia de empilhar, em um mesmo terreno, várias casas, todas iguais entre si, mas confortáveis e isentas de promiscuidades que pudessem sugerir ao conjunto de moradias a pecha de encortiçamentos. Antes de tudo, amplos e cômodos, como se fossem realmente a solução ideal: a casa nobre no coração da cidade. Casa com circulações definidas, a social e a de serviço. A totalidade desses novos prédios de apartamentos da primeira fase era composta de construções particulares destinadas ao aluguel de suas unidades (Lemos, 1996: 79).

Estes apartamentos dispunham das mesmas características das residências unifamiliares: ambientes amplos com grande conforto, mas que apresentaram alterações em seus programas, que diferenciaram das soluções do modelo de “morar francês” predominante até então, como foi o caso da separação rígida entre as dependências sociais e de serviço, um modelo totalmente segregacionista.

Apesar da modernidade transmitida pelas fachadas, com seus elementos geométricos, a configuração espacial das plantas baixas das habitações, unifamiliar e multifamiliar, em sua maioria, mantiveram o modelo de planta tripartida. Em algumas edificações unifamiliares, foi possível encontrar a área de serviço localizada numa edificação nos fundos do terreno, acompanhando as práticas adotadas pelas linguagens ecléticas e neocoloniais, não apresentando nenhuma novidade em termos espaciais. Nas edificações multifamiliares, percebe-se que a maioria tinha uso misto, onde lojas ficavam no térreo, e nos demais pavimentos poderiam receber salas para escritórios ou habitações.

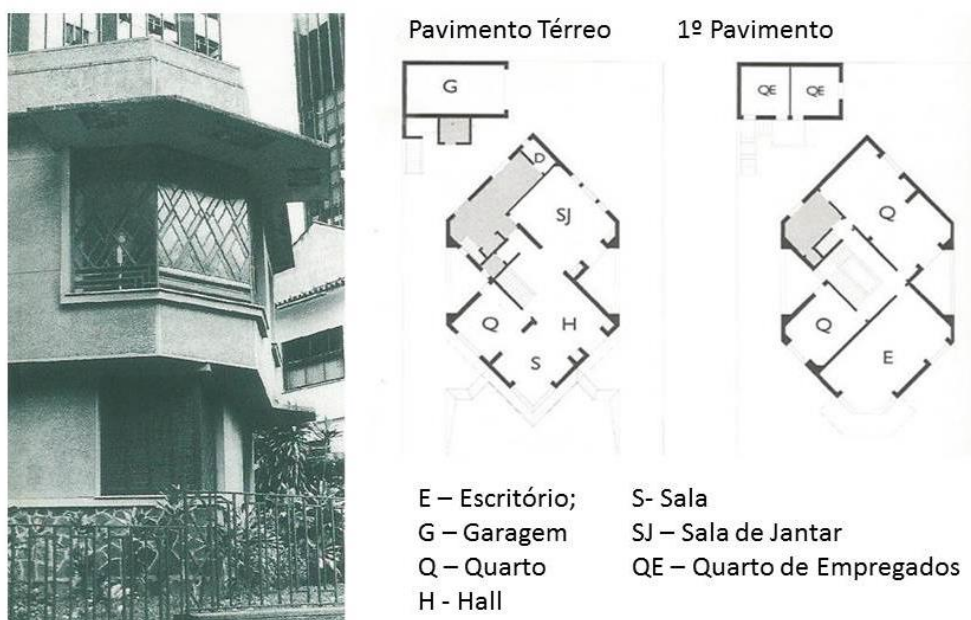


Figura 58. Residência Viriato de Miranda Carvalho: fachada e planta baixa. (Gusmão, Dourado & Baldassini Ltda, Rio de Janeiro, 1929). Fonte: Czajkowski, 2000b: 63.

As vilas operárias, também, tiveram essa linguagem presente nas habitações populares de forma individual ou por meio de vilas⁵⁷. Foram os primeiros conjuntos habitacionais contruídos em série respaldados na economia, racionalidade e salubridade, antecipando a produção modernista e buscando maior simplicidade na composição arquitetônica, sem deixar de lado a ornamentação acadêmica. Essas vilas já apresentavam um conjunto de

⁵⁷ As vilas operárias anteciparam o conceito de habitação econômica desenvolvido pela arquitetura modernista.

equipamentos coletivos – escolas, igrejas, enfermarias, clubes e comércios, que eram administrados e sustentados pela empresa (Bonduki, 2014).

Art Déco conquistava adeptos populares ao ser adotado, em linhas mais simplificadas, nas vilas operárias em singelas moradias conhecidas como ‘porta-e-janela’, em todos os quadrantes do Brasil. Cidades construídas nos anos de 1930-1940 são verdadeiras concentrações de arquitetura popular de gosto *déco*, nas mais variadas interpretações possíveis e imagináveis (Segawa, 2014 [1998]: 72).

A Vila Maria Zelia é um exemplo de vila operária, com o formato de cidadela, construída pelo empresário paulista Jorge Street, no bairro de Belenzinho, na capital paulista. O arquiteto francês Pedarriex foi o responsável pelo projeto da vila e da fábrica, Companhia Nacional de Tecidos de Juta, em São Paulo. Essa vila foi inaugurada em 1917 e apresentava casas unifamiliares e equipamentos coletivos como: igreja, biblioteca, teatro, creche, jardim de infância, escola, consultórios médicos e odontológicos, espaços de lazer e comércio (Bonduki, 2014a; Bonduki, 2013 [1998]).



Figura 59. Vila Maria Zelia: vista das edificações unifamiliares. (Pedarriex, São Paulo, 1917). Fonte: Bonduki, 2014a.

Mas, foi pela arquitetura monumental, proposta pelas instituições públicas, que a modernidade trazida por essa linguagem teve grande visibilidade. Linguagem essa que esteve associada à representação do poder, fazendo parte da política nacional voltada para a modernização, industrialização e aparelhamento dos serviços públicos, capitaneada por Getúlio Vargas⁵⁸, enquanto presidente do Brasil (1930-1945), através da construção das novas sedes ministeriais e outros órgãos de maior relevância, que buscavam modernizar a capital Federal. Assim, os ministérios foram construídos na Esplanada do Castelo,

⁵⁸ A arquitetura do período varguista foi caracterizada pela presença de três linguagens: o neocolonial, o *Art Déco* e a arquitetura modernista. Essas linguagens conviveram juntas até aos meados da década de 1950.

respeitando as recomendações do Plano Agache⁵⁹. Para as edificações, foram realizados concursos públicos para elaboração dos projetos, a exemplo da Sede do Ministério da Fazenda, da Guerra, do Trabalho e da Educação e Saúde (MES), quatro propostas modernas, mas com linguagens distintas. O *Art Déco* esteve presente na proposta para o Ministério do Trabalho e para o Ministério da Guerra.



Figura 60. Cartões Postais da cidade do Rio de Janeiro (RJ): à esquerda o Ministério da Guerra e a direita o Ministério da Fazenda. Fonte: <https://lista.mercadolivre.com.br/cartoes-postais-rio-antigo>.

A busca pela modernização não ocorreu somente em âmbito nacional, mas, também, refletiu em políticas públicas estaduais e municipais, por meio do planejamento das cidades, que tinham a intenção de melhorar a circulação viária e funcionalidade dos espaços urbanos. A modernização das cidades foi respaldada, muitas vezes, em práticas demolidoras, fazendo com que conjuntos urbanos tradicionais desaparecessem.

Outra instituição que serviu como instrumento de divulgação do *Art Déco* foi o antigo Departamento dos Correios e Telegráfos - DCT, a atual Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos - CORREIOS, que tinha uma política nacional voltada para sua modernização e expansão, buscando dotar todas as capitais do país e seus principais polos regionais com os serviços oferecidos pelo DCT.

A modernização do Departamento de Correios e Telegráfos foi de ordem arquitetônica e urbana, pois introduziu uma arquitetura padronizada para os serviços postais, e com estreita relação com a cidade, por encontrar-se implantado em terrenos estratégicos na área central

⁵⁹ Alfred Agache foi contratado para elaborar o primeiro plano diretor para cidade do Rio de Janeiro na gestão de Caio Prado Junior (1926-1930). O plano foi físico-territorial e buscou remodelar e embelezar a cidade de modo a atender aos anseios da classe burguesa em ascensão.

das cidades, criando uma imagem de serviço público que abrangesse o maior número de pessoas.

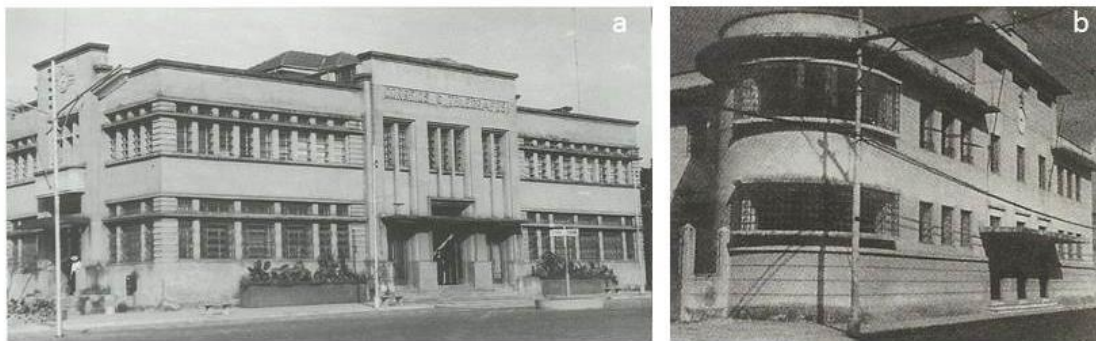


Figura 61. Vistas das edificações dos Correios e Telegrafos: (a) Sede da Regional Botucatu no Estado de São Paulo e (b) Agência Postal de Maceió - AL. Fonte: Pereira, 1999.

A partir de 1932, projetos foram aprovados, construídos, buscando sempre a otimização e organização do processo de trabalho, através do agenciamento dos espaços físicos e de seus programas de construção, a exemplo das sedes administrativas e operacionais de Teresina, São Luís, Aracaju e Natal, posteriormente em Curitiba, Vitória e Belo Horizonte, que seguiam os princípios de padronização impostos pelo plano nacional. Muitas dessas edificações acabaram servindo de modelo para outras sedes de diretorias regionais, que ganharam importância no novo sistema operacional. No período de 1932 a 1940 foram construídas mais de 140 edificações por todo o país (Pereira, 1999)⁶⁰.

A busca por uma política de dimensão nacional, também foi abraçada pela iniciativa privada e pelo setor empresarial, a exemplo da Sulamérica Capitalização (Sulacap), responsável pela construção de vários edifícios comerciais em altura no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Salvador, contribuindo para a disseminação do moderno pelo país (Segawa, 2014 [1998]).

Todas as construções em *Art Déco* pelo Brasil seguiram três vertentes principais, segundo Luiz Conde (1997: 71): a primeira, mais limpa e geometrizarante, muito próxima do racionalismo

⁶⁰ A política de padronização de edificações do Departamento de Correios e Telégrafos iniciou-se em 1932 pelas cidades do nordeste, ditada pela urgência da situação, e foi classificada em “prédios do tipo I, tipo II, tipo III e o especial”. Os tipos se diferenciavam pelo porte e importância para a região, podendo apresentar somente um pavimento, nas edificações mais simples, ou dois ou mais, nas mais importantes (tipo I). Com relação à linguagem arquitetônica, a maioria foi construída na linguagem *Art Déco*, com exceção dos projetos do Tipo III, onde as edificações apresentavam características de residência urbana (Pereira, 1999).

modernista, com presença de volumes escalonados, com alternância de planos e motivos decorativos em frisos, gregas, labirintos ou baseados em figuras geométricas, externamente, foi denominada zigzague. Também, foi possível encontrar temas decorativos indígenas e da fauna e flora amazonense; a segunda vertente, afrancesada, com vestígios acadêmicos, dava destaque para a decoração, remetendo ao *Art Nouveau* inglês e austríaco e, a terceira vertente, era sinuosa e aerodinâmica, influenciada no expressionismo norte-europeu, pois, utilizava à larga escala superfícies e linhas curvas, além de motivos marinhos e navais, que ficou conhecida como *Streamline*. A primeira e a terceira tendências foram as que chegaram à maioria das cidades latino-americanas e ao Brasil, de maneira especial, nos edifícios de apartamentos e cinemas.

A introdução do *Art Déco* em São Luís, inicialmente esteve associada a edifícios institucionais, comerciais, cinemas e emissoras de rádio, que difundiam novas formas de lazer e cultura da cidade. Essas construções começaram a surgir no início da década de 1930, convivendo com o ecletismo e o neocolonial, abrindo, assim, caminho para a arquitetura modernista na década de 1950, quando se verificou- a construção dos últimos exemplares dessa linguagem na paisagem urbana da capital maranhense.

O primeiro edifício a usar essa linguagem, em São Luís, foi a Sede da Empresa de Correios e Telégrafos (1937), construída num lote de esquina, na Praça João Lisboa, a partir da demolição de uma casa colonial térrea, de uso comercial. O projeto foi elaborado em 1932, pelo arquiteto carioca Raphael Galvão (1894-1964), que projetou diversos edifícios desta linguagem pelo Brasil. Essa edificação teve sua construção iniciada em 1935 e finalizada em 1937. As obras ficaram a cargo da Construtora Ewerton Pinto (Pereira, 1999; A inauguração do novo edifício dos Correios e Telegraphos, 1937).

O projeto da nova sede dos Correios foi considerado arrojado, pois apresentava influências do cubismo. Construída em concreto armado, apresentava quatro pavimentos nos quais a iluminação e ventilação eram abundantes em decorrência das grandes aberturas permitidas e protegidas pelos basculantes em ferro.



Figura 62. CORREIOS em 1950. (Raphael Galvão, São Luís, 1937). Fonte: Arquivos MAVAM/ São Luís (MA).

As edificações para fins culturais e comerciais também foram influenciadas pelo *Art Déco*, a saber: o Cine Roxy (1939), hoje o Cine Teatro da Cidade de São Luís, e o Mercado Central (1941).

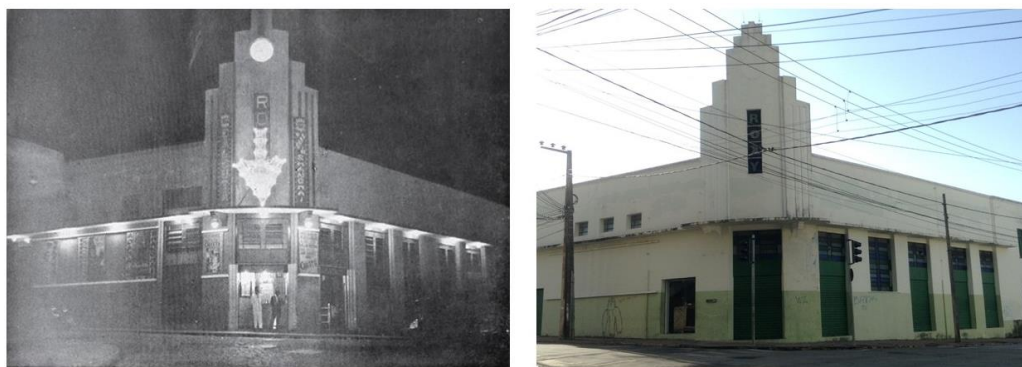


Figura 63. Cine Roxy 1950 e 2018. (Autor desconhecido, São Luís, 1939). Fonte: JORGE, 1950 e autora, 2018.

O Cine Roxy abriu suas portas em 1939, sendo construído por Moysés Aziz de Tajra, responsável pelo arrendamento de várias salas de espetáculos da cidade nos anos 1930. Fica localizado na esquina da Rua do Egito (antiga Rua Tarquínio Lopes) com o Beco da Sé (Travessa Dom Fernandes). Como todas as edificações dessa linguagem em São Luís, foi bastante singela, formada por um único volume com destaque para o escalonamento vertical que valoriza o acesso da edificação, e, onde ficam localizado o letreiro com o nome do cinema.

O Mercado Central, também conhecido como o novo mercado, fica localizado na Avenida Magalhães de Almeida e, teve sua obra iniciada em 1939, sendo finalizada em 1941. Construído num terreno onde funcionou o antigo gazômetro da cidade, substituiu o antigo mercado, que se encontrava em péssimo estado de conservação, localizado quase em frente a Estação João Pessoa da Estrada de Ferro São Luís –Teresina.



Figura 64. Mercado Central em 1950 (Autor desconhecido, São Luís-MA, 1939). Fonte: Jorge, 1950.

O novo mercado ocupa uma quadra retangular com uma área de aproximadamente 4.275m², em um único pavimento, apresentando quatro entradas, uma em cada face da edificação. Para demarcação desses acessos verifica-se a utilização nas platibandas de ornamentação geométrica, que se estende, também, às extremidades da edificação. O mercado foi pensado para ter lojas internas e externas, que possuem ligação direta para as ruas.

Outra edificação de grande destaque na cidade foi o Hotel Central, também, conhecido como Palácio do Comércio, inaugurado em 1943⁶¹. Este estabelecimento hoteleiro, que também abrigaria a Associação Comercial do Maranhão, foi uma das propostas do Plano de Remodelação, Extensão, Embelezamento e Saneamento da cidade de São Luís (1936) que buscou suprir a demanda por estabelecimentos hoteleiros⁶² da cidade, de maneira a atender as exigências de hóspedes e viajantes em trânsito (Ribeiro, 1937).

⁶¹ Este hotel fechou as portas em 1994, mas as atividades da Associação Comercial do Maranhão continuam no espaço. Em 1998, a Prefeitura alugou a parte onde funcionava a área hoteleira do Palácio Comercial, com o intuito de instalar secretarias que não possuíam sede própria, a saber: a Secretaria de Educação, Secretaria de Desporto e Lazer e o Instituto da Cidade, antigo IPLAM. Estas secretárias funcionaram até 2002, quando o prédio necessitava de reformas urgentes em sua estrutura.

⁶² A carência por espaços de hospedagem foi sentida pelo então presidente Getúlio Vargas, ao visitar a capital maranhense em 1934.



Figura 65. Hotel Central. (Arquiteto Vicente Azevedo, São Luís, 1943). Fonte: Arquivos do MAVAM/São Luís (MA).

O hotel foi construído em concreto armado, com cinco pavimentos, com dois elevadores (serviço e social). No pavimento térreo havia sete lojas, um bar e a recepção do hotel. No segundo pavimento, na parte fronteiria à praça, ficavam localizadas as instalações da Associação Comercial (portaria, setor jurídico, departamento técnico, biblioteca, museu comercial e auditório); na parte de frente para a Avenida Pedro II, três apartamentos e cinco quartos para solteiros. No terceiro e quarto pavimentos, em cada um, quatorze apartamentos para casal e nove quartos para solteiro. No último pavimento, ficavam a sala de refeições, salão nobre, casino, bar, copa, despensa, rouparia e terraço (Meirelles, 2015a).

No início da década de 1940, também, foi inaugurada a nova sede do 24º Batalhão de Caçadores, que teve sua construção iniciada em 1937. Segundo Lopes (2008: 277) esta obra esteve associada ao Plano de Remodelação, Extensão, Embelezamento e Saneamento da cidade de São Luís (1936), e, definiu a lógica de expansão do Bairro do João Paulo e adjacências, pois sua instalação traria melhoramentos na infraestrutura geral e de acesso para essas áreas, consideradas até então como periferia da cidade.

A edificação do 24º Batalhão de Caçadores possui três pavimentos, contando com o térreo, numa planta em forma de “U”, onde foram distribuídos três pavilhões: comando, subunidades, que englobavam setores administrativos, alojamento das tropas, refeitório, alojamento e cozinhas. Nas proximidades desse quartel foram construídas uma praça, em

homenagem ao patrono do exército Brasileiro, Duque de Caxias e a vila militar. Essas construções são exemplares da arquitetura do poder da Era Vargas.



Figura 66. Vista do quartel com a Praça Duque de Caxias. (Autor desconhecido, São Luís, 1937). Fonte: Jorge, 1950.

Foi possível, também, identificar o *Art Déco* em vários exemplares de habitação multifamiliar na Avenida Magalhães de Almeida⁶³, construídos a partir de 1955, e sendo os primeiros exemplares voltados para locação. A maioria dessas edificações apresentavam uso misto, no térreo comércio e demais pavimentos moradias, e possuíam marquises, varandas semiembutidas, platibandas com linhas em alto relevo horizontais. Ressalta-se que parte desse acervo arquitetônico vem sofrendo um processo constante de descaracterização (Figura 67).

Como todas as demais da cidade, essas edificações conciliavam aspectos inovadores do moderno com vínculos com o passado, a exemplo da composição de matriz clássica, que recupera o viés decorativo, expresso na volumetria e pela utilização da simetria, axialidade e hierarquia na organização da planta. O acesso à edificação é centralizado ou, em alguns

⁶³ Ver mapa da Avenida Magalhães de Almeida no capítulo 04, figura 138 e 142.

casos, valorizando a esquina; as fachadas são divididas em três partes, a base, o corpo e o coroamento (Czajkowski, 2000).



Figura 67. Edificações de uso misto (comércio e habitação) em Art Déco. Fonte: autora, 2017.

O Hospital Presidente Dutra⁶⁴ destaca-se como um exemplar de edificação de alta complexidade na linguagem do *Art Déco*, inaugurado em 1958, com a presença do Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek (Em São Luís o presidente Juscelino Kubitschek, 1958). O hospital, a princípio, nasceu subordinado ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes – IAPC, e, posteriormente, passou a ser gerido pelo Instituto de Assistência Médica e da Previdência Social – INAMPS⁶⁵.

A obra do hospital ficou a cargo da Construtora Cumplido Santiago Ltda, tendo como engenheiro responsável Luiz Magno Portela Passos. Segundo Lacroix (2015: 152), o Hospital Dutra iniciou seu funcionamento com um ambulatório, 185 leitos distribuídos em enfermaria para clínica geral e cirúrgica, ortopedia, obstetrícia, ginecologia e pediatria, com uma equipe de médicos locais em atendimento à clientela específica da classe dos comerciantes. Em 1966,

⁶⁴ Os estabelecimentos assistenciais de saúde são caracterizados pela grande complexidade e pelo seu caráter funcional, por estarem ligados aos procedimentos e práticas médicas e suas constantes transformações e atualizações.

⁶⁵ Autarquia federal criada em 1977, pela Lei nº 6.439, que instituiu o Sistema Nacional de Previdência social.

estendeu seu atendimento a todas as classes de trabalhadores, e, em 1991, o hospital passou a fazer parte da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, tornando-se o Hospital Universitário.

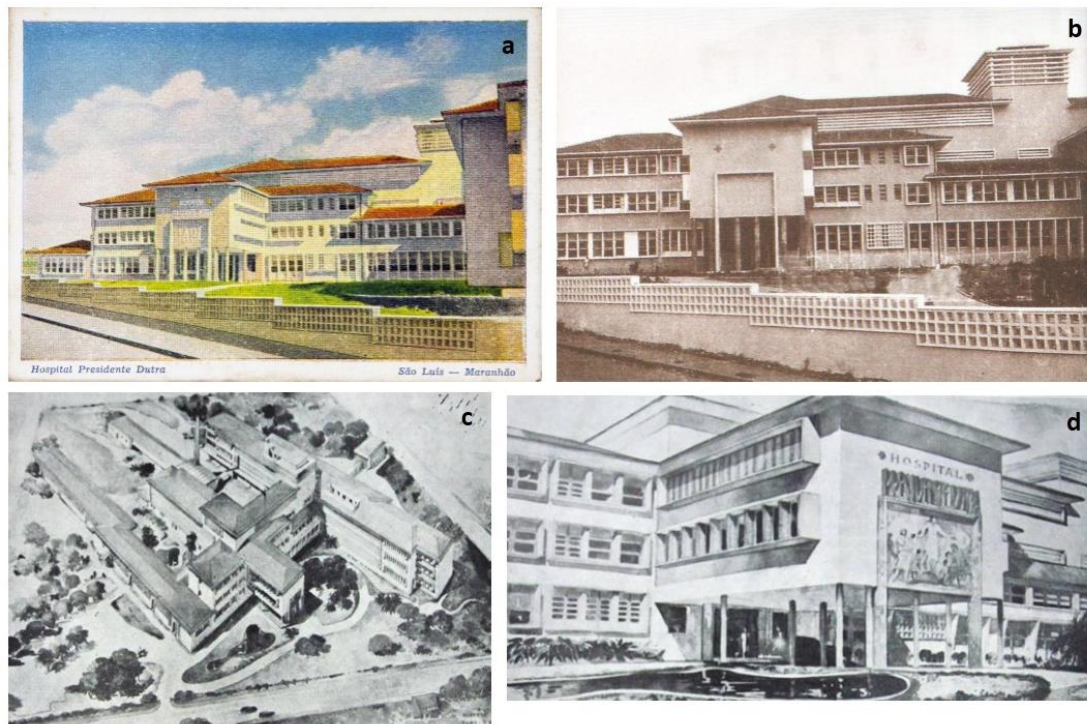


Figura 68. Hospital Dutra (Roberto Lacobe e Flavio Barbosa, São Luís, 1958): cartão postal (a), registro do dia de sua inauguração (b), perspectiva aérea (c) e imagem do período da construção. Fonte: Arquivos da MAVAM/São Luís (a), Lacroix, 2015 (b) e Jorge, 1950.

A constituição do acervo *Art Déco* ludovicense não foi tão expressiva se comparada a outras capitais do país, como Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Goiânia (Goiás) e Campina Grande (Paraíba). Este acervo, segundo Espírito Santo (2006), totaliza um pouco mais de quatro por cento do conjunto arquitetônico existente no centro histórico de São Luís. Muitas edificações com essa linguagem ainda permanecem íntegras, com seu uso primitivo, ou foram adaptadas para receberem novas funções e outras desapareceram por completo da paisagem urbana da cidade (Figura 69).

A renovação do conjunto arquitetônico de São Luís representou a busca por uma modernidade nas construções novas, afirmada sobretudo pelos edifícios institucionais e cinemas. Nestes, a linguagem *Art Déco* apresenta-se em sua plenitude, tanto interna como externamente. Já na arquitetura residencial unifamiliar, as alterações ocorreram somente na

aparência externa das suas fachadas, conservando a planta baixa e implantação de características do modelo da arquitetura colonial. Observa-se, ainda, influências do *Art Déco* na arquitetura vernacular no interior do estado do Maranhão, nos bairros populares.

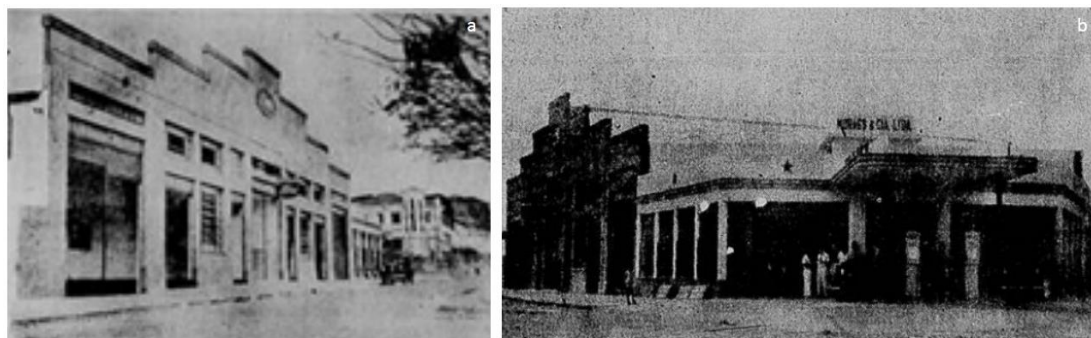


Figura 69. Vista da Companhia Moraes (a) e do Posto Texaco em 1948, ambas edificações não existem mais dentro do contexto urbano da cidade. Fonte: Chegou o novo Ford 1949, 1948; Acontecimento de relevo em nossa vida comercial, 1948.

1.4.4. Arquitetura Modernista

A arquitetura modernista surgiu dentro de um contexto de transformações culturais, que buscavam definir um novo paradigma arquitetônico capaz de romper com a tradição cultural do século XIX. Essa nova linguagem foi caracterizada pela rejeição de ornamentos nas fachadas, pelo uso de formas simples - cúbicas e prismáticas, onde a forma e função eram realçadas. Os mestres Walter Gropius (1883-1969), Mies van der Rohe (1886-1969), Le Corbusier (1887-1965) e Frank Lloyd Wright (1867-1959) foram seus grandes disseminadores e também os principais influenciadores da arquitetura modernista brasileira, pois trabalharam com o método objetivo, experimental e coletivo da investigação científica (Benevolo, 2015 [1972]).

Walter Gropius foi o fundador da escola de desenho Bauhaus⁶⁶, que dirigiu de 1919 a 1928. A proposta da Bauhaus foi capacitar seus alunos na teoria e na prática das artes, criando condições de fabricar produtos de uso cotidiano, que fossem ao mesmo tempo artísticos e comerciais e com fabricação seriada. Nos seus projetos e ensinamentos, Gropius revelou o

⁶⁶ A Bauhaus foi resultado da fusão da antiga academia de Belas Artes com a escola de Artes Aplicadas (fundada por Henri van de Velde em 1906). Foi transferida em 1925 para Dessau, motivada por divergências políticas entre a direção da escola e os representantes do governo Weimar, onde continuou até 1928, quando foi transferida para Berlim, sob a direção de Mies van der Rohe. Em 1933, finalizou suas atividades e parte de seus professores migraram para os Estados Unidos.

gosto pelas formas volumétricas simples e pelas superfícies claras com grandes panos de vidro, e que tinham a função de integrar o ambiente interno ao externo. Os seus projetos primavam, em sua maioria, pelo uso de planos horizontais, e se articulavam e se uniam pela justaposição dos volumes que compunham a edificação. Da conexão desses volumes surgia a planta livre de Gropius, que difere da preconizada por Le Corbusier.

A planta livre de Le Corbusier significa: construir a estrutura do edifício, pilastras e pisos; fechar depois o envolvimento e dividir os ambientes; por outras palavras, trata-se de uma planta livre, mas apenas dentro duma forma geométrica preestabelecida. Gropius enfrenta o mesmo problema dum modo mais orgânico: na planta não tem necessidade duma circunscrição geométrica, e volumetricamente não exige resultado estereométrico puro (...). Da planta livre entendida neste sentido elástico deriva a articulação de volumes (Zevi, 1970: 149).

Gropius buscou aliar a produção industrial com o design, de modo que em seus projetos, a estrutura, a função e a produção industrial resultariam na forma da edificação. Seus projetos sofreram influência de Frank Lloyd Wright, no que tange à utilização de elementos do movimento *Art and Crafts*; à busca pelo espírito orgânico; ao racionalismo com predisposição para o neoplasticismo e libertação do geometricismo cubístico (Zevi, 1970).

Mies van der Rohe, em seus projetos residenciais, empregou formas simples, assimétricas, com interconexão de volumes, onde fez uso de espaços abertos, com planos flexíveis e ambientes multifuncionais. Mas, com os projetos para as edificações cívicas e monumentais, trabalhou com a simetria, frontalidade e axialidade; idealizou, também, projetos que integravam o ambiente interno à natureza ao utilizar sutilmente o vidro, a pedra, a água e o aço (Curtis, 2008 [1982]; Frampton, 2015 [1980]).

Le Corbusier apresentou os princípios da habitação moderna coletiva em seu projeto Unidade de Habitação (1947-1953)⁶⁷, em Marselha, onde defendeu uma edificação com alta densidade residencial, que acomodaria todas as funções que o homem necessitava para viver, considerando as relações das moradias entre si e com os serviços coletivos⁶⁸. Para tal, fez uso de elementos pré-fabricados, técnicas e materiais construtivos inovadores, podendo,

⁶⁷ Edificação em bloco com 18 pavimentos, contando com o subsolo e o terraço jardim. Apresenta 23 modelos de apartamentos, que busca atender a todo tipo de família e público (Curtis, 2008 [1982]).

⁶⁸ Moradias e serviços de todos os tipos - escolas, hospitais, lojas, quadra de esportes, salas de espetáculo e ruas para carros e pedestres (Benevolo, 2015 [1975]).

ainda se reproduzir em outras partes do mundo, tornando-a universal. Na sua publicação “Os cinco pontos para uma Nova Arquitetura (1926)”, apresentou elementos da arquitetura modernista, que viriam a ser difundidos e utilizados como marca dessa linguagem. Os cinco pontos são: os *Pilotis*, que compreendem um conjunto de pilares ou colunas de sustentação que permitem a utilização do térreo como espaço livre público, criando um diálogo do edifício com o pedestre e a cidade; é um ambiente não compartimentado, onde as pessoas podem circular livremente sem nenhuma barreira física ou visual. A utilização dos *pilotis* permitiu que a arquitetura se elevasse do solo, incrementando a permeabilidade à circulação de pedestre e a ventilação no térreo; o *Terraço-Jardim* foi criado com o intuito de dar uma utilidade às coberturas das edificações, permitindo que as mesmas fossem aproveitadas como áreas de lazer, convívio social e áreas de contemplação; a *Planta livre* compreende a desvinculação da estrutura das paredes divisórias, ocasionando uma maior flexibilidade dos espaços; a *Fachada Livre*, internamente sem divisões ou vedações com a estrutura, dispondo ao gosto pessoal, não apresentando qualquer intenção plástica e funcional, pois os elementos estruturais não constituem elementos de vedação; e, a janela em fita ou “*fenêtre en longueur*” se deu pela evolução dos materiais de construção, a exemplo do concreto armado, que permitiu que as janelas pudessem vencer grandes vãos, chegando a se entender de um lado a outro da fachada, contribuindo para uma distribuição mais homogênea da iluminação dentro dos ambientes (Benevolo, 1998 [1976]: 434).

Frank Lloyd Wright trabalhou, em seus primeiros projetos, com o modelo, mesmo que primitivo, de planta livre, nas suas *prairies houses*⁶⁹, onde elimina as paredes divisórias, tornando os ambientes contínuos, gerando uma certa fluidez entre eles, adotando, também, a ideia de *living room*. Bruno Zevi (1978: 90), no livro *Saber ver a Arquitetura* escreve:

na casa média, a sala de visitas funde-se com a sala de jantar e o escritório, o vestibulo reduz-se, em benefício da grande sala de estar, o quarto de dormir torna-se menor, os serviços especializam-se também para conceber maior amplitude a esse grande ambiente articulado onde vive a família, ao living room.

As coberturas, nos projetos de Wright, apresentavam telhados com pouca inclinação e com grandes beirais, permitindo o controle térmico e proteção das janelas contra chuva e sol. Essas janelas primavam pela horizontalidade, uma clara influência da cultura nipônica, permitindo a integração do ambiente interno e externo (Curtis, 2008 [1982]; Cohen, 2013).

⁶⁹ Casas de Pradarias, residências unifamiliares construídas nos EUA no início do século XX.

Wright fez uso de materiais naturais e técnicas locais, empregando elementos da arquitetura vernácula, sendo o grande defensor da arquitetura orgânica. Para Wright, apud Tietz (2008: 16):

Um edifício só é orgânico quando o exterior e o interior estabelecem uma correspondência entre si, quando ambos se harmonizam com o caráter e a natureza da sua função, da sua realização, da sua localização e de seu tempo de gênese.

As obras dos arquitetos acima citados são caracterizadas por formas retilíneas simples, tetos planos, espaços internos abertos e interligados, supressão de qualquer ornamentação e pela utilização de novos materiais e tecnologias adequadas às necessidades da vida moderna.

Baseando-nos nas obras, projetos e propostas dos quatro autores citados, assim como na bibliografia recolhida e analisada, serão apresentadas, a seguir, as principais características encontradas na arquitetura modernista:

- a) Implantação – A edificação se solta de todos os limites do lote, ampliando a distância entre as construções de maneira a possibilitar a entrada de luz e ventilação, refletindo no melhor conforto ambiental do imóvel. Isso, também, ocorre nos grandes conjuntos habitacionais, onde as edificações distribuem-se no terreno de maneira racional. Os blocos de edificações apresentavam nova escala nas relações entre arquitetura e lote urbano e encontravam-se, para novas formas de habitação, novos esquemas de implantação (Reis Filho, 2004 [1970]).
- b) Volumetria – Composta pela união de volumes simples que se juntam, de maneira a facilitar a produção em escala industrial, no caso da produção em massa, como os grandes conjuntos habitacionais. No caso das residências, a forma é caracterizada por formas geométricas e com linhas puras, com predominância dos vazios sobre os cheios, que permitiam a fusão do espaço interior com o exterior. Os novos materiais utilizados nas coberturas, planas, com pequenas inclinações, apoiadas sobre lajes de concreto e escondidas pelas discretas platibandas, possibilitaram a pureza geométrica dos volumes (Figura 70).
- c) Elementos decorativos – os ornamentos são banidos dessa linguagem arquitetônica, bem como os elementos de decoração dos interiores, pois eram considerados arcaicos e desnecessários para a sociedade moderna e industrial.



Figura 70. Vista da volumetria de casas modernistas: (a) Casa Tugendhat de Mies van der Rohe (Brno na República Tcheca, 1930); (b) Casa da Cascata de Frank Lloyd Wright (Bear Run no Estado da Pensilvânia, 1936); (c) Casa Schröder de Gerrit Rietveld (Utrecht na Holanda, 1924); (d) Mason Cook de Le Corbusier (Boulogne-sur-Seine na França, 1926); e Casa do Diretor da Bauhaus de Walter Gropius (Dessau na Alemanha, 1926). Fonte: Grössel, 2013: 200, 240, 262 (a,b,d) e Frampton, 2015: 40-41.

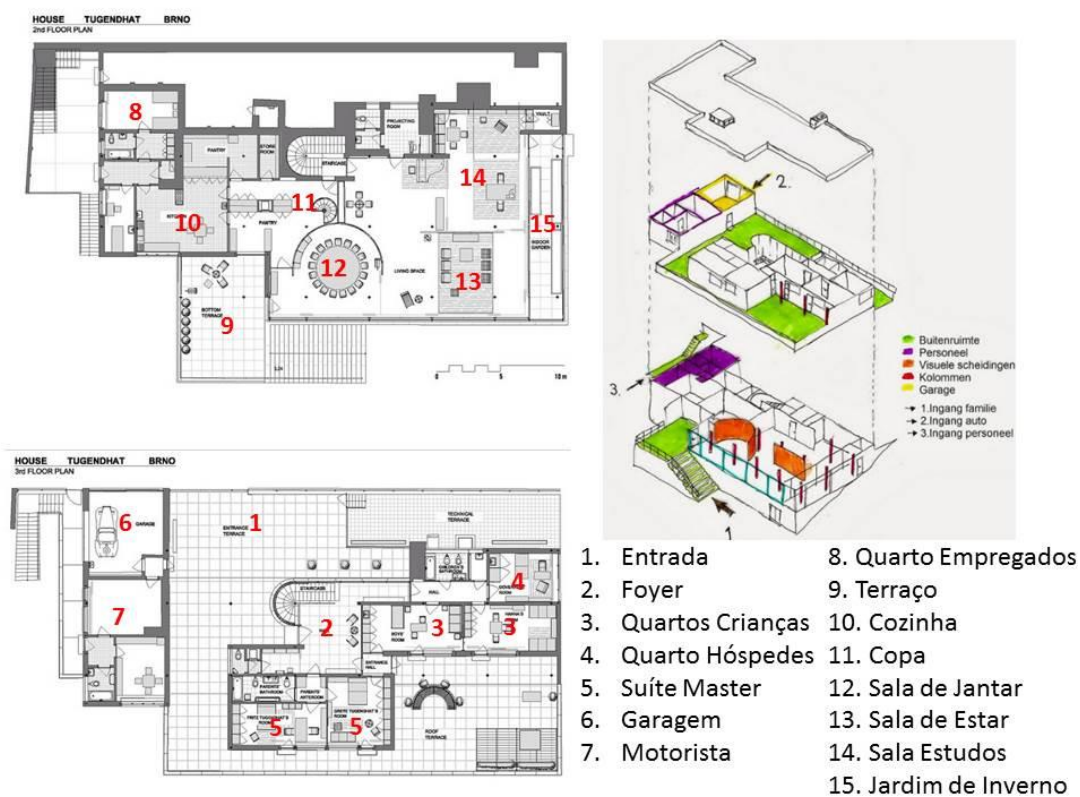


Figura 71. Planta da Casa Tugendhat (1930) de Mies van der Rohe (Brno na República Tcheca, 1930): observa-se a integração entre os espaços e a separação entre os ambientes social, privativo e de serviço. Fonte: <https://pt.slideshare.net/fdjaipur/philosophies-of-mies-van-der-rohe>.

- d) Espacialidade interna – Apresentam ambientes integrados proporcionados pela planta livre; as edificações devem abrigar todas as funções necessárias para um bom funcionamento da morada: social, serviços e íntima. Desaparece a orientação frente-fundo, todas as fachadas são valorizadas, o que possibilita uma melhor distribuição espacial dos ambientes, deslocando-se salas e dormitórios para locais mais isolados e sombreados, conforme as condições climáticas (Figura 71).
- e) O paisagismo foi valorizado e os quintais foram transformados em pátios ou corredores, que se juntavam aos jardins, ligando os espaços externos aos internos, gerando, assim, uma continuidade espacial através da integração desses espaços (Reis Filho, 2004 [1970]).

Outros elementos arquitetônicos presentes na arquitetura modernista são: os *brise-soleil*, o cobogó e a cobertura em asa de borboleta.

O *brise-soleil* ou quebra-sol tem como função principal controlar a radiação solar de maneira a garantir uma entrada seletiva de luz solar no interior de uma habitação, podendo ser fixo ou móvel, vertical ou horizontal, e foi um elemento comum da arquitetura modernista, sendo projetado de acordo com a orientação da edificação e sua finalidade; e apresenta-se numa diversidade de materiais: concreto, alumínio, cimento, metal, madeira, dentre outros materiais.



Figura 72. Vista edificações de arquitetura modernista: (a) Casa del Fascio, em Como, na Itália (Giuseppe Terragni, 1936) - utilização de elementos vazados; (b) Edifício Nova Cintra (Lúcio Costa, Rio de Janeiro, 1948): presença de elementos vazados; e, telhado em “asa de borboleta” na Casa de Juscelino Kubitschek (Oscar Niemeyer, 1943), na Pampulha em Belo Horizonte, Minas Gerais (Brasil) e Teatro Popular (Affonso Reidy, Marechal Hermes- RJ, 1950). Fonte: Gössel, 2013(a); Cavalcanti, 2001 (b,d) (c) <https://bibliobelas.wordpress.com/tag/modernismo>.

O *brise-soleil* foi um novo elemento integrado ao projeto arquitetônico, capaz de estabelecer uma relação entre interior e exterior, que possibilita dar à fachada um caráter dinâmico, quebrando a percepção de superfície estável, em favor de um plano ativo. Le Corbusier diz que a arquitetura “é o jogo sábio, correto e magnífico dos volumes sob o efeito da luz” (Le Corbusier, 2014 [1923]); o *brise* permitia infinidades de modulações, pelo deslocamento constante das sombras sobre a superfície, do nascer ao pôr-do-sol. Esse elemento arquitetônico foi utilizado pela primeira vez em seus projetos em 1933 para a cidade de Tânger (Mindlin, 1999 [1956]; Bruand, 2012 [1981]; Telles, 2010).

O cobogó é um tipo de elemento vazado, geralmente produzido em cerâmica, cimento ou concreto, que possibilita melhorar a iluminação e ventilação de áreas internas, permitindo apenas a visão parcial. Pode-se dizer que o cobogó foi uma variante da treliça, bastante utilizada na arquitetura tradicional, que tinha a função de proteger o interior das habitações. Foi empregado em várias obras modernistas, como o Pavilhão Brasileiro da Feira de Nova York (1939), na fachada sul, de autoria de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer (Mindlin, 1999 [1956]).



Figura 73. Pavilhão Brasileiro da Feira de Nova York (Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, 1939). Fonte: Mindlin, 2001 (1956).

A cobertura em “V”, também conhecida como cobertura em “asa de borboleta”, é um telhado com duas águas com a inclinação voltada para o centro da edificação, facilitando a captação de água, por meio de condutores pluviais. Esse modelo de cobertura foi utilizado por Le Corbusier, no projeto da Casa Errazuriz⁷⁰ (1930), na cidade de Zallapar, no Chile, que

⁷⁰ Único projeto de Le Corbusier no Chile. A casa não foi construída.

possibilitou grande plasticidade geométrica na volumetria nessa construção. Esse tipo de cobertura foi incorporada em vários projetos de arquitetos brasileiros, com destaque para as obras de Oscar Niemeyer e Vilanova Artigas.

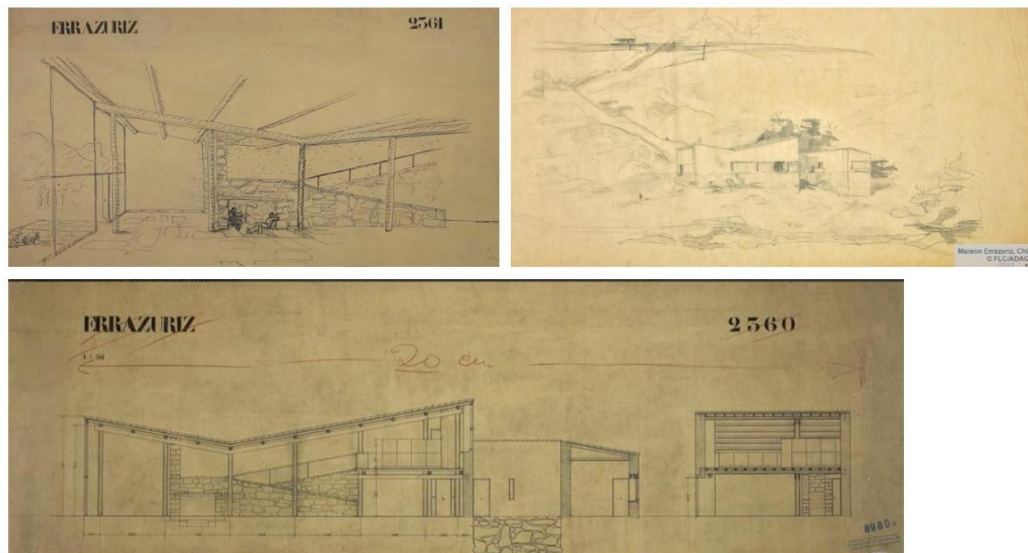


Figura 74. Casa Errazuriz (Le Corbusier, Chile, 1930). Fonte: VASQUEZ, s/d; <http://www.lppm.com.br/?q=node/399>

A arquitetura modernista no Brasil resultou da evolução de pensamento de intelectuais brasileiros, que primavam por uma arquitetura própria para o país. A busca por uma cultura própria brasileira, fez com que esse movimento se aproximasse do neocolonial, mas, a diferença entre essas linguagens, foi que a arquitetura dita modernista, procurou algo genuíno, novo, sem nenhum pastiche de linguagens anteriores.

Essa discussão se deu, inicialmente, no campo da literatura, da pintura e da música, no início do século XX, e, para muitos historiadores e estudiosos, teve como marco inicial a exposição de pinturas de Anita Malfatti (1896-1964), em 1917, na cidade de São Paulo, bem antes da célebre Semana de Arte Moderna de 1922. Essa exposição provocou críticas do escritor Monteiro Lobato (1882-1948), que achava que as pinturas de Anita Malfatti não apresentavam nenhuma relação com o academicismo e o naturalismo até então vigente. Por outro lado, a inovação trazida por Anita Malfatti chamou a atenção de jovens intelectuais (poetas, jornalistas e artistas) que se solidarizaram com a pintora e começaram a debater o caráter conservador e “passadista” do meio artístico (Santos, 1981; Segawa, 2014 [1998]).

Esse debate culminou com a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, que foi marcada por discussões sobre a identidade nacional, por meio da modernização das artes e da arquitetura. A partir dessa semana estruturou-se o desejo nacional por uma atualização estética, política e filosófica que, posteriormente, veio fortalecer o movimento moderno que surgia no país (Segawa, 2014 [1998]).

Para Mindlin (2001 [1956]), a Semana de Arte Moderna de 1922 foi uma tentativa de libertar o Brasil das influências europeias, principalmente, a francesa e portuguesa, por meio da criação artística brasileira, que visava combater os velhos preconceitos do ecletismo dominante, através de uma exposição de pinturas e de esculturas de vanguarda e de várias conferências e recitais de dança e música que anunciavam o sentido dos novos tempos.

Nessa semana, no campo da arquitetura, participaram os arquitetos Antônio Garcia Moya (1891-1949) e Georg Przyrembel (1885-1956), ambos naturais de outros países, Espanha e Polônia, respectivamente, mas radicados em São Paulo. Os projetos expostos por esses arquitetos não apresentaram soluções de projetos racionalistas, mas, uma arquitetura ligada ao passado, representada pelo neocolonial (Lemos, 1979; Kessel, 2008).

A Semana de Arte Moderna, objetivamente, não influenciou diretamente a arquitetura, mas abriu caminhos para uma nova maneira de pensar, que negava os valores ligados à cultura europeia. E foi o arquiteto russo Gregori Warchavchik⁷¹ (1896-1972) o responsável pela primeira obra modernista no Brasil, a sua residência (1927) na Rua Santa Cruz, na Vila Mariana.

Mas, a afirmação da arquitetura modernista no Brasil se deu com a construção do Ministério da Educação e Saúde (MES), que foi o primeiro projeto de uma série de concursos nacionais, tendo por objetivo construir edifícios públicos, em 1935, cujo projeto vencedor foi de autoria de Archimedes Mémoria (1893-1960), diretor da ENBA, desde a saída de Lúcio Costa. Mas, esse projeto não agradou ao então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema (1900-1985), que decidiu não executar o projeto vencedor, convidando Lúcio Costa, em março de

⁷¹ Arquiteto, nasceu em Odessa na Rússia, em 1896, naturalizando-se brasileiro ao se casar com Mina Klabin em 1927. Iniciou seus estudos de arquitetura na Universidade de Odessa, onde permaneceu até 1917, quando foi morar em Roma, onde ingressou no Instituto Real Superior de Belas Artes, onde se formou em arquitetura em 1920 (Santos, 1979).

1936, desclassificado desse concurso, para que apresentasse uma nova proposta de acordo com os ditames modernistas.



Figura 75. Ministério da Educação e Saúde – MES (Lúcio Costa e equipe, Rio de Janeiro, 1943). Fonte: Lira, 2017.

Lúcio Costa e sua equipe⁷² elaboraram um projeto que foi considerado a primeira obra modernista de grande impacto no país, tornando-se símbolo nacional devidamente explorado pelo Governo Brasileiro, em sua propaganda interna e externa. Esse projeto teve a consultoria do arquiteto franco-suíço, Le Corbusier, que chegou ao Brasil em junho de 1936⁷³, onde permaneceu por quatro semanas, a convite de Capanema, com chancela de Getúlio Vargas, tanto para o projeto do ministério, como para elaborar o plano para a cidade universitária⁷⁴.

A proposta brasileira para o MES primou pela verticalidade, apresentando dois volumes simples apoiados sobre pilotis, colocados perpendicularmente um ao outro. A edificação principal, com 14 pavimentos, abrigava os escritórios e a outra compreendia o auditório e o salão de exposições.

Dentro do espírito de que a arquitetura é o lugar da síntese das artes, como propunha Le Corbusier, o prédio do MES apresentou um afresco e painel azulejado de autoria de Candido

⁷² A equipe de Lúcio Costa era composta por Affonso Eduardo Reidy (1909-1964), Carlos Leão (1906-1983), Jorge Moreira (1904-1992), Ernani Vasconcelos (1912-1988) e Oscar Niemeyer (1907-2012), arquitetos da escola Corbusiana (Mindlin, 2001 [1956]). Todos esses arquitetos foram formados na ENBA.

⁷³ Para Lúcio Costa e equipe, o apoio de Le Corbusier era fundamental para a legitimação de sua atuação junto a Capanema, e garantir a autoria do MES e da cidade Universitária, na disputa com acadêmicos e neocoloniais (Cavalcanti, 2001).

⁷⁴ O projeto da cidade universitária não foi executado.

Portinari⁷⁵ (1903-1952), e nos jardins modernistas, de autoria de Burle Marx, foram distribuídas várias esculturas, a exemplo de “A mulher reclinada” e a “Mãe/Maternidade” de autoria de Celso Antônio⁷⁶. A edificação do MES foi inaugurada em 1943 e, classificada como monumento nacional em 1948 (Segre, 2013; Bruand, 2012 [1981]).



Figura 76. Obras de arte do MES: Painel Portinari (a); Mulher inclinada (autor: Celso Antônio) (b) e Mãe/Maternidade (Autor: Celso Antônio). Fonte: Segre, 2013.

Apesar de o prédio do MES ter sido a edificação que deu visibilidade à arquitetura modernista no Brasil e para o mundo, coube aos irmãos Marcelo (1908-1964) e Milton Roberto (1914-1953)⁷⁷, o mérito da construção da primeira grande obra modernista no Brasil. Trata-se da sede da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, ao vencerem o concurso em 1936, organizado pelo então presidente desta associação, Herbert Moses (Figura 77).

O projeto da ABI foi construído com dez pavimentos com pilotis, com estrutura independente, planta livre e fachada livre, onde foram aplicados os brises-soleil fixos na vertical, interrompidos, para marcação das lajes e da coluna de canto do edifício. A sua construção foi finalizada em 1938, sendo classificada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Estadual do Rio de Janeiro, em 1965 (Cavalcanti, 2001; Bruand, 2012 [1981]).

Tão importante quanto o projeto do MES e outras obras de arquitetos brasileiros que foram surgindo nesse período, foi a publicação do catálogo *Brazil Builds 1652-1942*, de autoria do fotógrafo G. E. Kidder Smith e do arquiteto Philip Goodwin⁷⁸. Essa obra foi considerada o primeiro levantamento sistemático da produção arquitetônica modernista brasileira, e que

⁷⁵ Portinari realizou um grande afresco que relatava os ciclos econômicos do Brasil na sala de reuniões anexa ao gabinete do ministro e os murais de azulejos azuis e brancos nas fachadas do térreo e pilotis (Cavalcanti, 2001).

⁷⁶ Escultor nascido na cidade de Caxias, no Estado do Maranhão. A mulher era tema recorrente nas obras de Celso Antônio e seus desenhos tratavam em sua maioria do nu feminino.

⁷⁷ Ambos formados na ENBA, Marcelo em 1930 e Milton em 1934.

⁷⁸ Vice-diretor executivo do Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA). Goodwin e Smith vieram ao Brasil em 1942, com o intuito de conhecer, coletar dados e registrar por meio de fotografias, tanto a produção arquitetura modernista brasileira quanto a colonial. Este trabalho resultou numa exposição em 1943 no MoMA, e na publicação do referido livro.

possibilitou o seu reconhecimento no cenário internacional. A publicação marcou o início de um novo momento da arquitetura brasileira, e, posteriormente, serviria de referência bibliográfica para trabalhos sobre o tema, no momento tão desconhecido (Mindlin, 2001 [1956]).



Figura 77. Associação Brasileira de Imprensa – ABI (Irmãos Roberto, Rio de Janeiro-RJ, 1938). Fonte: <http://www.abi.org.br/institucional/o-predio-da-abi/>.

Na década de 1950 existiam seis escolas (cursos) de arquitetura no Brasil: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. Essas escolas foram responsáveis por formar e disseminar profissionais para todo o país, e, por conseguinte, estimularam a difusão do repertório modernista. Para Cavalcanti (2001), foi nessa década que a arquitetura modernista passou a influenciar a arquitetura de outros países, e revistas de várias nacionalidades dedicam reportagens acerca da arquitetura modernista brasileira, a exemplo da *Architecture d'Aujourd'hui* (1947) de Paris, que publica um artigo de seis páginas sobre o prédio do MES. Destaca, também, a forte influência de Oscar Niemeyer na arquitetura nacional e internacional.

O livro “Arquitetura Moderna no Brasil” de Henrique Mindlin, publicado em 1956, para divulgar a arquitetura modernista brasileira, foi editado em inglês, francês e alemão, mas traduzido para o português somente em 1999. Esta publicação foi concebida para ser um suplemento do catálogo *Brazil Builds* de Philip Goodwin, e apresentava as principais

construções, projetos e paisagens urbanas do período de 1937 a 1955, constituindo um documento fundamental da arquitetura modernista brasileira.

Em 1956, Juscelino Kubitschek (1902-1976) assume a presidência do Brasil (1956-1961) e cumpre com os planos de metas do seu governo, construindo Brasília, a nova capital do país. Esse projeto, segundo Bruand (2012 [1981]), deveria ser concebido com o espírito de seu fundador, como marco do desenvolvimento do Brasil e da união nacional e como uma afirmação da grandeza e da vitalidade do país, de capacidade de empreendimento e confiança no futuro.

O projeto de Lúcio Costa, vencedor do concurso urbanístico, foi a união perfeita com as ideias que Oscar Niemeyer tinha para as principais edificações a serem construídas na Capital Federal. O plano piloto definiu o zoneamento para a cidade através de dois grandes eixos perpendiculares definidos em função do sistema viário planejado; na interseção desses dois eixos encontram-se o eixo monumental, onde se localizam o centro cívico, os setores comerciais, de serviços e culturais, onde ficaram localizadas as edificações mais expressivas da cidade.

Brasília foi construída em tempo recorde, sendo inaugurada em 1960. A partir desse momento, os políticos que estavam no poder almejavam construir edificações com a arquitetura modernista, porque essa linguagem simbolizava o refinamento e a eficácia de sua administração.

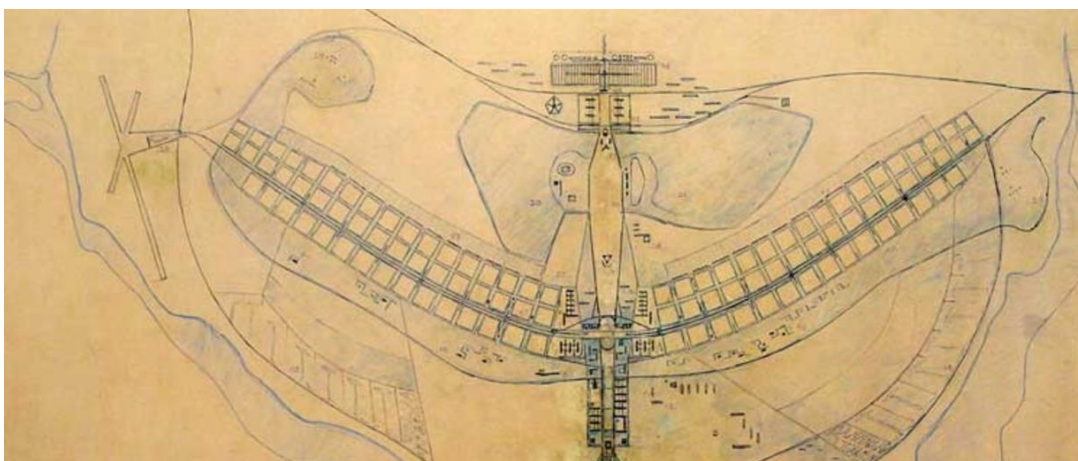


Figura 78. Plano Piloto de Brasília. (Lúcio Costa, 1957) Fonte: <http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/ha-60-anos-lucio-costa-vencia-concurso-para-escolha-do-projeto-de-brasil/>

O ápice do movimento modernista no Brasil foi a transferência da capital federal para a área central do País. Para Cavalcanti (2005: 18), a inauguração de Brasília provocou orgulho nacional, pois correspondeu ao anseio pela modernização e por tempos melhores, que atingiriam tantas outras regiões e várias camadas sociais. As elites “aderiram às novas formas, assim como os leigos e mestres de obra, na periferia de cidades e no interior de todo país, fizeram proliferar alegres cópias de um modernismo estilizado” (Cavalcanti, 2005).

A arquitetura modernista no Brasil foi também construída pela colaboração das ideias advindas de arquitetos renomados que atuavam na Europa e nos Estados Unidos, bem como de estrangeiros, que aqui chegaram e fixaram residência. Entre estes, destacam-se os nomes de Gregori Warchavchik e de Lina Bo Bardi.

Gregori Warchavchik

Gregori Warchavchik foi responsável pela campanha em favor de novos parâmetros construtivos, de padronização, racionalização e economia, defendendo, também, o antidecorativismo, a *máquina de morar* ou racionalização construtiva, princípios, que recordam as ideias de Adolf Loos, Le Corbusier e Walter Gropius.

No projeto e construção de sua residência, na Rua Santa Cruz, na Vila Mariana, em São Paulo, em 1927, que foi considerada por Lúcio Costa como a primeira obra de arquitetura modernista brasileira⁷⁹, Warchavchik construiu uma das primeiras edificações modernistas do Brasil, inspirada no estilo internacional, num período onde materiais e mão-de-obra necessárias para esse tipo de construção não eram tão disponíveis no país. Desta forma, fez uso de um processo quase artesanal de construção, em que produziu modelos de esquadrias, caixilhos, instalações e mobiliários, o que se afastava do princípio básico da arquitetura modernista de produção industrial em série (Lira, 2011; Pereira, 2014).

A edificação da Rua Santa Cruz na Vila Mariana, também conhecida como a casa do arquiteto, foi construída num terreno de 13 mil metros quadrados, apresentando dois pavimentos, sendo que no térreo ficavam localizados o setor social e o de serviço e, no pavimento

⁷⁹ José Lira (2017;2011) contrapõe a opinião de Lúcio Costa que considerava o Edifício do Ministério da Educação e Saúde – MES (1936-1943) como a primeira obra modernista de caráter brasileiro, ressaltando que as obras de Warchavchik eram meros esboços de uma renovação arquitetônica.

superior, o setor privativo. A planta não apresentava uma continuidade espacial, não se constituindo como uma planta livre, nem uma ligação interior-exterior como previam os princípios da arquitetura modernista; a configuração espacial da planta lembrava o modelo implantado nas construções ecléticas e neocoloniais. Para Bruand (2012 [1981]), Warchavchik fez uso de apenas um dos cinco pontos da nova arquitetura, de Le Corbusier, nesta edificação: a janela horizontal. Não utilizou pilotis, por razões econômicas, tal como o terraço jardim, pela inexistência de materiais impermeáveis necessários. A casa foi classificada em 1984, pelo Governo Estadual (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT⁸⁰) e pelo IPHAN, depois de grande mobilização da cidade⁸¹.

A casa da Vila Mariana foi o cartão de visita de Warchavchik, que foi convidado a participar da fundação dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAM, em La Sarraz, em 1928, e despertou a curiosidade de Le Corbusier por suas obras quando esteve de passagem pelo Brasil⁸², em 1929, que derivou no convite para ser representante do CIAM na América Latina (Bruand, 2012 [1981]).

Com essa casa e outras construções modernistas⁸³, Warchavchik foi convidado, mesmo que brevemente, para uma parceria profissional com Lúcio Costa em 1932. Juntos, criaram o primeiro escritório de arquitetura modernista e projetaram cinco casas, dois apartamentos - um correspondeu a uma reforma e outro a um projeto inteiro - e uma vila operária, onde apresentaram o programa mínimo de moradia - sala, dois quartos, cozinha, banheiro e serviços - em um único pavimento.

⁸⁰ Órgão vinculado à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, e tem por objetivo identificar, proteger e preservar os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio cultural e ambiental do Estado de São Paulo, com a capacidade legal de tomba tais patrimônios (<http://condephaat.sp.gov.br/>).

⁸¹ No terreno onde fica essa construção foi proposta a construção de quatro blocos de habitação multifamiliar, o “*Palais Versailles*”. Se essa proposta tivesse sido concretizada, a casa modernista seria demolida, assim como boa parte do jardim, que a partir do final da década de 1970 passou a funcionar como um parque para a comunidade da área.

⁸² De passagem pelo Brasil, realizou diversas conferências, em São Paulo e Rio de Janeiro, na volta de sua viagem à Argentina e Uruguai.

⁸³ Casa da Rua Itápolis (São Paulo, 1930) e Casa Nordchild (Rio de Janeiro - RJ, 1931).

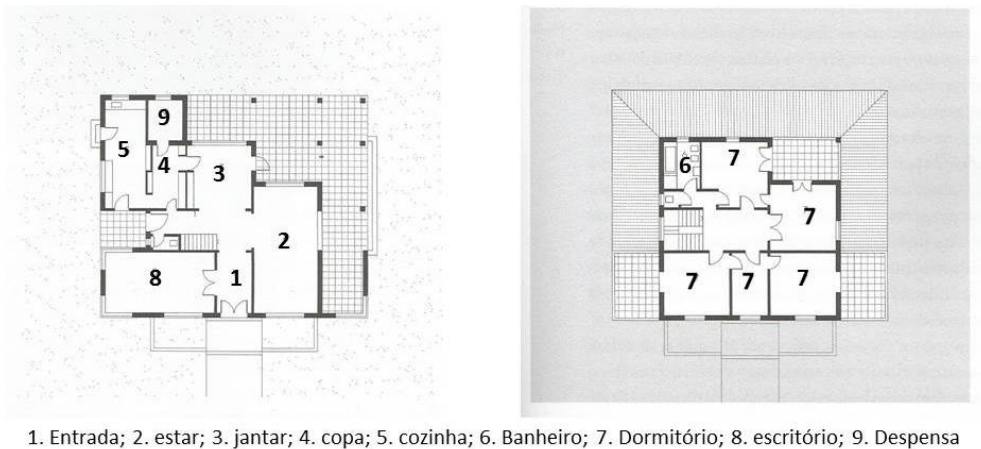


Figura 79. Casa Warchavchik, Residência da Rua Santa Cruz, na Vila Mariana, São Paulo. (Warchavchik, 1928). Fonte: Lira, 2011.

A Vila Operária Gamboa foi construída na Rua Barão de Gamboa, no Bairro industrial, na cidade do Rio de Janeiro, em 1933, com intuito de alugar as unidades para operários. Essa vila foi edificada num terreno irregular, sendo composta por doze unidades residenciais de 40 m² e duas de 14,50 m².



Figura 80. Vila Operária Gamboa (Lúcio Costa e Warchavchik, São Paulo, 1933): na época da construção (à esquerda) e vista da vila nos anos 2000 (à direita). Fonte: Cavalcanti, 2001: 181.

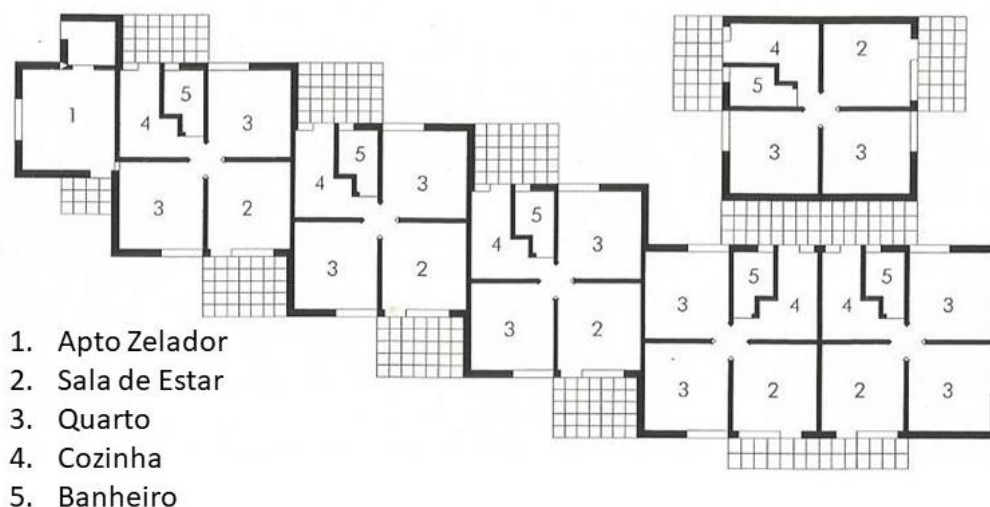


Figura 81. Vila Operária da Gamboa (Lúcio Costa e Warchavchic, São Paulo, 1933): planta baixa. Fonte: https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/401479/mod_resource/content/1/AULA%2008_gw_primeiro%20m odernista.pdf.

As unidades residenciais da Vila operária Gamboa foram sobrepostas duas a duas e compartilhavam um acesso comum, uma varanda em curva. Uma pequena marquise delimitava a entrada de cada apartamento. A planta baixa quadrada, com circulação central, foi dividida em quatro partes iguais, onde foram distribuídos a sala, os quartos, o último quadrado recebeu o banheiro e a cozinha. Essa vila foi construída com estrutura mista de concreto, aço e alvenaria e apresentava uma volumetria formada por vários cubos conectados, cobertos por uma laje plana (Cavalcanti, 2001).

No final da década de 1930, Warchavchik volta a sua atenção aos trabalhos desenvolvidos no Estado de São Paulo, onde vence vários concursos, a exemplo do projeto para construção do Estádio Municipal da cidade de Santos e de um edifício residencial na mesma cidade. Seus projetos primavam sempre pela funcionalidade, aliada à preocupação estética. Faleceu em São Paulo, a cidade que o abraçou, em 27 de julho de 1972 (Cavalcanti, 2001).

Lina Bo Bardi

Lina Bo Bardi⁸⁴ (1914-1992) foi outra arquiteta estrangeira de referência no território brasileiro, que projetou vários projetos pelo país, onde se destaca a sua residência, a Casa

⁸⁴ Nasceu em Roma, onde se graduou em arquitetura em 1940 pela Universidade de Roma, transferindo-se em seguida para Milão. Em 1946, casou-se com o crítico e historiador de arte Pietro Maria Bardi. Decidiram mudar

Bardi (1949-1951), atual Fundação Lina Bo Bardi, também, conhecida como Casa de Vidro. Recebeu esse nome por apresentar uma grandiosa fachada de vidro, que parecia flutuar sobre os *pilotis*. Construída no loteamento da antiga Fazenda Chá Muller Carioba, no Bairro do Morumbi, na cidade de São Paulo, num terreno que apresenta ricos exemplares da fauna e flora brasileira, e possui uma declividade acentuada, possibilitando um tratamento arquitetônico diferenciado, onde a arquiteta conseguiu integrar a edificação com a paisagem existente. Essa casa foi classificada pelo CONDEPHAAT, em 1987 (Lira, 2017; Cavalcanti, 2001; Mindlin, 2001 [1956]).

A Casa de Vidro foi construída num terreno de aproximadamente 7 mil metros quadrados, e apresenta uma planta baixa com o formato retangular, sendo concebida respeitando a topografia, aproveitando o perfil natural do terreno, e a vegetação local, o que refletiu numa proposta arquitetônica, onde parte da edificação fica apoiada no terreno e a outra parte fica suspensa, surgindo assim dois pavimentos: o térreo onde ficam os pilotis, juntamente com a área de garagem, casa de máquinas e depósitos; e o pavimento superior, onde ficam localizados o setor social, de serviço e o privativo. Interligando o pavimento térreo ao superior existe uma escada que, segundo Cavalcanti (2001), remete àquela utilizada por Frank Lloyd Wright, na Casa da Cascata. O pavimento superior é dividido em dois volumes bem distintas: o de superfície envidraçada, que ocupa toda a parte frontal da casa e engloba a sala de estar, a sala de jantar, lareira e a biblioteca, remetendo à Casa de Tugendhat (1928-1930) de Mies van der Rohe; no segundo volume, ficam localizados o setor privativo, composto pelos dois dormitórios e a suíte; e o setor de serviço com os quartos de empregados, sala de empregados, rouparia e varanda. Interligando esses dois setores existe uma cozinha industrial. Nesta área, as paredes de vidro foram substituídas por alvenaria para garantir as funções exercidas no local e ao privacidade do casal (Pereira, 2014)

para o Brasil, fugindo do regime fascista italiano, firmando residência, inicialmente no Rio de Janeiro, onde conheceu Oscar Niemeyer e Lúcio Costa e outros representantes da arquitetura modernista. A falta de oportunidade de trabalho na então capital federal, Rio de Janeiro, fez com que o casal se mudasse para São Paulo depois do convite que seu marido Pietro recebeu de Assis Chateaubriand para elaborar o Museu de Arte de São Paulo (MASP), 1947, onde passaram a ser um dos casais mais conhecidos do meio artístico e cultural. Naturalizou-se brasileira em 1951.

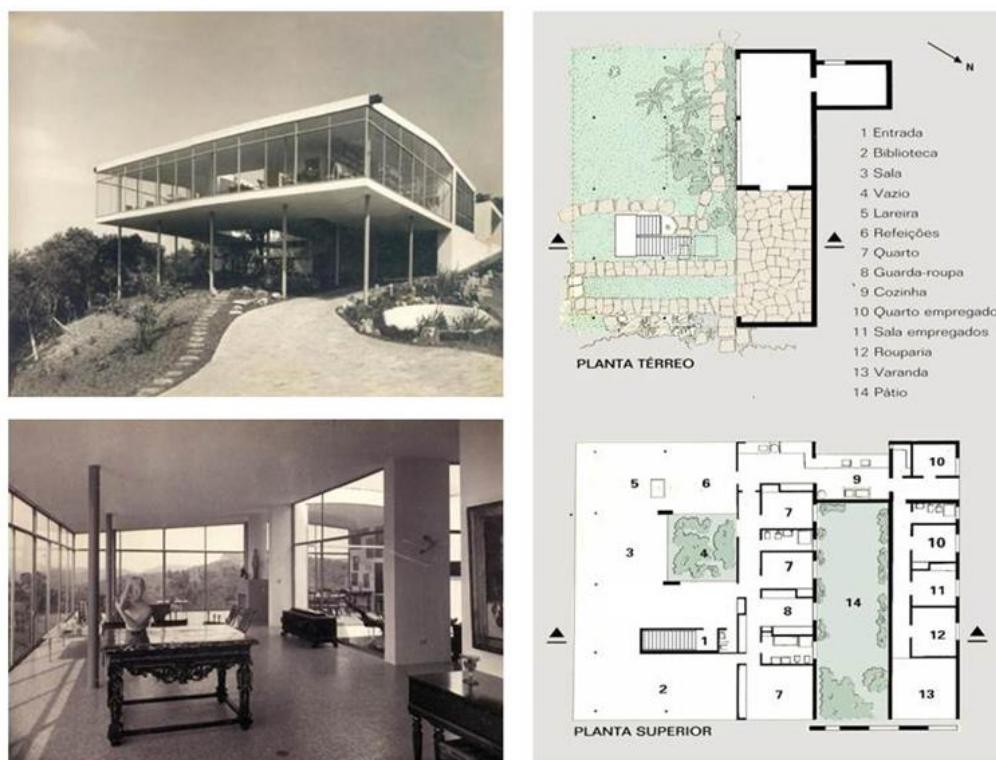


Figura 82. Casa de Vidro de Lina Bo Bardi. (São Paulo - SP, 1951) Fonte:
<https://casasbrasileiras.wordpress.com/2010/09/23/a-casa-de-vidro-lina-bo-bardi/>.

As grandes superfícies envidraçadas, no projeto da Casa de Vidro, fazem a integração entre o ambiente externo com interno, trazendo a natureza para dentro da residência gerando uma relação de continuidade visual (Pereira, 2014).

Esta residência representa uma tentativa de comunhão entre a natureza e a ordem natural das coisas, opondo os elementos naturais o menor número de meios de defesa; procura respeitar essa ordem natural, com clareza, e nunca como a casa fechada que foge da tempestade e da chuva, amedrontada dos demais homens e que, quando se aproxima da natureza, o faz, na maioria dos casos dentro de um sentido decorativo ou de composição e, portanto, um sentido “extremo” (Bardi, 1953: 31).

A arquitetura modernista brasileira não foi construída apenas por estrangeiros que firmaram residência no país, mas, também, por arquitetos formados pela ENBA, que se apropriaram de ideias advindas do exterior, bem como do movimento modernista, que surgiu na década de 1920, culminando com uma forte mobilização intelectual em torno da identidade, da originalidade e diversidade cultural existente no nosso país.

Foi a partir da década de 1930, que a arquitetura modernista alcançou o reconhecimento internacional, e esse fenômeno se deu por meio de jovens arquitetos que adequaram os

princípios modernistas internacionais à realidade nacional, criando uma arquitetura verdadeiramente brasileira, conseguindo aliar tradição e modernidade, sob a perspectiva do nacional como fio condutor do processo. Vários profissionais participaram desse movimento e, dentre eles, destacamos, nesta tese, as obras de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Affonso Eduardo Reidy, arquitetos de grande referência nacional, que tiveram relevância no cenário internacional. Os referidos arquitetos dominaram com muito primor a tecnologia do uso do concreto armado, possibilitando a construção de magníficas obras arquitetônicas distribuídas por todo país.

Lúcio Costa

Lúcio Costa (1902- 1998) atuou em diversas áreas: foi professor, arquiteto, urbanista, crítico de arquitetura e técnico do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Seus primeiros projetos faziam referência à arquitetura tradicional e foram voltados aos concursos promovidos por José Marianno Filho. Mas, os projetos que tiveram maior destaque foram os de sua fase modernista, a exemplo do já referido prédio do MES e do Pavilhão de Nova Iorque, que realizou em parceria com Oscar Niemeyer.

Nos seus trabalhos, Lúcio Costa conseguiu conciliar os princípios da arquitetura modernista, assimilados, principalmente das ideias de Le Corbusier, com a tradição local, contribuindo para uma arquitetura modernista genuinamente brasileira. Esses projetos arquitetônicos sintetizavam o sentimento do país, conciliando arte e técnica. Tal prática, Costa levou para vários de seus projetos. Nesta tese será destacada somente a Casa de Agemiro Hungria Machado (1942)⁸⁵.

A Casa de Agemiro Hungria Machado (1942) fica localizada num lote de esquina, no Bairro do Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, e é o resultado harmonioso da união dos elementos da arquitetura colonial com os da linguagem modernista. A edificação é um modelo de casa

⁸⁵ A escolha desta casa se deu pelo fato de ser um dos poucos exemplares de residência unifamiliar, dentro do universo de obras institucionais de Lúcio Costa, e pela sua importância foi citada nas obras de Mindlin (2001 [1956]), Cavalcanti (2001) e Bruand (2012 [1981]).

pátio, que possibilita maior privacidade aos moradores, e para onde convergem todas as aberturas e circulações.

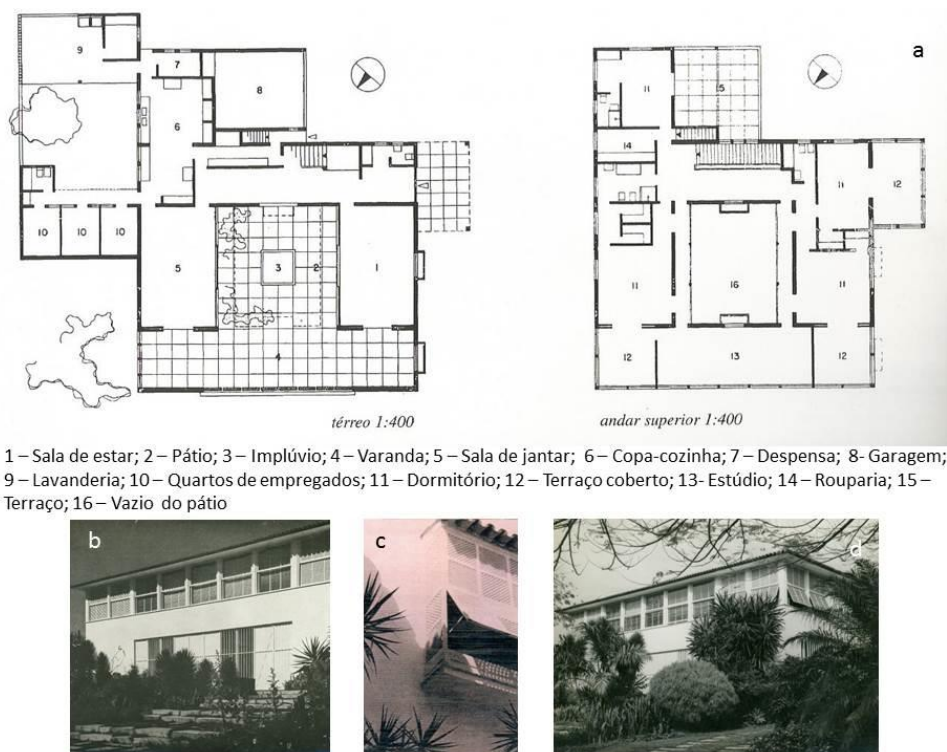


Figura 83. Casa de Agemiro Hungria Machado (Lúcio Costa, Rio de Janeiro - RJ, 1942): plantas baixas e vistas das fachadas e do muxarabi (c). Fonte: Mindlin, 2001 [1956] (a); <http://www.jobim.org/lucio/> (b,c,d).

A forma da edificação é pura e simples, remetendo aos ideais modernistas, além de possibilitar a integração entre o interior e o exterior; este último era composto pelos jardins de Burle Marx. Verifica-se a utilização de elementos arquitetônicos típicos da cultura brasileira, a exemplo do *muxarabi*, e nas janelas do pavimento superior, observa-se a união de soluções modernistas com as tradicionais: os grandes planos verticais que pelos princípios modernistas, seriam em vidro, nessa construção são em madeira com venezianas, com aberturas em guilhotina. Tais elementos, juntamente com a telha cerâmica e o beiral brasileiro, cumpriam seu papel de trazer a história e cultura da construção brasileira a uma edificação modernista.

Excetuando os projetos arquitetônicos, que foram poucos, se comparado a outros arquitetos modernistas do mesmo período, Lúcio Costa, também, trabalhou com projetos de urbanismo, como: o Plano Piloto de Brasília (1957) e o Plano Diretor da Tijuca (1969), no Rio de Janeiro. Mas, foi no campo intelectual que Lúcio Costa se destacou, ao constituir um

ideário da arquitetura modernista do Brasil, quando passou a ser o grande defensor e divulgador dessa arquitetura por meio de sua produção textual. Dos seus principais escritos destacam-se: “Razões de uma Nova Arquitetura” (1936), “Carta depoimento” (1948), “Depoimento de um arquiteto carioca” (1951), dentre outros escritos, em que defendia os elementos básicos da arquitetura modernista, baseados nos cinco pontos de Le Corbusier. A nova arquitetura deveria acompanhar as transformações técnicas e tecnológicas advindas com a industrialização, reconhecendo que essa nova arquitetura deveria ser resultado da união entre a cultura, tradição e técnica, e somente por meio dessa integração era possível construir uma arquitetura atual, e que pudesse ser considerada como própria do país, representando a identidade de uma comunidade ou nação. Por esses motivos, Costa foi considerado o profissional de maior prestígio no contexto carioca, juntamente com Oscar Niemeyer (Segre, 2013; Leonídio, 2007).

Oscar Niemeyer

Oscar Niemeyer Soares Filho (1907-2012)⁸⁶ nasceu na cidade do Rio de Janeiro e é considerado o maior expoente da arquitetura modernista no Brasil, em virtude da grande quantidade de projetos e de obras executadas e, por valer-se da liberdade formal proporcionada pela plasticidade que encontrou no concreto armado, que possibilitou a criação de grandes vãos, marquises orgânicas, cascas de formas livres, calotas e cúpulas semiesféricas. Seus projetos caracterizam-se: pela expressividade, por meio da maleabilidade escultural, que se opunham às limitações impostas pela história, caracterizadas pela geometria cartesiana; a iniciativa instintiva de criar ideias a partir da topografia brasileira e de elaboração de projetos de acordo com suas formas (Underwood, 2002, Mahfuz, 2010). Para Underwood (2002: 18), “a arquitetura de Niemeyer é antes de tudo uma vigorosa celebração do tropical e do erótico, das paisagens mágicas e do sensual modo de vida do Rio de Janeiro em que nasceu”.

⁸⁶ Após graduar-se em arquitetura em 1934, pela ENBA, Niemeyer trabalhou como estagiário de Lúcio Costa, que lhe rendeu o convite, em 1936, mesmo sendo um inexperiente projetista, a participar da equipe que elaborou o projeto do MES, que teve a consultoria de Le Corbusier. Niemeyer aproveitou ao máximo a presença do arquiteto franco-suíço, conseguindo assimilar e pôr em prática em seus projetos os cinco pontos de uma nova arquitetura, mas, também, compreender os métodos projetuais do desenho corbusiano e a liberdade de sua conceituação.

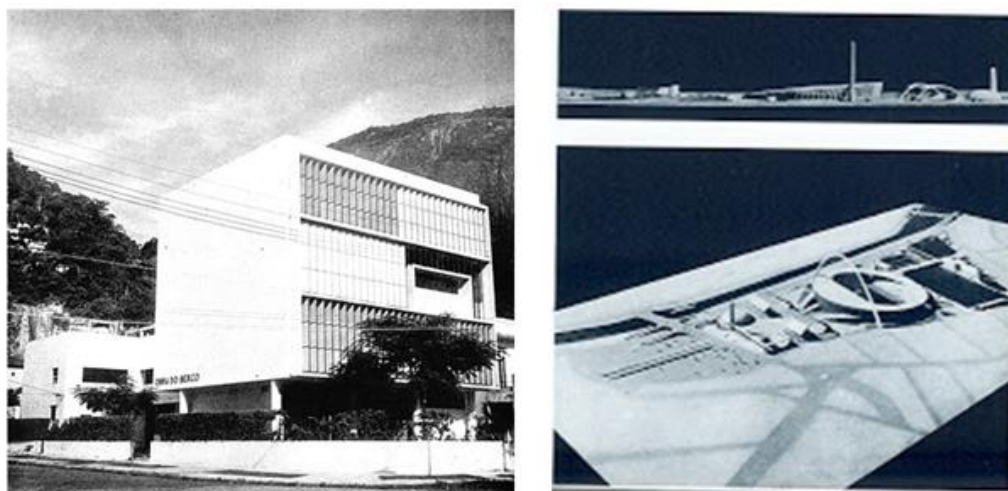


Figura 84. Obra do Berço (1937) e Maquete do Estádio Olímpico Nacional, atual Estádio do Maracanã (1941), projetos de Oscar Niemeyer. Fonte: www.niemeyer.org.br/obra/pro004 e Cavalcanti, 2001.

Os projetos de Niemeyer, para Bruand (2012 [1981]) giravam em torno de três pontos: a ideia de que o arquiteto não consegue modificar a sociedade, devendo dedicar-se a seu trabalho; recusa de todo tradicionalismo, buscando um novo vocabulário formal, através do surgimento de novos materiais; e, o reconhecimento da arquitetura como arte plástica.

As formas livres, integradas às ideias de Le Corbusier, fizeram das obras de Niemeyer uma fonte de inspiração, tanto para arquitetos formados no Brasil, como para os estrangeiros que aqui chegaram. Niemeyer construiu dezenas de prédios privados e públicos, a exemplo da Obra do Berço (1937)⁸⁷, Estádio Olímpico Nacional (1941), no Rio de Janeiro, o Palácio da Alvorada, em Brasília, (1956-1958), Catedral de Brasília (1958-1967), o Palácio do Itamaraty (1959-1967), Escola para Meninos (1946), dentre muitos outros.

Niemeyer não foi somente arquiteto de grandes obras públicas e privadas, também, foi responsável por projetos residenciais, a saber: a Casa de Oswald de Andrade (1938)⁸⁸; a Casa de Francisco Inácio Peixoto (1943) e a sua própria residência, a Casa das Canoas (1953) no Rio de Janeiro, onde explorou as possibilidades de novas formas e criou um vocabulário plástico original, revelado em sua planta baixa, no contorno da laje das coberturas e na integração da edificação a natureza envolvente, por meio das grandes superfícies envidraçadas (Mindlin, 2001 [1956]).

⁸⁷ Primeiro projeto executado de Oscar Niemeyer.

⁸⁸ Essa edificação não foi executada pelo fato de o arquiteto ter rompido laços com os proprietários.

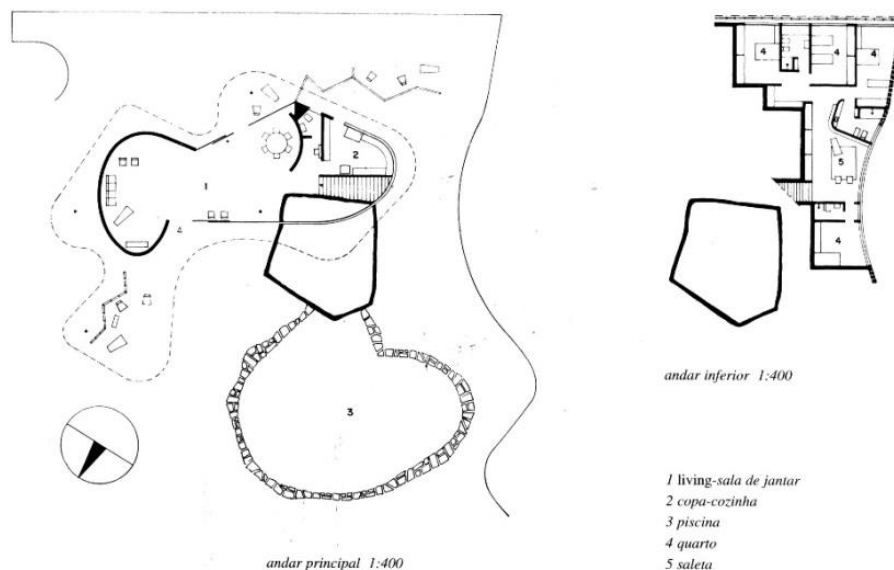


Figura 85. Planta baixa da Casa das Canoas, residência de Oscar Niemeyer (Niemeyer, Rio de Janeiro -RJ, 1953).
Fonte: Mindlin, 2001 (1956).

Sem dúvida, Niemeyer foi um dos grandes representantes da arquitetura modernista no Brasil, por ser responsável pela criação de uma linguagem própria e reconhecidamente brasileira.

Affonso Reidy

Affonso Eduardo Reidy (1909-1964)⁸⁹ ficou conhecido nacional e internacionalmente pelo projeto do conjunto residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Pedregulho (1952), e pelo conjunto residencial da Gávea (1954), ambos construídos na cidade do Rio de Janeiro na década de 1950, e que tiveram um forte viés social. O projeto do conjunto

⁸⁹ Nasceu em Paris. Graduiu-se em arquitetura na ENBA do Rio de Janeiro, em 1930. Neste mesmo ano, foi assistente de Gregori Warchavchik, no curso de arquitetura, até a saída de Lúcio Costa da direção dessa escola. Enquanto estudante, fez parte da Comissão do Plano Diretor do Rio de Janeiro, de Alfredo Agache (1929), na gestão do Prefeito Antônio Prado Junior (1926-1930). Em 1932, começou a trabalhar na Prefeitura do Rio de Janeiro, no setor de serviços de arquitetura e urbanismo, onde trabalhou por quase trinta anos, assumindo no decorrer dos anos, a chefia do setor de arquitetura, da seção de habitações populares e, por diversas vezes, a chefia do setor do serviço de urbanismo (Bruand, 2012 [1981]). Participou da equipe de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer no projeto do Ministério da Educação e Saúde - MES, em 1935, marco da arquitetura modernista no país.

residencial do Pedregulho ganhou o primeiro lugar na Exposição Internacional de Arquitetura da Primeira Bienal de São Paulo, em 1951 (Cavalcanti, 2001).

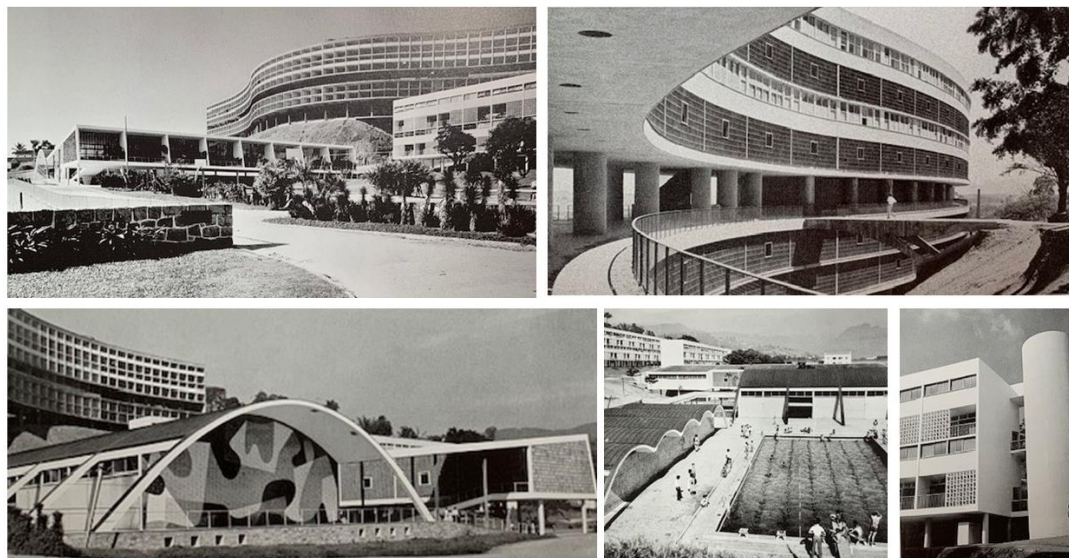


Figura 86. Conjunto Habitacional Pedregulho. (Affonso Reidy, Rio de Janeiro-RJ, 1952). Fonte: Andreoli e Forty, 2004.

O Projeto do Conjunto Residencial Pedregulho foi elaborado entre os anos 1946 e 1948, em um terreno de propriedade da prefeitura, localizado no Bairro do São Cristovão, na zona norte do Rio de Janeiro. O citado projeto fez parte das ações do Departamento de Habitação Popular (DHP)⁹⁰ do Distrito Federal, que tinha por objetivo construir conjuntos habitacionais para os funcionários públicos de baixa renda, para que estes habitassem perto de seus locais de trabalho (Mindlin, 2001[1956]).

Esses conjuntos apresentariam aos seus moradores uma nova forma de morar, mais social, autossuficiente e moderna, exercendo um caráter educativo, como defendia Carmen Portinho⁹¹, então diretora do DHP (Bonduki, 2014a). Com o projeto do Pedregulho, Reidy passou a ser referência fundamental da arquitetura modernista brasileira, principalmente em programas de habitação social, onde os aspectos funcionais foram devidamente

⁹⁰ O DPH foi instituído em 1946, na gestão de Carmen Portinho, que se terá inspirado nas ações de reconstrução de cidades britânicas, onde realizou visitas técnicas em 1945, e de onde trouxe o conceito de unidade de vizinhança (Segawa, 2014 [1998]). O DPH defendia a construção de conjuntos habitacionais em bairros consolidados, com amplas áreas públicas e equipamentos sociais (Bonduki, 2014a).

⁹¹ Carmen Portinho (1902-2002) foi a terceira mulher a formar-se em engenharia no Brasil, pela Escola Politécnica da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, em 1926. Foi diretora da FHP de 1948 a 1960. Criticava os projetos da Fundação da Casa Popular por considerar que as soluções habitacionais não supriam as necessidades contemporâneas (Bonduki, 2014a).

trabalhados, buscando a plástica e a eficácia, a exemplo de circulações diferenciadas para pedestres e veículos e, também, pela utilização de *brises* e *cobogós* com intuito de solucionar problemas de insolação, iluminação e ventilação.

Affonso Reidy teve por muito tempo sua imagem ligada a obras públicas, com programas diretamente ligados a preocupações sociais, e que lhe deram grande notoriedade. Mas a produção arquitetônica de Reidy foi bastante diversa, englobando prédios de escritórios, projetos de espaços culturais, como o Teatro Popular de Marechal Hermes (1950), e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1968), por exemplo, e residências para famílias de alta renda, onde se destaca a Casa de Carmen Portinho (1952), na estrada de Guanumbi, na cidade de Jacarepaguá, no Estado do Rio de Janeiro (Cavalcanti, 2001; Mindlin, 2001 [1956]).

A Casa de Carmen Portinho foi implantada num terreno bastante arborizado, sendo composta de dois volumes trapezoidais que são interligados por um pátio interno e uma rampa que segue a mesma inclinação da cobertura, em “asa de borboleta”, do primeiro bloco. Neste ficam localizados a garagem e o setor de serviço, construídos diretamente sobre o solo. No bloco social fica o escritório, a sala de estar e jantar, que estão integradas, a cozinha e o quarto, que são sustentados por altos e finos *pilotis* que se projetam sobre a floresta. As janelas horizontais permitem a visualização do mar e da floresta, possibilitando a integração da área externa com a interna.

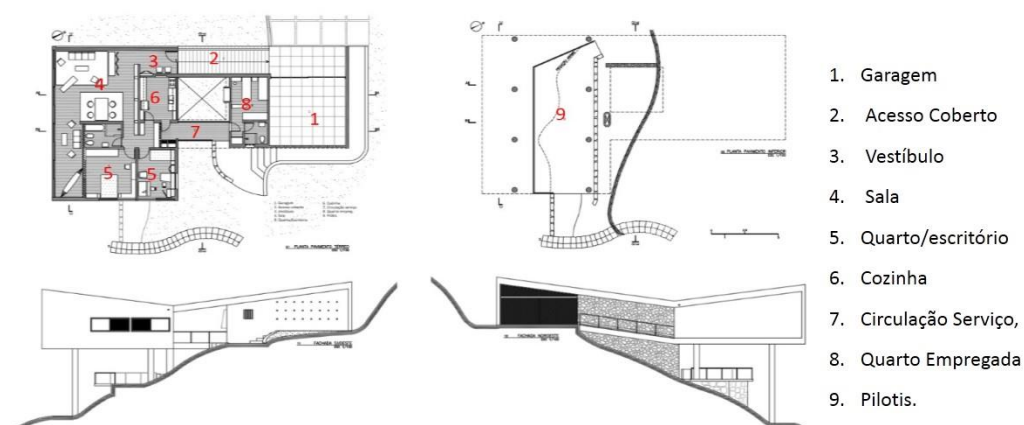


Figura 87. Fachadas e Planta baixa pavimento térreo e inferior da Casa Carmen Portinho. (Afonso Reidy, Jacarepaguá – RJ, 1952). Fonte: http://www.casasbrasileiras.arq.br/plantas/1-100_6-PORTINHO_A4.pdf

Affonso Reidy soube criar um estilo pessoal, onde trabalhou racionalismo, funcionalismo, o domínio da técnica construtiva e dos materiais, aliando-os a uma visão humanista da arte e da sociedade.

Em São Luís do Maranhão, a produção destes arquitetos influenciou a produção da arquitetura modernista. Essa linguagem modernista foi produzida entre as décadas de 1950 a 1980, e surgiu num período em que a economia maranhense se encontrava num estágio de letargia, tendo no extração do babaçu⁹² seu principal produto de exportação. O acervo dessa linguagem é pequeno e pulverizado pela cidade, mas trouxe uma renovação nas formas arquitetônicas, tendo nos edifícios institucionais, pertencentes às esferas pública e privadas, seus grandes difusores. Juntamente com as instituições vieram os clubes, as residências unifamiliares e multifamiliares e os cinemas.

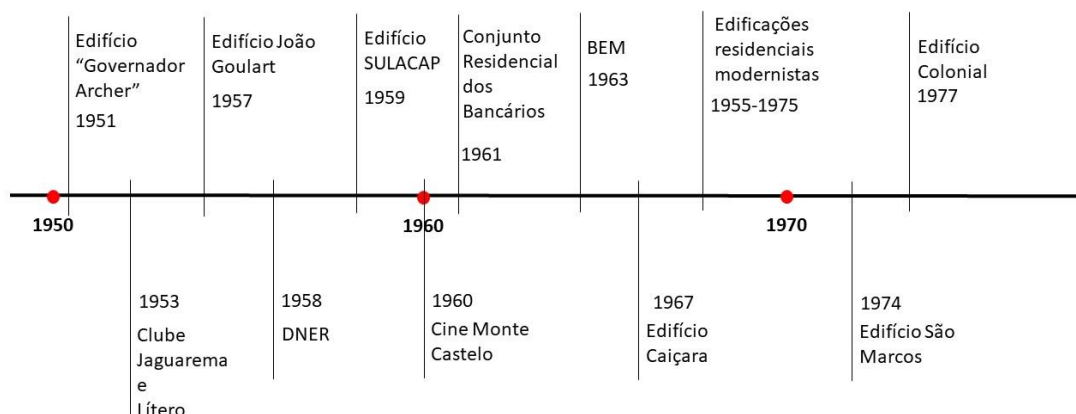


Figura 88. Linha do Tempo das principais edificações na arquitetura modernista, em São Luís do Maranhão. Fonte: autora, 2018.

Esse acervo foi projetado por arquitetos nascidos no Maranhão, que foram estudar arquitetura em outras capitais⁹³; ou, por arquitetos provenientes de outros estados, que vieram a São Luís, convidados para realizar projetos particulares, em instituições públicas ou privadas.

Alguns desses, após alguns anos, fixaram residência na cidade. Para Segawa (2014 [1998]), esses profissionais, que se deslocavam de uma região para outra, foram responsáveis pela

⁹² O babaçu é uma espécie da família das palmeiras, dotadas de frutos, os cocos, com amêndoas, que possui valor mercantil e industrial. Dessa amêndoa produz-se um óleo, de que se pode fabricar diesel, margarina, sabão, sabonetes e produtos para o setor de cosméticos. Sua extração é feita de maneira rudimentar, manualmente em um sistema caseiro tradicional e de subsistência, geralmente realizada por mulheres, as quebradeiras de cocos.

⁹³ Em 1993, foi iniciado o primeiro Curso de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Maranhão, na UEMA.

disseminação da arquitetura modernista pelo país, juntamente com a criação de escolas de arquitetura em várias regiões do Brasil⁹⁴.

O primeiro exemplar da linguagem modernista identificado em São Luís foi o Edifício Governador Archer, localizado num lote de esquina da Avenida Magalhães de Almeida. A proposta da edificação, segundo o *Jornal Pacotilha* (1951), era a construção de um edifício de uso misto, com dois pavimentos: o térreo seria ocupado com espaçosas salas de escritórios e consultórios médicos (serviços médicos e odontológicos), e o pavimento superior com três apartamentos, que seriam alugados para os funcionários do governo do Estado a preços acessíveis. O edifício foi construído pelo IPEM, contribuindo assim, para minimizar o problema habitacional existente na capital maranhense (Inauguração do Edifício Governador Archer, 1951). Em 1958, a edificação passou por uma reforma, ganhando um novo pavimento de habitações. Atualmente, encontra-se bastante descaracterizada.



Figura 89. Edifício Governador Archer. (Autor desconhecido, São Luís, 1951). Fonte: Jorge, 1950: 111.

⁹⁴ Até à década de 1960, existiam sete faculdades de arquitetura no país, localizadas nos Estados do Rio de Janeiro (ENBA, posteriormente tornou-se Faculdade Nacional de Arquitetura no Brasil), São Paulo (Universidade Presbiteriana Mackenzie e Escola Politécnica na USP); Minas Gerais (Escola de Belas Artes); Rio Grande do Sul (Universidade de Porto Alegre), Pernambuco (Escola de Belas Artes de Pernambuco) e na Bahia (Escola de Belas Artes de Salvador) (Segawa, 2014 [1998]).

A arquitetura modernista em São Luís, também, esteve presente nos grandes clubes, voltados para as atividades sociais, recreativas e desportivas. Foram eles: o Clube Jaguarema (1953) e o Grêmio Líteo Recreativo Português (1953)⁹⁵, ambos localizados no bairro do Anil, que vieram juntar-se ao Casino Maranhense⁹⁶. Os citados clubes tinham o propósito de oferecer diversão aos seus sócios, por meio das quadras poliesportivas, campos de futebol e piscinas. Por muito tempo, esses espaços foram os principais locais de lazer da sociedade ludovicense, onde aconteciam os grandes bailes de carnaval, das décadas de 1970 a 1980, e as festas da alta sociedade. Com o passar dos anos, esses clubes de lazer foram ficando subutilizados pela facilidade de acesso às praias⁹⁷ e pela construção de grandes condomínios dotados com áreas de lazer, contribuindo, assim, para o seu fechamento, ocasionado a sua ruína e desaparecimento nas primeiras décadas do século XXI.



Figura 90. Clube Jaguarema (a,b) e Grêmio Líteo Recreativo Português (c, d). Fonte: Arquivos MAVAM (a,d) e <https://oimparcial.com.br/cidades/2016/07/a-decadencia-dos-clubes-que-foram-points-da-alta-sociedade/>

As instituições públicas ou privadas, também foram responsáveis pela disseminação da arquitetura modernista, como foi o caso da Sede do SESC-SENAC (1959), Edifício João Goulart

⁹⁵ Fundado por portugueses que moravam na cidade, tendo a sua primeira sede, a social, datada de 1931, localizada no centro histórico.

⁹⁶ O Casino Maranhense foi o primeiro clube da cidade, fundado em 1912. Atualmente, sedia um órgão público, o Viva Cidadão.

⁹⁷ A construção das pontes sobre os Rios Anil e Bacanga (Ponte Caratatiua – 1968; Ponte José Sarney-1970; Barragem do Bacanga – 1973 e Ponte Bandeira Tribuzi-1985) permitiu o crescimento da cidade para a área litorânea.

(1957), Departamento de Estradas de Rodagem - DNER (1958) e Sul América capitalização - SULACAP (1959).

A Sede do SESC-SENAC⁹⁸ do Maranhão foi construída entre a Biblioteca Pública e o Liceu Maranhense, próximo à Praça Deodoro, fazendo parte do projeto de modernização e ampliação de construção de uma rede de centros de atividades destinadas à educação, cultura, lazer e assistência, iniciado entre 1952 a 1957. Essa edificação foi construída num terreno doado pela Prefeitura Municipal de São Luís, e teve a sua pedra fundamental lançada no dia 30 de outubro de 1957, sendo inaugurada no dia 19 de setembro de 1959.

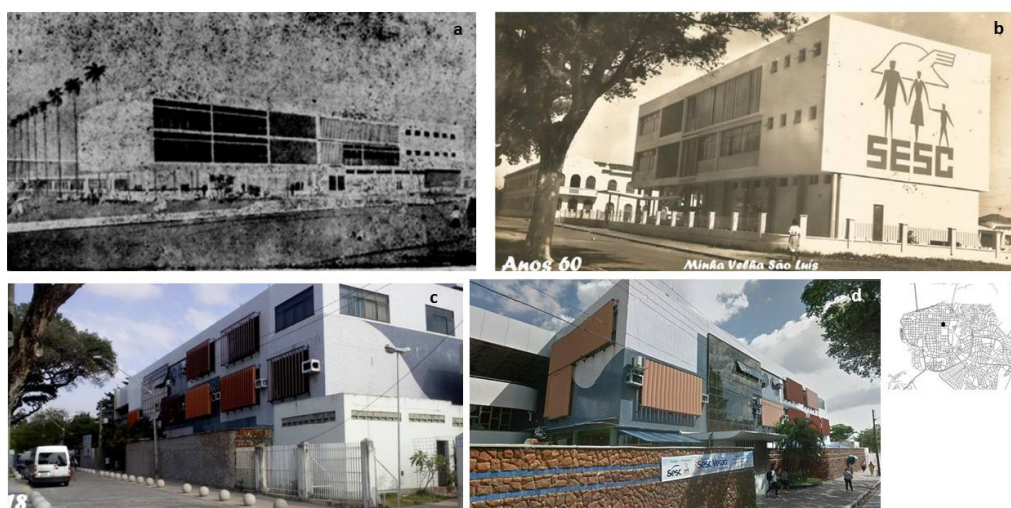


Figura 91. Sede do SESC-SENAC Centro: (a) Modelo projeto (1957), (b) Fachada em 1960 ao fundo o Liceu Maranhense, (c, d) Fachadas em 2018. Fonte: Sede do Centro SESC-SENAC, 1957 (a); Site Minha velha São Luís (b,c); Google street view, 2018 (d).

A proposta foi a construção de um edifício horizontal em concreto armado, num terreno de aproximadamente 3 mil metros quadrados, ocupando uma área de 426 m², onde foi possível identificar princípios da arquitetura de Le Corbusier: o uso de estruturas independentes, os pilotis, que funcionariam como elemento de ligação entre o ambiente público e privado, as fachadas apresentavam grandes vãos envidraçados (*fenêtre en longueur*) que receberam brises verticais de modo a proteger as mesmas das incidências dos raios solares. A fachada oeste apresenta uma empena cega. Posteriormente, o terreno recebeu quadras

⁹⁸ O Serviço Social do Comércio – SESC e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC são instituições nacionais mantidas por empresários do ramo comercial, criadas por meio de Decreto Lei nº 9.853 de 13 de setembro de 1946, pelo então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra.

poliesportivas, mas o referido projeto sofreu várias alterações, como a reformulação interna dos espaços. Nas fachadas percebe-se a inserção de novos vãos, a colocação de cortina de vidro e de brises verticais (sacados). A área construída foi ampliada com a construção das quadras poliesportivas.

A partir da segunda metade da década de 1950, começaram a surgir em São Luís, os primeiros edifícios em altura, que viriam modificar a paisagem da capital maranhense, pois romperam com a horizontalidade homogênea que predominava na cidade até à metade do século XX. A ideia de modernização da cidade já estava presente no ideário de várias pessoas, inclusive de intelectuais, bem antes da construção dos primeiros “arranha-céus”, como se pode verificar no jornal *Diário do Norte* de 1939:

Quase todas as capitais brasileiras estão obedecendo à nova divisa lançada pelos urbanistas americanos: - Para o alto! E os arranha-céus aparecem nessas cidades, na sua imponência de “elefantes cinzentos”, como foram alcunhadas pelo vulgo. [...] Hoje S. Luís, em vez de construir para o alto, contraria o lemma do urbanismo actual: constrói uns casinhotos marca jaboty ou seja - bangalô agachado...Contentemo-nos com imaginar o largo do Carmo, no anno 2.000, cercado de arranha-céus. Até lá, provavelmente, a cidade se lembrará de que precisa acompanhar a marcha do progresso, caso não queira continuar enkystada nos seus aspectos coloniaes (*Diário do Norte*, 1939: 08).

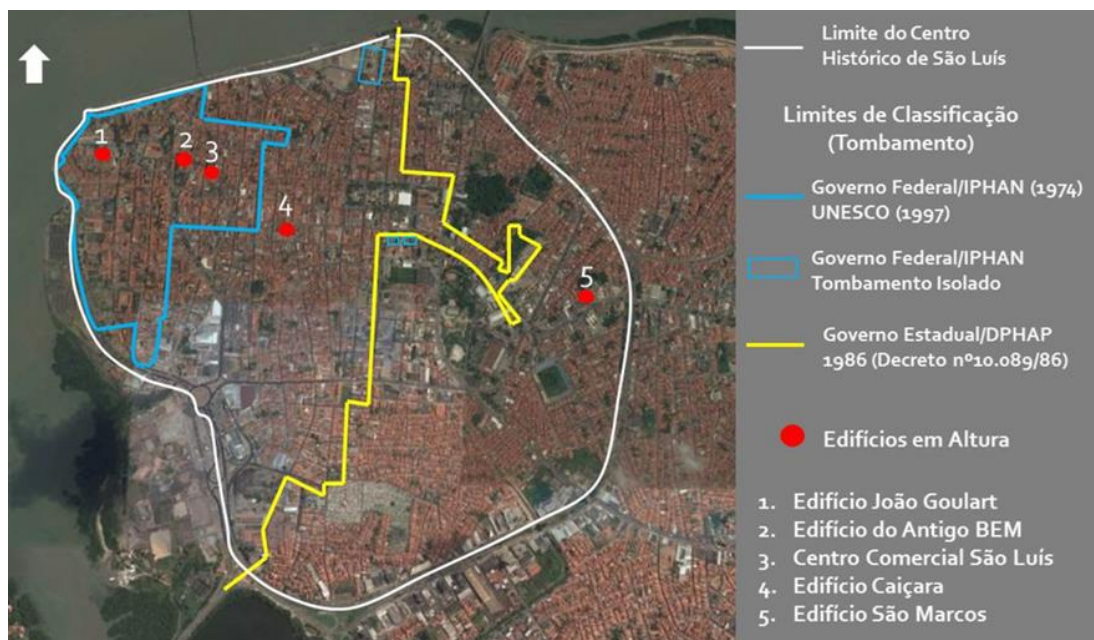


Figura 92. Localização dos edifícios em altura até a década de 1980 em São Luís. Fonte: autora, 2017.



Figura 93. Vista dos edifícios em altura até a década de 1980 em São Luís. Fonte: autora, 2017.

Os anseios pela verticalização não foram concretizados para a cidade, o que contribuiu para preservação do acervo colonial português. Os edifícios em altura que se destacaram na cidade foram os institucionais, como o Edifício João Goulart (1957) e o Edifício do Antigo Banco do Estado do Maranhão – BEM (1963), os de habitação multifamiliar, o Edifício Caiçara (1967) e o São Marcos (1974) e o Centro Comercial de São Luís, o Edifício Colonial (1977).

O primeiro arranha-céu da capital maranhense foi o Edifício João Goulart. Este foi construído num terreno onde funcionou a antiga administração dos CORREIOS, e que foi doado para o IAP's no dia 3 de novembro de 1952, através da Lei nº 444 de 28 de dezembro de 1950 (IPHAN, 2009). O projeto original dessa edificação foi de autoria da divisão de engenharia do IAPI, datado de 1957, e coube ao arquiteto Pedro Alcântara o acompanhamento da obra. A construtora responsável pela execução deste projeto foi a Caiçara, do Estado do Ceará, a mesma construtora do Edifício Caiçara (Lopes, 2008; Barros, 2001). O Edifício João Goulart apresenta 6.000 m² de área construída num terreno de aproximadamente 720 m², sendo formada por dois volumes bem definidos, uma torre com sete pavimentos e uma base retangular com 4 pavimentos; sem contar com os dois subsolos existentes, totalizando 13 pavimentos, e também a cobertura.

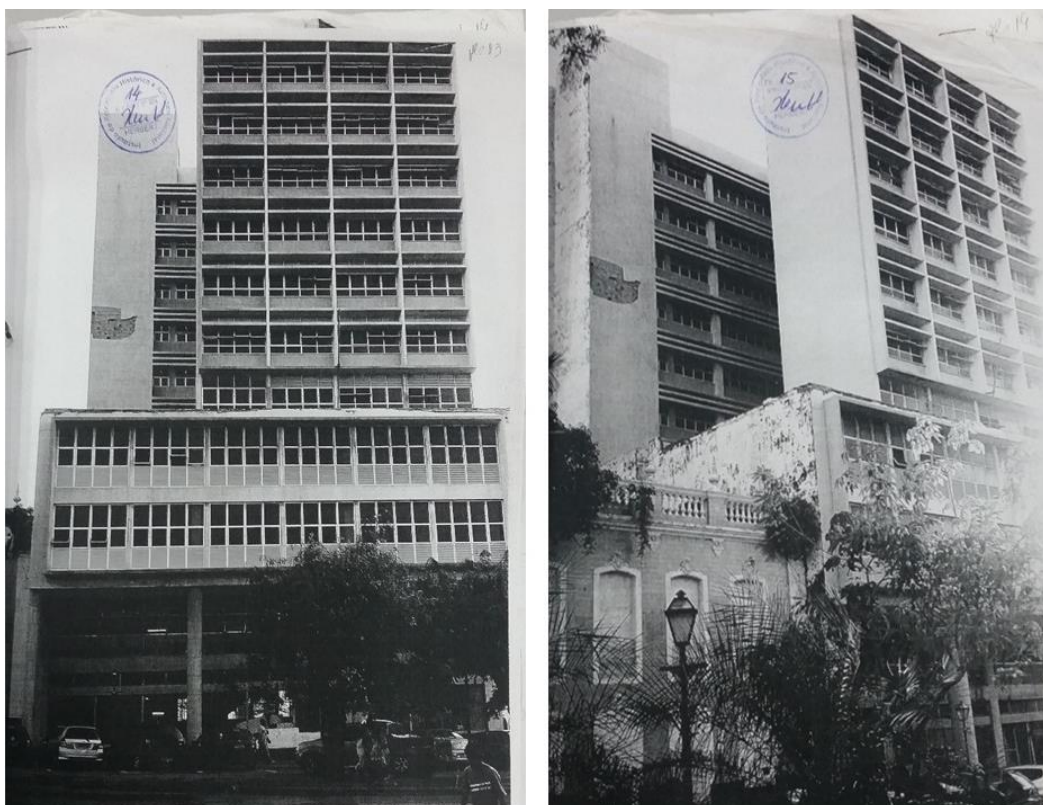


Figura 94. Edifício João Goulart. (Divisão de Engenharia do IAPI, São Luís, 1957) Fonte: IPHAN, 2009.

O edifício João Goulart apresenta pilotis, no piso térreo, que tinham a função de criar uma área de acolhimento, um local de chegada protegido junto à porta de entrada da edificação. A planta livre aparece em todos os pavimentos, possibilitando que o layout interno pudesse ser modificado com facilidade, sem alterar a estrutura da edificação. Algumas das fachadas apresentam-se livres de comprometimento estrutural, o que possibilitou a utilização máxima dos vãos; com isso o limite do interior e do exterior se dissolve e a paisagem circundante invade a arquitetura. Para minimizar os efeitos dos raios solares nas fachadas foram utilizados *brise-soleil* em concreto armado. Contudo, esta edificação encontra-se abandonada há mais de vinte anos. Atualmente, este imóvel passa por reformas para abrigar secretarias e órgãos do governo do estado.

O Edifício do Antigo Banco do Estado do Maranhão – BEM (1963) foi construído com estrutura metálica, e possui sua fachada principal com grandes janelas horizontais de vidro e linhas simples e retas. Inicialmente pensado para ter 6 pavimentos, o edifício do BEM foi construído com 12 pavimentos, contando com o subsolo, de maneira a acompanhar a tendência nacional de construções de arranha-céus que começaram a surgir nas principais

A planta livre do BEM nos remete a fachadas independentes da estrutura, a fachada livre, o que permitiu a utilização de janelas em fita, que abrangia quase toda a extensão da fachada e contribuiu para uma relação desimpedida com a paisagem.

No último pavimento, um pouco menor que o pavimento tipo, funcionou um restaurante, que na década de 1970, foi bastante frequentado, possuindo um pequeno terraço que possibilitava observar o centro histórico e a cidade nova (LOPES, 2008). Esse restaurante foi desativado na década de 1980, sendo utilizado com Call Center do Banco na década de 1990 até à desativação total deste banco.

A cobertura funciona como um terraço jardim, de acordo com os preceitos de Le Corbusier, de ser um local de convívio social. Inicialmente o acesso a esse espaço era por meio de uma escada de marinheiro, sendo posteriormente substituída por uma de estrutura metálica para facilitar o acesso aos visitantes que vinham contemplar a paisagem.



Figura 96. Fachadas do Edifício do Banco do Estado do Maranhão (Autor desconhecido, São Luís, 1963). Fonte: autora, 2015.

Em relação aos edifícios multifamiliares da arquitetura modernista, estes começaram a surgir na cidade a partir da década de 1960, a exemplo do Edifício Caiçara (1967), e posteriormente,

em 1974, com o Edifício São Marcos. As referidas construções foram as primeiras edificações residenciais da cidade, com mais de seis pavimentos.

O Edifício Caiçara (1967) possui dez pavimentos, sem contar com o subsolo e o terraço. No pavimento térreo, encontram-se a recepção, o elevador social e de serviço, escadas de acesso aos apartamentos e garagem, e a galeria onde ficam as dez lojas e o acesso à administração, onde funciona a sala do síndico. O corredor de acesso às lojas funcionava como um espaço público que se interligava à Rua de São Pantaleão. Hoje, nesse ambiente, encontram-se vários stands de vendas.



Figura 97. Fachadas do Edifício Caiçara (Equipe da Construtora Caiçara, São Luís, 1967). Fonte: autora, 2017.

No segundo pavimento encontramos as sobrelojas e a administração. Do terceiro ao oitavo pavimento ficam as 48 unidades residenciais, ou seja, seis por andar. Esses apartamentos apresentam áreas que vão de 97 m² (apartamentos do bloco central) e 102 m², nos blocos laterais. Os apartamentos possuem uma setorização bem clara: área social, privativa e de serviços. O setor social é composto pela sala de estar, que fica integrado com a sala de jantar, e interliga-se com a cozinha e circulação que dá acesso ao setor privativo; o setor privativo apresenta três quartos, uma preocupação do modernismo com a individualidade de cada morador, disponibilizando um quarto para cada habitante. Neste setor existe um banheiro, que pode ser utilizado por visitantes, caso seja necessário. Percebe-se que nos dois

dormitórios que se encontram ao fundo do apartamento apresentam armários embutidos, o que revela uma preocupação com o layout do ambiente; o setor de serviço engloba a cozinha, a área de serviço que compreende a lavanderia, quarto e banheiro de empregados.

No último pavimento encontra-se o quarto do zelador (sala, quarto, cozinha e banheiro), o terraço, o salão de festas, que funciona como academia, o depósito do salão de festas e lavatórios masculino e feminino. Apesar desse pavimento apresentar vários ambientes, nota-se o aproveitamento da área de cobertura como espaço de convívio social, o que nos remete aos cinco pontos de uma nova arquitetura de Le Corbusier, o terraço jardim.

Ao analisar as plantas, verifica-se a existência da segregação social, através da separação de acessos entre patrões e empregados, por meio de elevador social e de serviço, e acesso aos apartamentos. Desse modo, a separação social/serviço apresenta o aspecto “morar” da modernidade, mostrando na arquitetura habitacional a grande desigualdade socioeconômica existente no Brasil.

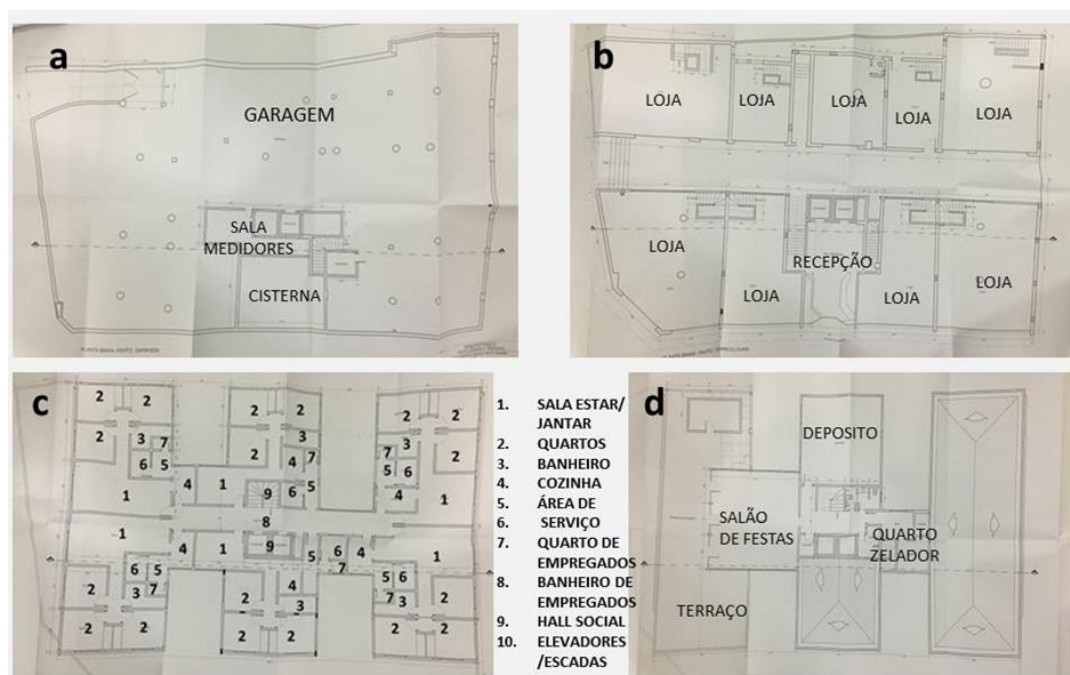


Figura 98. Edifício Caçara (Equipe da Construtora Caçara, São Luís, 1967): Plantas baixas do Subsolo (a), Térreo (b), Pavimento-tipo (c) e último pavimento (d) - Salão de Festas. Fonte: Administração do Condomínio Edifício Caçara, 2016.

Consideradas os primeiros arranha-céus, as citadas construções caracterizaram o ápice da modernidade da cidade, pois materializaram a transformação das técnicas – novas maneiras de fundir o ferro, novas práticas de laminação de madeira e estruturas metálicas e a

fabricação de placas de vidros maiores – e dos materiais – como o ferro, o aço e o concreto armado – que possibilitaram a construção nas alturas, contribuindo para que as edificações ultrapassassem os limites definidos pelas alvenarias tradicionais (Vaz, 2002).

Outra edificação institucional da arquitetura modernista, foi o edifício SULACAP, empresa privada, inaugurado em São Luís, em 1959, sendo a décima edificação dessa empresa no país⁹⁹. A proposta do projeto SULACAP era colocar 32 salas, distribuídas nos quatro pavimentos superiores e, no térreo, ficariam localizadas duas lojas amplas, com o intuito de receber estabelecimentos comerciais ou outras atividades que pudessem ser realizadas nesses espaços.

Acaba a Sul América Capitalização de entregar a esta capital o belo “EDIFÍCIO SULACAP”, situado no nº 356 da rua Joaquim Távora, o qual, pelas suas modernas linhas arquitetônicas, a que se aliam sólida construção, e instalações de primeira ordem, é sem dúvida, valiosa contribuição para o progresso do maior centro urbano maranhense (Ganhou São Luís um “Edifício Sulacap”, 1959).

A fachada do Edifício SULACAP, com linhas nítidas e sóbrias, estava em harmonia com a simplicidade da estrutura, e as janelas foram recuadas com a intenção de protegê-las da incidência de raios solares. As plantas são livres, permitindo a livre distribuição do lay out.

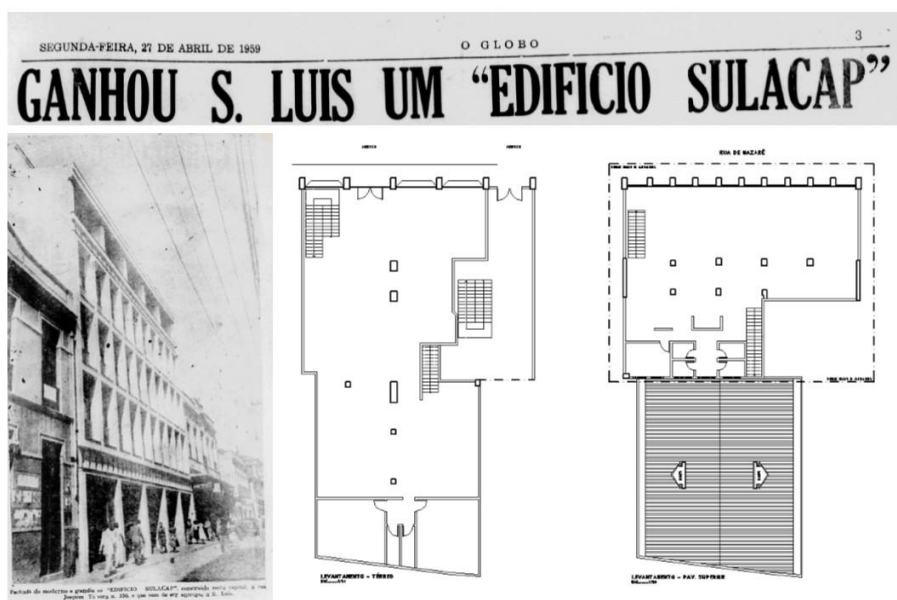


Figura 99. Edifício Sulacap (Autor desconhecido, São Luís, 1959): vista da fachada e plantas baixas do térreo e pavimentos superiores. Fonte: O Globo, 1959 (fachada) e arquivo pessoal Walber Filho (plantas).

⁹⁹ Já existia na Capital Federal, São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte (MG), Santos (SP), Niterói (RJ), Curitiba (PR) e Juiz de Fora (MG).

Em relação às habitações unifamiliares, estas começaram a surgir na paisagem de São Luís a partir da segunda metade da década de 1950, em construções de até dois pavimentos, sendo projetadas por arquitetos provenientes de outros estados do Brasil, que aqui chegaram e passaram a divulgar a arquitetura modernista, através de inúmeros projetos residenciais, que seguiram a linha racionalista - ligados às ideias de Le Corbusier, Mies van der Rohe e Walter Gropius - ou os que seguiram a linha orgânica, voltados para as propostas de Frank Lloyd Wright.

Os projetos da linha racionalista, ou do estilo internacional, apresentavam aspectos abstratos, com a utilização do concreto armado como sistema construtivo, jogos de volumes simples, com linhas retas e com telhados não aparentes, geralmente em telha de fibrocimento, escondidos por meio de plantibanda. Encontram-se ainda as edificações com coberturas com o modelo em asa de borboleta.



Figura 100. Habitação Unifamiliar modernista (Praça Duque de Caxias) de autoria de Cleon Furtado (1959). Fonte: autora, 2017.

Essas características podem ser observadas nos projetos do arquiteto Cleon Furtado, nascido em São Luís, mas que cursou arquitetura na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, no período de 1950 a 1955. Cleon Furtado, em seus projetos, primava pela proporcionalidade, funcionalidade e simplicidade. Em São Luís, projetou cerca de 16 edificações modernistas no período de 1959 a 1985.

Outra residência modernista encontrada em São Luís é a casa da Avenida Getúlio Vargas Nº 41, de arquiteto desconhecido, datada de 1954, de propriedade na época do Capitão do Exército Brasileiro José Costa Ferreira Belchior, que hoje funciona como clínica de fisioterapia.



Figura 101. Residência Nº 41, na Avenida Getúlio Vargas (Autor desconhecido, 1954) – Vista externa em 1956
Fonte: www.facebook.com/minhavelhasãoluis.



Figura 102. Residência Nº 41, na Avenida Getúlio Vargas (Autor desconhecido, 1954) – Vista externa em 2016.
Fonte: autora, 2016.

A edificação Nº 41 encontra-se num terreno com o declive de mais de um metro e meio em relação à Avenida Getúlio Vargas, apresentando uma leitura horizontal com implantação cartesiana no centro do terreno, com dois acessos, um pedonal e um de veículos, que dividia espaço com o quintal da casa. A proposta consistia na construção de uma habitação unifamiliar, composta de uma edificação instalada num lote de formato poligonal de aproximadamente 723 m². O projeto arquitetônico apresentava, na época de sua construção, a forma aproximada de uma letra “C”, um pouco desfigurada. O acesso pelo jardim da edificação se dá por uma pequena escada, ligando a varanda, que é coberta por uma laje plana, apoiada por sete pilares de secção circular, que dão à fachada uma composição estética diferenciada. Varanda esta que tem a função de proteger a residência dos fortes raios solares do período vespertino, e, permite o acesso ao *living room* com o formato em “L”, que abriga a sala de estar e jantar.

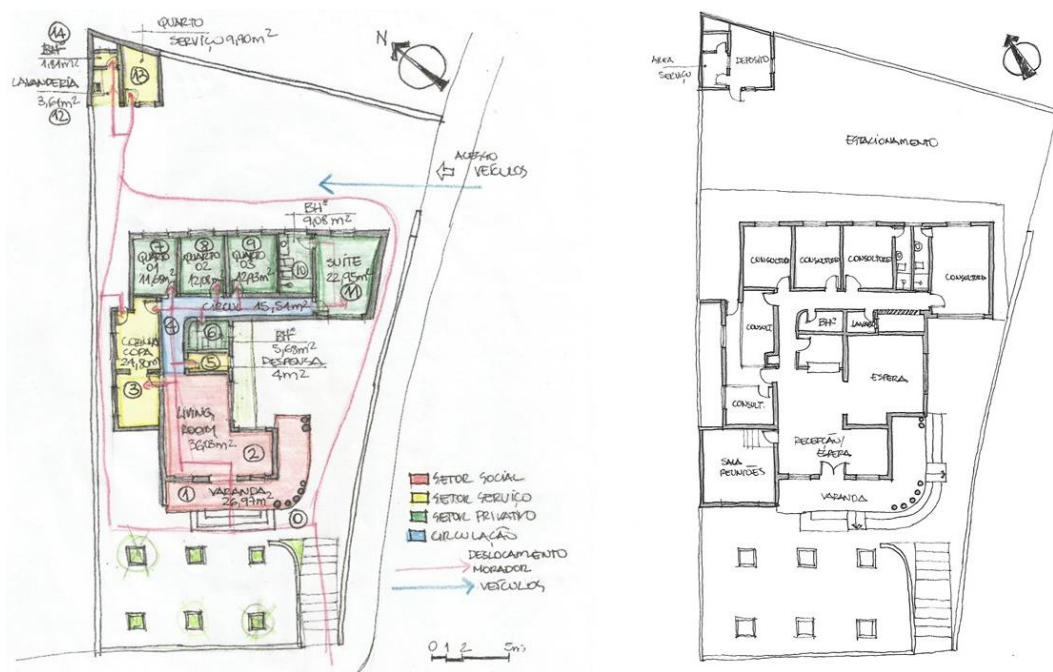


Figura 103. Planta baixa da Residência Nº 41 em 1956 e 2016. Fonte: autora, 2016.

O programa da Residência Nº 41 era singelo e obedecia a um zoneamento bem definido, não existindo misturas de funções nos setores sociais, privativos e de serviço. O setor social é composto pela varanda, que leva o morador ou visitante ao *living room*. Esse ambiente tem conexão com o setor de serviço, copa e cozinha, e para a circulação; esta apresentando formato linear, interligando a despensa ao setor privativo, que se encontrava bem

resguardado, sendo formado por um banheiro e quatro quartos, dentre eles, uma suite com banheiro.

Em relação aos projetos arquitetônicos modernistas da linha orgânica, destaca-se a Residência da Rua dos Pinheiros Nº 17 (1972), no bairro do São Francisco, de autoria do arquiteto Abelardo Moreira do Nascimento (1931)¹⁰⁰. Esse projeto enquadra-se nessa linha por buscar a integração da edificação com os elementos externos, o jardim, por meio de cobogós e elementos vazados. Outro ponto foi a utilização do tijolo aparente, como paredes estruturais e de vedação, dando à construção um aspecto de rusticidade. Além da cobertura em laje, com pouca inclinação. Essa laje foi coberta com telhas cerâmicas, com o intuito de minimizar os custos com impermeabilização.



Figura 104. Vistas exteriores da Residência Nº 17. Fonte: autora 2019.

Esta residência encontra-se inserida num lote urbano amplo, de meio de quadra, de 576 m² (24x24 metros). Este projeto apresentava uma área construída de 270,90 m². A proposta era que a edificação ficasse implantada longitudinalmente e no centro do lote.

Os setores social, íntimo e de serviço eram rigorosamente distribuídos em volta do jardim interno, que funciona como centro espacial da casa. Durante a execução, alguns ambientes foram suprimidos, como a varanda, sala de estar e garagem, o que acarretou na diminuição

¹⁰⁰ Formado pela Universidade Federal de Pernambuco.

da sua área construída para 186,90 m². Com o passar dos anos foi construída uma edícula, ao fundo do lote, para receber parte do setor de serviço, banheiro e quarto de empregados e a lavanderia, além da garagem e a piscina, construídas no afastamento lateral esquerdo do terreno.

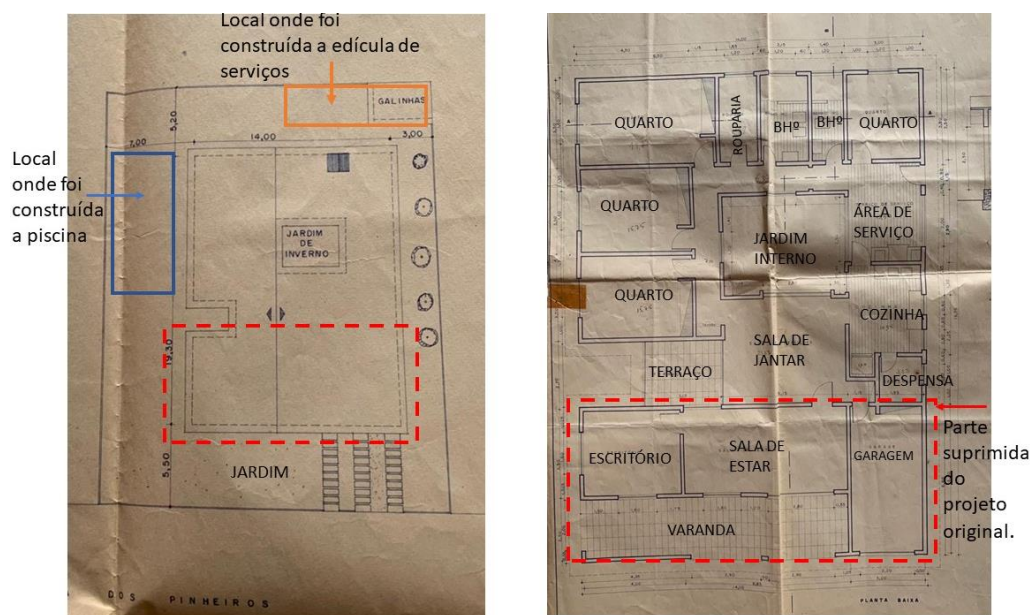


Figura 105. Projeto original da Residência Nº 17. Fonte: arquivo pessoal do arquiteto com sobreposição da autora.

A arquitetura modernista ludovicense firmou-se até ao início da década de 1980, quando começaram a surgir as edificações brutalistas e as contemporâneas, que foram sendo construídas além do Rio Anil com a construção das pontes, contribuindo para o surgimento de novas centralidades.

Observa-se que as edificações institucionais e residenciais se apropriaram de elementos da arquitetura modernista, como usos de formas simples, aliadas às janelas horizontais, em maior número nas edificações institucionais, platibandas, marquises e a utilização de cobogós. Observa-se, também, que a arquitetura modernista ludovicense apresenta algumas singularidades, a saber, que as janelas em vidro foram substituídas pelas de madeira e veneziana, em decorrência do clima tropical húmido e das altas temperaturas predominantes na cidade.

1.5. Síntese do Capítulo

Iniciou-se o capítulo com a definição das diversas variações do termo moderno e percebeu-se que o mesmo é um termo atemporal, transitório, podendo estar presente em diversas etapas da história da sociedade: o que é moderno hoje, será passado amanhã. Trata-se de uma definição que carrega o significado da existência de algo novo, e esse novo está ligado a uma atualização cultural.

O moderno resulta do que chamamos de modernidade, que não é um estilo, mas uma abordagem cultural que penetrou em todas as regiões do mundo, sendo expressa em uma variedade de formas (Moreira, 2016).

O modernismo, outro conceito apresentado, esteve associado aos movimentos literários, religiosos e culturais, e representou o momento em que a arquitetura modernista surgiu.

Caminhando em paralelo com os conceitos citados anteriormente, temos a modernização, que esteve estritamente relacionada aos avanços técnicos e tecnológicos provenientes da revolução industrial. Sabe-se que a produção arquitetônica moderna foi resultado de uma era marcada pelo surgimento da industrialização, da ciência, de novas tecnologias, da produção em massa, do crescimento desordenado das cidades, do aperfeiçoamento dos meios de transportes, de novas democracias, de novas demandas e de novas tipologias de edificações.

A produção arquitetônica moderna, que será trabalhada nessa tese, não deve ser confundida com a arquitetura produzida pelo movimento moderno, a que denominamos arquitetura modernista; esta faz parte da produção arquitetônica moderna do século XX, mas não será a única linguagem pertencente a essa produção. Essa produção envolve diferentes linguagens que foram construídas ao longo do século XX: eclética, neocolonial, *Art Déco* e arquitetura modernista.

A fase inicial da produção arquitetônica moderna caracteriza-se por releituras de linguagens do passado, pelos revivalismos, como foi o caso do ecletismo e do neocolonial, passando posteriormente pela geometrização das fachadas implementadas pelo *Art Déco* e, por último, pelo jogo de volumes e funcionalismo e ainda pelo abandono da ornamentação da arquitetura modernista. Tal produção arquitetônica fez uso de materiais e técnicas

construtivas advindas da industrialização e buscava uma renovação das estruturas das edificações.

As primeiras manifestações da arquitetura eclética que chegaram ao Brasil, tiveram seus primeiros exemplares no final do século XIX, estendendo-se praticamente até à década de 1940. A arquitetura eclética foi trazida por arquitetos estrangeiros que seguiam os modelos de construção que estavam em voga na Europa, principalmente, os modelos franceses. A arquitetura eclética que chegou ao século XX apresentava um novo modelo de implantação, onde a habitação se solta dos limites do lote, e uma nova forma de morar, a francesa, caracterizada pelo zoneamento de áreas (social, privativa e de serviços), modelo que se estendeu até aos dias atuais em muitas habitações.

Caminhando juntamente com a arquitetura eclética, surgiu a arquitetura neocolonial que, como, mais tarde, a modernista, almejava uma arquitetura genuinamente brasileira, sem pastiches ou influências estrangeiras. Mas, os defensores do neocolonial, diferentemente dos modernistas, buscaram aliar tradição com renovação e fizeram uso de elementos da arquitetura tradicional portuguesa na sua composição; no entanto, fazendo já uso das novas técnicas construtivas e soluções espaciais trazidas com a industrialização. A planta baixa, por exemplo, apresentava o modelo tripartido trazido pela arquitetura eclética.

O ecletismo em São Luís não teve a força da *Belle Époque* de outras capitais brasileiras, aí possibilitada por ciclos econômicos do café ou da borracha. As primeiras construções ecléticas caracterizaram-se por sobreposições de elementos decorativos nas fachadas de edificações coloniais, ou seja, a modernidade encontrava-se somente no invólucro externo. Característica essa que, também pode ser vista nos primeiros exemplares da arquitetura neocolonial e *Art Déco*.

Conforme já mencionado, o *Art Déco* surgiu na década de 1920 e suas características estiveram ligadas aos movimentos artísticos como o cubismo, o futurismo, abstracionismo, por utilizar em sua composição formas geométricas e escalonadas. Inicialmente, o *Art Déco* teve como grande divulgador e difusor a Empresa de Correios e Telégrafos.

O *Art Déco*, o eclético tardio e o neocolonial conviveram juntos antes da afirmação da arquitetura modernista, e não conseguiram se consolidar como solução arquitetônica da

época, caracterizando-se como uma tendência momentânea utilizada pela burguesia e demais segmentos sociais devido à grande vinculação nos meios de comunicação de massa.

A arquitetura modernista teve seu grande ápice no período entre guerras, e foi abraçado pelo Governo Federal que, na época, estava sob o comando de Getúlio Vargas, que fez das obras modernistas um cartão de visitas de sua gestão, principalmente através dos concursos públicos para as novas sedes dos ministérios, a exemplo do prédio do MES. Os primeiros exemplares da arquitetura modernista no Brasil foram produzidos por arquitetos estrangeiros que aqui residiam ou que foram estudar no exterior e montaram seus escritórios nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Mas, foram os brasileiros formados na ENBA, capitaneados por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, os responsáveis por uma arquitetura modernista genuinamente brasileira, iniciada na década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder.

A princípio, a arquitetura modernista não ocasionou uma imediata realização de uma liberdade formal e nem um completo abandono do passado colonial. Assim, a liberdade formal apresentou-se ao mundo por Oscar Niemeyer, ao usar da plasticidade proporcionada pelo concreto armado, juntamente com elementos que remetiam ao passado colonial, a exemplo dos painéis azulejados e as treliças, criando um diferencial na arquitetura modernista brasileira.

Percebem-se algumas similaridades entre as distintas linguagens. Com relação à implantação, as edificações ecléticas, neocoloniais e da arquitetura modernista desprendem-se dos limites dos lotes, surgindo os jardins que possibilitaram o aumento da entrada de ar e luz na construção, mas, também, ressaltaram a edificação dentro da paisagem urbana, fazendo com que os projetos tivessem uma preocupação estética com todas as fachadas da edificação. Nas edificações da arquitetura modernista, ainda nos remetendo à implantação, os afastamentos estiveram ligados à continuidade espacial entre a área interna e externa por meio da utilização de grandes panos de vidro; já, nas edificações em *Art Déco*, observa-se a manutenção dos imóveis sob a testada do lote, com inovações nos lotes de esquina.

Quanto às fachadas, surgiram as platibandas, cuja proposta era de modernizar as edificações e esconder os telhados, podendo ser, na linguagem eclética, cheias ou vazadas, com coruchéus, pinhas e pináculos; na linguagem neocolonial foram recortadas com detalhes em

telhas capa e canal, podendo apresentar detalhes em azulejo. Na linguagem *Art Déco* ganham as formas escalonadas, recebendo, em alguns casos, tipografias; e, na arquitetura modernista, com linhas retas, sem qualquer elemento decorativo, podendo funcionar para esconder a cobertura ou servir como guarda corpo para o terraço jardim.

Com a relação à volumetria, observou-se que as edificações ecléticas, neocoloniais e as *Art Déco* apresentam volume único, com a predominância de cheios sobre os vazios, diferenciando-se nas alturas em decorrência dos planos dos telhados ou pelo escalonamento das platibandas, no caso do *Art Déco*. Já, na arquitetura modernista existia a união de volumes simples e puros, com a predominância de vazios sobre cheios, além da utilização de elementos vazados, como cobogós, e de *brises soleils*.

No que diz respeito à espacialidade interna, percebe-se que da linguagem eclética à arquitetura modernista houve uma redução no número de compartimentos existentes nas residências, ou seja, os programas arquitetônicos ficaram mais reduzidos, sendo que alguns ambientes desapareceram de uma linguagem para outra. Essas construções apresentavam uma setorização bem definida com setores divididos em: social, de serviço e privativo ou íntimo. Esse zoneamento nas linguagens eclética e neocolonial seguiram o modelo das regras sociais ditadas pelos valores da família tradicional e, no *Art Déco* e na arquitetura modernista os ambientes eram definidos pela organização espacial.

Em todas as linguagens existia uma varanda na parte frontal da edificação, que tinha a função de separar a área interna da externa. Nas linguagens eclética e neocolonial, dos ambientes sociais, fora a sala de estar e jantar, faziam parte a sala de visitas, e o gabinete, ambiente masculino geralmente na parte frontal da casa, com acesso independente. No *Art Déco* e na arquitetura modernista observa-se a fusão de ambientes como a sala de estar e jantar, surgindo o *living room*.

O setor privativo, em todas as linguagens, ficou mais resguardado, para manter a privacidade. Desaparecem os dormitórios enfileirados, não sendo mais necessário passar por um quarto para se chegar a outro. Isso se deu pelo aparecimento dos corredores que tinham a função de interligar um cômodo e/ou um setor a outro. Nas edificações de dois pavimentos o setor privativo ocupava todo pavimento superior.

Com relação à área de serviço, lavanderia, banheiro e dormitório de empregados ficavam numa edícula no fundo do lote, nas construções ecléticas, neocoloniais e *Art Déco*; nas

edificações modernistas, elas fazem parte da edificação principal. A cozinha, na arquitetura modernista, deixa de ser segregada na parte posterior da edificação, aproximando-se do setor social.

Quanto aos banheiros, observou-se, nas primeiras edificações, a existência de um banheiro para toda casa, o que remetia às casas populares. Estes banheiros localizavam-se na parte posterior da casa, próximos à cozinha. Nas residências das famílias mais abastadas, o número desses ambientes aumentaram e surgiu a suite (quarto com banheiro contíguo).

Em relação à circulação horizontal, verificou-se o aparecimento dos *halls*, vestíbulos e corredores que permitiam o acesso aos restantes ambientes da casa. Mas, em algumas residências, um ambiente, geralmente a sala, podendo ser a de estar ou jantar, funcionava como elemento distribuidor dos fluxos para os diferentes setores desses imóveis.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese com as principais características das quatro linguagens da arquitetura moderna estudadas: Eclético, Neocolonial, *Art Déco* e Arquitetura Modernista.

	Implantação	Volumetria	Elementos decorativos	Espacialidade interna
Eclético	Seguiam o modelo tradicional sob a testada do lote (primeiras edificações). Recuar apenas um dos lados da edificação; No centro do lote (mais modernas)	Volume único, onde a simetria funcionava como regra básica. Presença de platibanda	Frisos, balaústres, grupos estatutários, colunas, vasos, medalhões, anjos, pinhos e pináculos.	As primeiras edificações mantiveram a distribuição espacial interna nos moldes da arquitetura colonial. Modelo tripartido de “morar francês” com a habitação setorizada formada por área íntima, social e de serviços
Neocolonial	A edificação fica localizada no centro do lote, rodeada por jardins e complementadas por edículas, que se localizavam no fundo do lote que concentravam funções de serviços. Nas que seguiam o modelo tradicional- sob a testada dos lotes.	Apresentavam a tipologia de bangalôs, com dois pavimentos, que possibilitaram uma maior exploração dos planos que compunham o edifício.	Uso da ordem toscana nas composições; adornos em azulejos com motivos sacros. Platibandas e frontões recortados com ; Coruchêus e pináculos no coroamento.	Modelo tripartido.
Art Déco	Construídas sobre os limites dos lotes, respeitando o tecido urbano pré-existente, não rompendo com a morfologia urbana dos quarteirões;	Volume único com emprego de jogos geométricos- escalonamento ritmado, enfatizando a verticalidade Essa volumetria apresenta diferentes recursos como terraços, balcões, marquises, pórticos, planos sobrepostos, volumes ritmados, valorização dos acessos, vãos internos, dentre outros.	Uso de ornamentos- forma simplificada, sendo compostos de esculturas e relevos, que representavam a valorização do maquinismo e de manifestações artísticas de culturas primitivas como: a africana e pré-colombiana; uso da tipografia	Ao utilizar o concreto armado foi possível fazer uso da “planta livre” e trabalhar com grandes aberturas de esquadrias e vazios internos, gerando espaços mais flexíveis, amplos e iluminados.
Arquitetura Modernista	A edificação se solta de todos os limites do lote.	Composto pela união volumes simples que se unem;	os ornamentos deveriam ser banidos .	Planta livre, continuidade espacial e ambientes integrados; integração interior e exterior.

Figura 106. Quadro resumo com a caracterização das quatro linguagens da Arquitetura Moderna: Eclético, Neocolonial, *Art Déco* e Arquitetura Modernista. Fonte: autora, 2018.

A produção arquitetônica moderna do século XX no Brasil é ainda pouco valorizada e conhecida. As obras que se encontram protegidas são poucas, e englobam as canônicas,

edificações de grande porte, e em sua maioria institucionais. A arquitetura dita “menor”, a doméstica, vem se perdendo pela falta de ações voltadas para a identificação de seus valores, conservação e preservação, apesar da força que vem recebendo com a constituição da rede DOCOMOMO, que passou a realizar encontros periódicos voltados para proteção da arquitetura moderna.

O capítulo seguinte estabelece a relação entre os aspectos políticos vigentes no país e a produção arquitetônica moderna, desde a Era Vargas até ao governo de Juscelino Kubitschek.

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.
Italo Calvino. *As cidades invisíveis*



CAPÍTULO 02

A POLÍTICA E A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA NO BRASIL NO PERÍODO DE 1930 A 1960.

Figuras da página anterior: Fotos diversas de edificações em São Luís. Fonte: autora, 2017.

2. A POLÍTICA E A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA NO BRASIL NO PERÍODO DE 1930 A 1960.

Este capítulo apresentará os principais aspectos políticos do Brasil, no intervalo do recorte temporal da presente tese, de modo a identificar como a administração pública e os governos contribuíram para a produção arquitetônica moderna, englobando desde as primeiras ações do Governo Vargas até à inauguração de Brasília, em 1960.

Para tal entendimento, foi necessário voltar ao início do século XIX, mais especificamente ao ano de 1808, quando a Família Real Portuguesa¹⁰¹, fugindo da invasão napoleônica, transferiu toda sua corte para a cidade do Rio de Janeiro, iniciando, assim, o processo de modernização do Brasil, que transformou a modesta capital da colônia num lugar digno de receber a monarquia europeia. As primeiras ações de transformação, da então Capital da colônia portuguesa, estiveram voltadas para a estruturação urbana e para a abertura dos portos às nações amigas, finalizando, assim, o Pacto Colonial, que impunha que o Brasil só poderia realizar trocas comerciais com a metrópole.

O Rio de Janeiro, a partir de então, passou a ser o centro propagador cultural do país, e o núcleo de onde partiam todas as correntes de comportamento, moda, música, apresentando novas formas de morar, de construir e projetar casas, ruas e avenidas. Houve, portanto, uma transformação na Capital, com o aterramento de mangues, na cidade do Rio de Janeiro, alargamento de ruas, abertura de canais de drenagem, construção de pontes, uniformização da iluminação pública, e levando água encanada a chafarizes instalados em pontos estratégicos da cidade (Lemos, 1979).

Ações modernizadoras, como as que foram citadas, refletiram-se na arquitetura, uma vez que, por exemplo, as casas ficaram proibidas de lançar águas pluviais para as calçadas, sendo implantadas calhas, condutores, “buzinotes” e “gárgulas”, quando não eram substituídos por platibandas decoradas.

¹⁰¹ A vinda da Corte Portuguesa contribuiu para a transformação da sociedade, ocasionando uma série de medidas para melhorar o aspecto da cidade, como: abertura dos portos, a imprensa, construção de novas escolas, a chegada sistemática de profissionais qualificados e, sobretudo, o acesso a novos materiais, novos produtos industrializados, inclusive a cláusulas de tratados político-comerciais realizados com a Inglaterra (Lemos, 1979).

A princípio, a arquitetura neoclássica passou a ser a linguagem oficial do império, sendo utilizada nas novas construções implantadas pela Missão Artística Francesa¹⁰², conferindo um caráter de modernidade às novas edificações, simbolizando o progresso e a liberdade do país. O neoclassicismo prevaleceu até ao final do século XIX, quando começou a perder espaço para o ecletismo, que, se manteve até à década de 1940.

A arquitetura do final do século XIX e início do século XX teve forte influência de imigrantes europeus que aqui chegaram e impuseram seu gosto nas edificações. Essas construções fizeram uso de produtos pré-fabricados e de estruturas metálicas advindas da Inglaterra, em especial nas estruturas e vigamentos de paredes, principalmente nos palacetes e grandes residências, permitindo aos arquitetos dar às suas edificações o aspecto histórico que pretendiam imitar (Bruand, 2012 [1981]: 17).

A herança colonial não deixou de pesar intensamente sobre o presente, ao qual levou uma organização social apenas parcialmente alterada pelas transformações econômicas. Por outro lado, a notável miscigenação resultante do afluxo maciço de imigrantes europeus entre 1880 e 1910 modificou por completo, material e moralmente o aspecto do país, dando-lhe em especial uma mentalidade diferente, resultante da integração extremamente rápida dos imigrantes numa sociedade até então profundamente tradicional (Bruand, 2012 [1981]: 19).

O século XX trouxe consigo os ideais republicanos¹⁰³ ainda que em formação, mas, também, a busca pela sua modernidade. As três primeiras décadas desse século foram marcadas pelo forte discurso social e intelectual em torno da ideia de construção de uma identidade e caráter nacional. A característica principal dessa época era a discussão e reavaliação de tudo: política, economia, arte, filosofia e cultura. Período esse denominado de modernismo, movimento que surge antes da Primeira Guerra Mundial, como uma reação às novas condições de produção (a máquina, a fábrica, a urbanização), de circulação (os novos sistemas de transporte e de comunicação) e de consumo (a ascensão dos mercados de massa). Com relação à arquitetura, buscou-se uma arquitetura que representasse genuinamente o Brasil (Somekh, 2014 [1997]).

¹⁰² A Missão Francesa chegou ao Rio de Janeiro em 1816, a mando de Dom João VI, com o objetivo de ensinar aos brasileiros as artes e ofícios numa escola, para isso vieram sete professores de arte, com três auxiliares e seis mestres artífices, como serralheiros, ferreiros, marceneiros, fabricantes de jarros, dentre outros. Mas somente em 1826, a sede oficial da Escola de Belas Artes do Brasil foi inaugurada (Santos, 1981; Lemos, 1979). O arquiteto Granjean de Montigny foi o fundador da Escola de Belas Artes e o primeiro titular da cadeira de arquitetura.

¹⁰³ O Brasil tornou-se República em 1889, passando a ser uma unidade federativa, onde as antigas províncias transformam-se em estado, cada um com sua capital, sede de poderes legislativo, executivo e judiciário autônomos, o que não excluía a existência de organismos federais e municipais.

O modernismo brasileiro implicou não apenas a continuidade de ideologias e estruturas coloniais de poder em novas formas progressistas, mas também uma redescoberta da arte colonial brasileira e de valores barrocos: a predominância de hierarquias bem definidas, a unidade das artes, o interesse pela monumentalidade cenográfica e urbana, a busca por universalidade enraizada em emoções específicas e condições locais (Underwood, 2010 [2002]: 11).

A seguir apresenta-se uma breve contextualização dos aspectos políticos no período de 1930 a 1960, com destaque para as gestões de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek.

2.1. Por um Brasil moderno, no período de 1930-1960

A busca por construir um Brasil Moderno tem início na década de 1920, quando começaram a surgir críticas ao sistema político e econômico dominante, baseado no sistema agroexportador, com forte dependência do setor cafeeiro, que foi responsável por boa parte do crescimento nacional, seguido pelo açúcar, algodão e borracha. A dependência exagerada do café, por vezes, deixou o país em situação de fragilidade, como foi percebido com a Crise Internacional ocasionada pela Queda da Bolsa de Nova Iorque em 1929¹⁰⁴.

A grande crise de 1929, e suas consequências negativas sobre as economias centrais, contraditoriamente, possibilitaram uma intensificação da atividade econômica interna, diversificando a atividade industrial e expandindo específicas bases estruturais, reforçando o processo de substituição de importações em curso, contextualizada num efetivo incremento da urbanização (Ferreira, 2005: 53).

Nesse período, também, começaram a surgir as primeiras indústrias, que contribuíram para melhorar a economia do país, inicialmente voltadas para o beneficiamento de produtos agrícolas, e posteriormente, as de tecidos, vestuários e produtos alimentícios, que apresentavam baixo valor agregado e tecnologia restrita. Mas, o crescimento econômico ficou bastante confinado à região sudeste, que recebia os maiores recursos financeiros, em detrimento às demais regiões do país, que ficaram insatisfeitas com o protecionismo que o Governo Federal dava aos cafeicultores, e com o rumo que a República vinha tomando.

A hegemonia das oligarquias agrárias, em particular o setor cafeeiro, predominava na estrutura política da década de 1920. O poder central, geralmente, ficava a cargo de políticos dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo, que se alternavam na Presidência da República, por meio de eleições um tanto ou quanto fraudulentas, uma vez que tinham o apoio dos

¹⁰⁴ O Brasil no período tinha enormes estoques de café. Alguns foram descartados e o preço das sacas desse produto caíram, o que gerou uma crise econômica no país.

coronéis e políticos, defensores de seus próprios interesses. Tal sistema político ficou conhecido como a “república do café-com-leite”¹⁰⁵, sendo a grande responsável pelo atraso político, econômico e social do Brasil, pois os governos oligárquicos mantinham o país sob um regime econômico agroexportador, com base no café, e as políticas eram voltadas para fora, desvalorizando, assim, a estrutura interna do país (Fausto, 2007 [1996]).

A política oligárquica ocasionou o aparecimento de uma nova classe social que ascendeu com a industrialização, caminhando com a classe média, nos meios urbanos, que passou a dividir espaço, com as classes sociais já consolidadas desde o período colonial, os proprietários rurais e os comerciantes ligados às atividades de exportação, sem contar com os operários do setor fabril (Fausto, 1995 [1994]).

A diversificação social e econômica ampliou os conflitos de interesses econômicos entre as classes sociais, bem como a reivindicação por mais direitos sociais e a propagação do movimento tenentista¹⁰⁶, que lideraram as revoluções armadas de 1922 e 1924, culminando com a Revolução de 1930, que finalizou com quatro décadas de regime republicano sob a hegemonia da oligarquia cafeeira. Esses movimentos vislumbravam a retirada da oligarquia cafeeira, e o combate às fraudes e corrupção, que assolavam o setor político, e a renovação da economia nacional, por meio da modernização das estruturas e industrialização, e pelo fortalecimento do poder por parte do Estado.

2.1.1. A Era Vargas

Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954)¹⁰⁷ comandou o Brasil em dois momentos antagônicos, um como ditador (1930-1945) e outro como democrata (1951-1954). Foi responsável pelo

¹⁰⁵ Acordo que envolvia os partidos políticos de maior eleitorado juntamente com os maiores produtores de café, o Partido Republicano Mineiro, estado do Brasil produtor de leite e o Partido Republicano Paulista, estado produtor de café.

¹⁰⁶ Movimento revolucionário formado por jovens oficiais do exército, aliados às oligarquias não vinculadas ao café e às classes médias, que contavam com o apoio das classes populares urbanas. A primeira revolta desse grupo se deu com o Movimento dos 18 do Forte de Copacabana.

¹⁰⁷ Nasceu na cidade de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul. Formou-se em Direito. Ingressou na política em 1909, quando se elegeu deputado Estadual pelo Partido Republicano Rio Grandense. Em 1924, tornou-se Deputado Federal.

fim da República Velha (1889-1930) e pela implantação do Estado moderno Brasileiro, baseado numa política centralizadora e intervencionista.

O primeiro mandato de Getúlio Vargas, como presidente do Brasil, iniciou-se com a Revolução de 1930, movimento armado que teve apoio das forças militares, implantando, assim, o governo provisório (1930-1934). Este governo terminou com quatro décadas de regime republicano, controlado pelas oligarquias cafeeiras que dominavam a economia nacional. Apesar de as oligarquias terem sido retiradas do poder, as mesmas continuaram sendo protegidas pelo Governo Federal, que criou o Departamento Nacional do Café¹⁰⁸, em 1933, como forma de controlar esse setor.

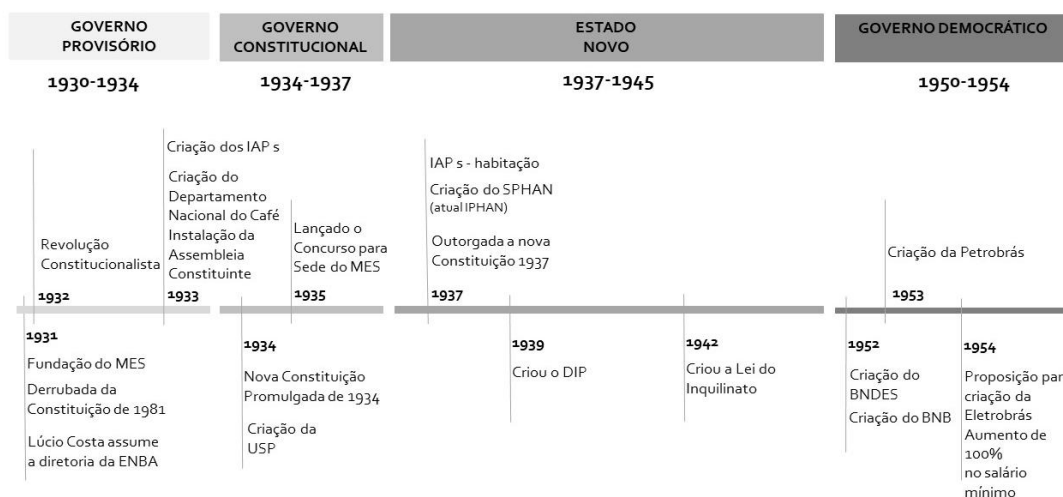


Figura 107. Linha do Tempo da gestão de Getúlio Vargas. Fonte: autora, 2016.

O Governo Provisório foi marcado pela inexistência de uma Constituição Federal, já que a Constituição de 1891¹⁰⁹ foi derrubada em 1931, o mesmo ano em que foi criado o Ministério da Educação e Saúde - MES e a Universidade de São Paulo - USP¹¹⁰. Nesse governo, Getúlio Vargas retirou a autonomia dos Estados e municípios, nomeando os tenentes, que o

¹⁰⁸ Este departamento veio substituir o antigo Conselho Nacional do Café (CNC), criado em 1931, que era composto por representantes de vários estados do país. O Departamento Nacional do Café eliminou a ação dos representantes estaduais, iniciando um programa que englobava a aquisição, o armazenamento e o escoamento do café, além de estabelecer limitações no plantio.

¹⁰⁹ Constituição Promulgada, para instituir o presidencialismo e a autonomia dos Estados da Federação. Estabeleceu eleições diretas. Estabeleceu o voto universal e não secreto a todas as pessoas com idade acima de 21 anos, com exceção de mulheres, analfabetos, soldados e religiosos. Essa constituição já indicava uma área de 14.400 Km² no planalto central, onde futuramente viria localizar-se a futura sede da Capital Federal.

¹¹⁰ A educação deveria ser estruturada, pois seria um elemento que garantiria a condução das massas, por meio de uma ação pedagógica e técnica, contribuindo, assim, para a ordem, disciplina, hierarquia e amor à Pátria.

ajudaram na tomada do poder, como interventores federais nos estados da federação, com a intenção de eliminar a ação de antigos coronéis e sua influência regional. Tal atitude gerou um clima de tensão entre as elites políticas, em especial a do Estado de São Paulo. Esse descontentamento, em decorrência das ações centralizadoras de Vargas, ampliou-se para a população, que clamava pela instalação da Assembleia Constituinte.

As elites paulistas, em 1932, se rebelaram contra o Governo Federal, e exigiram que o mesmo convocasse a Assembleia Constituinte, iniciando, assim, a Revolução Constitucionalista. Os paulistas tentaram buscar aliados em outros estados, mas não obtiveram êxito, e o movimento extinguiu-se três meses após seu início. Mas, as pressões sobre o governo continuaram e, em 1933, Getúlio Vargas decide instalar a Assembleia Constituinte, a qual ficou responsável por redigir a nova Constituição Federal, promulgada em 1934. Esta, no entanto, apresentava a mesma natureza do modelo liberal da Carta Magna anterior, dando maiores poderes ao Governo Federal. A referida Carta apresentou uma reforma eleitoral, onde o voto passou a ser obrigatório e secreto, e as mulheres tiveram direito de participar do pleito; foi criada a justiça do trabalho e a jornada de trabalho de oito horas diárias foi instituída (Fausto, 2007 [1996]).

A referida constituição durou apenas três anos, momento em que Getúlio Vargas outorgou a Constituição de 1937, implantando, assim, o Estado Novo, uma forma de regime ditatorial, que se estendeu até ao término da Segunda Guerra Mundial (1945), tendo forte influência dos fatos que ocorriam na Europa¹¹¹. Para Pereira (1997), a velha democracia liberal republicana estava completamente extinta, em meio às transformações em que o mundo passava naquele momento, refletindo-se no fechamento do congresso nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais, suspendendo, também, todos os direitos políticos, com extinção de todos os partidos políticos e organizações civis.

Apesar do lado ditatorial da política de Vargas, este renovou setores da vida política, social e econômica do país, conseguiu transformar a velha estrutura oligárquica cafeeira numa

¹¹¹ Em 1923, Mussolini conquista o poder na Itália; Hitler dissolve a República de Weimar, chegando a chancelaria, em 1933; Salazar assume o poder em Portugal, em 1936, e a Espanha começa uma Guerra Civil que durará de 1936 a 1939 (Pereira, 1997).

administração centralizada e intervencionista de discurso nacionalista¹¹², através de política de integração nacional, por meio de medidas ligadas à economia, à política trabalhista e à organização do serviço público. Mas, essas vantagens tiveram um preço bem alto, principalmente, no que tange à liberdade individual e à autonomia regional, num sistema que trouxe a modernização por via autoritária. Para tanto, imprimiu sua marca na Capital Federal¹¹³ e definiu como prioridade a construção de edificações para abrigar ministérios e órgãos administrativos de sua gestão (Mindlin, 2001; Kujawski, 2001).

As principais medidas políticas e econômicas tornar-se-iam decisões orientadas por políticas nacionais de Estado em detrimento das políticas nacionais regionalistas de interesses localizados; critérios jurídicos e políticos eram substituídos por razões técnicas, econômicas e administrativas (Segawa, 2014 [1998]: 24).

O Estado Novo de Getúlio Vargas foi caracterizado pelo forte sentimento nacionalista, de caráter autoritário, onde todo o poder se concentrava nas mãos do Estado, que seria a única instituição capaz de manter a unidade nacional e promover o bem público, pois poderia constituir uma política de integração nacional.

Para Cavalcanti (2006), a gestão de Getúlio Vargas era alicerçada em um tripé baseado em:

- a) Propor soluções para construção de moradias econômicas, para os pobres, que seria uma maneira de manter e sustentar o poder de controlar a população;
- b) Construção de prédios monumentais, por meio da edificação das sedes dos Ministérios;
- e,
- c) Instalação de uma política de preservação da memória nacional, que se deu pela criação, em 1937, do Serviço de Patrimônio Histórico Nacional – SPHAN, atual IPHAN, que teve por objetivo identificar um acervo que representasse a verdadeira tradição brasileira, através do resgate das raízes do passado, com o intuito de construir uma identidade nacional.

A respeito de todas essas ações, Vargas começou a implantar planos de modernização, em praticamente todas as capitais e principais cidades brasileiras. Estes planos resultaram em intervenções que tiveram por objetivo apagar as referências da cidade colonial, substituindo

¹¹² O discurso nacionalista era uma reação de autodefesa da integridade nacional, assumida quando o país se sentia ameaçado interno e externamente.

¹¹³ O Rio de Janeiro foi sede da Capital Federal de 1763 a 1960, até à inauguração de Brasília. A Cidade de Salvador na Bahia foi a primeira Capital Federal.

a paisagem de casarios antigos, considerada atrasada, por grandes avenidas largas e arborizadas e por edificações modernas.

Trata-se de um período marcado, também, pelo aumento da produção industrial que ultrapassou a agrícola, até então predominante, refletindo no processo de modernização, que correspondia à necessidade constante do capitalismo em buscar o aumento da produtividade, através dos avanços tecnológicos e organizacionais (Somekh, 2014 [1997]). A industrialização acarretou a migração de muitas pessoas, inicialmente para o Rio de Janeiro e São Paulo, atraídas pelas oportunidades de trabalho que estas cidades ofereciam, contribuindo para uma crise habitacional.

O agravamento da crise habitacional fez com que o Estado interviesse, já que até ao momento, nesta área ele atuava apenas como órgão disciplinador, através de intervenções de caráter higienista, uma insignificante ação na produção de unidades habitacionais e regulamentação do inquilinato, cabendo à iniciativa privada a construção de moradias populares. A iniciativa privada alugava essas habitações para as famílias de baixa renda, aproveitando os incentivos fiscais oferecidos pelo Estado e a ausência de fiscalização e regulamentação das relações do setor rentista com seus inquilinos, bem como formas de financiamento para aquisição da casa própria. As habitações construídas por empresas para acomodar seus funcionários ou, pela iniciativa privada, como forma de investimento, englobavam as vilas operárias e as casas unifamiliares feitas em série, o que acabava funcionando como um sistema de controle patronal (Bonduki, 2011 [1998]).

A política habitacional de Vargas visava garantir condições dignas de moradia, em especial, para classe dos trabalhadores, intervindo nos meios de produção, negociação, financiamento e arrendamento habitacional, o que impulsionou a formação e o fortalecimento de uma sociedade de caráter urbano-industrial capitalista, através da forte intervenção estatal.

Uma das primeiras ações voltadas para esse setor habitacional foi a implementação, em 1937, das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPs¹¹⁴, por meio do Decreto nº 1749, que permitiu a provisão de crédito imobiliário para os funcionários

¹¹⁴ Os IAPs se originaram das antigas Caixas de Aposentadorias e Pensões, que foi instituída pela Lei Elói Chaves, de 1923. Abrangia poucos profissionais e as fontes de recursos eram administradas pelos trabalhadores e empresários.

associados. Os associados eram organizados por categorias – IAPI, dos industriários, IAPB, dos bancários, IAPC, dos comerciantes, IAPE, dos marítimos etc. Os IAPs deixaram de ter exclusividade nas atribuições médicas e de previdência social para englobar a função habitacional no seu quadro de atividades. As construções patrocinadas por estes órgãos englobavam casas térreas, que apresentavam a implantação de forma isolada, geminada ou em fileira, ou sobrados unifamiliares, com dois pavimentos, mas, também, por grandes conjuntos habitacionais multifamiliares, a exemplo do Conjunto Residencial Vila Guiomar em Santo André (SP), patrocinado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – IAPI (Bruna, 2015).

O conjunto residencial Vila Guiomar, que data de 1942, apresenta a concepção urbanística de cidade-jardim, mesclada com os ideais racionalistas, como a implantação dos blocos sobre pilotis. O projeto foi de autoria do arquiteto Carlos Frederico Ferreira (1906-1996)¹¹⁵, que propôs soluções mistas de casas e blocos (Bonduki, 2014b).

Na Vila Guiomar foram construídas 1411 unidades, sendo 978 apartamentos, em dois modelos básicos de blocos, e 433 casas, entre isoladas e geminadas. A vila teve como órgão promotor o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários – IAPI. Os blocos foram implantados em dois setores, ao lado das áreas destinadas às casas. São 61 blocos de quatro pavimentos sobre pilotis e com fachada livre, possibilitada pelo uso do concreto armado (Bonduki, 2014a). Este projeto, como outros tantos, implantados pelos IAPs, seguiu os preceitos da arquitetura modernista, que buscava conciliar economia, prática, técnica e estética, de maneira a “viabilizar financeiramente o atendimento de trabalhadores de baixa renda, garantindo dignidade e qualidade arquitetônica” (Bonduki, 2001 [1998]: 134).

Os IAPs vinham atuando de forma fragmentada pelo país, pois restringiam sua ação a um pequeno grupo de trabalhadores associados, estimulando a população a buscar alternativas informais, de modo a minimizar o problema habitacional, como as favelas e as casas auto empreendidas em loteamentos periféricos.

¹¹⁵ Arquiteto formado pela ENBA. Participa do programa de habitação social implantado pelo Estado Novo. Em 1939 é contratado para chefiar o setor de Engenharia do IAPI, onde fica até o ano de 1964, quando os IAPs são extintos.

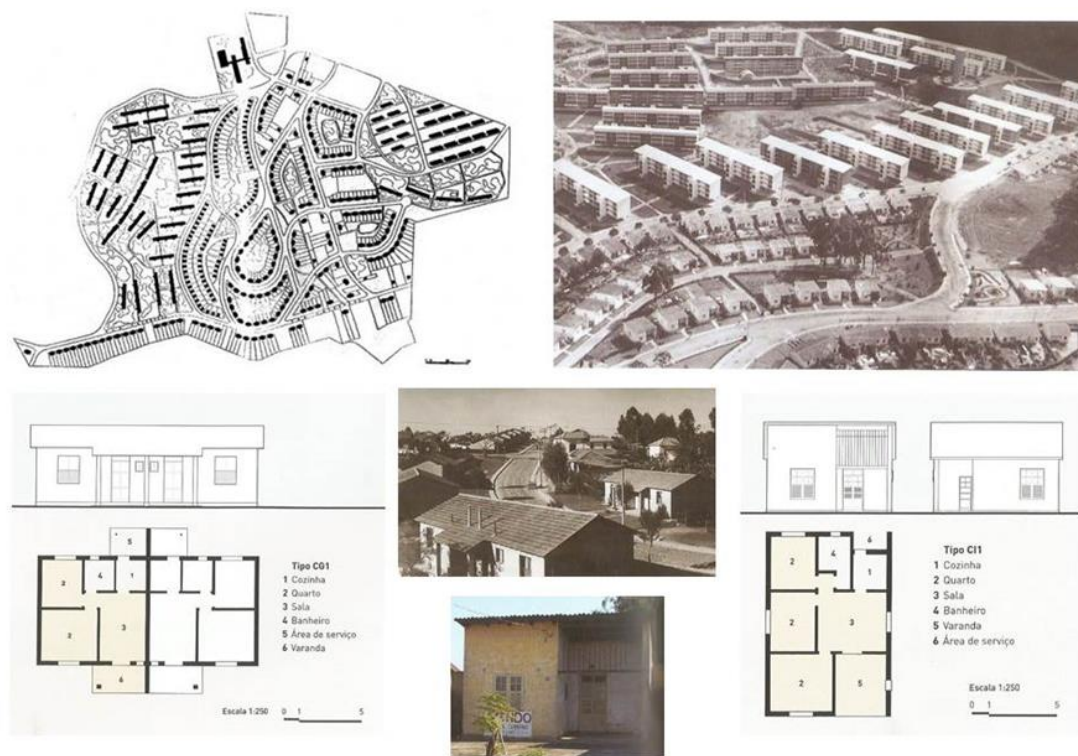


Figura 108. IAPI - Vila Guiomar, em Santo André, no Estado de São Paulo. Na planta de implantação, observa-se a concentração de casas no centro, junto às ruas sinuosas, e a distribuição dos blocos nas áreas externas. Fonte: Bonduki, 2014b.

Outra ação do Estado voltada para o setor habitacional, que atingiu o setor imobiliário, foi a criação da Lei do Inquilinato, em 1942, que congelou os valores locativos e proibiu despejos, rompendo com a tradição liberal, que rejeitava qualquer interferência do Estado no mercado de locação. O aluguel, naquela época, consumia 30% da renda mensal dos assalariados (Bonduki, 2014a).

O ingresso do Estado no processo da política habitacional, o fortalecimento da indústria e a ampliação dos direitos sociais foram algumas das ações da primeira gestão de Vargas, que teve no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), seu maior divulgador. Criado em 1939, o DIP extinguiu o antigo Departamento Nacional de Propaganda (DNP), e foi o principal instrumento de divulgação do Estado Novo, sendo responsável por centralizar, coordenar e supervisionar a propaganda nacional, interna e externa, além de realizar censura, quando necessário, em teatros, cinemas e sistemas de radiodifusão. Esse órgão foi substituído em 1945, pelo Departamento Nacional de Informação (DNI).

O término da primeira gestão de Getúlio Vargas, em 1945, coincidiu com o final da II Guerra Mundial, causando reflexos na desaceleração do crescimento da economia do Brasil, até então bastante dependente dos países estrangeiros, principalmente, no que tange aos bens de capital, cuja produção interna ainda era incipiente. Nota-se que nos países industrializados, comprometidos com a guerra, as suas exportações diminuíram, tanto de bens de consumo com o de capital (Ferreira, 2005).

O Estado Novo foi extinto, após a saída de Getúlio Vargas da presidência. Eurico Gaspar Dutra¹¹⁶ (1946-1950) foi eleito como presidente da República, em dezembro de 1945, assumindo o país em janeiro de 1946. Dutra iniciou seu governo seguindo o modelo liberal, sem intervenção do Estado.

O Governo Dutra foi marcado pelo rompimento com a União Soviética e o fortalecimento da aliança com os Estados Unidos da América; pelo fechamento do Partido Comunista Brasileiro e de sindicatos que fizessem oposição ao governo. Na sua gestão, foi promulgada a nova Constituição, a de 1946, que restabeleceu os valores democráticos e republicanos, como o retorno do voto direto, a liberdade de expressão sem censura, a proteção dos direitos à religião, política e filosofia. Dutra manteve os direitos trabalhistas, mas não assegurou a totalidade do direito à greve (Fausto, 1995 [1994]).

É importante ressaltar que nesse governo foram construídos os maiores conjuntos habitacionais para população de baixa renda por meio dos IAPs e pela Fundação da Casa Popular (FCP), instituída em 1946, pelo Decreto-lei nº 9.218. A FCP foi o primeiro órgão de abrangência nacional, voltado para o provimento de habitações para a população de baixo poder aquisitivo, uma vez que as instituições existentes (institutos, caixas de pensões e aposentadorias) agiam, no setor de habitação, de forma fragmentada e limitada apenas aos seus sócios. A FCP buscava um atendimento mais amplo, incluindo trabalhadores informais e da zona rural (Azevedo e Andrade, 1982; Bonduki, 2014a).

A FCP deveria atuar conjuntamente com as prefeituras municipais, que ficariam encarregadas pela doação dos terrenos e por subsidiar as obras de infraestrutura, assistência social e outras atividades que viessem melhorar as condições de vida e bem-estar da classe

¹¹⁶ Nasceu em Cuiabá (Mato Grosso) em 1883, falecendo na cidade do Rio de Janeiro, em 1974. Foi o 16º Presidente do Brasil.

trabalhadora. Idealizada no Estado Novo e implantada no Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, a fundação não se preocupava com a rentabilidade de suas aplicações, pois trabalhava a fundos perdidos (Azevedo e Andrade, 1982).

A proposta da Fundação da Casa Popular fracassou porque o governo Dutra não estava suficientemente decidido a construir uma política habitacional para o país e, os grupos que seriam contemplados com as ações desse programa, mostraram-se desarticulados e desinteressados na formulação de uma política social, “ao passo que os setores que se opunham ao projeto, por interesses corporativos, econômicos e políticos agiram com eficiência para desmantelá-lo” (Bonduki, 2014a: 48).

Os projetos arquitetônicos desenvolvidos pela Fundação da Casa Popular priorizavam a construção de moradias térreas e geminadas de baixo custo, utilizando técnicas construtivas baratas e convencionais, refletindo em edificações com pouco interesse estético, como foi o caso do Núcleo Residencial da Bacia do Macuco, na cidade de Santos, Estado de São Paulo, de autoria do Departamento de Engenharia da FCP, inaugurado em 1949.



Figura 109. Núcleo Residencial da Bacia do Macuco (Santos-SP, 1949): à esquerda, fachada e planta da habitação; à direita, planta de implantação. Fonte: Bonduki, 2014b: 325.

O Núcleo Residencial da Bacia do Macuco foi o primeiro empreendimento anunciado pela FCP, logo que o órgão foi criado pelo Presidente Dutra, e as obras iniciaram-se em 1947. Para esse conjunto residencial foram construídos escola, mercado, quadras de esportes, playground, igreja e 536 casas geminadas de 42 m², que apresentavam um programa formado por dois quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e varanda (Bonduki, 2014b).

Os empreendimentos dos IAPs e da FCP possibilitaram a uma parte da população, o direito de ter a sua casa própria; apresentaram, também, um novo modo morar, o de condomínio, no caso dos conjuntos multifamiliares, mas houve problemas de gerenciamento das áreas comuns. Os IAPs e as FCP finalizaram sua atuação em 1964, quando passaram suas atribuições ao BNH (Banco Nacional de Habitação), uma das primeiras ações do Governo Militar¹¹⁷(Bonduki, 2014a; Bruna, 2015).

Gaspar Dutra foi substituído por Getúlio Vargas, que se candidatou à Presidência da República em 1950. No intervalo, que constituiu a gestão de Dutra, Vargas assumiu o cargo de Senador Federal, pelo Estado do Rio Grande do Sul (1945 -1947), por dois anos, iniciando uma fase de busca de aliados e, também, de modificação da imagem de ditador que o Estado Novo lhe havia imposto. O discurso de sua campanha enfatizava a defesa da industrialização e a ampliação da legislação trabalhista.

Getúlio Vargas retornou à Presidência da República pelo voto popular, em janeiro de 1951. A sua segunda gestão também primou pelo nacionalismo, defendendo o desenvolvimento econômico do país, com base na industrialização, de maneira a criar um sistema autônomo, independente do capital estrangeiro. Para tal, foi necessário que o Estado tomasse para si o papel de regulador da economia e de investidor de áreas estratégicas – petróleo, siderurgia, transportes e comunicações (Fausto, 1995 [1994]).

Para diversificar o setor industrial, foi criado em 1952, com a Lei nº 1.628, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), órgão que ficaria responsável por elaborar e pôr em prática a política nacional de desenvolvimento econômico, por meio do financiamento em longo prazo, e orientar a industrialização. As primeiras ações estiveram voltadas para a melhoria da infraestrutura das cidades, pela reorganização dos portos e ferrovias, bem como para o aumento do volume de armazenamento e o incremento do potencial elétrico. Outro banco criado nesse mesmo período foi o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), pela Lei nº 1.649, com o intuito de incentivar o desenvolvimento da Região Nordeste, que sofria por longos períodos

¹¹⁷ Governo iniciado em primeiro de abril de 1964 a 15 de março de 1985 e, foi comandado por sucessivos governos militares que implantaram vários atos institucionais que suprimiram o direito à liberdade de expressão e direitos constitucionais, que culminou com a censura, perseguição política, falta de democracia e punição àqueles contrários ao regime militar.

de estiagem e pela escassez de recursos estáveis, necessitando de um órgão financeiro capaz de estruturar sua economia.

A gestão democrática de Getúlio Vargas foi marcada pelo avanço da inflação, pela crise cambial e por medidas econômicas nacionalistas, que buscaram controlar o envio de dinheiro para o estrangeiro e a entrada de multinacionais no país. Um exemplo claro disso foi o movimento popular encabeçado pelos nacionalistas com a campanha “O petróleo é nosso!” (1948-1953), que defendia que a exploração do petróleo fosse monopólio do Estado e não de empresas estrangeiras. Esta campanha foi exitosa e culminou, em 1953, com a criação da Petrobras, que viria a controlar toda a atividade de prospecção e refino do petróleo do país (Fausto, 2007 [1996]).

Estabelece-se o monopólio estatal da exploração e do refino do petróleo por lei, constitui-se a Petrobras, que começou a construir refinarias, criou uma frota de petroleiros e organizou a exploração. Por essa época também se iniciaram as inversões estatais em energia elétrica, com a construção da grande usina hidrelétrica de Paulo Afonso¹¹⁸, no Rio São Francisco. A incapacidade das concessionárias privadas de ampliar adequadamente o suprimento de energia levou à paulatina estatização do setor, que culminou com a proposta da criação da Eletrobras (Fausto, 2007 [1996]: 278).

Outra empresa estatal, que veio a ser proposta na gestão de Getúlio Vargas, foi a Eletrobrás, implantada em 1962, já no governo João Goulart (1961-1964). Tinha por objetivo promover pesquisas, projetos de construção e execução das usinas geradoras, meios de comunicação e subestações designadas à distribuição de energia do país, contribuindo expressamente para a ampliação do fornecimento da energia elétrica e o desenvolvimento do país.

Após uma série de crises políticas, que resultaram em movimentos grevistas constantes, denúncias de autoria de atentados, prática de corrupção e defesa de ideais comunistas, levaram ao descontentamento da oposição formada pela sociedade civil e militares, que passaram a pedir a renúncia de Getúlio Vargas do posto de presidente, o que culminou com o seu suicídio, em agosto de 1954. Café Filho¹¹⁹, na condição de vice-presidente, assumiu o comando geral do país até às próximas eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955.

¹¹⁸ A Usina de Paulo Afonso iniciou sua construção em 1949, sendo inaugurada em 1954.

¹¹⁹ João Fernandes Café Filho nasceu em 1899 na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte e faleceu em 1970, no Rio de Janeiro. Foi o décimo oitavo presidente do Brasil.

Getúlio Vargas foi o primeiro presidente a pensar o Brasil como um todo, integrado, como uma nação, sendo responsável pela transição de um Brasil agrário, para um industrial, além de ser o grande divulgador do moderno pelo Brasil, por meio das sedes de seus ministérios e, também, pela modernização das estruturas administrativas do país.

2.1.2. Juscelino Kubitscheck (1956-1961)

Juscelino Kubitscheck – JK¹²⁰ ganhou as eleições para presidência da república com uma campanha que primava pelo desenvolvimento econômico com apoio do capital público e privado. Ao assumir o país, JK teve como lema “Cinquenta anos em cinco” que pretendia desenvolver o país cinquenta anos em apenas cinco de governo. Para isso, lançou o Plano de Desenvolvimento Global, o Plano de Metas, que continha 31 objetivos divididos em seis grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústrias de base, educação e a construção da Capital Federal, Brasília, no Planalto Central, chamada meta síntese (Ferreira, 2005; Fausto, 1995 [1994]).

O programa de metas sob o Governo Juscelino Kubitscheck (1956-1960) é considerado um marco, pois avança na coordenação nacional da ação estatal, no estabelecimento de metas e setores prioritários e na articulação entre Estado, iniciativa privada e capital internacional. O programa atingiu cerca de 70% das metas estabelecidas. Entre os resultados positivos, podemos citar a construção de Brasília - deslocando o eixo de desenvolvimento do litoral para o centro – e a indústria automobilística na região sudeste: do lado negativo, o endividamento externo (Almada, 2017: 30).

O crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro fez com que JK contasse com o capital internacional, de empréstimo e de risco. JK buscou investir na implantação de indústrias tecnologicamente avançadas, advindas do estrangeiro, como a dos ramos de material de transporte (automobilística, autopeças e correlatos), eletrônica e mecânica, que foram responsáveis pelo crescimento da economia. Foi neste período que grandes montadoras de automóveis chegaram ao país, como: Ford, Volkswagen, Willys e *General Motors* (Ferreira, 2005).

¹²⁰ Nasceu em Diamantina, Minas Gerais, em 1902, e faleceu em 1976 na cidade de Resende, no Estado do Rio de Janeiro. Formou-se em medicina em 1927. Sua carreira política iniciou-se em 1935 quando assumiu o cargo de Deputado Federal do qual foi deposto em 1937, com a implantação do Estado Novo. Em 1940, foi nomeado prefeito de Belo Horizonte, onde permaneceu até 1945. Em 1946, participou da Assembleia Constituinte, enquanto deputado federal, que elaborou a nova Carta Magna do país. Entre os anos de 1951 a 1954 foi Governador do Estado de Minas Gerais, quando saiu para candidatar-se a Presidente da República.

No sentido de incentivar e descentralizar as indústrias do eixo sul-sudeste, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959, órgão vinculado diretamente à presidência da República, e que visava promover a expansão industrial para o nordeste.

JK conseguiu integrar fisicamente todos os estados brasileiros e a nova capital federal com a construção de uma ampla rede rodoviária.

A construção de Brasília foi o objetivo mestre do Plano de Metas do Governo JK, sendo inaugurada no dia 21 de abril de 1960. O projeto urbanístico para a nova Capital Federal foi resultante de um concurso público¹²¹, organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), e teve como vencedor o arquiteto Lúcio Costa. Oscar Niemeyer ficou encarregado de elaborar os projetos arquitetônicos das principais edificações da nova Capital Federal.

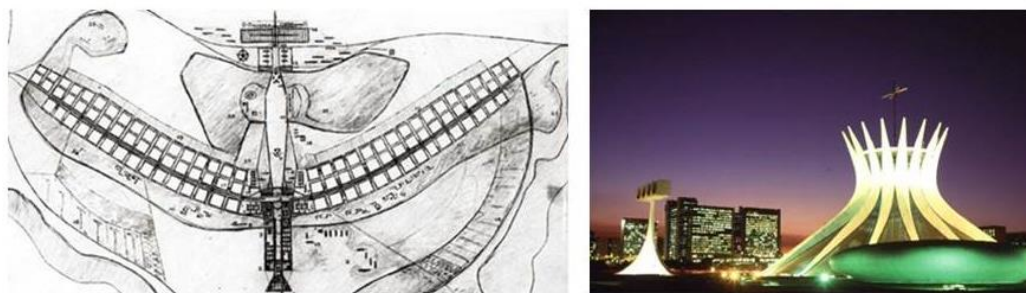


Figura 110. Projeto Piloto de Brasília, elaborado por Lúcio Costa (1957) e Catedral Metropolitana de Brasília de autoria de Oscar Niemeyer (Brasília, 1967). Fonte: Cavalcanti, 2006 e <http://opiniaoenoticia.com.br/cultura/turismo/brasil-a-graca-da-capital>.

O projeto de Lúcio Costa para Brasília partiu de dois eixos perpendiculares que resultaram em uma cruz arqueada, em conformidade com o sistema viário planejado. As áreas residenciais se distribuíram em quadras, no sentido norte e sul, conhecidas como superquadras¹²². No sentido leste-oeste, denominado eixo monumental, foram localizados o setor administrativo, o setor esportivo e os jardins zoológico e botânico. A intersecção desses

¹²¹ O resultado do concurso saiu em março de 1957.

¹²² Conjunto de quatro quadras de 280X280 metros, emolduradas por uma densa arborização, onde foram construídos edifícios lineares sobre pilotis de seis pavimentos, que formavam a unidade de vizinhança, que era servida de toda infraestrutura comercial e de serviços para a comunidade local.

dois eixos foi destinada à implantação da rodoviária e os setores de diversão e comercial (Ficher e Acayaba, 1982; Cavalcanti, 2001).

Oscar Niemeyer ficou responsável pelos projetos arquitetônicos para a nova Capital Federal e suas obras podem ser divididas em três categorias, segundo Bruand (2012 [1981]): os palácios de pórticos, os edifícios compostos por jogos de volume simples e os edifícios religiosos de planta centrada.

Os palácios de pórticos são caracterizados por apresentar a forma de um prisma retangular e pela simplificação e ousadia das formas exteriores com a presença de colunas sinuosas. Nessa categoria encontram-se o Palácio do Planalto (1960), o Palácio da Alvorada (1958), o Palácio do Supremo Tribunal Federal (1960) e o Palácio dos Arcos (1967).

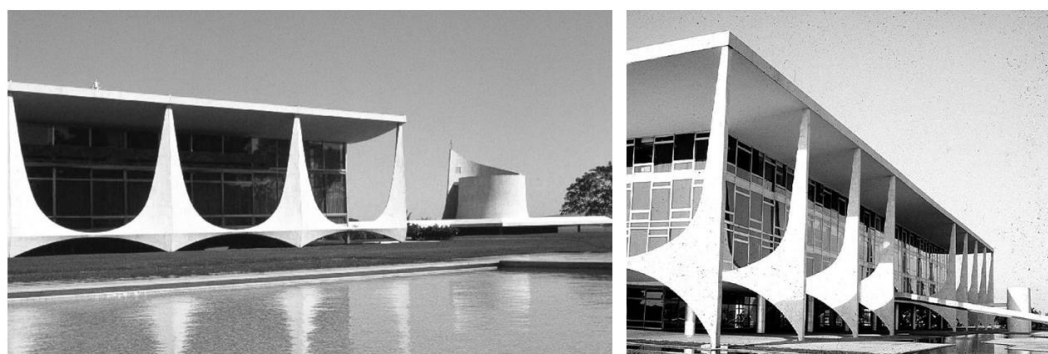


Figura 111. Palácio da Alvorada (1958) à esquerda e Palácio do Planalto (1960) à direita. Fonte: www.niemeyer.org.br.

A segunda categoria dos projetos de Niemeyer compreende as combinações e jogos de volumes simples, englobando a maioria das obras projetadas para Brasília. Inclui o Palácio do Congresso e aos prédios de apartamentos, passando pelos teatros, ministérios, hotéis e museus.

Os edifícios religiosos abrangem as capelas e catedrais. Entram nessa categoria a Capela do Palácio da Alvorada (1958)¹²³, a Capela de Nossa Senhora de Fátima (1958)¹²⁴ e a Catedral (1967).

¹²³ Projeto foi inspirado na Capela de Ronchamps de Le Corbusier. Essa Capela fica localizada dentro da Residência oficial do presidente da República.

¹²⁴ Igreja de bairro, destinada a servir como edifício de culto para a unidade de vizinhança (Bruand, 2012 [1981]).

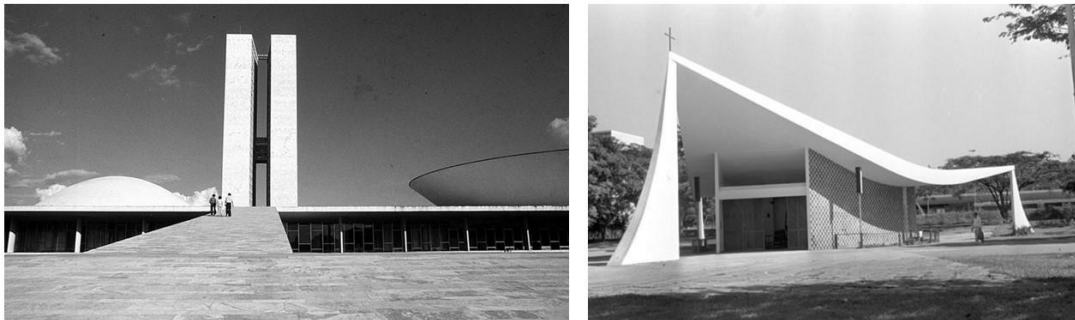


Figura 112. Palácio do Congresso (1960) à esquerda e a Capela de Nossa Senhora de Fátima (1958) à direita. Fonte: www.niemeyer.org.br.

Brasília, com o desenho da cidade proposto por Lúcio Costa e as obras de Oscar Niemeyer, foi a grande divulgadora da arquitetura modernista para o Brasil e para o Mundo.

Percebe-se, que o Estado, quer nas mãos de Getúlio Vargas quer governado por Juscelino Kubitschek, foi o grande divulgador e impulsionador da arquitetura moderna, mas também, um grande veículo de propaganda da gestão, apresentando uma imagem de modernização do país, que refletiu em todos os setores, como uma estratégia social e econômica do governo.

2.2. Síntese do Capítulo

O presente capítulo apresentou os principais aspectos políticos do Brasil, entre os anos de 1930 a 1960, ou seja, da ascensão de Getúlio Vargas ao poder à construção de Brasília por Juscelino Kubitschek, período caracterizado pelo espírito nacionalista, pela busca do desenvolvimento econômico, por três constituições (1934, 1937 e 1946) e por grandes transformações políticas, sociais e econômicas no país.

Inicialmente, o poder esteve centralizado nas mãos de Getúlio Vargas, que chegou ao governo através da Revolução de 1930, apoiado por populares e políticos descontentes com a política oligárquica agroexportadora que predominava no país. O programa de governo político-militar de Vargas fez surgir novas elites políticas, e os quadros administrativos e institucionais foram renovados. Ressalta-se que foi um momento onde a classe trabalhadora teve seus direitos valorizados, com a constituição da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas)

e a implementação dessas leis trabalhistas como forma de o Estado controlar a massa trabalhadora.

O projeto político de Vargas foi voltado para a modernização e integração nacional, visando ao desenvolvimento econômico do país, por meio da industrialização, que veio a ser incrementado e fortalecido na gestão de JK.

O planejamento urbano esteve ligado à construção de várias rodovias e ferrovias pelo país, que vieram facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, e, nas capitais e principais cidades do país foram elaborados planos urbanos, que passaram a atender à cidade de forma globalizada e não pontualmente, visando modificar o aspecto colonial, marcado pelo modelo agroexportador, para uma cidade moderna, industrializada.

No campo da arquitetura, o marco relevante foi a construção de edificações de porte monumental, representados pelos prédios públicos, mas, também, pela preocupação com a moradia para população de baixa renda. De fato, é este o momento em que o Estado toma para si a política habitacional, até então capitaneada pela iniciativa privada.

Getúlio Vargas, no período em que esteve no poder, no governo provisório ou constitucional, nomeou cinco interventores federais no Maranhão, dentre eles Paulo Ramos (1937-1945) que assumiu o governo durante o Estado Novo e foi responsável pela implantação de grandes projetos, principalmente, em São Luís.

O governo JK foi marcado pelo forte crescimento e desenvolvimento econômico do país, capitaneado pela indústria automobilística estrangeira. A rede rodoviária foi expandida em detrimento à ferroviária, para incentivar o uso do automóvel. Na gestão de JK foi construída a nova capital federal, Brasília, sendo resultado de um concurso público. Os vencedores - tanto no desenho urbano como no conjunto arquitetônico - apresentaram soluções alinhadas com a arquitetura modernista, obras, respectivamente, de Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

Ó minha cidade
Deixa-me viver
que eu quero aprender
tua poesia
sol e maresia
lendas e mistérios
luar das serestas
e o azul de teus dias

Quero ouvir à noite
tambores do Congo
gemendo e cantando
dores e saudades
A evocar martírios
lágrimas, açoites
que floriram claros
sóis da liberdade

Quero ler nas ruas
fontes, cantarias
torres e mirantes
igrejas, sobrados
nas lentas ladeiras
que sobem angústias
sonhos do futuro
glórias do passado.

Bandeira Tribuzzi. *Hino de Louvação a São Luís.*



CAPÍTULO 03

SÃO LUÍS: DA CIDADE COLONIAL À MODERNA

Figura da página anterior: Vista do centro histórico de São Luís. Fonte: LOPES, 2008.

3. SÃO LUÍS: DA CIDADE COLONIAL À MODERNA

São Luís, capital do Estado do Maranhão (Brasil), foi fundada por franceses em 8 de setembro de 1612¹²⁵. O núcleo original localizava-se num promontório, com altura de 15 metros, que favorecia a visibilidade do movimento de embarcações que chegavam à cidade. Em 1615, a cidade foi conquistada pelos portugueses; em 1640, os holandeses invadiram a capital, sendo expulsos em 1644. Tornou-se vila em 1619, e recebeu o *status* de cidade em 1677, com pouco mais de seiscentos habitantes, quando passou a ser sede do bispado (Meirelles, 2015a [1992]).

O governo português, no intuito de dominar, conquistar e manter a posse do território, se articulou com grupos econômicos locais, ligados ao comércio e aos detentores de capital, para conseguir a proteção da Amazônia, aumentar as benfeitorias e a importância das funções administrativo-militares, adequando os novos fatores de produção da terra e continuidade dos lucros comerciais. Desse modo, as primeiras ações foram voltadas para a sistematização do plano urbano da cidade, projeto do Engenheiro Militar Francisco de Frias da Mesquita (1578-1645)¹²⁶, em 1618. Este plano consistia num modelo de arruamento ortogonal, organizado de acordo com os pontos cardeais, onde as fachadas das edificações apresentavam regularidade em toda a extensão da rua, ocupando toda a testada do lote e não possuíam recuos frontais, marcando, assim, o modelo implantado pelos espanhóis em suas cidades coloniais¹²⁷. Conforme Jerônimo Viveiros (2014 [1954]: 16), a cidade projetada por Frias de Mesquita não passou de dois ou três caminhos, quase sem casas.

A cidade foi crescendo lentamente e, segundo Reis Filho (2000), em 1647, São Luís possuía poucas construções, com destaque para a fortaleza, que era a edificação mais importante na época, com cerca de 200 metros de largura por 300 de comprimento e, no seu interior existiam “45 unidades, à semelhança na cidade”. A cidade extramuros tinha 31 quadras e 14 ruas, onde se distribuíam 163 casas, que poderiam receber de 600 a 800 habitantes, fora as existentes intramuros (no forte). Em sua maioria, as edificações eram feitas de taipa de mão ou de pilão, cobertas de palha, sendo materiais vulneráveis ao tempo, que não chegaram aos

¹²⁵ Período em que os franceses efetivaram, com base na política de exploração vigente na época, a colonização da França Equinocial. A partir daí, construíram o Forte *Saint Louis* e fizeram algumas feitorias em torno do mesmo. Cabendo aos portugueses o desenho da feição regular da cidade que se formava.

¹²⁶ Foi nomeado Engenheiro Mor do Brasil em 1603, ficando responsável por projetar e construir fortificações pelo extenso litoral brasileiro.

¹²⁷ Neste período Portugal fazia parte da União Ibérica.

dias de hoje. As habitações, igrejas e fortificações construídas em taipa foram, ao longo da sua existência, sendo reconstruídas com materiais mais resistentes, a exemplo da pedra e cal, e dos tijolos.

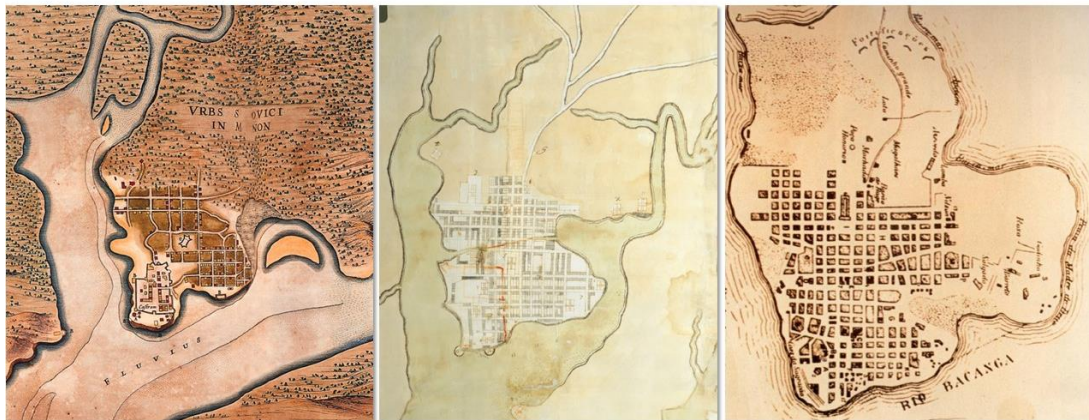


Figura 113. Mapas da evolução urbana da cidade de São Luís: 1641-1644; 1759 e 1844. Fonte: Reis Filho, 2000 e Moraes, 1989.

Em 1682, um grupo de negociantes lusitanos e o Governo Real formalizaram a criação de uma Companhia de Comércio, com o intuito de incrementar a economia do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Tal companhia, segundo Viveiros (2014 [1954]: 50), teve, por vinte anos, o privilégio exclusivo do comércio de todo o Estado, bem como a isenção de certos impostos. Desse modo, comprometeu-se em abastecer o Estado do Maranhão com produtos europeus de boa qualidade e suprir a demanda de escravos africanos. Mas, a realidade implantada foi diferente e os produtos que aqui chegaram eram de má qualidade e com custos altíssimos, e a oferta de escravos foi bem inferior ao contratado, que era trazer cerca de dez mil negros africanos. Outros pontos que contribuíram para o fracasso dessa companhia foram a ausência de transportes e de uma política governamental de controle, que impossibilitaram o progresso, condenando São Luís ao atraso por mais de meio século no quadro de colonização do Brasil (Lacroix, 2012).

Convém ressaltar que no período entre 1650 a 1750 a economia da cidade de São Luís era caracterizada pela acumulação do capital mercantil, com destaque para a grande propriedade fundiária, e a açucareira, baseada no trabalho escravo, então crescente. A população ludovicense era formada, em sua maioria, por produtores agrícolas, comerciantes,

a emergente classe mercantil, militares, operários em seus diferentes ofícios (alfaiates, carpinteiros, ferreiros, dentre outros) e os escravos domésticos (Ferreira, 2014).

Esse sistema econômico perdurou até à chegada do Primeiro Ministro de Portugal de Dom José I (1750-1777), Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, que criou a segunda Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão - CGCGPM, em 1755, que tirou o Maranhão do isolamento econômico. A política econômica do Marquês de Pombal foi considerada como a primeira dos quatro ciclos distintos da economia ludovicense que serão trabalhados nesta tese, e que estão diretamente ligados à produção arquitetônica ludovicense.

3.1. Os ciclos econômicos e o espaço urbano de São Luís, no período de 1755 a 1970.

O Ciclo Colonial

O primeiro ciclo econômico maranhense foi denominado colonial, de integração ao modelo primário-exportador, entre os anos de 1755 a 1889, e se inicia quando o Marquês de Pombal buscou inserir o Maranhão no sistema agroexportador, criando a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A CGCGPM viabilizou a inserção do Maranhão no mercado internacional, pela incrementação da sua economia agromercantil. Apoiada no trabalho escravo, possibilitou à primitiva São Luís, atividades portuárias e comerciais com elevado destaque nas atividades de exportação de arroz, couros e algodão (Meirelles, 2015c [2012]).

Contudo, para que a CGCGPM funcionasse com êxito houve uma negociação que englobou a emancipação do indígena, para substituir a mão de obra escrava negra, o reforço das políticas de defesa militar, a repressão das atividades mercantis, que eram realizadas por missionários religiosos, o incitamento à lavoura com a promessa real ao fomento do comércio e das indústrias extrativistas (Coelho Netto, 1985).

Conforme Lacroix (2012) e Ribeiro Junior (1999), a atividade agroexportadora implantada pela CGCGPM contribuiu para o crescimento demográfico da capital, passando de

aproximadamente 1000 habitantes, em 1718, para 16.580 pessoas e 1482 edificações, em 1788, de acordo com o recenseamento na época.

O século XIX colheu os frutos do desenvolvimento econômico do século anterior, baseado numa economia agrícola e escravocrata, refletindo-se na constituição de um conjunto arquitetônico colonial português, caracterizado pela presença de azulejos de diversas cores e padrões, balcões engastados ou sacados, isolados ou corridos, esculturas em cantarias nos portais, portas e janelas, dentre outros detalhes construtivos e decorativos. As habitações passaram a dividir o espaço urbano com novas tipologias, como: teatros, hospitais e indústrias. Nesse século, a cidade de São Luís foi considerada a quarta mais importante do Brasil Imperial, ficando atrás somente do Rio de Janeiro, na época, capital do país, Salvador, primeira capital do Brasil colônia, e Recife¹²⁸ (Maireles, 2015b [1960]).



Figura 114. Praça Pedro II em 1908. Fonte: Cunha, 1908.

¹²⁸ Antiga capital do Brasil Holandês (1630-1654).

Nesse período, o Estado começou a preocupar-se com o ordenamento urbano da capital, por meio da implantação do primeiro código de posturas¹²⁹ da cidade, o de 1842. Tal código apresentava três grandes áreas, sem divisões: a do comércio e indústria; a da salubridade e a do espaço público (construções, trânsito e segurança). Este código indicava quais os materiais construtivos que eram proibidos dentro da área urbana, a saber, a utilização da palha de pindoba nas coberturas. Esta postura resultou numa ação excludente e segregacionista, na medida em que só as pessoas que dispunham de dinheiro para construir edifícios que representassem, esteticamente, os ideais das classes abastadas (nobreza, grandes comerciantes e a burguesia emergente), poderiam habitar na área urbana de São Luís; Proibia, também, a instalação de fábricas dentro do perímetro da cidade. O referido código apresentava uma preocupação com a estética urbana, sendo impositivo que as edificações em ruínas ou em arruinamento fossem demolidas em prol da segurança dos transeuntes e da beleza da cidade, passando para os proprietários a obrigação de demolir essas construções, sob pena de multa (Selbach, 2010).

Os melhoramentos urbanos na cidade, a partir da metade do século XIX, se restringiram ao calçamento e regularização de vias públicas, em áreas onde se localizavam os casarões, as atividades econômicas (casas importadoras e exportadoras) e os setores administrativos da cidade, ou seja, em ambientes onde o dinheiro circulava, deixando às margens dos investimentos públicos áreas ocupadas pela população de baixa renda, contribuindo para a segregação socioespacial, situação que se repetia em todo território nacional.

A cidade de São Luís, em relação à estrutura urbana, de acordo com o mapa de 1844, cresceu horizontalmente, acompanhando o traçado regular e ortogonal implantado pelo engenheiro Francisco Frias de Mesquita, no século XVII, no sentido oeste-leste, com a construção de uma via que interligava a área central, o Bairro da Praia Grande e entorno, com bairros distantes, através do Caminho Grande¹³⁰, principal eixo de ligação entre a capital e as demais vilas da cidade, pois a cidade ficava limitada pelos dois rios, Bacanga e Anil. Esta via, na época, reunia alguns sítios, quintas e chácaras, que se prolongavam até às fortificações de proteção contra indígenas, nas imediações do que hoje se denomina o Bairro do Monte Castelo, mantendo-

¹²⁹ O código de posturas era um instrumento regularizador da produção do espaço urbano e estabelecia modos de convivência e controle social. São Luís teve 5 códigos de posturas: 1842, 1866, 1893, 1936 e 1968 (o atual em vigor).

¹³⁰ Na época, esse trecho, também, era conhecido como Estrada Real ou Rua Larga, e começou a se consolidar em 1665, quando passou pelos primeiros melhoramentos e obras públicas.

se por um longo período como caminho de acesso à zona rural, só mudando essa configuração na década de 1940, com a construção da Avenida Getúlio Vargas (Ribeiro Junior, 1989; Nascimento, 2017b).

Entre os anos de 1850 a 1880, o Poder Público, buscando acompanhar a capital federal, tomou a iniciativa de dotar a cidade de serviços de infraestrutura com intuito de a modernizar. O primeiro serviço implantado foi o de abastecimento de água, em 1856¹³¹, realizado pela Companhia das Águas do Rio Anil, com a responsabilidade pela captação e distribuição de água para a cidade. Essa distribuição, a princípio, se deu através de sete chafarizes localizados em praças e largos da cidade¹³²: Largo do Quartel, Praça João Lisboa, Largo de Santo Antônio, Praça da Alegria, Praça do Comércio e Praça do Mercado.



Figura 115. Chafariz implantado na Praça João Lisboa. Fonte: Cunha, 1908.

¹³¹Até aos meados do século XIX, o abastecimento de água era realizado pela própria população, que retirava a água de poços ou nascentes, ou pelos aguadeiros que vendiam água pela cidade.

¹³² A Companhia das Águas do Rio Anil foi criada pela Lei nº287, que exploraria esse serviço por 60 anos. A água era captada e encaminhada por um condutor até uma caixa d'água de quatro metros de altura, localizada no Campo de Ourique, e a partir dessa encaminhada para os chafarizes.

Em 1874¹³³, foi criada uma nova companhia de água, a Companhia de Águas São Luís, que disponibilizou o serviço de água encanada para as edificações. Mas, esse serviço não atendeu nem dois terços dos 4814 domicílios existentes na época.

Contudo, somente na segunda metade da década de 1920, o serviço de esgoto viria a ser implantado. Segundo enfatiza Palhano (2017 [1988]), em seu livro “A produção da coisa pública”, São Luís, possivelmente, foi a última capital brasileira a introduzir esse sistema, contribuindo, assim, para uma série de problemas sanitários que assolaram a cidade nas primeiras décadas do século XX (Meireles, 2015c [2012]; Lacroix, 2012).

A respeito do serviço de iluminação pública, as primeiras luminárias à base de azeite foram instaladas em 1825; posteriormente, em 1843, esta foi substituída pela iluminação à base de álcool terebentinado, quando foram introduzidos 155 lampiões de cobre nas vias públicas.

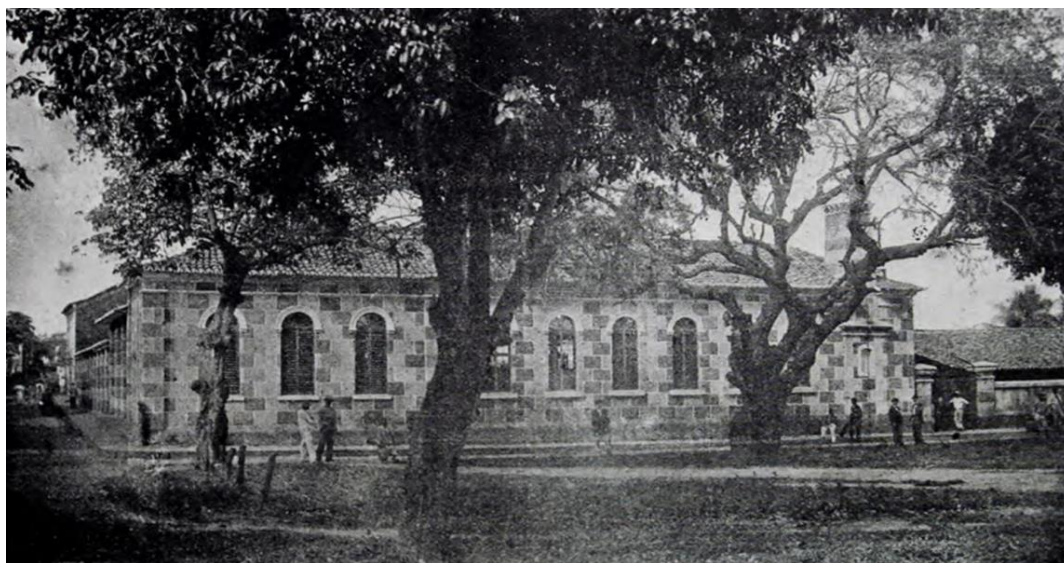


Figura 116. Edifício do Gasômetro pertencente à Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão, que iluminou a cidade de 1863 a 1918. Fonte: Texeira, 1899.

A iluminação a gás hidrogênio começou a ser implantada em 1858, sendo trocada em 1863, pelo gás carbônico. César Marques (1970 [1870]) afirma que no ano de 1870, a cidade possuía 488 combustores que forneceriam iluminação para nove repartições públicas e 442 casas particulares. O edifício do gasômetro, que distribuía gás para toda a cidade, foi

¹³³ Anteriormente, em 1866, foi instalado o novo código de posturas, por meio da Lei nº 775 de 4 de julho de 1866, repetindo muitos dos artigos do anterior, com 211 artigos distribuídos em quatro títulos (regularidade e aformoseamento, comodidade e seguridade, salubridade e disposições finais).

desativado em 1918, com a instalação da rede elétrica (Meireles, 2015c [2012]). Em 1921, segundo Fran Paxeco (1923), São Luís apresentava 838 postes de iluminação pública e servia 500 consumidores individuais.

Em 1890, foi instalada a primeira Companhia Telefônica do Maranhão, servindo com seus aparelhos, inicialmente: três repartições federais, 19 estaduais e 189 particulares, totalizando 211 aparelhos. Em 1921 a cidade já apresentava 420 aparelhos; destes, 48 estavam em repartições públicas, 4 em associações, e 368 em particulares (Paxeco, 1923).

Ainda no século XIX, foram implantados, em 1872, pela Companhia Ferro-Carril, os primeiros bondes a tração animal, fazendo com que São Luís ocupasse, naquele momento, a posição de uma das capitais mais modernas do país. Esse modelo de transporte coletivo veio substituir as carruagens ou carroças que cumpriam essa função. A companhia iniciou seus trabalhos com cinco linhas, que saíam do Largo do Palácio no intuito de abranger toda a cidade, chegando às regiões mais afastadas do centro.

Em 1879, a Empresa Ferro Carris Maranhense fica responsabilizada pelo transporte urbano da capital, e, essa mesma companhia, em 1896, implanta na cidade os bondes a vapor, que passaram a cobrir linhas urbanas e suburbanas. Estes bondes funcionaram até 1924, quando foram substituídos pelos bondes elétricos, uma vez que a antiga iluminação a gás foi substituída pela elétrica em 1918, favorecendo a implantação desse novo sistema, que representou para o Estado o símbolo do progresso da cidade. O Estado adquire a Companhia Ferro-Carril, e passa o seu gerenciamento para a *Ullen & Company*, empresa americana, que ficou responsável pelo gerenciamento dos serviços de água, esgoto, luz e tração elétrica da cidade (Palhano, 2017 [1988]).

A implantação de bondes elétricos contribuiu para o desenvolvimento urbano, principalmente para a modernização da cidade, com a implantação da rede elétrica, que ampliou a capacidade de atendimento das linhas de bondes. Esse sistema de transporte coletivo, também, possibilitou o crescimento do mercado imobiliário, fazendo com que áreas antes desprestigiadas, passassem a ser valorizadas, como o Caminho Grande, que levava ao

Bairro do Anil¹³⁴. A valorização dessas terras ocasionada pelos “trilhos”, fez com que muitas famílias, que moravam nesses locais afastados, deixassem suas casas o que ocasionou, àquela época, um processo de gentrificação.

Verifica-se actualmente a febre de construções que vai por todas as linhas suburbanas do Carris de São Luís. Dos dois lados, bungalows, já na maioria de tipo moderno, risonho e asseados. Não há exagero e optimismo em afirmar que os benefícios trazidos pelos “tramways” electricos são dos mais célebres. Continue ele a funcionar com regularidade e segurança, e o progresso material de São Luís não mais sofrerá a estagnação dolorosa que nos abate desde o início da república, antes irá cada ano – cada mês – a aumentar (Jornal Pacotilha, 1924).

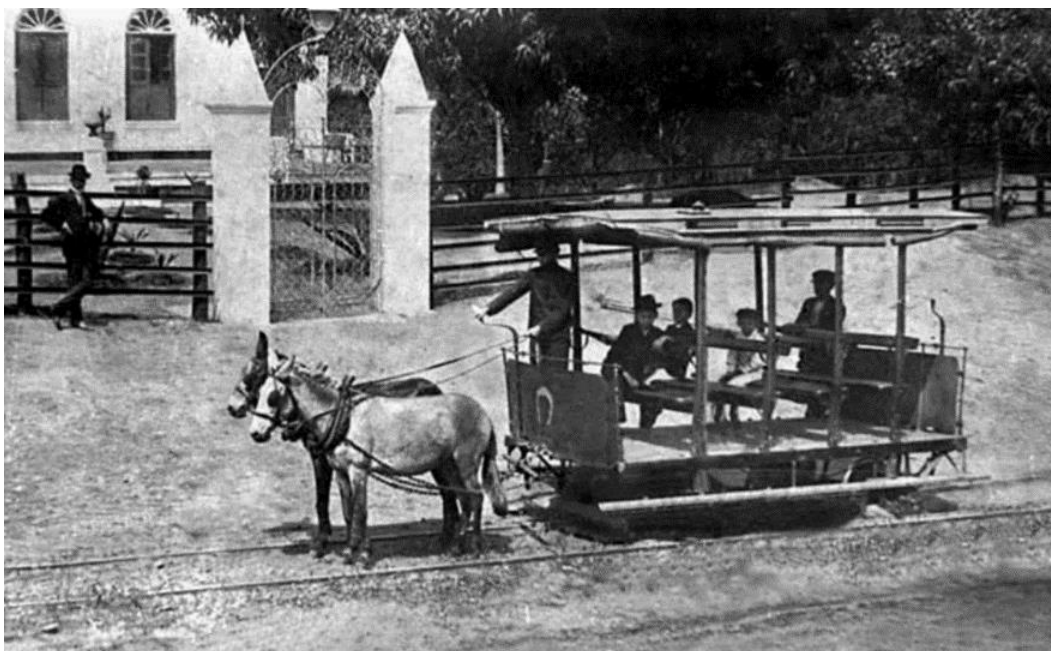


Figura 117. Bonde da Companhia Ferro-Carril com passageiros. Fonte: Cunha, 1908.

O século XIX foi marcado pelo grande desenvolvimento econômico e pelo início de ações voltadas para melhoria do serviço de saneamento e infraestrutura urbana. São Luís, na época, já apresentava dez praças, dezoito igrejas, dezoito edifícios públicos, a exemplo do Palácio do Governo, o Teatro Artur Azevedo, o Quartel Militar; seis fontes, como a das Pedras e Ribeirão (Figura 117 e 118) (Ferreira, 2014).

¹³⁴ A partir de 1951 começaram a circular os ônibus, momento que marcou o início do desaparecimento dos bondes elétricos da cidade, que no momento encontravam-se bastante sucateados, e em 1965 é proibido a circulação desses veículos na capital ludovicense.



Figura 118. Palácio do Governo. Fonte: Biblioteca Digital Nacional do Brasil.

Contudo, esse ciclo agroexportador, de base escravocrata, começou a entrar em crise a partir da década de 1850, com a queda dos preços dos produtos exportáveis no mercado internacional, como o açúcar e o algodão, somados aos ideais republicanos e pelos movimentos abolicionistas, que foram intensificados com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), que estabeleceu o fim do tráfico da mão de obra escrava, e a assinatura da Lei Áurea (1888), que aboliu a escravidão no Brasil. Também os baixos investimentos em tecnologia nos sistemas produtivos, geraram efeitos desastrosos, nos aspectos político, econômico e cultural, contribuindo, assim, para a queda do sistema de agroexportação, e seu término em 1890 (Rolim Filho, 2016).

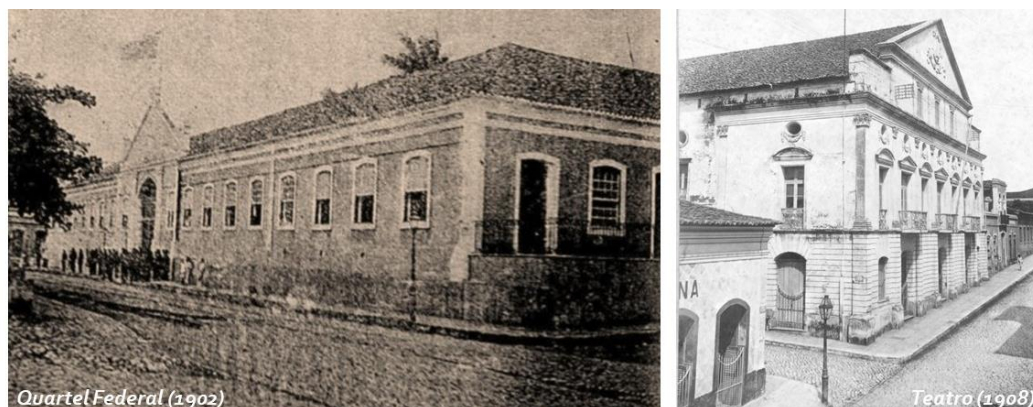


Figura 119. Principais edificações construídas no século XIX: Quartel Federal e Teatro Artur Azevedo. Fonte: Biblioteca Digital Nacional do Brasil e CUNHA, 1908.

O Ciclo Industrial

A crise no setor agroexportador fez com que a elite agrária, os detentores do capital, se readequassem e investissem no setor industrial, como forma de reativar a economia ludovicense, iniciando, assim, o ciclo econômico da indústria têxtil na capital maranhense.

(...) Foram-se por terra, praticamente, e de um golpe, todas as nossas lavouras de algodão, arroz e cana-de-açúcar, com elas nossas indústrias açucareiras e nosso comércio exportador, tudo levado de arrastão do impacto da libertação em massa do trabalhador servil, agravado isso como se não indenizarem os proprietários que, na aquisição do braço escravo, haviam investido grandes capitais.

A Associação Comercial do Maranhão conclamou seus sócios para o estudo do problema que se criara, mas nenhuma solução, mesmo de emergência, foi encontrada. Então, o pouco que se pôde salvar do desastre, vendendo-se as propriedades agrícolas por 10% de seu valor, foi aplicado na loucura industrial, na ânsia de se agarrarem à primeira tábua de salvação que se apresentou (Meireles, 2015b [1960]: 390).

A constituição da indústria brasileira, segundo Viveiros (1964: 49), se deu no ano de 1846, tendo seu desenvolvimento entre os anos de 1855 a 1895, quando atingiu cerca 134 estabelecimentos em todo país; destes, 16, encontravam-se no Maranhão, que foi considerado um dos Estados mais promissores do país, ocupando o segundo lugar no *ranking* nacional, com o maior número de indústrias do Brasil, apesar de ter começado seu fomento apenas em 1885, perdendo apenas para Minas Gerais, com 37 fábricas e, acima da Capital Federal, Rio de Janeiro, da Bahia e de São Paulo.



Figura 120. Mapa de São Luís de Justo Jansen de 1912, com a demarcação (em azul) das fábricas localizadas na cidade. Fonte: Biblioteca Digital do Brasil com demarcação em azul da autora.

O parque fabril da capital maranhense foi resultante da união do dinheiro de aristocratas rurais e da burguesia comercial, que resultou na instalação de quinze indústrias¹³⁵, fazendo com que a cidade recebesse o título de “Manchester do Norte”, menção à cidade inglesa, que teve um papel importante para o início da Revolução Industrial. A maioria desses estabelecimentos fabris eram de fiação e tecelagem, aproveitando o algodão, matéria-prima predominante no período, e pertenciam a sociedades anônimas. Os proprietários destas fábricas aproveitaram a mão de obra dos escravos libertos, pois as atividades exercidas nesses espaços não exigiam qualificação profissional especializada (Meireles, 2015b [1960]).

As primeiras fábricas foram instaladas em locais próximos ao centro comercial, e outras na periferia da cidade, em áreas com fonte de água potável abundante e com facilidade de escoamento e distribuição da produção por meio dos portos e praias, a exemplo das vias fluviais, do Rio Bacanga e do Rio Anil, principais portos da cidade, na época, e único meio de

¹³⁵ Do total de vinte sete instaladas em todo Maranhão. Esses estabelecimentos fabris englobavam indústrias têxteis, de fósforos, cerâmicas, chumbo, sabão, pregos, calçados, dentre outras (Ribeiro Junior, 1999).

saída da cidade para outras regiões, estados e países. Essas indústrias contribuíram para a melhoria da infraestrutura das áreas próximas a estes estabelecimentos, e, também, para o surgimento dos primeiros bairros proletários, a exemplo do Bairro do Anil, que nasceu em torno da Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil (1883) e o Bairro da Madre Deus, próximo da Companhia de Fiação e Tecidos Cântamo (1891) e da Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís (1893).

A arquitetura dessas construções industriais era singela, apresentando um sistema construtivo tradicional em pedra e cal, em sua maioria, e a cobertura em telha cerâmica francesa sobre estrutura metálica, que permitiu a utilização de vãos mais amplos, baseados na arquitetura industrial inglesa. Algumas dessas tipologias apresentavam platibandas demarcadas por cimbalhas. Houve, também, a predominância de vazios sobre cheios nos vãos das fachadas, com a utilização de arcos abatidos, e os acessos, em algumas fábricas, receberam destaque, que quebravam com a horizontalidade dessas edificações. Outro elemento notável nessas construções eram as chaminés em tijolo maciço e seção circular, que passaram a ser elementos de destaque na paisagem da cidade.

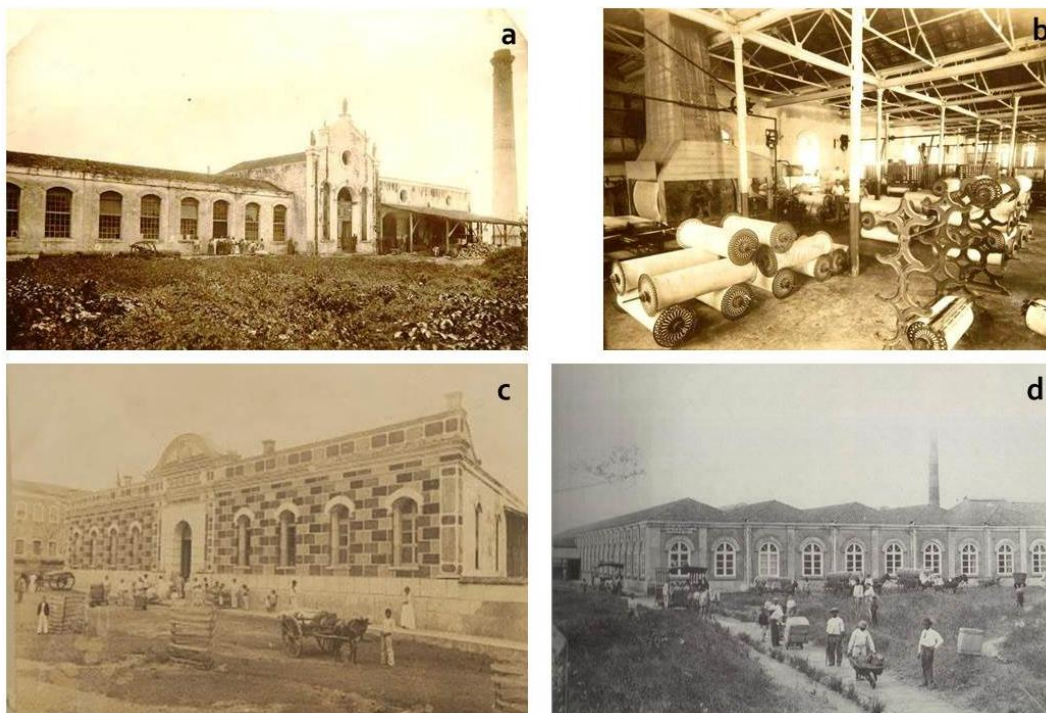


Figura 121. Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Anil (a, b), Companhia de Fiação e Tecidos Cântamo (c) e Companhia Fabril Maranhense (Fábrica Santa Amélia). Fonte: Cunha, 1908.

As fábricas, da mesma forma que os bondes, contribuíram para o processo de desconcentração demográfica e de expansão urbana, por meio dos novos núcleos populacionais, as vilas operárias, que se localizavam próximos às unidades produtivas têxteis, resultando, de certa forma, num processo inclusivo, o qual visava garantir economia de tempo e gasto pelos operários, com o deslocamento, assegurando, assim, maior assiduidade na produção. Muitos desses bairros surgiram sem nenhum serviço de infraestrutura, como abastecimento de água, sistema de esgotos e coleta de lixo. Essas vilas apresentavam, em sua maioria, o modelo “porta e janela colonial”, em lotes estreitos. É importante frisar que nem todos os operários conseguiram morar em vilas operárias, ocasionando o surgimento de sub-habitações às margens dos rios Anil e Bacanga (Ribeiro Junior, 1999; Ferreira, 2014).

O processo de industrialização da capital ludovicense não gerou grandes aumentos demográficos, nem grandes impactos na urbanização da cidade. Os melhoramentos urbanos do início do século XX se deram em áreas frequentadas pela elite local, como dito anteriormente, enquanto a população de baixa renda nada recebia, e São Luís chegou à segunda metade do século XX com os mesmos problemas do século anterior: falta de água, esgotos e de limpeza urbana para a maioria da população, que resultou em terríveis epidemias, como a da peste bubônica, que ocasionou a morte de muitas pessoas.

A ausência de infraestrutura contribuiu para o surgimento dos primeiros planos voltados para higienização e melhoramentos estéticos por todo Brasil; na capital ludovicense não foi diferente. As primeiras propostas ficaram mais no plano teórico do que no prático, mas serviram de base para estudos futuros, como o Relatório de 1902, de Palmério Cantanhede¹³⁶, intitulado “Saneamento das Cidades e sua aplicação à Capital do Maranhão”, onde são abordados de forma técnica e científica os problemas urbanos e sanitários de São Luís. Este relatório já trazia no seu escopo questões que enfatizavam que o Poder Público deveria ser o responsável pelo ordenamento e desenvolvimento urbano da cidade, prática, até então, do Estado.

Em 1904, foi criado o Código Sanitário Municipal (Lei nº 358, de 09 de junho de 1904), que tinha como objetivo regular as construções das mais diversas tipologias, com intuito de que

¹³⁶ Bacharel em Ciências Matemáticas pela Faculdade de Ciências de Genebra e Engenheiro Civil pela politécnica de Detroit dos Estados Unidos da América.

as novas construções apresentassem boas condições sanitárias e corrigissem os defeitos das construções existentes nas obras de reformas, por meio de remodelação. O objetivo da remodelação era adaptar estes prédios a novas condições de uso e higiene, imprimindo-lhes salubridade, com a exigência de que todos os ambientes das residências fossem iluminados e arejados (Lopes, 2013).

Foi a partir da década de 1920, contudo, que o poder público adotou os serviços de infraestrutura como uma política prioritária, sendo iniciada na gestão de Urbano Santos (1918-1922) e consolidada nos governos Godofredo Viana (1922-1926) e Magalhães de Almeida (1926-1930).

Praticamente ao longo de quase toda a década de 1920, a maioria dos cerca de 60.000 habitantes de São Luís viviam uma situação de decadência urbana e, por isso mesmo, continuavam prisioneiros de velhos problemas, como a contaminação da água, a poluição dos mananciais, o precário saneamento, a falta de luz, e sujeitos a doenças terríveis, como o tifo e a febre amarela. Com exceção de uma minoria, a maior parte da população da República Ludovicense não teve acesso pleno aos serviços públicos. Continuaram usando lamparinas e lampiões, não beberam água potável de boa qualidade e ficaram privadas de esgotos (Palhano, 2017 [1988]: 160).

O sonho da industrialização deu os primeiros sinais de estagnação econômica na década de 1920, refletindo na falência gradativa deste setor, que sobreviveria até à década 1960, quando as últimas fábricas fecharam suas portas. O insucesso das atividades fabris, segundo Viveiros (1964), se deu por uma soma de diversos fatores: a inexistência de um setor agrícola forte e a incapacidade de articulação econômica com o governo; uma tributação elevada; mão de obra despreparada; e pela ausência de visão por parte dos gestores desses empreendimentos. Todos estes fatores contribuíram para que São Luís não se estabelecesse como uma capital industrial.

Em relação à “São Luís Industrial”, capitaneada pelo setor têxtil, ao final da década de 1960, nenhuma das unidades fabris deste ramo sobreviveria. Com a perda gradual dos mercados que caberiam ao conjunto fabril têxtil do Maranhão, como Ceára, Piauí, Pará e Amazonas, as fábricas, aos poucos, foram asfixiadas. O mercado interno insuficiente, comprovador de uma relação setorial imperfeita, o primário e o secundário desajustados, onde a população era vista tão somente como força de trabalho e muito pouco como força de consumo, tratou de fechar o ciclo das velhas fábricas (Ribeiro Júnior, 1999:78).

O Ciclo do Babaçu

O enfraquecimento das atividades fabris fez com que a economia maranhense voltasse seus interesses para a importância comercial do babaçu (produção e exportação de óleo alimentar e cosmético) e as plantações de arroz irrigado e de sequeiro. O babaçu, produto extrativo, contribuiu para o reequilíbrio da economia e começou a desenvolver-se na década de 1930, resultante da demanda do mercado internacional por essa amêndoa oleaginosa, principalmente o europeu, e foi considerado a salvação do Maranhão por Getúlio Vargas, por ser um produto onde tudo era aproveitado (Holanda, 2008; Tribuzi, 1981).

O processo de extração do óleo do babaçu era bastante rudimentar, e fazia uso da mão de obra neoescrava¹³⁷, as quebradeiras de coco, que trabalhavam em jornadas exaustivas e com rendas abaixo do necessário para a sua sobrevivência, o que era lucrativo para os industriais, pelo fato de terem poucos gastos com a sua extração (Meireles, 2015b [1960]; Coelho Netto, 1985).

Ainda que houvesse um mercado aquecido que demandasse mais e mais babaçu, a produção, por artesanal e extrativa (ou seja, não era sequer cultivada), não conseguia crescer aos ritmos necessários para suprir a esta demanda, sendo a oferta restrita à capacidade da própria natureza à extração (Rolim Filho, 2016: 55).

Para Holanda (2008), a política do babaçu possibilitou um certo dinamismo na economia do estado, mesmo sem ter tido uma grande abrangência nacional. A baixa produtividade na produção do óleo de babaçu, em decorrência da sua extração rudimentar, contribuiu para o processo de decadência desta cultura, no final da década de 1970, gerando, mais uma vez, uma estagnação econômica no Estado.

A estagnação econômica no período de 1950 a 1970 contribuiu para a preservação do acervo arquitetônico, impedindo uma renovação urbana radical da cidade. Em decorrência disso, a UNESCO inscreveu São Luís como Patrimônio Cultural da Humanidade (1997), pois seu conjunto arquitetônico encontrava-se homogêneo e preservado pelo isolamento econômico (Lopes, 2013; Burnett, 2008).

¹³⁷ Termo relacionado aos trabalhadores, urbano ou rurais, que são submetidos a uma situação semelhante à de um escravo, sem um contrato válido; ou pela privação à liberdade e exposto a condições humilhantes no seu trabalho ou pela jornada exaustiva de trabalho.

Durante o ciclo do Babaçu, na década de 1950, a cidade deixou de ser industrial e tornou-se administrativa, reforçada pelo capital comercial, pois precisava adequar o tecido urbano tradicional às novas exigências funcionais de equipamentos de serviço e circulação viária. Desta forma, o então diretor do Departamento de Estradas e Rodagem, Engenheiro Ruy Mesquita, elaborou o “Plano Rodoviário de São Luís (1950)”, onde vislumbrava a cidade para além do centro antigo, com construção de pontes sobre o Rio Anil e o Rio Bacanga, com outras vias, de forma a alcançar áreas ainda não exploradas a contento. Havia nesse plano um teor de modernidade e uma intenção de descentralizar a cidade antiga, designando novas centralidades de modo a criar uma cidade nova do outro lado dos rios Anil e Bacanga. Essas ideias foram reforçadas com o “Plano de Expansão da Cidade de São Luís”, do próprio Ruy Mesquita, de 1958, considerado o primeiro documento técnico que tratava sobre o crescimento da cidade, propondo a ocupação de novas áreas, fora do centro antigo e do eixo de crescimento da cidade, a Avenida Getúlio Vargas.

A primeira ponte sobre o Rio Anil foi construída em 1968, a Ponte Newton Bello, conhecida como ponte do Caratatiua. Visava diminuir a distância do centro da cidade à Praia do Olho d’água, ocasionando o aumento de número de residências para o norte da cidade, devido à facilidade de circulação. A outra ponte sobre o Rio Anil¹³⁹, foi a Ponte José Sarney, também conhecida como Ponte do São Francisco, construída em 1970, que ligava a cidade de então, o atual centro histórico, com o Bairro do São Francisco, abrindo caminho para a conquista da faixa litorânea compreendida pelas praias da Ponta d’Areia e o Calhau, que passou a ser habitado por famílias de alta renda (BARROS, 2001). Para Ferreira (2014, p.52), a construção dessas pontes:

significou maiores possibilidades de se materializar a reprodução do espaço urbano e do capital, haja vista a valorização das terras localizadas nos mencionados setores, o que tornou bastante oportuno o investimento público (principalmente) e particular em novas vias de acesso, assim como em demais equipamentos. Daí, a população que antes residia no centro histórico, revelar a intenção em sair do mesmo e localizar-se nos referidos setores.

A ponte sobre o Rio Bacanga, a Barragem do Bacanga, começou sua construção em 1968, sendo concluída em 1973. Um dos principais objetivos dessa barragem foi facilitar o acesso da cidade à Ponta do Itaqui, que futuramente viria a receber o Porto do Itaqui (1973),

¹³⁹ A terceira ponte sobre o Rio Anil foi construída em 1985, denominando-se Ponte Bandeira Tribuzi.

principal ponto de entrada e saída de produtos do Estado por via marítima, reduzindo a distância de 36 km para 9 km. Essa área, ao contrário da litorânea, foi sendo ocupada pela população de baixa renda, que se instalou em loteamentos populares, cuja construção seria pelo sistema de autoconstrução.

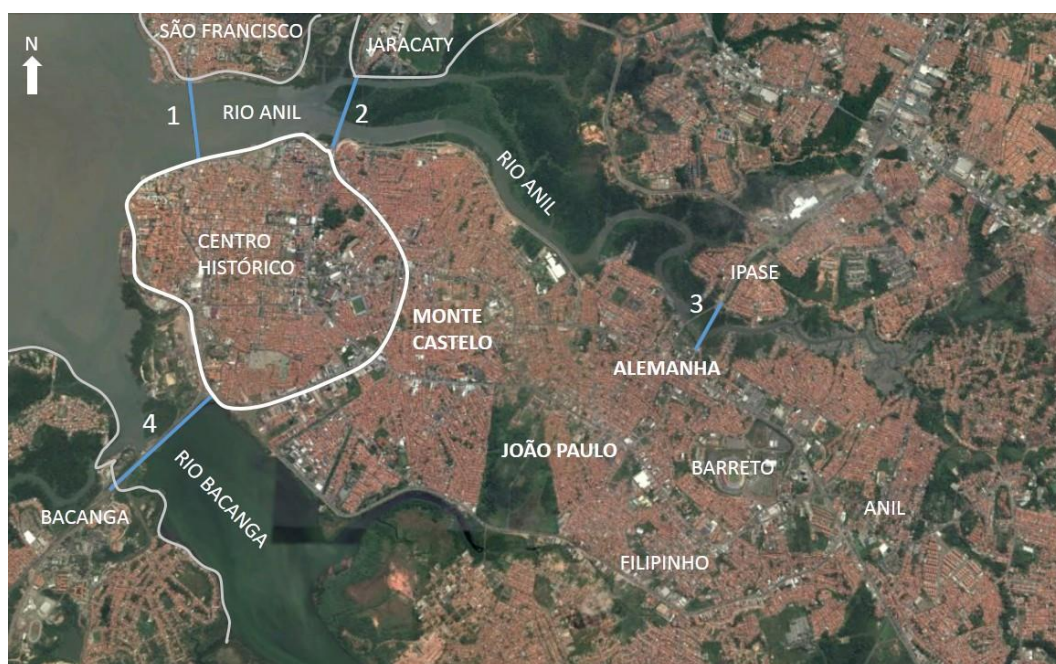


Figura 123. Vista aérea com as Pontes sobre o Rio Anil e Bacanga: 1. Ponte José Sarney (1970); 2. Ponte Bandeira Tribuzi (1985); 3. Ponte Caratatiua (1968); 4. Barragem do Bacanga (1968-1973). Fonte: Google Earth com demarcação da autora, 2018.

Ciclo da Integração Produtiva à Economia Nacional

Na década de 1970, São Luís começa a receber grandes projetos de minério e metalurgia, o Projeto Grande Carajás, com a instalação da Companhia Vale do Rio Doce e a Alumar, que contribuíram para que São Luís se integrasse produtivamente à economia nacional (Holanda, 2008).

Segundo Ribeiro Junior (1999), nesse período, a cidade de São Luís apresentou um grande crescimento demográfico, havendo necessidade da construção de moradias para a população de baixa e média renda. Assim, a partir de 1967, surgem os grandes conjuntos residenciais, promovidos pelo SFH/BNH em parceria com as IAPs, que resultou na criação da Companhia de Habitação do Maranhão (COHAB/MA) e cooperativas¹⁴⁰, ampliando a

¹⁴⁰ No intervalo de 1971 a 1980 foram construídos 18 conjuntos habitacionais; destes, oito foram da COHAB e dez de cooperativas (Ferreira, 2014).

implantação de conjuntos habitacionais. A cidade começou a se verticalizar com o incremento do setor da construção civil, tendo o seu ápice no final do século XX. Mas o Estado não conseguiu atingir todos os públicos com sua política habitacional, o que acarretou problemas ligados ao uso e posse da terra, com a ocupação de áreas frágeis da cidade, como margens de rios e manguezais, por parte da população de baixa renda, excluída desse processo.

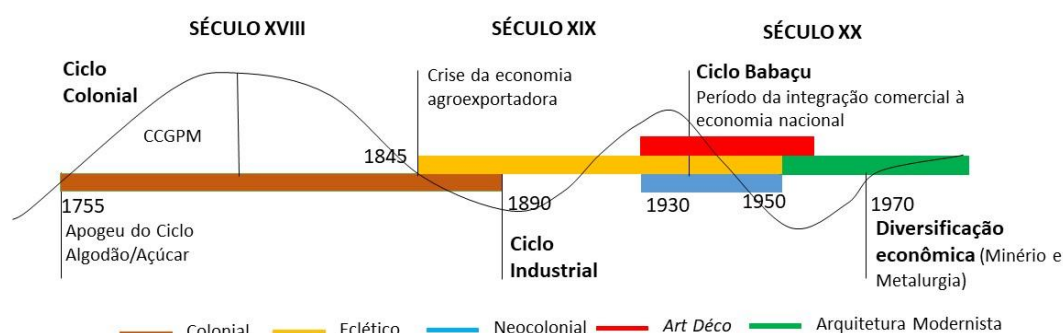


Figura 124. Linha do tempo dos Ciclos econômicos do Maranhão. Fonte: autora, 2018.

3.2. O panorama político de São Luís do Maranhão no período de 1930 a 1960

A Revolução de 1930 destituiu do Governo Federal o então Presidente da República Washington Luís (1926-1930), fazendo com que Getúlio Vargas instituísse o governo provisório no país, por meio do decreto nº 19.398 de 11 de novembro de 1930. Vargas indicou governadores estaduais de sua confiança, em sua maioria oficiais do Exército, com o título de interventor federal. No período do Governo Provisório de 1930 a 1934, o Maranhão teve cinco interventores federais¹⁴¹, que ficaram responsáveis por designar os prefeitos da capital maranhense que, na época, eram conhecidos como intendentos municipais, escolhidos de acordo com os interesses políticos do Estado.

¹⁴¹ Major José Luso Torres (02 a 15 de novembro de 1930), José Maria Reis Perdigão (27 de novembro de 1930 a 9 de janeiro de 1931), Padre Astolfo de Barros Serra (9 de janeiro a 18 de agosto de 1931), Capitão Lourival Seroa da Mota (8 de setembro de 1931 a 10 de fevereiro de 1933), Capitão Antônio Martins de Almeida (29 de junho de 1933 a 22 de julho de 1935).

Em 1934, a reconstitucionalização do País foi instalada e eleita a nova assembleia constituinte maranhense¹⁴², atual Assembleia Legislativa. Esta casa elegeu, em 22 de Julho de 1935, indiretamente, por meio de alianças entre o Partido Republicano (PR) e a União Republicana Maranhense (URM), com maioria na assembleia, o médico Aquiles Lisboa (1872-1954). Este não ficou muito tempo no poder, pois sofreu um processo de *impeachment*, de acordo com o Decreto Lei nº 01 de 8 de abril de 1936, com menos de um ano no governo, por crime de responsabilidade (Lima, 2010; Meireles, 2015b [1960]).

Em junho de 1936, Getúlio Vargas nomeou o Major Roberto Carneiro de Mendonça para o cargo de interventor federal no Maranhão, interinamente, com a missão de acalmar os partidários insatisfeitos e organizar a eleição de seu sucessor. Também, foi incentivado a averiguar os possíveis candidatos à sua sucessão, que não foram aprovados pelo presidente. Desta forma, Vargas indicou a candidatura de Paulo Ramos¹⁴³ ao Governo do Estado, que foi eleito governador pela Assembleia Legislativa, em agosto de 1936, apoiado pelo Partido Social Democrático - PSD, pela União Republicana Maranhense – URM, e pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB. Paulo Ramos ficou encarregado de restabelecer a ordem e normalidade no Maranhão, e foi responsável pela fundação do Partido Evolucionista Maranhense, por meio da articulação dos grupos de políticos do PSD, PSB e URM, em setembro de 1937 (Buzar, 2014 [1998]).

O partido que Paulo Ramos fundou não durou dois meses, pois foi extinto com o golpe de estado decretado por Getúlio Vargas, em novembro de 1937, estabelecendo o Estado Novo. No Estado Novo, o poder ficou centralizado nas mãos do Governo Federal, várias instituições públicas foram destituídas, e os governadores estaduais passaram a ser indicados pelo presidente da República. Este foi o caso de Paulo Ramos, que assim foi interventor federal de 1937 a 1945 no Maranhão. Mário Meireles (2015b [1960]) considera “os nove anos de sua administração de Paulo Ramos como os mais profícuos e progressistas que o Maranhão tem gozado”.

Extintos os partidos políticos, Paulo Ramos, com os poderes advindos do Estado Novo, passou a reinar sozinho no Maranhão, de dezembro de 1937 a abril de 1945, tempo em que executou numerosos e expressivos empreendimentos públicos,

¹⁴² Esta assembleia promulgou a terceira Carta Constituinte do Estado, no dia 16 de outubro de 1935, que foi uma cópia da federal, onde foi extinto o cargo de vice-governador. A sucessão deste cargo, no caso de vacância do executivo, seria pela ordem, pelos titulares dos poderes legislativo e judiciário (Meireles, 2015b [1960]).

¹⁴³ Paulo Martins de Sousa Ramos (1896-1969) nasceu em Caxias (MA) e foi bacharel em Direito. Funcionário concursado do Ministério da Fazenda, trabalhou no Tesouro Nacional do então distrito Federal.

sobretudo em São Luís. Mas esse também foi um período em que o interventor, em contrapartida, deu vazão às mais torpes demonstrações de arbítrio e de autoritarismo, perseguindo e prendendo os que não rezavam pela sua cartilha, toda ela estribada no obscurantismo da ditadura de Vargas (Buzar, 2014 [1998]: 45).

Paulo Ramos rompeu com o estágio de decadência latente que o Maranhão vinha passando. Para tanto, modernizou suas estruturas, tratou de recuperar administrativa e economicamente as finanças estaduais, por meio do incremento do aparelho burocrático e pela ampliação dos cuidados com a fiscalização e arrecadação das contas públicas, o que se refletiu no desenvolvimento econômico e no equilíbrio financeiro. Investiu também na melhoria do sistema de transportes, dotando o Maranhão de estradas, que ligavam os grandes centros de produção a São Luís. Foram essas as principais metas da gestão de Paulo Ramos.

Estabeleceu um plano rodoviário para o Estado que viria a melhorar o sistema de vias de comunicação e transporte, contribuindo para a assistência à lavoura, tornando o comércio mais ágil com o estímulo do escoamento da produção, além da construção da ponte ferroviária Benedito Leite, que interligou a ilha de São Luís ao continente.



Figura 125. Instituto de Educação do Maranhão, construído na gestão de paulo Ramos. Fonte: Jorge, 1950.

Na capital, implantou o plano urbanístico de Otacílio Ribeiro para a sua modernização, bem como diversas obras públicas, a exemplo da completa reforma do Palácio do Governo, a

construção do Instituto de Educação do Maranhão¹⁴⁴, a construção do Palácio da Educação e outras escolas, o Hotel Central, o 24º Batalhão de Caçadores e o Mercado Central, dentre outras. Tratou de instalar as colônias de psicopatas e de leprosos, criou o Centro de Saúde Paulo Ramos, a Maternidade Benedito Leite e restaurou o Hospital Geral do Estado, além da criação do Banco do Estado do Maranhão, Radio Timbira e Aeroclube do Maranhão que, a princípio, funcionou no Palácio do Governo. Todas as repartições públicas foram acomodadas em prédios novos ou totalmente reformados (Ramos, 1943; Meireles, 2015a [1992]).



Figura 126. Centro de Saúde Paulo Ramos. Fonte: Jorge, 1950.

No quesito da cultura e da memória, remodelou e mandou construir praças, para a instalação de monumentos que homenageassem figuras ilustres do Estado e do País.

Com o enfraquecimento do regime ditatorial e o processo de redemocratização do País, Paulo Ramos promoveu, ainda como interventor, o processo de reorganização partidária, por meio da Lei Constitucional nº 09, de 28 de fevereiro de 1945. Esta ficou conhecida por Ato Adicional, instituído por Getúlio Vargas, forçado pelas circunstâncias externas¹⁴⁵ e internas¹⁴⁶, que determinava a realização de eleições presidenciais e de deputados à Câmara Federal e às Assembleias Legislativas. De pronto, as forças políticas democráticas começaram

¹⁴⁴ Antigo CEFET e atual Instituto Federal de Ciência e tecnologia do Maranhão - IFMA.

¹⁴⁵ Término da II Guerra Mundial.

¹⁴⁶ Fim da censura, anistia aos presos políticos, lançamento de candidaturas a presidente da República.

a se mobilizar e preparar para as eleições, por meio de diversos grupos partidários (Buzar, 2014 [1998]; Meireles, 2015b [1960]).

O panorama político sofreu mudança, Paulo Ramos renunciou ao cargo de interventor federal em março de 1945, por discordar do candidato escolhido por Getúlio Vargas à sua sucessão. O candidato de Ramos era Eduardo Gomes, do União Democrática Nacional (UDN) e o de Vargas, o general Eurico Gaspar Dutra, do PSD, o que significaria o retorno de Vitorino de Brito Freire¹⁴⁷, à política estadual. Vitorino Freire esteve no Maranhão pela primeira vez, em 1934, a convite de Getúlio Vargas com o intuito de ajudar o então interventor federal, o capitão Antônio Martins de Almeida, a colocar ordem na política e finanças do Estado. Esteve vinculado ao PSD, criado em 11 de agosto de 1934, sendo responsável por organizá-lo e levá-lo a um bom desempenho nas eleições de 1935, onde se candidatou a deputado federal, mas não teve êxito, em decorrência das ações de Martins Almeida, conhecido como violento e perseguidor.

O governo estadual, com a chegada de Paulo Martins Ramos, por indicação de Getúlio Vargas, em 1936, fechou as portas para Vitorino, que retornou ao Rio de Janeiro, onde se integrou ao Ministério da Educação e Cultura (Buzar, 2014 [1998]; Lima, 2010). Retornou ao Maranhão, na metade da década de 1940, com o intuito de fortalecer o poder de Getúlio Vargas e, posteriormente, articulou a campanha do general Gaspar Dutra, do PSD.

Dutra obteve êxito nas urnas e garantiu ao seu partido a indicação de um novo interventor federal para o Maranhão, o empresário Saturnino Belo¹⁴⁸, por sugestão de Vitorino, que conseguia concentrar o poder em suas mãos, manipulava verbas e candidaturas políticas. Vitorino Freire governou o Estado sem nunca ter sido governador, pois era um grande articulador e chefe oligárquico, sendo responsável pelo sistema político e administrativo que dominou o Maranhão de 1945 a 1965. Para o deputado Afonso Matos, em entrevista ao *Jornal Imparcial*, de 15 de março de 1946 (*apud* Buzar, 2014 [1998]: 54), “ninguém galgará o poder do Maranhão sem o apoio de Vitorino Freire e de seus amigos, que dispõem de força

¹⁴⁷ Vitorino Freire (1908-1977), pernambucano da cidade de Pedra. Trabalhou no gabinete do ministro da viação e obras públicas de Getúlio Vargas, do qual se aproximara na Revolução de 1930. Em 1937, casa-se com a maranhense Maria Helena de Oliveira, consolidando seu vínculo com o Maranhão (Buzar, 2014 [1998]).

¹⁴⁸ Nasceu em São Luís em 1890. Foi Deputado da constituinte maranhense de 1934 a 1937 e era filiado ao PSD, liderado por Vitorino Freire. Candidatou-se ao Governo do Estado em 1950, onde saiu derrotado por Eugênio Barros. Faleceu em 1951 (Buzar 2014 [1998]).

política para resistir a quaisquer combinações de partido ou a qualquer coligação partidária”. Este período ficou conhecido como “O Vitorinismo”.

Saturnino Belo assumiu a interventoria em fevereiro de 1946, ficando até abril de 1947, mês da posse do novo governador do Estado, Sebastião Archer da Silva¹⁴⁹. Este foi eleito por voto direto e secreto, de acordo com a nova Constituição do país, promulgada em setembro de 1946, ficando no governo pelo período de 1947 a 1951, tendo como vice Saturnino Belo, eleito pelo voto indireto da Assembleia (Buzar, 2014 [1998]).

A gestão de Sebastião Archer foi marcada por várias realizações, a saber (Silva, 1948 e 1950):

- a) Prosseguimento e conclusão das obras do Palácio da Justiça Clovis Bevilacqua, do novo edifício destinado à Escola Modelo Benedito Leite, e do Hospital infantil e maternidade, iniciados na gestão de Paulo Ramos;
- b) Construção de um espaçoso armazém para a Recebedoria da capital, na área compreendida entre o edifício do Tesouro e o Cais do Porto, e toda a pavimentação de paralelepípedo dessa área;
- c) Construção da nova sede da Biblioteca Pública Estadual¹⁵⁰, a Biblioteca Benedito Leite. Uma edificação monumental na linguagem eclética, em concreto armado, com quatro pavimentos;
- d) Construção de diversas escolas e postos de saúde em cidades do interior maranhense, a saber: Caxias, Brejo, Codó, Carolina, dentre outras;
- e) Construção de 26 casas próximas ao Largo de Santiago, voltadas para os funcionários públicos, com intermediação do IPEM.

¹⁴⁹ Industrial, nasceu em São Luís em 1883. Foi vereador do município de Codó (MA), deputado estadual (1926-1930) e senador Federal (1954- 1971)

¹⁵⁰ Edificação em quatro pavimentos com a linguagem neoclássica. Linguagem bastante utilizada em prédios institucionais da primeira metade do século XX.



Figura 127. Cartão Postal da Biblioteca Pública Benedito Leite (João Magalhães, 1951). Fonte: Arquivos MAVAM/São Luís (MA).



Figura 128. Conjunto Residencial construído para funcionários do Governo do Estado, com intermediação do IPEM. (São Luís -MA, 1948). Fonte: Jorge, 1950.

Os anos de 1950 foram um período de expansão dos conjuntos residenciais financiados pelos IAP's no Maranhão, a saber do empreendimento imobiliário inaugurado em dezembro de 1949, no Bairro do Filipinho, construído pelo IAPC, no total de 477 casas com 57m², centro comunitário e com áreas destinadas a ocupação comercial e praças. Estes conjuntos minimizaram a problemática habitacional pela qual o estado estava passando, em decorrência de muitas famílias terem se deslocado para a capital, deixando a lavoura em busca de melhores condições de vida (Silva, 1950).

Na administração de Sebastião Archer foram realizadas doações de prédios que pertenciam ao Estado para órgãos e instituições, a saber: Academia Maranhense de Letras – AML, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) e a Escola Técnica do Comércio. Ainda na referida gestão foi aprovado o Plano Seta, em setembro de 1948, de recuperação dos centros de saúde, da educação, dos transportes e da agricultura para o triênio de 1949-1951, mas que não foi implementado em sua totalidade (Jorge, 1950; Meireles 2015a [1992]).

A promulgação da quarta Constituição Estadual, em julho de 1947, no governo de Archer, abriu caminhos para Vitorino Freire analisar o seu futuro político e seus aliados, decidindo, assim, fundar sua própria agremiação partidária, capaz de englobar suas ambições e projetos futuros, de modo a transformá-lo num grupo poderoso e imbatível. Desta forma, foi criado, em 5 de novembro de 1947, o Partido Social Trabalhista (PST), formado, em sua maioria, por políticos do PSD, aliados de Vitorino Freire (Meireles, 2015b [1960]).

Embora de raízes maranhenses, o partido surgia para ter amplitude e projeção nacionais e para dar sustentação parlamentar ao presidente Eurico Dutra no congresso nacional; em contrapartida, receberia cargos, favores e benesses do Governo Federal, para distribuí-los aos correligionários do Maranhão (Buzar, 2014 [1998]: 67).

Sebastião Archer apoiou o candidato de Vitorino Freire à sua sucessão, o que gerou descontentamento de seu vice, Saturnino Bello, que rompeu com Vitorino Freire, em virtude da sua não indicação ao governo. Em janeiro de 1951, após encerrar seu mandato, transmitiu o governo a Eugênio de Barros.

Eugênio de Barros¹⁵¹ comandou o governo do Maranhão no período de 1951 a 1956. A sua eleição foi uma das mais agitadas e concorridas até então no Estado. O início da sua

¹⁵¹ Comerciante, industrial, líder político da cidade de Caxias (MA), nasceu na cidade de Matões (MA) em novembro de 1898. Foi prefeito de Caxias (1948-1950) e senador federal (1959-1967). Faleceu em 1988.

administração sofreu grandes represálias por parte da população e de seus adversários políticos, ocasionando o seu afastamento por seis meses do poder executivo¹⁵².

Inconformados, os líderes oposicionistas impetraram mandado de segurança contra sua posse e levaram o povo à rua, provocando a chamada Greve de Cinquenta e um que se desdobraria em dois tempos, de 28/1 a 14/3 e de 3 a 9/9, e que degeneraria não só em correrias e violências que forçaram o comércio e a indústria cerrar suas portas, como em depredações, inclusive da própria sede do TRE e da residência de juízes apontados como facciosos; em incêndios, inclusive do Diário de São Luís, jornal governista, e, principalmente, ou mais lamentavelmente, de casas humildes nas áreas suburbanas; e mesmo em umas poucas mortes, cujas vítimas foram popularmente enaltecidas como heróis (Meireles, 2015a [1992]).

Após essa turbulência, Eugênio de Barros pôde governar, sem quaisquer tipos de perseguição de seus adversários políticos e, uma das primeiras ações foi assumir empréstimo junto ao Banco do Brasil, com o intuito de equilibrar as finanças estaduais. Nessa gestão, em 1952, foi inaugurado o Hospital Presidente Dutra, construído pelo IAPC, mas, também, houve o desdobramento das Secretarias de Educação e Saúde. Uma passou a ser Educação e Cultura, e a outra, Saúde e Assistência (Lima, 2010; Meireles, 2015a [1992], 2015b [1960]).

José de Matos Carvalho¹⁵³ (1957- 1961), sucessor de Eugênio de Barros, se elegeu em 1955, para assumir o cargo em 1956, mas foi impedido devido às oposições coligadas, que buscaram impugnar as eleições desse pleito. Somente em julho de 1957, após vários embates e processo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assumiu o cargo.

Matos Carvalho foi responsável pela criação do primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado; das secretarias de Viação e Obras Públicas e Agricultura; pela divisão dos antigos serviços do SAELTPA¹⁵⁴ (Serviços de Água, Esgoto, Luz, Tração e Prensa de Algodão) em três autarquias: as Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR), o Departamento de Transportes Urbanos (DTSU) e o Departamento de Águas e Esgoto (DAES); criou o fundo de desenvolvimento econômico (DEMAR); os Serviços de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (SIOGE); o Instituto Maranhense de Arroz (IMAR) e a Penitenciária Agroindustrial

¹⁵² Os oposicionistas consideraram a eleição de Eugênio Barros fraudulenta, pois o TRE anulou cerca de 16 mil votos a favor de Saturnino Bello, fazendo com que seu opositor ultrapassasse e ganhasse o pleito. Outro fato foi a morte prematura de Saturnino, vítima de um infarto, em 16 de janeiro de 1951 que, segundo Buzar (2014 [1998]), por desgosto das fraudes eleitorais, o que ocasionou grandes manifestações, algumas até sangrentas e greves.

¹⁵³ Nasceu em Barreirinhas em 1905. Diplomou-se em Medicina pela UFRJ. Foi Secretário de Cultura e Educação de Eugênio de Barros, cargo que exerceu até 1955, quando se candidatou ao pleito de governador.

¹⁵⁴ Principal autarquia estadual na época.

(Meireles, 2015b [1960]; Buzar 2014 [1998]). Durante a sua gestão implantou o Plano de Expansão da cidade de São Luís (1958), de autoria de Rui Mesquista, que tinha por objetivo ocupar áreas antes não ocupadas, possibilitada pela construção das pontes sobre os rios Anil e Bacanga, contribuindo para a extensão da cidade para a área das praias, bairro Olho d'água, e para o Itaqui, área que futuramente receberia o porto da cidade.



Figura 129. Sede da SAEITPA, na linguagem Art Déco. Fonte: Jorge, 1950.

O último governador da “Era do Vitorinismo” foi Newton Bello¹⁵⁵ (1961-1966), após rompimento com Vitorino Freire, em 1964. Na sua gestão lançou o Plano de Colonização e Desenvolvimento Agropecuário (PLANAGRO) de 1962, voltado para fortalecimento, assistência e proteção da produção agrícola e animal do Maranhão (Meireles, 2015a [1992]).

3.3. Síntese do Capítulo

Este capítulo apresentou como os ciclos econômicos do Estado do Maranhão – a integração ao modelo primário-exportador; a desarticulação do sistema *plantations* e os surtos da

¹⁵⁵ Bacharel em ciências jurídicas e sociais; Nasceu em São Bento (1907-1976); Foi promotor de Justiça; Vereador pela cidade de São Luís (1947-1950); Deputado Estadual (1950 aa 1954); Deputado Federal (1954 a 1962) pelo PSD; Foi secretário da Pasta do interior, justiça e segurança no governo de Matos de Carvalho (LIMA, 2010).

indústria (ciclo industrial); o período de integração à economia nacional; e, a fase da integração produtiva à economia nacional -, contribuíram para a constituição do acervo arquitetônico ludovicense, formado da arquitetura colonial até à arquitetura modernista, onde percebe-se que cada ciclo trouxe algo de novo para a cidade do ponto de vista urbano e arquitetônico.

O ciclo colonial foi responsável pela constituição do conjunto arquitetônico colonial português. O ciclo industrial maranhense, que teve seu auge na metade do século XIX, foi caracterizado pela implantação da linguagem eclética nas suas instalações. Essas indústrias foram caracterizadas por fazerem o beneficiamento do açúcar e do algodão, e deram um incremento à economia do Maranhão. São Luís foi considerada na época, a Manchester brasileira, pela quantidade de fábricas implantadas, que, contudo, não geraram grandes impactos na estrutura urbana da cidade. No decorrer dos anos, outros ramos industriais foram surgindo com maior ou menor êxito, destacando-se, na metade da segunda década do século XX, a extração do óleo do babaçu, que se firmou como principal produto de exportação industrial do Maranhão por quase três décadas, até ao final da década de 1970, momento em que a indústria de metalurgia e siderurgia começam a se instalar e, posteriormente, o agronegócio.

A atividade fabril, bem como outras atividades econômicas do Estado, não prosperaram por muito tempo, pois não se atualizaram nos aspectos tecnológicos e de transportes, como as cidades do sul e sudeste do país, culminando assim com a sua decadência.

As primeiras ações de modernização da cidade estiveram ligadas à melhoria da infraestrutura urbana, como a implantação de serviços de água, iluminação e transporte público. A busca por uma modernidade que abrangesse o espaço urbano se deu com a elaboração de planos urbanos, entre as décadas de 1930 a 1960, voltados para a modernização, embelezamento e expansão de São Luís, momento em que foram propostos a descentralização da cidade, com as construções de pontes sobre os rios Anil e Bacanga.

No período do Estado Novo, o Maranhão, como os demais estados do país, esteve sob o comando de interventores federais, com destaque para Paulo Ramos, que foi responsável pela recuperação administrativa e econômica do Estado, o que se refletiu na construção de instituições públicas como escolas e postos de saúde.

Após o término do Estado Novo, a política maranhense esteve ligada a um pequeno grupo político, comandado por Vitorino Freire, grande articulador político com fortes ligações com o governo federal, que conseguiu concentrar o poder em suas mãos, manipular verbas, definir candidaturas e fazer oposição a grupos políticos contrários. Esteve no poder no período de 1945 até à metade da década de 1960, quando uma nova oligarquia se instala no Estado.

No capítulo seguinte serão apresentados a *Rota do Moderno* de São Luís e os estudos de casos da produção arquitetônica moderna do século XX, presentes nessa rota.

[...] o homem está na cidade
 como uma coisa está em outra
 e a cidade está no homem
 que está em outra cidade.
 mas variados são os modos
 como uma coisa
 está em outra coisa:
 o homem, por exemplo, não está na cidade
 como uma árvore está
 em qualquer outra
 nem como uma árvore
 está em qualquer uma de suas folhas (mesmo rolando longe dela)
 O homem não está na cidade
 Como uma árvore está num livro
 Quando um vento ali a folheia
 a cidade está no homem
 mas não da mesma maneira
 que um pássaro está numa árvore
 não da mesma maneira que um pássaro (a imagem dele)
 está/va na água
 e nem da mesma maneira
 que o susto do pássaro
 está no pássaro que eu escrevo
 a cidade está no homem
 quase como a árvore voa
 no pássaro que a deixa
 . cada coisa está em outra de sua própria maneira e de maneira distinta de como
 está em si mesma a cidade não está no homem do mesmo modo que em suas
 quitandas praças e ruas.
 Ferreira Gullar. *Poema Sujo*.



CAPÍTULO 04

A ROTA DO MODERNO

Figura da Página Anterior: *Rota do moderno*. Fonte: autora, 2018.

4. A ROTA DO MODERNO

A *Rota do Moderno* em São Luís, bem como os casos de estudos da produção arquitetônica residencial moderna do século XX, presentes neste capítulo, reúnem as edificações das linguagens Eclética, Neocolonial, *Art Déco* e Arquitetura Modernista. Inicialmente, na análise dos casos de estudo, trabalhou-se com os exemplares de cada linguagem separadamente para, posteriormente, tecer uma análise comparativa entre elas. Esta rota confirma a hipótese de que existiam similaridades entre as diferentes linguagens arquitetônicas surgidas no século XX, no intervalo temporal de 1930 a 1960.

A *Rota do Moderno* foi o termo escolhido para designar o recorte espacial da presente tese e onde se concentram o maior número de exemplares da produção arquitetônica moderna do século XX, na cidade de São Luís. Ao longo da rota existem 384 imóveis, desde o colonial até ao contemporâneo, e, deste universo, interessam-nos 142 imóveis, que constituem a nossa Rota do Moderno, que apresenta 61 imóveis da linguagem eclética, 28, do neocolonial, 20, do *Art Déco* e 33 da arquitetura modernista.

A rota representa um caminho, uma direção e uma comunicação de um lugar para outro. Nesta tese, compreende ruas, avenidas e edificações, que mostraram não apenas a cidade, mas um novo modo de morar, de construir, cujas características apresentavam uma implantação, volumetria e estética diferenciadas da arquitetura colonial luso-brasileira, predominante na cidade até então. Essas construções eram caracterizadas por apresentar as quatro fachadas livres, ou seja, os quatro afastamentos (frontal, posterior e laterais direito e esquerdo); a separação público-privado desses imóveis se dava por meio de um jardim, e a maioria delas apresentava uma varanda que servia de elemento de ligação da área externa para a interna do imóvel.

Para a construção das categorias de análise na definição e constituição da *Rota do Moderno* recorreu-se a uma conjugação dos elementos formadores da imagem da cidade propostos por Kevin Lynch (1997 [1960]), com os elementos morfológicos definidores do espaço urbano propostos por José Lamas (2011 [1995]); estabelecendo-se, assim, a análise morfológica proposta.

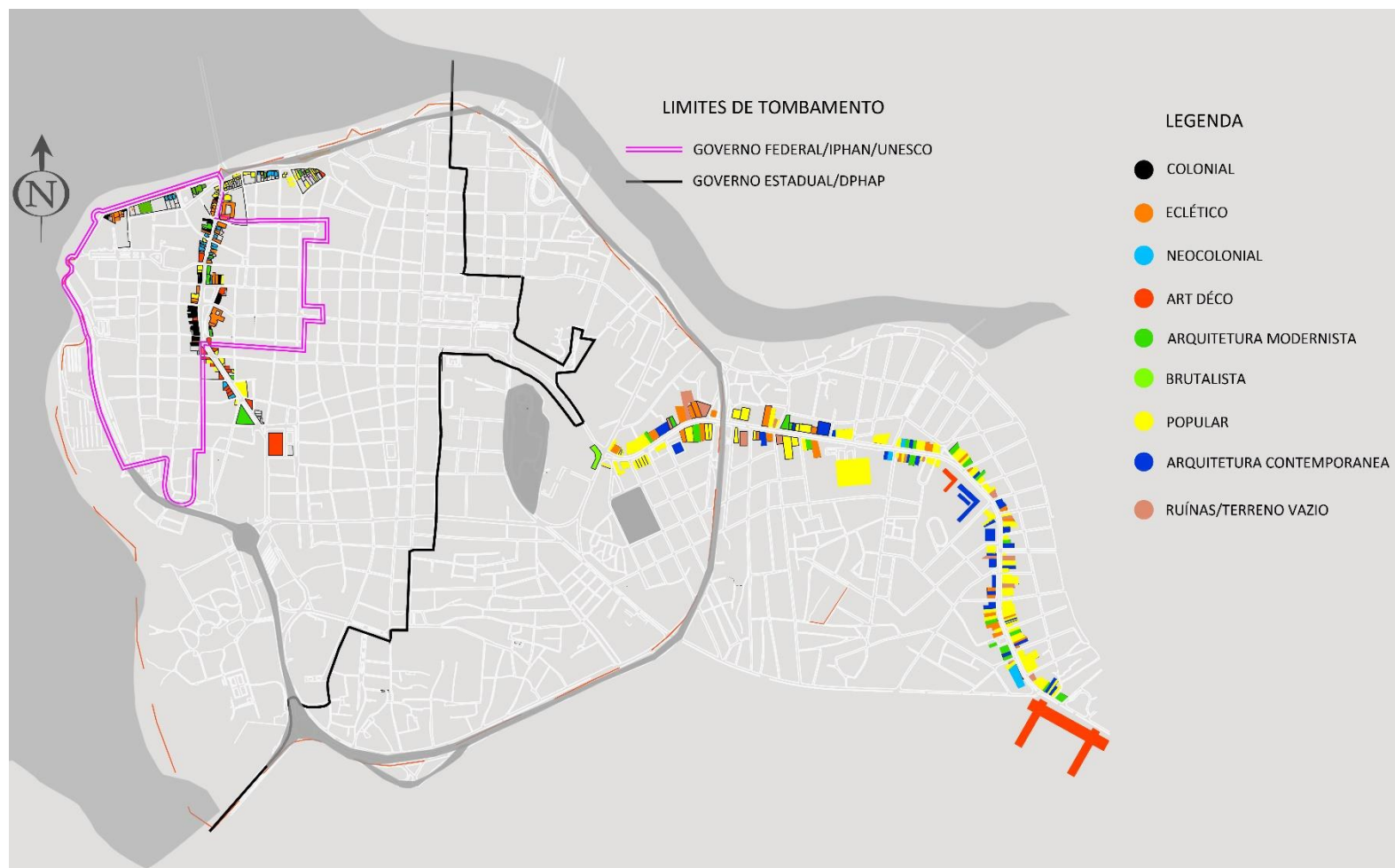


Figura 130. Mapa da Rota com identificação das linguagens existentes nas edificações. Fonte: autora, 2017.

abrangia a Rua do Egito, antiga Rua Tarquínio Lopes, passando pela Praça João Lisboa, chegando à Avenida Magalhães de Almeida.

A Avenida João Lisboa foi resultante de ações de renovação urbana, sendo construída com o objetivo de interligar as margens do Rio Anil com as do Rio Bacanga, criando uma via de ligação no sentido Norte-Sul da cidade.

A Avenida Getúlio Vargas, outra via que faz parte da *rota*, foi construída no eixo de expansão da cidade no sentido leste-oeste. Desta forma, as vias (ruas) estiveram ligadas à formação e crescimento da cidade, de acordo com sua importância funcional no deslocamento, no percurso e mobilidade de bens, pessoas e ideias (Lamas, 2011 [1995]).

A *rota* é formada por ruas com desenhos distintos, dentro da estrutura urbana retilínea da cidade. Na Avenida Beira-Mar, Avenida João Lisboa, no trecho da Avenida Magalhães de Almeida e na Avenida Getúlio Vargas, os canteiros centrais ganharam arborização urbana com fins estéticos e climáticos. A arborização urbana de São Luís, até então, se restringia a praças e duas avenidas da cidade¹⁵⁷.

A *Rota do Moderno* é um lugar que apresenta o maior número de edificações da produção arquitetônica moderna do século XX. Nesta *rota* encontram-se, também, grandes marcos urbanos¹⁵⁸ como a Sede da RFFSA, a Sede do DNER, o Cine Roxy, o Edifício do Antigo Banco do Estado do Maranhão – BEM, o Edifício dos Correios, o Mercado Central, o Edifício São Marcos, o Cinema Monte Castelo e o Edifício do 24º Batalhão dos Caçadores. Essas construções singulares adquiriram, ao longo dos anos, grande individualidade e expressão dentro do espaço urbano, partilhando-o com habitações residenciais unifamiliares em suas diferentes linguagens: eclética, neocolonial, *Art Déco* e arquitetura modernista.

Com base na pesquisa de campo realizada, procurou-se definir um conjunto de casos de estudo para uma análise mais aprofundada de cada uma das diferentes linguagens identificadas e presentes na *rota*. A seleção dos casos de estudo seguiu os seguintes critérios:

¹⁵⁷ Avenida Silva Maia e a Avenida Pedro II.

¹⁵⁸ Marcos, segundo Lynch (1997 [1960]), são pontos de referências, caracterizados por sua singularidade, onde o observador não entra, podendo ser visto de muitos ângulos e distâncias ou em contraste com elementos próximos. Geralmente, é um elemento físico e apresenta diferentes escalas, como um edifício, escultura, torres, dentre outros.

- a) Seleção de 12 casos de estudo, sendo 3 de cada uma das linguagens;
- b) Seleção de edifícios com o mesmo tipo habitacional: todos os casos de estudo são residências unifamiliares isoladas (com exceção das edificações da linguagem *Art Déco*, como mais à frente se justificará);
- c) Seleção de edifícios com similaridades nos aspectos morfológicos e tipológicos;
- d) Seleção de edifícios com razoável ou bom estado de preservação da edificação, principalmente, nos aspectos referentes às fachadas;
- e) Seleção de edifícios que garantissem facilidade no acesso à edificação, de modo a possibilitar a realização do levantamento físico e fotográfico.

A *Rota do Moderno* pode, também, ser descrita a partir das intervenções que procuraram modernizar a cidade de São Luís, e que tiveram reflexos na arquitetura construída ao longo de seu percurso. Assim, a seguir serão apresentados os trechos e as vias que compõem a *Rota do Moderno*, de forma individualizada.

4.1. A Dimensão Urbana da *Rota do Moderno*

Este item tem por objetivo apresentar a constituição da *Rota do Moderno* a partir da dimensão urbana, que resultou na construção de ruas e avenidas provenientes de projetos de embelezamento de frentes de águas e de planos urbanos.

Frentes de água (Avenida Beira-Mar)

Sabe-se que as primeiras tentativas de modernizar a cidade de São Luís aconteceram no último quartel do século XIX, através das obras voltadas para o melhoramento e embelezamento urbano e pela elaboração de legislações urbanas, como os Códigos de Posturas de 1842, 1866 e 1893. Os melhoramentos urbanos estavam relacionados com as obras de infraestrutura (água, esgoto, iluminação pública e transporte urbano) e com os projetos de intervenções em espaços públicos, principalmente, em praças. Estas ações se deram de maneira pontual sobre o tecido urbano existente, e esses empreendimentos se estenderam até ao final da década de 1920, acompanhando a tendência nacional, a exemplo do que ocorreu nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

O primeiro trecho da *Rota do Moderno*, que seria a futura Avenida Beira-Mar, estabelece-se com a intervenção em frentes de água, compreendendo a reforma e ampliação do porto da capital, ainda no século XIX, localizando-se numa área conhecida como Cais da Sagração¹⁵⁹.

A construção do Cais da Sagração teve por objetivo proteger a cidade das fortes marés, evitando a escavação do baluarte¹⁶⁰, de maneira a facilitar a ligação entre a Praia Grande¹⁶¹ e as ruas que terminavam próximas ao mar, com o aterramento de áreas alagadiças, consideradas focos de doenças na época, contribuindo assim para a melhoria da saúde pública e para a estética da vista da cidade de quem vinha do mar (Marques, 1970 [1870]).

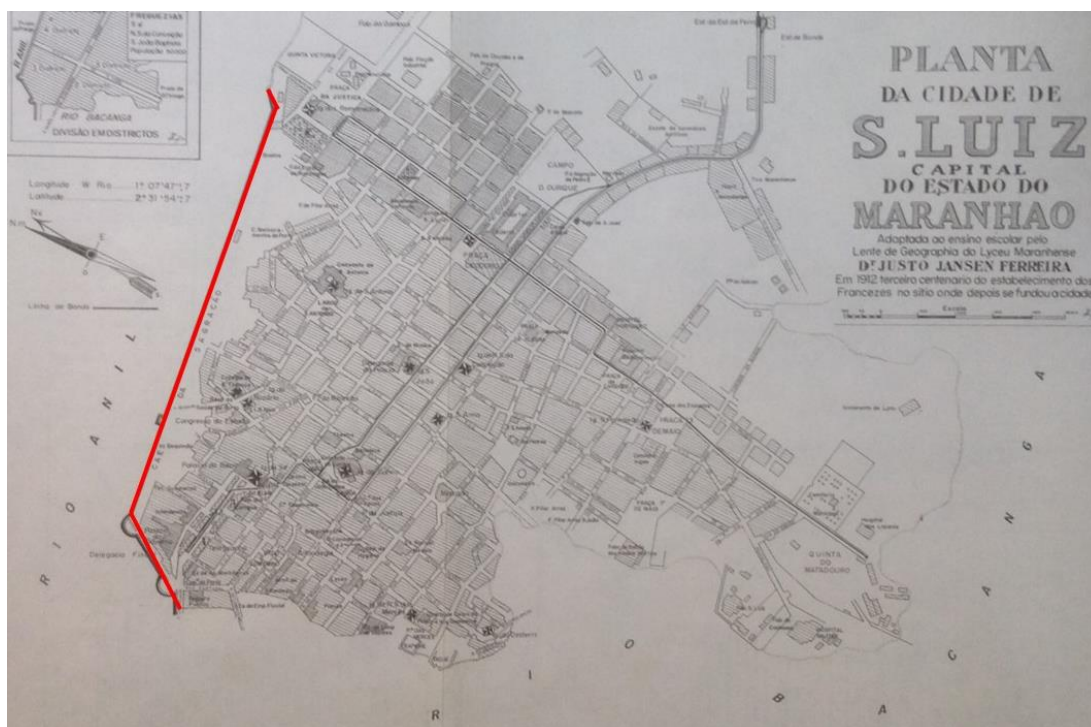


Figura 132. Planta da Cidade de 1912, com demarcação do Cais da Sagração em vermelho. Fonte: Moraes, 1989.

As obras do Cais da Sagração visaram a melhoria das condições do porto e a construção de rampas de embarque e desembarque de embarcações por toda a extensão desse cais, a saber: Rampa do Palácio, Rampa Campos Melo, Rampa da Praia do Caju e Rampa das Palmeiras. Ademais, houve a construção de um grande muro, em pedra, por toda a sua

¹⁵⁹ Recebeu esse nome em homenagem à coroação de Dom Pedro II como Imperador do Brasil.

¹⁶⁰ Duas meias laranjas, os baluartes de São Cosme e São Damião do Castelo, ao lado do Palácio dos Leões.

¹⁶¹ Principal bairro da cidade na época.

extensão, e, em alguns pontos, foram instalados luminárias e bancos para contemplação da paisagem (Marques, 1970 [1870]).



Figura 133. Mapa da Cidade de 1912, com demarcação da Rampa das Palmeiras e Rampa da Praia do Caju com fotos do Cais da Sagração, com destaque para as rampas. Fonte: IPHAN, 1997 (Mapa); Cunha, 1908; Oliveira, 2018.

A implantação deste cais abriu caminho para a futura Avenida Beira Mar, que viria a interligar o porto à Praia do Caju, e, posteriormente, à sede da Estação Ferroviária João Pessoa, inaugurada em 1929.

As obras do Cais da Sagração foram iniciadas pelo porto¹⁶², em 1841, de maneira a modernizá-lo, tornando-o um dos mais importantes do país, que favoreceria a navegação e o comércio, e parte desse projeto foi concluído em 1860 (Marques, 1970 [1870]; Meireles, 2015c [2012]).

O Cais da Sagração, em decorrência da falta de manutenção, foi sofrendo um processo de arruinamento, conforme registro no Jornal (MA) - Diário Ilustrado, de 8 de agosto de 1918:

A vasta muralha, em pontos diversos, de larga extensão, entrou a tender-se, e como nunca foi reparada, porque, para ali, ficou em absoluto abandono, está ameaçando ruir em tempos mais próximos. O desmoronamento do cais está iminente. (...) Derruída a grande muralha, a água que, dia a dia, bate rija contra ela, penetrará triunfante pela terra a dentro e, a nossa futura Avenida Beira Mar,

¹⁶² Este funcionou como principal porto da cidade até a década de 1960, quando foi construído o Porto de Itaqui, na área Itaqui Bacanga.

sonho com que embelezávamos aquele trecho de nossa capital, se transformará em pantanos, de dezolador aspecto.



Figura 134. Imagem de abandono do Cais da Sagração em 1922. Fonte: Paxeco, 1923.



Figura 135. Avenida Beira- Mar. Fonte: Silva, 2012 *apud* Arquivos de Edgar Rocha.

A Avenida Beira-Mar¹⁶³ fazia parte do Cais da Sagração e foi construída na gestão do Prefeito Jaime Tavares (1926-1930). A avenida inicia-se na então Praia do Caju, próximo à Estação João Pessoa (Estação Ferroviária da RFFSA), margeando toda a Baía de São Marcos até chegar à Rampa do Palácio, passando pelos baluartes de São Cosme e Damião (Vieira Filho, 1971). O projeto desta avenida incluiu a pavimentação da avenida em blocos de pedra paralelepípedos, a criação de canteiros centrais arborizados e a divisão da faixa de rolamento em duas partes, que permitiria a circulação de bondes e automóveis.

A Avenida Beira-Mar era considerada símbolo da modernização da cidade. Nela foram construídas, a partir da década de 1930, edificações modernas que chamaram a atenção pela sua composição formal, a exemplo dos bungalows ecléticos ou neocoloniais e, posteriormente, a partir da década de 1950, edificações modernistas. Até então, a modernização das edificações na capital maranhense se deram pela implantação de platibandas e ornamentos nas fachadas, ligados à cultura europeia, em especial à cultura da *Belle Époque*, modificando, assim, a imagem da cidade, composta por seus casarões com seus beirais expostos, acompanhando a tendência moderna de telhados não aparentes. O início dessas construções modernas na Avenida Beira-Mar teve destaque no Jornal “O Imparcial” de 14 de agosto de 1930:

Quando se terminou o trecho principal da avenida Magalhães de Almeida (avenida Beira-Mar) e logo se começaram a edificar os tres elegantes bungalows que alli se ostentam, defrontando o rio, parecia que, dentro de breves tempos, outras construções sugiriam, embelezando o aprazível logradouro público sem duvida o mais “chic” da nossa cidade.

A Avenida Beira-Mar foi o primeiro trecho escolhido na pesquisa da *Rota do Moderno*, porque apresenta um conjunto arquitetônico moderno heterogêneo, em relação às linguagens e usos, tornando-se, por essa razão, um ponto de atração para os moradores da cidade. A avenida sofreu alterações ao longo dos anos, como a modificação dos materiais das pistas de rolamento e os canteiros centrais que, em uma boa parte da avenida, foram retirados com o intuito de facilitar o trânsito de carros e ônibus. Mas, seu acervo arquitetônico moderno, composto por sete edificações ecléticas, seis neocoloniais, uma *Art*

¹⁶³ Esta avenida teve diversas denominações como Praia do Poço, Avenida Magalhães de Almeida, Avenida 5 de Julho e Praia do Acaju. Em 1953, por meio da Lei Municipal nº 389, recebeu o nome de Avenida Jaime Tavares, em homenagem ao ex-prefeito de São Luís.

Déco e sete da arquitetura modernista, resistiu às constantes descaracterizações em decorrência dos novos usos.



Figura 136. Vista da Avenida Beira-Mar em 1970. Fonte:Silva, 2012 *apud* Arquivos de Edgar Rocha.

Planos Urbanos

A construção dos demais trechos da *Rota do Moderno* foi concretizada no período compreendido entre as décadas de 1930 a 1950, intervalo marcado pela elaboração de planos urbanos, abrangendo o município como um todo. Os planos caracterizaram-se por contribuírem para a modificação da estrutura física da cidade, por meio da reestruturação do conjunto de vias e de transportes, que articulavam o centro com os bairros mais afastados, contribuindo, assim, para a expansão urbana, e para a melhoria da circulação de pessoas e mercadorias.

O gosto pela modernidade refletiu-se nesses planos urbanos, uma vez que apresentavam um novo modelo de gestão administrativa, mais autoritário e especializado, buscando unir o discurso político com o dos técnicos, profissionais. Este período de profundas transformações teve, na figura de Getúlio Vargas, seu grande defensor.

No Brasil, a Era Vargas foi marcada pela entrada e valorização do técnico na administração pública, apresentando um novo modelo de gestão econômico-administrativa, que privilegiava os interesses gerais da nação em detrimento dos interesses políticos (Gomes,

1994). Este foi o caso de São Luís do Maranhão, onde várias obras foram idealizadas e executadas por técnicos que formaram a administração, a saber, o interventor Federal Paulo Ramos (1936-1945), reestruturando as contas públicas do Estado, e o engenheiro Otacílio Saboya Ribeiro, que foi convidado por Paulo Ramos a assumir a Prefeitura de São Luís,¹⁶⁴ projetando e planejando a cidade, com o objetivo de transformar a velha cidade do passado e do presente para o futuro.

As ideias do *Plano de Remodelação, Extensão, Embelezamento e Saneamento da Cidade* contemplavam tanto os aspectos físicos como o desenvolvimento socioeconômico¹⁶⁵ da cidade, e tinham como base o discurso do urbanismo internacional da época, com influências das iniciativas dos Estados Unidos da América, de criação de parques e do plano regional de Nova York e, também, as intervenções de Haussman em Paris, no século XIX (Ribeiro, 1937).

No que diz respeito às referências nacionais, o discurso de modernização teve como cenário inspirador as mudanças estruturais ocorridas nas cidades do Rio de Janeiro¹⁶⁶, Porto Alegre¹⁶⁷ (João Moreira Marciel), Salvador (José Joaquim Seabra), João Pessoa e Fortaleza¹⁶⁸ (Nestor de Figueiredo) e, da nova capital mineira, Belo Horizonte (Otacílio Negrão) (Rezende, 2003; Ribeiro, 1937).

O *Plano de Remodelação, Extensão, Embelezamento e Saneamento da Cidade* de Otacílio Saboya procurou tornar São Luís uma cidade moderna, por meio do incremento da circulação de veículos e mercadorias dentro da cidade e de sua periferia, através de um sistema de ruas

¹⁶⁴ José Otacílio Saboya nasceu em Fortaleza no Ceará em 1899 e faleceu em 1967 na cidade do Rio de Janeiro. Ingressou em 1926 na Escola Politécnica onde formou-se Engenheiro Civil, em 1930. Em 1931 fez parte da Comissão de Estradas e Rodagem Federal. Em 1935, foi membro da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, fazendo parte da equipe de Alfred Agache. No período de 17 de setembro de 1936 a julho de 1937 foi prefeito nomeado da cidade de São Luís. Em 1937 ingressou na Faculdade Nacional de Arquitetura, da Universidade do Brasil, atual UFRJ, onde assumiu a disciplina de urbanismo, posteriormente, o cargo de coordenador desse curso. Em 1961, foi diretor do Departamento de Praças e Jardins do Distrito Federal (Leme, 1987; Rezende 2003).

¹⁶⁵ Com relação aos aspectos sociais houve uma preocupação com a habitação popular e salubridade das edificações, a respeito do aspecto econômico buscou realizar parcerias com a iniciativa privada, por meio do barateamento dos materiais de construção e pela proposta de construção de um hotel.

¹⁶⁶ Donat Alfred Agache elaborou o Plano Geral da Cidade (1930) na gestão do Prefeito Antônio Prado Junior (1927-1930).

¹⁶⁷ Plano Geral de Melhoramentos e embelezamento da capital (1914).

¹⁶⁸ Os planos de Remodelação da cidade de João Pessoa e de Fortaleza foram elaborados pelo mesmo arquiteto. O plano de João Pessoa recebeu o nome de "Plano Remodelação e extensão para a Capital Paraibana e Vila Cabeludo" (1932-1938) e o da capital Cearense foi "Plano de Remodelação e extensão de Fortaleza" (1933).

e avenidas, que chegariam aos principais equipamentos urbanos e espaços públicos da cidade (Ribeiro, 1937).

A fim de permitir a realização do plano, revelou-se essencial a necessidade de atualização da planta cadastral da cidade, onde constariam aspectos topográficos, quadras, ruas e espaços livres e áreas de extensão, de maneira a facilitar um estudo integral do espaço urbano. No entanto, para os primeiros estudos foi preciso recorrer à planta já existente, da parte antiga da cidade. Sobre esta planta projetaram-se a abertura de seis avenidas, a construção de um cais sanitário pela margem do manguezal - que contornava a cidade - e a criação de um parque central e de um centro cívico, onde ficariam localizados os principais edifícios públicos da capital maranhense.

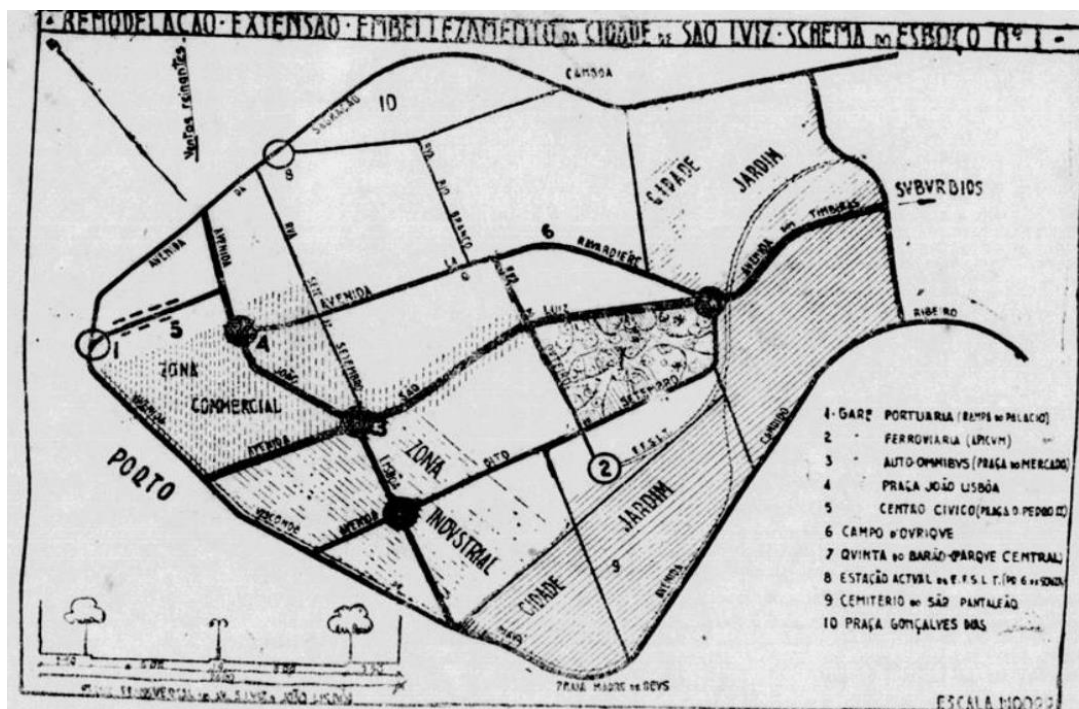


Figura 137. Primeiro esboço do Plano de Remodelação, extensão e embelezamento da cidade. Fonte: A cidade de São Luís, 1937: 01.

O acompanhamento da execução das obras contidas nesta proposta seria feito pela Comissão do Plano da Cidade¹⁶⁹, que deveria ser composta por representantes que tivessem grande dedicação à cidade, espírito público e probidade (Ribeiro, 1937).

O projeto de remodelação não se restringiu apenas aos aspectos urbanos, mas, também, envolveu aspectos estéticos e sanitários das habitações, que deveriam apresentar suas fachadas limpas e em bom estado de conservação. Assim, foi criada uma taxa de melhoramentos¹⁷⁰, com o objetivo de evitar as causas fundamentais da feição de abandono em que se encontravam algumas construções na cidade. No caso das edificações em ruínas, estas deveriam ser demolidas, por apresentarem riscos aos transeuntes, e, no local do antigo edificado, sinalizava-se que fossem construídos edifícios modernos dotados de todas as funcionalidades que o século XX proporcionava; sugeria-se que nas novas avenidas ou nas ruas existentes que sofreram intervenção fossem construídas edificações de arquitetura moderna, de maneira a dar uma nova fisionomia à cidade, de acordo com as propostas do governo federal. A cobrança da taxa gerou desconforto e insatisfação por parte da população e comerciantes, o que teve como consequência a exoneração, em agosto de 1937, de Otacílio Saboya, por parte do Interventor Federal Paulo Ramos (Lopes, 2008).

A insatisfação da população estava ligada aos altos recursos necessários para implantação do plano, além da série de demolições voltadas à modernização da cidade, uma vez que o objetivo era “transformar a velha capital maranhense, de perfil colonial com seus vetustos sobradões de fachadas de azulejos e de sacada de ferro, com suas ruas estreitas e tortuosas, em uma cidade de feição moderna, de retilíneas avenidas e ruas espaçosas e em que encanto dos mirantes bisbilhoteiros cedesse lugar à dureza retilínea dos arranha-céus” (Meireles, 2015a [1992]: 35).

Desse modo, para assegurar a implantação das propostas contidas no plano que vislumbrava uma São Luís moderna, foi necessário a revisão da legislação urbanística existente, de modo

¹⁶⁹ Decreto nº 233 de 23 de março de 1937, criou a Comissão de Plano da cidade composta por sete membros: dois dos quais serão *ex-officio* representados pelo Prefeito Municipal e um engenheiro da Diretoria de serviços municipais. Os demais nomeados serão escolhidos entre cidadãos que tenham manifestado interesse pelo desenvolvimento da cidade. A duração do mandato seria de sete anos e meio e seriam substituídos a cada 18 meses. Essa comissão ficou responsável pelo acompanhamento do plano de urbanismo, que deveria ser realizado num prazo máximo de 20 anos, pela fiscalização dos recursos públicos e a racionalização dos serviços, visando o bem-estar futuro da população, além de ofertar sugestões para as possíveis modificações que julgassem necessárias (São Luís, 1937).

¹⁷⁰ Essa taxa atingia as edificações em ruínas ou em arruinamento e em edificações em mau estado de conservação.

a acrescentar princípios e instrumentos do urbanismo moderno. Assim, foi criado o novo Código de Posturas, pelo Decreto nº 205 de 3 de novembro de 1936, que revogou o antigo de 1893, considerado ultrapassado, pois não satisfazia os anseios que a modernidade trazia para o progresso da cidade. Este código já apresentava um zoneamento¹⁷¹ para fins administrativos, promovendo a localização racional de seus diferentes órgãos, proporcionando aos moradores benefícios de ordem econômica, estética e sanitária, mediante restrições quanto ao uso e forma das edificações e, trouxe, pela primeira vez, uma norma técnica para a construção, reforma e ampliação de edificações, que refletiu diretamente na imagem da cidade. O código apontava para a obrigatoriedade de afastamentos entre as construções, e exigia que todos os ambientes da edificação deveriam ter ligação direta para o exterior, o que indicava uma preocupação com a higiene e salubridade. Destacava, também, que as alturas das construções deveriam ser proporcionais ao tamanho da rua (São Luís, 1936).

Outro ponto importante a destacar nesse Código de Obras, foi que o mesmo indicava os tipos de materiais construtivos (tijolos, telhas, etc.) que poderiam ou não ser utilizados nas edificações dentro da cidade, deixando claro que as edificações em taipa somente seriam permitidas na zona rural da cidade, de acordo com esta norma. Desta forma, o Código de Posturas de 1936 já apresentava caminhos para uma mudança estética na imagem da cidade.

O plano de Otacílio Saboya Ribeiro só viria a ser executado na gestão de seu sucessor, o médico Pedro Neiva de Santana (1937-1945), privilegiando as obras no sistema viário, com a abertura de avenidas. Esses eixos viários fazem parte da *Rota do Moderno*, e foram resultantes de uma política de aquisição de terrenos por meio da desapropriação¹⁷² de imóveis para abertura ou ampliação da malha viária, de maneira a contribuir para a melhoria do fluxo de veículos.

¹⁷¹ O zoneamento definitivo da cidade foi implantado com o Decreto Municipal Nº 330 de 03 de junho de 1938, que dividiu a cidade em um centro administrativo (centro cívico) e mais quatro zonas, a saber Zona Comercial; Zona Industrial; Zona Residencial e Zona agrícola.

¹⁷² Foi criado o Decreto nº 203 de 9 de outubro de 1936, que autorizava a desapropriação de imóveis para a execução das obras do Plano Remodelamento, Extensão, Embelezamento e Saneamento da Cidade.

A desapropriação de edificações foi utilizada na construção da Avenida João Lisboa, que abrangeu o alargamento da antiga Rua Tarquínio Lopes, atual Rua do Egito, e a construção da Avenida Magalhães de Almeida, que exigiu a demolição de prédios com valor histórico.

Nesse sentido, o plano foi importante para a cidade, pois contribuiu para a melhoria da circulação, de pessoas e mercadorias, além das condições sanitárias da cidade, colaborando, assim, para o surgimento de uma arquitetura renovada do ponto de vista da forma e da higiene.

Avenida João Lisboa e Avenida Getúlio Vargas

A Avenida João Lisboa ou Avenida Central englobava dois trechos não associados: o primeiro deles partia do prolongamento da Praça João Lisboa até à Avenida Beira-Mar (Cais da Sagração ou 5 de julho), seguindo no sentido do traçado da antiga Rua Tarquínio Lopes, atual Rua do Egito; e o segundo trecho, começava na extremidade sul da referida praça, no ponto da junção desta com a Rua Afonso Pena, finalizando na Praça do novo Mercado (A Cidade de São Luís, 1937). As obras dessa avenida geraram grande impacto na cidade e, segundo Ramos (1941), modificariam por completo a feição colonial da cidade.



Figura 138. Mapa da área central de São Luís em 1950 com a demarcação em vermelho da Rua do Egito (1º trecho da Avenida João Lisboa) e em azul da Avenida Magalhães de Almeida (2º Trecho da Avenida João Lisboa). Fonte: Jorge, 1950.

A construção do primeiro trecho da Avenida João Lisboa se deu pelo alargamento da Rua Tarquínio Lopes, atual Rua do Egito. Várias edificações foram demolidas e houve uma quebra na morfologia urbana tradicional, principalmente no que se refere à implantação da edificação no lote, causando a ruptura da relação do edificado com o espaço público. As edificações construídas se libertaram dos limites dos lotes, ou seja, apareceram os afastamentos (recuos) laterais, posterior e frontal, mas as fachadas ainda conservaram o alinhamento com a via pública. Desse modo, desapareceu a noção de unidade e homogeneidade do conjunto arquitetônico, característica típica do quarteirão e lote tradicional. Atualmente, o trecho composto pela Rua do Egito e Praça João Lisboa apresentam 73 imóveis, destes 41 fazem parte da produção arquitetônica moderna, sendo 20 na linguagem eclética, 12 na neocolonial, 4 na *Art Déco* e 5 na arquitetura modernista.

As demolições ocorridas na Rua do Egito para o seu alargamento se deram nas construções do lado leste desta via, onde as novas construções, bangalôs ecléticos e neocolônias, passaram a dividir espaço com edificações do século XVIII e XIX, a exemplo da Igreja de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios (1752) e Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (1717), e, posteriormente, também, com a arquitetura modernista do início da década 1960, a exemplo do Edifício do Banco do Estado do Maranhão (1963) e da agência da Caixa Econômica Federal.



Figura 139. Rua do Egito em 1908 e 2015. Fonte: Cunha, 1908 e autora, 2015.

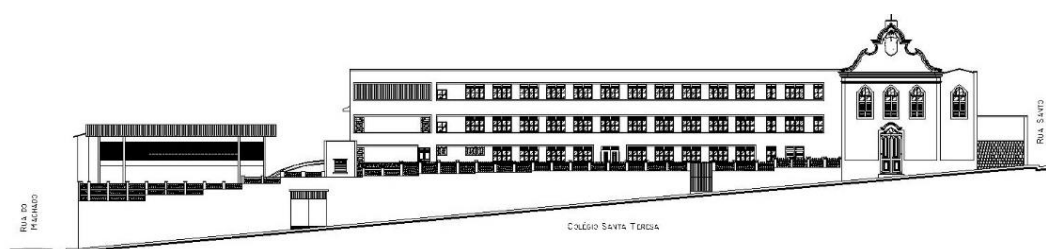


Figura 140. Perfil quadra da Rua do Egito: Colégio Santa Teresa e Igreja da Anunciação e Remédios. Fonte: IPHAN/INBI-SU, 2002-2005.



Figura 141. Perfil quadras Rua do Egito (Lado Leste). Fonte: Arquivos IPHAN/INBI-SU, 2002-2005.

O segundo trecho, correspondendo à abertura da Avenida Magalhães de Almeida¹⁷³ (1940-1942), resultou num rasgo, em diagonal, no tecido urbano colonial, com consequências na desapropriação e demolição de vários imóveis constantes nas oito quadras atingidas, e, em decorrência disso, houve uma modificação definitiva no traçado xadrez predominante na cidade de São Luís, mudando a configuração urbana das quadras da cidade, com um novo desenho, uma vez que as quadras passaram a apresentar uma configuração trapezoidal ou triangular.

A abertura desta nova artéria, iniciada em 1940, com as primeiras desapropriações e demolições exigidas pelo traçado projetado, e continuada em 1941, chegou em pleno desenvolvimento no último ano, atingindo as obras a sua fase final, com a fixação definitiva de toda a extensão do leito da nova e grande avenida e

¹⁷³ Inicialmente denominada Avenida 10 de Novembro, em deferência ao golpe de Estado proclamado por Getúlio Vargas nessa data. Seu nome atual é uma homenagem a José Maria de Magalhães de Almeida oficial da Marinha, deputado, Senador e Governador do Estado, no período de 1926 a 1930 (Vieira Filho, 1971).

pavimentação de uma área de 4.401, 11m², compreendendo a totalidade de uma das superfícies de rolamento e mais de metade da outra (Ramos, 1943).

As demolições ocorridas para a construção da Avenida João Lisboa (Avenida Magalhães de Almeida) chamaram a atenção de intelectuais maranhenses, de diversos órgãos, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Preocupados com a proteção do conjunto arquitetônico colonial e apoiados pelo Museu Nacional e o SPHAN, conseguiram, em 1940, os primeiros tombamentos federais, que incluíram igrejas, a capela de São José das Laranjeiras e o portão da quinta do mesmo nome (Lopes, 2013).

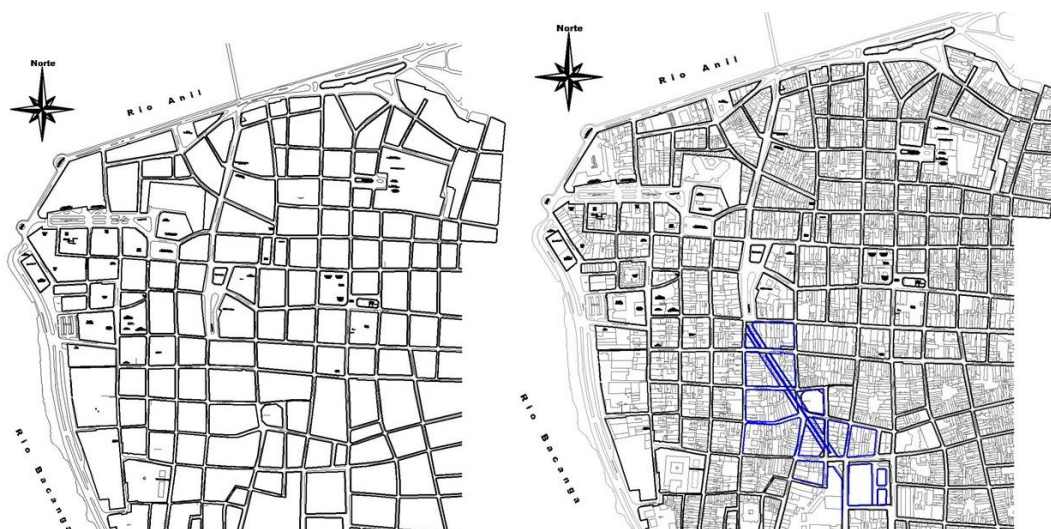


Figura 142. Mapa de 1912 (à esquerda) e Mapa de 1950 (à direita) com a diagonal do segundo trecho da Avenida João Pessoa (Avenida Magalhães de Almeida). Fonte: Arquivos IPHAN com sobreposição da autora, 2015.

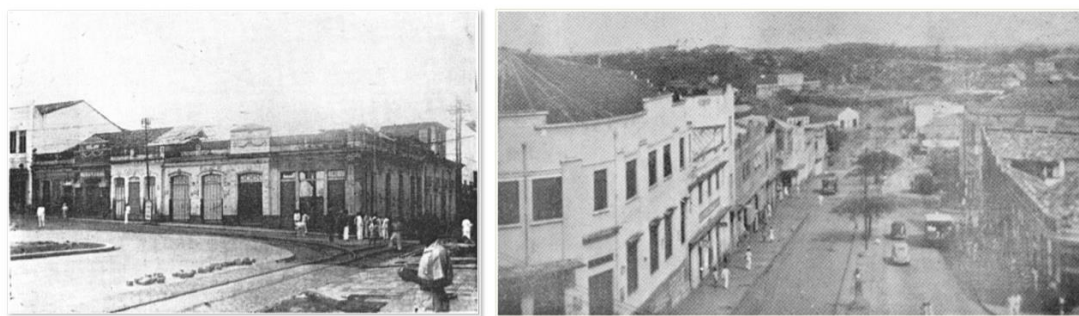


Figura 143. Vista do casario demolido para abertura da avenida (à esquerda) e Avenida Magalhães de Almeida, início da década de 1940. Fonte: Almeida, 1954 e Jorge, 1950.

Considerando as aspirações dos gestores, de conferir à cidade uma aparência moderna tendo como referência a Paris de Haussmann do século XIX, e pelas obras de abertura da Avenida Central na gestão do Prefeito Pereira Passos, e particularmente, pelo plano de remodelação e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro, de Agache (1927/1930), intervenções urbanas pautadas no alargamento de vias e criação de grandes avenidas, espaços de lazer, e pela construção e reforma de edifícios públicos foram realizadas.

A Avenida Magalhães de Almeida foi inaugurada em 1942, sendo considerada o marco do urbanismo moderno na capital. Possuía uma extensão de 380 metros, duas amplas faixas de rodagem, cada uma com 6,50 metros de largura, com passeios de quatro metros de largura, além de apresentar canteiros centrais arborizados (Ramos, 1943).

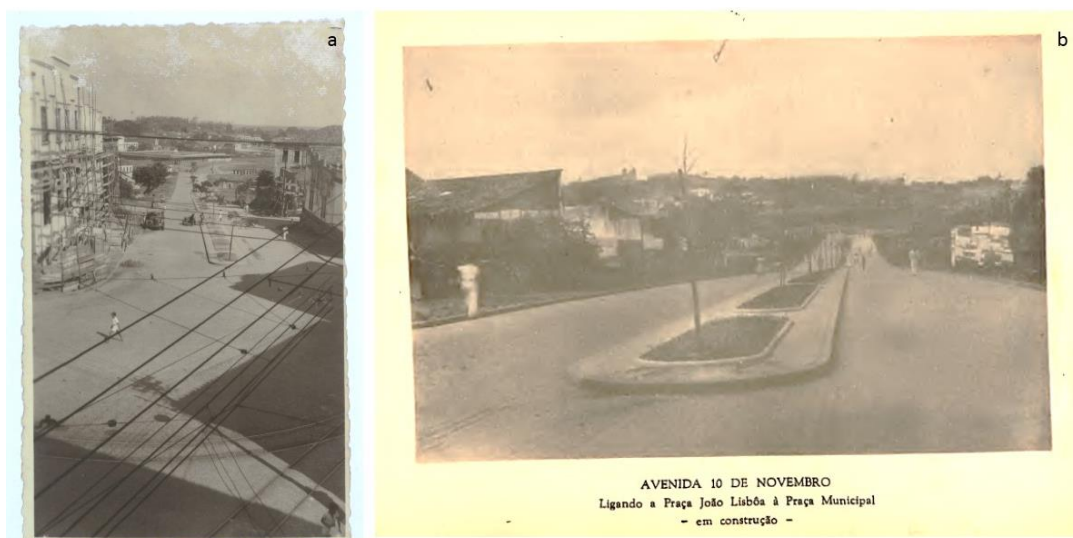


Figura 144. Avenida Magalhães de Almeida (Avenida 10 de novembro) em 1942. Fonte: Arquivos MAVAM (a) e Ramos, 1943: 85 (b).

A abertura da avenida deu maior dinamização à *urbis*, pois permitiu a ligação de dois pontos extremos da cidade - as margens do Rio Bacanga com as margens do Rio Anil e à Beira-Mar, por meio da Praça João Lisboa e da Rua do Egito. Esta avenida foi pensada para receber casas comerciais, mas, percebeu-se, com o passar do tempo, a existência de residências, que foram instaladas em edificações de uso misto¹⁷⁴, apresentando lojas no piso térreo e habitação nos pavimentos superiores, assim como dois bangalôs de estilo neocolonial.

¹⁷⁴ Essas habitações remetem ao modelo de divisão do sobrado da arquitetura colonial ludovicense.

A constituição de todo o acervo arquitetônico moderno desta avenida só veio a ser finalizado no início da década de 1960, sendo composto, em sua maioria, por edifícios da linguagem *Art Déco*. A avenida é considerada nesta pesquisa como mais um trecho da *Rota do Moderno* de São Luís pela sua modernidade, e por apresentar uma arquitetura com uma composição formal renovada. As edificações, em geral, assumem a configuração de rua corredor, mas com uma aparência externa que remete às formas geométricas aerodinâmicas, com valorização dos acessos principais das construções.



Figura 145. Avenida João Lisboa: Perfil quadras do trecho da Avenida Magalhães de Almeida. Fonte: Arquivos IPHAN/INBI-SU, 2002-2005.

A Avenida Getúlio Vargas compreende o último trecho escolhido da *Rota do Moderno*. O seu desenho seguiu o eixo determinado pelo antigo Caminho Grande. Possui aproximadamente 2.300 metros de comprimento, e, na época de sua construção, foram propostas duas faixas de rolamento, cada uma com sete metros de largura, com um canteiro central gramado e arborização nos passeios laterais, no intuito de criar uma espécie de bulevar para a cidade (Ramos, 1941). Essa configuração de avenida diferenciava-se das existentes no núcleo original, pois criou duas faixas de rolamento e apresentou arborização nas calçadas laterais.



Figura 146. Avenida Getúlio Vargas. Fonte: Arquivos MAVAM/São Luís - MA.



Figura 147. Residências da Avenida Getúlio Vargas. Fonte: Minha Velha São Luís; Jorge, 1950.

A construção da Avenida Getúlio Vargas trouxe novas formas de viver, que negavam as estruturas consideradas ultrapassadas ainda predominantes no centro da cidade. Ramos (1941) enfatiza que a referida avenida transformou a então zona suburbana, num dos melhores e mais modernizados trechos da cidade, pois foi palco de várias construções modernistas e chalés ecléticos, causando a migração da população de média e alta renda, antes instalada na Praia Grande (centro histórico), para essa avenida ou seus arredores. As famílias que se deslocaram vislumbravam um novo modo de viver e morar, contribuindo, assim, para o início do processo de abandono e desvalorização da área central. A arquitetura materializava o poder econômico das classes mais privilegiadas que absorviam o modismo da época, apresentando edificações com implantação e tipologias diferenciadas das predominantes na cidade até então. Esta situação chamou a atenção da elite maranhense, que ensaiava se modernizar, influenciada por modelos que emergiam nas principais cidades do país.

(...) o antigo caminho grande, única via de acesso ao interior da ilha e que nunca tinha merecido os cuidados da administração local, começou a receber magnífica pavimentação e está sendo cuidadosamente arborizado. A cidade passou, em suma, a ostentar uma nova fisionomia bem diferente daquela que lhe imprimiram os colonizadores e que conservava até há bem pouco tempo (Ramos, 1941: 61).

A partir da década de 1950, essa avenida apresentava o que havia de mais moderno na cidade. As residências de classe média e alta começaram a dividir a paisagem urbana com equipamentos sociais, como: o Hospital Psiquiátrico Nina Rodrigues (1940), o Serviço Nacional de Aprendizagem – SENAI (1953), e o Instituto Federal do Maranhão – IFMA (1941), e os primeiros conjuntos habitacionais populares, instalados pelo poder público, por meio dos IAP's e da Fundação Casa Popular. Surge, também, um dos primeiros arranha-céus de arquitetura residencial da cidade nesse espaço público, o edifício São Marcos (1974), o único com dez pavimentos, nessa avenida (Lopes, 2008).

A Avenida Getúlio Vargas desenvolveu-se de tal forma que recebeu atividades que só existiam no centro da cidade, como cinema (Cine Monte Castelo) e a primeira loja de departamento da cidade, a frequentada Casa Inglesa, que funcionou numa edificação de características modernas. Hoje, no local do cinema funciona uma igreja e na antiga loja (Casa Inglesa) existe uma escola do governo do Estado do Maranhão, o Centro de Ensino Fernando Perdigão.

A delimitação espacial da presente tese, que denominamos de *Rota do Moderno*, foi construída por meio da pesquisa de campo e fundamentada a partir das categorias de análise retiradas das propostas de Kevin Lynch e José Lamas.

Privilegiou-se o estudo e análise das intervenções em frente de água, a Avenida Beira-Mar, e os diferentes planos urbanos, em especial o elaborado pelo Engenheiro Otacílio Saboya Ribeiro em 1936, que buscou modernizar a cidade através das Avenidas João Lisboa e Getúlio Vargas. Ao longo desses espaços públicos foram edificados vários exemplares da produção arquitetônica moderna residencial ludovicense do século XX, em suas diferentes concepções e linguagens.

O caminhar pela *Rota do Moderno* procura promover a reflexão sobre a preservação da produção arquitetônica moderna do século XX, em suas diferentes linguagens, pois verificou-se, na pesquisa de campo, que muitos exemplares têm vindo a ser descaracterizados ou demolidos pela falta de reconhecimento do valor desse acervo, bem como de políticas públicas voltadas para a sua preservação e conservação.

4.2. As edificações da *Rota do Moderno* e suas linguagens arquitetônicas.

A *Rota do Moderno* foi o termo utilizado para o recorte espacial da presente tese e onde se concentram o maior número de exemplares da produção arquitetônica moderna do século XX.

Conforme já mencionado, as edificações da *rota do moderno* encontram-se distribuídas na Avenida Beira-Mar, Rua do Egito, Avenida Magalhães de Almeida e Avenida Getúlio Vargas. Para comprovação da hipótese de que a produção arquitetônica residencial moderna de São Luís do Maranhão no século XX, mesmo apresentando diferentes linguagens (Eclético, Neocolonial, *Art Déco* e Arquitetura Modernista), apresenta similaridades em sua configuração espacial e na materialidade, conseguindo dialogar positivamente com as edificações coloniais e ecléticas, dos séculos XVIII e XIX, sem representar um grande contraste nesse conjunto, foi necessário a construção de categorias de análise arquitetônica que apresentam características distintas, e que abordam desde elementos de natureza física, a questões funcionais, e ao estado de preservação e conservação dos imóveis.

Nesse sentido, foram selecionadas nove residências unifamiliares e três multifamiliares, presentes na zona urbana da cidade de São Luís, construídas no intervalo temporal entre o início da década de 1930 e o final da década de 1960, sendo três casos de estudo de cada linguagem (eclética, neocolonial, *Art Déco* e arquitetura modernista).

A classificação em relação às linguagens arquitetônicas dos imóveis constantes na rota baseou-se no levantamento urbanístico realizado pela Prefeitura Municipal em parceria com o governo do Estado e o IPHAN, em 1998, para constar no Plano Diretor do Centro Histórico de São Luís (Espírito Santo, 2006). No caso das edificações da Avenida Getúlio Vargas, as linguagens foram identificadas pela autora da tese.

Escolhidas as residências de acordo com suas similaridades e facilidade de acesso, para realizar o levantamento físico e fotográfico, foram feitos redesenhos das plantas, com o intuito de reconstruir o projeto original. Para a elaboração do projeto original recorre-se a:

- a) Plantas baixas das edificações, por meio do levantamento do estado atual dos imóveis do INBI-SU (Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos) do IPHAN ou físico;

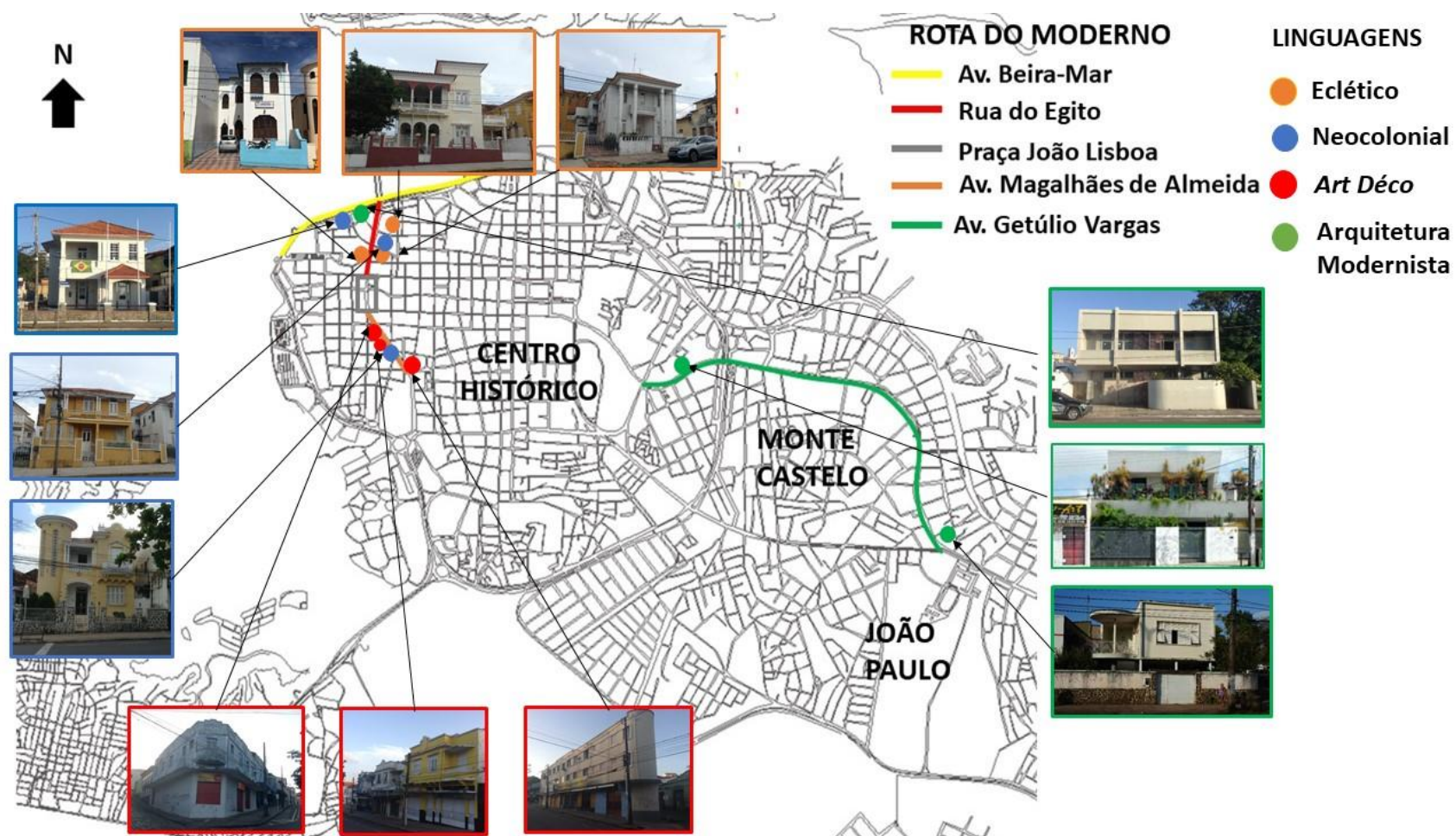


Figura 148. Mapa da Rota do Moderno com os casos de estudo. Fonte: autora, 2019.

- b) Memória oral de proprietários e antigos moradores de algumas residências;
- c) A cadeia sucessória dos imóveis disponibilizada nos cartórios de Imóveis de São Luís. Este documento representa um histórico do imóvel, apresentando todos os proprietários, anos de compra ou venda, além de, em alguns casos, até citar quem projetou e construiu a edificação, bem como a listagem dos ambientes que existiam na casa, no ato da primeira inscrição no cartório;
- d) Visitas *in loco*, para verificar se houve alterações ao projeto, nomeadamente, construção de paredes, existência de vãos fechados e/ou abertos; assim como realizar um levantamento e diagnóstico dos materiais de construção e revestimentos internos e externos.

Enquanto na descrição da *Rota do Moderno*, realizada a partir do desenho da cidade, o caminho se iniciou na Avenida Beira-Mar, estendendo-se pela Rua do Egito, Avenida Magalhães de Almeida, e Avenida Getúlio Vargas, no caso da descrição das edificações, neste estudo, o percurso faz-se percorrendo as diferentes linguagens arquitetônicas, pela seguinte ordem: eclética, neocolonial, *Art Déco* e arquitetura modernista.

4.2.1. Edificações na Linguagem Eclética

O ecletismo surgiu em São Luís na segunda metade do século XIX, estendendo-se até à metade do século XX e foi marcado, inicialmente, por intervenções no invólucro externo das edificações coloniais, por meio da inserção de platibandas e de elementos decorativos como frisos, faixas, cornijas na fachada; a organização espacial interna, no entanto, ainda apresentava fortes vínculos com o modelo do período colonial.

Posteriormente, esta linguagem ganhou forma em diferentes tipologias, com destaque para as edificações públicas ou oficiais, mas, também, nos bangalôs, que foram sendo construídos na cidade, nas primeiras décadas do século XX. Na *rota do moderno* foram selecionados três bangalôs para a análise, localizados na Rua do Egito (Residência Nº 139, Residência Nº 173 e Residência Nº 226).

O ecletismo desses imóveis, de acordo com a classificação de Pateta (*in* Fabris, 1987), se enquadra na corrente dos pastiches compositivos, que compreendem a junção de elementos de culturas distintas, criando uma edificação nova. O ecletismo nessas residências é marcado

pela simplicidade, com pouca ou nenhuma ornamentação, diferenciando-se do ecletismo do restante do país, que esteve ligado à riqueza da *Belle Époque*.

a) Residência Nº 139 (1946)

A Residência Nº 139 é um belo exemplar da arquitetura eclética ludovicense por apresentar um conjunto de colunas dóricas com fuste canelado estilizadas que sustentam os arcos de “meia volta”, remetendo à arquitetura neoromânica. Algumas janelas da fachada frontal e lateral direita receberam ornamentação nas ombreiras e nas vergas, onde se percebe a influência clássica, além da balaustrada presente nos guarda-corpos do terraço e varandas. Os cachorros¹⁷⁵ que apoiam a varanda do pavimento superior fazem alusão a arquitetura colonial.



Figura 149. Residência Nº 139 – Vistas Exteriores. Fonte: autora, 2018.

Esta construção encontra-se dentro do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís/Ma, classificado pelo Governo Federal em 1974, por meio do Processo nº 454-T-57, inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico sob o nº 64 e sob o nº 513 no Livro do Tombo das Belas Artes, conforme determina o Decreto-lei nº 25 de 30 de

¹⁷⁵ No Brasil denomina-se a peça em balanço, geralmente em pedra, madeira ou tijolo, que sustentava ou aparentava sustentar os balcões (ALBENAZ; LIMA, 1997a).

Novembro de 1937, e está inserida, também, na área inscrita na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO desde 1997.

Localizada na Rua do Egito, Nº 139, quadra 17 e, inicialmente, funcionou como residência unifamiliar, tendo como primeiro proprietário Antônio Marques Ferreira, que adquiriu o terreno da Prefeitura Municipal de São Luís em julho de 1946, por meio de edital público. Nesse terreno existiam duas edificações (Nº 133 e 139) que foram demolidas para a ampliação desse logradouro em decorrência do já referido *Plano de Remodelação, Extensão, Embelezamento e Saneamento da Cidade* (1936). Em dezembro de 1946, segundo a Cadeia Sucessória do Imóvel¹⁷⁶, foi construído nesse local “um prédio em estilo moderno de dois pavimentos”. Atualmente, nesse imóvel funciona o Juizado Especial de Defesa do Consumidor, órgão ligado ao Poder Judiciário, por meio da Corregedoria Geral da Justiça.

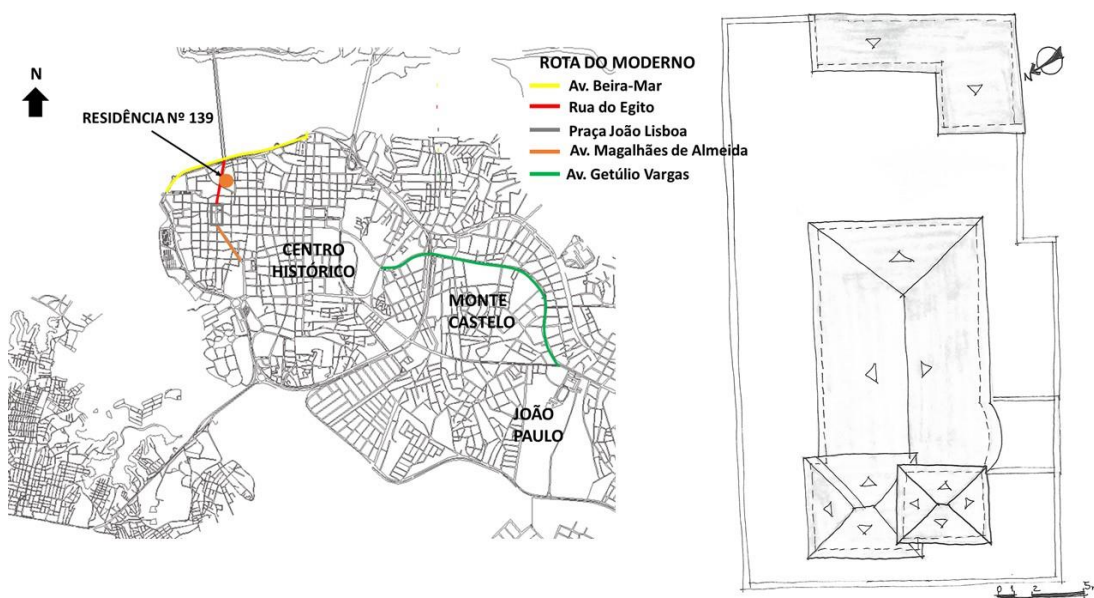


Figura 150. Localização e implantação da Residência Nº139. Fonte: autora, 2019.

Implantada num lote urbano retangular plano, de aproximadamente 619m², no meio da quadra, a edificação foi construída no sentido longitudinal do terreno, apresentando recuos frontal, laterais e de fundos, sendo composta por um bloco, situado no meio do terreno, com dois pavimentos, com 441,72 m² de área construída total.

¹⁷⁶ Dados obtidos no Cartório da 1ª Zona de Registro de imóveis de São Luís. Matrícula nº 2.202, Livro 2-H, folha 106.

No pavimento térreo foi previsto: terraço, sala de visitas, sala de estar, sala de jantar, escritório, um dormitório, corredor, despensa, banheiro, copa e cozinha. O pavimento superior apresenta três dormitórios, uma sala de costura, banheiros, um quarto pequeno e três terraços. Posteriormente, foi edificado o bloco de serviços, no fundo do terreno, com 99,30 m², onde ficaram localizados as dependências de serviço (lavanderia, depósitos, sala de goma) e os quartos dos empregados.

As edificações ocupam 38 % da área do terreno, deixando uma área livre de 379,25m². Um muro gradeado faz a separação entre a área pública e a privada, e apresenta três acessos: um de pedestres e dois de veículos, pelas laterais, direita e esquerda, da edificação. O acesso que dava para a garagem coberta, ficava localizado à direita da edificação, e o outro acesso de veículos dava para uma área descoberta.

Pode-se observar a existência de três acessos pedonais para a edificação: um social pela fachada frontal; um privativo, pela garagem, na fachada lateral direita; e um de serviços, que se dava pela empena da fachada posterior da edificação, que permitia o acesso ao setor de serviço, copa/cozinha e, também, para a edificação de serviços.

A construção principal apresenta três volumes prismáticos, um cúbico, mais alto e outro paralelepípedo, mais baixo, que apresenta uma leve ondulação na fachada; o terceiro volume compreende o corpo do terraço/garagem bem mais baixo. As paredes já aparecem menos espessas em decorrência das novas técnicas construtivas utilizadas em sua estrutura, como o concreto armado, e as paredes externas e de vedações dos compartimentos são em tijolo cerâmico. Percebe-se, então, que o imóvel já utilizou materiais modernos, que já vinham sendo aplicados em edificações com linguagem *Art Déco* e arquitetura modernista.

A cobertura da residência principal apresenta onze águas em telhas de cerâmica tipo capa e canal, sendo sustentada por uma estrutura de madeira.



Figura 151. Vista aérea da Residência Nº139. Fonte: Samuel Benison, 2020.

A residência apresenta um partido compacto de base retangular, onde foi adotado o modo de “morar à francesa”, visto que a habitação obedecia a um programa, de três zonas com funções distintas: social, repouso (privativa) e a de serviço, ocupando respectivamente, 24,66% o setor social, 33,64% o setor privativo e 34,84% o setor de serviço e 8,86% da área útil equivale à circulação. A planta deveria satisfazer esse programa e prever uma circulação que pudesse ir de uma zona a outra sem passar por uma terceira, como sucedia nas habitações coloniais. Assim, toda a área social, com exceção do quarto de hóspedes e do setor de serviço, ficava no pavimento térreo.

No piso térreo, a habitação apresenta uma varanda, sustentada por pilares, que lembra os alpendres das construções rurais coloniais. Tal ambiente funciona como espaço de transição do interior para o exterior, direcionando o morador ou visitante para o gabinete, para a sala de visitas e para sala de estar.

A sala de estar permite o acesso à garagem, à direita da edificação, e a uma circulação linear, que distribuía o fluxo para a sala de jantar, para o quarto de hóspedes, despensa, copa e cozinha, e para a parte posterior da edificação principal, assim como para o quintal. Esta circulação ainda fazia a ligação para a escada em “U” de madeira, que levava para o pavimento superior, onde ficava o setor privativo. A sala de jantar apresenta uma ligação para a copa e para o banheiro social.

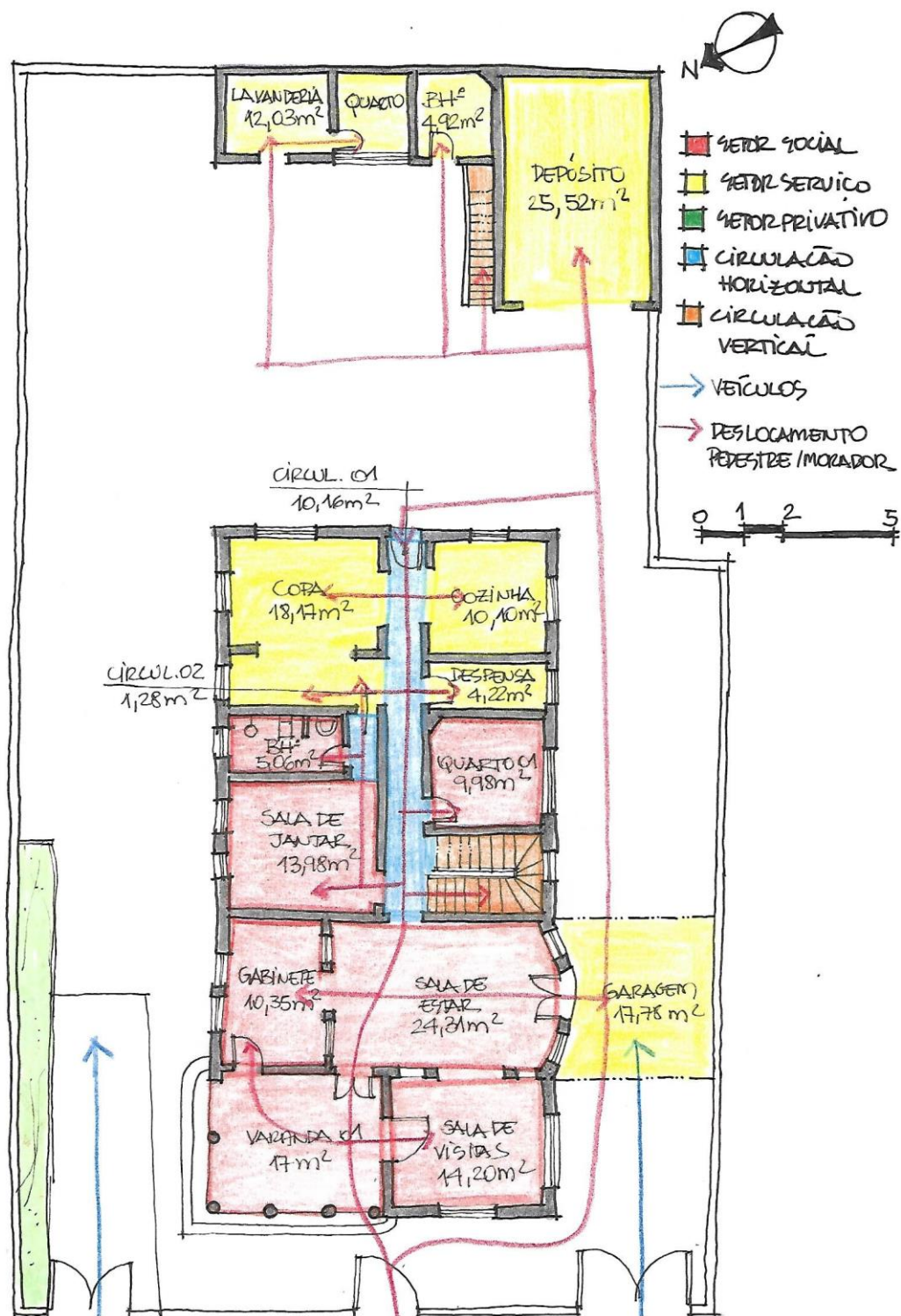


Figura 152. Planta do pavimento térreo da Residência Nº 139. Fonte: autora, 2019.

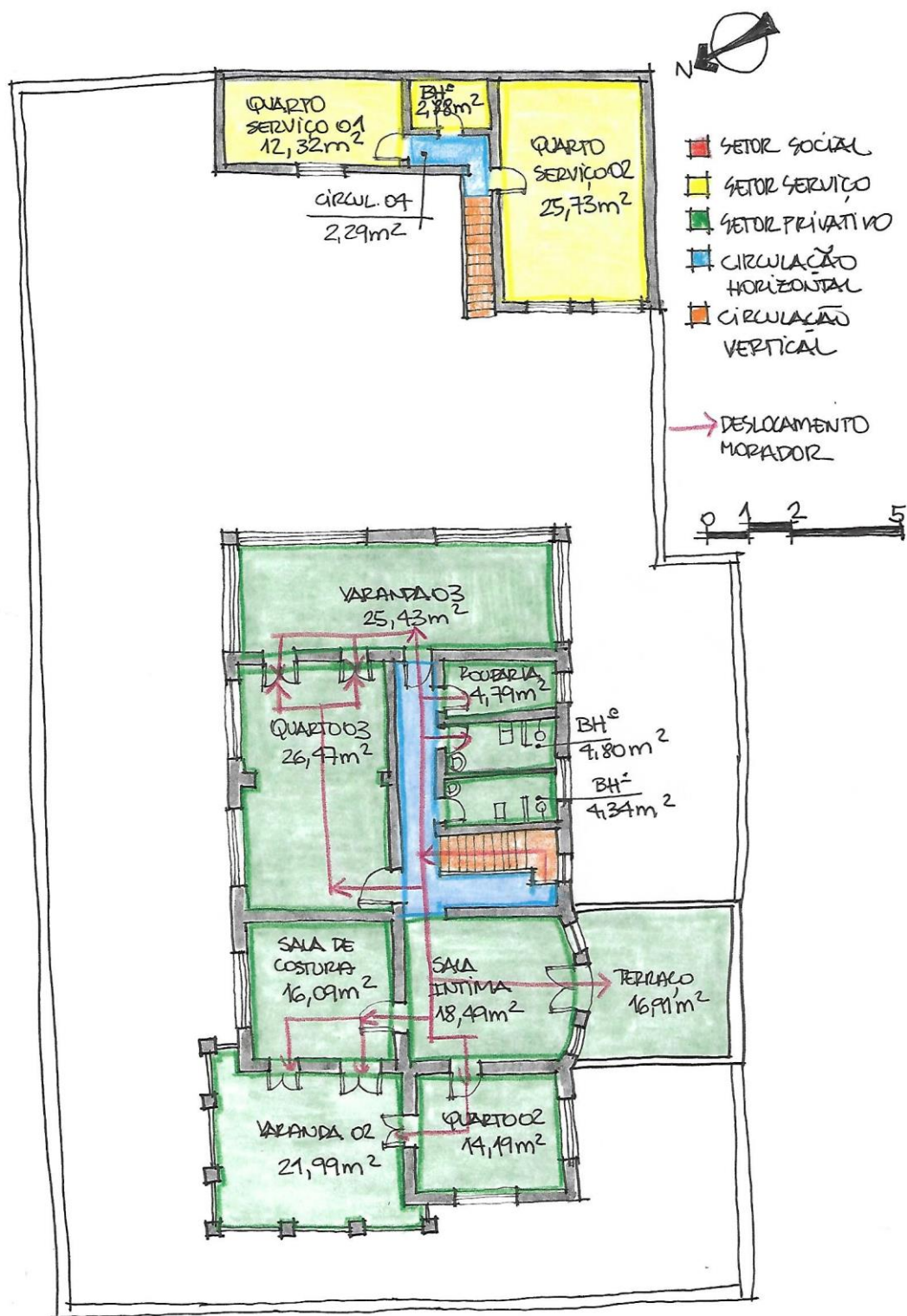


Figura 153. Planta do pavimento superior da Residência Nº 139. Fonte: autora, 2019.

No segundo pavimento existe um corredor que faz ligação aos dois banheiros, a uma rouparia, ao maior dormitório da casa, à varanda dos fundos da edificação e à sala íntima. Da sala íntima tem-se acesso a um ambiente feminino da casa, a sala de costura, ao terraço e a outro dormitório. Deste dormitório e da sala de costura tem-se acesso à varanda 02, com vista para a Rua do Egito.

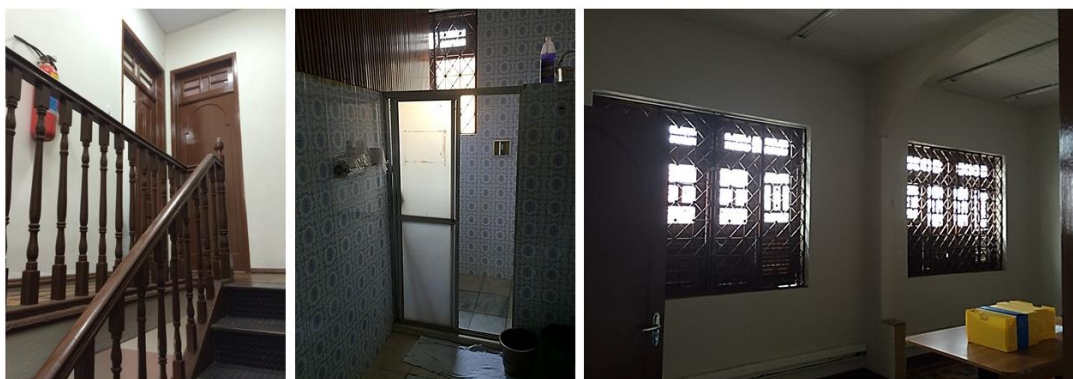


Figura 154. Vista do corredor, banheiro e do quarto 03 do pavimento superior da Residência Nº 139. Fonte: autora, 2018.

Com relação à circulação da edificação principal, observa-se que ocorre por meio de um corredor linear, mas, também, é realizada passando de um ambiente para outro.

No fundo do terreno ficavam outros ambientes do setor de serviço, tais como: dormitório de empregados, banheiro de serviço, depósito e lavanderia.

Quanto aos aspectos topológicos, o setor social está bem definido em ambientes distintos, ora isolados, ora conectados com a área externa. Os espaços sociais têm a função de interligar, por meio da circulação, o setor de serviço com o privativo. Com relação ao setor de serviço, percebe-se que existe certa similaridade com as habitações coloniais, pois a posição dos dormitórios dos empregados manteve-se segregada, no fundo da habitação, ou seja, isolados da habitação principal.

A segregação também ocorre com o setor privativo, que se isola dos demais setores, como forma de se manter afastado das outras áreas para ter melhor privacidade nas suas ações do dia a dia. Novos espaços surgem como a sala íntima e os banheiros privativos para o uso exclusivo dos proprietários. O quarto de hóspedes localiza-se no térreo para que o visitante

não adentrasse o ambiente íntimo da família hospedeira, de modo a manter a sua privacidade.

A residência apresenta estrutura em concreto armado, com vedações em tijolo cerâmico. Com relação aos pisos, no térreo, a escada que dá acesso à varanda é em mármore, e o revestimento desse ambiente é um ladrilho decorado com dimensão de 20x20cm; no setor social, o piso tipo era em *parquet* com desenho tipo “espinha de peixe”, e nas áreas molhadas foi utilizado um revestimento cerâmico no formato retangular, bem como no corredor que dá acesso a área de serviço. No pavimento superior, o piso era madeirado em duas cores, e nos banheiros utilizaram-se placas de mármore, sendo revestidos com azulejos. O forro da edificação era todo em estuque, o que permitiu desenhos decorativos no teto.

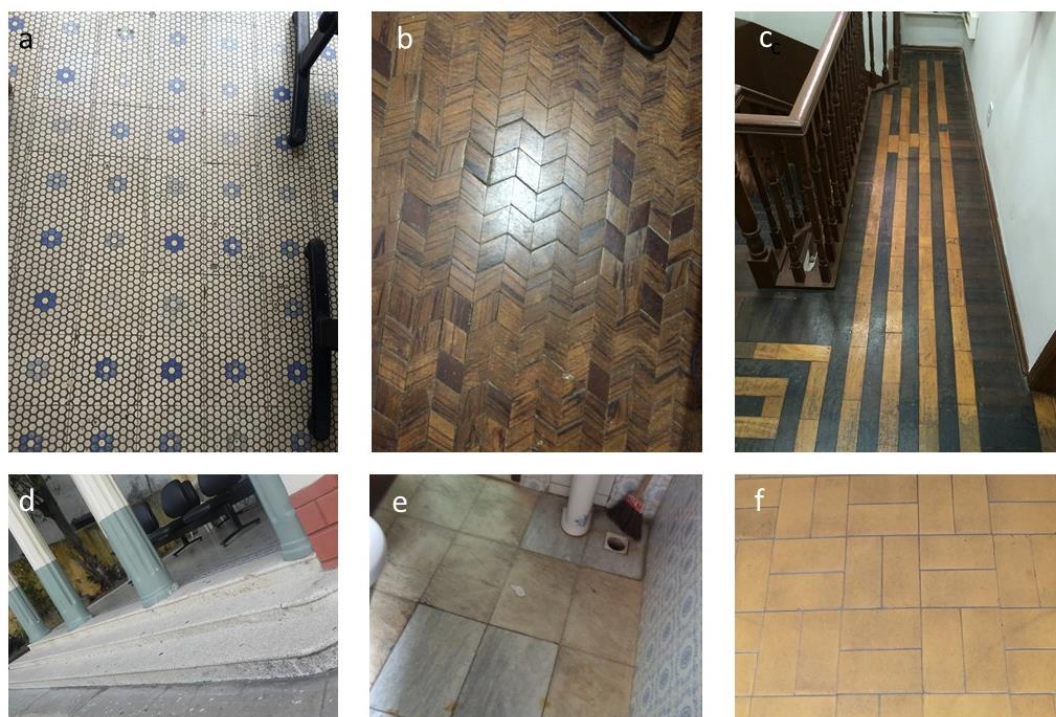


Figura 155. Pisos da Residência Nº 139: varanda do térreo (a); setor social (b); corredor do pavimento superior (c); degraus em mármore do acesso a varanda (d); piso em mármore do banheiro do pavimento superior (e); e, piso das áreas molhadas e da circulação do pavimento térreo. Fonte: autora, 2018.

Com relação às esquadrias, observou-se que as janelas são em madeira, pintadas na cor branca, e apresentam-se em dois modelos: as com veneziana e bandeira em vidro e as com veneziana e vidro, com bandeira em vidro. As portas, que separam a área interna e externa da casa, são em madeira com almofadas, com bandeira em vidro, na cor branca. Já, as portas

que separam um ambiente do outro internamente, também, podem aparecer em madeira com almofadas, ou em madeira, vidro e com veneziana, sendo pintadas na cor marrom.



Figura 156. Vista externas da Residência Nº 139: janelas. Fonte: autora, 2015.

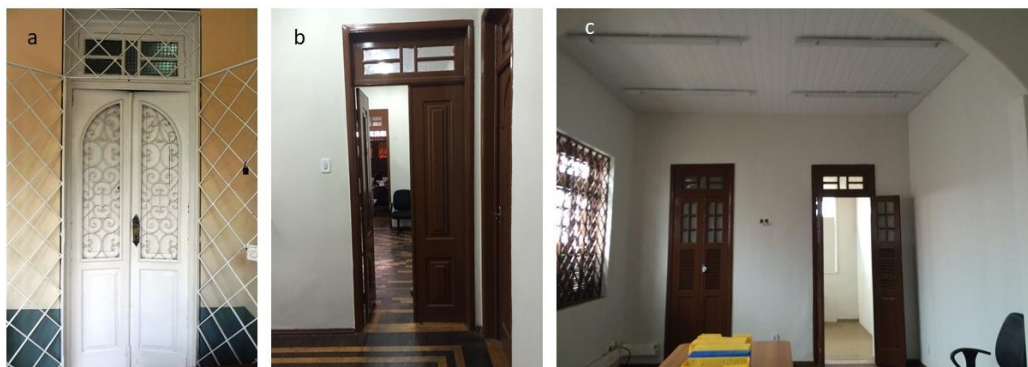


Figura 157. Portas: fachada principal (a); pavimento superior (b, c). Fonte: autora, 2015.

O imóvel encontra-se na área de classificação federal e apresenta-se pouco alterado no que tange ao estado de preservação, pois a sua volumetria não sofreu nenhum tipo de acréscimo, assim como, a cobertura. Mas, observa-se a presença de caixas de ar condicionado e de tubulações voltadas para o cabeamento de energia, que acabam descaracterizando as fachadas. As esquadrias e revestimentos são originais. Com relação à configuração interna percebe-se a modificação que se deu com a vedação de vãos e a divisão de ambientes, como foi o caso do banheiro do pavimento térreo, que foi transformado em dois lavabos, de

maneira a atender às necessidades provenientes dos novos usos; e parte do forro do pavimento superior foi substituído pelo de PVC.

ESTADO DE PRESERVAÇÃO			
Volumetria	(0-3)	2	Preservação dos volumes originais; presença de cabeamentos e caixas de ar condicionado nas fachadas.
Configuração Espacial	(0-3)	2	Portas e vãos foram vedados; Ambientes foram divididos em dois.
Presença de Esquadrias originais	(0-3)	2	Mantém as esquadrias originais; outras desapareceram em decorrência da vedação dos vãos.
Materiais e Revestimentos originais	(0-3)	2	Pisos e revestimentos dos banheiros originais. Parte do forro de estuque do pavimento superior foi substituído.
Total		8	Pouco Alterado
Íntegro (10-12)	Pouco Alterado (7-9)	Muito Alterado (4-6)	Descaracterizado (0-3)

Figura 158. Matriz do Estado de preservação da Residência Nº 139. Fonte: autora, 2019.

O estado de conservação da residência é bom, mas, a edificação necessita de manutenção, principalmente das fachadas, e a recuperação de algumas esquadrias que se encontram danificadas.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
Estrutura	(0-4)	4	Encontra-se conservada, sem presença de rachaduras.
Paredes	(0-4)	2	Paredes externas com infiltração no embasamento; presença de vegetação cobertura; paredes com manchas
Elementos arquitetônicos	(0-4)	3	Janelas precisando de reparos.
Instalações prediais	(0-4)	4	Sem problemas potenciais.
Total		13	Bom
Bom (13-16)	Regular (9-12)	Ruim (5-8)	Em arruinamento (0-4)

Figura 159. Matriz do Estado de Conservação da Residência Nº139. Fonte: autora, 2019.

A Residência Nº 139 é um exemplar representativo da arquitetura eclética, na tipologia bangalô, que representou a transição da cidade colonial para uma cidade moderna. Esse imóvel apresentou-se isolado das divisas do lote e bem setorizado, refletindo a modernidade das residências urbanas da época. Mas, essa residência ainda apresentou elementos que remetem à construção colonial, como a edícula no fundo do lote, que segregava o ambiente de serviço dos frequentados pelos proprietários.

b) Residência Nº 173 (1948)

Essa edificação eclética encontra-se na antiga Avenida João Lisboa (primeiro trecho), atual Rua do Egito, que fez parte das intervenções modernizadoras do *Plano de Remodelação, Extensão, Embelezamento e Saneamento da Cidade* de Otacílio Saboya, e insere-se na área de tombamento federal (1974) e na área inscrita na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO (1997). Datado de 1948 e de propriedade, na época, do Engenheiro José de Ribamar Araújo, casado com Dinorah Aguiar Araújo. Quanto ao projeto e à execução desta edificação, o autor é desconhecido.

É uma edificação eclética pois, apresenta uma fachada simétrica, com elementos que remetem à arquitetura clássica, presentes nas sobrevergas com o formato de frontão triangular, que ficam nas janelas da fachada principal.

Na época de sua construção, o entorno da edificação era constituído por residências unifamiliares, em sua maioria, na tipologia bangalô com dois pavimentos, onde habitavam famílias abastadas. Atualmente, esse imóvel encontra-se sem uso.



Figura 160. Residência Nº 173 – vistas exteriores. Fonte: autora, 2018.

Implantada num lote trapezoidal de esquina, com a Rua Isaac Martins, de aproximadamente 237,78 m², a edificação ocupa 61% da área do terreno. A testada do lote possui um pouco mais de 12 metros, com dois acessos, que separam a área pública (calçada) da privada (pequeno jardim): um acesso de pedestre e um de veículos, localizado na lateral esquerda do muro, dando acesso para a garagem.

No terreno foram implantadas duas edificações, ambas com dois pavimentos, uma principal e uma de serviço. A edificação principal foi implantada no centro do lote e apresentava afastamento frontal, posterior e lateral, e, em parte do afastamento posterior, foi construída uma edícula de serviço, com dois pavimentos.

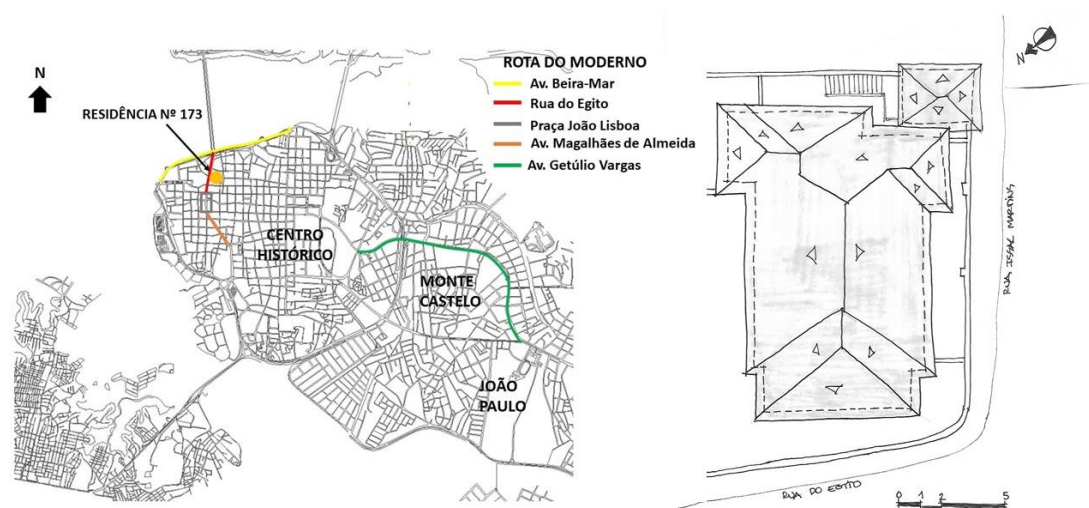


Figura 161. Localização e implantação da Residência nº 173 dentro da *Rota do Moderno*. Fonte: autora, 2019.

Existiam três acessos para a edificação principal, sendo um social, pela fachada frontal e dois de serviço, pelas laterais direita (cozinha) e esquerda (copa) da edificação. O acesso social se dava por uma escada, que chegava à varanda com pé direito duplo. Dessa varanda, o visitante ou morador tinha acesso a um pequeno vestíbulo, que fazia a ligação para o escritório - um ambiente mais reservado e masculino, localizado na parte frontal da casa - e para a sala de jantar, ambiente central de maior dimensão, que funcionava como grande distribuidor de fluxos, pois ligava o setor social ao de serviço e privativo.

A sala de visitas funcionava, também, como a sala de estar e encontrava-se integrada à sala de jantar, antecipando padrões utilizados em projeto da arquitetura modernista, pois remetiam ao *living room*, presentes nas *prairies houses* de Frank Lloyd Wright, por exemplo.

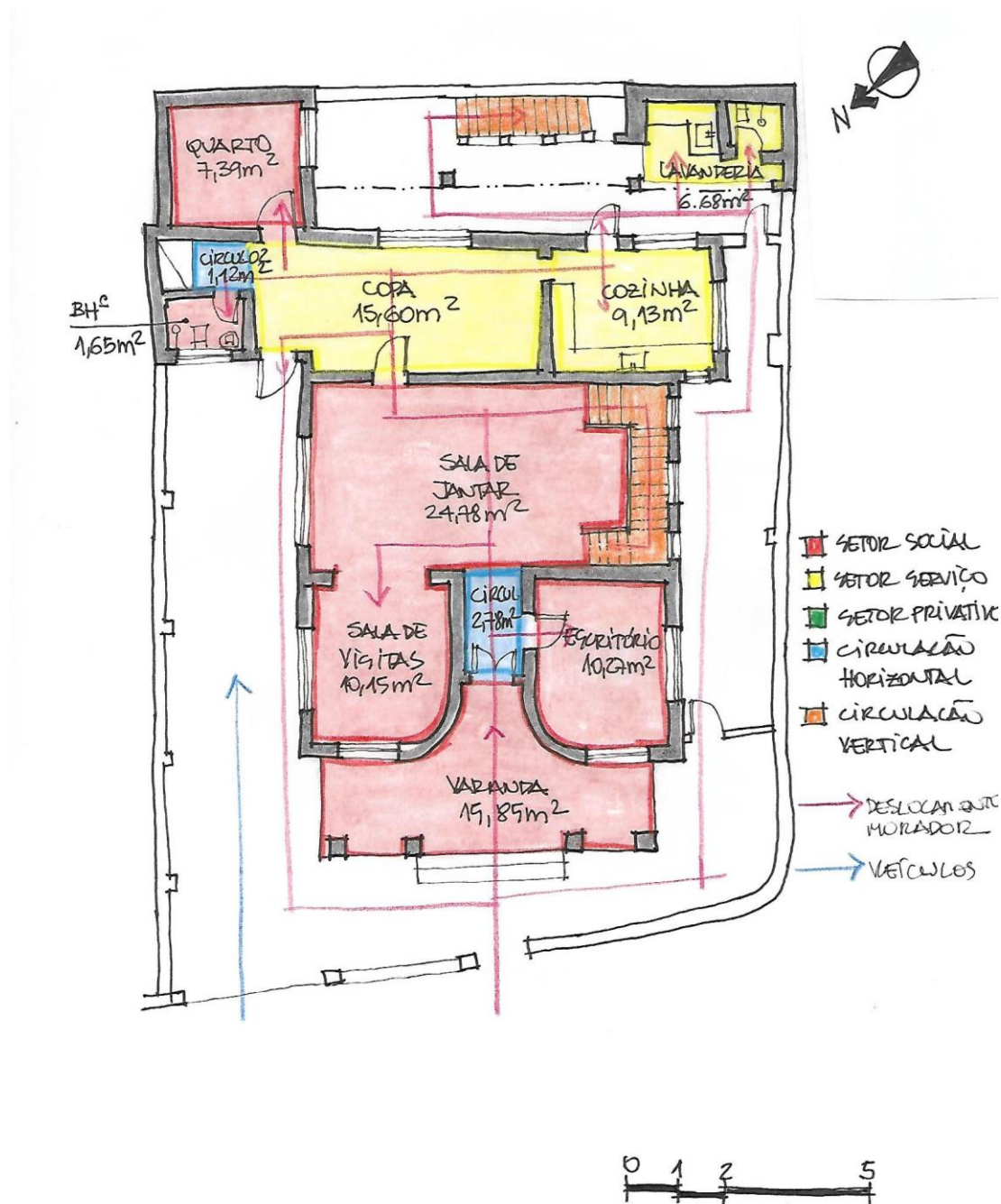


Figura 162. Planta do pavimento térreo da Residência Nº 173. Fonte: autora, 2019.

Cada ambiente da casa era voltado para receber uma atividade que atendesse às necessidades de seus moradores e todos eles, apresentavam janelas, que possibilitavam

ventilação e iluminação, uma forma de torná-los mais confortáveis. E o grande número desses vãos possibilitou, também, uma maior integração da residência com a área externa.

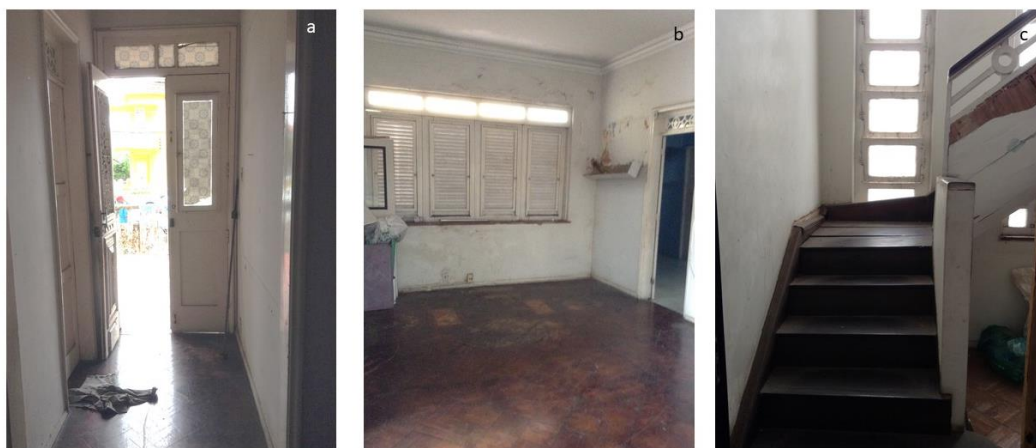


Figura 163. Vistas do pavimento térreo: vestíbulo (a), sala de jantar (b) e escada (c). Fonte: autora 2018.

Observa-se que da sala de jantar tem-se acesso à copa, cujo ambiente é todo revestido com azulejo, dando acesso à cozinha, a um pequeno banheiro social e a um quarto, que funcionava para hóspedes. Este quarto foi construído sob os afastamentos posterior e lateral esquerdo da edificação.

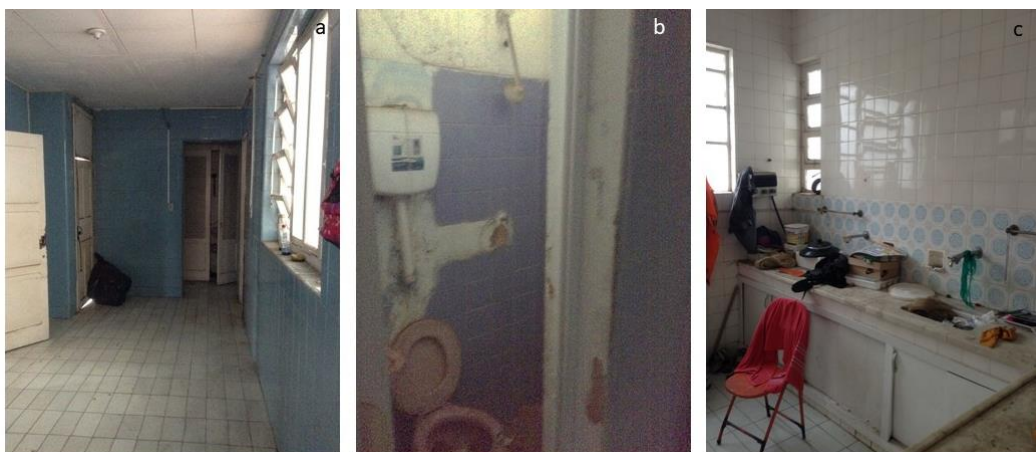


Figura 164. Vistas da copa (a), banheiro social (b) e cozinha (c). Fonte: autora, 2018.

Na parte posterior da casa, situam-se os demais ambientes do setor de serviço: a lavanderia e o banheiro de serviço, no térreo, e no pavimento superior, o dormitório de serviço, cujo acesso era feito por meio de uma escada de concreto.

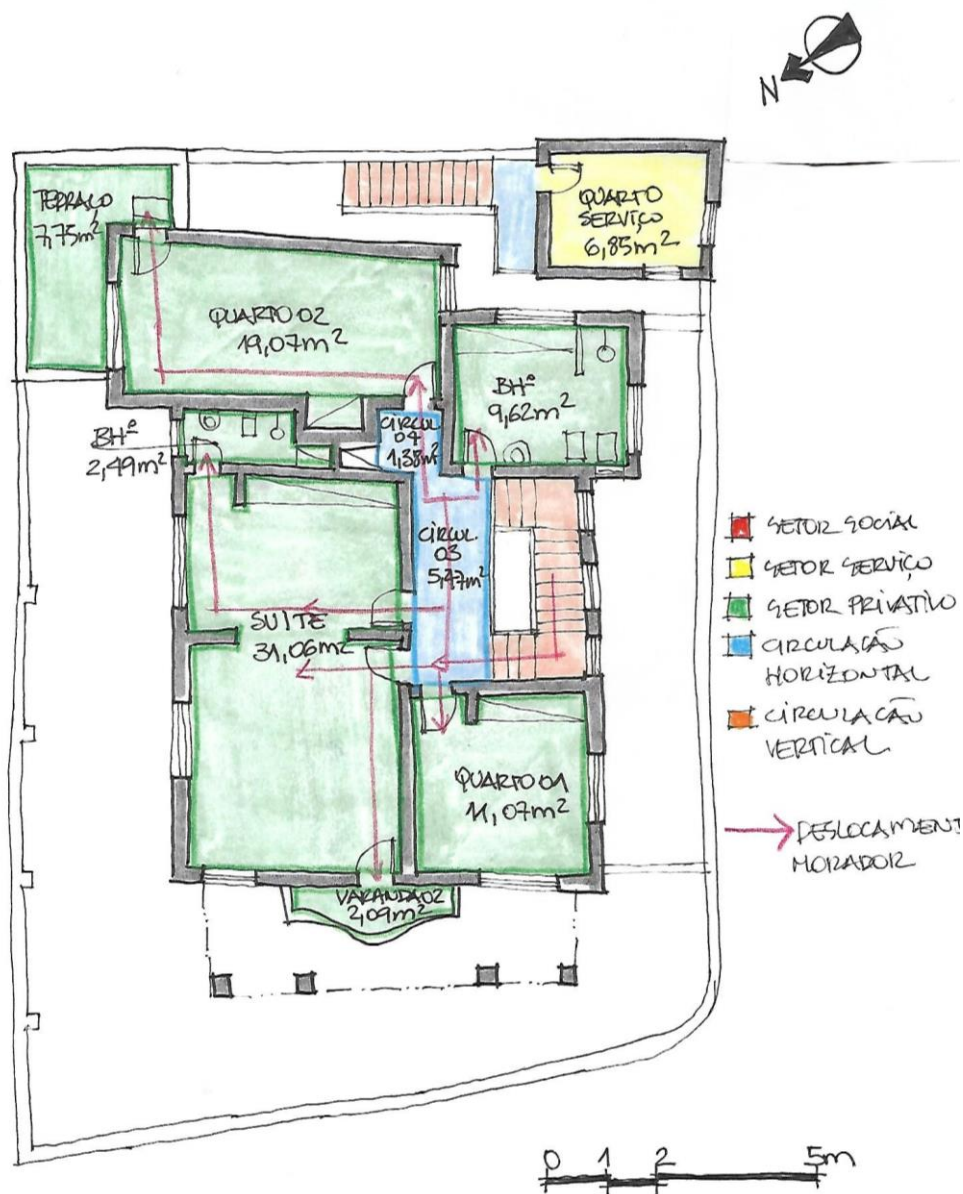


Figura 165. Planta do pavimento superior da Residência Nº173. Fonte: autora, 2019.

Percebe-se, que no térreo a circulação era realizada passando-se de um ambiente para o outro, demonstrando a boa acessibilidade e permeabilidade dessa construção, o que remetia aos modelos das habitações coloniais.

A escada, em madeira, que dá acesso ao setor privativo e apresenta o formato em “U”, levando o morador ao pavimento superior e, por conseguinte, a um corredor que distribui o

fluxo para os três dormitórios: uma suíte, formada por dois ambientes, um banheiro privativo e uma pequena varanda; e um banheiro para os dois dormitórios, sendo que um deles possui um pequeno terraço, com vista para o quintal e para a parte frontal da casa.



Figura 166. Vistas do pavimento superior: corredor (a), suíte (b) e quarto 02. Fonte: autora, 2018.

Nesta edificação, o setor privativo é o que ocupa a maior área da edificação, com 39% da área útil, seguido do setor social (32,22%), de serviço (18,62%) e pela circulação (20,23%), que chega a ultrapassar a área de serviço.

Com relação aos materiais, o piso em *parquet* de madeira com padronagens distintas foi implantado em todo o setor social e privativo. Nas áreas molhadas, banheiros, copa e cozinha, foram instalados mosaicos cerâmicos no piso e azulejos nas paredes. No banheiro privativo, o piso é em pastilhas hexagonais.



Figura 167. Pisos da Residência Nº 173: suíte (a); sala de jantar (b) e banheiro pavimento superior (c). Fonte: autora, 2018.

Com relação às esquadrias, observa-se a predominância das janelas em madeira com veneziana encontradas nos setores social e privativo. As janelas tipo basculantes em ferro e vidro foram utilizadas na cozinha, áreas de serviço e banheiros. Existem, também, janelas em madeira e vidro, tipo basculante, localizadas na copa e nas seteiras junto à escada.

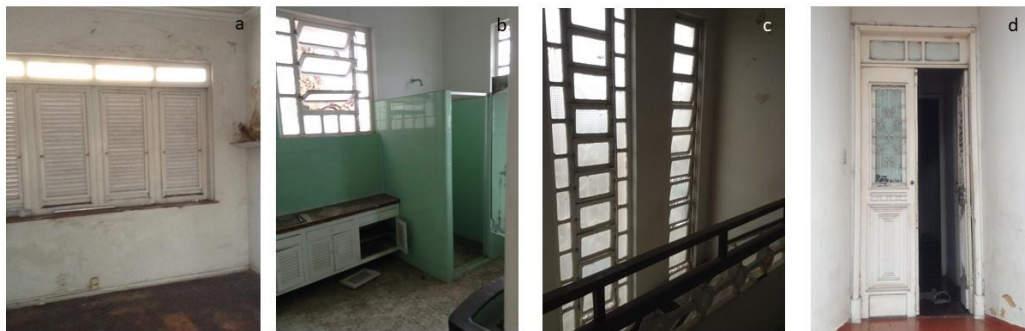


Figura 168. Vista de esquadrias da Residência Nº 173: sala de jantar (a); banheiro do pavimento superior (b); seteiras próxima escada; e, porta do acesso principal. Fonte: autora, 2018.

A edificação principal possui volume único recortado e apresenta um sistema estrutural misto: em concreto armado com alvenaria de tijolo. Com destaque para os quatro pilares distribuídos simetricamente, formando um pé direito duplo na parte frontal da edificação. A cobertura possui 11 águas com telha cerâmica tipo francesa.



Figura 169. Vista aérea da Residência Nº 173. Fonte: Samuel Benison, 2020.

Atualmente, a edificação apresenta o estado de preservação íntegro, pois sua volumetria recebeu poucas descaracterizações, foram mantidos os revestimentos e materiais originais e não houve nenhuma intervenção que descaracterizasse internamente essa residência.

ESTADO DE PRESERVAÇÃO			
Volumetria	(0-3)	2	Preservação do volume original; presença de algumas caixas de ar condicionado.
Configuração Espacial	(0-3)	3	Não há registro de abertura ou fechamento de vãos.
Presença de Esquadrias originais	(0-3)	2	Mantém as esquadrias originais;
Materiais e Revestimentos originais	(0-3)	3	Pisos e revestimentos dos banheiros originais.
Total		10	Íntegro
Íntegro (10-12)	Pouco Alterado (7-9)	Muito Alterado (4-6)	Descaracterizado (0-3)

Figura 170. Matriz do Estado de Preservação da Residência Nº 173. Fonte: autora, 2019.

O estado de conservação do imóvel é ruim, pois, necessita de intervenções voltadas para a manutenção em toda sua estrutura, como: retirada das infiltrações, recuperação do reboco e pintura de toda residência, restauro e reconstrução da escada e esquadrias, substituição de toda rede elétrica e hidrossanitária, dentre outras ações.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
Estrutura	(0-4)	3	Ferragens expostas na laje.
Paredes	(0-4)	2	Paredes externas com infiltração no embasamento; presença de vegetação cobertura; paredes com manchas
Elementos arquitetônicos	(0-4)	2	Muitas janelas e portas danificadas; pisos necessitando de limpeza; escada precisando de reparos.
Instalações prediais	(0-4)	2	Presença de fiação exposta.
Total		9	Regular
Bom (13-16)	Regular (9-12)	Ruim (5-8)	Em arruinamento (0-4)

Figura 171. Matriz do Estado de Conservação da Residência Nº 173. Fonte: autora, 2019.

A Residência Nº 173 apresenta características ecléticas na sua planta, com a utilização dos princípios de axialidade e simetria, que foram utilizados nos ambientes do setor social. A modernidade está presente em ambientes que já buscam uma integração espacial. Outro ponto de destaque é a existência de um dormitório com banheiro privativo. Observou-se, ainda, que parte do setor social mistura-se com o setor de serviço no pavimento térreo. Os ambientes são bem acessíveis, pois existem compartimentos em sucessão e de passagem obrigatória, remetendo assim para modelos da habitação colonial.

c) Residência Nº 226 (1949)

A Residência Nº 226 foi escolhida por ser um dos últimos exemplares do período da arquitetura eclética em São Luís. Enquadra-se nessa linguagem por apresentar fachada assimétrica, que faz uso nas vergas das portas e janelas, de arcos que remetem à arquitetura neomourisca ou neobizantina, por meio da releitura com dois arcos: um mixtilíneo¹⁷⁷ e outro trilobulado¹⁷⁸. Outro ponto marcante é a presença de azulejos decorativos e de um ornato que remete às ameias, localizada na face inferior da janela do pavimento superior.

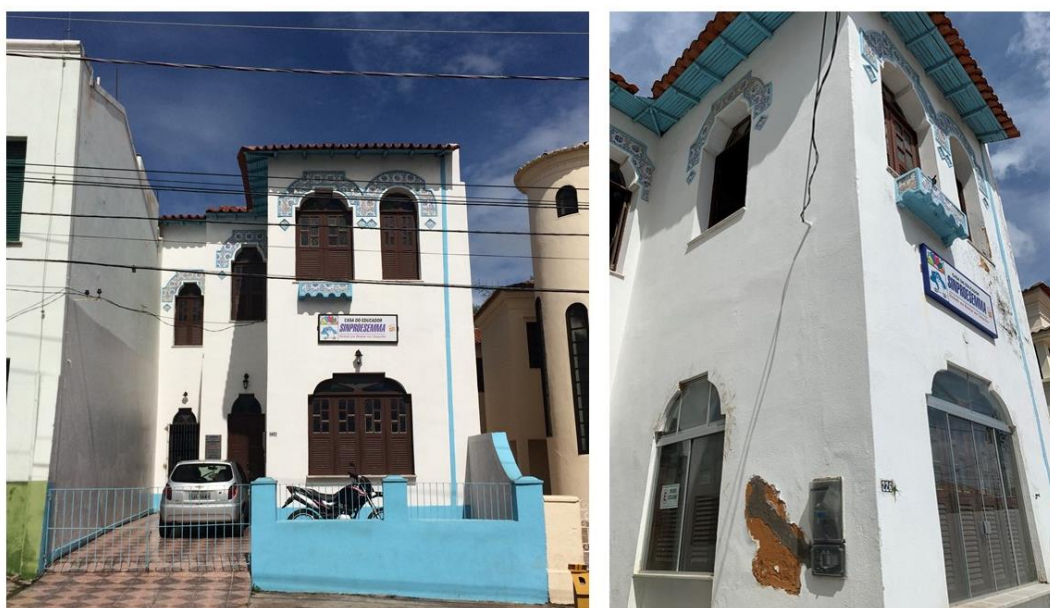


Figura 172. Residência Nº 226 – vistas exteriores. Fonte: autora, 2018.

Este imóvel, como os demais apresentados neste item, faz parte do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico classificado pelo Governo Federal e insere-se na área inscrita na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO desde 1997.

Com uma área de 177,30 m² e testada de 7,44 metros, esta residência localiza-se na Rua do Egito, num lote trapezoidal, de meio de quadra, ao lado do antigo Cine Roxy, atual Cine

¹⁷⁷ É um tipo de arco característico da arquitetura hispano-muçumana, caracterizado por apresentar linhas curvas, geralmente alternadas com retas; arco formado pela união de curvas côncavas e convexas com linhas retas (Albernaz, 1997a).

¹⁷⁸ Arco composto por três partes circulares formando um perfil similar a um trevo. Foi usado em edificações ecléticas no início do século XX, por influência da arquitetura mourisca (Albernaz, 1997a).

Teatro Cidade de São Luís, de propriedade da Prefeitura Municipal de São Luís. O primeiro proprietário deste imóvel foi Joaquim Francisco dos Santos que, possivelmente, construiu a casa no final da década de 1940, possivelmente em 1949. Com o seu falecimento, no início da década de 1960, doa a residência para a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, a qual em 1965, passa a alugá-la, com o intuito de ajudar nas obras assistenciais. Em 2013, o SINPROESEMMA¹⁷⁹ compra o imóvel da Santa Casa, onde instala a casa de apoio aos professores que vêm do interior para tratamento de saúde.

O esquema de implantação da edificação reproduz o modelo do lote colonial, por apresentar partes da construção sobre os limites laterais do lote, mas exibe recuos frontais, em parte da fachada lateral esquerda e na fachada posterior. Ocupando cerca de 63% da área do terreno, apresenta duas edificações, a principal e uma edícula de serviço no fundo do lote.

O acesso ao lote dá-se por um portão, que fica localizado num pequeno muro de altura aproximada de 1 metro. Neste mesmo muro fica o acesso ao estacionamento automóvel, não coberto. O acesso à edificação ocorre pela lateral esquerda da casa, através da sala de estar ou da sala de jantar que, no caso da residência, funcionava também como o acesso de serviço.

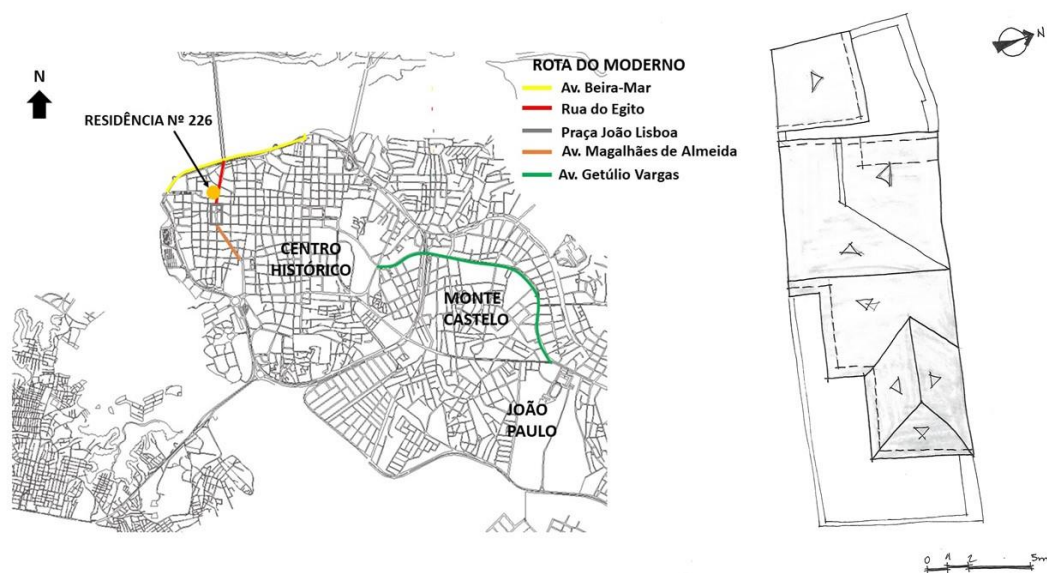


Figura 173. Localização e implantação da Residência Nº 226. Fonte: autora, 2019.

¹⁷⁹ Sindicato dos trabalhadores em educação das redes estadual e municipal.

A residência tem um programa compacto, apresentando ambientes bem permeáveis e acessíveis. O setor social, que ocupa 34,04% da área útil, é formado pela sala de visitas, sala de estar e sala de jantar. Este último ambiente funciona como o centro espacial da residência, pois interliga o setor social ao de serviço e ao privativo, por meio da escada. O setor de serviço é formado pela cozinha, quarto de serviço, banheiro de serviço e lavanderia, abrangendo 16,16% da edificação.



Figura 174. Vistas do pavimento térreo: escada de acesso ao segundo pavimento (a), local onde funcionava a sala de estar (b) e cozinha (c). Fonte: autora, 2018.

De acordo com relatos dos moradores da residência na década de 1970, o imóvel não possuía banheiro social. O banheiro de serviço se resumia ao local do vaso sanitário e um chuveiro, localizado no corpo da edificação principal, próximo à sala de jantar. A lavanderia ficava localizada no quintal, uma pequena área cimentada, e resumia-se a um tanque, sem nenhum tipo de cobertura.

No pavimento superior, onde funcionava o setor privativo, ficavam os quatro quartos, varanda e um banheiro, que servia a todos os ambientes, remetendo a modelos de habitações de interesse social, onde um banheiro servia para toda casa. Este setor abrangia 38,73% da área útil da edificação. A ligação entre os quartos e o banheiro que servia esses ambientes seguia o modelo linear, ocupando cerca de 11,07% da área útil.

A edificação tem um volume único recortado, com cobertura em seis águas em telha cerâmica tipo capa e canal.

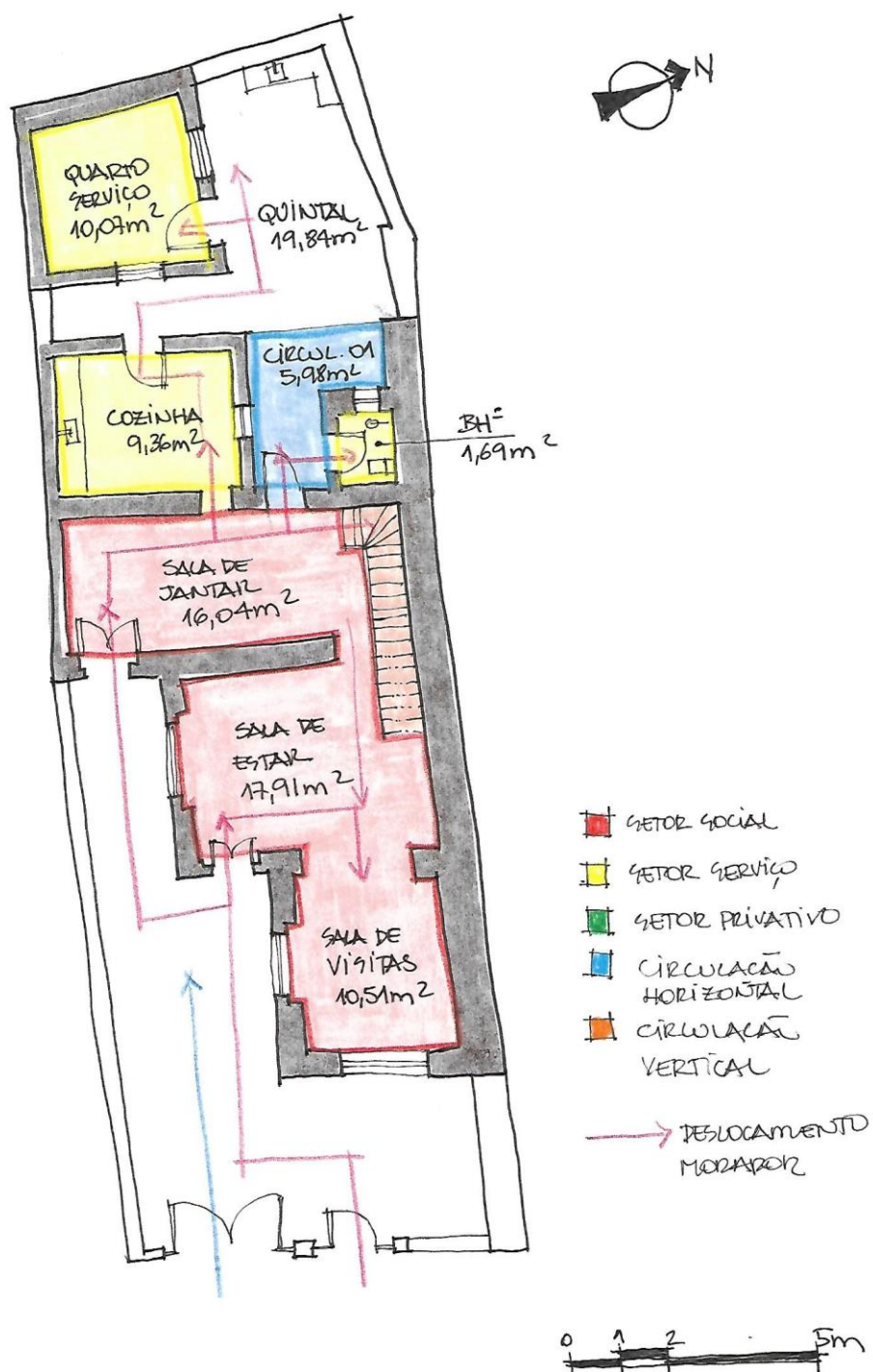


Figura 175. Planta do pavimento térreo da Residência Nº 226. Fonte: autora, 2019.

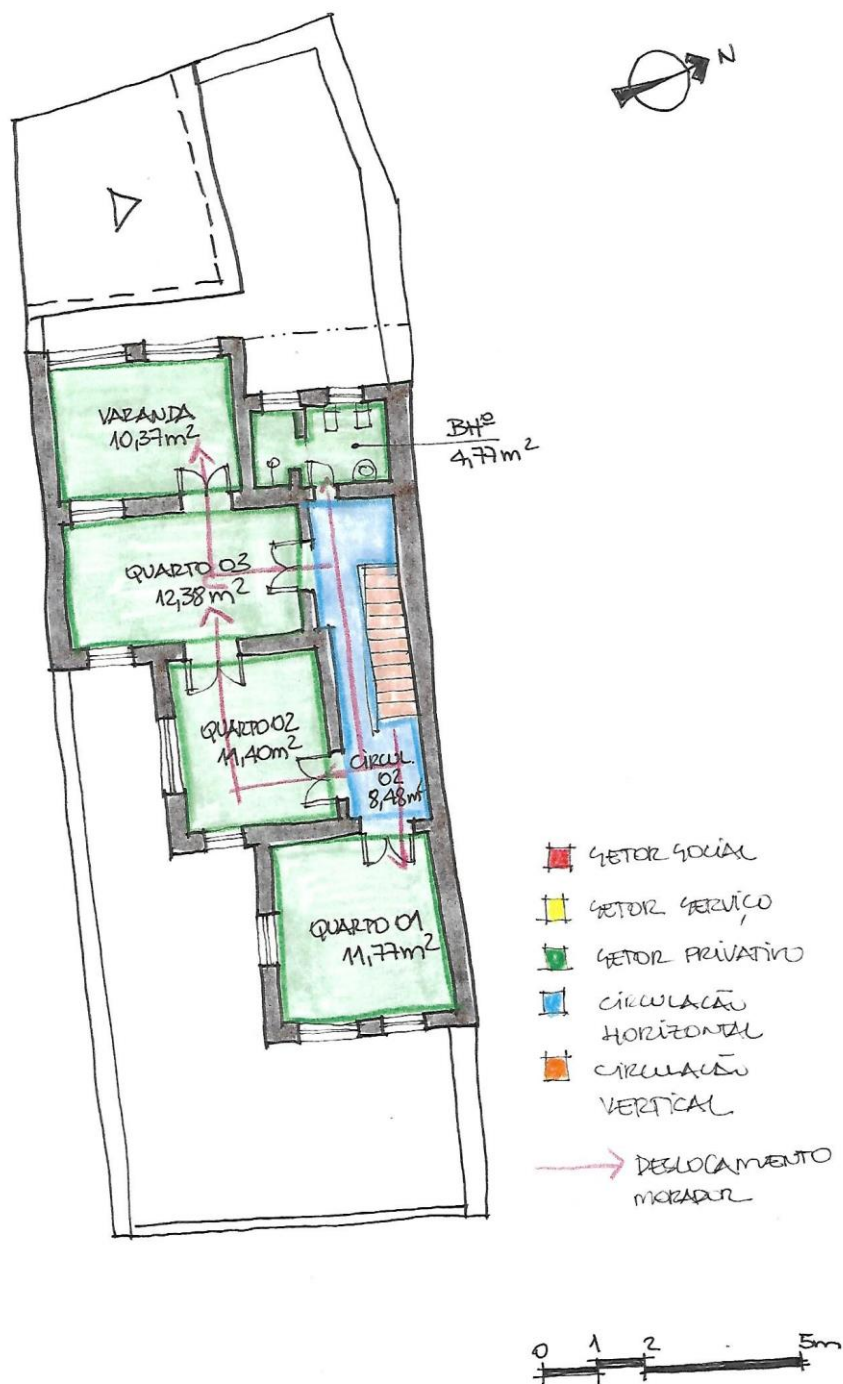


Figura 176. Planta do pavimento superior da Residência Nº 226. Fonte: autora, 2019.

Os quartos tinham em média 12 m². O quarto do casal (quarto 01) ficava mais resguardado, tendo ligação somente para o corredor. Já os dois quartos eram para os filhos e remetiam aos tempos coloniais, pois eram interligados um ao outro. Para ter acesso à varanda passava-se pelo quarto, contribuindo para a falta de privacidade desse ambiente.



Figura 177. Vista do pavimento superior: corredor de acesso (a), quarto 02 (b) e piso madeirado. Fonte: autora, 2018.

Percebe-se, com relação à circulação, que os próprios ambientes, principalmente no térreo, faziam o papel de elemento de ligação para os outros espaços e, muitas vezes, para acessar um ambiente passava-se por outro. A circulação vertical era realizada por uma escada de madeira em “L”, localizada na lateral direita do lote, na parte central da edificação, em frente à sala de jantar.

No que diz respeito à ventilação e iluminação, os únicos ambientes que não possuíam ventilação direta com a área externa eram a sala de jantar e o quarto 02, próximo à varanda.

O revestimento do piso do pavimento térreo, que antes era em tacos de madeira, foi substituído por cerâmico, e as paredes receberam revestimento cerâmico para facilitar a manutenção do imóvel. O piso do pavimento superior é em tabuado de madeira. O forro era madeirado, mas foi substituído por um forro de PVC.

A edificação encontra-se em regular estado de preservação pelo fato de a configuração interna ter sido modificada para receber novos usos, a saber da circulação que interligava a sala de jantar com o quintal que foi suprimida para receber um banheiro e a construção de

um pequeno depósito sob a escada, além da substituição de todo o piso e o forro do pavimento térreo.

ESTADO DE PRESERVAÇÃO			
Volumetria	(0-3)	3	Preservação do volume original.
Configuração Espacial	(0-3)	2	Construção de novos ambientes; alguns vãos de porta foram vedados.
Presença de Esquadrias originais	(0-3)	2	As janelassão as originais; Algumas portas foram reconstruídas.
Materiais e Revestimentos originais	(0-3)	1	Piso e forro do pavimento térreo foi substituído; bem como os das áreas molhadas, cozinha e banheiro; No pavimento superior foi mantido o piso em madeira original, mas o forro em madeira foi substituído pelo de PVC.
Total		8	Pouco alterado
Íntegro (10-12)	Pouco Alterado (7-9)	Muito Alterado (4-6)	Descaracterizado (0-3)

Figura 178. Matriz do Estado de preservação. Fonte: autora, 2019.

Com relação ao estado de conservação, a edificação encontra-se em bom, sendo necessária a manutenção e limpeza do piso madeirado original do pavimento superior e a pintura de alguns ambientes.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
Estrutura	(0-4)	3	Sem nenhum problema evidente.
Paredes	(0-4)	3	Recuperação de reboco em alguns pontos da fachada e as paredes do pavimento superior precisam de pintura.
Elementos arquitetônicos	(0-4)	3	A escada precisa de manutenção
Instalações prediais	(0-4)	4	Sem problemas evidentes
Total		13	Bom
Bom (13-16)	Regular (9-12)	Ruim (5-8)	Em arruinamento (0-4)

Figura 179. Matriz do Estado de Conservação da Residência Nº 226. Fonte: autora, 2019.

A Residência Nº226 apresenta características que remetem às construções coloniais, como: parte da construção sobre as divisas do lote, uma edícula no fundo do terreno e a circulação que passa de um dormitório a outro, o que não favorecia a privacidade.

d) Análise Comparativa das Residências Ecléticas

O ecletismo na cidade de São Luís, inicialmente, foi marcado pelas intervenções no invólucro externo, mas internamente as edificações mantiveram a configuração espacial das construções coloniais, e com o passar dos anos, tais construções foram se modernizando em

decorrência dos avanços da tecnologia dos materiais e na busca de um novo modo de morar, o moderno.

Uma das primeiras tipologias residenciais voltadas para o novo modo de morar ludovicense foram os bangalôs: os térreos ou de dois pavimentos. Esses últimos foram os escolhidos como a tipologia para os casos de estudo da linguagem eclética.

Os exemplares escolhidos estão localizados na Avenida João Lisboa¹⁸⁰, no trecho da atual Rua do Egito. As construções foram edificadas entre as décadas de 1930 a 1950. Em termos de vizinhança, todas encontravam-se em áreas residenciais, mas, é importante salientar que existem equipamentos públicos nas proximidades, nomeadamente, o cinema. Essa vizinhança se modificou ao longo dos anos, e hoje, se resume a prédios institucionais, refletindo no uso dos imóveis escolhidos; somente um, ainda que sem uso, mantém o uso residencial, os demais passaram a ser institucionais.

	RESIDÊNCIA Nº 139 (1946)		RESIDÊNCIA Nº 173 (1948)		RESIDÊNCIA Nº 226 (1949)	
Localização	Rua do Egito		Rua do Egito		Rua do Egito	
Tipo de Vizinhança	Residencial		Residencial		Residencial/Institucional	
Localização do Lote na Quadra	Meio de quadra		Esquina		Meio de quadra	
Área do Lote (m ²)	619 m ²		237,78 m ²		177,30 m ²	
Taxa de Ocupação (%)	38%		61%		63%	
Área Livre (m ²)	379,25 m ²		91,28 m ²		72,98 m ²	
Testada do Lote (m)	18,97 m		12,16 m		7,44 m	
Topografia do lote	Plano		Plano		Desnível (+/- 30 cm)	
Quantidade de Pavimentos	2		2		2	
Quantidade de acessos ao lote	3 (1 pedestres/ 2 veículos)		2 (1 pedestre/1 veículos)		2 (1 pedestre/1 veículos)	
Quantidade de acessos à edificação	3 acessos	1 social 1 privativo 1 serviço	3 acessos	1 social 2 serviço	2 acessos	1 social 1 serviço

Figura 180. Tabela comparativa das edificações na linguagem eclética. Fonte: autora, 2018.

Os terrenos apresentam áreas que variam de 177,09m² a 619 m², e inserem-se em terrenos de esquina e de meio de quadra, apresentando área construída de 177,09 m² a 441,72 m², onde foram implantadas edificações que ocupavam cerca de 38% a 63% da área do terreno. Todas as edificações apresentavam edícula de serviço no fundo do lote.

¹⁸⁰ A denominação de Avenida João Lisboa ficou registrada somente para o Plano de Remodelação, extensão e saneamento da Cidade, pois essa via era muito conhecida como Rua Tarquínio Lopes.

Nesse sentido, as edificações modernizaram-se com relação à implantação, pois apresentam afastamentos frontais, posterior (fundos), laterais direito e esquerdo, com exceção da Residência Nº 226, que não possui o afastamento lateral direito. Frisa-se que todos os exemplares ocupam algum trecho dos recuos, quer sejam eles laterais, quer posteriores, mas com parte da edificação principal ou com a edícula de serviço.

A separação público-privado dá-se por meio de pequenos muros de alvenaria com grades, que permitem a entrada de veículos e de pedestres. As residências possuem acesso social, geralmente frontal, e de serviços, com exceção da Residência nº 226, em que todas as entradas dão para o setor social.

Convém ressaltar que a circulação vertical, ou seja, as escadas, construídas em madeira, ficam próximas aos ambientes que funcionam no centro espacial da casa: a sala de jantar (Residência Nº 173 e Nº 226); apenas na Residência Nº 139, a mesma está conectada a um corredor linear que liga o setor social ao setor de serviço.

Há uma característica que se repete quanto à questão programática: as residências dividem-se em setores social, de serviço e privativo, diferenciando-se pela quantidade de ambientes de cada setor. Os programas são similares, com a distinção de alguns ambientes, como é o caso da presença de varanda no térreo, escritório (gabinete), copa, despensa, quarto de hóspedes e banheiro social nas Residências nº 139 e nº 173; suíte (quarto com banheiro) na Residência nº 173; sala íntima, rouparia, depósito na residência nº 139 e presença de um único banheiro para todos os quartos do setor privativo, a ausência de banheiro social e de um espaço delimitado para lavanderia coberta na Residência nº 226. As Residências nº 173 e 226 apresentam garagem descoberta. Na residência nº 139, surge um espaço estritamente feminino, o quarto de costura.

Constatou-se nas três edificações a existência de uma divisão das atividades bem definidas. O setor de serviço encontra-se isolado, mostrando uma certa independência das atividades domésticas, concomitantemente, proporciona a separação dos ambientes destinados exclusivamente para os empregados. O setor privativo encontra-se isolado, no pavimento superior, o que garantia a privacidade dos moradores.

Destes setores, observa-se que o setor privativo ocupa as maiores áreas úteis das edificações, com a exceção da Residência Nº 139, onde o setor de serviço apresenta aproximadamente 35%. Isso resulta do fato de que este setor se encontra numa edícula com dois pavimentos, fora os ambientes presentes na edificação principal. Observa-se, também, que a Residência Nº 173 apresenta a maior área de circulação, chegando até a ser maior que o setor de serviço nesse imóvel.

	ECLÉTICO		
	RESIDÊNCIA Nº 139 (1946)	RESIDÊNCIA Nº 173 (1948)	RESIDÊNCIA Nº 226 (1949)
SETOR SOCIAL	24,66%	32,88%	34,04%
SETOR SERVIÇO	34,84%	18,62%	16,16%
SETOR PRIVATIVO	33,64%	39%	38,73%
CIRCULAÇÃO	8,86%	20,23%	11,07%

Figura 181. Tabelas comparativas das áreas úteis por setores das residências ecléticas. Fonte: autora, 2019.

Com relação ao entorno, as três residências encontram-se dentro do centro histórico de São Luís, numa área de classificação federal (IPHAN), e inserem-se de maneira harmônica dentro deste conjunto arquitetônico, por conta de seu gabarito seguir o mesmo das edificações ao seu redor, a maioria dois pavimentos. Observa-se que externamente, essas construções mantiveram suas características originais (esquadrias, volumetria e tamanho dos vãos, por exemplo), apesar do estado de conservação ser de bom (Residência Nº 139 e 226) para regular (Residência Nº 173). Internamente, a residência Nº 139 e a Nº 226 foram as que sofreram mais intervenções. Essas intervenções estiveram ligadas a fechamento de vãos e a construção de banheiros, como foi o caso da Residência Nº 226.

Essas construções representam o modo de viver moderno, por isso nas futuras intervenções a sua volumetria e as suas esquadrias externas devem ser mantidas de acordo com o projeto original. Internamente, prima-se por manter as divisões e deixar de maneira bem clara, quais os vãos que foram vedados e quais foram abertos, caso haja necessidade para adaptação a novos usos, pois deve-se preservar o valor histórico do imóvel, enquanto objeto que remete ao modo e às formas de morar do passado.

4.2.2. Edificações na Linguagem Neocolonial

Em São Luís, a linguagem neocolonial, da mesma forma que o ecletismo, inicialmente, se apropriou da arquitetura colonial, por meio de intervenções modernizadoras em suas fachadas. Posteriormente, apresenta-se em residências e instituições públicas ou privadas.

As edificações neocoloniais surgiram com a proposta de uma arquitetura que remetesse à identidade do país, por meio da valorização das tradições locais em detrimento ao historicismo proveniente do estrangeiro, e, para isso, buscaram utilizar elementos da arquitetura colonial, em especial a portuguesa, nas construções.

As edificações escolhidas para os casos de estudo são três bangalôs, que ficam localizados na Avenida Beira-Mar, Rua do Egito e na Avenida Magalhães de Almeida.

Os imóveis escolhidos para os casos de estudo desta linguagem são caracterizados pela simplicidade, como foi o caso das Residências Nº 480 e Nº 167. A Residência Nº 220 é a que apresenta maiores detalhes e ornamentações do neocolonial, como frontão recortado, apresentando detalhes em telha cerâmica tipo capa e canal.

a) Residência Nº 480 (1934)

Esta edificação faz parte do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico classificado pelo Governo Federal desde 1974, por meio do Processo nº 454-T-57, inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico sob o nº 64 e sob o nº 513 no Livro do Tombo das Belas Artes, conforme determina o Decreto-lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937, e insere-se na área inscrita na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO desde 1997.

O imóvel fica localizado na Avenida Beira-Mar Nº 480, num lote de esquina. Foi projetado e construído por arquiteto e construtor desconhecidos, possivelmente, no início da década de 1930, pois, segundo dados da Cadeia Sucessória do imóvel¹⁸¹, o primeiro proprietário, Manuel Maria Ramos vendeu a José dos Santos Carvalho, em 1934, um prédio residencial de dois pavimentos. A vizinhança era composta em sua maioria por residências unifamiliares

¹⁸¹ Dados obtidos no Cartório da 1ª Zona de Registro de imóveis de São Luís. Matrícula nº 72679.

habitadas por pessoas ilustres da cidade, como relata Oliveira (2018: 598), a propósito de duas outras residências: “residência da família Haroldo Lisboa Tavares, nº 466 (...) Prefeito de São Luís; residência da família de Pedro Neiva de Santana, nº 448, (...) governador do Estado”.



Figura 182. Residência Nº 480 – vistas exteriores. Fonte: autora, 2018.

Situada, na época de sua construção, num terreno de 512,82 m², com dimensões 13,20 X 38,85 metros, ocupava cerca de 34% da área do terreno e, encontrava-se localizada no centro do terreno, apresentando afastamentos frontal, posterior e laterais, mas uma pequena parte da edificação, onde ficavam a cozinha e a lavanderia, ocupava parte do afastamento lateral direito do terreno.

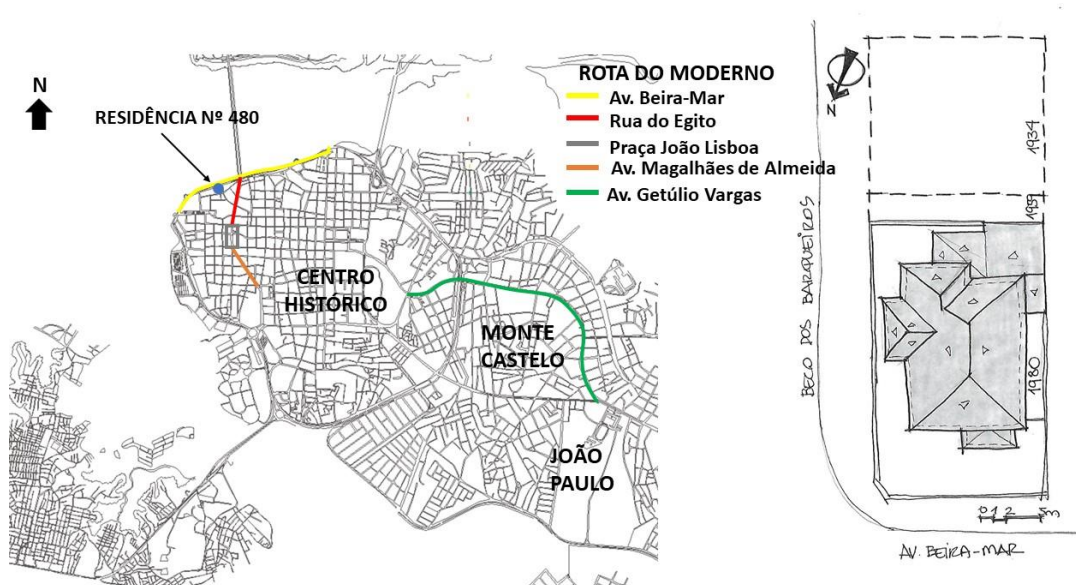


Figura 183. Localização da Residência Nº 480 dentro da *Rota do Moderno* e planta de implantação da edificação, com delimitação dos diversos desmembramentos que o terreno sofreu ao longo dos anos. Fonte: autora, 2019.

Em 1959, a residência passou a pertencer a um novo proprietário, Walter Mendes de Sousa, que na época desmembrou cerca de 13,20 metros do comprimento do terreno, restando 25,60 metros de extensão. Desta forma, o terreno passou a ter uma área de 337,92 metros quadrados e uma taxa de ocupação de aproximadamente 52%. Na década de 1980, mais um trecho do terreno foi desmembrado. Desta forma, parte da cozinha ficou rente ao muro que separa o lote, no afastamento posterior da edificação.

Na época da sua construção, o acesso ao terreno se dava somente pelo portão localizado no canto chanfrado do muro, por onde entravam moradores e visitantes, pois ainda não existia a Rua dos Barqueiros. Adentrando ao terreno, era possível ingressar na residência por sete acessos: três sociais e quatro de serviços.



Figura 184. Vista Exterior da Residência Nº 480. Fonte: Minha Velha São Luís.

O acesso social podia ser realizado pelas duas varandas existentes na fachada frontal, permitindo a entrada para a sala de visitas e para sala de estar. Já o acesso de serviço ocorria pelas fachadas laterais: pela fachada lateral direita por um corredor, que chegava na lavanderia, ou pela lateral esquerda pela cozinha e pelos dois quartos ao fundo da edificação. Na década de 1960 foi aberto, na lateral esquerda do lote, o acesso para veículos, onde ficou localizada uma garagem não coberta.

Com relação à volumetria, a Residência Nº 480 apresenta dois volumes recortados: o primeiro, mais alto, abrange o setor social e privativo, e o segundo engloba todo setor de serviço.



Figura 185. Planta do pavimento térreo da Residência Nº 480. Fonte: autora, 2019.

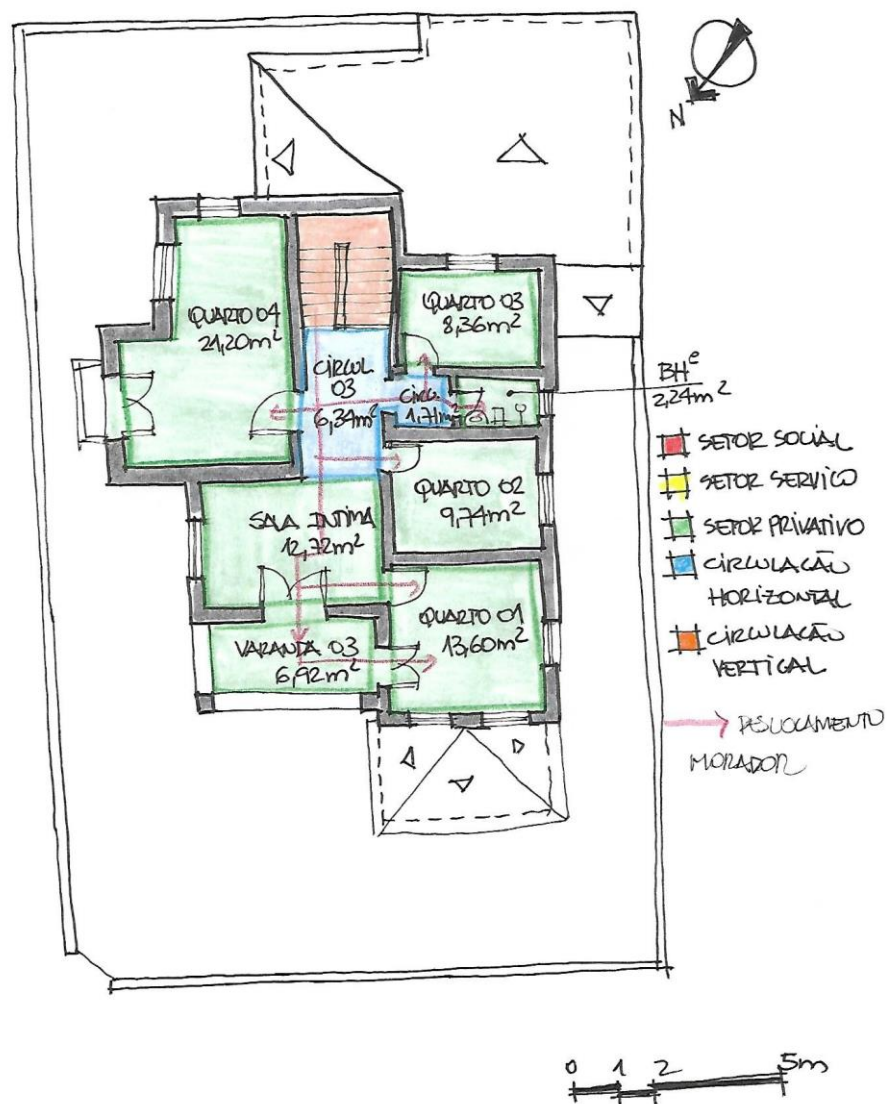


Figura 186. Planta do pavimento superior da Residência Nº 480. Fonte: autora, 2019.

O programa arquitetônico foi distribuído em dois pavimentos e seguia o modelo tripartido bem definido. No pavimento térreo encontrava-se o setor social que era composto pelas duas varandas, que lembram os alpendres das casas coloniais, a sala de visitas, dois banheiros (um social e um de serviço), sala de estar e sala de jantar, ocupando 31,54% da área útil¹⁸² da casa. O setor de serviços abrange 24,18% da área útil e era composto por dois quartos de serviço (empregados), copa, cozinha e lavanderia. No pavimento superior, localizavam-se todos os ambientes do setor privativo, os quatro quartos, varanda, um banheiro e a sala íntima, somando 33,20% da residência. Observando a disposição desses setores, pode-se constatar que a edificação, já apresenta o modelo binuclear, presente nas edificações modernistas, que separa no térreo as atividades diárias e, na parte superior da casa, as atividades noturnas.

A planta baixa era formada por um conjunto de retângulos conectados uns aos outros que resultam numa edificação prismática composta por dois volumes, um mais baixo, compreendendo a varanda 02 e parte do setor de serviços - cozinha, lavanderia e quarto de serviço 01 - e o mais alto, composto pelos setores social, de serviço e privativo.



Figura 187. Vista aérea da Residência Nº 480. Fonte: Samuel Benison, 2020.

A sala de visitas funciona, no pavimento térreo, como um elemento de ligação para outros ambientes da casa e para a circulação horizontal da edificação, que é linear, pela definição de Ching (2013 [2007]), onde uma linha reta é o principal elemento organizador de uma sequência de espaços, sendo composta de vestíbulo, corredor e escada. O corredor fica no piso térreo e interliga o quarto de serviço 02 com a copa; os vestíbulos ficam localizados em

¹⁸² Denominamos área útil o somatório das áreas dos pisos de todos os compartimentos da edificação.

frente à escada e aos banheiros. A escada em “U” é em madeira, apresentando um guarda corpo balaustrado e localizando-se no centro da casa e ao fundo.

O sistema estrutural da edificação é misto, sendo o concreto utilizado nas vigas, pilares e lajes e os tijolos como paredes de vedação; a cobertura em telha cerâmica tipo capa e canal, e internamente as paredes são emassadas com pintura à base de água. Na sala de estar, as paredes receberam um lambri¹⁸³ de madeira e nos banheiros e cozinha as paredes são revestidas com azulejo de 20X20 cm. O piso consiste num assoalho com dois tipos de madeira, uma mais clara e outra mais escura; na varanda do pavimento superior, o piso é em ladrilho hidráulico. O forro é em estuque, o que permitiu desenhos no teto. As portas são em madeira, almofadadas, com vidro, e as janelas apresentam o modelo guilhotina, em madeira e vidro.

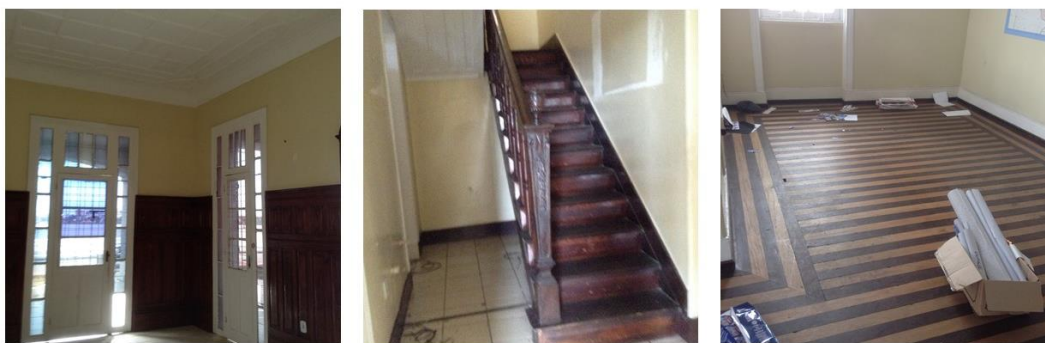


Figura 188. Vista interna da Residência Nº 480: sala de estar com lambri nas paredes e escada em madeira no pavimento térreo; piso madeirado do pavimento superior. Fonte: autora, 2018.

O estado de preservação da edificação é classificado como pouco alterado, mas percebe-se que o piso do pavimento térreo, antes assoalhado de madeira, foi substituído por cerâmica. Alguns ambientes foram ampliados, em decorrência da demolição das paredes que separavam: a sala de jantar com o quarto de serviço 02, no pavimento térreo; e, a parede do quarto 01 e quarto 02, no piso superior. Alguns vãos foram vedados como o que ligava a sala de visitas à sala de jantar. O forro da casa toda e o piso do pavimento superior ainda permanecem os originais.

¹⁸³ Lambri ou Lambril é um revestimento de paredes internas, com a finalidade de realçar paredes ou parte de uma parede em um ambiente (Albernaz, 1997b).

ESTADO DE PRESERVAÇÃO			
Volumetria	(0-3)	3	Preservação do volume original.
Configuração Espacial	(0-3)	1	Paredes foram demolidas para ampliação de espaços; Construção de paredes e vedação de vãos.
Presença de Esquadrias originais	(0-3)	3	As janelas são as originais.
Materiais e Revestimentos originais	(0-3)	1	O piso do pavimento térreo, antes em madeira (taco ou parquet) foi substituído por cerâmica; O piso do pavimento superior foi mantido; Forro de gesso permanece o original.
Total		9	Pouco Alterado
Íntegro (10-12)	Pouco Alterado (7-9)	Muito Alterado (4-6)	Descaracterizado (0-3)

Figura 189. Matriz do Estado de Preservação da Residência Nº 480. Fonte: autora, 2019.

Com relação ao estado de conservação do imóvel, pode-se enquadrá-lo como bom, pois no final do ano de 2019, ele veio receber um novo uso, uma casa de festa, e sofreu uma reforma completa.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
Estrutura	(0-4)	4	Sem nenhum problema evidente.
Paredes	(0-4)	4	Sem problemas evidentes, pois sofreu uma reforma para receber uma casa de festas.
Elementos arquitetônicos	(0-4)	4	Sem nenhum problema evidente.
Instalações prediais	(0-4)	3	Há necessidade de fazer uma revisão na rede elétrica.
Total		15	Bom
Bom (13-16)	Regular (9-12)	Ruim (5-8)	Em arruinamento (0-4)

Figura 190. Matriz do Estado de Conservação. Fonte: autora, 2019.

A residência Nº 480 manteve, ainda, algumas características da arquitetura colonial luso-portuguesa, como a localização da dependência de serviços no fundo do imóvel, mas, esta moderniza-se por estar vinculada à edificação principal. Os ambientes de dormir ficam mais resguardados e já possuem uma casa de banho, que servia para todos os dormitórios do pavimento superior, reforçando a hipótese de que a arquitetura moderna do século XX trouxe elementos da arquitetura colonial, ao mesmo tempo em que se transformou com os recursos advindos da revolução industrial.

b) Residência Nº 167 (1948)

No ano de 1948, o médico Orlando Araújo, construiu esta residência, ao adquirir o terreno de propriedade de Salomão Elias de Araújo. O lote foi resultante das demolições propostas para ampliação da Rua do Egito contidas no *Plano de Remodelamento, Extensão, Embelezamento e Saneamento da Cidade de São Luís* (1936). O edifício foi projetado para receber uma habitação unifamiliar, sendo o seu plano e execução feitos por autores desconhecidos. Atualmente, este imóvel pertence ao Poder Judiciário do Estado do Maranhão, onde funciona a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de violência doméstica e familiar.

Este imóvel fica localizado no Conjunto Arquitetônico e Paisagístico classificado pelo governo federal como patrimônio material brasileiro, no ano de 1974, e faz parte da área inscrita na lista de cidades patrimônio da humanidade desde 1997 pela UNESCO.



Figura 191. Residência Nº 167: vistas exteriores. Fonte: autora, 2018.

Situada num lote de meio de quadra trapezoidal, com testada de aproximadamente 14 metros e com área de 294,79 m², a edificação, em relação ao lote, fica centralizada e ocupa cerca de 51,51% da área do terreno. Um muro separa a área pública da área privada, onde ficam localizados os dois acessos ao terreno: um para pedestres, centralizado, e um para veículos, permitindo acesso à garagem, localizada na lateral esquerda no fundo do lote.

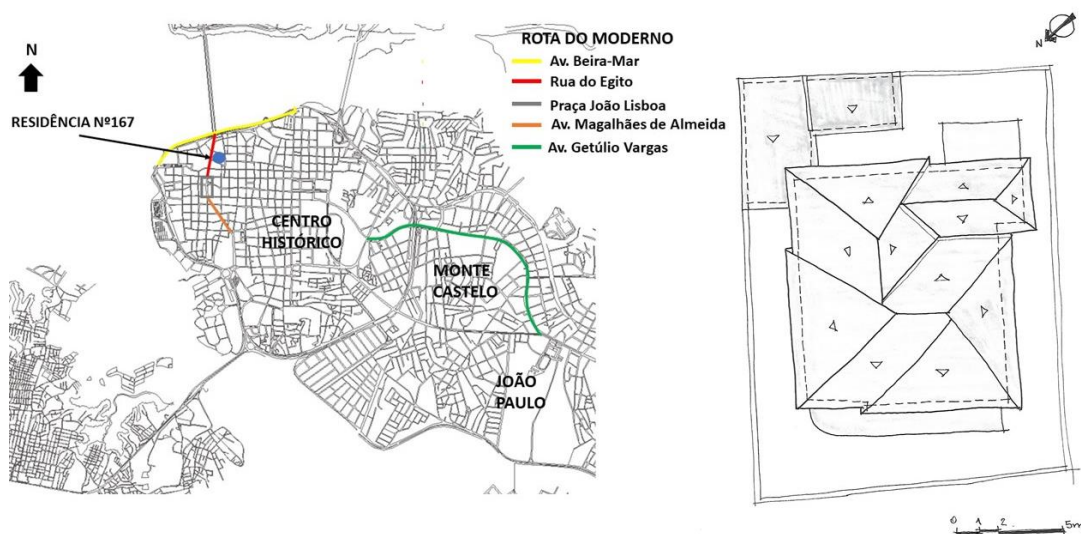


Figura 192. Localização e implantação da Residência Nº 167 no lote. Fonte: autora, 2019.

A edificação possui dois acessos: um social, realizado pela fachada frontal, e um de serviço, pelo quintal, que permitia o acesso à cozinha. O programa de necessidades da residência era composto, no térreo, por: varanda, escritório, sala de visita, sala de jantar, quarto (que poderia funcionar como quarto de hóspedes), banheiro, copa e cozinha. No pavimento superior ficavam os dois quartos, a suíte, e outro compartimento, que poderia funcionar como sala íntima ou como sala de estudos. Este último ambiente também se comunica com a varanda.

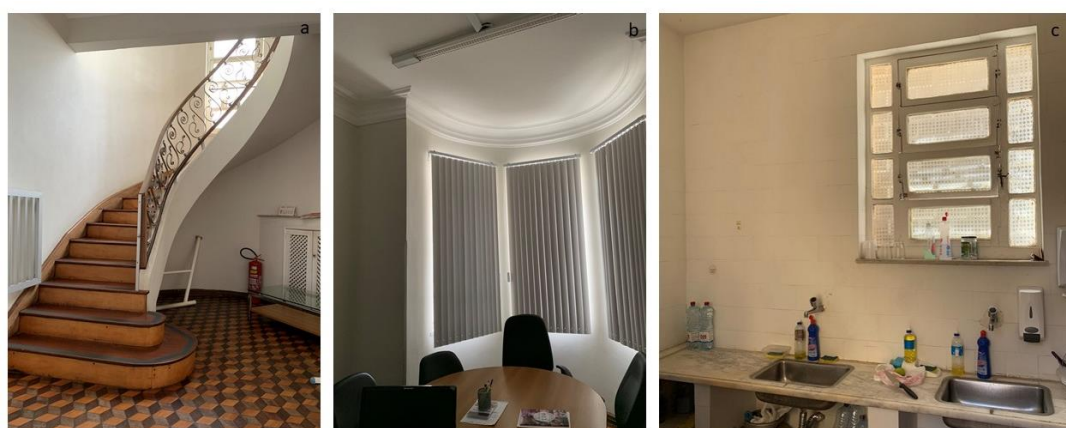


Figura 193. Vista da escada (a), da sala de vistas (b) e da cozinha (c) da Residência Nº 167. Fonte: autora, 2018.

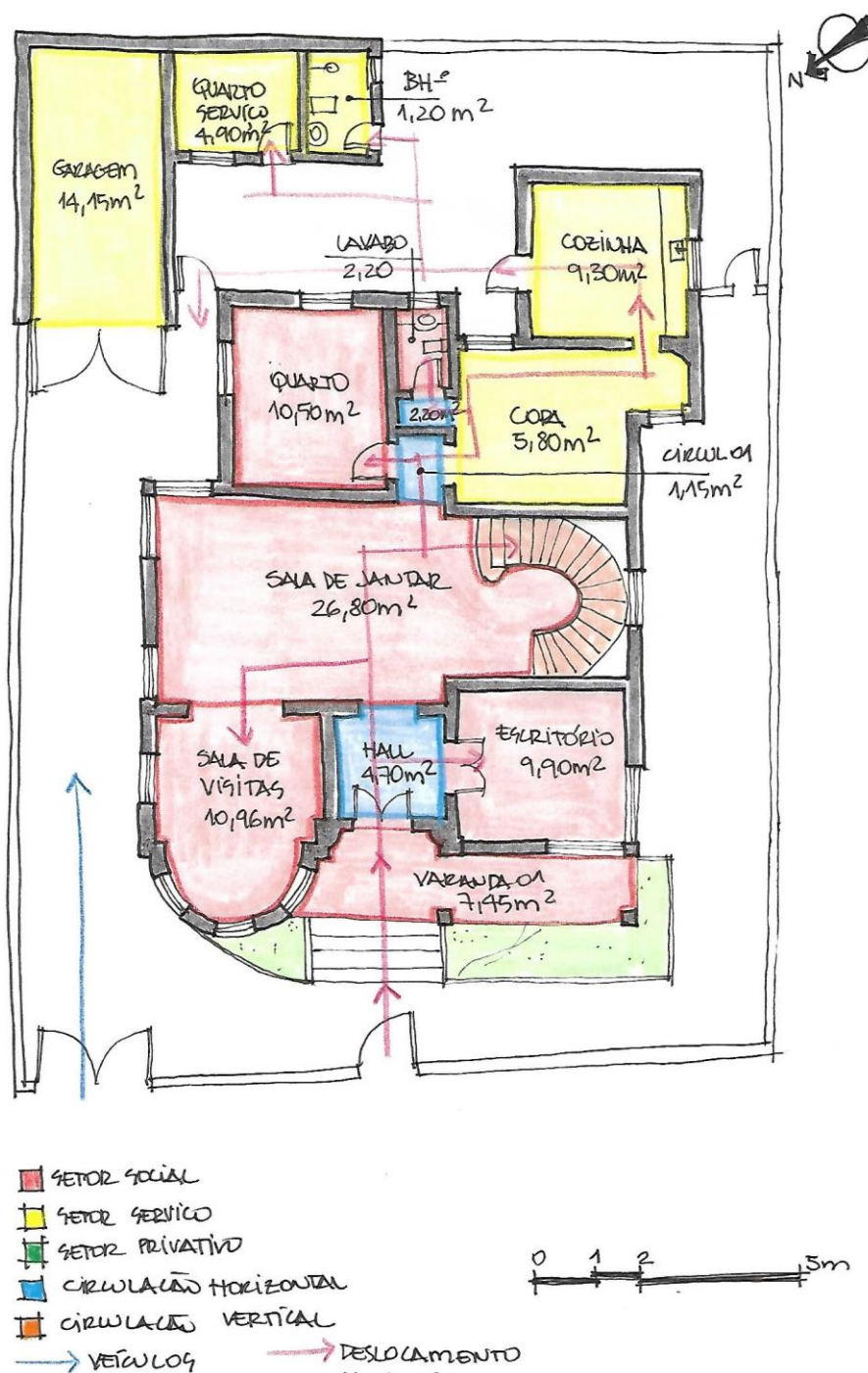


Figura 194. Planta do pavimento térreo da Residência Nº 167. Fonte: autora, 2019.

O acesso à Residência Nº 167 segue o padrão dos bangalôs existentes na Rua do Egito e, ocorre por meio de uma escada que chega à varanda, primeiro ambiente social da casa e local que separa a área externa da interna. Desta varanda ingressa-se no hall ou vestíbulo, que faz conexão para o gabinete e para a sala de jantar.

A sala de jantar é o ambiente central da casa e encontra-se integrada com a sala de visitas, remetendo ao *living room* da arquitetura modernista. Da sala de jantar, acessa-se a escada que leva ao setor privativo, e, também, a um pequeno hall que liga ao quarto de hóspedes e ao setor de serviço na parte posterior da edificação, à copa e à cozinha.

Da cozinha, chega-se ao quintal, onde fica localizada a edícula, com as demais áreas de serviço: garagem, quarto e banheiro dos empregados.

O pavimento superior foi destinado à área privativa da residência. Os ambientes desse pavimento foram organizados de forma que todos tivessem acesso independente aos banheiros. Um destes banheiros poderia servir, também, quando necessário, para o banho do hóspede.

Este pavimento apresentava sala íntima, que poderia funcionar como sala de estudos ou leitura, que dava para a varanda. Dos três quartos (dormitórios) existentes, um era a suite, que era formada por duas áreas e o banheiro.



Figura 195. Vista do ambiente que funcionou como suíte da Residência Nº 167. Fonte: autora, 2018.

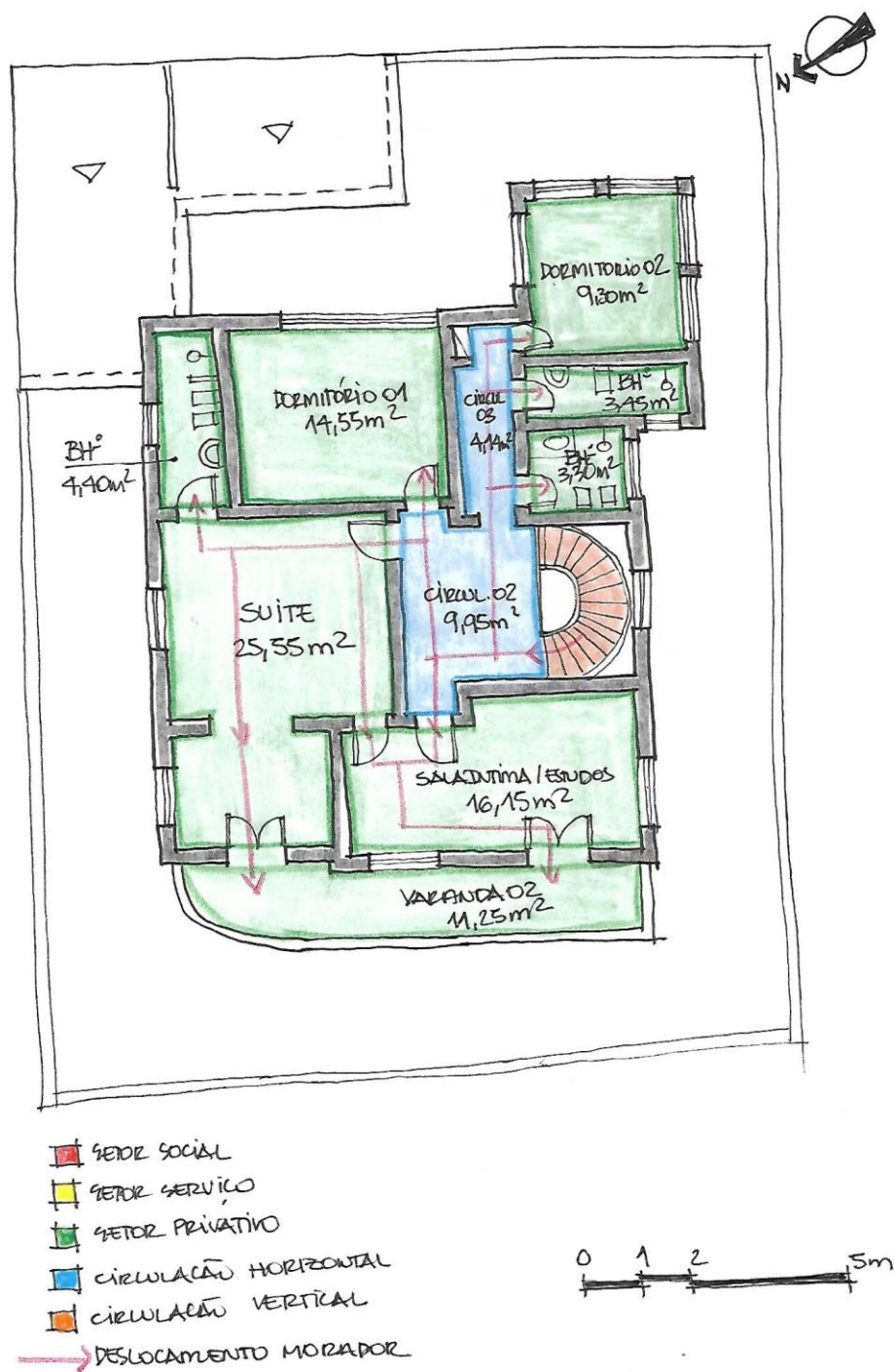


Figura 196. Planta do pavimento superior da Residência Nº 167. Fonte: autora, 2019.

Todos os ambientes da casa apresentavam janelas, e os dormitórios foram dispostos de maneira a receberem os ventos dominantes da cidade, o nordeste. Com relação à incidência dos raios solares no imóvel, percebe-se, que a fachada frontal é a que recebe a maior irradiação solar, principalmente, no período da tarde, e para minimizar esse efeito foi colocada uma marquise de concreto, como elemento de proteção desta fachada.

As esquadrias encontradas nesta residência são em madeira com veneziana, podendo ou não apresentar bandeira em vidro, e as portas eram em madeira com almofadas.

A circulação horizontal é realizada por meio de vestíbulos, localizados no pavimento térreo, na entrada da edificação, que interligam a varanda à sala de jantar e ao escritório (gabinete), e fazem a conexão entre o quarto de hóspedes e a copa. No pavimento superior, o vestíbulo funciona como circulação para os dormitórios e para a sala íntima (sala de estudos). A escada, circular, em madeira, liga o pavimento térreo com o superior.

A residência apresenta um volume único recortado, com destaque para a laje curva em concreto, que cobre a varanda. O piso do pavimento térreo é em *parquet*, com um desenho que dá a impressão de tridimensionalidade. Nas áreas molhadas, foram utilizadas placas de mármore. No pavimento superior, o piso da circulação e dos quartos, também é em *parquet*, colocado na diagonal. Nos banheiros, são utilizados azulejos brancos, com a dimensão de 20X20cm.

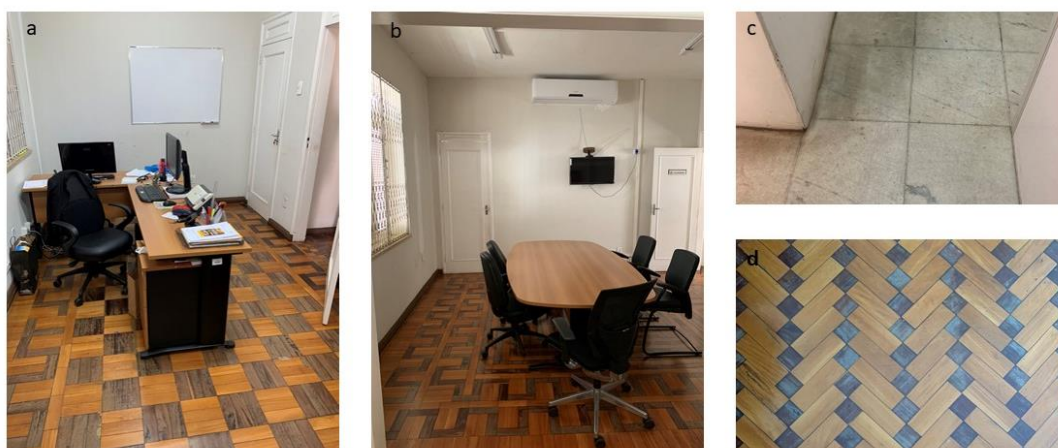


Figura 197. Vista da sala íntima (a), da suíte (b); piso em mármore (c) e piso em parquet (d). Fonte: autora, 2018.

A edificação encontra-se íntegra quanto ao estado de preservação, pois, volume, esquadrias e boa parte da configuração espacial foram mantidas. As alterações no imóvel se deram, principalmente, no piso do pavimento superior, com relação aos revestimentos de pavimento: existe um trecho, antes revestido em *parquet*, que se apresenta hoje com cerâmica branca, com a dimensão de 30X30 cm.

ESTADO DE PRESERVAÇÃO			
Volumetria	(0-3)	3	O volume original foi mantido.
Configuração Espacial	(0-3)	2	Paredes foram construídas para dividir ambientes, no caso, a sala de jantar.
Presença de Esquadrias originais	(0-3)	3	As janelas são as originais.
Materiais e Revestimentos originais	(0-3)	2	O piso do pavimento térreo é original; Parte do piso do pavimento superior foi trocado na circulação que leva ao dormitório 02, bem como o piso dos banheiros.
Total		10	Íntegro
Íntegro (10-12)	Pouco Alterado (7-9)	Muito Alterado (4-6)	Descaracterizado (0-3)

Figura 198. Matriz do Estado de Preservação Residência Nº 167. Fonte: autora, 2019.

Com relação ao estado de conservação, ele encontra-se bom, precisando somente de manutenção do reboco, limpeza do piso de mármore existente na cozinha e pintura das fachadas.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
Estrutura	(0-4)	4	Sem nenhum problema evidente.
Paredes	(0-4)	3	O reboco e pintura das fachadas precisam de manutenção.
Elementos arquitetônicos	(0-4)	4	Sem nenhum problema evidente.
Instalações prediais	(0-4)	3	Há necessidade de fazer uma revisão na rede elétrica.
Total		14	Bom
Bom (13-16)	Regular (9-12)	Ruim (5-8)	Em arruinamento (0-4)

Figura 199. Matriz do Estado de Conservação. Fonte: autora, 2019.

c) Residência Nº 220 (1949)

O imóvel em questão encontra-se localizado num lote com formato trapezoidal na esquina da Avenida Magalhães de Almeida com a Rua José Euzébio. Este terreno, de aproximadamente 284,13 m², foi adquirido da Prefeitura Municipal de São Luís, por meio de escritura pública datada de 4 de dezembro de 1946, por Oswaldo Perdigão Reis e, em maio

de 1962, tal edificação passou a ser de propriedade da família do comerciante Manuel Pereira de Rezende.

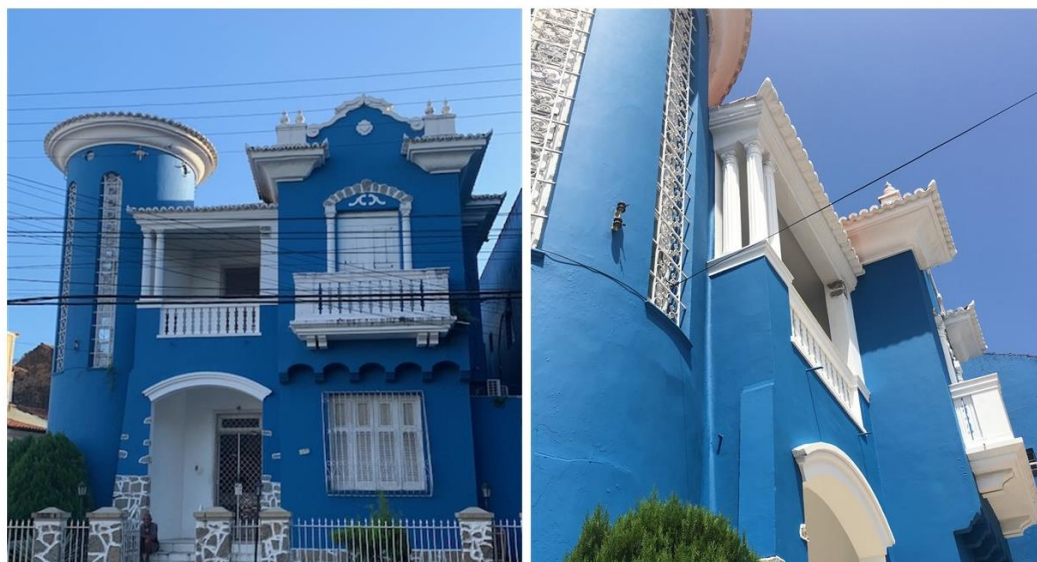


Figura 200. Residência Nº 220: vistas exteriores. Fonte: autora, 2018.

A proposta para esse terreno foi a construção de uma residência unifamiliar com características modernas, ocupando 46,28% da área do terreno. O projeto e execução ficaram sob a responsabilidade do engenheiro civil José de Ribamar Guimarães Casal.

A edificação, desenhada e construída na linguagem neocolonial, data de 1949. A casa mantém o paralelismo com a Avenida Magalhães de Almeida e apresenta afastamentos frontal, laterais e posterior, de maneira a que todos os ambientes tenham ventilação e iluminação natural; e é composta por dois pavimentos: o pavimento térreo - sala de visitas, sala de estar, sala de jantar, quarto de goma, banheiro e cozinha, e o pavimento superior - sala de leitura, gabinete, três dormitórios, um terraço e um banheiro. Não existia vagas de garagem (CADEIA SUCESSORIA DO IMÓVEL, 2018)¹⁸⁴.

A vizinhança dessa construção, na época, era composta em sua maioria por edificações de uso misto (comércio e residência, ou comércio e serviços), sendo este caso de estudo um dos poucos exemplares da linguagem neocolonial existente nesta avenida, pois só existiam dois.

¹⁸⁴ Documento encontrado no Cartório da 1ª zona de registro de imóveis de São Luís/MA, com registro nº 21.441, livro 3-Z, folha 307.

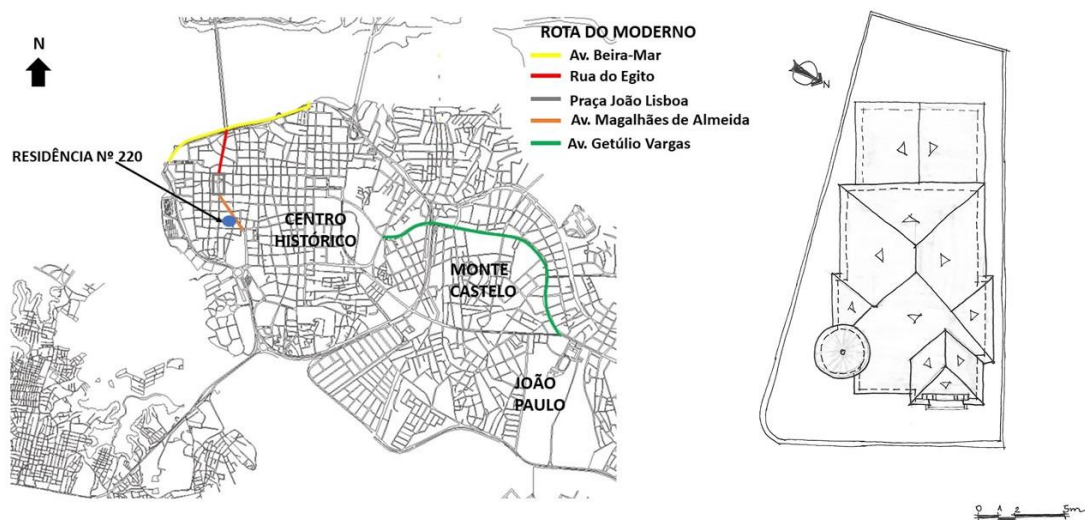


Figura 201. Localização do imóvel na Rota do Moderno e implantação da Residência nº 220. Fonte: 2019.

Com relação aos acessos, só existe o pedonal, realizado pela Avenida Magalhães de Almeida, que se dá por meio de um portão, separando a área pública da privada. Para entrar na edificação existem quatro entradas: duas sociais e duas de serviço.

As entradas para o setor de serviço davam-se, uma, pela fachada lateral direita, que dava acesso à cozinha; e uma pela fachada posterior, chegando ao corredor de serviços. As entradas para o setor social ocorriam por meio de uma escada, em decorrência de um ligeiro desnível existente no terreno, que se comunicava com o vestíbulo, conectando-se com a sala de estar e a sala de visitas, por meio de portas distintas.

Da sala de visitas podia-se acessar a sala de estar, que se interligava à sala de jantar e à copa, mostrando-se bastante permeável. A copa se articulava a uma circulação de serviço, que dava acesso à sala de goma, levando a concluir que este ambiente, funcionava, também, como um dormitório de empregados.

As funções social e de serviço se confundiam ao tratar do banheiro social, que podia ser usado como banheiro de serviços, já que de acordo com descrição da Cadeia Sucessória (2018) deste imóvel, a edificação não possuía dependência completa de empregados. As áreas úmidas foram colocadas próximas, banheiro e cozinha, facilitando as instalações de

água e esgoto. Nos fundos da edificação verificou-se a existência de um tanque, o que remete à existência de uma área para lavagem de roupas.

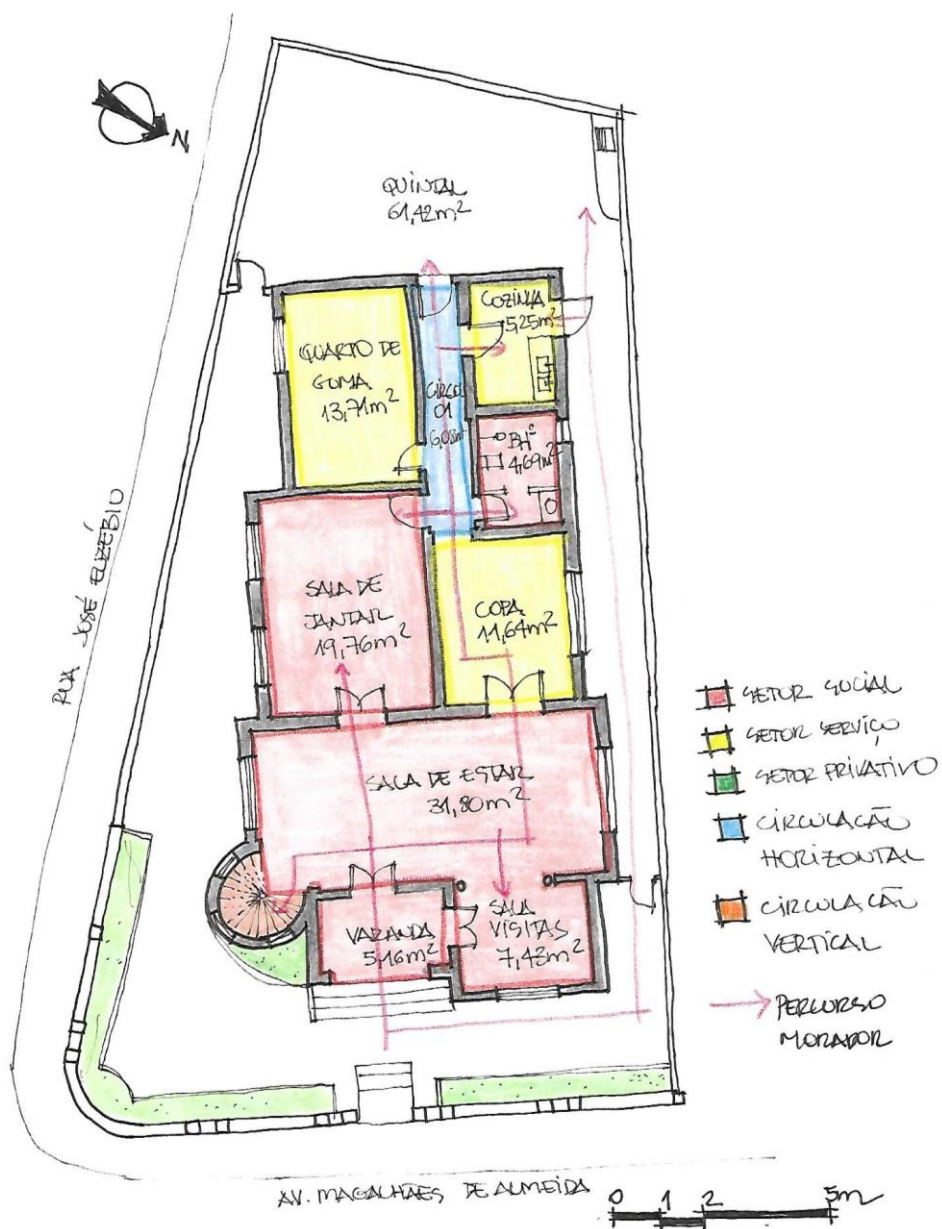


Figura 202. Planta do pavimento térreo da Residência nº 220. Fonte: autora, 2018.

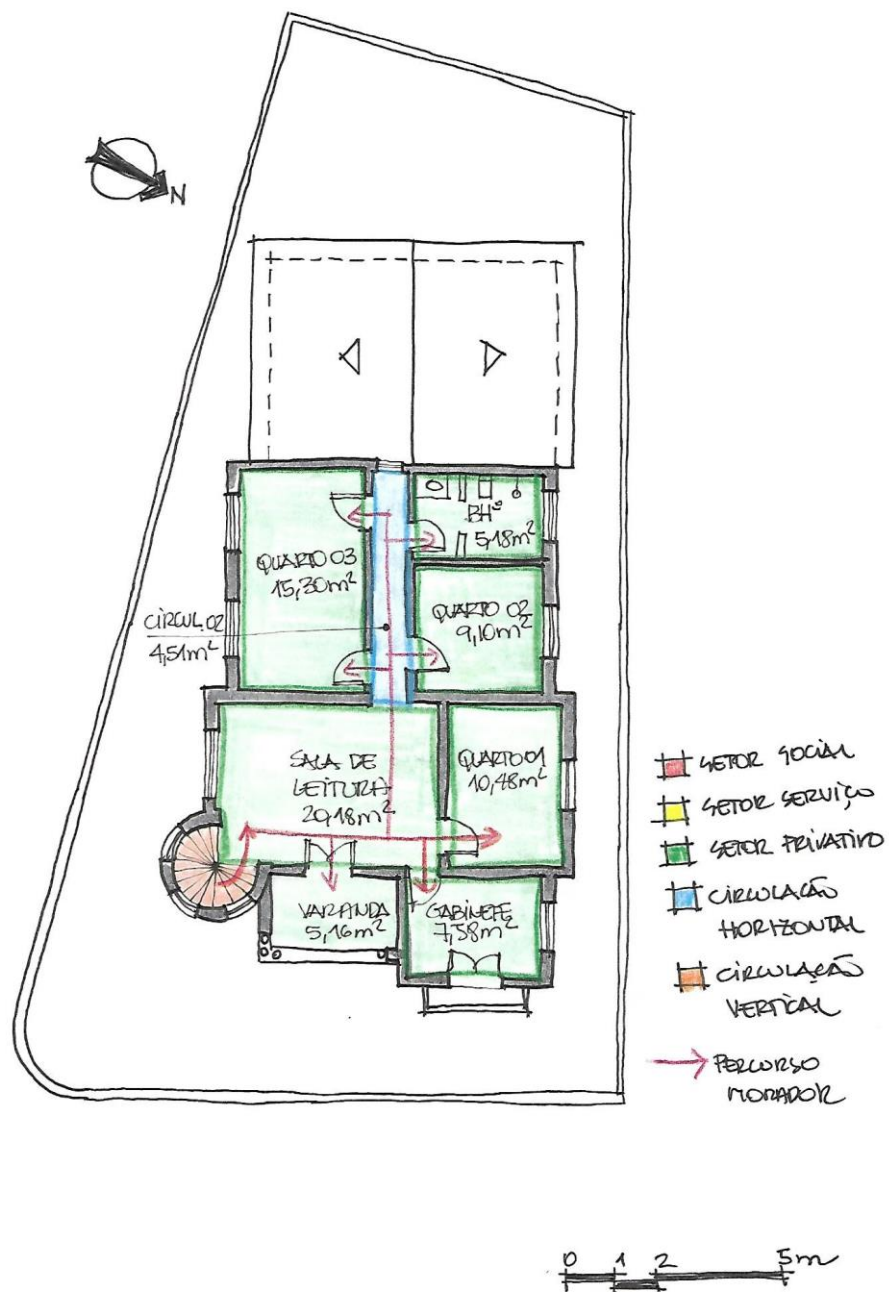


Figura 203. Planta do pavimento superior da Residência Nº 220. Fonte: autora, 2018.

A intimidade da família foi preservada, com a localização de todo setor privativo no pavimento superior, que era acessado através da circulação vertical formada por uma escada em espiral; a escada fica localizada à esquerda da sala de estar. A sala de leitura, no setor privativo, se conectava ao terraço, ao gabinete, ao quarto 01 e à circulação privativa; esta ligava ao quarto 02 e 03, além de ao banheiro. A edificação não possuía suíte e nem garagem.



Figura 204. Vista da escada (a), da parte interna do torreão (b) e da sala de leitura (c). Fonte: autora, 2018.

Quanto à composição volumétrica, esta edificação era formada por uma associação simples de um volume cilíndrico, o torreão, onde fica localizada a escada, e dois volumes cúbicos: o mais alto abrangia o setor social e privativo, e o mais baixo, os setores de serviço.

A fachada principal é revestida em argamassa com pintura à base de água, e é dividida em três partes: o embasamento é revestido de pedra, acompanhando o revestimento existente no muro, com grades. O corpo apresenta vão simples com verga reta ou arco abatido, além de possuir um balcão sacado isolado, apoiado por cachorros¹⁸⁵. A varanda superior apresenta colunas toscanas, ambos com uma releitura da balastrada encontrada em residências coloniais. O coroamento é formado por uma cimalha, onde são apoiados os beirais simples com telhas tipo capa e canal, além de um frontão sinuoso, recortado com telhas e decorado com coruchéus na sua parte superior, e no seu eixo percebe-se a presença de um pequeno quadrifólio, elementos decorativos típicos da linguagem neocolonial.

¹⁸⁵ Também conhecido como mísula, era um tipo de peça resistente, base em forma triangular, saliente da parede (em posição vertical), com a função de apoiar um arco, balcões, meia-colunas, figuras, bustos, vaso etc.

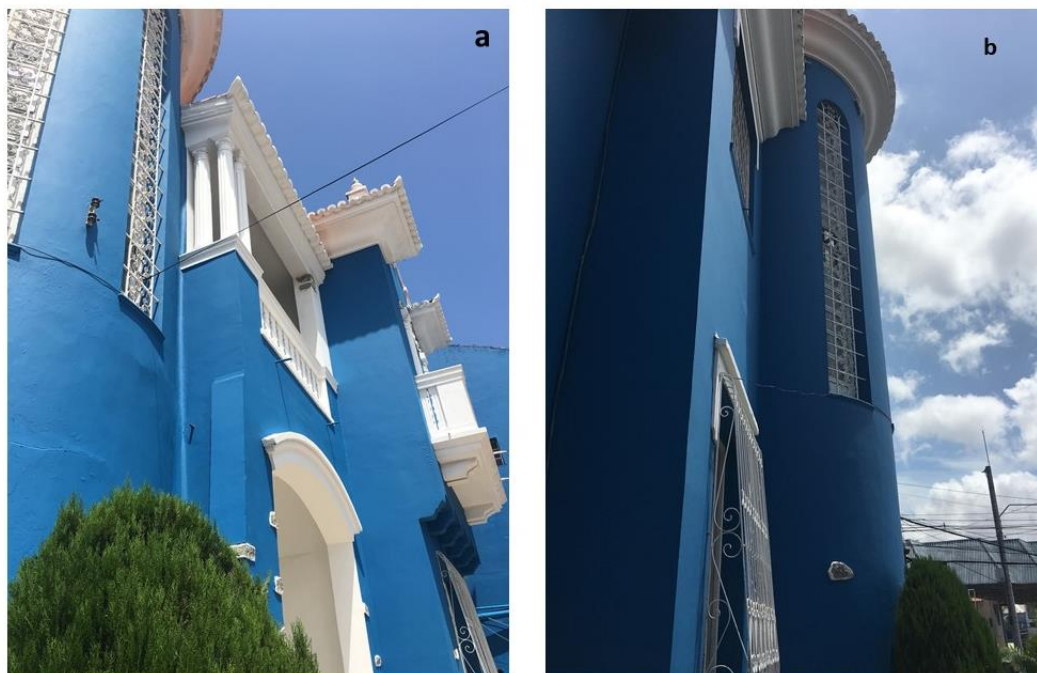


Figura 205. Detalhes elementos da fachada: colunas toscanas, cachorros do balcões sacados (a) e do torreão (b).
Fonte: autora, 2018.

A estrutura da edificação é composta de concreto armado e alvenaria de tijolo cerâmico. A cobertura é em telha cerâmica tipo capa e canal, com os arremates de telhado em pluma. O piso apresenta um revestimento em cerâmica, o forro dos tetos em madeira com pintura branca: nas salas de estar e de leitura, o forro é em estuque.

Em 2005, o imóvel passa a ser de propriedade de Milena Apolônio de Barros, que adaptou a antiga residência para receber uma pousada, a Pousada San Luís, inicialmente, com 9 quartos. Em 2010, a proprietária da pousada adquire parte do imóvel limítrofe, o Edifício Saldanha¹⁸⁶, com o intuito de aumentar o número de apartamentos para hospedagem; com isso, construiu uma ligação entre as duas edificações e o estabelecimento ganhou mais 8 unidades, totalizando 17 apartamentos, o que resultou numa descaracterização do interior desta construção.

¹⁸⁶ Através do desmembramento de uma área de 122,40 m² do Edifício Saldanha, localizado na Avenida Magalhães de Almeida, nº 208.

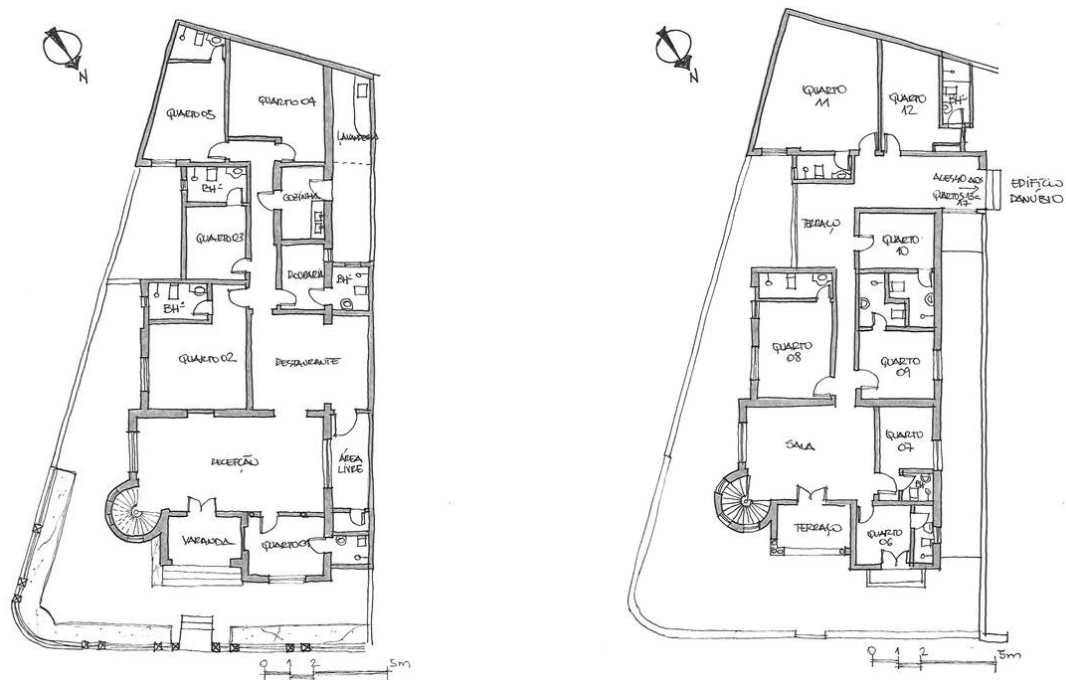


Figura 206. Plantas baixas da antiga Residência Nº 220, atual Pousada San Luís. Fonte: autora, 2019.

O estado de conservação deste imóvel é bom, mas, no que se refere ao estado de preservação apresenta-se muito alterado, pois, observam-se alterações na sua volumetria, com o acréscimo de área construída total, refletindo na ocupação dos afastamentos laterais e posterior do terreno. Com relação à organização espacial, o estado é péssimo, pois toda a edificação foi profundamente modificada para receber a pousada.

ESTADO DE PRESERVAÇÃO				
Volumetria	(0-3)	1	Sofreu acréscimo de um volume e apresenta vários condensadores de ar condicionado em sua fachada.	
Configuração Espacial	(0-3)	1	Todos os ambientes foram descaracterizados e transformados em apartamentos para a pousada.	
Presença de Esquadrias originais	(0-3)	2	A maioria das janelas são originais; Poucas portas são originais.	
Materiais e Revestimentos originais	(0-3)	1	Todo o piso foi alterado e substituído por cerâmica.	
Total		5	Muito alterado	
Íntegro (10-12)	Pouco Alterado (7-9)		Muito Alterado (4-6)	Descaracterizado (0-3)

Figura 207. Matriz do Estado de Preservação da Residência Nº 220. Fonte: autora, 2019.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
Estrutura	(0-4)	4	Sem nenhum problema evidente.
Paredes	(0-4)	3	Paredes externas em bom estado de conservação. Alguns ambientes precisam de pintura.
Elementos arquitetônicos	(0-4)	4	Sem nenhum problema evidente.
Instalações prediais	(0-4)	3	Há necessidade de fazer uma revisão na rede elétrica.
Total		14	Bom
Bom (13-16)	Regular (9-12)	Ruim (5-8)	Em arruinamento (0-4)

Figura 208. Matriz do Estado de Conservação da Residência Nº 220. Fonte: autora, 2019.

Essas alterações ocorreram mesmo estando a Residência Nº 220 dentro do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico do Centro Histórico de São Luís/Ma, classificado pelo Governo Estadual em 1986, por meio do Decreto-lei nº 10.089, de 06 de março de 1986 como uma área que apresenta valores históricos e artísticos a serem preservados. Mas, em decorrência das intervenções na configuração espacial perdeu parte do seu valor histórico, pois não demonstra mais como eram o modo de morar e os ambientes de uma residência no fim da década de 1940, em São Luís.

d) Análise Comparativa das Residências na Linguagem Neocolonial

As residências estudadas foram construídas entre os anos de 1946 a 1949 e encontram-se localizadas na Rua do Egito e na Avenida Magalhães de Almeida, em lotes de meio de quadra e de esquina (Residência Nº 220). Dois exemplares apresentam áreas do terreno e taxas de ocupação bem próximas, o caso das Residências Nº 480 e Nº 167.

As habitações foram construídas centralizadas no lote, apresentando afastamentos em relação a todos os limites do lote, o que permite iluminação e ventilação para todos os ambientes interiores. A residência Nº 167 apresenta uma edícula no fundo do lote, onde funciona o setor de serviço: dependência de empregados e a garagem. Essa edificação não possui lavanderia. Na residência Nº 220, as acomodações de serviço ficam dentro do quarto de goma, e a lavanderia, numa área aos fundos do terreno. Na residência Nº 480, a lavanderia fica próxima a copa e a cozinha, ocupando uma das laterais do lote.

Quanto aos acessos aos lotes, as edificações Nº 167 e Nº 220 possuem acessos de pedestre, centralizados, no que tange ao terreno e à edificação; e com relação ao acesso de veículos, somente a Residência Nº 167 apresenta garagem, que fica localizada na lateral esquerda do terreno numa edícula ao fundo do lote.

	RESIDÊNCIA Nº 480 (1934)		RESIDÊNCIA Nº 167 (1948)		RESIDÊNCIA Nº 220 (1949)	
Localização	Avenida Beira-Mar		Rua do Egito		Avenida Magalhães de Almeida	
Tipo de Vizinhança	Residencial		Residencial		Residencial/comercial	
Localização do Lote na Quadra	Esquina		Meio de quadra		Esquina	
Área do Lote (m²)	512,82 m² (1934) 337,92 m² (1960)*		294,79 m²		284,13 m²	
Taxa de Ocupação (%)	34% (1934) 52% (1960)		51,51%		46,28%	
Área Livre (m²)	338,41 (1934) 163,51 (1960)		142,93 m²		139,87 m²	
Testada do Lote (m)	14,35 m		14 m		14,04 m	
Topografia do lote	Desnível (+/- 50 cm)		Plano		Desnível (+/- 30 cm)	
Quantidade de Pavimentos	2		2		2	
Quantidade de acessos ao lote	1 (pedestres)		2 (1 pedestre/1 veículo)		1 (pedestre)	
Quantidade de acessos à edificação	7 acessos	3 social 4 serviço	2 acessos	1 social 1 serviço	3 acessos	1 social 2 serviço

Figura 209. Tabela comparativa das edificações na linguagem neocolonial. Fonte: autora, 2018.

O ingresso nas edificações ocorre através do acesso social e de serviços. Todos os acessos sociais apresentam uma varanda como elemento de transição da área externa para a interna na fachada principal das construções. O acesso de serviço pode ser realizado pela cozinha, pela lavanderia e pelos quartos de serviço (Residência Nº 480) ou também pelo corredor existente, que distribuía o fluxo para o setor de serviço, mas ligava ao setor social, no caso da Residência Nº 220. As escadas localizam-se nas laterais direita (Residência Nº 167) e esquerda (Residência Nº 220), próximas à sala de estar e jantar, respectivamente, e de forma centralizada, na residência Nº 480.

Os programas das residências são similares, com a presença de varanda, sala de visitas, escritório (gabinete), sala de estar, jantar, copa, cozinha, banheiro, sala íntima e dormitórios privativos e para hóspedes. Na edificação nº 167, existe o vestíbulo, garagem e a suíte do casal, com banheiro exclusivo. Nos demais exemplares estudados, os banheiros eram compartilhados com todos os moradores.

Percebe-se que nas três Residências o setor privativo é o que apresenta as maiores áreas úteis, seguido do setor social e de serviço.

	NEOCOLONIAL		
	RESIDÊNCIA Nº 480 (1934)	RESIDÊNCIA Nº 167 (1948)	RESIDÊNCIA Nº 220 (1949)
SETOR SOCIAL	31,54%	33,44%	37,61%
SETOR SERVIÇO	24,18%	16,26%	16,72%
SETOR PRIVATIVO	33,20%	40,57%	39,87%
CIRCULAÇÃO	11,02%	9,73%	5,80%

Figura 210. Tabela com a porcentagem das áreas úteis das Residências da linguagem Neocolonial. Fonte: autora, 2019.

No que diz respeito ao estado de conservação, as edificações apresentam-se em bom estado, pois receberam novos usos que contribuiriam para a sua manutenção. Mas, ao tratarmos do estado de preservação, observa-se que a Residência Nº 220 foi a que sofreu as maiores descaracterizações no que tange à volumetria, com o acréscimo da área construída à edificação, que ocasionou a ocupação de parte do afastamento lateral direito e do posterior. Internamente, essa edificação foi totalmente dividida em cômodos para receber as unidades habitacionais, refletindo na perda de valores históricos, enquanto espaço que apresentava o modo de morar de uma família no final da década de 1940.

As construções neocoloniais encontradas na Avenida Beira Mar e na Rua do Egito instalaram-se de forma harmoniosa dentro do conjunto arquitetônico envolvente, pois apresentam a implantação similar a outros exemplares e, também, o gabarito predominante do entorno delas. A exceção se deu na Residência Nº 220, que se instalou numa avenida comercial, onde as edificações estão sobre o alinhamento do lote de maneira contínua. A sua implantação diferenciada quebrou com a continuidade das fachadas existentes nesse local.

4.2.3. Edificações na Linguagem *Art Déco*

As edificações na linguagem *Art Déco*, conforme já mencionado nesta tese, ganharam destaque na cidade com a implantação da sede da Empresa de Correios e Telégrafos, em 1937. Estas edificações, na *Rota do Moderno*, em sua maioria, foram construídas no alinhamento do lote, sem recuo frontal e apresentavam uso misto, comércio e habitação,

sendo caracterizadas pela geometrização, com predomínio de linhas retas e escalonamento de planos no coroamento das edificações.

As edificações residenciais unifamiliares na linguagem *Art Déco* não foram encontradas na *Rota do Moderno*. Assim, foram considerados, como casos de estudo, os imóveis de uso misto, destinados à locação, onde o térreo apresentava o uso comercial e os demais pavimentos habitação multifamiliar. Todas as residências ficam localizadas na Avenida Magalhães de Almeida: os edifícios Saldanha, Sérgio e Saluá.

Essa avenida encontra-se na área classificada pelo Governo Estadual (Decreto-Lei nº 10.089/1986), como patrimônio material que apresenta valores históricos e artísticos, que devem ser preservados e conservados para futuras gerações.

a) Edifício Saldanha (1951)

O Edifício Saldanha está localizado no nº 208 da Avenida Magalhães de Almeida, e faz parte de um conjunto com mais duas edificações, que apresentam a mesma volumetria e planta: o Edifício Danúbio (nº 194) e o Edifício nº 186, todos construídos no mesmo período. Este grupo de edificações foi um modelo pioneiro de imóveis de uso misto com dois apartamentos, para fins de locação. Apresentavam nas suas fachadas um jogo de planos e volumes, composto por balcões em balanço, marquises, que tinham a função de proteger os vãos (portas e janelas) contra as intempéries, além da presença da platibanda levemente escalonada e de detalhes em alto relevo com linhas retas.

O início da construção do Edifício Saldanha se deu em 1947, ano em que o terreno foi adquirido por Ernani Maia Pereira, da Prefeitura Municipal de São Luís, por meio de Escritura Pública datada de 14 de julho de 1947. A execução do projeto, de autor desconhecido, ficou a cargo da Construtora Manoel Fernandes & CIA, que entregou a obra em 1951.

O Edifício Saldanha encontra-se num lote de meio de quadra e apresenta uma implantação que segue os princípios do lote urbano colonial, onde a fachada está sobre os limites do lote, ou seja, não apresenta afastamentos frontais e laterais, somente o afastamento posterior, o quintal.



Figura 211. Fachada Edifício Saldanha. Fonte: autora, 2019.

Construído num terreno de formato de um trapézio com área de 224,40 m² e taxa de ocupação de 86,38%, para receber uma edificação de uso misto, comércio e habitação.

A edificação, destinada ao aluguel, apresenta um programa compacto, possuindo no pavimento térreo duas lojas (armazéns) com área de 85 m², um pequeno quintal e a entrada comum para as unidades habitacionais. O pavimento superior é formado por dois apartamentos com área de 83 m², cada um deles com dois dormitórios, sala de jantar, banheiro, cozinha, quarto de empregada, banheiro de serviço (vaso sanitário e chuveiro), lavanderia e varanda.

As lojas (armazéns) possuíam um grande salão, depósito e um gabinete sanitário, com lavatório e vaso sanitário, com acesso pela fachada frontal da edificação. Entre as duas lojas, centralizada, fica a porta de acesso ao pavimento superior, que leva a um pequeno vestíbulo e à circulação vertical.

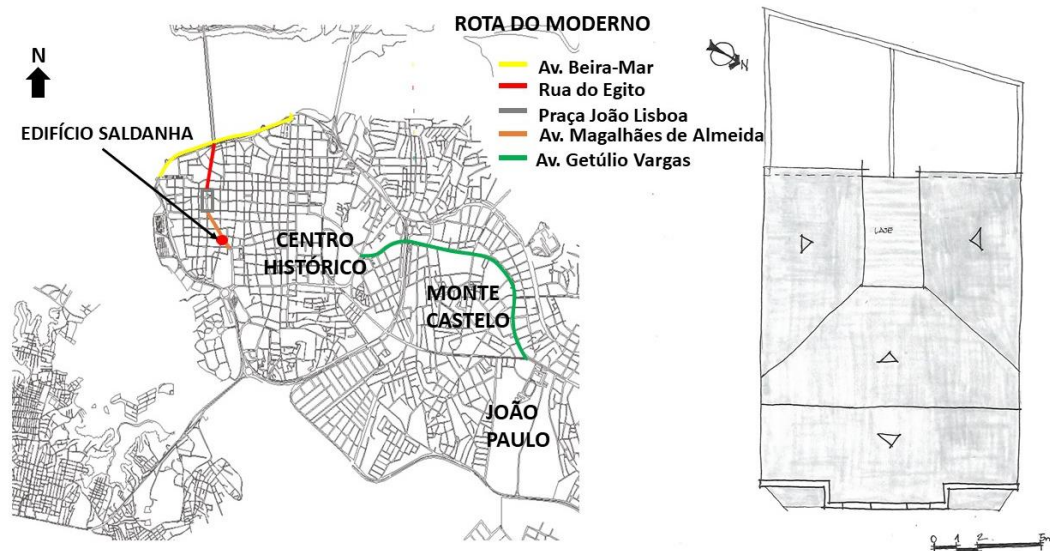


Figura 212. Localização e implantação do Edifício Saldanha. Fonte: autora, 2019.

A escada, em concreto armado, leva ao pavimento superior, onde ficam localizadas as duas unidades habitacionais da edificação. Os apartamentos apresentam somente uma entrada, a social, que conduz à sala de jantar, a qual poderia funcionar, também, como sala de estar. Os quartos situam-se de frente para a rua, deixando a sala em posição secundária, de forma a garantir-lhes melhor iluminação e ventilação. A cozinha encontra-se integrada com a lavanderia.

O apartamento possui boa permeabilidade, o que não garante privacidade. Por ser compacto, os setores (social, privativo e de serviço) não têm uma divisão racional das atividades. A circulação entre os ambientes dá-se por meio da sala de jantar, que interliga aos demais ambientes e ao vestíbulo, que liga ao banheiro privativo, que poderia funcionar como social, e ao quarto de serviço, no fundo da edificação.

Com relação a ventilação, todos os quartos apresentam aberturas para área externa, bem como o banheiro de serviço e a lavanderia. A ventilação do banheiro privativo é voltada para área da cozinha.

A edificação apresenta volume único, com cobertura com quatro águas, em telha cerâmica capa e canal, com a cumeeira paralela à Avenida Magalhães de Almeida. Esse volume é composto por elementos em balanço, como as marquises, localizadas sobre as portas e

janelas, com o intuito de protegê-las das intempéries, além de parte dos quartos 02, que é apoiado por cachorros, e destacando-se dos demais planos da fachada principal.

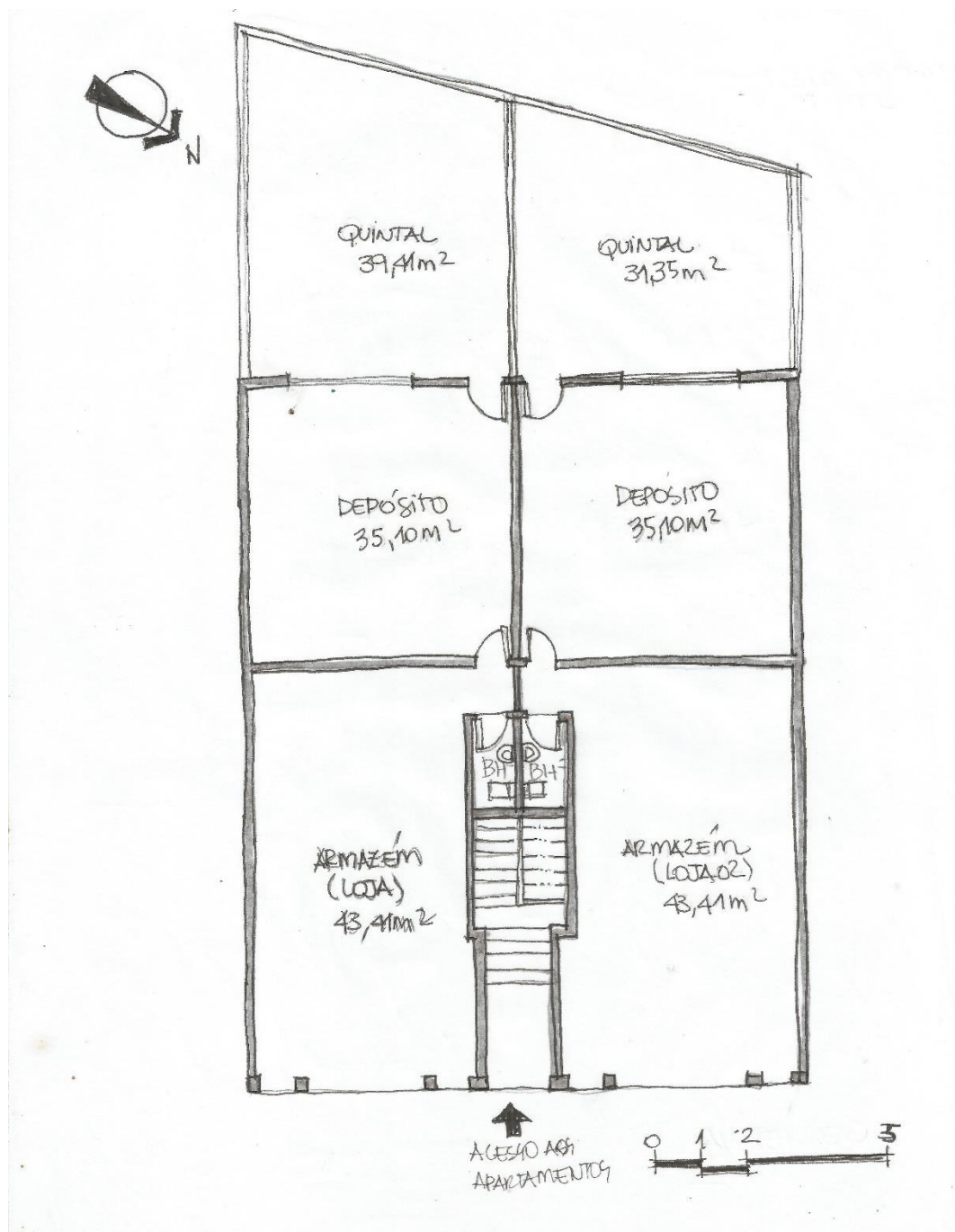


Figura 213. Planta do pavimento térreo do Edifício Saldanha. Fonte: autora, 2018.

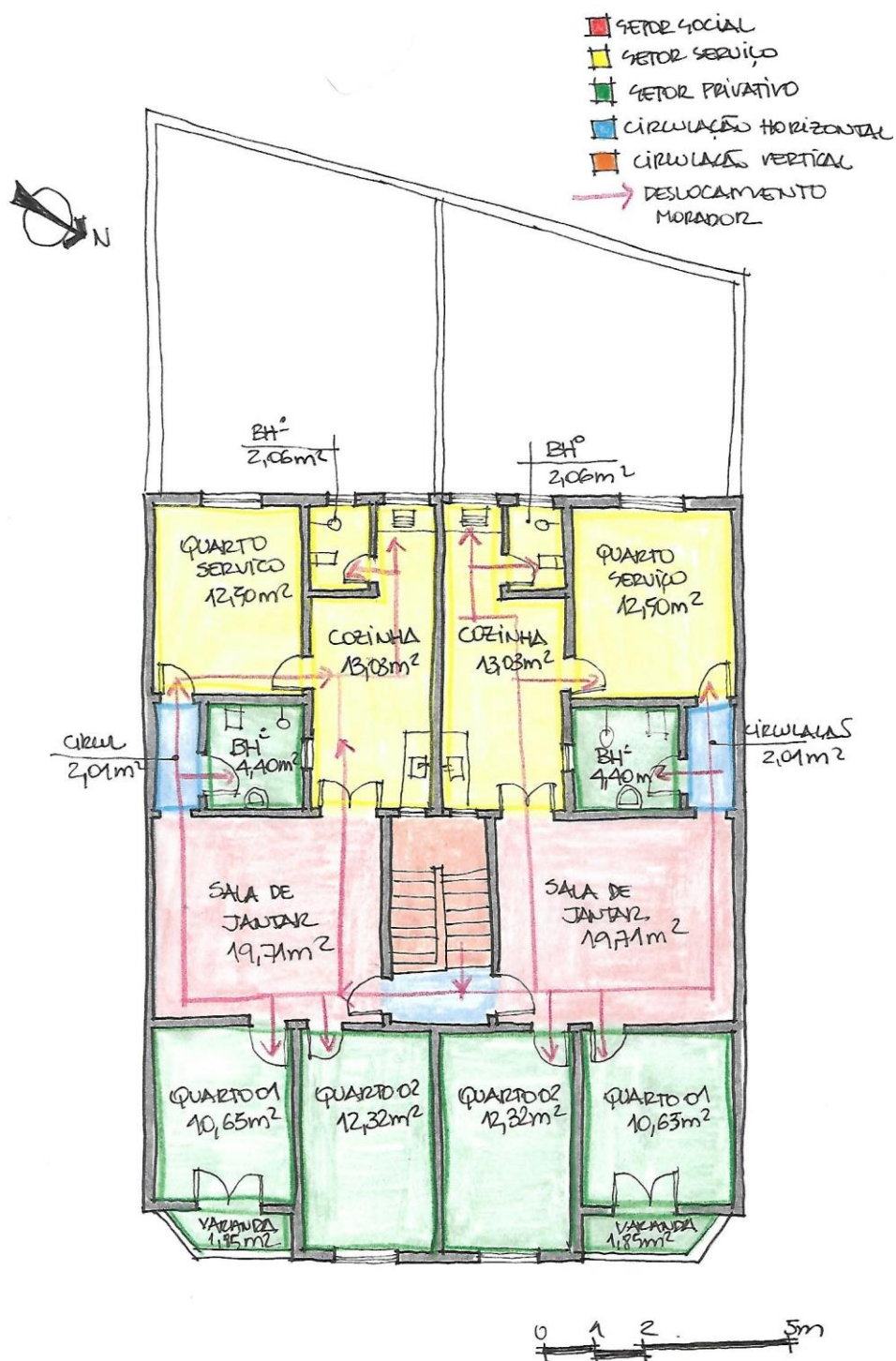


Figura 214. Planta do pavimento superior do Edifício Saldanha. Fonte: autora , 2018.

A estrutura da edificação é marcada pelo uso do concreto armado e tijolos cerâmicos para vedação de paredes. O revestimento das paredes externas recebeu, na época, pintura à base

de água. O forro era a própria laje e, com relação ao piso, não foi possível identificar o seu revestimento original, devido à inexistência de registro.

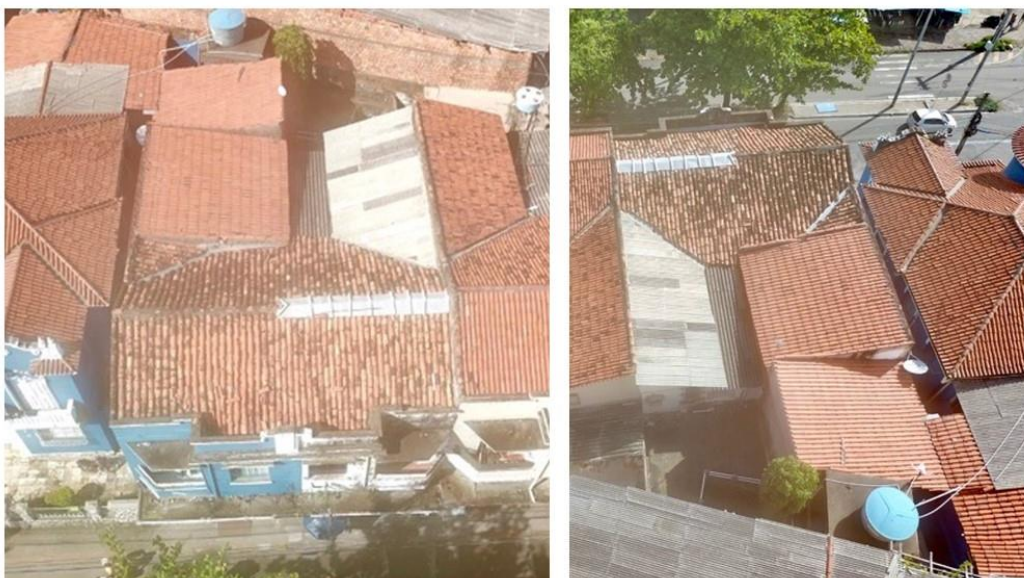


Figura 215. Vista aérea do Edifício Saldanha. Fonte: Samuel Benison, 2020.

O Edifício Saldanha encontra-se numa área de classificação estadual. Mesmo estando nesta área protegida, o imóvel não deixou de ser descaracterizado externamente, em sua volumetria, com acréscimo de área no fundo da edificação e, internamente, a configuração espacial de uma das unidades habitacionais foi toda dividida para receber cinco apartamentos da Pousada San Luís¹⁸⁷. Desta forma, o Estado de preservação enquadra-se no muito alterado.

ESTADO DE PRESERVAÇÃO			
Volumetria	(0-3)	2	Acréscimo de área construída na parte posterior da edificação.
Configuração Espacial	(0-3)	1	Um dos apartamentos, internamente, foi totalmente dividido para receber apartamentos da Pousada San Luís.
Presença de Esquadrias originais	(0-3)	1	Quase inexistente, somente a porta de acesso aos apartamentos.
Materiais e Revestimentos originais	(0-3)	0	Todos materiais originais foram substituídos.
Total		4	Muito alterado
Íntegro (10-12)	Pouco Alterado (7-9)	Muito Alterado (4-6)	Descaracterizado (0-3)

Figura 216. Matriz do Estado de Preservação do Edifício Saldanha. Fonte: autora, 2019.

¹⁸⁷ Ver anexo 7 – Planta do Estado atual do Edifício Saldanha.

O estado de conservação da edificação é regular, sendo necessária a manutenção das fachadas e das instalações elétricas e hidráulicas.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
Estrutura	(0-4)	4	Sem nenhum problema evidente.
Paredes	(0-4)	2	Recuperação de rebocos danificados e pintura de toda fachada.
Elementos arquitetônicos	(0-4)	3	Precisam de ações de manutenção.
Instalações prediais	(0-4)	2	Há necessidade de uma revisão nas instalações elétricas e hidráulicas.
Total		10	Regular
Bom (13-16)	Regular (9-12)	Ruim (5-8)	Em arruinação (0-4)

Figura 217. Matriz do Estado de Conservação do Edifício Saldanha. Fonte: autora, 2019.

b) Edifício Sérgio (1953)

O edifício Sérgio está localizado no nº 156 da Avenida Magalhães de Almeida, num lote de esquina de aproximadamente 305,96 m², e com área construída total de 582,96 m². Adquirido em 1945, por Eduardo Aboud, por meio do Edital nº 12 de 08 de agosto de 1945, de acordo com os termos do Decreto Lei nº 65 de 26/08/1942, que abria concorrência pública para terrenos remanescentes das demolições de imóveis desapropriados quando da execução do *Plano de Remodelamento, Extensão, Embelezamento e Saneamento da Cidade*.



Figura 218. Fachadas do Edifício Sérgio. Fonte: autora, 2018.

A aprovação do projeto se deu em 1952, com o recebimento do Alvará de Construção nº 54 de 9 de julho, pela Prefeitura Municipal de São Luís. A obra, para fins comercial e residencial, para aluguel, foi iniciada em 1953 e, de acordo com o Caderno de Especificações, a obra tinha o prazo de 270 dias para ser concluída. Seria executada pelo Escritório Técnico de Arquitetura e Construções LTDA (ETAC), cujo engenheiro responsável era Argemiro Freire Garneiro.



Figura 219. Vista Exterior – Edifício Sérgio, no final da década de 1950. Fonte: Arquivo pessoal Eduardo Aboud.

A edificação acompanha a inclinação da avenida e a sua implantação apresenta uma configuração fechada, mas sua construção foi erguida no alinhamento do lote, permitindo uma intensa valorização do terreno, em especial a esquina, ocasionando uma taxa de ocupação de 95%. A valorização da esquina, típica do *Art Déco*, remetia à imagem das máquinas e aos navios transatlânticos.

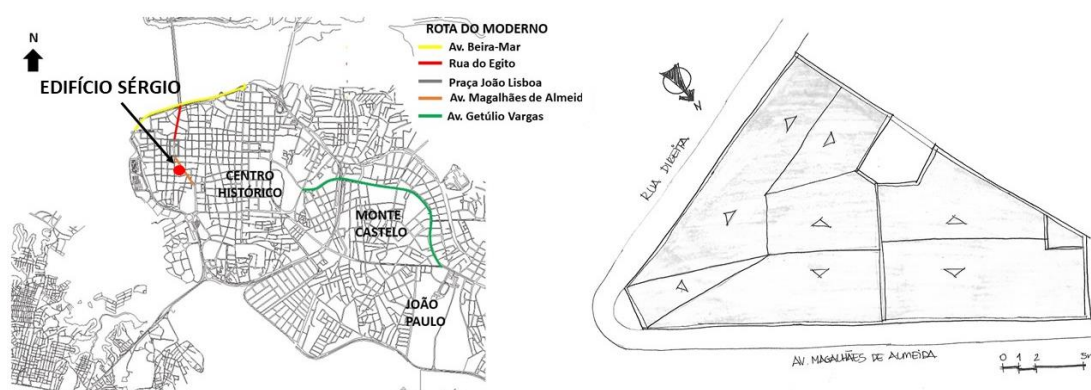


Figura 220. Localização e implantação do Edifício Sérgio. Fonte: autora, 2019.

A separação entre espaço público e privado dá-se por meio das portas de acesso às lojas e por um portão em ferro, que permitia o acesso ao pavimento superior, onde ficam localizadas as unidades habitacionais.

O projeto propôs duas lojas no pavimento térreo, cada uma delas com salão de vendas, banheiro e depósito para guarda de produtos, com acesso principal voltado para a Avenida Magalhães de Almeida. Somente a maior loja possui um acesso secundário, realizado pela Rua Henrique Leal; as áreas das lojas são, respectivamente, 194,39 m² e 100,69 m².

O acesso para o pavimento superior realiza-se por uma escada reta e sem patamar que dá para um pequeno vestíbulo. Este interliga a porta de entrada dos apartamentos 01 e 02 e a escada do apartamento 03, que se encontra a 1,20 m acima do nível deste pavimento.

Os apartamentos possuem áreas que variam de 77,62m² a 85,65 m² e apresentam uma solução de moradia central e compacta, apresentando configurações espaciais distintas, mas, com similaridades em seu programas: sala de estar, sala de jantar, dois quartos e um banheiro. Somente o apartamento 03 apresenta a proposta de *living-room*, isto é, a integração da sala de estar com a de jantar, num mesmo espaço.

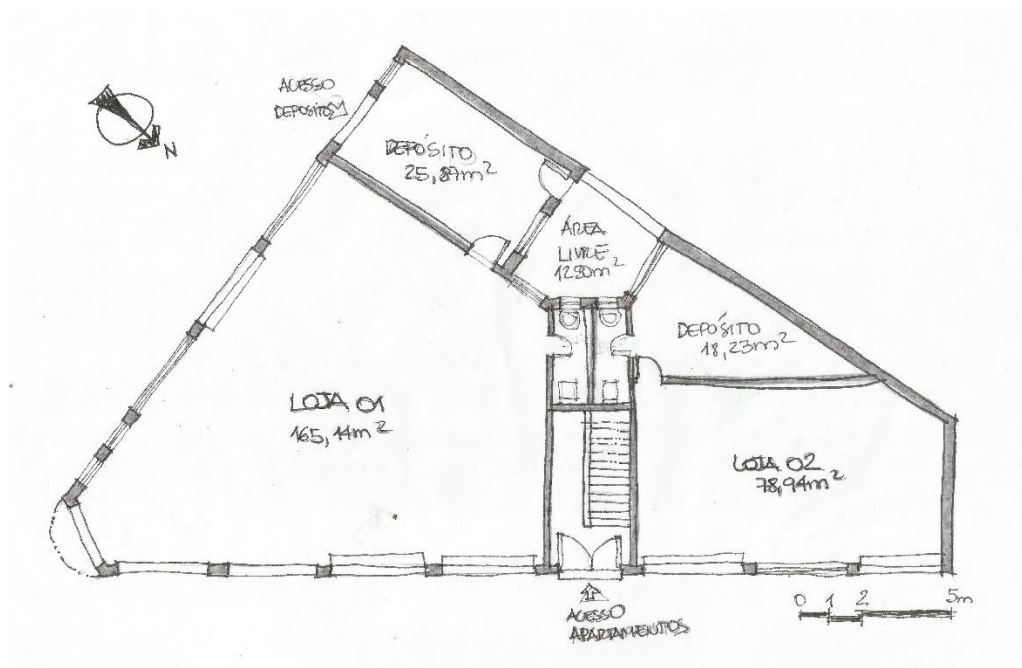


Figura 221. Planta do pavimento térreo do Edifício Sérgio. Fonte: autora, 2018.



Figura 222. Planta do pavimento superior do Edifício Sérgio. Fonte: autora, 2018.

Percebe-se que há uma boa permeabilidade entre os ambientes, mas a privacidade do setor íntimo está mais resguardada nos apartamento 01 e 03, apesar de o setor de serviço se encontrar, na proposta 03, junto com a área privativa.



Figura 223. Vista aérea do Edifício Sérgio. Fonte: Samuel Benison, 2020.

A volumetria é simples, formada por dois volumes: o primeiro volume compreende os apartamentos 01 e 02; e, o segundo, a circulação social e o apartamento 03. O coroamento da edificação é formado por uma platibanda escalonada, apresentando detalhes formados

por faixas verticais em sequência, no centro e nas extremidades. Uma marquise acompanha toda a construção e funciona como elemento protetor de insolação para as vitrines das lojas. A esquina é valorizada, com destaque para o balcão sacado balaustrado e para a tipografia com o nome da edificação.

Quanto aos materiais e sistemas construtivos, o Edifício Sérgio foi construído com uma estrutura em concreto armado (lajes, pilares, vigas e marquise) com vedação em tijolos cerâmicos. A cobertura é em telha de fibrocimento. As esquadrias de portas e janelas são de madeira e as dos vãos basculantes em ferro e vidro. O piso é em taco de madeira e, nas áreas molhadas, em ladrilho; a escada que dá acesso ao primeiro pavimento é em concreto armado, revestida de marmorite.

A edificação encontra-se numa área de classificação estadual e apresenta um estado de preservação pouco alterado. As alterações se deram pela substituição das janelas em madeira pelas de alumínio, e alguns ambientes foram modificados para receber novos usos. Atualmente, somente um dos apartamentos está funcionando como habitação; os demais receberam novos usos, como uma clínica de prótese dentária e um escritório/administração de uma loja que fica nas proximidades da edificação.

ESTADO DE PRESERVAÇÃO			
Volumetria	(0-3)	3	Volumetria original.
Configuração Espacial	(0-3)	2	A configuração espacial dos apartamentos 01 e 02 apresentam-se originais, mas alguns vão foram fechados; no apartamento 03, o banheiro foi dividido em dois, transformando-se em um lavabo e outro banheiro; a cozinha tornou-se uma sala.
Presença de Esquadrias originais	(0-3)	1	A maioria das janelas em madeira com veneziana e vidro foi substituída pelas de alumínio; De original só restauram os basculantes dos banheiros.
Materiais e Revestimentos originais	(0-3)	1	Só existe revestimento original nas paredes dos banheiros.
Total		7	Pouco alterado
Íntegro (10-12)	Pouco Alterado (7-9)	Muito Alterado (4-6)	Descaracterizado (0-3)

Figura 224. Matriz do Estado de Preservação do Edifício Sérgio. Fonte: autora, 2019.

O estado de conservação do Edifício Sérgio é regular. A estrutura da edificação não apresenta problemas evidentes. As fachadas necessitam de pintura, e em alguns pontos, é necessário recuperar o reboco, principalmente, na área acima da marquise. Internamente, os maiores problemas estão no apartamento 01, onde é necessária a colocação de piso em toda sua extensão e as paredes necessitam de pintura.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
Estrutura	(0-4)	3	Sem nenhum problema evidente.
Paredes	(0-4)	2	Recuperação de rebocos danificados e pintura de toda fachada.
Elementos arquitetônicos	(0-4)	2	Colocar piso no apartamento 01.
Instalações prediais	(0-4)	2	Há necessidade de fazer uma revisão nas instalações elétricas e hidráulicas.
Total		9	Regular
Bom (13-16)	Regular (9-12)	Ruim (5-8)	Em arruinamento (0-4)

Figura 225. Matriz do Estado de Conservação do Edifício Sérgio. Fonte: autora, 2019.

c) Edifício Saluá (1959)

O Edifício Saluá foi uma das primeiras edificações de três pavimentos de uso misto destinadas ao aluguel, da cidade de São Luís. O surgimento desta nova tipologia de edifício, em São Luís e no Brasil, justifica-se em função da diminuição do poder aquisitivo dos cidadãos, do aumento da população urbana e da saturação das zonas centrais, que tornaram o apartamento de aluguel uma opção atraente para a época.

Construído em 1959, o terreno foi adquirido por Eduardo Aboud através do Edital nº 11 de 25 de maio de 1946, por meio de concorrência pública de lotes da Avenida Magalhães de Almeida, nos termos do Decreto Lei nº 65 de 26/08/1942. Essa concorrência pública tinha por objetivo vender os terrenos remanescentes das demolições dos imóveis para execução do *Plano de Remodelação, Extensão, Embelezamento e Saneamento da Cidade de São Luís*, na gestão de Pedro Neiva de Santana.



Figura 226. Fachada do Edifício Saluá. Fonte: autora, 2018.

A referida edificação encontra-se situada no Centro Histórico de São Luís, numa área de tombamento estadual e ocupa uma quadra com o formato triangular, com área total 590 m², e 1.770 m² de área construída.

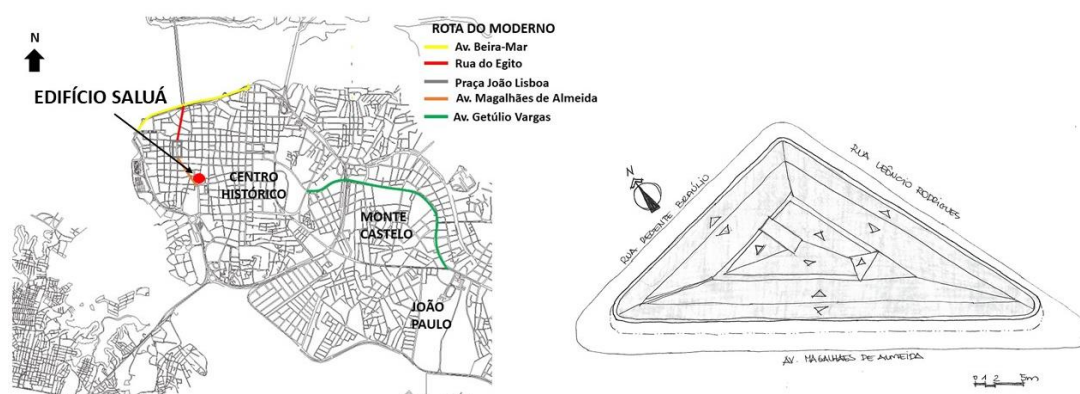


Figura 227. Localização e implantação do Edifício Saluá. Fonte: autora, 2019.

A autoria e construção do Edifício Saluá é do Engenheiro Hedel Jorge Aras, de São Paulo. A edificação possui uso misto com três pavimentos: o térreo apresenta um uso comercial, com seis lojas; os demais pavimentos apresentam um uso residencial, cada um deles com cinco apartamentos, com áreas que podem variar de 71 m² a 87 m².



Figura 228. Edifício Saluá na época de sua construção. Fonte: Arquivo pessoal do proprietário do imóvel.



Figura 229. Edifício Saluá na época de sua construção. Fonte: Arquivo pessoal do proprietário do imóvel.

A edificação apresenta um programa baseado no modelo de habitação burguesa europeia do século XIX, que era caracterizada pelo modelo tripartido da habitação setorizada entre áreas íntima, social e de serviços. Essa racionalização se deu pelo desenvolvimento das noções de privacidade, intimidade e domesticidade, instituída pela família nuclear (Tramontano, 1999).

A racionalização é percebida nos apartamentos de aluguel pela redução do tamanho dos cômodos, mas, também, pelo desaparecimento de alguns ambientes como escritório, sala de jantar e copa, que passaram a dividir espaço com a cozinha, ou passam a dividir o espaço com a sala de estar, sem nenhuma divisória demarcada. Para Julice Carvalho (2009: 117), essa interação espacial seguia o preceito modernista de continuidade espacial; a demarcação passou a ser de responsabilidade do mobiliário.

No pavimento térreo existem seis lojas que possuem áreas que variam de 36 m² a 157 m², tendo cada uma delas banheiro individual com vaso sanitário, lavatório e chuveiro. Os vãos de iluminação e ventilação dos banheiros eram, originalmente, em madeira e veneziana com largura de 1,20 m; hoje, são em elemento vazado de concreto, com a dimensão de 40x40 cm.

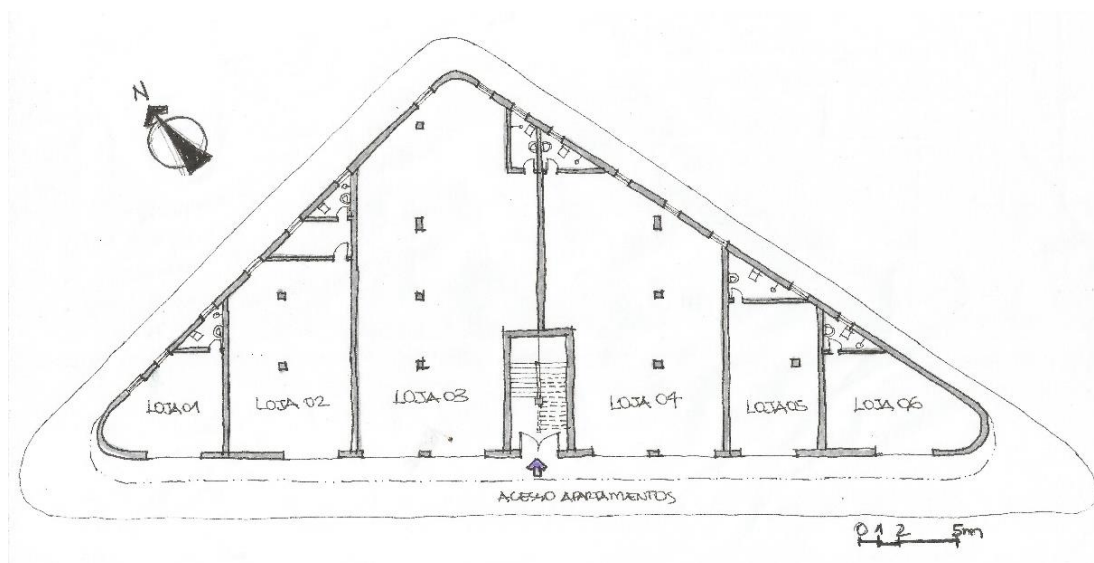


Figura 230. Planta do pavimento térreo do Edifício Saluá. Fonte: autora, 2018.

O acesso aos apartamentos do Edifício Saluá ocorre por meio de um portão de ferro, localizado na fachada principal (Avenida Magalhães de Almeida), que permite chegar ao hall de entrada onde fica a escada que dá acesso ao primeiro e ao segundo pavimento.

O primeiro e o segundo pavimentos apresentam um grande hall social, que permite o acesso aos apartamentos. No primeiro pavimento, existe um pequeno terraço que possibilita a visualização da Avenida Magalhães de Almeida; funciona também como elemento para iluminação e ventilação da circulação social da edificação.

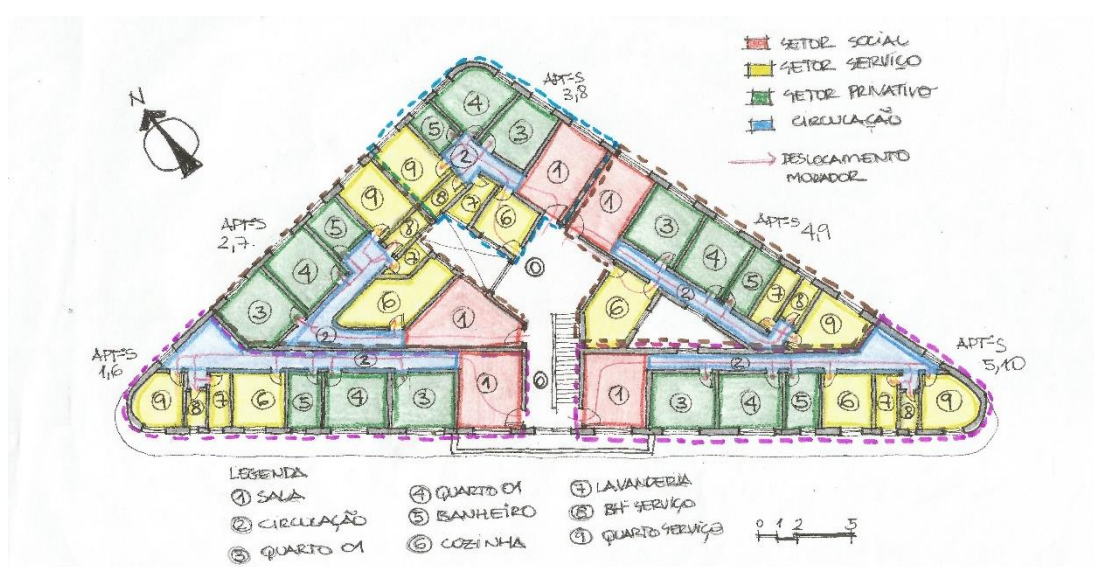


Figura 231. Planta do pavimento das unidades habitacionais do Edifício Saluá. Fonte: autora, 2018.

Cada pavimento possui cinco apartamentos, apresentando a tipologia de planta corredor, isto é, os diferentes ambientes das habitações estão dispostos ao longo de um corredor. Esta solução espacial reflete-se em grandes áreas de circulação, dificultando a iluminação e ventilação natural para os diferentes cômodos.

Todos os apartamentos estão setorizados em área social, íntima e de serviços. O setor social é composto pela sala de estar; o setor íntimo apresenta dois quartos e um banheiro, que pode ser utilizado por visitantes; e o setor de serviço engloba a cozinha, que pode servir de copa ou sala de jantar, a lavanderia, quarto e banheiro de empregados. Ressalta-se que os apartamentos foram construídos para atender à classe média ludovicense.

As áreas dos ambientes variam de 2 m² (banheiros) a 17 m² (sala de estar), dependendo dos ambientes.

	Apartamentos 1/5/6/10	Apartamentos 2/7	Apartamentos 3/8	Apartamentos 4/9
Sala	14,52 m ²	17,95 m ²	13,95 m ²	13,95 m ²
Quarto 01	10,50 m ²	11,86 m ²	10,50 m ²	10,50 m ²
Quarto 02	10,50 m ²	10,50 m ²	11,12 m ²	10,50 m ²
Banheiro	5,40 m ²	5,50 m ²	5,50 m ²	5,60 m ²
Cozinha	8,40 m ²	12,96 m ²	8,40 m ²	12,32 m ²
Lavanderia	3,60 m ²	2,00 m ²	3,50 m ²	4,80 m ²
Banho Serviço	2,00 m ²	2,60 m ²	2,50 m ²	2,40 m ²
Quarto Empregada	10,00 m ²	9,10 m ²	9,10 m ²	9,32 m ²
Circulação	15,75 m ²	14,00 m ²	6,88 m ²	11,26 m ²

Figura 232. Tabelas de áreas dos ambientes do Edifício Saluá. Fonte: autora, 2016.

Os apartamentos apresentam poucas possibilidades de controle espacial, pois a circulação permite fácil permeabilidade a todos os ambientes da habitação; esta solução reflete-se na privacidade dos ambientes, principalmente, no caso do setor privativo, que se encontra muito próximo do setor social, lembrando soluções projetuais do século XIX, onde o setor íntimo ficava interligado diretamente ao social, e o setor de serviço ficava no fundo da edificação, um pouco mais segregado.

No que diz respeito à ventilação, os apartamentos número 2, 3, 7, 8 e 9 são os mais ventilados, já que os ventos dominantes em São Luís são provenientes do Nordeste. Todos os ambientes possuem vãos para ventilação e iluminação, prevalecendo as janelas para área externa da edificação. É importante ressaltar que nos apartamentos número 2, 3, 4, 5, 7, 8 e 9 utilizam-se áreas livres dentro da edificação para iluminar e ventilar corredores, cozinha, lavanderia e banheiro de serviço. Observa-se que apenas os apartamentos número 2, 3, 7 e 8 não apresentam vãos de abertura para iluminação e ventilação para os corredores. Os apartamentos número 1, 5, 6 e 10 não são bem ventilados e recebem as maiores cargas solares, pois se encontram voltados para o poente (sol da tarde).

A composição volumétrica da edificação apresenta-se num único volume, retilíneo, com três pavimentos, sem nenhum tipo de decoração, e com leve curvatura nas extremidades, seguindo os limites da quadra. A rigidez volumétrica é quebrada pela presença da marquise, elemento de composição horizontal, juntamente com o terraço que serve como elemento de destaque da valorização do acesso centralizado para os apartamentos. Destaque para o coroamento com a presença da platibanda, que possui um leve escalonamento, onde se encontra o nome da edificação: “Edifício Saluá”. Assim, a fachada principal mantém a composição de matriz clássica, onde prevalece a simetria (axial), principalmente no equilíbrio de cheios e vazios.

A edificação, com relação ao uso, manteve praticamente os mesmos usos da época de sua construção, exceto alguns apartamentos que passaram a receber novas funções, a exemplo de uma clínica odontológica e de um escritório de contabilidade. Isso se deu pelo fato de a Avenida Magalhães de Almeida, bem como todo Centro Histórico, possuir um forte viés comercial e, desde década de 1980, essa área ter vindo a sofrer um processo contínuo de abandono, principalmente, em relação às moradias, pois a sua clientela buscou novas formas de morar que permitissem atender às suas necessidades, em particular, de garagem e segurança.

Atualmente, o prédio encontra-se pouco alterado em relação à sua construção inicial. Percebe-se que as maiores alterações ocorreram nas esquadrias dos banheiros e da lavanderia, que foram substituídos por elementos vazados; e a colocação de inúmeros engenhos publicitários (placas, tabuletas, letreiros), instalações de ar condicionado e instalações elétricas que prejudicam a imagem da edificação e também a paisagem da cidade. Internamente, o prédio sofreu poucas modificações, com a presença de quase todas

as esquadrias originais. As mudanças mais significativas foram o fechamento das portas de acesso à cozinha, que se registam somente nos apartamentos 3, 4, 8 e 9.

ESTADO DE PRESERVAÇÃO				
Volumetria	(0-3)	2	Volumetria original, mas engenhos publicitários, ar condicionados e fiação elétrica contribuem para sua descaracterização das fachadas.	
Configuração Espacial	(0-3)	2	A configuração espacial foi mantida nos apartamentos, com o fechamento com alvenaria das portas da cozinha que davam para o hall social.	
Presença de Esquadrias originais	(0-3)	2	A maioria das janelas são originais, com exceção das esquadrias dos banheiros e da lavanderia.	
Materiais e Revestimentos originais	(0-3)	3	Foram mantidos os originais.	
Total		9	Pouco alterado	
Íntegro (10-12)	Pouco Alterado (7-9)		Muito Alterado (4-6)	Descaracterizado (0-3)

Figura 233. Matriz do Estado de Preservação do Edifício Saluá. Fonte: autora, 2019.

O estado de conservação é bom, mas o imóvel necessita de manutenção nas fachadas, coberturas e esquadrias.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO				
Estrutura	(0-4)	4	Sem nenhum problema evidente.	
Paredes	(0-4)	3	Recuperação de rebocos danificados e pintura de toda fachada.	
Elementos arquitetônicos	(0-4)	3	É necessário a manutenção de algumas esquadrias da fachada e da cobertura.	
Instalações prediais	(0-4)	3	Há necessidade de fazer uma revisão nas instalações elétricas e hidráulicas.	
Total		13	Bom	
Bom (13-16)	Regular (9-12)		Ruim (5-8)	Em arruinamento (0-4)

Figura 234. Matriz do Estado de Conservação do Edifício Saluá. Fonte: autora, 2019.

d) Análise Comparativa das Edificações na linguagem *Art Déco*

As edificações na linguagem *Art Déco* da *Rota do Moderno* encontram-se, em sua maioria, na Avenida Magalhães de Almeida e foram construídas em terrenos remanescentes de sua abertura, em decorrência da execução do *Plano de Remodelação, Extensão, Embelezamento e Saneamento* da cidade de São Luís. Terrenos esses que foram adquiridos da Prefeitura Municipal de São Luís, por meio de concorrência pública.

Estas edificações foram construídas para fins de locação e apresentam uso misto, comércio e residência. A implantação remete aos padrões do período colonial, com edificações sobre a testada do lote, formando o modelo de rua corredor¹⁸⁸, mas diferenciam-se por apresentar soluções de volumetria diferenciadas, com a valorização dos acessos e das esquinas.

	EDIFÍCIO SALDANHA (1951)	EDIFÍCIO SÉRGIO (1953)	EDIFÍCIO SALUÁ (1959)
Localização	Avenida Magalhães de Almeida	Avenida Magalhães de Almeida	Avenida Magalhães de Almeida
Tipo de Vizinhança	Residencial/comercial	Residencial/ comercial	Residencial/ Comercial
Localização do Lote na Quadra	Meio de quadra	Esquina	Quadra inteira
Área do Lote (m²)	224,40 m²	305,96 m²	590 m²
Taxa de Ocupação	86%	95%	100%
Quantidade de Pavimentos	2	2	3
Quantidade de apartamentos por pavimentos	2	3	10
Quantidade de acessos ao apartamento	1 acesso social	1 acesso social	1 acesso (Apartº 01, 02, 05, 06, 07, 10) 2 acessos (Apartº 03, 04, 08, 09) : 1 social e 1 serviço.

Figura 235. Tabela comparativa entre as edificações na linguagem *Art Déco*. Fonte: autora, 2018.

As lojas ficam localizadas no piso térreo e o acesso dá-se pela fachada frontal. Com relação ao acesso às unidades habitacionais, o mesmo ocorre por uma escada localizada no centro espacial da edificação.

Do ponto de vista do programa habitacional, constata-se que alguns ambientes presentes nas edificações das linguagens anteriores desapareceram, como a sala de visitas, quarto de hóspedes, copa, o gabinete e a varanda social.

O ambiente da sala de estar foi suprimido, passando esta a funcionar juntamente com a de jantar, remetendo à ideia do *living room*, ideia que viria ganhar força na arquitetura modernista; esta situação ocorre no Edifício Saldanha.

No Edifício Sérgio, o setor de serviço ficou restrito à cozinha, não apresentando quarto ou banheiros de empregados, e lavanderia.

¹⁸⁸ Ruas onde as fachadas são contínuas, no alinhamento do lote, ou seja, não existem afastamentos laterais ou frontal.

O Edifício Saluá apresenta uma distribuição mais rígida dos setores, enquanto que no Sérgio e no Saldanha constatamos misturas de funções entre os setores, em decorrência do programa compacto das edificações.

Com relação à setorização observa-se que o setor privativo apresenta a maior área útil nos três casos de estudo, seguido pelo setor de serviço, no caso do edifício Saldanha e Saluá. O edifício Sérgio é o que apresenta a menor área do setor de serviço. No que tange a circulação, nos edifícios Saldanha e Sérgio, esta, ocorre por meio dos ambientes existentes, rementendo às primeiras casas coloniais, onde não existiam corredores distributivos e os ambientes eram bem permeáveis.

	ART DÉCO		
	EDIFÍCIO SALDANHA (1951)	EDIFÍCIO SÉRGIO (1953)	EDIFÍCIO SALUÁ (1959)
SETOR SOCIAL	25%	37,21%	18,90%
SETOR SERVIÇO	35,14%	10,13%	32,32%
SETOR PRIVATIVO	37,20%	49,44%	33,92%
CIRCULAÇÃO	2,66%	3,22%	14,86%

*Nesta linguagem foram tiradas a média aritméticas das porcentagens das áreas uteis dos apartamentos.

Figura 236. Tabela com a porcentagem das áreas úteis nas edificações em *Art Déco*. Fonte: autora 2019.

Todos as edificações apresentam-se bem acessíveis e permeáveis, por apresentarem um programa compacto.

No que se refere ao uso, percebe-se que os casos de estudo mudaram em parte o seu uso original, principalmente nas unidades residenciais que passaram a receber novas funções como clínicas odontológicas, laboratório de próteses, e escritório de contabilidade.

Como dito, estes imóveis ficam localizados na área de classificação estadual, e mesmo com essa proteção, essas construções sofreram descaracterizações, principalmente, para receberem novos usos que não o residencial. A volumetria apresenta-se pouco alterada em relação ao estado de preservação em decorrência da inserção de engenhos publicitários e caixas de ar condicionado que poluem a sua fachada. Internamente, ambientes foram divididos e outros fechados, bem como vão (portas e janelas) para que os imóveis se adaptassem aos novos usos, refletindo assim, em perdas de valores históricos e

arquitetônicos de uma linguagem que buscava mostrar uma nova maneira de morar, as habitações coletivas e de aluguel, na cidade de São Luís.

A perda desses valores está diretamente ligada ao desconhecimento e à desvalorização dessa linguagem por parte da população e pela falta de uma ação mais rígida do órgão responsável pela proteção desse conjunto arquitetônico.

4.2.4. Edificações na linguagem Arquitetura Modernista

As primeiras edificações modernistas em São Luís começaram a ser construídas no início da década de 1950, em construções institucionais e de lazer. Posteriormente, essa linguagem foi sendo utilizada nos projetos de residências unifamiliares e multifamiliares. Esses projetos foram desenvolvidos por empresas de outros estados, a exemplo da Caiçara do Estado do Ceará, ou por arquitetos, nascidos ou não Maranhão, formados em outros estados, que aqui vieram trabalhar ou firmar residência, e que foram os grandes disseminadores da arquitetura modernista no Brasil.

Existem poucos exemplares dessa linguagem em São Luís, e, os projetos residenciais da arquitetura modernista, geralmente, eram encomendados por famílias que detinham algum poder aquisitivo e que buscavam um novo modo de morar, o moderno. Essas construções, como visto no capítulo 01, seguiram duas linhas: a organicista e a racionalista, ou a do estilo internacional. A linha racionalista foi a mais utilizada nos projetos que apresentavam em sua composição: volumes simples e prismáticos, com o uso de platibanda que escondia o telhado, curvas e pilares circulares. O concreto armado foi utilizado em lajes de piso e cobertura, substituindo os forros madeirados. Estas são algumas das características, dos 33 exemplares, desta linguagem na *Rota do Moderno*.

As residências escolhidas para os casos de estudo ficam localizadas na Avenida Beira-Mar e na Avenida Getúlio Vargas.

a) Residência Nº 223 (Década de 1950)

A Residência Nº 223, de propriedade da Família Muniz de Abreu, fica localizada num terreno de formato trapezoidal, com área de aproximadamente 394 m², na esquina da Avenida Getúlio Vargas com a Rua Alto Duque de Caxias, ao lado da Praça Duque de Caxias, no Bairro do João Paulo, em frente ao Quartel do 24º Batalhão de Caçadores.



Figura 237. Vista exterior da Residência Nº 223. Fonte: autora, 2015.

No entorno imediato, foram construídas várias residências unifamiliares de classe média-alta na mesma linguagem, da arquitetura modernista. O projeto de arquitetura e a execução da obra foram da responsabilidade do arquiteto João Magalhães de Araújo, possivelmente na década de 1950, período em que o arquiteto esteve trabalhando em São Luís, o qual foi responsável, também, por vários projetos na cidade, a saber, entre outros: a Biblioteca Pública Benedito Leite (1951) e a matriz da Igreja de São Vicente de Pádua (1958).

O acesso ao lote se dá por pela Avenida Getúlio Vargas, por uma única entrada frontal, tanto para pedestres como veículos. O muro, em alvenaria de tijolo e revestido em pedra, faz a separação da área pública da privada.



Figura 238. Vistas externas – Residência Nº223 (2020). Fonte: autora, 2020 e Samuel Benison (foto aérea).

Este terreno apresenta duas edificações: a principal, implantada de forma assimétrica, e a de serviço, no fundo do lote, ocupando parte do afastamento posterior. Juntas essas construções somam uma área construída total no valor de 280,62 m² e apresentam uma taxa de ocupação de 49,95% da área do lote.

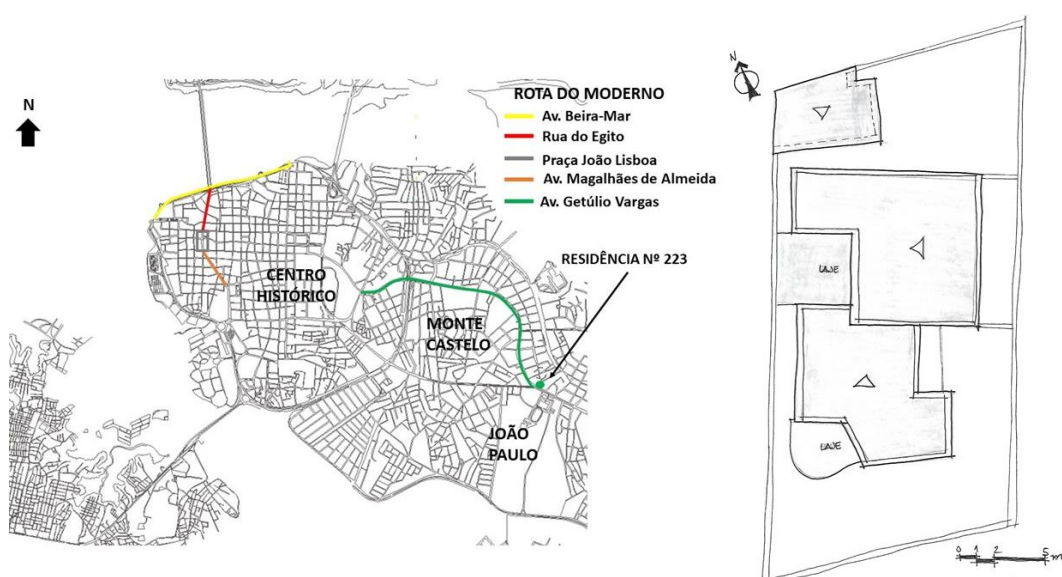


Figura 239. Localização e implantação da Residência Nº 223 (Década de 1950). Fonte: autora, 2019.

A implantação da Residência Nº 223 se deu de maneira assimétrica, em decorrência da mesma possuir afastamentos com tamanhos distintos. Essa solução resultou numa planta com o formato irregular, buscando aproveitar melhor os ventos provenientes do nordeste, ventos dominantes da cidade. Percebe-se que uma parte do afastamento lateral esquerdo e do afastamento posterior foram ocupados com a construção da escada, circulação e pela edificação de serviço.

O terreno apresenta um desnível considerável de quase 3 metros, da parte frontal (Avenida Getúlio Vargas) até aos fundos do terreno, o que permitiu ao projetista tirar partido deste, por meio da utilização dos *pilotis* (Figura 227). Os *pilotis* foram utilizados para elevar parte da residência do solo, buscando integrar o ambiente interno com o externo, com o jardim, além de dispor a garagem, escritório e varanda na entrada da residência, e setor social, copa/cozinha e dormitórios sobre os *pilotis*, rementendo aos projetos da Ville Savoye (1928-1929), na França, de Le Corbusier. Na Ville Savoye sob os *pilotis* foi localizada a garagem, o setor de serviços (quartos de empregados, motorista, lavanderia) e sobre essa área o que ele denominava de “pavimento de moradia”, o setor social, a cozinha e os quartos. Essa mesma disposição, também, foi encontrada na Residência de Carmen Portinho, de Affonso Reidy (1950-1952) em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, garagem e o setor de serviços encontrando-se no “nível de entrada do terreno, enquanto o bloco do setor social ergue-se sobre finos e altos *pilotis*, projetantando-se sobre a bela vista do mar e montanhas cariocas” (Cavalcanti, 2001: 42).

O acesso à residência ocorre por um portão localizado em frente à Avenida Getúlio Vargas. Este portão funciona como elemento de transição da área pública para a privada. Adentrando o terreno e passando por um caminho reto cimentado, que corta o jardim frontal, chega-se à varanda, que permitia o acesso à garagem, às escadas (social e de serviço) e ao escritório, que por vezes poderia funcionar como quarto de hóspedes. A localização deste ambiente, isolado do resto da casa, foi uma prática trazida das residências ecléticas e neocoloniais, visto que os aposentos que recebiam visitantes, para reuniões ou por temporada, não ficavam na mesma área dos moradores, de maneira a resguardar a família e a sua intimidade.



Figura 240. Pilotis da Residência Nº223. Fonte: autora, 2015.

A varanda, primeiro espaço de recepção da casa, na área dos *pilotis*, funcionava como uma sala de visitas, um lugar que induzia o morador ou o visitante a apreciar o jardim localizado na parte frontal e lateral do terreno, além do espelho d'água próximo à escada social. Parte deste espaço funcionava como garagem e servia de elemento de ligação para o escritório e para as escadas que davam para o pavimento superior.

Essas escadas permitem o acesso à edificação, podendo ele ser: o social ou o de serviço. O acesso social se dá por uma escada em “U”, em concreto armado, com viga central, com dois patamares que chegam à varanda, que funciona como ante-sala do *living room*. Já, o acesso de serviço ocorre por meio de uma escada reta (linear), chegando no quintal. A presença de uma entrada exclusiva para empregados remete aos costumes da sociedade escravocrata ludovicense, que ainda permanece, mesmo que disfarçadamente, na sociedade deste período, onde os pobres não poderiam fazer uso dos mesmos espaços dos ricos.

Da varanda do pavimento superior, único ambiente com planta curva, tem-se acesso ao *living room*, onde ficavam as salas de estar e jantar integradas. Deste ambiente pode-se chegar a três espaços da casa: uma pequena varanda, à direita, que permite a visibilidade para o jardim da casa, mas, também, para a Praça Duque de Caxias; à esquerda, chega-se à copa; deste ambiente chega-se à circulação de serviço e à cozinha; seguindo em frente pelo *living room* chega-se ao corredor linear, que dá acesso aos dormitórios, ao banheiro privativo, que funciona como banheiro social, e à sala de costuras, costume feminino da época, num tempo em que muitas mulheres não trabalhavam fora. A edificação dispõe de três dormitórios, dois à direita e a suíte, dormitório principal, no final do corredor.

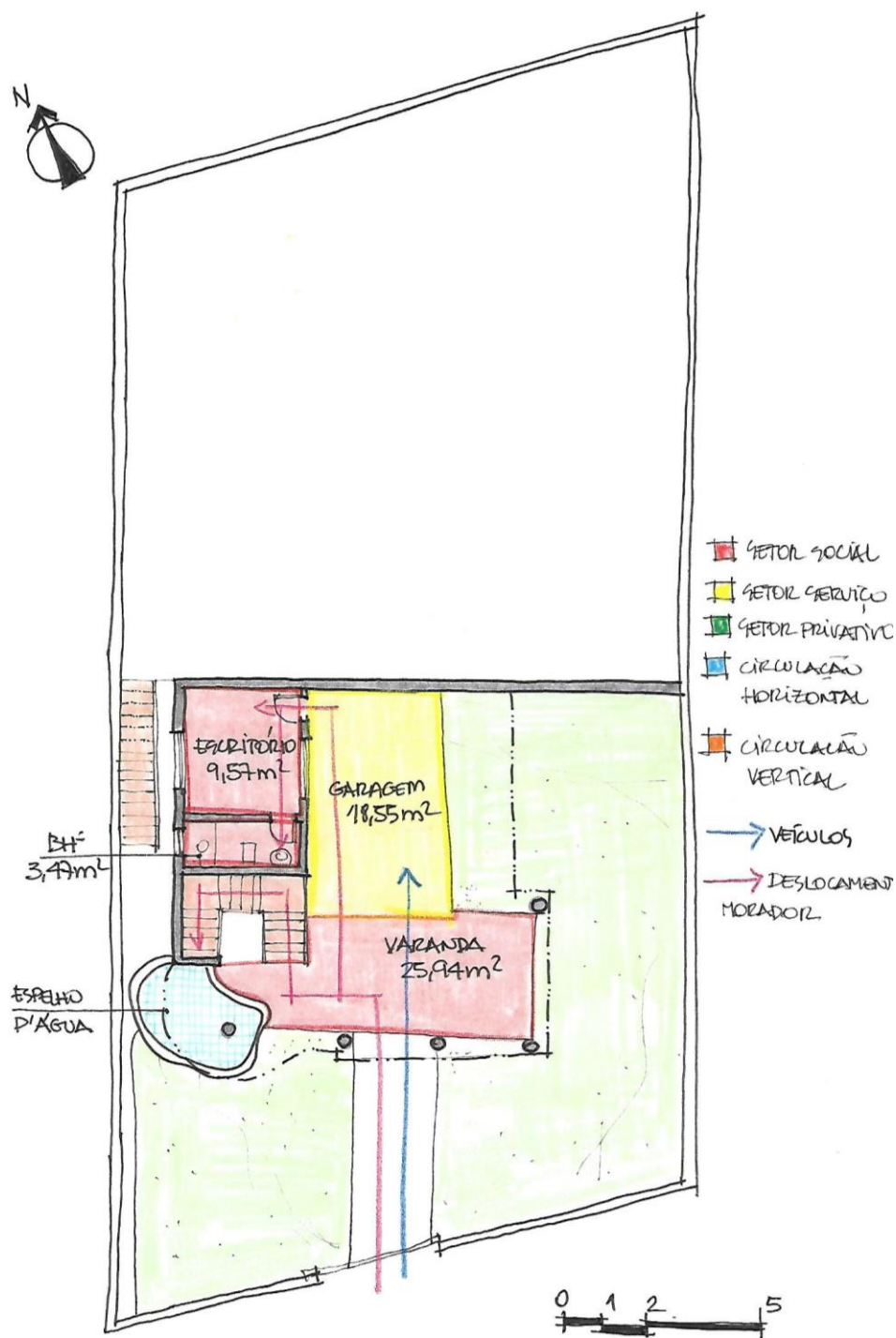


Figura 241. Planta do pavimento térreo da Residência Nº 223 (Década de 1950). Fonte: autora, 2018, sob levantamento da arquiteta Giovanna Duailibe.

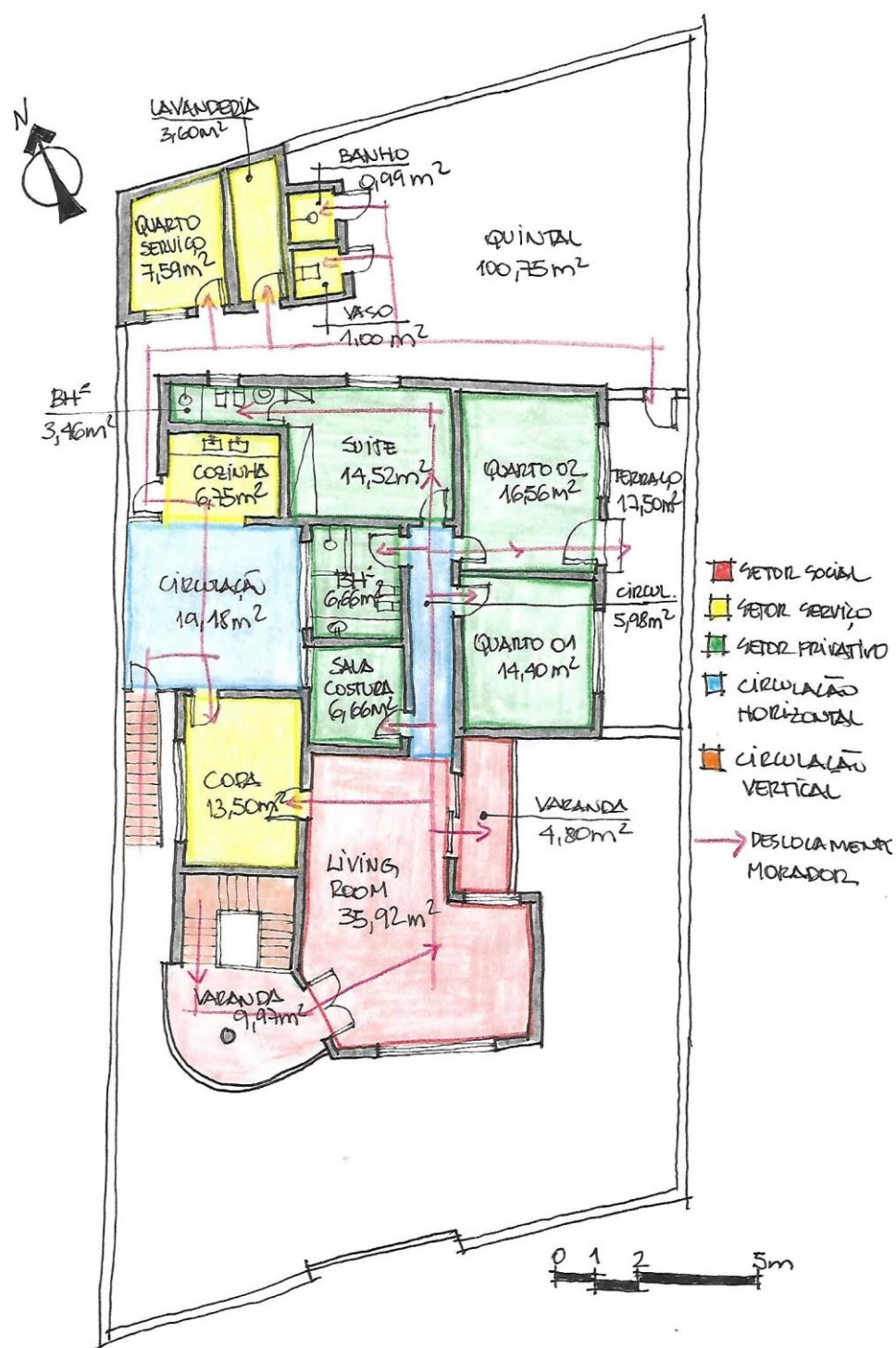


Figura 242. Planta do pavimento superior da Residência Nº 223 (Década de 1950). Fonte: autora, 2018, sobre levantamento da arquiteta Giovanna Duailibe.

Ainda neste mesmo pavimento, pela escada de serviço, chega-se à circulação de serviço, que permitia o acesso à copa e à cozinha. A cozinha permitia o acesso ao quintal e a uma edícula, no fundo do terreno, onde encontravam-se o dormitório dos empregados, a lavanderia e banheiros de serviço.

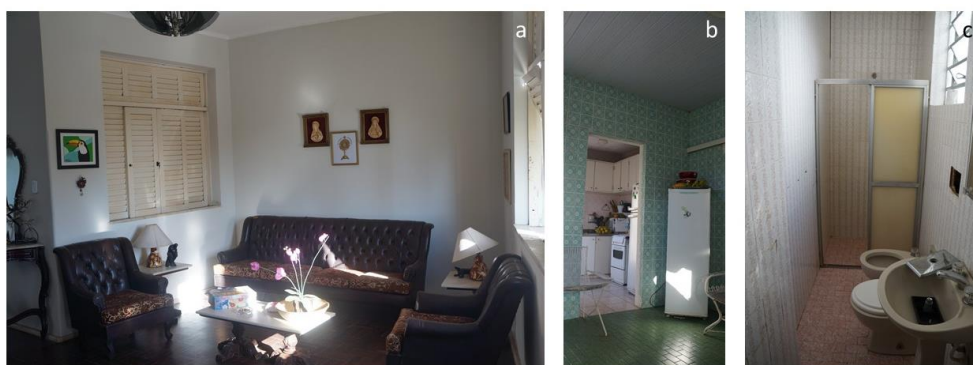


Figura 243. Vistas internas da Residência Nº223: *living room* (a); circulação de serviço e cozinha; e, banheiro suíte (c). Fonte: autora, 2015.

Quanto ao zoneamento, a Residência Nº 223 apresenta o modelo tripartido, que representava o modo de morar moderno, acompanhando a tendência internacional da arquitetura modernista de residências unifamiliares da época, que separavam os ambientes em três zonas – social, de serviços e privativa. Nesta residência, o setor social se encontra dividido entre o piso térreo e o piso superior, ocupando 41,34% da área útil da construção; o setor privativo, que fica resguardado na parte posterior da edificação, abrangendo uma área de 28,70%, e o setor de serviço com 18,34%.

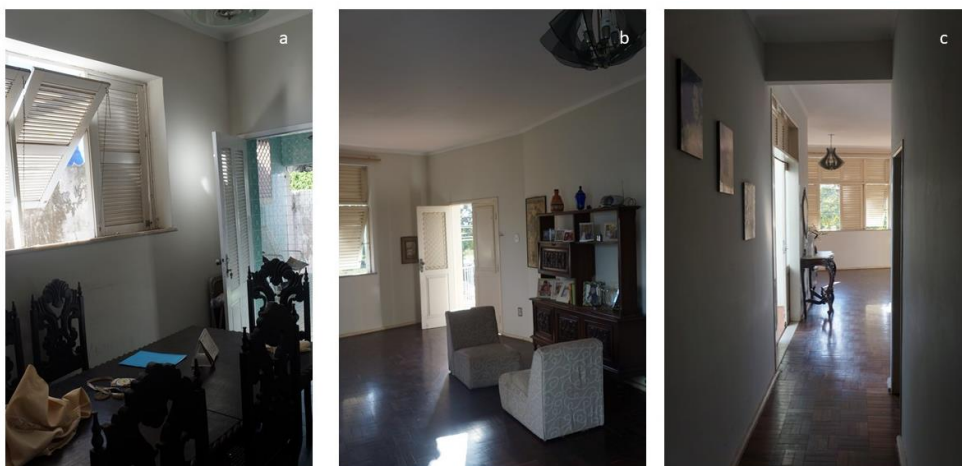


Figura 244. Vistas interna da Residência Nº 223: copa (a), *living room* (b) e corredor (c). Fonte: autora, 2015.

A respeito das relações topológicas, percebe-se um grande controle social no imóvel, pois o visitante só acessa o pavimento superior, área onde fica o *living room*, se o morador permitir. Mas, chegando a esse ambiente verifica-se uma boa permeabilidade para os demais setores e ambientes da casa.

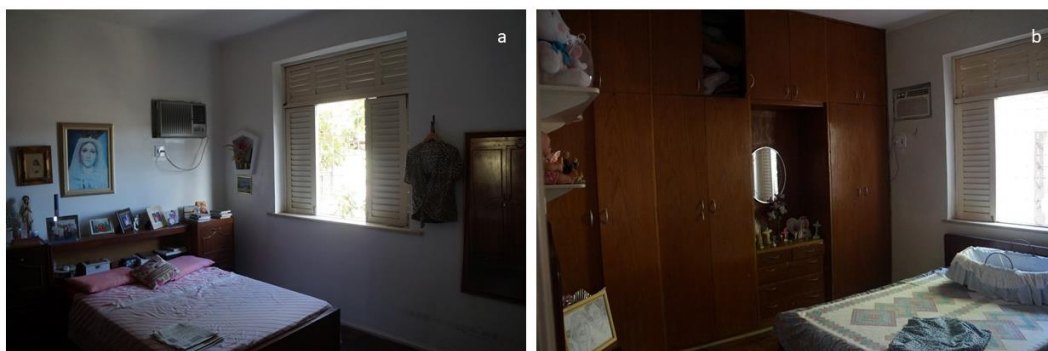


Figura 245. Vista do quarto 02 (a) e Suíte (b). Fonte: autora, 2015.

No que concerne à volumetria, a edificação é influenciada pelo cubismo de Le Corbusier, caracterizando-se, geralmente, por volumes simples prismáticos ou pela sobreposição deles, podendo ser ortogonais ou trapezoidais. A residência Nº223 é composta, por três volumes: os dois mais baixos, na lateral esquerda da edificação, que configuram a varanda do pavimento superior e a circulação de serviço; e, o volume, mais alto, disposto no sentido longitudinal do terreno, englobando os *pilotis*, o setor social e o setor privativo.

O primeiro volume é marcado por apresentar uma composição irregular, formada por uma laje em concreto armado em curva, da pala de proteção da cobertura. No centro deste volume encontra-se um pilar de seção circular. O segundo volume é um prisma retangular, equivalendo à circulação de serviço.



Figura 246. Vista dos Pilotis, varanda e da laje curva. Fonte: autora, 2015.

O terceiro volume é caracterizado pela sobreposição de um prisma retangular recortado, onde ficam localizado os *pilotis*, com os pilares de seção circular, sobre um prisma trapezoidal recortado. O caráter trapezoidal se deu pelo fato do desenho da platibanda ser inclinado.

Todos os ambientes da casa possuem iluminação e ventilação natural. A orientação dos dormitórios e parte do *living room* (sala de jantar) ficam dispostos para o nascente. Já, a copa/cozinha, a varanda (pavimento superior) são orientados para o poente.

A iluminação e a ventilação natural se dá pelas janelas, em madeira com veneziana, podendo ser do tipo de correr (dormitórios), de abrir (sala de costuras e quarto de hóspedes) ou tipo basculante (*living room*). Já, as janelas dos banheiros são basculantes em ferro e vidro. Com relação às portas, existem dois modelos: as de madeira com almofadas, separando um ambiente do outro, internamente, e as voltadas para parte externa da residência – as do tipo de abrir em madeira com veneziana (separação *living room* e varanda) e a do tipo de correr, em madeira com almofada e vidro translúcido. Todas as esquadrias em madeira possuem bandeiras em veneziana. O uso das venezianas em madeira remete aos elementos da arquitetura tradicional, como uma adaptação ao clima local, quente e úmido de São Luís.

Essa residência apresenta a conjugação de materiais novos, como o uso de concreto armado nos *pilotis*, nas vigas e lajes, uma delas curva, dando uma plasticidade e leveza à construção, com materiais ditos tradicionais, como a madeira no piso interno e o uso da pedra no revestimento das paredes e pilares no pavimento do piso inferior. A pedra confere um caráter rústico à edificação.

Com relação aos materiais, a estrutura é em concreto e as paredes são em alvenaria. O piso da varanda e garagem do pavimento térreo é em cimento queimado. O piso em madeira, do tipo *parquet*, foi encontrado em todo o pavimento superior com exceção das áreas molhadas: varanda, cozinha, circulação de serviço e banheiros, onde foram utilizados azulejos nas paredes e cerâmica retangular no piso. Estes ambientes têm suas paredes revestidas com azulejos decorados. Na varanda, do pavimento superior, o piso é em mosaico hexagonal na cor vermelha. A escada social apresenta o piso em granilite vermelho¹⁸⁹.

¹⁸⁹ O granilite é um material à base de cimento, combinado com a areia e com pedaços de grânulos minerais (quartzo, mármore, granito, calcário, misturados ou não). Foi utilizado no Brasil nas décadas de 1940 e 1950, e hoje é uma das tendências da arquitetura e do design de interiores (<https://followthecolours.com.br/follow-decora/granilite/>).

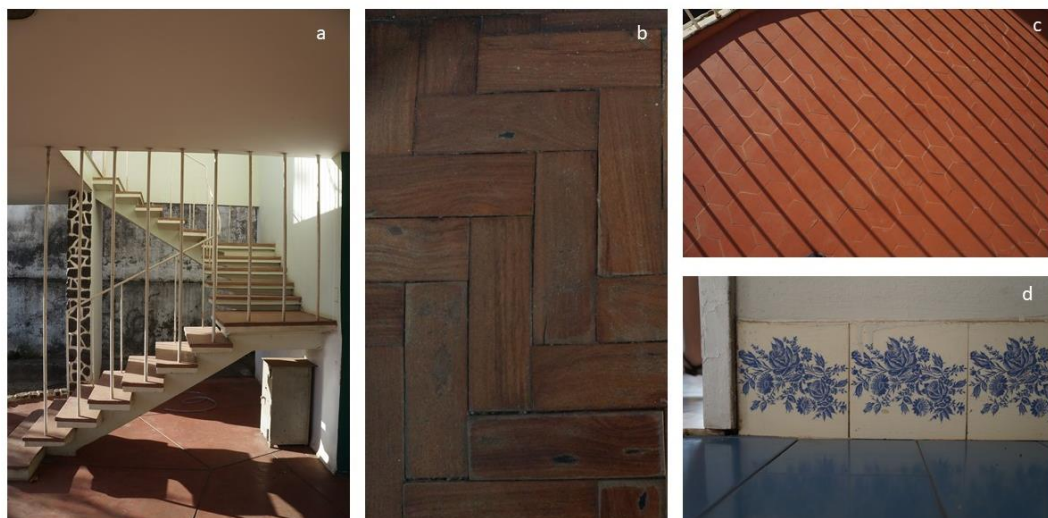


Figura 247. Vista da escada com piso em granilite (a), piso em parquet de madeira (b), piso da varanda em mosaico hexagonal e piso da cozinha em azulejo(d). Fonte: autora, 2015.

Há poucas alterações na estrutura física dessa edificação: vedação da porta que dava acesso ao terraço, pelo quarto 02; colocação de cobertura de fibrocimento sobre a laje da circulação de serviço; e instalação de uma porta e uma rampa na parte externa da casa no muro lateral que dá acesso à Praça Duque de Caxias, para permitir a locomoção do morador, que faz uso de cadeira de rodas. O estado de preservação desta residência é íntegro, pelo fato deste imóvel ter funcionado como residência até ao ano de 2017, e de ter sido de propriedade da mesma família desde a época de sua construção.

ESTADO DE PRESERVAÇÃO			
Volumetria	(0-3)	3	Preservou a volumetria original. Houve um acréscimo de uma cobertura na laje da circulação de serviço.
Configuração Espacial	(0-3)	2	Vedação da porta (Quarto 02) que dava acesso ao terraço.
Presença de Esquadrias originais	(0-3)	3	Foram mantidas as originais.
Materiais e Revestimentos originais	(0-3)	3	Permanecem os originais.
Total		11	Íntegro
Íntegro (10-12)	Pouco Alterado (7-9)	Muito Alterado (4-6)	Descaracterizado (0-3)

Figura 248. Matriz do Estado de Preservação da Residência Nº 223. Fonte: autora 2019.

O estado de conservação é regular, verificou-se que existem algumas janelas que precisam ser trocadas e paredes necessitando de pinturas e retirada de pontos de infiltração. Os pisos em “parquet” de madeira (setor social), cerâmica hexagonal vermelha (varandas), e o de cimento queimado, o piso granilite e que dá acesso à varanda, necessitam de manutenção.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
Estrutura	(0-4)	4	Sem nenhum problema evidente.
Paredes	(0-4)	2	Recuperação de rebocos danificados e pintura de toda fachada.
Elementos arquitetônicos	(0-4)	3	Algumas janelas devem ser restauradas e os revestimentos e pisos precisam de limpeza.
Instalações prediais	(0-4)	3	Há necessidade de fazer uma revisão nas instalações elétricas e hidráulicas.
Total		12	Regular
Bom (13-16)	Regular (9-12)	Ruim (5-8)	Em arruinamento (0-4)

Figura 249. Matriz do Estado de Conservação da Residência Nº 223. Fonte: autora 2019.

Acrescenta-se que nenhum órgão preservacionista classificou essa edificação, podendo a mesma, a qualquer momento, ser passível, de intervenções descaracterizantes, caso a proprietária, uma senhora de idade, venha a vender, pois ela mora sozinha.

b) Residência Nº 1.831 (Década de 1960)

A Residência Nº 1.831 fica localizada num terreno urbano retangular, de meio de quadra, com área de 630 m², na Avenida Getúlio Vargas, principal eixo de expansão da cidade no sentido Oeste-Leste na década de 1940, dentro da área considerada pela Prefeitura Municipal de São Luís, como Centro Histórico, de acordo com a Lei Nº 3.253/1992, que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano do município de São Luís.

O imóvel pertence à família do industrial, pecuarista¹⁹⁰ e político Vitor Dias Trovão (1921-2011). O terreno para a construção da residência foi adquirido de Antônio Carolino Alves de Castro, em 1956, que segundo a Cadeia Sucessória do Imóvel, apresentava “um prédio de dois pavimentos, no estilo moderno”, que nos fez pensar que a edificação existente no local foi demolida para se construir outra no local da antiga atendendo os anseios do novo proprietário.

¹⁹⁰Quem se dedica a pecuária; que ou quem faz criação de gado, pecuário (Michaelis 2000, 2v, 2000).



Figura 250. Vista externa da Residência Nº 1.831 (2007). Fonte: Lopes, 2008: 269.

A Residência Nº 1.831 foi projetada pelo arquiteto Cleon Furtado (1929-) na década de 1960¹⁹¹, e a execução deste projeto ficou a cargo do Engenheiro Júlio Rebello dos Santos, então sócio do arquiteto.

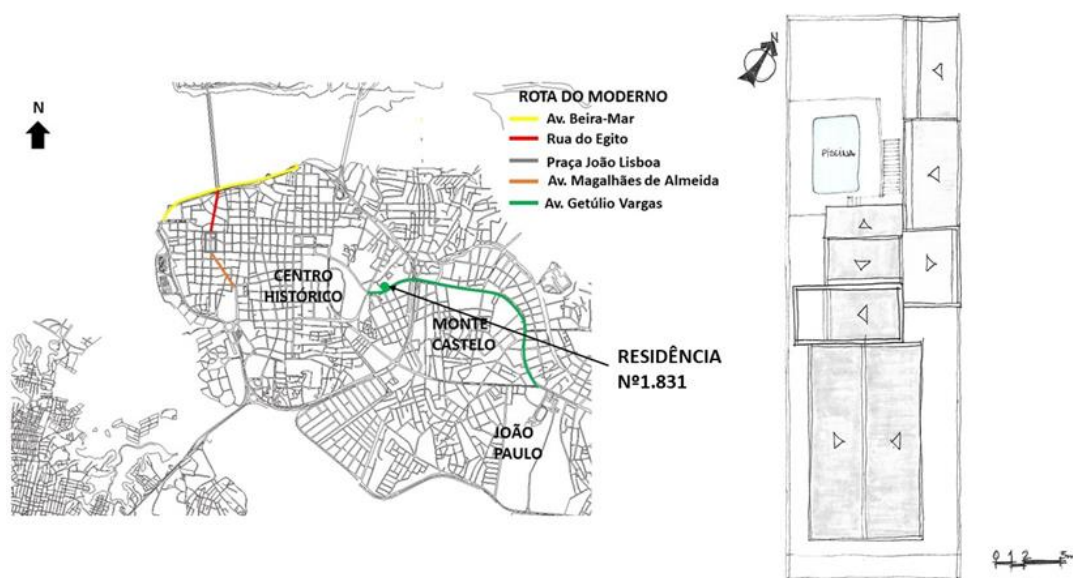


Figura 251. Localização e implantação da Residência Nº1.831. Fonte: autora, 2019.

¹⁹¹ Este imóvel foi registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis em 1977, matrícula Nº 4.423, livro 2-S, folha 48. Este documento já descrevia todos os compartimentos e materiais construtivos utilizados na edificação.

A edificação apresenta uma área construída de 742,10 m² e possui uma taxa de ocupação de 69,75% da área do terreno. Foi implantada de forma assimétrica dentro do lote, mas com a testada paralela à Avenida Getúlio Vargas, apresentando quatro afastamentos: o frontal, com um pequeno jardim; e, os laterais direito, esquerdo e o de fundos. Mas, em alguns trechos destes, parte dos afastamentos foram suprimidos (ou diminuídos) para receberem parcelas da construção como foi o caso: suíte dos hóspedes, a garagem, quarto do motorista e o setor de serviço (pavimento inferior).

O acesso à edificação se dá por meio de dois portões, um para pedestres e outro para veículos, localizados num muro de alvenaria com grades de ferro. Separando a área externa da interna existe um pequeno jardim, com um caminho cimentado, que leva o visitante à varanda, primeiro ambiente social da residência. Desta varanda, por uma porta de vidro, chega-se à sala de estar, ambiente integrado à sala de jantar, formando o *living room*.

A sala de jantar funciona como elemento de ligação para os outros ambientes da residência e para área externa. Do lado esquerdo da sala de jantar, tem-se acesso à escada que leva ao pavimento superior e à sala de espera, um ambiente que funciona como as antigas salas de visitas. Neste ambiente existe um depósito, e uma porta liga para a parte externa da casa.

Seguindo em frente pela sala de jantar tem-se um hall, que distribui o fluxo, para o lavabo à direita, para suíte dos hóspedes, à esquerda e para copa, à frente. Do lado esquerdo da copa tem-se a cozinha e do seu lado direito há uma porta que dá acesso a área de serviço; seguindo em frente, por uma porta de vidro chega-se à sala de lazer, que funciona como uma pequena varanda para a área da piscina. A partir desse espaço chega-se à piscina e a outra escada, que leva para o setor de apoio à piscina (cozinha de apoio, banheiros, depósito e sala de máquinas) e ao quintal.

Do lado direito da sala de jantar encontra-se a garagem. Por esse espaço tem-se acesso ao quarto do motorista, à copa, por uma porta de vidro e a uma escada que dá acesso ao escritório, que possui uma sala de recepção e banheiro.

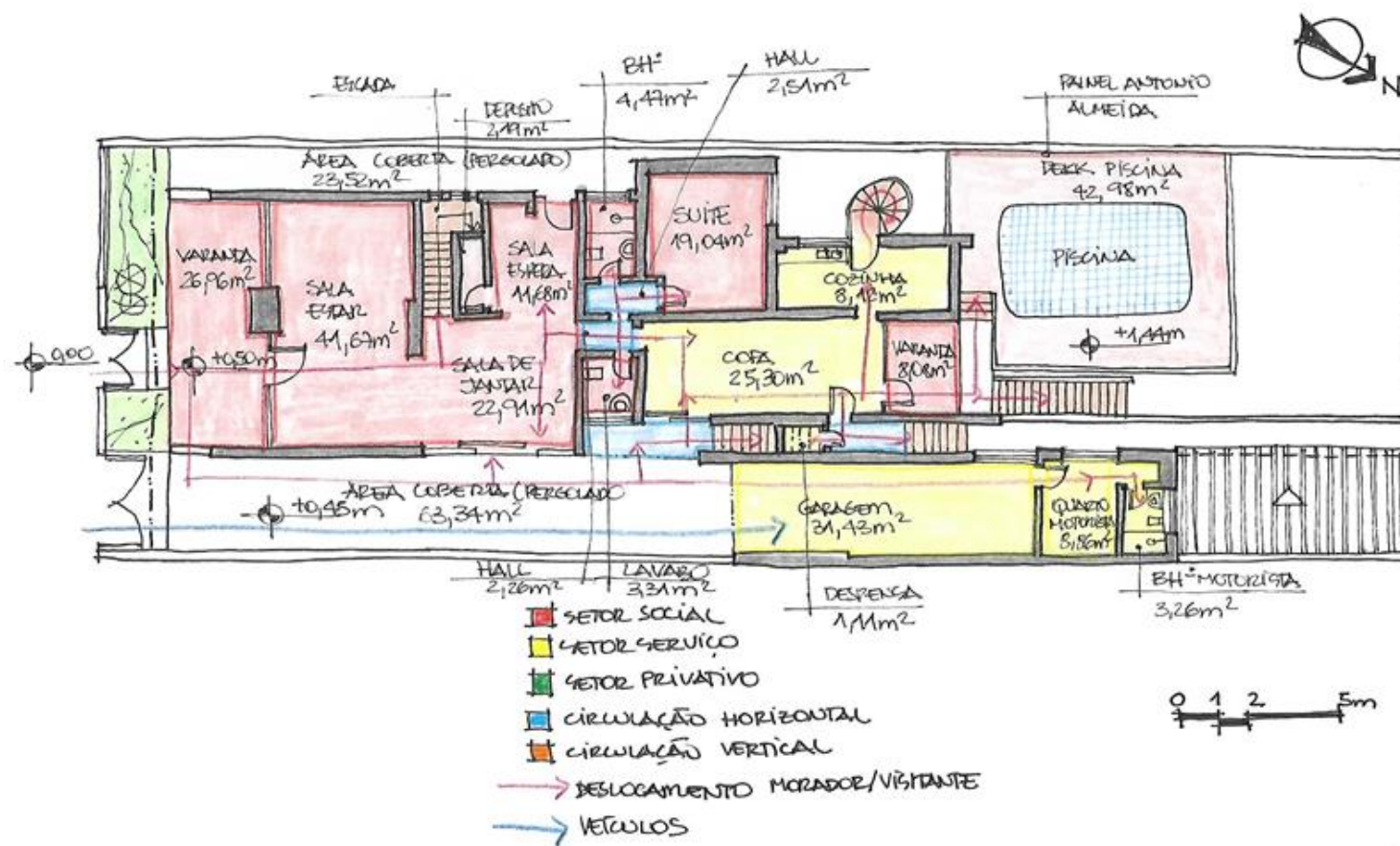


Figura 252. Planta baixa do pavimento térreo da Residência Nº 1.831 (Década de 1960). Fonte: autora, 2019.

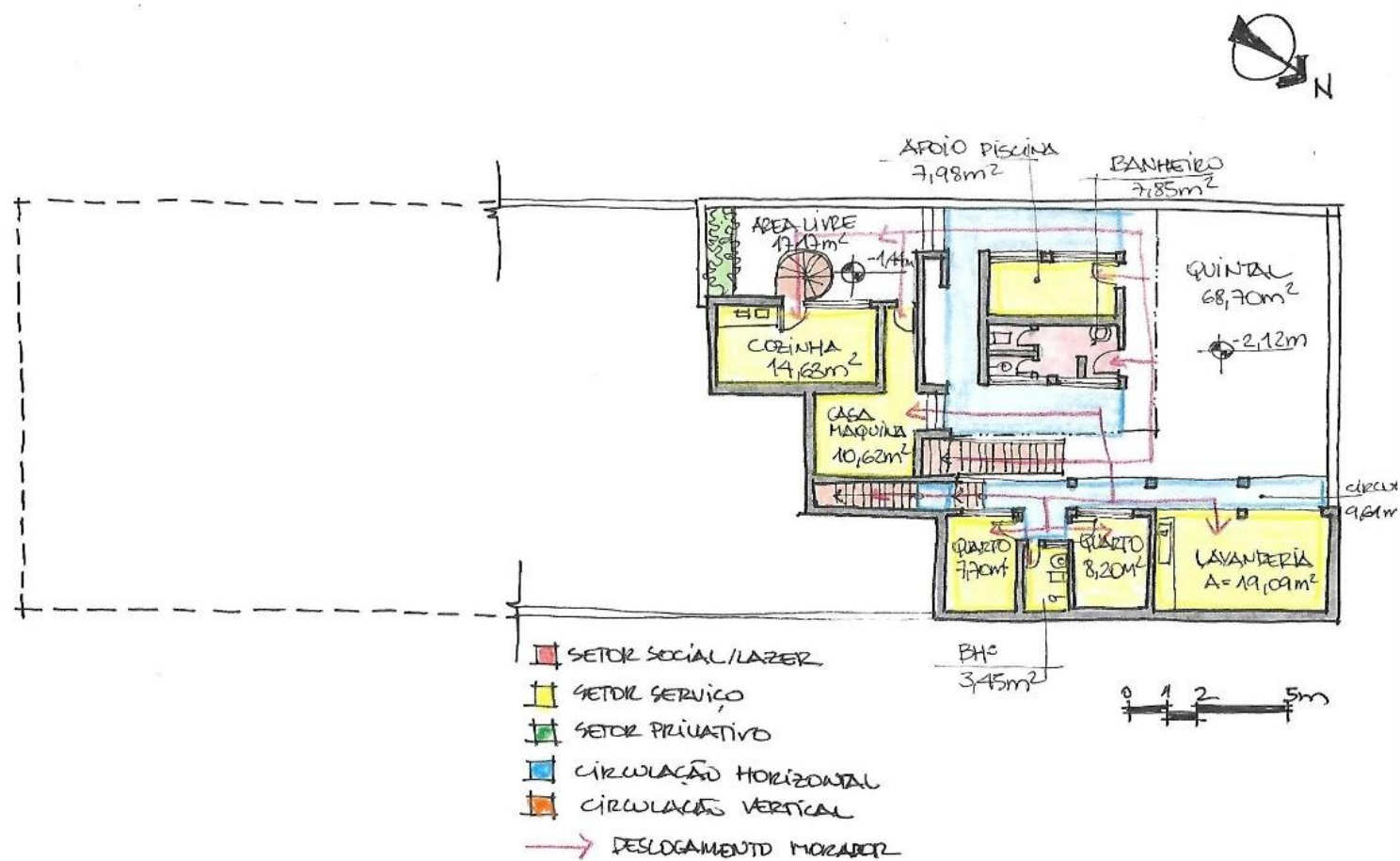


Figura 253. Planta baixa do pavimento inferior da Residência Nº 1.831 (Década de 1960). Fonte: autora, 2019.

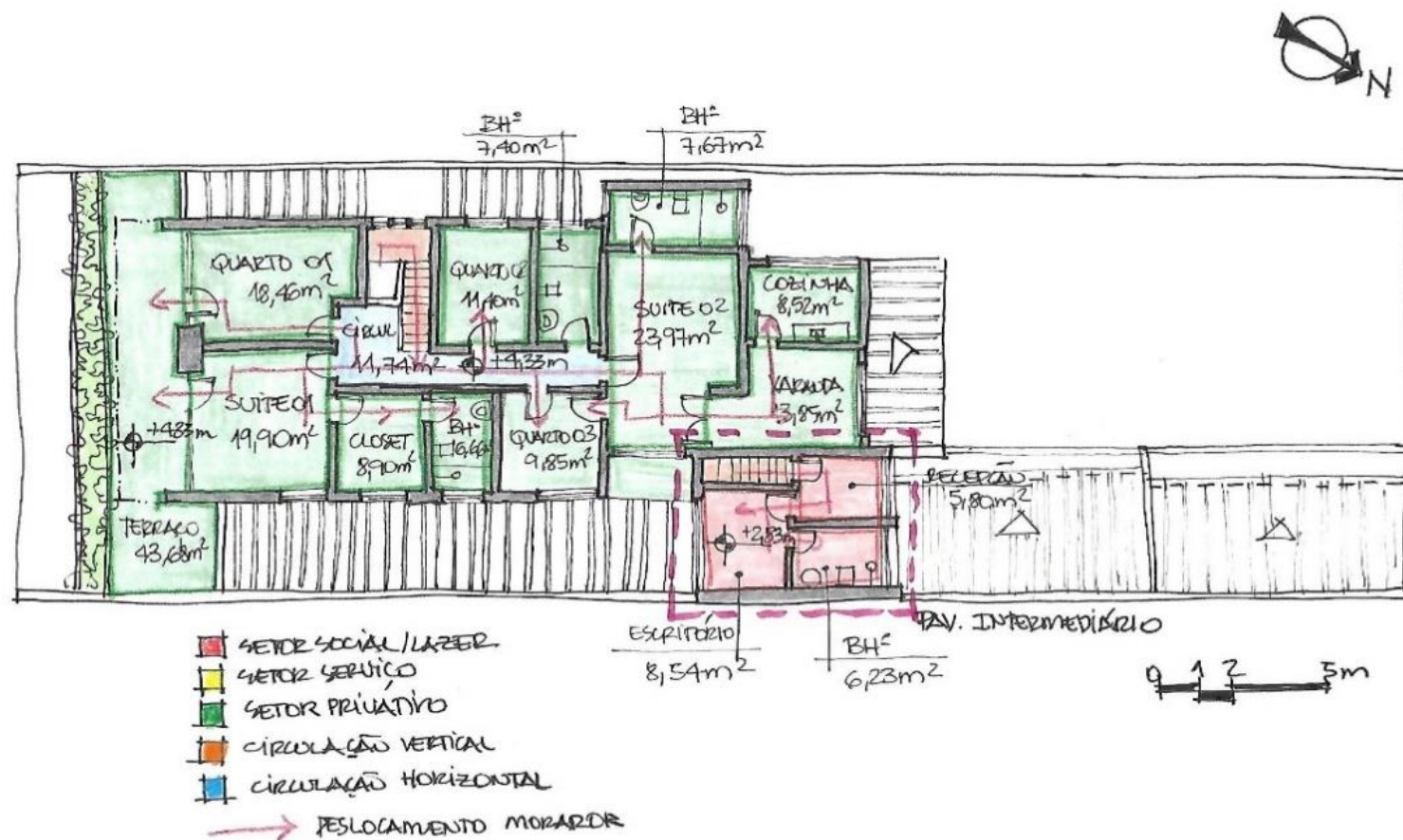


Figura 254. Planta baixa do pavimento superior e intermediário da Residência Nº 1.831 (Década de 1960). Fonte: autora, 2019.

Do lado esquerdo da sala de jantar, existe uma escada que dá acesso ao pavimento superior, chegando à área dos dormitórios. Um corredor linear faz a ligação entre os quartos dormitórios, sendo dois deles suítes. Os dormitórios voltados para fachada frontal têm acesso a um terraço, onde existe uma grande jardineira, que segundo o arquiteto, em entrevista a Lima e Furtado (2018), foi inspirada nos pequenos jarros com flores existentes em algumas fachadas do centro de Lisboa. Nos seus projetos, o arquiteto fez uso de jardineiras de concreto com grandes dimensões, principalmente nas fachadas.

Com relação aos acessos à edificação, existem cinco, três entradas sociais, para visitantes, uma privativa aos moradores e uma de serviço. Os acessos sociais se dão pela fachada frontal, pela entrada principal, pela varanda, e os outros pelas laterais, pelos corredores externos, que são protegidos por pergolados. Pela lateral esquerda do imóvel, chega-se à sala de espera e pela lateral direita chega-se ao escritório, por uma escada reta que liga o piso térreo ao pavimento intermediário, e à copa. A entrada privativa para edificação é através da garagem, que leva à sala de jantar. Ressalta-se que a copa funciona, ao mesmo tempo como acesso social, para as pessoas que se encaminhariam para a área de lazer e de serviço, porque liga a cozinha a uma escada que conecta as demais áreas do setor de serviço (lavanderia e dormitórios dos empregados).



Figura 255. Vistas interiores da Residência Nº 1.831: sala de estar (a); acesso para sala de jantar (b); e, escada (c). Fonte: autora, 2019.

Com relação à topografia, o terreno apresenta um grande desnível no sentido longitudinal do lote, com aproximadamente 2,12 metros em relação à Avenida Getúlio Vargas, permitindo que o arquiteto estruturasse a casa a partir de seis níveis, distribuídos em diferentes pavimentos. No primeiro nível, que equivale ao térreo, e no pavimento

intermediário (quinto nível) ficam localizados o setor social e parte do setor de serviço. Um pouco mais abaixo, no segundo nível, fica a área da piscina. A piscina foi projetada numa laje em concreto, com um balanço de aproximadamente 1,50 metros, apoiada em nove pilares e apresenta um guarda-corpo em ferro, com desenhos de círculos com diferentes tamanhos. Na parede de alvenaria da área de lazer existe um painel artístico em alto relevo, que retrata cenas do cotidiano de uma família, de autoria do artista plástico Antônio Almeida. Em seus projetos, Cleon Furtado, quando necessitava, buscava unir a artes com a arquitetura e convidava artistas plásticos para execução das obras de artes em seus projetos, indicando o local da intervenção. Essa prática de unir artes com arquitetura foi uma tendência utilizada na arquitetura modernista a saber, por exemplo: o painel intitulado “Guerra e Paz” (1952-1956) de Cândido Portinari, no Edifício Sede da Organização das Nações Unidas (Nova Iorque, 1947) de autoria de Oscar Niemeyer e Le Corbusier; e as esculturas “a Moça Inclinada” e “Mãe maternidade” de Celso Antônio, no Ministério da Educação e Saúde (MES) projeto de Lúcio Costa e equipe¹⁹².



Figura 256. Vistas externas da Residência Nº 1.831: área de lazer, onde existiu a piscina (a); gradil que margeava a área da piscina (b); e, painel do artista Antônio Almeida (c, d). Fonte: autora, 2019.

No terceiro nível da Residência Nº 1.831 ficam localizadas outras áreas do setor de serviço: a casa de máquinas e a cozinha de apoio para a piscina; no quarto nível, que equivale ao pavimento inferior, encontramos a área de apoio à piscina e os demais ambientes do setor

¹⁹² Essas obras foram citadas no item 1.4.4 do Capítulo 1.

de serviço; No pavimento superior, equivalente ao sexto nível, encontramos o setor privativo e os dormitórios dos hóspedes e familiares mais próximos. Observou-se que a residência encontrava-se dividida em setor social e de lazer (28,39%), serviço (29,36%) e privativo (30,21%¹⁹³), e essa preocupação com a setorização dos ambientes foi prática comum entre as famílias afortunadas da época, observada pela separação de pavimentos dos ambientes noturnos e diurnos. Outro ponto observado, foi a segregação entre as áreas sociais e as de serviço. Esta última ficava no fundo do lote e no pavimento inferior.



Figura 257. Vistas externas da Residência Nº 1.831: setor de apoio da área de lazer (a); e, cozinha de apoio (b).
Fonte: autora, 2019.

Constata-se que o proprietário valorizava o convívio social e o lazer, pelo fato de receber muitas visitas, em decorrência do cargo que exercia como político e empresário. Por isso, o arquiteto propôs um escritório com acesso distinto ao da residência, e dois ambientes voltados para os hóspedes, uma suíte no pavimento térreo e um apartamento completo no pavimento superior, com banheiro, uma pequena sala de estar, cozinha e varanda. Este apartamento era reservado a familiares ou amigos mais próximos do proprietário.

Com relação à circulação, observa-se a existência das verticais e horizontais, que somam 12% da área útil da edificação. As circulações verticais, as escadas, apresentam diferentes configurações: em “U” (ligando a o pavimento térreo ao superior), à esquerda da sala de jantar, reta (conectando as áreas de serviço do pavimento térreo ao inferior; ou pavimento térreo ao quintal e pavimento térreo ao escritório), e uma escada helicoidal, que fazia

¹⁹³ Porcentagem relacionada ao somatório da área útil da edificação.

comunicação entre as duas cozinhas, a do piso térreo e a do pavimento do terceiro nível, que funcionava como apoio para a área da piscina.

A circulação horizontal da residência se dava pelos ambientes, principalmente no pavimento térreo, mas foram encontrados, também, *halls* e corredores, que em conjunto com os ambientes, permitem uma boa fluidez e continuidade no percurso. Os *halls*, em tamanho reduzido, sugerem como elemento de distribuição e separação de ambientes. Existem corredores internos e externos. Os internos encontram-se no pavimento superior e distribuem o fluxo para os dormitórios e o banheiro; no pavimento inferior têm a função de comunicar o setor de serviço (quartos e lavanderia) à escada de acesso à copa, no pavimento térreo, e, também, ligar esse setor ao quintal. Os corredores externos são cobertos por pérgulas, à direita e à esquerda da edificação, ou protegidos por uma laje, no caso dos encontrados próximos à área de apoio a piscina.



Figura 258. Vista internas da Residência Nº1.831: circulação de acesso ao quarto 01 e à suíte 01 (a); circulação linear do pavimento superior (b); circulação de acesso do pavimento inferior ao térreo (c); circulação de acesso à casa de máquina e escada de acesso à varanda, junto à copa, e à área da piscina. Fonte: autora, 2019.

A residência apresenta elementos característicos da arquitetura modernista como: janelas e portas em vidro, que permitem a integração da área interna com a externa, pergolado em concreto, fachada inclinada, o uso de concreto aparente (na jardineira) e o jogo de volumes marcam a configuração desta edificação.

O jogo de volumes é resultante da união de quadrados e retângulos de uma planta alongada e assimétrica, gerando um conjunto de prismas ortogonais de diferentes tamanhos e proporções. Verificou-se a existência de oito volumes prismáticos na edificação. O primeiro e maior prisma trapezoidal, por apresentar empenas, distribui-se no sentido longitudinal do terreno e engloba a sala de jantar, sala de estar, sala de espera, o lavabo e o banheiro do

quarto de hóspedes; no térreo e no pavimento superior ele abrange parte do setor privativo. O segundo volume é o alto do conjunto, um prisma retangular ortogonal que, engloba o quarto de hóspedes e parte da copa, no térreo, e no superior o quarto e banheiro do apartamento para visitantes. No terceiro volume, também um prisma retangular ortogonal, encontra-se parte das cozinhas (térreo, pavimento superior e a do terceiro nível) da copa e do terraço do apartamento de hóspedes.



Figura 259. Vistas externas das fachadas da Residência Nº 1.831: lateral direita (a); posterior (b); e, fachada frontal (c). Fonte: autora, 2020.

Os demais volumes existentes na edificação, também, são prismas retangulares ortogonais, diferenciando-se em altura e proporção. No quarto volume fica a sala de lazer. No quinto volume fica parte da garagem e o escritório. O sexto volume engloba o restante da garagem, o quarto do motorista e o dormitórios dos empregados; o sétimo abrange a lavandeira. No último volume, o oitavo, ficam acomodados a área de lazer e o seu setor de apoio.

Com relação à iluminação e à ventilação, o arquiteto buscou implantar os ambientes da melhor forma para que pudessem aproveitar os aspectos climáticos locais. Por se encontrar num terreno exíguo para atender ao programa de necessidades, de certa forma extenso, alguns ambientes voltados para longa duração foram voltados para o poente, período de maior incidência dos raios solares na edificação. Foram eles: sala de espera, quarto de hóspedes (térreo), quarto 01 e quarto 02 no pavimento superior. Os demais ambientes de longa permanência foram colocados para a face leste. Para minimizar a carga térmica nas fachadas, principalmente na parte frontal da edificação no pavimento térreo, onde existiam grandes superfícies envidraçadas, o arquiteto propôs na parte frontal da casa o uso de pergolados.

Observou-se que todos os ambientes apresentavam vão para iluminação e ventilação, com exceção do quarto 01 (pavimento superior), cuja ventilação era realizada por meio da porta que dava para o terraço. O arquiteto tentou ao máximo colocar as janelas voltadas para os ventos predominantes da região.

No que diz respeito aos materiais, a edificação, segundo o Registro de imóveis, foi construída com

(...) pavimentação de concreto ciclópico, cintas e sapatas em concreto, estrutura em concreto armado, e alvenaria de tijolos, fechamento de tijolos, elementos vazados, lâminas de vidro tipo polaroid, com pisos de madeira (áreas sociais e circulação horizontal), mármore (escadas), cerâmica (áreas molhadas – banheiros e cozinha) e carpete (dormitórios), paredes com pintura a base de tinta látex e do tipo kenitex, revestidas com azulejos brancos; esquadrias de alumínio, madeira e ferro; corrimão em metal e ferro; telhado de travamento em madeira, com cobertura em telha de fibrocimento.

Dos materiais citados acima poucos permaneceram, com exceção dos pisos das escadas (marmóre) e dos revestimentos do setor de serviço (dormitórios e banheiros dos empregados, lavanderia, cozinha de apoio, sala de máquinas e nas áreas de apoio a piscina) que mantiveram o modelo original. Com relação ao revestimento externo, mantiveram-se as cerâmicas retangulares que cobriam a área de apoio à piscina. A respeito da área da piscina, o guarda-corpo que protegia essa área foi mantido, bem como o painel de Antônio Almeida.

A Residência Nº 1.831 é uma construção em concreto armado, com paredes de vedação em alvenaria de tijolos revestidas com massa, com cobertura em telha de fibrocimento escondida por platibandas. No pavimento superior a laje funcionava como forro do pavimento térreo e, para esconder a estrutura do telhado do pavimento superior, foi utilizado forro de gesso.

Com relação às esquadrias, poucas existem na edificação, a maioria delas foi retirada por ação de vandalismo, em decorrência do imóvel se encontrar há muito tempo sem uso, restando as superfícies envidraçadas da fachada frontal e a porta de acesso da garagem à sala de jantar e algumas janelas do tipo basculante, em ferro e vidro, encontradas no setor de serviço, no lavabo, da escada de acesso ao pavimento superior, na recepção e banheiro do escritório.

O imóvel recebeu, ao longo dos anos, diversos usos, que contribuíram para a sua descaracterização e perda de parte de seus elementos e materiais originais, como: as grades

e portões do muro da fachada frontal; a escada helicoidal, que ligava a cozinha principal para a cozinha de apoio; as esquadrias, principalmente as portas e janelas; o piso madeirado e o piso em carpete. A jardineira do pavimento superior e algumas paredes de vedação do pavimento térreo foram demolidas, ocasionando o desaparecimento de ambientes como a cozinha, o lavabo e o quarto de hóspedes¹⁹⁴. Constata-se ainda o fechamento de vãos de porta e o aterramento da piscina.



Figura 260. Vistas externas das Fachadas da Residência Nº1.831: à esquerda em 2015 e à direita em 2019. Fonte: autora.

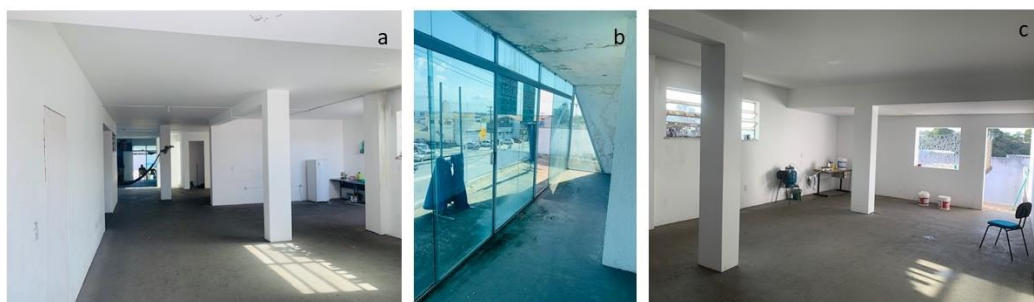


Figura 261. Vista interna da Residência Nº1.831: pavimento térreo (a); da suite e quarto 01 para o terraço (b); e, área onde existia a copa e cozinha (c). Fonte: autora, 2019.

Com base no exposto, constata-se que o imóvel encontra-se muito alterado, comprometendo, assim, seu estado de preservação, por conta das modificações em elementos da fachada e da configuração espacial da construção, além da retirada de todo revestimento original, fazendo com que a edificação perdesse valores estéticos e históricos.

¹⁹⁴ Plantas do estado atual do imóvel em anexo.

ESTADO DE PRESERVAÇÃO			
Volumetria	(0-3)	3	Preservou a volumetria, mas elementos como a jardineira que compunha essa volumetria foi demolida.
Configuração Espacial	(0-3)	1	No pavimento térreo as paredes do lavabo, quarto de hóspedes, cozinha, varanda (área de lazer) foram demolidas. O vão de acesso da área externa para a copa foi vedado.
Presença de Esquadrias originais	(0-3)	1	Das esquadrias originais sobraram algumas janelas e basculantes, além da seteira.
Materiais e Revestimentos originais	(0-3)	1	O revestimento e piso do setor de serviço do pavimento inferior e o piso das escadas ainda são originais.
Total		6	Muito Alterado
Íntegro (10-12)	Pouco Alterado (7-9)		Muito Alterado (4-6) Descaracterizado (0-3)

Figura 262. Matriz do Estado de Preservação da Residência Nº 1.831. Fonte: autora, 2019.

No que tange ao estado de conservação, pode-se enquadrá-la como regular, pois as ações de manutenção são realizadas esporadicamente, principalmente, as voltadas para a sua limpeza.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
Estrutura	(0-4)	3	Sem nenhum problema evidente.
Paredes	(0-4)	2	Recuperação de rebocos danificados e pintura de toda fachada.
Elementos arquitetônicos	(0-4)	2	Colocar piso no apartamento 01.
Instalações prediais	(0-4)	2	Há necessidade de fazer uma revisão nas instalações elétricas e hidráulicas.
Total		10	Regular
Bom (13-16)	Regular (9-12)		Ruim (5-8) Em arruamento (0-4)

Figura 263. Matriz do Estado de Preservação da Residência Nº 1.831. Fonte: autora, 2019.

A Residência Nº 1.831 foi um belíssimo exemplar da arquitetura modernista em São Luis e mesmo encontrando-se dentro dos limite do centro histórico de São Luís não apresenta nenhum tipo de proteção, quer federal, estadual ou municipal, que pudesse ter evitado as constantes descaracterizações, que vêm contribuindo para o processo de desvalorização do acervo modernista da cidade.

c) Residência nº 524 (1968)

Localizada na Avenida Beira Mar, esta edificação foi implantada longitudinalmente num terreno plano de formato trapezoidal, de meio da quadra, com uma área de 549,65 m², entre uma edificação modernista e a Praça 15 de Novembro.

O projeto arquitetônico, datado de 1965, é de autoria do arquiteto Cleon Furtado e a sua execução ficou a cargo do próprio arquiteto em parceria de seu sócio, o engenheiro Júlio Rebello dos Santos (1929-2018), demorando três anos (1968) para ser finalizado. O arquiteto buscou criar uma edificação geminada com dois pavimentos, que abrigaria a residência do arquiteto e a dos seus pais, Raimundo Lima Furtado e Leutres do Nascimento Furtado. Atualmente, a casa dos pais, à esquerda do terreno, encontra-se fechada e sem uso, mas, por cerca de dez anos funcionou como clínica médica, e a casa do arquiteto, ainda funciona como sua moradia.



Figura 264. Fachada Frontal Residência nº 534. Fonte: autora, 2018.

A proposta para Residência Nº 524 é influenciada pelo projeto de Le Corbusier, a “Casa Dupla” (casas 14-15) para a Exposição de Weissenhof (1927)¹⁹⁵ na cidade de Stuttgart, na

¹⁹⁵ Esse projeto foi resultante de um convite da *Deutscher Werkbund* para uma exposição de arquitetura, juntamente com outros arquitetos renomados alemães, franceses e de outros países da Europa, para construção de um conjunto de unidades habitacionais (casas multifamiliares e unifamiliares), remetendo de forma prática à arquitetura modernista com suas formas e exigências, num bairro planejado por Mies van der Rohe, destinado a um público seleto de acadêmicos provenientes de famílias de alta renda (Zevi, 1970; Benevolo, 1998 [1976]).

Alemanha. Esse projeto era caracterizado por apresentar duas casas geminadas, com plantas quase simétricas, onde foram utilizados seus cinco pontos.

O projeto arquitetônico previu duas edificações no lote, que ocupariam cerca de 63,44% da área do terreno, ambas com dois pavimentos: a principal, a geminada, e, uma pequena edícula, no fundo do terreno, onde ficava a dependência dos empregados e a garagem.

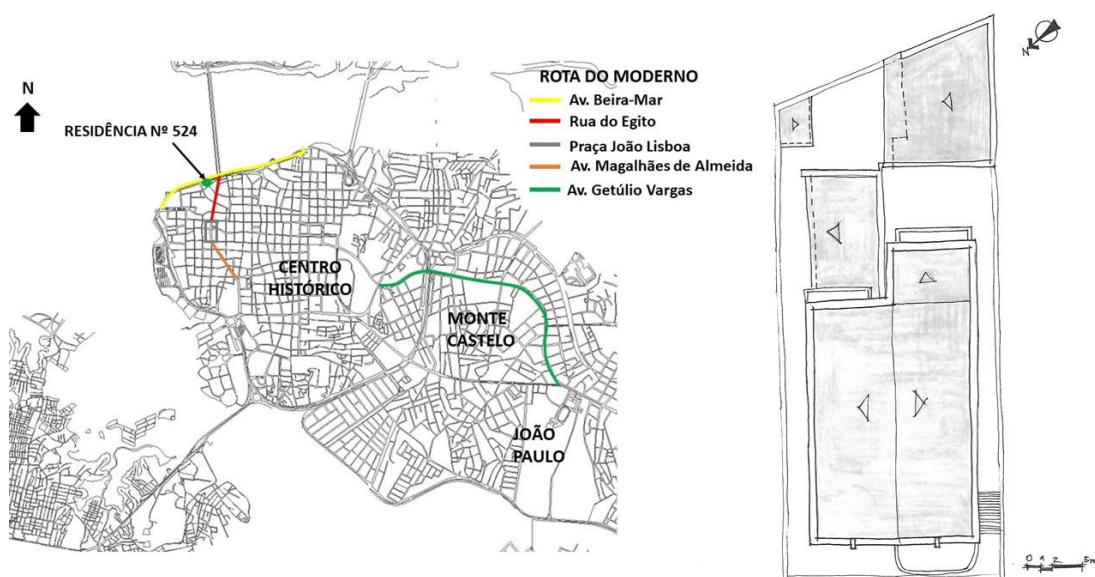


Figura 265. Localização e implantação da Residência nº 524 (1968). Fonte: autora, 2019.

A transição entre público e privado nas duas residências se dá de maneira distinta. Na residência dos pais, ocorre por meio de portão frontal, localizado num muro recortado com gradil com altura aproximada de 1 metro; e, na residência do arquiteto, ocorre pela lateral, por um portão, sob uma cobertura em pergolado, que conduz o visitante a uma varanda murada, que funciona como um ambiente de estar, com banco e jardineira para edificação. Esses mobiliários encontravam-se em lados opostos, junto ao muro. Em ambas as residências existe um corredor lateral exterior, uma circulação de serviços, destinado à entrada dos empregados e demais serviços de abastecimento da casa, quando realizados pela Avenida Beira-Mar. A entrada dos veículos acontece pela parte posterior do lote, pela Rua 15 de Novembro.

A edificação principal é formada por dois volumes, um alto e um baixo. O volume alto é resultante da sobreposição de prismas retangulares ortogonais, de tamanhos distintos, onde o prisma menor encontra-se um pouco recuado em relação ao maior. Neste volume

aparecem pequenos prismas, em balanço, que formam as varandas que ficam localizadas na fachada posterior da edificação. Neste volume ficam localizados o setor social e o privativo das duas residências, do arquiteto e dos pais. Já, o volume menor, o mais baixo, também, é formado por um prisma retangular ortogonal, e nele pode ser encontrado parte do setor social, o quarto de estudo, e o de serviço, copa e cozinha, da casa dos pais.



Figura 266. Vistas externas aéreas da Residência Nº524. Fonte: Samuel Benison, 2020.

A fachada frontal da edificação é plana e simétrica, perpendicular às lajes do piso, sendo formada por dois planos retangulares de tamanhos distintos: no primeiro, mais recuado, no pavimento térreo, ficam localizadas as portas de entrada das residências, e o segundo plano, apresenta um retângulo emoldurado dividido em três partes, formando um grande vão horizontal, remetendo às janelas em fita dos cinco pontos para uma nova arquitetura, e num plano mais recuado ficam localizadas as portas dos dormitórios principais da casa.

Internamente, verifica-se que as duas residências apresentam a tripartição moderna, com o programa dividido em social, privativo e de serviços, embora o zoneamento esteja separando as atividades diurnas e noturnas, seguindo a proposta de Marcel Breuer da casa binuclear (Martís Arís, 1997). No núcleo diurno, encontram-se os setores social - varanda, sala de estar, jantar, sala de estudos, lavabo – e, de serviço - copa, cozinha, despensa, lavanderia, garagem e dependência de empregados. No núcleo noturno, no pavimento superior, encontram-se os dormitórios, varandas, banho e rouparia. A separação da varanda da fachada principal entre a casa dos pais e a do arquiteto faz-se por meio de um painel treliçado de madeira.

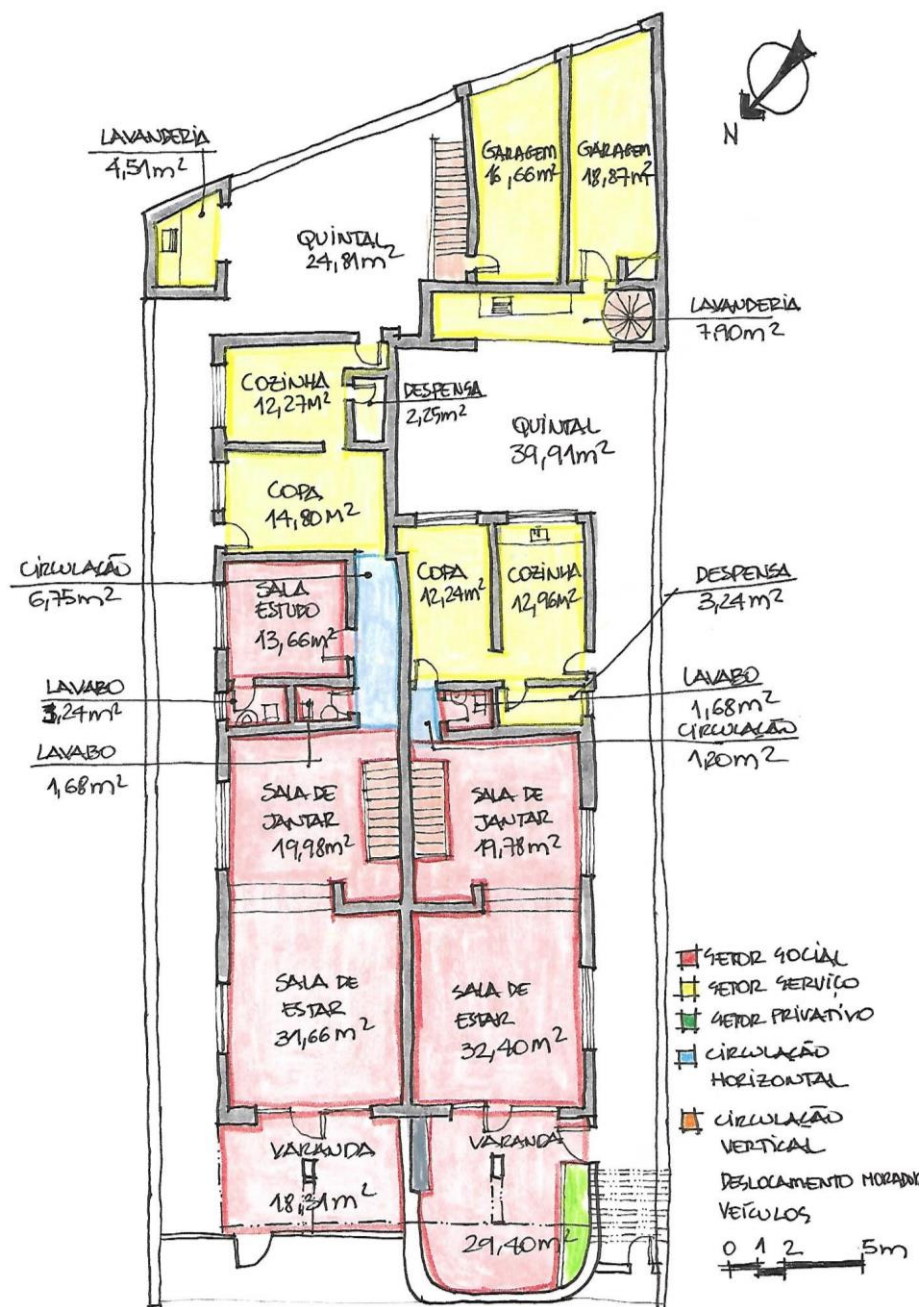


Figura 267. Planta do pavimento térreo da Residência nº 524. Fonte: autora, 2018.

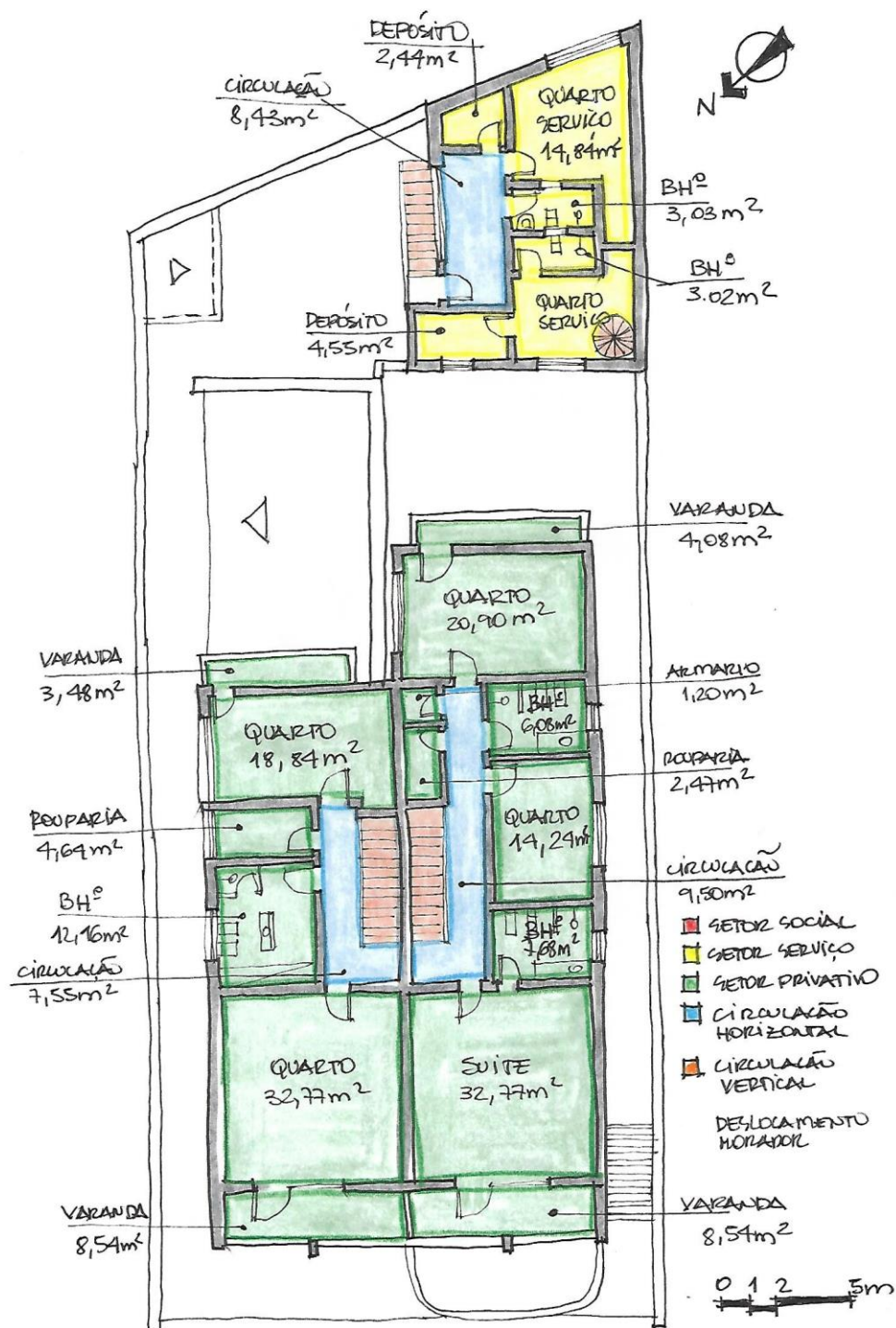


Figura 268. Planta do pavimento superior da Residência Nº 524. Fonte: autora, 2018.

No que diz respeito ao programa das residências, ele é semelhante, sendo que a residência do arquiteto apresenta mais ambientes que a do seus pais, a saber, o depósito (armário), a quantidade de quartos e a presença de suíte com banheiro. Outro ambiente que difere uma edificação da outra é a presença da sala de estudos na casa dos pais, a qual poderia servir de quarto de hóspedes.

Analisando a residência do arquiteto verificou-se que o setor privativo é o que ocupa a maior área útil da residência, com 36,36%, seguido do setor social com 30,55% e pelo de serviço com 29,15%. A circulação ocupa somente 3,94% da área útil desse imóvel.

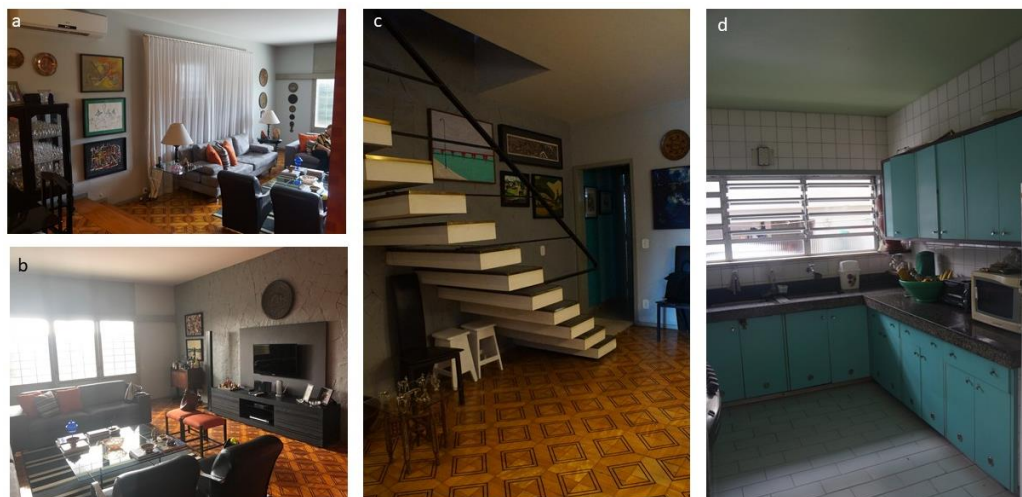


Figura 269. Vista interna pavimento térreo da Residência nº 524 (Casa do Arquiteto): sala de estar (a, b), escada (c) e cozinha (d). Fonte: autora, 2018.

As residências fazem uso do *living room*, uma inovação para época, constituído pela junção da sala de estar e jantar, formando um espaço único e contínuo; no caso dessas casas, há um leve desnível que separa os dois ambientes.

A circulação entre os setores social, de serviço e privativo é linear e se dá por meio dos próprios ambientes da casa, pelos corredores, hall e escadas, conectando os ambientes. A circulação vertical da edificação principal é realizada por uma escada reta com lance único, em concreto, suspensa e fixada na parede. Essa escada liga o núcleo diurno com o noturno e localiza-se na lateral direita, na casa dos pais e na esquerda, na casa do arquiteto.



Figura 270. Vistas internas do pavimento superior da Residência nº 524 (Casa do Arquiteto): corredor (a), quarto (b) e banheiro (c). Fonte: autora, 2018.

Na edícula no fundo do terreno, local da garagem, existem uma escada reta (casa dos pais) e uma helicoidal (casa do arquiteto), que possibilitam o acesso ao dormitório dos empregados e banheiros de serviço.

Pela análise comparativa das edificações, foi possível verificar similaridades físicas na sala de estar e jantar, que formam o *living room*, e nas suítes. Esses ambientes apresentam as mesmas dimensões. Percebe-se que os ambientes do térreo se apresentam bem permeáveis, pois um ambiente leva a outro. Já no pavimento superior os ambientes estão bem distribuídos, tendo no corredor o elemento de integração e ligação para todos os demais ambientes.

A maioria dos ambientes da edificação principal têm luz e ventilação natural, com exceção dos lavabos, da rouparia e do depósito da residência do arquiteto. Quando se trata da edícula de serviços, os banheiros têm ventilação para ambientes internos da edificação, através das bandeiras existentes nas portas. Em decorrência do terreno ser estreito e da edificação apresentar um programa extenso, atendendo aos anseios dos clientes, percebe-se que praticamente todos os ambientes da casa do arquiteto estão voltados para o poente, mas esse problema é amenizado pelo fato da edificação encontrar-se ao lado de uma praça arborizada, que contribui para melhorar o conforto ambiental desta residência.

As esquadrias, em sua maioria, são em madeira, com veneziana, com exceção das portas que dão para a fachada principal e janelas da fachada laterais, do setor social, que são em madeira com vidro canelado, de modo a preservar a privacidade dos ambientes, e nas áreas molhadas, nos banheiros e na cozinha, foi utilizado o basculante em ferro com vidro. O uso das venezianas remete aos elementos da arquitetura tradicional, buscando uma melhor adequação ao clima local.

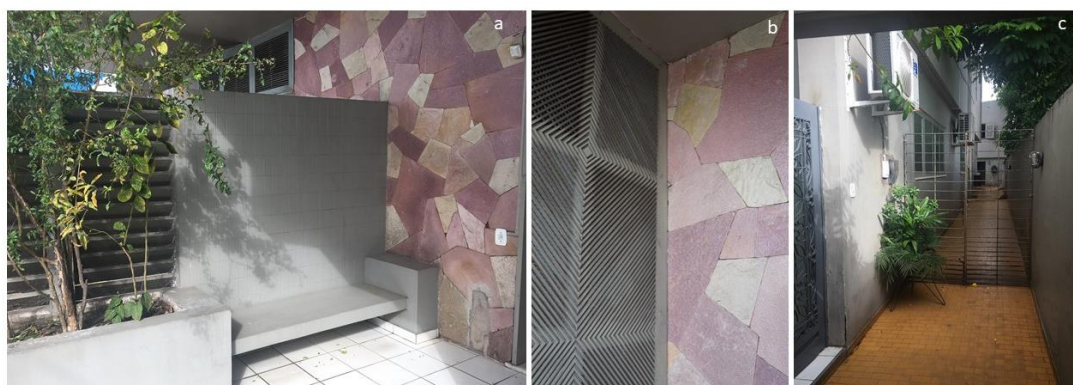


Figura 271. Vista da varanda do térreo (a), da varanda da suíte (b) e corredor da área externa da casa do arquiteto da Residência nº 524. Fonte: autora, 2018.

A edificação apresenta estrutura em concreto com as paredes de vedação em tijolos cerâmicos, revestidas de argamassa, com cobertura em telha de fibrocimento da marca Brasilit, com seis águas escondidas por platibandas. Na fachada principal existe um detalhe de revestimento em pedra, o que remete à arquitetura vernacular, revestimento esse que adentrou a casa, decorando as paredes da sala de estar e jantar. Na casa do arquiteto a pintura é na cor cinza. Internamente, o piso é em *parquet* de madeira com rodapé em madeira, pintado na cor cinza, com exceção das áreas molhadas que são em azulejos (nas paredes) e revestimento cerâmico retangular nos pisos. A laje de concreto funciona como forro da edificação.

A residência Nº 524 encontra-se inserida no conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN, mas não possui tombamento individual. O estado de preservação do imóvel é íntegro, mas existem elementos externos que a descaracterizam, a saber, toldos, caixas de ar condicionado e condensadores, além dos condutores de água pluvial. Outra descaracterização encontrada refere-se à vedação dos vãos que davam acesso a garagem, que era realizado pela Rua 15 de novembro. Atualmente, a garagem da casa dos pais fica

localizada no local do quintal, tendo acesso pela lateral direita da casa, pela Praça 15 de novembro.

ESTADO DE PRESERVAÇÃO				
Volumetria	(0-3)	3	Preservou a volumetria original, mas houve acréscimo de elementos que descaracterizam a fachada, como caixas de ar condicionado e condensadores.	
Configuração Espacial	(0-3)	2	Os acessos para a garagem pela Rua 15 de novembro foram vedados.	
Presença de Esquadrias originais	(0-3)	3	Foram mantidas as originais.	
Materiais e Revestimentos originais	(0-3)	3	Permanecem os originais.	
Total		11	Íntegro	
Íntegro (10-12)	Pouco Alterado (7-9)		Muito Alterado (4-6)	Descaracterizado (0-3)

Figura 272. Matriz do Estado de Preservação da Residência Nº 524. Fonte: autora, 2019.

Com relação ao estado de conservação, em geral, o estado é bom, mas existem patologias provenientes da falta de manutenção da cobertura, que contribuem para o surgimento de infiltrações, e há necessidade de pintura, principalmente das fachadas.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO				
Estrutura	(0-4)	4	Sem nenhum problema evidente.	
Paredes	(0-4)	2	Recuperação de reboco e pintura de toda fachada.	
Elementos arquitetônicos	(0-4)	3	Algumas janelas devem ser restauradas e os revestimentos e pisos precisam de limpeza.	
Instalações prediais	(0-4)	4	Sem problemas evidentes.	
Total		13	Bom	
Bom (13-16)	Regular (9-12)		Ruim (5-8)	Em arruinamento (0-4)

Figura 273. Matriz do Estado de Conservação da Residência Nº 524. Fonte: autora, 2019.

d) Análise Comparativa das Residências na Linguagem Arquitetura Modernista

As edificações estudadas da linguagem modernista foram construídas entre o final da década de 1950 e final da década de 1960. Essas construções foram implantadas em terrenos que apresentam o formato trapezoidal ou retangular, de meio de quadra e de esquina, com áreas que vão de 394 m² a 400 m², com testadas com dimensões de 13 a 16 metros de largura e profundidade entre 28 a 44 metros. As Residências Nº 223 e Nº 1.831 foram implantadas em terrenos com grandes diferenças de nível, o que possibilitou aos arquitetos tirarem partido disso ao elaborarem os seus projetos. A Residência Nº 524 encontra-se num terreno plano.

	RESIDÊNCIA Nº 223 (Década de 1950)		RESIDÊNCIA Nº 1.831 (Década de 1960)		RESIDÊNCIA Nº 524 (1968)	
Localização	Avenida Getúlio Vargas		Avenida Getúlio Vargas		Avenida Beira Mar	
Tipo de Vizinhança	Residencial/Instituições		Residencial/instituições		Residencial	
Localização do Lote na Quadra	Esquina		Meio de quadra		Meio de quadra	
Área do Lote (m²)	394 m²		630 m²		549,65 m²	
Taxa de Ocupação (%)	49,97%		69,75%		67%	
Área Livre (m²)	197,18 m²		190,54 m²		179,46 m²	
Testada do Lote (m)	15 m		13,63 m		15,40 m	
Topografia do lote	Desnível +/- 3 metros em relação à Av. Getúlio Vargas		Desnível +/- 2,12 metros em relação à Av. Getúlio Vargas		Plano	
Quantidade de Pavimentos	2		2 (com vários níveis)		2	
Quantidade de acessos ao lote	1 (pedestre/1 veículo)		2 (1 pedestres/ 1 veículo)		2 (1 pedestres/ 1 veículo)	
Quantidade de acessos à edificação	3 acessos	1 social 2 serviço	5 acessos	3 sociais 1 privativo 1 serviço	3 acessos	1 social 2 serviço

Figura 274. Tabela comparativa entre as edificações da Linguagem da Arquitetura Modernista. Fonte: autora, 2018.

A vizinhança dessas construções era, na época, em sua maioria, residencial, mas nas edificações localizadas na Avenida Getúlio Vargas, essas construções também dividem o espaço urbano com instituições públicas ou privadas.

As edificações possuem dois acessos ao lote pela parte frontal, um de pedestre e outro de veículos. Somente na edificação nº 223, essas entradas encontram-se numa única entrada.

Quanto ao acesso à edificação, mantêm-se os preceitos das linguagens anteriores, uma entrada social para a varanda; e uma entrada de serviço, que poderia ser realizada pela copa ou cozinha. Ressalta-se que na Residência Nº 1.831 existiam outros acessos sociais, a saber: para o escritório e sala de espera.

Essas residências modernistas apresentam, em sua programação, uma clara divisão funcional tripartida, onde os ambientes foram distribuídos conforme as atividades que seriam desenvolvidas nesses espaços. Verifica-se algumas similaridades entre os programas das três residências, como: a presença de garagem coberta, varandas, copa, cozinha, suítes, quartos e sala de estar e jantar integradas, formando o *living room*, acompanhando a tendência nacional de ambientes integrados. Com relação à conjugação de ambientes, Bruno Zevi (1996: 123) explana que:

Na casa média, a sala de visitas funde-se com a sala de jantar e o escritório, o vestíbulo reduz-se, em benefício da grande sala de estar, o quarto de dormir torna-se menor, os serviços especializam-se, sempre visando conceder maior amplitude a esse grande ambiente articulado onde a família vive, o *living room*.

O setor de serviço, das residências estudadas, encontra-se segregado, na parte posterior do imóvel ou em uma edícula no fundo do lote, ocupando parte dos afastamento lateral ou de fundo. Essa posição do setor de serviço remete aos modelos das casas coloniais.

A Residência Nº 1.831 é a única que possui área de lazer com piscina, e o maior número de ambientes, em decorrência dos vários pavimentos/níveis existentes na edificação, como: dois quartos para empregados, duas cozinhas, sendo uma de apoio à piscina, sala de máquinas, apartamento completo para hóspedes, quarto do motorista, sala de espera e sala de lazer.

Na Residência Nº 223, a cozinha deixa os fundos da casa, passando a ser valorizada e localizada próxima ao *living room*, e o banheiro privativo, destinado aos filhos funciona, quando necessário, como espaço social para os visitantes. As Residências Nº 1.831 e Nº 524 possuíam lavabos para os visitantes.

Pela Figura 275 abaixo, observa-se que nas Residências Nº 1.831 e Nº 524 o setor privativo é o que ocupa a maior área dentro da edificação, e percebe-se um certo equilíbrio entre os setores social e de serviço, diferentemente da Residência Nº 223, onde há uma maior diferença de entre os setores.

	ARQUITETURA MODERNISTA		
	RESIDÊNCIA Nº 223 (Década de 1950)	RESIDENCIA Nº 1.831 (Final da década de 1960)	RESIDÊNCIA Nº 524 (1968)
SETOR SOCIAL	41,34%	28,39%	30,55%
SETOR SERVIÇO	18,34%	29,36%	29,15%
SETOR PRIVATIVO	28,70%	30,21%	36,36%
CIRCULAÇÃO	11,62%	12,04%	3,94%

Figura 275. Tabela com a porcentagem das áreas úteis das Residências da Arquitetura Modernista.

A ligação entre esses ambientes é realizada pelas escadas, circulação vertical, e por corredores, com o formato linear, ou por ambientes que levam a outro, circulação horizontal. Nas Residências Nº 1.831 e Nº 524, as escadas (principais) ficam localizadas à esquerda da sala de jantar e conduzem ao setor privativo, no pavimento superior. Já, na Residência Nº

223, a escada leva ao setor social, que fica localizado no pavimento superior, juntamente com o setor privativo e parte do setor de serviço, diferenciando-se das demais residências.

A volumetria das três residências é uma composição formada por sólidos geométricos simples, resultantes da sobreposição de prisma sobre prisma, podendo ser ortogonais ou trapezoidais, com os telhados, em fribocimento, escondidos por platibanda.

Com relação aos elementos da arquitetura modernista, na arquitetura residencial ludovicense, observou-se uma baixa apropriação dos itens propostos por Le Corbusier na sua publicação “Os cinco pontos para uma Nova Arquitetura (1926)”. Nos casos estudados foi encontrado somente o *pilotis* na Residência Nº 223. Os demais itens como planta livre, fachada livre, o terraço jardim e as janelas não foram utilizados nos casos estudados, nem em outros exemplares residenciais da cidade. A Residência Nº 1.831 é o único exemplar que apresenta grandes superfícies envidraçadas, permitindo a integração da área externa com a interna, possibilitando que quem estivesse na sala de estar, contemplasse o pequeno jardim frontal da edificação.

As esquadrias em vidro, tão presentes na arquitetura modernista brasileira, na capital ludovicense, foram substituídas pelas venezianas em madeira, solução encontrada em vários exemplares dessa arquitetura pela cidade.

No que tange aos revestimentos, verifica-se que nos três exemplares o piso em madeira foi utilizado nos setores social e privativo, com exceção da Residência Nº 1.831, onde o carpete revestia o setor privativo. As cerâmicas e azulejos aparecem revestindo o setor de serviço. Também, foram encontrados revestimentos em pedra, nas Residências Nº 223 e Nº 524, conferindo às fachadas e paredes internas destas, cor e textura, e, por conseguinte, uma riqueza decorativa. A Residência Nº 1.831 foi a única a apresentar um painel artístico, peça comum na arquitetura modernista.

As residências modernistas apresentam valores históricos, artísticos e culturais, mas esse acervo não se encontra protegido por nenhum órgão preservacionista, refletindo em perdas de exemplares da arquitetura modernista ludovicense. Dos três casos estudados, dois apresentam o estado de preservação e conservação bom, pelo fato de ainda funcionarem como moradia, abrigando a mesma família desde a época de sua construção. Isso não ocorreu com a Residência Nº 1.831, que recebeu usos distintos do residencial e sofreu e vem sofrendo constantes depredações, que resulta na perda de sua autenticidade e integridade.

4.3. Análise comparativa das edificações de diferentes linguagens

Estudar a produção arquitetônica moderna ludovicense no século XX foi compreender a evolução da arquitetura da cidade, em especial, a residencial, de doze exemplares de distintas linguagens, do eclético à arquitetura modernista. Essas construções renovaram a paisagem urbana e apresentaram um novo modo de morar, o moderno, respaldado nos preceitos de higiene, salubridade e conforto.

Observou-se que no caso das residências estudadas não foi possível identificar, na maioria delas, a autoria e execução dos projetos, pois, o setor de análise e aprovação de projetos da Prefeitura Municipal de São Luís não possui mais nenhum registro dos imóveis anteriores à década de 1990. Os registros disponíveis foram encontrados na Cadeia Sucessória de cada imóvel ou por meio de arquivos particulares dos proprietários.

As residências estudadas ficam localizadas em lotes urbanos de formato trapezoidal, e quase todas são caracterizadas pelas pequenas dimensões, que variam de largura de 7 a 18 metros e com profundidade de 17 a 44 metros, com exceção do Edifício Saluá, que se encontra implantado numa quadra inteira e possui o formato triangular. As pequenas dimensões do terreno orientaram os projetistas a escolherem soluções de implantação que aproveitassem o máximo do terreno, principalmente no sentido longitudinal; por isso, observou-se terrenos com altas taxas de ocupação, prevalecendo, as acima de 40%, indo na contramão do Código de Posturas Municipal (1936)¹⁹⁶ vigente na época. Os programas de necessidades das residências foram distribuídos em níveis, geralmente com dois pavimentos, com exceção da Residência Nº 1.831, que apresenta pavimentos intermediário e inferior, aproveitando o grande desnível existente no terreno.

A topografia acidentada do terreno só foi determinante para a concepção dos projetos das Residências N º 1.831 e Nº 223. As demais residências foram implantadas em lotes planos ou com pequenos desníveis, que não chegam a um metro.

¹⁹⁶ Decreto nº 205, de 3 de novembro de 1936. Título III – De urbanização de novas áreas e sua divisão em lotes, parágrafo 13: “Os lotes quando destinados a residências deverão ser construídos isoladamente ou em grupos conjugados, desde que as casas de um mesmo grupo tenham a mesma architectura; a superfície coberta não poderá exceder a 33% da área do lote”.

A relação do espaço público com o privado, que na linguagem colonial é feita por meio das fachadas, passa a ser realizada pelo afastamento frontal, entre 2 a 3 metros, onde ficam localizados pequenos jardins, contribuindo para uma nova relação morfológica, onde as fachadas laterais passam a fazer parte da imagem da cidade, e o volume e massa edificada absorvem o estímulo da comunicação estética entre o edifício e o espaço urbano.

A implantação das edificações em relação à quadra são, em sua maioria, de meio de quadra, implantadas paralelas às vias e centralizadas no lote. Alguns exemplares apresentam parcela de sua construção sobre as divisas do lote, onde foram edificados, geralmente, parte do setor de serviço, que poderia fazer parte do corpo da edificação principal, ou localizar-se numa edícula no fundo do lote. As edificações da linguagem *Art Déco* ocupam todas as testadas do lote, sem qualquer tipo de afastamento.

Os afastamentos permitem que todos os ambientes das edificações tenham iluminação e ventilação natural, mostrando a preocupação com a salubridade e higiene do imóvel, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. Isso possibilitou, também, a inserção de pequenos jardins na parte da frente e nas laterais do terreno.

Os acessos de pedestre às edificações ficam localizados, em sua maioria, centralizados na testada do lote. A entrada de veículos, também, é realizada pela testada do lote, em suas laterais; apenas na Residência Nº 524, o acesso se dava pela fachada posterior. As garagens não estão presentes em todas as residências estudadas, e nas que possuem esse espaço, são, em sua maioria, descobertas, com exceção das Residências Nº 139, 167, 223, 1.831 e 524.

No que diz respeito ao acesso à edificação, existem pelo menos um acesso social e um de serviço, com exceção dos imóveis da linguagem *Art Déco* - o Edifício Saldanha e o Edifício Sérgio - e algumas unidades habitacionais do Edifício Saluá, e da residência Nº 226, que não apresentam acesso de serviços. A separação de acessos demonstra a permanência da tradição escravocrata, de não misturar a circulação do patrão e dos escravos (empregados).

Todas as edificações apresentam seus ambientes distribuídos em setores – social, privativo e de serviço. A circulação, entre os ambientes desses setores, geralmente, ocorria através dos próprios ambientes, um recinto levava a outro, ou por corredores com formato linear, que distribuíam o fluxo para os demais lugares da casa.

Quanto à questão programática, há uma redução do número de ambientes da linguagem eclética e neocolonial, se comparadas com as da *Art Déco* e da arquitetura modernista. Tal diminuição faz com que alguns ambientes, como a sala de visitas ou sala íntima desapareçam e outros se fundam, como é o caso da sala de estar e jantar, criando o *living room*.

A varanda, ambiente comum nas edificações rurais da linguagem colonial, com o nome de alpendre, era utilizado com a função de proteção das fachadas contra os raios solares e as chuvas. Na produção arquitetônica moderna ludovicense do século XX, esse espaço, está presente em praticamente todas as residências estudadas, com exceção das Edificações *Art Déco* e da Residência Nº 226. A varanda constitui o primeiro ambiente do setor social e ganha mais uma função, como elemento de separação entre a área externa e interna da edificação, localizando-se de um dos lados da edificação, em parte, ou toda extensão da fachada principal.



Figura 276. Varandas encontradas nas residências Nº 480 (a), Nº 139 (b) e Residência Nº 223 (c). Fonte autora, 2018 (a, b) e 2015 (c).

A sala de estar, em alguns casos, funciona na sala de visitas, quase sempre interligada à sala de jantar, que atua como centro espacial da edificação, pois é o ambiente que conecta aos demais setores, o social, o de serviço ou o privativo. Neste ambiente também fica localizada a escada, que permite o acesso ao pavimento superior, onde fica o setor privativo.

A cozinha mantém a posição segregada ao fundo da edificação, passando a compor o corpo da casa, sempre com saída para a parte posterior da casa, o quintal.

O banheiro está presente em todas as residências, diferenciando-se pela quantidade, de um imóvel para outro. Este compartimento, por muito tempo, fez parte do setor privativo, que segundo Verissimo e Bittar (1999, p. 103): “consolidava-se a tradição de o banheiro ser íntimo, vedado a estranhos, constituindo-se grave falta de educação solicitar permissão para usar o banheiro das casas visitadas”. Nas edificações estudadas, existem pelo menos dois banheiros, que podem estar localizados no térreo ou no pavimento superior, com exceção da unidade residencial localizada no Edifício Sérgio, que apresenta apenas um banheiro para toda a família, remetendo ao modelo de apartamentos para a população de baixa renda. Nas edificações mais modernas e das famílias mais abastadas, já é possível encontrar o banheiro privativo no principal dormitório da casa, o do casal, e o lavabo, ambiente destinado ao uso dos visitantes.

A dependência de serviço, na maioria dos casos estudados, fica localizada numa edícula no fundo do lote, à semelhança do que acontece com as edificações coloniais e a ideia da “casa grande e senzala”; com exceção das unidades residenciais da linguagem *Art Déco* e da Residência Nº 480, em que estas dependências se encontram junto ao corpo da edificação principal.

Geralmente, esse ambiente, apresenta o quarto de serviço, o banheiro de serviço e a lavanderia que, em alguns casos, é apenas uma área dentro de outro ambiente, formada apenas pelo tanque.

O setor privativo encontra-se no pavimento superior e detém a maior área construída dos imóveis. O acesso a esse setor é realizado por meio de escadas, que podem ser em estrutura de madeira ou de concreto. O setor privativo é composto por dormitórios, com suítes, banheiros e varanda. Há, às vezes, sala íntima, sala de leitura e gabinete, interligados por meio de vestíbulos ou corredores, dando maior privacidade a esses ambientes. Na residência Nº 226, os dormitórios dos filhos, mesmo com entradas distintas, apresentam o modelo de ambientes da linguagem colonial, com um quarto interligado a outro; também para ter acesso à varanda do pavimento superior passa-se pelo quarto. A Residência Nº 1.831 é a que apresenta o maior número de dormitórios, inclusive, um deles funciona como apartamento completo, tendo até cozinha. Essa residência é a única a possuir área de lazer com piscina e um painel artístico em alto relevo.

A volumetria, na maioria das edificações, possui de dois a três volumes. As edificações da arquitetura eclética e neocolonial apresentam a cobertura formada por vários planos (águas) com telhas cerâmicas tipo capa e canal. Já, as residências da arquitetura modernista e as da linguagem *Art Déco* possuem telhas em fibrocimento, que estão escondidas por platibandas. Em alguns exemplares apresentam a varanda com altura diferenciada, mais baixa, em relação ao corpo da edificação principal.

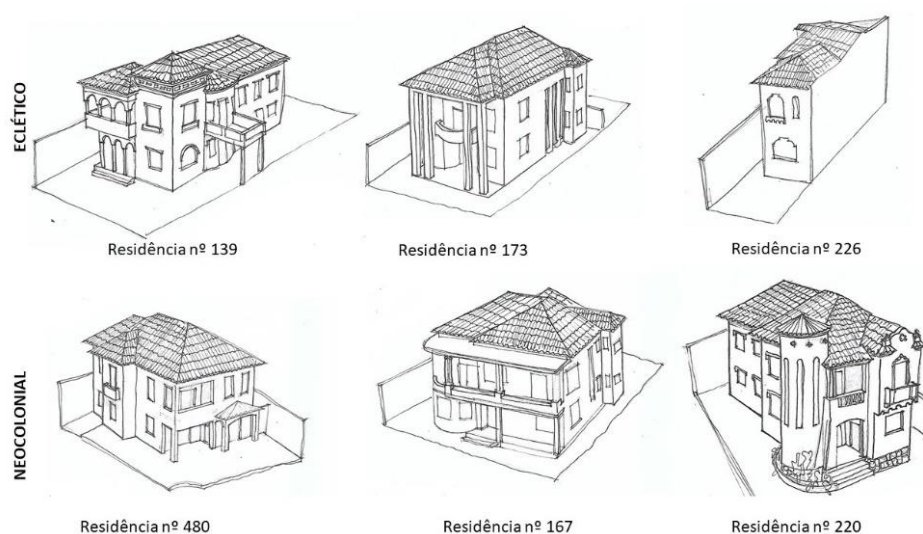


Figura 277. Volumetria das Edificações Ecléticas e Neocoloniais. Fonte: autora, 2019.

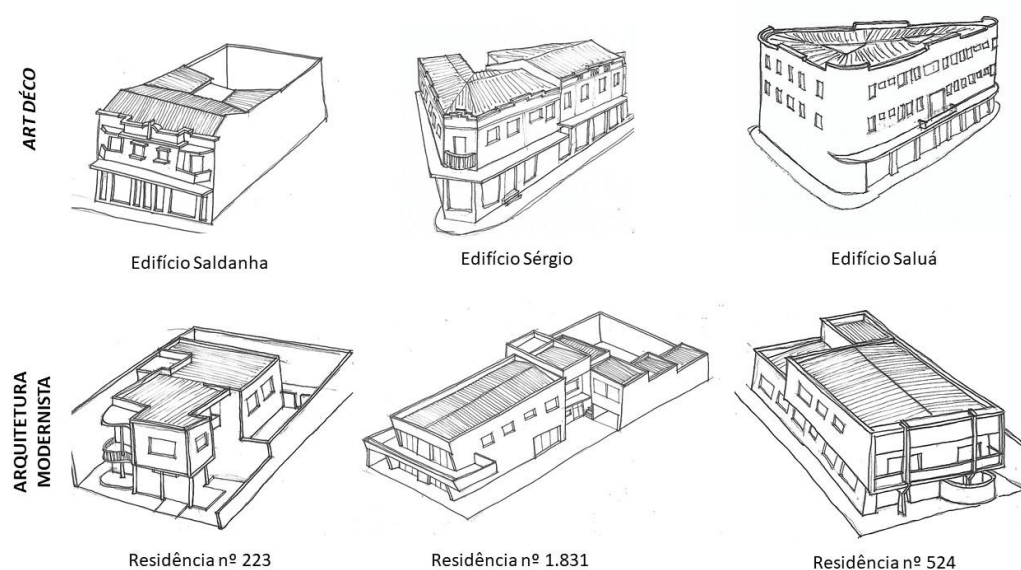


Figura 278. Volumetria das linguagens *Art Déco* e Arquitetura Modernista. Fonte: autora, 2019.

Com relação aos materiais, todas as edificações apresentam estrutura em concreto armado, com vedação em alvenaria de tijolos cerâmicos. O piso das edificações, em sua maioria, era em *parquet* de madeira, das ecléticas às modernistas; e nas áreas molhadas variam de azulejos, mosaicos cerâmicos a placas de mármore.

A produção arquitetônica moderna residencial ludovicense é composta de diferentes linguagens, mas, observa-se que internamente a evolução se deu de forma lenta e a sua modernidade foi mantida do lado de fora. Em todas as edificações percebeu-se similaridades em sua organização, a saber, cozinha e banheiros na parte posterior da casa, sala de jantar como centro espacial, edícula ao fundo do lote. Outro aspecto observado está relacionado à integração dos ambientes sala de estar e jantar, que formam o *living room* da arquitetura modernista. Essa integração já existia nas linguagens anteriores, eclética, neocolonial e *Art Déco*, com a união de ambientes como: sala estar com sala de visitas; sala de jantar com sala de visitas; sala de jantar com sala de estar e visitas. Afirmando, assim, que a união de ambientes não foi uma novidade da arquitetura modernista.

Diferentemente da arquitetura colonial luso brasileira, a produção arquitetônica moderna de São Luís não apresenta particularidades locais, pois seguiu modelos importados de outros estados e países. Mas, verificou-se o uso de aspectos regionais, pela utilização de esquadrias de madeira com veneziana em todas as linguagens. O vidro aparece, nos exemplares estudados, nas bandeiras de portas e janelas e na Residência Nº 1.831, com elemento de integração da área externa com a interna.

Com relação ao estado de preservação dos imóveis, quatro deles encontram-se íntegros, cinco pouco alterados, e três muito alterados. As maiores descaracterizações estão relacionadas com a configuração espacial e com os materiais e revestimentos.

Já o estado de conservação dos casos estudados da produção arquitetônica moderna enquadra-se como bom, em decorrência de estarem sendo utilizados por instituições públicas e comércios. As edificações no estado regular (Residência Nº173, Edifício Sérgio e Residência Nº 524) encontram-se sem uso, ou os usos presentes não contribuem para sua manutenção.

4.4. Síntese do capítulo

O capítulo iniciou-se com a apresentação da *Rota do Moderno*, que foi fundamentada a partir das categorias de análise retiradas das propostas da formação da imagem urbana de Kevin Lynch (1997), juntamente com os elementos morfológicos da cidade de José G. Lamas (2011 [1995]).

Constatou-se que as principais vias que constituem a *Rota do Moderno* resultaram de intervenções em frente de águas, da implantação de planos urbanos e da construção de avenidas. A *Rota* é formada pela Avenida Beira Mar, Rua do Egito, Avenida Magalhães de Almeida e Avenida Getúlio Vargas, todas localizadas dentro do perímetro urbano da cidade.

As edificações constantes nesta rota foram sendo implantadas paralelas à testada do lote e apresentavam todos os afastamentos: frontais, laterais e posterior - típicos das tipologias modernas, que tinham por objetivo iluminar e ventilar todos os cômodos da casa, dando salubridade a esses ambientes. Esse modelo de implantação, que libertou as residências dos limites do lote, rompeu com o padrão das edificações coloniais geminadas, predominantes na época na capital maranhense. Na *Rota do Moderno*, o padrão anterior só foi encontrado na Avenida Magalhães de Almeida, nas construções da linguagem *Art Déco*.

A produção arquitetônica residencial moderna do século XX em São Luís, presente na *Rota do Moderno*, foi constituída por diferentes linguagens: eclética, neocolonial, *Art Déco* e arquitetura modernista.

A metodologia para a escolha dos casos de estudo da rota foi selecionar residências unifamiliares, que fossem de fácil acesso. As informações sobre a configuração espacial dos imóveis foram obtidas através de plantas, visitas *in loco*, conversas informais com ex-moradores e proprietários, e nos cartórios de imóveis, por meio da cadeia sucessória e pelo registro do imóvel, que possibilitou a reconstituição dos projetos originais das edificações.

Na maioria das residências estudadas não foi possível identificar o projetista ou construtor pela ausência de documentação. Esses imóveis foram construídos em lotes estreitos, de tamanhos distintos, com formato trapezoidal. Por estarem em terrenos urbanos e, de certa

forma, pequenos, as soluções projetuais se deram em dois pavimentos, onde foram distribuídos todos os programas de necessidades.

As edificações ecléticas e neocoloniais escolhidas para os casos de estudo constituem bangalôs. Estes apresentam um novo modo de morar, o moderno, com valorização da família, da privacidade e do conforto. Essas construções possuíam garagens, a maioria descoberta, varandas, *halls* (vestíbulos), sala de visitas, banheiros, suítes e áreas de serviço. A composição dessas construções é de um volume único recortado, com cobertura em telha cerâmica tipo capa e canal ou a francesa, formada por vários planos.

As edificações *Art Déco*, trabalhadas diferentemente dos demais casos de estudo, foram construídas sobre a testada do lote e são de uso misto: comércio e habitação, para fins de locação, uma novidade na época. Essas construções foram os primeiros exemplares, planejados, para receberem habitações para uso coletivo, já que é de nosso saber, que alguns casarões, quer sejam eles sobrados ou solares, foram transformados em cortiços, que receberam várias famílias em condições insalubres. O programa arquitetônico das edificações em *Art Déco* foi compacto, apresentando dormitórios, área de serviço, banheiro e sala de jantar, e sua volumetria era caracterizada por apresentar um volume único, com marquises, com cobertura em telhas cerâmicas ou de fibrocimento escondidas por platibandas escalonadas, que em alguns casos apresentavam ornamentos de forma simplificada e a tipografia em alto relevo, com o nome do edifício.

As platibandas também estiveram presentes nas construções da linguagem modernista, mas sem nenhum tipo de ornamentação, escondendo o telhado, compondo a volumetria, que foi resultado da junção de vários prismas conectados. Ambientes como *hall* de entrada e sala íntima desaparecem nessa linguagem, e, com relação aos cinco pontos para uma nova arquitetura de Le Corbusier, foi encontrado, somente, os *pilotis*.

Analisando as quatro linguagens, pode-se afirmar que existem similaridades entre elas, como: a presença de ambientes compartimentados, integrados, zoneados e divididos em espaços diurnos e noturnos; a circulação entre os ambientes se dava de um ambiente para o outro, e também, por meio de um corredor linear, no pavimento superior, demonstrando uma boa permeabilidade e acessibilidade; a cozinha se encontrava segregada na parte posterior da edificação, juntamente com o setor de serviço, localizado numa edícula no fundo

do lote, destinada à moradia dos empregados, modelo que remetia à arquitetura colonial. Os ambientes como sala de visitas, escritório (gabinete), sala de jantar ficaram localizados na parte frontal das edificações e a sala de jantar, por muitas vezes, era o centro espacial das residências estudadas.

Outra similaridade entre as linguagens está relacionada aos materiais e revestimentos, onde se observou pouca evolução entre a linguagem eclética e a arquitetura modernista. A evolução ocorreu com a utilização do carpete nos dormitórios da arquitetura modernista; nos demais ambientes foi mantido o piso de madeira, em especial o *parquet*, nos setores sociais e privativos, e no setor de serviço e áreas molhadas, o azulejo e a cerâmica.

Outro ponto a destacar foram os ambientes que se firmaram na arquitetura modernista e que refletiram nas linguagens vindouras, como: as suítes com banheiro, o closet, o lavabo, e a lavanderia. Com relação às funções, poucos exemplares mantiveram-se residenciais na *Rota do Moderno*. Isso ocorreu pelo surgimento de novas centralidades, que levaram o crescimento da cidade, antes no sentido Leste-Oeste, para o sentido norte, para área das praias, com a construção das pontes sobre o Rio Anil.

Diante do exposto, conclui-se que a modernidade das residências unifamiliares das diferentes linguagens – eclética, neocolonial, *Art Déco* e arquitetura modernista, que representam a produção arquitetônica moderna do século XX, se deu nas fachadas, no seu invólucro, pois, internamente, as transformações se deram de forma lenta; os programas, praticamente, se repetiram de uma linguagem para outra. Alguns ambientes desapareceram, como as salas de visitas e os vestíbulos. A fluidez, nos casos estudados, ocorreu somente pela união da sala de estar e jantar, formando o *living-room*, os demais ambientes mantiveram-se bem compartimentados. E, os materiais de revestimentos apresentam semelhanças. E em todas as residências foi utilizado o concreto armado como sistema estrutural, juntamente com as paredes de vedação em alvenaria de tijolos.

Sabe-se que alguns dos exemplares da *Rota do Moderno* encontram-se dentro dos limites do Centro Histórico da cidade de São Luís, área onde se concentram o maior número de edificações e monumentos com valores simbólicos, históricos e culturais. A inserção desses imóveis dentro desta área não gerou e não gera tanto impacto, pelo fato destas construções

possuírem dois pavimentos, com cobertura em telha cerâmica tipo capa e canal ou francesa, e as esquadrias em madeira com veneziana e vidro, que remetia à arquitetura colonial; ou pelo uso de platibandas, elemento arquitetônico já presente em edificações ecléticas datadas do século XIX, diferentemente das edificações em altura, os arranha-céus, que quebraram com a homogeneidade e modificaram a paisagem urbana de São Luís.

Essas construções, como dito, apresentaram um novo modo de morar, quer sejam eles para atender uma única família ou várias delas. Percebe-se, que o estado de preservação das residências estudadas está diretamente ligado à sua localização, umas dentro das áreas protegidas legalmente, pelo governo Federal¹⁹⁷ ou Estadual¹⁹⁸, por meio do tombamento, e outras em locais sem nenhum tipo de proteção legal, que refletiram em intervenções que as descaracterizaram por completo ou até mesmo no risco de seu desaparecimento, como foi o caso de várias edificações localizadas na Avenida Getúlio Vargas, em especial as da arquitetura modernista.

Mas, é importante ressaltar que imóveis das demais linguagens e da arquitetura modernista que se encontram dentro do centro histórico, nas áreas classificadas pelo IPHAN ou pelo DPHAP/MA, também vêm sofrendo descaracterizações, principalmente, na sua configuração espacial, pois, são imóveis que não possuem proteção individual, somente, a de conjunto, onde a salvaguarda se dá nas fachadas e na sua volumetria. Isso acaba refletindo em perdas de valores existentes nesses imóveis, como o valor histórico, que representa como uma família vivia e como se distribuíam os ambientes dentro das residências na época.

Muitas dessas descaracterizações estão relacionadas aos novos usos que esses imóveis foram recebendo para atender aos programas para os novos usos. Mas, por estarem em áreas protegidas, essas adaptações deveriam primar pela preservação dos seus valores histórico, estético e cultural da edificação, e qualquer intervenção deveria ser reversível e causar o mínimo de impacto na construção, enfatizando o que diz a Recomendação sobre a proteção do patrimônio cultural e natural, da UNESCO, realizada em Paris em 1975 (Lopes e Correia, 2014: 181).

¹⁹⁷ Acervo arquitetônico e paisagístico tombado em 23 de dezembro de 1955 e 13 de março de 1974 pelo Governo Federal através do IPHAN.

¹⁹⁸ Decreto Estadual nº 10.089 de 06 de março de 1986.

Qualquer intervenção no patrimônio cultural deverá ter por objetivo a preservação do seu aspecto tradicional, evitando-se as construções novas ou remodelações que possam alterar o equilíbrio de volumes e cores que esses bens mantêm com seu enquadramento.

As residências da *Rota do Moderno* fora do perímetro tombado não estão protegidas por falta de iniciativa dos próprios órgãos preservacionistas existentes na cidade, em identificar e inventariar os poucos exemplares ainda íntegros e que resistem ao tempo e às mudanças de uso, que podem refletir em sua descaracterização. Sabe-se que por muito tempo, para os órgãos como IPHAN e o DPHAP, aqui em São Luís, os únicos bens a serem preservados e conservados eram os datados do século XVIII e XIX.

A preservação e divulgação dos valores existentes na produção arquitetônica moderna cabe, também, à comunidade universitária, aos conselhos de arquitetura e à Prefeitura Municipal, que pode futuramente propor incentivos para os proprietários que preservem e conservem esse patrimônio moderno.

cercada de águas e de sonhos,
de glória, de maresia,
a ilha é sobretudo circundada
de poesia.
(Bandeira Tribuzzi)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura da página anterior: Vista do centro histórico de São Luís. Fonte: autora, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese faz uma análise da produção arquitetônica residencial moderna do século XX, no período de 1930 a 1960, na cidade de São Luís, presente na *Rota do Moderno*. Começamos, então, referindo que a compreensão teórica da produção arquitetônica moderna, ou a arquitetura moderna, se beneficiou da reflexão dos textos de Benevolo, Cohen, Frampton e Curtis, os quais revelaram que a produção arquitetônica moderna surgiu dentro de um contexto de transformações sociais, culturais e tecnológicas, ligadas à revolução industrial, apresentando novas tipologias, materiais e técnicas construtivas; e que esta produção englobou várias linguagens, que surgiram no final do século XVIII e se estenderam até ao século XX.

O aporte teórico permitiu, também, entender que a produção arquitetônica moderna surgiu juntamente com um processo de transformações sociais, políticas e urbanas, que buscaram modernizar as cidades através de intervenções pautadas na melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos, e através da criação de espaços públicos, visando a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Essas intervenções, posteriormente, influenciaram os planos urbanos que viriam a ser implantados no Brasil, em especial, em São Luís do Maranhão a partir da terceira década do século XX.

A busca por uma cidade moderna, no contexto internacional e nacional, fez com que surgissem novos programas arquitetônicos, como cinemas, aeroportos, estações ferroviárias, edifícios em altura e novos modelos de residência, como os bangalôs, que foram construídos no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, e que passaram a partilhar o espaço urbano com as edificações coloniais. As residências unifamiliares ecléticas e neocoloniais implantadas no Brasil no século XX representavam um novo modo de morar que valorizava a privacidade, intimidade e domesticidade, com a preocupação relacionada à salubridade e ao conforto das habitações, ideias que foram transmitidas para as linguagens posteriores. O *Art Déco* trouxe um novo referencial estético e um programa mais depurado do que as linguagens anteriores. As residências de arquitetura modernista mostraram também uma nova linguagem estética e possuíam ambientes mais fluidos, contínuos, que permitiam a integração entre os espaços internos e externos, possibilitada pelos grandes painéis de vidro.

Como visto, a produção arquitetônica moderna foi representada por vários tipos arquitetônicos e diferentes linguagens: eclética, neocolonial, *Art Déco* e arquitetura modernista, que foram sendo implantadas nas cidades ao longo do século XX. A partir do conhecimento dessas linguagens e de suas características, foi possível identificar quando surgiram os primeiros exemplares desta produção arquitetônica moderna em São Luís.

A modernidade nas residências deu-se, inicialmente, em intervenções modernizadoras em fachadas de edificações coloniais, por meio da inserção de platibandas e elementos decorativos, ou seja, essa primeira produção moderna se apropriou da arquitetura colonial. Esta situação ocorreu, principalmente, em edifícios da linguagem eclética, da linguagem neocolonial e em alguns exemplares da linguagem *Art Déco*.

Contudo, foi nas residências unifamiliares construídas em bangalôs, que essa produção ganhou visibilidade, principalmente, nas edificações da linguagem eclética e neocolonial, a partir dos primeiros exemplares na década de 1930. A linguagem eclética em São Luís também foi encontrada em diversas obras públicas, se estendendo até à primeira metade do século XX.

A linguagem neocolonial foi marcada pela valorização da cultura do país, pelo resgate de elementos da arquitetura colonial acrescidos de novos materiais e tecnologias, criando, assim, uma arquitetura legítima brasileira. Nessa linguagem, além das residências unifamiliares encontradas nos bangalôs, destacaram-se, também, as edificações financiadas pelos IAPs ou pela FCP, destinadas à população de baixa renda, além das construções de escolas e grupos escolares, que fizeram parte de uma política local e nacional de educação, por meio da renovação da estrutura física dos estabelecimentos de ensino.

A linguagem *Art Déco* chega a São Luís por meio dos edifícios institucionais, comerciais e culturais, a partir da década de 1930, com sua linguagem de formas geométricas simples, marcada pela renovação dos referenciais estéticos, diferentemente das linguagens anteriores. O primeiro prédio de destaque nessa linguagem na cidade, foi a sede dos Correios.

Enquanto isso, a arquitetura modernista chegou a São Luís, inicialmente, pelas instituições públicas, espaços de lazer e pelos primeiros edifícios em altura. Foi nos primeiros arranha-

céus de São Luís, que se observou a utilização dos “Cinco pontos para uma nova arquitetura” de Le Corbusier, como *pilotis*, fachada livre, planta livre, terraço jardim e a janela em fita. Na arquitetura residencial, pouco se viu a utilização desses pontos, com exceção dos *pilotis*. Esse fato pode ter sido reflexo das limitações da indústria da construção civil, relacionadas à disponibilidade de materiais, de mão de obra qualificada e da aplicabilidade dos sistemas estruturais na época.

Ressaltamos, que a arquitetura residencial modernista foi marcada pela simplicidade das formas e alguns exemplares ainda estiveram ligados a práticas do passado, com a presença das edículas no fundo do lote, onde ficava parte do setor de serviço, ou pelo uso de pedras como revestimento de fachadas. Com relação à volumetria, essa linguagem caracteriza-se pela utilização de volumes compactos, formados pela união de prismas retangulares ou trapezoidais. Algumas edificações apresentam cobertura em asa de borboleta, e com relação aos vãos de iluminação e ventilação, as janelas em fita, geralmente, em vidro, que possibilitam a ligação do ambiente interno com o externo, foram sendo substituídas pelas esquadrias de madeira e veneziana, respeitando as condições climáticas da cidade.

Na dimensão política, o contexto da arquitetura moderna foi marcada pelo empenho governamental, principalmente, na modernização da Capital Federal, de forma a construir um Brasil moderno. Isso refletiu nas ações implantadas na gestão de Getúlio Vargas (1930-1945), até ao término do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com a inauguração de Brasília. Estes governos buscaram transformar o país agroexportador num país industrial.

Na gestão de Vargas, o Estado implementou um projeto que buscava a integração nacional através da construção de rodovias; tomou para si a política habitacional, antes nas mãos da iniciativa privada, favorecendo a população de baixa renda, com destaque para IAPs e a FCP. Durante este período, assistiu-se a uma valorização da arquitetura como objeto de propaganda política, com a construção das sedes dos ministérios - sendo alguns objeto de concurso público -, onde as linguagens neocolonial, *Art Déco* e arquitetura modernista estiveram presentes, caminhando juntas até meados da década de 1950.

Outro ponto importante desse período foi a implantação da política nacional de preservação do patrimônio nacional, com a criação do IPHAN. Neste sentido, foram criados incentivos aos municípios para implantarem planos urbanos voltados à modernização das cidades. No

governo de Juscelino Kubitschek, a malha rodoviária nacional foi ampliada, houve mais incentivos à industrialização no país, trazendo várias multinacionais para o território nacional, principalmente do ramo automobilístico, e construiu-se Brasília, fruto de um concurso público que teve como vencedor o arquiteto Lúcio Costa.

No Maranhão, no período da Era Vargas, a economia encontrava-se estagnada e o babaçu tratou de dinamizar um pouco a economia, mesmo não atingindo uma abrangência nacional, mas conseguiu incrementar a cidade em seus aspectos urbanos e em seu conjunto arquitetônico, como foi o caso do *Plano de Remodelação, Extensão, Embelezamento da cidade* de 1936, na gestão Paulo Ramos, como interventor federal de Getúlio Vargas no Maranhão.

A gestão de Paulo Ramos recuperou administrativa e economicamente as finanças estaduais. Deu primazia à capital maranhense em detrimento às cidades do interior, mas não deixou de trabalhar com ações integralistas por meio do plano rodoviário, melhorando a comunicação, transportes e escoamento da produção maranhense. Desse modo, a capital maranhense, na gestão de Paulo Ramos, modernizou-se através de intervenções de renovação urbana e expansão urbana, juntamente com a construção de edificações com a implantação de linguagens que diferenciavam-se das coloniais, surgindo assim, a *Rota do Moderno*.

A *Rota do Moderno* e os casos de estudo estão definidos no último capítulo. A rota foi definida por uma metodologia da autora da presente tese, a partir da pesquisa de campo e da união dos elementos formadores da imagem da cidade de Lynch (1997 [1960]), com os elementos morfológicos definidores do espaço urbano de Lamas (2011 [1995]) onde verificou-se que o maior número de exemplares da produção arquitetônica moderna do século XX, concentrava-se nesta rota, que também foi constituída por meio de intervenções em frentes de água, implantação de planos urbanos e construção de avenidas: Avenida João Lisboa e Getúlio Vargas. A Avenida João Lisboa, formada pela Rua do Egito e Avenida Magalhães de Almeida, foi resultante de renovação urbana, com a demolição de casarões coloniais e ecléticos, por meio de desapropriação a título de interesse público. E, é com essas demolições, e com as possibilidades que estas abrem, que ocorreu a produção arquitetônica moderna na *Rota do Moderno*.

As edificações constantes nesta rota apresentam diferentes tipologias e linguagens. Para esta tese foram escolhidas as linguagens eclética, neocolonial, *Art Déco* e arquitetura modernista, onde foram trabalhados 12 casos de estudo, sendo três de cada linguagem, escolhidos a partir de semelhanças tipológicas, como edificações unifamiliares de dois pavimentos, com exceção do *Art Déco*, e pela facilidade de acesso aos imóveis.

Escolhidas as edificações localizadas na *Rota do Moderno*, buscou-se pelos projetos originais nos órgãos públicos ou junto aos proprietários dos imóveis. Percebeu-se que alguns imóveis não possuíam o projeto original. Nesses casos, foi preciso realizar o levantamento físico das edificações. No IPHAN, foram fornecidos os desenhos do estado atual das plantas dos bangalôs, existentes na Avenida Beira Mar e Rua do Egito, por meio do levantamento do INBISI. Com os levantamentos em mãos, foi realizada a reconstituição dos projetos originais das residências modernas, por meio de pesquisas nas cadeias sucessórias dos imóveis, que apresentavam, em alguns casos, os ambientes pertencentes às edificações; por conversas informais com ex-moradores desses imóveis, e por estudos de similaridades desses imóveis. Para o estudo das similaridades foram eleitos parâmetros para sua análise: como a relação entre a edificação e o lote, os acessos ao lote; os tipos e acessos à edificação, as circulações existentes, a volumetria, setores e distribuição dos ambientes, e o estado de preservação e conservação desses imóveis na atualidade.

Após a análise dos casos de estudo, verificou-se que as residências possuem semelhanças, validando, assim, a hipótese desta tese de que a produção arquitetônica moderna, desde a eclética até à arquitetura modernista, apresentavam similaridades: encontravam-se em lotes urbanos e estreitos, com dois acessos, geralmente, um para pedestre e outro para veículos; as edificações possuíam acessos sociais, pela varanda, e de serviço; as circulações, no pavimento térreo eram realizadas de um ambiente para outro, demonstrando a boa permeabilidade e acessibilidades aos ambientes, e no pavimento superior, ocorria por meio de um corredor linear.

As residências apresentaram-se bem setorizadas e compartimentadas, sendo divididas em ambientes de uso diurno e de uso noturno. Nas edificações da linguagem eclética, neocolonial e *Art Déco*, verificou-se que a sala de jantar funciona como elemento de articulação entre determinados setores da edificação. A área de serviço, a exemplo da cozinha, manteve-se segregada no fundo da edificação.

As residências da arquitetura modernista mantiveram a configuração espacial da linguagem tradicional, conhecida pela compartimentação dos ambientes. E estes imóveis pouco utilizaram os princípios *corbusianos* para uma arquitetura modernista, apenas os *pilotis*.

Após a análise dos casos de estudos, conclui-se que a modernidade dos imóveis estudados se encontra nas suas fachadas, no seu invólucro. Internamente, pode-se afirmar que pouco se evoluiu da arquitetura eclética à arquitetura modernista: as transformações se deram de forma lenta com o desaparecimento de alguns ambientes, principalmente, do setor social, a exemplo dos vestíbulos. Nos demais setores não houve evolução, a saber, no setor privativo, os dormitórios, simples ou as suítes, foram mantidos no pavimento superior e a circulação dá-se por um corredor, geralmente, linear.

Estas edificações conseguiram dialogar com a arquitetura colonial portuguesa, pois o gabarito implantado por essas construções não passou de três pavimentos, que era a altura média das edificações coloniais, e as esquadrias utilizadas nos exemplares estudados eram em madeira com veneziana, seguindo as características das edificações da arquitetura colonial.

Atualmente, apenas alguns imóveis da linguagem *Art Déco* e da arquitetura modernista mantêm o uso original, de residência. Na maioria dos exemplares estudados, a existência de novos usos acabou descaracterizando o imóvel, principalmente, nas edificações não protegidas pelos órgãos preservacionistas. E nas áreas classificadas pelo governo Federal ou Estadual, a proteção dos imóveis restringe-se à volumetria e elementos de fachadas, pelo fato destes imóveis não possuírem tombamento individual, somente de conjunto.

Concluimos, também, a fragilidade da preservação deste acervo, pela falta de legislação adequada, catalogação e conservação da produção arquitetônica moderna. Os órgãos preservacionistas, por muito tempo, só consideraram patrimônio cultural os imóveis provenientes dos séculos XVII e XIX. Só a partir da década de 1980, a arquitetura modernista passa a ser pauta das políticas preservacionistas do Brasil, com abertura de processos de solicitação de tombamento de imóveis dessa linguagem.

Nesse sentido, a fim de que a produção arquitetônica moderna seja preservada, é necessário que todos os órgãos preservacionistas, municipal, estadual e federal, passem a considerar o

valor desse acervo, de forma a identificá-lo como fonte histórica e documental, de um momento em que a cidade, marcada pela sua arquitetura colonial, quis modernizar-se, tanto a nível urbano, com os planos de 1936 e 1958, como arquitetônico, mostrando um novo tipo “moderno” de morar.

De acordo com o acima exposto, apresentam-se as seguintes respostas aos questionamentos estabelecidos no início da investigação:

a) Como a arquitetura moderna chega a São Luís?

Para se chegar a essa resposta foi necessário o conhecimento de como as linguagens eclética, *Art Déco*, neocolonial e arquitetura modernista se apresentaram no Brasil e, posteriormente em São Luís, onde se pode perceber que: a arquitetura moderna do século XX em São Luís é formada por poucos exemplares em relação à arquitetura colonial; e que a visibilidade destas linguagens se deu por meio das instituições públicas e privadas, grandes disseminadores da arquitetura moderna. Nas residências, em especial as unifamiliares, a modernidade das construções foi iniciada com a modernização de fachadas da linguagem colonial, que passaram a receber elementos da arquitetura eclética, neocolonial e *Art Déco*. A resposta a esse questionamento foi dada no capítulo 1, onde verificou-se que a arquitetura moderna chegou a São Luís por meio das grandes obras culturais e institucionais, públicas ou privadas, representadas com tipologias diversas que incluem cinemas, sede da empresa de Correios, clubes, escolas, sedes de institutos previdenciário e bancos.

b) No intervalo de 1930 a 1960, a cidade de São Luís sofreu um período de estagnação econômica; como o moderno conseguiu evoluir nesse período?

A resposta para esse questionamento foi apresentada nos capítulos 2 e 3, capítulos que apresentaram a dimensão política e econômica do Brasil e do Maranhão e as consequências dos acontecimentos no meio urbano e na arquitetura. No intervalo de 1930 a 1960, o Maranhão encontrava-se no final do ciclo econômico industrial, momento em que a economia encontrava-se estagnada, só vindo a melhorar com a exploração do babaçu, que fez parte do ciclo de integração comercial do Maranhão à economia nacional e possibilitou um certo dinamismo à economia, refletindo na implantação de planos urbanos e a construção de rodovias. Na arquitetura, observou-se o surgimento das grandes obras institucionais e culturais, além dos primeiros edifícios em altura, os arranha-céus. A evolução

da arquitetura moderna nesse período se deu, como visto, pelo dinamismo implantado pelo babaçu na economia, mas, também, pelas ações do Governo Federal, por meio de seus interventores federais nos Estados, que buscaram modernizar as estruturas administrativas e as cidades, por meio de planos urbanos.

- c) Como evoluíram as funções desenvolvidas por essas edificações: estrutura física, espacial, articulação interna, hierarquia dos espaços e usos?

Com a análise dos casos de estudos apresentados no capítulo 4, e na *Rota do Moderno*, foi possível estudar e avaliar a produção arquitetônica moderna em São Luís representada em 12 casos de estudo, como já exposto anteriormente. Percebe-se que poucos casos de estudo mantiveram a função residencial, os demais exemplares receberam novos usos, principalmente, os institucionais ou de serviços. Com relação à estrutura das edificações, foi constatado que todas apresentavam estrutura mista em concreto armado com alvenaria de tijolos; apresentavam programas de necessidades similares, distinguindo-se uns dos outros pela quantidade, tamanho da residência ou lote; a distribuição interna apresenta o setor social na parte frontal da edificação, tendo como elemento de separação da área externa para interna, uma varanda; o setor de serviço fica no fundo da edificação, sendo que parte desse setor, na maioria dos casos, ficava localizado numa edícula que ocupava o afastamento posterior da edificação; e, o setor privativo ficava no pavimento superior, onde os dormitórios eram distribuídos, tendo alguns desses uma varanda exclusiva.

A evolução das residências se deu de forma lenta da linguagem eclética à arquitetura modernista, constatando-se poucas alterações na estrutura física, espacial e articulação interna de uma linguagem para outra. O que se altera de uma linguagem para outra é a sua “roupagem” externa.

- d) Trata-se de um estoque arquitetônico que se encontra desvalorizado; como esse acervo poderá ser reabilitado para novos usos e novas funções?

O acervo moderno, como visto, pode ser reabilitado para receber novos usos e funções como vem ocorrendo com as edificações coloniais, de modo a assegurar a continuidade do bem e evitar o seu abandono. Sabe-se que ao implantar novos usos, são necessárias adaptações às necessidades da vida contemporânea. Essas adaptações devem preservar o

valor histórico, estético e cultural da edificação, pois essas construções são um produto cultural, que deve ser protegido para as futuras gerações.

- e) O acervo da arquitetura colonial é predominante na cidade de São Luís, e encontra-se protegido pela Legislação Federal (IPHAN – Decreto-Lei Nº 25/1937) e pela Legislação Estadual. Por que o acervo do século XX não está protegido?

O acervo do século XX, formado pelas linguagens eclética, neocolonial, *Art Déco* e arquitetura modernista, não está protegido pelos órgãos preservacionistas do Maranhão pela falta de interesse dos mesmos por imóveis do século XX. Sabe-se que existem ações pontuais por parte de grupos de pesquisa nas faculdades, que buscam divulgar e valorizar esse acervo, que a cada ano vem se perdendo pela ausência de políticas públicas voltadas para sua preservação e conservação, principalmente, para os imóveis que ficam localizados fora dos limites de tombamento. Sabe-se que parte do acervo moderno da cidade de São Luís encontra-se dentro da área classificada pelo governo federal e estadual, mas não possui tombamento individual, facilitando as descaracterizações internas dos imóveis. A proteção destas edificações ocorre somente na volumetria.

Após responder às questões de investigação, partiu-se para a verificação da hipótese de que a produção arquitetônica residencial moderna de São Luís do Maranhão, Brasil, do século XX, formada por diferentes linguagens (Eclético, Neocolonial, *Art Déco* e Arquitetura Modernista), apresenta similaridades na sua configuração espacial e materialidade, conseguindo dialogar positivamente com as edificações coloniais e ecléticas, dos séculos XVIII e XIX, sem representar um grande contraste nesse conjunto.

A confirmação da hipótese deu-se a partir da análise dos casos de estudo, onde se observou similaridades em relação à:

- i) implantação: as edificações são implantadas em lotes estreitos e de forma longitudinal;
- ii) configuração espacial: as residências apresentam divisão tripartida, ambientes fluídos e bem compartimentados;
- iii) materialidade: observou-se o uso do concreto armado com alvenaria de tijolos, revestimentos do piso em *parquet* e em azulejos, nas áreas molhadas.

Essas residências, por apresentarem similaridades, não geraram grande impacto no centro antigo, em decorrência do seu gabarito, e por fazerem uso de elementos da arquitetura tradicional como o uso de esquadrias de madeira com venezianas, e as coberturas em telhas cerâmicas, geralmente, no modelo capa e canal.

A presente tese buscou abrir caminhos para o conhecimento e a valorização do acervo moderno, numa cidade marcada pela força da arquitetura colonial, de modo a alertar a comunidade e os órgãos preservacionistas da necessidade de se criar políticas públicas voltadas para a preservação e conservação desse acervo, evitando, assim, perdas de edificações que marcaram uma época da história da arquitetura ludovicense.

Dificuldades da investigação, Recomendações, e Trabalhos Futuros

A análise da produção arquitetônica residencial moderna de São Luís, no intervalo temporal de 1930-1970, conseguiu ampliar o conhecimento desse importante acervo por meio da reconstituição dos projetos originais, contribuindo para o entendimento que as linguagens pertencentes a essa produção apresentam similaridades em sua composição física, espacial e material, o que, de certo modo, possibilitou a abertura de caminhos para compreensão de um acervo que vem sofrendo um processo constante de descaracterização e demolições.

Durante o processo de investigação, houve várias dificuldades quanto ao acesso a informações referentes aos imóveis pesquisados, a saber: impossibilidade de aceder aos projetos originais, dificuldade em identificar autores dos projetos e executores das obras, e a inexistência de um acervo da arquitetura do século XX na cidade.

O estudo e a análise da produção arquitetônica moderna deve ser ampliada para outros exemplares residenciais, que se encontram dentro e fora da *Rota do Moderno*, por meio de levantamentos e reconstituição dos projetos originais, de maneira a contribuir para a preservação da memória desse acervo. Para tanto, recomendamos a participação em espaços de discussão da cidade, de maneira a apresentar os valores desse acervo moderno, de forma a criar instrumentos para a sua preservação e conservação.

A investigação sobre a produção arquitetônica moderna ludovicense do século XX é insuficiente, havendo uma premente necessidade de preencher as lacunas sobre essa temática. Dessa forma, indicamos possíveis linhas de desenvolvimento para trabalhos futuros:

- a) Alargamento do trabalho de recolha e análise do acervo moderno à habitação coletiva e a outras tipologias edificatórias;
- b) Início da constituição de um acervo de toda a produção moderna ludovicense – peças escritas, peças desenhadas, maquetas, modelos virtuais;
- c) Realização, por meio de narrativas (memória oral), com ex-moradores e proprietários, de entrevistas, com o intuito de conhecer a percepção dos mesmos sobre o morar numa habitação moderna;
- d) Elaboração de publicações sobre essa temática, de forma a divulgar e possibilitar discussões para a sua preservação;
- e) Transformação desta tese em livro, a ser publicado futuramente.

Cientes de que o presente trabalho abrangeu uma pequena parte da produção arquitetônica moderna de São Luís, esta investigação buscou dentro das instâncias do recorte temporal, oferecer um panorama dos imóveis da produção arquitetônica moderna do século XX, no intuito de abrir caminhos para novas análises e discussões sobre esse acervo ludovicense.

Disseminação da Investigação

A disseminação dos resultados desta investigação ocorreu através da participação nos Laboratórios de Doutorado em Arquitetura (Laboratório I, II e III), bem como pela presença e apresentação em comunicações de eventos nacionais e internacionais, que resultaram em publicação de artigos científicos nos anais dos seminários, encontros e congressos.

As comunicações nesses eventos científicos foram “recortes” da presente tese, sendo apresentados em eventos ligados à arquitetura ou ao urbanismo. Nos eventos ligados ao urbanismo foram apresentados artigos relacionados à evolução do traçado urbano da cidade e de trechos da *Rota do Moderno*. Com relação à arquitetura, a maioria das apresentações

estiveram ligadas a eventos organizados pela rede DOCOMOMO e pela Rede Amazônia de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo.

Neste sentido, apresenta-se, de seguida, uma listagem dos artigos escritos, apresentados e publicados em conferências, congressos e seminários desde o início do processo de doutoramento, estimulando assim o desenvolvimento da presente investigação:

- a) 4ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana do PNUM 2015 (Portuguese-Language Network of Urban Morphology), Configuração Urbana e os Desafios da Modernidade, nos dias 25 e 26 de junho de 2015, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, apresentando o Artigo intitulado: “Transformações da forma urbana no Centro Histórico de São Luís- MA: abertura em diagonal da Avenida Magalhães de Almeida” (Apresentação Oral e Publicação nos anais do Evento), pertencente à sessão temática 8: Configuração urbana e história das cidades.
- b) 6º DOCOMOMO NORTE E NORDESTE. Arquitetura Tectónica-lugar realizado na Universidade Federal do Piauí, na cidade de Teresina – Piauí (Brasil), de 10 a 13 de agosto de 2016, com o Artigo intitulado: “A Memória da Arquitetura Moderna na Cidade de São Luís no Maranhão (Brasil) no período de 1930 a 1960” (Apresentação Oral e Publicação nos anais do Evento).
- c) Congresso Ibero-Americano “Patrimônio, suas matérias e imaterias” (Patrima 2016), realizado no Laboratório Nacional de Engenharia Cível, em Lisboa-Portugal, nos dias 02 e 03 de novembro de 2016. Artigo intitulado: “A Configuração Física Recuperando a Memória na Habitação: o caso de São Luís do Maranhão Brasil” (Apresentação Oral e Publicação nos anais do Evento – 978-972-49-2288-1).
- d) 4º CIHEL – Congresso Internacional da Habitação do Espaço Lusófono/ A cidade Habitada, promovido pela Universidade da Beira Interior (UBI), na cidade de Covilhã (Portugal) entre os dias 7 a 9 de março de 2017, com o Artigo aprovado “Avenida Getúlio Vargas: o Resgate do Modo de Morar em Residências Modernas em São Luís do Maranhão” (Apresentação Oral e Publicação nos anais do Evento – ISBN: 978-989-654-363-1).

- e) II Seminário de Arquitetura Moderna da Amazônia “Modernidades da Amazônia”, promovido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), no período de 13 a 16 de março de 2017, na cidade de Palmas- Tocantins (Brasil). Artigo intitulado: “A Construção da Arquitetura Moderna Ludovicense: o Caso do Edifício Saluá” (Apresentação Oral e Publicação nos anais do evento – ISBN: 978-85-5659-026-8).
- f) II Seminário de Arquitetura Moderna da Amazônia “Modernidades da Amazônia”, promovido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), no período de 13 a 16 de março de 2017, na cidade de Palmas- Tocantins (Brasil). Artigo intitulado: “Arquitetura Vertical em São Luís: os Arranha-céus e a construção do moderno” (Apresentação Oral e Publicação nos anais do Evento - ISBN: 978-85-5659-026-8).
- g) IV Seminário Internacional Academia de Escolas de arquitetura e urbanismo de Língua Portuguesa – AEAULP “A Língua que Habitamos” realizado na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gérias, em Belo Horizonte, e no Instituto Inhotim , nos dias 25 a 28 de abril de 2017. Artigo intitulado: “Da herança do Traçado à reabilitação urbana: princípios do urbanismo português como estratégia para São Luís do Maranhão” como coautora, junto com a Arquiteta Nádia Freitas Rodrigues (Apresentação Oral e Publicação nos anais do Evento – ISBN-13: 978-154-70022755).
- h) 6ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana (Portuguese- Language Network of Urban Morphology) – PNUM 2017, “Morfologia Urbana: território, paisagem e planejamento”, realizado na cidade de Vitória- ES (Brasil), entre os dias 24 e 25 de agosto de 2017, apresentando o artigo “As transformações da Avenida Getúlio Vargas, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão (Brasil)” (Apresentação Oral e Publicação nos anais do Evento – ISBN: 978-85-5458-007-0).
- i) 12º Seminário DOCOMOMO Brasil “Arquitetura e Urbanismo do Movimento Moderno: patrimônio cultural brasileiro: difusão, preservação e sociedade”, realizada na Universidade Federal de Uberlândia – UFU, no Estado de Minas Gerais, de 21 a 24 de novembro de 2017, apresentando o trabalho “O habitat moderno em São Luís: a análise

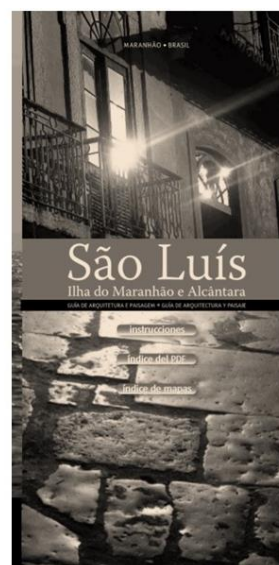
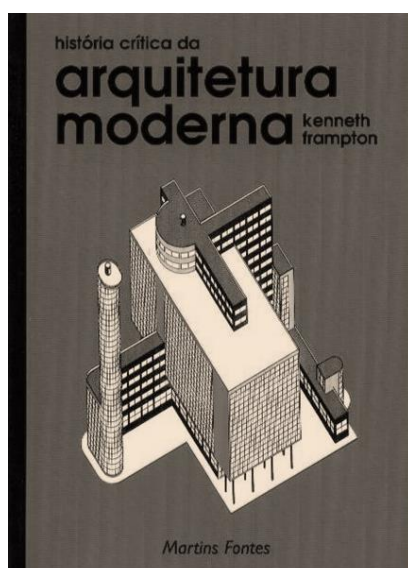
de três edificações residenciais” (Apresentação Oral e Publicação nos anais do Evento - ISBN: 978-85-64554-03-0).

A investigação, também, foi publicada em dois livros: um físico e um digital. O artigo apresentado nos dois livros foi resultante do 6º DOCOMOMO Norte e Nordeste. São eles:

- a) Artigo no livro “Modernidade no norte-nordeste brasileiro. O diálogo entre arquitetura, tectônica e lugar” (2017), da Editora da Universidade Federal do Piauí - UFPI e Gráfica Cidade Verde (ISBN 978-85-509-0164-0), organizado por Alcília Afonso, que organizou o 6º Seminário do DOCOMOMO Norte Nordeste em Teresina, em agosto de 2016. O artigo “A Memória da Arquitetura Moderna na Cidade De São Luís no Maranhão (Brasil) no Período de 1930 a 1960”, encontra-se no terceiro capítulo do livro.
- b) Artigo no livro “Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo na Amazônia” (2019), da Editora da UNIPAP (ISBN 978-85-547 6-072-4), organizado por José Alberto Tostes. O artigo “A Memória da Arquitetura Moderna na Cidade De São Luís no Maranhão (Brasil) no Período de 1930 a 1960”, encontra-se no primeiro capítulo do livro (edição digital).

Além dos eventos científicos e livros acima citados, buscar-se-à, ainda, apresentar os resultados e considerações finais da presente investigação em revistas científicas e congressos e conferências nacionais e internacionais.

A cidade é a memória coletiva dos povos; e como a memória está ligada a fatos e a lugares. A cidade é o 'locus' da memória coletiva. (ROSSI, 1995: 198)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Figura da página anterior capas livros. Fonte: Frampton, 2015 [1980]; Bruand, 2012 [1981] e Lopes, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CIDADE de São Luís - **O Imparcial**, São Luís, nº 5498, ano XII, 26 fev. 1937, p.1.

ACONTECIMENTO de relevo em nossa vida comercial - **Diário de São Luiz**, 12 dez.1948, p.9.

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto - **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. São Paulo: ProEditores, 1997a.

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília - **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. São Paulo: ProEditores, 1997b.

ALMADA, Jhonatan - **Planejamento e desenvolvimento do Maranhão: conteúdo histórico, obstáculos e estratégias de superação**. São Luís: Engenho, 2017.

ALONSO PEREIRA, José - **Introdução a História da Arquitetura: das Origens ao Século XXI**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

AMARAL, Aracy - *La invención de un pasado*. In: AMARAL, Aracy (coord.) - **Arquitectura Neocolonial: América latina, Caribe, Estados Unidos**. São Paulo: Fundação memorial da América Latina: Fundo de Cultura Econômica, 1994. p.11-18.

AMORIM, Hananiel de Souza - **A implantação dos grupos escolares nas primeiras décadas do século XX. Saberes**. Natal (RN), V.1, n.12, p. 208-224, set. 2015.

ANDREOLI, Elisabetta; FORTY, Adrian - **Arquitetura Moderna Brasileira**. Londres: Phaidon, 2004.

ANDRÈS, Luís Phelipe de C. Costa - **Centro Histórico de São Luís – Maranhão: patrimônio mundial**. São Paulo: Audichomo, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo - **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992 [1988].

ATIQUE, Fernando; CAMPOS, Cristina de; DANTAS, George Alexandre Ferreira - **Profissionais, Práticas e Representações da Construção da Cidade e do Território**. São Paulo: Alameda, 2013.

AZEVEDO, Ricardo Marques de - *Las ideas de Ricardo Severo y la relación con el academicismo* In: AMARAL, Aracy (coord.) - **Arquitectura Neocolonial: América latina, Caribe, Estados Unidos**. São Paulo: Fundação memorial da América Latina: Fundo de Cultura Econômica, 1994. p.249-260.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de - **Habitação e populismo: a Fundação da Casa Popular**. In: AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de - **Habitação e Poder. Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 19-39.

BARONE, Ana Claudia Castilho - **Team 10: arquitetura como crítica**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

BARROS, Valdenira - **Imagens do Moderno em São Luís**. São Luís: Unigraf, 2001.

BAUDELAIRE, Charles - **Sobre a Modernidade. O Pintor da Vida Moderna**. Coleção Mimo. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010 [1863].

BAKER, Geoffrey H - **Le Corbusier: Análisis de la forma**. 6ª ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1997 [1985].

BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried - **Arquitetura do século XX**. Portugal. Lisboa: Portugal- Frankfurt 97, 1998.

BENEVOLO, Leonardo - **História da Arquitetura Moderna**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998 [1976].

BENEVOLO, Leonardo - **História da Cidade**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015 [1972].

BERMAN, Marshall - **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986 [1982].

BERNARDI, Thiago Costa – **Arquitetura neocolonial e “as sábias lições” de José Marianno Filho**. Nova Iguaçu, Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. 45f. Monografia de graduação – Curso de Licenciatura em História, Universidade Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu (RJ), 2014. [Consult. 30 mai. 2016]. Disponível na internet: <<http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/62>>.

BONDUKI, Nabil - **Os Pioneiros da Habitação Social - Volume 1**. Cem Anos de Política Pública no Brasil. São Paulo: Editora Unesp; Editora SESC, 2014a.

BONDUKI, Nabil - **Os Pioneiros da Habitação Social - Volume 2**. Onze propostas de morar para o Brasil moderno. São Paulo: Editora Unesp; Editora SESC, 2014b.

BONDUKI, Nabil - **Os Pioneiros da Habitação Social - Volume 3**. Onze propostas de morar para o Brasil moderno. São Paulo: Editora Unesp; Editora SESC, 2014c.

BONDUKI, Nabil Georges - Origens da produção estatal da moradia. In: **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 6ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011 [1998]. p. 98-131.

BORGES, Marília Santana - **Quartirão Sucesso da Cidade: o Art Déco e as transformações arquitetônicas de Fortaleza de 1930 a 1940**. São Paulo: FAU/USP, 2006. 206f. [Consult. 8 mar. 2016]. Dissertação de Mestrado. Disponível na internet: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-27052010-115838/pt-br.php>>.

BRUAND, Yves - **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012 [1981].

BRUNA, Paulo Júlio Valentino – **Os primeiros Arquitetos Modernos: Habitação Social no Brasil 1930-1950**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

BURNETT, Carlos Frederico Lago - **Urbanização e Desenvolvimento Sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na Cidade de São Luís do Maranhão**. São Luís: Editora da UEMA, 2008.

BUZAR, Benedito B. - **O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965**. 5ed. São Luís: Instituto Geia, 2014 [1998].

CAMPOS, Candido Malta - **Os Rumos da Cidade: Urbanismo e Modernização em São Paulo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

CARVALHO, Édis Evandro Texeira de - **Arquitetura Neocolonial: a arquitetura como afirmação de nacionalidade**. Salvador: FAU/UFBA, 2002. 185f. [Consult. 24 mar.2016]. Dissertação de Mestrado. Disponível na internet: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12299?mode=full>>.

CARVALHO, Julice Almedra Freitas Mendes de - **Formas de Morar no Brasil entre os 50 e os 70. Recife: UFPE, 2009. 261f**. [Consult. 23 abr. 2016]. Dissertação de Mestrado em Design. Disponível na internet: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3012>>.

CARRANZA, Luís E - **Modern Architecture in Latin American: art, technology and utopy**. Texas: University of Texas press, 2014.

CASTILHO, Denis - **Os Sentidos da Modernização**. In: Boletim Goiano de Geografia. Vol. 2. Nº 30:2010, p. 125–140. DOI: 10.5216.

CAVALCANTI, Lauro - **Quando o Brasil era moderno: guia de Arquitetura 1928-1960**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

CAVALCANTI, Lauro; LAGO, André Corrêa do - **Ainda moderno? Arquitetura brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

CAVALCANTI, Lauro - **Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2006.

CHEGOU o novo Ford 1949. **Diário de São Luiz**, 5 dez.1948, p.9.

CHING, Francis D.K. - **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2013 [2007].

CHOAY, Françoise - **O Urbanismo**. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015 [1965].

CLARK, Roger H - **Precedents in Architecture. Analytic diagrams, formative ideas and partis**. 3ª ed. New Jersey: Wiley, 2006 [1987].

COELHO NETTO, Eloy - **Geo-História do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1985.

COHEN, Jean-Louis - **O Futuro da Arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.

CONDE, Luiz Paulo Fernandez - **Art Déco: modernidade antes do Movimento Moderno In: Art déco na América latina** – Centro de arquitetura e Urbanismo – 1º Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar Grandjean de Montigny – PUC/RJ, 1997.

COSTA, Lucio - **Lúcio Costa: Registro de uma Vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COUZAS do Maranhão - **O Jornal (MA). Diário ilustrado. Informações, arte, literatura, ciências, teatro, elegâncias**, São Luís, 01 ago. 1918, p.1.

CUNHA, Gaudêncio - **Maranhão 1908**. São Luís: Tipogravura Teixeira, 1908.

CUNNIGHAM, Allen - **DOCOMOMO. Modern Movement Heritage**. London: Routlende, 1998.

CURTIS, William - **Arquitetura Moderna desde 1900**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2008 [1982].

CZAJKOWSKI, Jorge - **Guia da Arquitetura Eclética do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000a.

CZAJKOWSKI, Jorge - **Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000b.

DECRETO N º 233 de 23 de março de 1937. Cria uma comissão de Plano da cidade, composta por sete membros. **Diário Oficial (MA)**. (1937-03-31) p.3.

DECRETO N º 205, de 03 de novembro de 1936. Manda pôr em execução o novo código de posturas do município de São Luiz e dá providencias. **Diário Oficial (MA)**. 1936-11-11). p.3.

DEL BRENNA, Giovanna - Ecletismo no Rio de Janeiro (Séc. XIX-XX). In FABRIS, AnnaTeresa (Org.) - **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel; EDUSP, 1987. p. 28-67.

DEMPSEY, Amy - **Estilos, Escolas & Movimentos**. 2ª ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2010 [2002].

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO - **Processo 1648 – T-12. Edifício “A noite”**. Rio de Janeiro, 2012.

DESLAURIERS, Jean-Pierre e KÉRISIT, Michéle – O delineamento de pesquisa. In: POUPART, Jean *et all.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014 [2008]. p. 127-153.

DOMINGUES, José. Rodoviando e... matutando - **O Imparcial**, São Luís, 25 nov. 1928, p.2.

EM SÃO LUÍS o presidente Juscelino Kubitschek - **Pacotilha: O Globo**, São Luís, 18 jan. 1958, p.1.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (org.) - **São Luís: uma leitura da cidade**. Prefeitura de São Luís/ Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

FABRIS, AnnaTeresa - Ecletismo à Luz do Modernismo. In: FABRIS, AnnaTeresa (Org.) - **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel; EDUSP, 1987. p. 280-296.

FARIAS, Hugo L. – **A Casa: Experimento e Matriz. A Casa de Ofir, de Fernando Távora e a Casa de Vila Viçosa, de Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira**. Caleidoscópio: Casal de Cambra, 2018. ISBN 978-989-658-496-2. DOI <https://doi.org/10.19262/978-989-658-496-2>.

FARIAS, Hugo L - **La Casa: experimento y matriz**. Madrid: Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Universidad politécnica de madrid, 2011. 422f. Tese de Doutoramento em Arquitetura.

FAUSTO, Boris (org.) - **O Brasil Republicano, v.11: Economia e Cultura (1930-1964)**. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 [1996]. (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, Volume 11).

FAUSTO, Boris - **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo: Fundação de desenvolvimento da Educação, 1995 [1994].

FERNANDES, José Manuel - **Arquitectos do século XX**. Da tradição à modernidade. Lisboa: Caleidoscópio, 2006.

FICHER, Sylvia; ACAYABA, Marlene Milan – **Arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1982.

FIGUEIREDO, Margareth Gomes de - **Valorização do Sistema Construtivo do Património Edificado**. Aveiro: 2014. 530f. [Consul. 18 mai. 2018]. Tese de Doutoramento em Engenharia Civil. Disponível na internet: <<http://hdl.handle.net/10773/13716>>.

FERREIRA, Assuero - **Estado e economia no Brasil: 1930-1964**. Fundamentos da construção de um capitalismo urbano-industrial periférico. Revista de Ciências, v.36, nº 1/2, p. 52-72, 2005. [Consult. 30 ago 2017]. Disponível na internet: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/561>>.

FERREIRA, Antônio José de Araújo - **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014.

FRAMPTON, Kenneth - **Genealogy of Modern Architecture: Comparative Critical Analysis of Built Form**. Zurich: Lars Müller Publishers, 2015.

FRAMPTON, Kenneth - **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes - Selo Martins, 2015 [1980].

GANHOU São Luís um “Edifício Sulacap” - **Pacotilha - O Globo**. Rio de Janeiro, 27 de abr. de 1959, p.3.

GOMES, Ângela de Castro - Novas elites burocráticas. In GOMES, Ângela de Castro (org.) - **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: FGV editora, 1994. p. 1-11.

GÖSSEL, Peter; LEUTHÄUSER, Gabriele - **Arquitetura no Século XX**. Köln: Taschen, 2013.

GUIMARAENS, Cêça; COUTO, Sylvia - Musas do Patrimônio Moderno: Lina, Gisela e Janete. In: SEGRE, Roberto [et al.] - **Arquitetura+arte+cidade: um debate internacional**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2010.p. 153-163.

HARVEY, David - **A Condição Pós-Moderna**. 24ª ed. São Paulo: Loyola, 2010 [1989].

HERNEY, Hilde - **Architecture and Modernity. A Critique**. London: MIT press, 1999.

HILLIER, Bill; HANSON, Julianne - **The Social logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005 [1984].

HOLANDA, Felipe de - **Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos**. São Luís: IMESC, 2008 (cadernos IMESC, 4).

HOMEM, Maria Cecília Naclério - O Palacete do Ecletismo: implantação. In: MACEDO, Silvio Soares - **Paisagem Ambientes Ensaios 6**. São Paulo: USP, 1994. Volume 6 (1994). p. 31-44.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) - **Processo de Análise da Reforma do Edifício João Goulart**. São Luís, 2009.

INAUGURAÇÃO do Edifício Governador Archer - **Pacotilha. O Globo**, São Luís, 27 jan.1951, p.3.

A INAUGURAÇÃO do novo edifício dos Correios e Telegraphos - **Jornal do Maranhão. Semanário da União de moços Catholicos**, São Luís, 10 abr. 1937, p.1.

JANJULIO, Maristela da Silva - **Arquitetura Residencial Paulistana dos Anos 1920: ressonâncias do Arts and Crafts?** São Carlos (SP): 2009. 408f. [Consult. 15 jun. 2015]. Dissertação de Mestrado da Escola de Engenharia. Disponível na internet: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-26052009-111901/pt-br.php>>.

JORGE, Miércio de Miranda - **Álbum do Maranhão - 1950**. Rio de Janeiro: Gráfica Dois Irmãos, 1950.

JUNQUEIRA SCHETTINO, Patrícia Thomé - **A Mulher e a casa [manuscrito]: estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 322f. [Consult. 15 set. 2016]. Tese de Doutorado. Disponível na internet: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-96NJP8>>.

KESSEL, Carlos - **Arquitetura Neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade**. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.

KOPP, Anatole - **Quando o Moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Studio Nobel/EDUSP, 1990.

KRIER, Léon - **Arquitetura: Escolha ou Fatalidade**. Coleção Teorias e Fontes da Arquitectura. Lisboa: Estar Editora, 1999.

KUJAWSKI, Gilberto - **Ideia do Brasil: arquitetura imperfeita**. Coleção Livre Pensar. São Paulo: Senac SP, 2001.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande - **São Luís do Maranhão: Corpo e Alma**. São Luís: Alumar, Gráfica Santa Marta, 2012.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande - **História da medicina em São Luís: médicos, enfermidades e instituições**. São Luís: Gráfica Santa Marta (PB), 2015.

LAMAS, José M. Ressano Garcia - **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 6ªed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011 [1995].

LE CORBUSIER – **Por uma arquitetura**. São Paulo: perspectiva, 2014 [1923].

LE GOFF, Jacques - **História e Memória**. Coleção Repertórios. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LEME, Maria Cristina da Silva - A formação do pensamento urbanístico do Brasil, 1895-1965. In LEME, Maria Cristina da Silva - **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1987. p. 20-38.

LEMME, Arie van de - **Guia de Arte Déco**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

LEMOS, Carlos A. C. - **Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1979.

LEMOS, Carlos A. C. - Ecletismo em São Paulo. In FABRIS, AnnaTeresa (Org.) - **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel; EDUSP, 1987. p. 68-103.

LEMOS, Carlos A. C. - **A História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.

LEMOS, Carlos A. C. - **A República Ensina a Morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999a.

LEMOS, Carlos A. C. - **Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999b.

LEONÍDIO, Otávio. - **Carradas de Razões: Lúcio Costa e a arquitetura moderna brasileira (1924-1951)**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2007.

LIMA, Carlos de - **História do Maranhão**. 2ªed. São Luís: Instituto Geia, 2010.

LIMA, Rogério; FURTADO, Roberto – **Arquiteto Cleon Furtado. Modernista Maranhense**. [Registro vídeo]. São Luís: Confraria da Arquitetura, 2018 (7min., 39seg.). [Consult. 03 jan. 2020]. Disponível na internet: < <https://www.youtube.com/watch?v=Ih6lvX8gdcM>>.

LIRA, José - **Warchavchik: Fraturas da Vanguarda**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

LIRA, José - **O visível e o invisível na arquitetura brasileira**. São Paulo: DBA, 2017.

LOPES, José Antônio Viana - **São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial: Antônio Lopes da Cunha e a preservação do patrimônio Ludovicense**. São Luís: Fundação Municipal de Cultura, 2013.

LOPES, José Antônio Viana (org.) - **São Luís Ilha do Maranhão: Guia de Arquitetura e Paisagem**. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito - **Patrimônio Cultural – Critérios e Normas Internacionais de Proteção**. Lisboa: Caleidoscópio, 2014.

LYNCH, Kevin - **A imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997 (1960).

MACEDO, Silvio Soares de - Espaços Livres. In: MACEDO, Silvio Soares de - **Paisagem e Ambiente: ensaios 7**. São Paulo: USP, 1995. Volume 7 (1995). p.15-56.

MAHFUZ, Edson – O clássico, o poético e o erótico: método, contexto e programa. In: GUERRA, Abílio (org.) – **Textos fundamentais sobre a história da arquitetura moderna brasileira: V.2**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

MALARD, Maria Lucia - **As Aparências em Arquitetura**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MARQUES, César Augusto - **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Fon-fon e Seleta, 1970 [1870].

Martí Arís, Carlos. **La casa binuclear según Marcel Breuer: el patio recobrado**. DPA: Documents de Projectes d'Arquitectura, 1997, núm. 13, p. 46-51 [Consult. 20 mai. 2017]. Disponível na internet: <http://hdl.handle.net/2099/12168>

MEIRELLES, Mário - **História do Comércio do Maranhão: 1934-1960**. Volume 4. São Luís: Edições Academia Maranhense de Letras, 2015a [1992].

MEIRELLES, Mário - **História do Maranhão**. 5ªed. São Luís: Edições Academia Maranhense de Letras, 2015b [1960].

MEIRELLES, Mário - **História de São Luís**. 2ªed. São Luís: Edições Academia Maranhense de Letras, 2015c [2012].

MELLO, Joana - **Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

MESQUITA, Ruy Ribeiro - **Plano de Expansão da Cidade de São Luís**. São Luís: DER-MA, 1958.

MICHAELIS 2000: moderno dicionário da língua portuguesa. 2v. Rio de Janeiro: Reader's Digest; São Paulo: Melhoramentos, 2000. p.1394.

MINDLIN, Henrique. E. - **Arquitetura Moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano editora, IPHAN, 2001 [1956].

MONTANER, Josep Maria; HEREU, Pere; OLIVERAS, Jordi - **Textos de Arquitectura de La Modernidad**. 3ª ed. San Sebastián: Nerea, 2012.

MOREIRA, Fernando Diniz. Os desafios postos pela Conservação Moderna. In: RAMOS, Tânia Beisl (coord.) - **Entre Brasil e Portugal: desafios, discursos e práticas da arquitetura moderna e contemporânea**. Lisboa: Caleidoscópio, 2016. p. 85-112.

MORAES, Jomar - **Guia de São Luís do Maranhão**. São Luís: Legenda, 1989.

NASCIMENTO, Lúcia Moreira do - Avenida Getúlio Vargas: O Resgate do Modo de Morar em residências Modernas em São Luís do Maranhão (Brasil) [CD-ROM]. In: **4º CIHEL - Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono, 2017**, Porto e Covilhã. A Cidade Habitada: modo de habitar (Tema B). Anais do 4º CIHEL. Covilhã: Editora da Universidade da Beira Interior, 2017a, p. 615-627.

NASCIMENTO, Lúcia Moreira do. As Transformações da Avenida Getúlio Vargas na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão (Brasil). In: **6ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana_PNUM 2017**, Vitória (ES). Anais eletrônico do 6º PNUM. Vitória (ES): UFES, 2017b, p.537-545. [Consult. 24 mai. 2018]. Disponível na internet: <<http://pnum2017.wixsite.com/pnum2017>>.

O IMPARCIAL. São Luís, ano V, nº2394, 14 ago. 1930, p.8.

OLIVEIRA, Karla Di Giacomo Dias - **Bangalôs em Bauru: Uma nova forma de morar para o Século XX**. Bauru (SP): UNESP, 2016. 207f. [Consult. 12 jan. 2016]. Dissertação de Mestrado. Disponível na internet: < <http://hdl.handle.net/11449/144654>>.

OLIVEIRA, Antônio Guimarães - **São Luís: memória e tempo. São Luís em cartões postais e álbuns de lembranças.** São Luís: Nova Graf, 2010.

OLIVEIRA, Antônio Guimarães - **Becos & Telhados.** São Luís: Dakotas Editoras Ltda., 2018.

OLLAIK, Leila Giandoni; ZILLER, Henrique Moraes - **Concepções de validade em pesquisa qualitativas. Educação e pesquisa.** V.38, n.º 01. São Paulo, 2012. p. 229-241.

O SERVIÇO de tração elétrica - **Pacotilha - O Globo,** São Luís, 18 jan. 1958, p.1.

PALHANO, Raimundo Nonato Silva - **A produção da coisa pública: serviços e cidadania na primeira república ludovicense.** V.3. 2ªed. São Luís: Editora Engenho, 2017 [1988].

PANERAI, Philippe - **Formas urbanas: a dissolução da quadra.** Porto Alegre: Bookman, 2013.

PATTETA, Luciano - Considerações sobre o ecletismo na Europa. In FABRIS, AnnaTeresa (Org.) - **Ecletismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel; EDUSP, 1987. p. 8-27.

PAXECO, Fran - **Geografia do Maranhão.** São Luís: Tipografia Texeira, 1923.

PEDORE, Jaqueline Viel Caberlon - **O Espírito Eclético na Arquitetura.** Revista ARQTEXTO. 6:PROPAR-UFRGS (2004). p.126–137.

PELLETIER, Jean; DELFANTE, Charles - **Cidades e Urbanismo no Mundo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

PEREIRA, Margareth da Silva - **Os Correios e telégrafos no Brasil: um patrimônio histórico e arquitetônico.** São Paulo: MSP/Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999.

PEREIRA, Luz Valente - **A leitura da Imagem de uma área urbana como preparação para o planejamento/acção da sua reabilitação.** Lisboa: LNEC, 2004 [1994].

PEREIRA, Maira Texeira – **As casas de Lina Bo Bardi e os sentidos do Habitat.** Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, programa de pós-graduação em Arquitetura e urbanismo da Universidade de Brasília, 2014, 649f. [Consult. 09 de mar. 2020]. Tese de doutoramento. Disponível na internet: <repertorio.unb.br>bistream.2014_mairatexeira>.

PFLUEGER, Grete Soares – **Arquiteturas do século XX.** In: LOPES, José Antônio Viana (org.) - **São Luís Ilha do Maranhão: Guia de Arquitetura e Paisagem.** Servilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

PORTAS, N.; VIEGAS, L.; GRANDE, N.; TEXEIRA M - **Cidades e frentes de água.** Porto: Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1998.

QUEIROZ, Marcos Vinicius Dantas de - **O século 20 e a construção de algumas modernidades arquitetônicas: Campina Grande (PB) 1930-1950.** Revista CPC, n. 11, USP, p. 103-135, abr.

2011. [Consult. 14 jun. 2017]. Disponível na internet: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15674>>.

RAMOS, Paulo - **Relatório do exercício de 1938 apresentado pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos ao Exm. Se. Dr. Getúlio Vargas**, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. São Luís: Imprensa Oficial, 1939.

RAMOS, Paulo - **Relatório do exercício de 1940 apresentado pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos ao Exmo. Se. Dr. Getúlio Vargas**, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. São Luís: imprensa Oficial, 1941.

RAMOS, Paulo - **Relatório do exercício de 1941 apresentado pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos ao Exmo. Se. Dr. Getúlio Vargas**, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. São Luís: imprensa Oficial, 1942.

RAMOS, Paulo - **Relatório do exercício de 1942 apresentado pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos ao Exmo. Se. Dr. Getúlio Vargas**, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. São Luís: imprensa Oficial, 1943.

RAMOS, Paulo - **Sete Anos de Governo**. São Luís: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1943.

REIS, Marcos Vinicius - **O Art Déco na Obra Getuliana: o moderno antes do modernismo**. São Paulo: FAU/USP, 2014. 279 f. [Consult. 24 jun. 2016]. Tese de doutoramento. Disponível em internet: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-16102014-111348/pt-br.php>>.

REIS FILHO, Nestor Goulart - **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 11ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004 [1970].

REIS FILHO, Nestor Goulart - **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 2000.

REZENDE, Vera F - **Refazendo caminhos: o pensamento urbanístico a partir da produção do engenheiro Saboya Ribeiro**. In: Anais do XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH, em João Pessoa (PB). João Pessoa: UFPB, 2003.

RIBEIRO, Cecília; LIRA, Flaviana. Autenticidade, Integridade e Significância Cultural. In LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvia (org.) – **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos. Olinda (PE): Centro de estudos avançados da conservação integrada**. Recife: CECI, 2012. p.33-43.

RIBEIRO JUNIOR, José Reinaldo Barros - **Formação do Espaço Urbano de São Luís: 1612-1991**. São Luís: Edições FUNC, 1999.

RIBEIRO, José Octacílio Saboya Ribeiro - Câmara Municipal: Mensagem apresentada pelo prefeito dr. José Octacílio Saboya Ribeiro, no dia 28 de julho passado, quando da instalação dos trabalhos da Câmara Municipal. In: **Diário Oficial**. São Luís, 6 ago. 1937, p.5-18.

RIEGL, Alois - **O culto dos monumentos. A sua essência e a sua origem**. São Paulo Perspectiva, 2014 [1984].

ROLIM FILHO, Claudiomar Matias - **Formação Econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação. o que deu tão errado?**. Brasília: UNB, 2016. 112f. [Consult. 12 jan. 2016]. Dissertação de Mestrado em Economia. Disponível em internet: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/23037>>.

SÁ, Marcos Moraes - **A Mansão Finger: o Ecletismo e a casa burguesa no início do século XX**. Rio de Janeiro: Senac, 2002. p. 50 -54.

SALGUEIRO, Heliana Angotti - Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. In FABRIS, AnnaTeresa (Org.) - **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel; EDUSP, 1987. p. 104-145.

SANTOS, Paulo Ferreira - **Quatro Séculos de Arquitetura**. Coleção IAB. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SÃO LUÍS, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo - **Rua Grande: um passeio no tempo**. São Luís: Prefeitura Municipal; São Paulo: Pancrom, 1992.

SEDE do Centro SESC-SENAC. Lançada a pedra fundamental. **Jornal do Maranhão. Semanário de Orientação Católica**, 25 dez.1957, p.12.

SEGRE, Roberto - **Ministério da Educação e Saúde: ícone urbano da modernidade brasileira (1935-1945)**. São Paulo: Romano Guerra, 2013.

SEGRE, Roberto - **América Latina, fim de milénio: raízes e perspectivas de sua arquitetura**. São Paulo: Studio Nobel, 1991.

SEGAWA, Hugo - **Jayme C. Fonseca Rodrigues: arquiteto**. São Paulo: Bei Comunicação, 2016, p. 176.

SEGAWA, Hugo - **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 2014 [1998].

SELBACH, Jeferson Francisco (org.) - **Códigos de Posturas de São Luís/MA**. São Luís: EDUFMA, 2010.

SILVA, Gabriela Melo - **Traços desejantes da cidade: o apelo pela modernização em São Luís (1889-1970)**. São Luís: UFMA, 2012. 201f. [Consult. 13 jan. 2017]. Dissertação de Mestrado

em políticas Públicas. Disponível em internet: <
http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/807>.

SILVA FILHO, Olavo Pereira - **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão**. Belo Horizonte: Formato, 1998 [1986].

SILVA, Sebastião Archer da - **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da sessão ordinária de 1950, pelo Governador Sebastião Archer da Silva**. São Luís: Serviço de Imprensa oficial, 1950. [Consult. 18 jan. 2018]. Disponível na internet: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20141117140245.pdf>.

SILVA, Sebastião Archer da - **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da sessão ordinária de 1948, pelo Governador Sebastião Archer da Silva**. São Luís: Serviço de Imprensa oficial, 1948. [Consult. 19 jan.2018]. Disponível na internet: <www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20150904173255.pdf>.

SITTE, Camillo - **A Construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ártica, 1992 [1889].

SOJA, Edward W - **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOMEKH, Nadia - **A Cidade Vertical e o urbanismo modernizador**. 2ª ed. São Paulo: Editora Mackenzie e Romano Guerra Editora, 2014 [1997].

TELLES, Sophia S. - Lúcio Costa: Monumentalidade e intimismo (1989). In: GUERRA, Abílio - **Textos fundamentais da arquitetura moderna brasileira_parte1**. São Paulo: Romano Guerra, 2010. p. 171-206.

TEXEIRA, Gaspar - **Maranhão Ilustrado**. São Luis: Typografia da Alfaiataria Texeira, 1899.

TIETZ, Jurgen - **História da Arquitetura Contemporânea**. Lisboa: H.f.ullman, 2008.

TRIBUZI, Bandeira - **Formação Econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: FIPES, 1981.

UNDERWOOD, David - **Oscar Niemeyer e o Modernismo de Formas Livres no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

UNWIN, Simon - **A análise da arquitetura**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2013 [2009].

VAZ, Lilian Fessler - **Modernidade e Moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

VÁSQUEZ, Claudio - **La casa errázuriz de Le Corbusier**. Disponível: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/arq/n49/art33.pdf>>. 13 mai. 2019.

VELLOSO, Monica Pimenta - **História & Modernismo**. Coleção História & reflexões. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR; Willian Seba Mallmann - **500 Anos da Casa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VIEIRA FILHO, Domingos - **Breve histórico de ruas e praças de São Luís**. 2ed. São Luís, 1971.

VIVEIROS, Jerônimo de - **História do Comércio do Maranhão 1612-1895**. Vol. 1 São Luís: Edição da Associação Maranhense do Maranhão; EDUFMA, 2014 [1954].

VIVEIROS, Jerônimo de - **História do Comércio do Maranhão 1896-1934**. Vol. 3 São Luís: Edição da Associação Maranhense do Maranhão; EDUFMA, 2014 [1964].

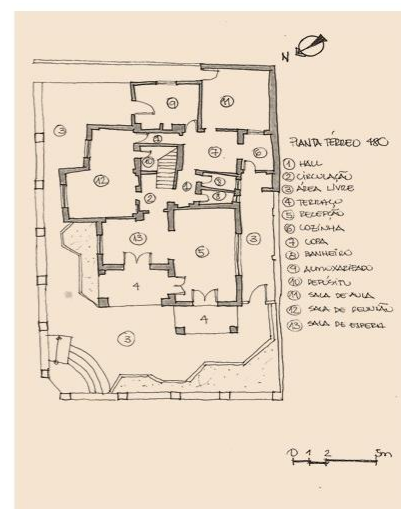
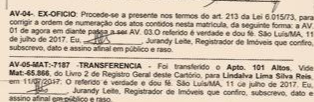
WARCHAVCHIK, Gregori - Acerca da Arquitetura Moderna. In: XAVIER, Alberto (org.) - **Depoimento de uma geração- arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 35-38.

WEIMER, Günter - **Arquitetura Modernista em Porto Alegre entre 1930 e 1945**. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1998.

WEIMER, Günter - **Arquitetura Popular Brasileira**. 2ªed. São Paulo: Unidade Editoria WMF Martins Fontes, 2012 [2005]. Coleção Raízes.

ZEVI, Bruno - **História da Arquitectura Moderna**. Lisboa: editora Arcádia, 1970.




ZEVI, Bruno - **Saber ver a Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.




Anexo 1 – Cadeias Sucessórias e Registro de Imóveis das Residências Ecléticas

a) Residência Nº 139

Proprietário

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DO MARANHÃO
 COMARCA DE SÃO LUÍS
 1ª ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LUÍS/MA
 OFICIAL INTERINO: RICARDO DA SILVA GONÇALVES



CADEIA SUCESSÓRIA

CERTIFICO, a requerimento verbal de parte interessada, que, revendo os livros e assentos desta serventia, encontra-se a **MATRICULA Nº 2.202, Livro 2-H, Fls. 106**, aberta aos 14 de Dezembro de 1976. Prédio de dois pavimentos, em estilo moderno, situado na **Rua Tarquínio Lopes sob o nº 139**, nesta cidade, que tem como **PROPRIETÁRIOS**: GUSTAVO HENRIQUE HABIBE FERREIRA, menor, impúbere, e outros que venham a nascer do casal ANTONIO MARQUES FERREIRA FILHO e sua mulher VERA LUCIA HABIBE FERREIRA, **POR DOAÇÃO FEITA** por ODINÊA BELO FERREIRA, brasileira, inscrita no CPF nº 001766993 e seu marido ANTONIO MARQUES FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF nº 000565453, conforme **R.01/2.202**, registrado aos 14 de Dezembro de 1976; consta no **R.02/2.202- USUFRUTO** - fica reservado o usufruto vitalício do imóvel constante da presente matrícula, para ODINÊA BELO FERREIRA, brasileira, inscrita no CPF nº 001766993 e seu marido ANTONIO MARQUES FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF nº 000565453, registrado aos 14 de Dezembro de 1976. **TENDO COMO TRANSCRIÇÕES ANTERIORES: 10.737, 11.020 e 11.366 do Livro 3-O, Fls. 186, 132 e 214. ANTERIOR: 10.737, LIVRO 3-O, FLs. 186, aberta aos 24 de Janeiro de 1946**, que tem como **ADQUIRENTE: [ilegível]**, e como **TRANSMITENTE: [ilegível]**. **FORMA DO TÍTULO: [ilegível]**. **TENDO COMO TRANSCRIÇÕES ANTERIORES: 9.901, Livro 3-N e 10.713, Livro 3-N**. Foi constatada a impossibilidade de dar prosseguimento a certidão uma vez que a folha do livro mencionado encontra-se em estado de deterioração, ocasionando, com isso, o impedimento de seu uso e manuseio, já tendo sido por nós recebidos desta forma, conforme relatado à e. Corregedoria Geral da Justiça, nos termos do Provimento nº 23 do Conselho Nacional de Justiça. **ANTERIOR: 11.020, Livro 3-O, Fls. 132, aberta aos 4 de Julho de 1946**, que tem como **ADQUIRENTE: [ilegível]**, e como **TRANSMITENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. FORMA DO TÍTULO: Escritura pública de 20 de Abril de 1946, lavrada nas notas do tabelião do 2º Ofício, desta Capital, Dr. Adelman Brasil Correa. TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 10.844, Livro 3-O**. Foi constatada a impossibilidade de dar prosseguimento a certidão uma vez que a folha do livro mencionado encontra-se em estado de deterioração, ocasionando, com isso, o impedimento de seu uso e manuseio, já tendo sido por nós recebidos desta forma, conforme relatado à e. Corregedoria Geral da Justiça, nos termos do Provimento nº 23 do Conselho Nacional de Justiça. **ANTERIOR: 11.366, Livro 3-O, Fls. 214, aberta aos 7 de Janeiro de 1947**, que tem como **ADQUIRENTE: ODINÊA BELO FERREIRA**, casada pelo regime da comunhão de bens com ANTONIO MARQUES FERREIRA, brasileiros, proprietários, domiciliados nesta cidade, e como **TRANSMITENTES: MARIA JOSÉ CASAL TEIXEIRA casada com CLOVIS NETO TEIXEIRA**, pelo regime da comunhão de bens, brasileiros, proprietários, domiciliados nesta cidade. **FORMA DO TÍTULO: Escritura pública de 18 de Dezembro de 1946, lavrada nas notas do tabelião do 1º ofício, desta Capital, Oswaldo da Silva Soares. AVERBAÇÕES: Nº 1 – Odinéa Belo Ferreira, fez construir um prédio, com estilo moderno, de dois pavimentos, que tomou o numero 139, à rua Dr. Tarquínio Lopes, desta cidade. TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 9.187, Livro 3-N, FLs. [ilegível], aberta aos 5 de Maio de 1943, que tem como ADQUIRENTE: MANUEL N[ilegível], solteiro, domiciliado [ilegível] cidade; e como TRANSMITENTE: [ilegível]. FORMA DO TÍTULO: Escritura pública de 30 de Abril de 1943, lavrada nas notas do tabelião [ilegível] do 2º [ilegível]. TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 9.166, Livro 3-N, aberta aos 24 de Abril de 1943, que tem como ADQUIRENTE: [ilegível] JESUS PEREIRA [ilegível], brasileiro, casado, [ilegível] MARTINS DE CARVALHO, [ilegível], domiciliado nesta cidade, e como TRANSMITENTE: [ilegível]. FORMA TÍTULO: Formal de partilha extraído dos autos de inventário de bens de Ivan Nina de Carvalho, e subscrita pelo escrivão João de Matos Pereira, em 10 de Novembro de 1939. TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 7.231, Livro 3-L, Fls. 171, aberta aos 31 de Agosto de 1938, que tem como ADQUIRENTE: ANNA MARIA NEVES PEREIRA DE CARVALHO, proprietária, domiciliada e residente nesta cidade, assistida de seu marido IVAN NINA DE CARVALHO, e como TRANSMITENTE: ZENAIDE DE SOUSA PONTOURA, viúva, inventariante dos bens deixados por falecimento de seu marido ANTONIO FONTOURA, maior, proprietária, residente e domiciliada nesta cidade, devidamente autorizada pelo Dr.**

Rua do Sol, nº 63, Centro, São Luís / MA, CEP: 65020-590 – Fone: (98) 3221-6081 / 3221-2797

Anísio Bello, Juiz de Direito da 2ª vara desta comarca. **FORMA DO TÍTULO:** Escritura pública lavrada nesta cidade, a 19 de agosto de 1938, pelo tabelião, Osvaldo da Silva Soares. O referido é verdade e dou fé. São Luís/MA, 22 de Outubro de 2018. (E.J). Eu, Marcio Lima Figueiredo oficial do Registro.

Marcio Lima Figueiredo
Oficial Substituto



REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL



FLS 106

LIVRO N.º 2 -H-

MATRÍCULA N.º 2.202 = PROT Nº2.948, FLS 305, LS 1-A.-

DATA 14 de Dezembro de 1976.-

IMÓVEL: situado na Rua Tarquínio Lopes sob o nº139, desta Cidade, constituído de prédio, em estilo moderno, de dois pavimentos, com os seguintes compartimentos:- PAVIMENTO TERREO - terraço, sala de visita, sala de jantar, sala de estar, escritório, um dormitório, corredor, dispensa, banheiro, WC, coga e cozinha. PAVIMENTO SUPERIOR - três terraços, três dormitórios, uma sala de costura, banheiro, WC e um quarto pequeno, e dos terrenos próprios, como adiante se declara:- A) terreno onde existiram os prédios nºs 133 e 139, à Rua Tarquínio Lopes, medindo de frente ao poente treze metros e cinquenta centímetros; lateral direita mede trinta e quatro metros e limita-se com quem de direito, e fundo da casa nº35, que dá frente para a rua Isaac Martins; lateral à esquerda, mede trinta e cinco metros e cinquenta centímetros e limita-se com o terreno de Clóves Faixeira e mede de largura no fundo quatorze metros e quarenta centímetros; tendo a área total de quatrocentos e oitenta e quatro metros e setenta e seis decímetros quadrados. B) Terreno que mede de frente dois metros e de fundo dezoito metros e cinquenta centímetros, desmembrado do terreno onde existiu a casa nº cento e quarenta e cinco, à Rua Dr. Tarquínio Lopes. C) Terreno onde existiu o prédio sob o nº123, à Rua Dr. Tarquínio Lopes, que de frente ao Nordeste, limitando-se com a referida Rua, mede treze metros e oitenta e cinco centímetros; pela lateral à Nordeste, limitando-se com a Igreja do Rosário, mede trinta e sete metros; de fundo a Sudoeste limitando-se com o prédio nº52 à Rua Mario Carpenter, mede treze metros e cinquenta centímetros e pela lateral a sudoeste, limitando-se com o prédio à Rua Tarquínio Lopes, nº45, mede trinta e cinco metros e cinquenta centímetros, com a área total de quinhentos e hum metros e seis decímetros quadrados.- PROPRIETÁRIOS:- GUSTAVO HENRIQUE HABIBE FERREIRA e outros que venham a nascer do casal ANTONIO MARQUES FERREIRA FILHO e sua mulher, VERA LUCIA HABIBE FERREIRA, o donatário é menor, impúbere, residente nesta Cidade, neste ato representado pelo seu pai e representante legal Antonio Marques Ferreira Filho, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF Nº 001370813, residente também nesta Cidade. N.º DOS REGISTROS ANTERIORES:- 10737, fls 65, do livro 3-0, 11020, fls 132, do livro 3-0 e 11564, fls 141, do livro 3-0, desta Cartório.- O referido é verdade e dou fé. São Luís, 14 de Dezembro de 1976.-

REGISTRO Nº 01 - MATRÍCULA Nº2.202 - DOAÇÃO:- Certifico, à vista da Escritura Pública de Doação, com reserva de usufruto vitalício, lavrada nesta Cidade em 21 de Novembro de 1974, nas notas do tabelião, Dr. Tito Antonio de Souza Soares, à fls 159 e 161, do livro de notas nº324; o proprietário acima mencionado, adquiriu o imóvel constante da presente matrícula, na doação feita por ODINSA BELO FERREIRA, CPF Nº 001766993 e seu marido, ANTONIO MARQUES FERREIRA, CPF Nº 000565453, ambos brasileiros, proprietários, residentes e domiciliados nesta Cidade; sendo atribuído o valor de \$100.000,00.- O referido é verdade e dou fé. São Luís, 14 de Dezembro de 1976.-

REGISTRO Nº 02 - MATRÍCULA Nº 2.202 - USUFRUTO:- Certifico, à vista da Escritura Pública de Doação, com reserva de usufruto vitalício, lavrada nesta Cidade em 21 de Novembro de 1974, nas notas do tabelião, Dr. Tito Antonio de Souza Soares, à fls 150 e 161, do livro de notas nº324; que fica reservado o usufruto vitalício, do imóvel constante da presente matrícula, para ODINSA BELO FERREIRA, CPF Nº001766993 e seu marido, ANTONIO MARQUES FERREIRA, CPF Nº 000565453, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta Cidade. O referido é verdade e dou fé. São Luís, 14 de Dezembro de 1976.-





Certifico e dou fé que a presente certidão foi extraída por meio reprográfico, nos termos do Art. 19, § 1º, da Lei nº 6.015/73. O referido é verdade e dou fé.


São Luís - MA, 03 OUT 2018

Marcio Lima Figueiredo
Oficial Substituto

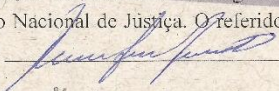
b) Residência Nº 173






REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DO MARANHÃO
 COMARCA DE SÃO LUÍS
 1ª ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LUÍS/MA
 OFICIAL INTERINO: RICARDO DA SILVA GONÇALVES



CADEIA SUCESSÓRIA

CERTIFICO, a requerimento verbal de parte interessada, que, revendo os livros e assentos desta serventia, encontra-se a **MATRÍCULA Nº 98.764, Livro 2-UP, Fls. 195**, aberta aos 21 de Fevereiro de 2013. Prédio de dois pavimentos, estilo georgiano, construído no terreno desmembrado de um terreno próprio, que tomou o **número 173** à Rua Dr. Tarquinio Lopes, esquina com a Rua Isac Martins, nesta cidade, que tem como **PROPRIETÁRIAS: DINORAH DE AGUIAR SILVA ARAÚJO**, brasileira, viúva, inscrita no CIC nº 428.413.993-20 e **MARLY AGUIAR SILVA ARAÚJO**, brasileira, solteira, incapaz, **ADQUIRIDO POR ESPÓLIO DOS BENS DEIXADOS PELO FALECIMENTO DE JOSÉ DE RIBAMAR ARAUJO**, conforme **R.01/98.764**, registrado aos 21 de Fevereiro de 2013. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 12.209, Livro 3-P, Fls. 14**, aberta aos 4 de Junho de 1948, que tem como **ADQUIRENTE: Dr. JOSÉ DE RIBAMAR ARAUJO**, engenheiro, casado e sua mulher **DINORAH AGUIAR SILVA ARAUJO**, de prendas domésticas, domiciliados nesta cidade, brasileiros; e como **TRANSMITENTE: SALOMÃO ELIAS DE ARAUJO**, comerciante, casado e sua mulher **MARIA BITAR DE ARAUJO**, de prendas domésticas, sírios, domiciliados nesta cidade. **FORMA DO TÍTULO:** Escritura publica de permuta de 30 de Abril de 1948, lavradas nas notas do tabelião, substituto do 1º Ofício, desta Capital, Hilton Mendes Alvares. **AVERBAÇÕES:** José de Ribamar Araújo, fez construir para si e sua mulher Dinorah Aguiar Silva Araújo, um prédio de dois pavimentos, estilo georgiano, que tomou o número cento e setenta e três (173), à rua Doutor Tarquinio Lopes, esquina com a rua Isac Martins, desta cidade. **ANTERIOR: 10.833, Livro 3-O, Fls. [Illegível]**. Foi constatada a impossibilidade de dar prosseguimento a certidão uma vez que a folha do livro mencionado encontra-se em estado de deterioração, ocasionando, com isso, o impedimento de seu uso e manuseio, já tendo sido por nós recebidos desta forma, conforme relatado à e. Corregedoria Geral da Justiça, nos termos do Provimento nº 23 do Conselho Nacional de Justiça. O referido é verdade e dou fé. São Luís/MA, 22 de Outubro de 2018. (E.J). Eu,  oficial do Registro.





Marcio Lima Figueiredo
Oficial Substituto

Rua do Sol, nº 65, Centro, São Luís / MA, CEP: 65020-590 – Fone: (98) 3221-6081 / 3221-2797

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

FLS.195

LIVRO N.º 2 U P



MATRÍCULA N.º 98.764

DATA 21 DE FEVEREIRO DE 2013.-

IMÓVEL: Uma área com as seguintes dimensões e limites: frente ao poente, pela a Rua Doutor Tarquinio Lopes, mede 13,00m; lateral a leste, pela a Rua Rua Isac Martins, mede 17,10m, lateral a oeste, mede 18,60m; na linha de fundo ao nascente, mede 13,00m; Terreno esse desmembrado de um terreno próprio, onde existiu o predio de porta e janela numero dezessete a Rua Isac Martins, desta cidade, medindo de frente ao sul três metros e noventa cinco centímetros e de fundo ao norte vinte e oito metros e cinquenta centímetros, e o predio de dois pavimentos estilo georgiano, que tomou o número 173 à Rua Dr. Tarquinio Lopes, esquina com a Rua Isac Martins, desta cidade, assim descrito: seus alicerces, paredes externas e internas são de tijolos, sobre alicerces de concreto armado, compondo-se das seguintes peças: Pavimento Térreo - terraço de frente, moisacado, escritório, sala de visitas - corpo separado, lavan-deria, dormitório e WC, para empregados, quintal todo murado. Pavimento Superior - três dormi-tórios, terraço moisacados - O predio acima mencionado é cercado com jardim na frente dos lados. PROPRIETÁRIOS: - Dr. JOSÉ DE RIBAMAR ARAUJO, engenheiro, e sua mulher DINORAH DE AGUIAR SILVA ARAUJO, de prendas domesticas, residentes nesta cidade. Nº DO REGISTRO ANTERIOR: Trans-crição nº12.209 as fls,136 do Livro nº3-P, deste Cartório.-

OFICIAL DO REGISTRO

REGISTRO Nº01 - PARTILHA: -CERTIFICO, que a vista do Formal de Partilha, passado nesta cida-de em data de 15 de Outubro de 2010, assinado pelo MM Juiz de Direito da Vara de Interdi-ção, Sucessão - Dr. Milton Bandeira Lima, que o imóvel desta matrícula foi adquirido (parti-lhado) da seguinte forma: DINORAH DE AGUIAR SILVA ARAUJO, brasileira, viuva, portadora da iden-tidade nº88.324-SSP-MA e CIC-nº428.413.993-20, coube 80% e para MARLY AGUIAR SILVA ARAUJO, brasileira, solteira, incapaz, com 20%, todas brasileira, residentes nesta cidade, adquirido do espólio dos bens deixados por falecimento de José de Ribamar Araujo, avaliado pela quantia de R\$19.905,17. O referido é verdade e dou fé. São Luis, 21 de Fevereiro de 2013. fm

PROT:150.262-041-1G 16602-8532-2864

OFICIAL DO REGISTRO





Certifico e dou fé que a presente certidão foi extraída por meio reprográfico, nos termos do Art. 19, § 1º, da Lei nº 6.015/73. O referido é verdade e dou fé.


São Luis - MA, 3 OUT 2018

Marcio Lima Figueiredo
Oficial Substituto

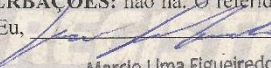
c) Residência Nº 226.

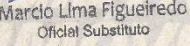
 


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO MARANHÃO
COMARCA DE SÃO LUÍS
1ª ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LUÍS/MA
OFICIAL INTERINO: RICARDO DA SILVA GONÇALVES




CADEIA SUCESSÓRIA

CERTIFICO, a requerimento verbal de parte interessada, que, revendo os livros e assentos desta serventia, encontra-se a **MATRÍCULA Nº 7.725, Livro 2-AM, Fls. 016**, aberta aos 07 de Novembro de 1979. Prédio de dois pavimentos e respectivo terreno sito na Rua do Egito nº226, antigo nº40-A, neste município, que tem como **PROPRIETÁRIA: SINPROESEMMA – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAL DO ESTADO**, com sede nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 05.645.999/0001-40, **POR COMPRA FEITA** a ADALBERTO FLÁVIO ARAUJO DA SILVEIRA LEITE, brasileiro, inscrito no CIC nº 027.691.073-72, casado com JOSELENE ARAUJO DA SILVEIRA LEITE, brasileira, inscrita no CIC nº 291.267.893-53, sob o regime de comunhão de bens, conforme **R.03/7.725**, registrado aos 16 de Agosto de 2013, **POR COMPRA FEITA** a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO, com sede nesta capital, inscrita no CGC/MF sob o nº 06.275.762/0001-87, conforme **R.02/7.725**, registrado aos 01 de Agosto de 2013. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 23.525, LIVRO 3-AC, Fls. 184**, aberta 17 de Setembro de 1965, que tem como **ADQUIRENTE: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO**, e como **TRANSMITENTE: Espólio dos bens deixados por falecimento de JOAQUIM FRANCISCO DOS SANTOS. FORMA DO TÍTULO: Formal de partilha passado nesta cidade em 26 de agosto de 1965, assinado pelo juiz de Direito da 9ª vara, Dr. Jerônimo Vieira Fontes e subscrito pelo escrivão José Arnold da Serra Costa. AVERBAÇÕES: não há. O referido é verdade e dou fé. São Luís/MA, 27 de Dezembro de 2018. (C.A). Eu,**  **oficial do Registro.**


Marcio Lima Figueiredo
Oficial Substituto





Selo de Fiscalização
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
do Maranhão
CERTIFICADO
000001550582
do Maranhão
USO GERAL
000027945630



Rua do Sol, nº 65, Centro, São Luís / MA, CEP: 65020-590 - Fone: (98) 3221-6081 / 3221-2797

Anexo 2 – Cadeias Sucessórias e Registro de Imóveis das Residências Neocoloniais

a) Residência Nº 480

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DO MARANHÃO
 COMARCA DE SÃO LUÍS
 1ª ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LUÍS/MA
 OFICIAL INTERINO: RICARDO DA SILVA GONÇALVES

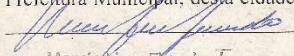
CADEIA SUCESSÓRIA

1º OFÍCIO DE IMÓVEIS
SÃO LUÍS/MA

CERTIFICO, a requerimento verbal de parte interessada, que, revendo os livros e assentos desta serventia, encontra-se a **MATRÍCULA Nº 72.679, Livro 2-PH, Fls. 156**, aberta aos 13 de Novembro de 2007. Um prédio residencial de dois pavimentos que tomou o nº 480 da Avenida Gomes de Sousa construído no domínio útil de marinha situado na Avenida Beira-Mar, anexo a um terreno próprio, nesta cidade, que tem como **PROPRIETÁRIA: SANTILHA FURTADO DE SOUSA FILHA**, brasileira, solteira, inscrita no CIC nº 176.269.433-68, **POR DOAÇÃO FEITA POR WALTER MENDES DE SOUSA**, brasileiro, inscrito no CIC nº 004.456.063-04 e **SANTILHA FURTADO DE SOUSA**, brasileira, inscrita no CIC nº 432.272.523-68, casados entre si sob o regime da comunhão total de bens, conforme **R.01/72.679**, registrado aos 13 de Novembro de 2007. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 24.151, Livro 3-AD, Fls. 3**, que tem como **ADQUIRENTE: WALTER MENDES DE SOUSA**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade, e como **TRANSMITENTE: JOÃO ALVES FÉLIX e SANDRA ALVES FÉLIX**, brasileiros, solteiros, proprietários, domiciliados nesta cidade. **FORMA DO TÍTULO: Escritura de 7 de outubro de 1966**, lavrada nesta cidade, nas notas do tabelião Celso da Conceição Coutinho. **AVERBAÇÃO: Walter Mendes de Sousa fez construir no domínio útil do terreno de Marinha, um prédio residencial de dois pavimentos que tomou o nº 480 da Av. Gomes de Sousa, registrado aos 17 de Janeiro de 1982. TENDO COMO TRANSCRIÇÕES ANTERIORES: 22.144, Livro 3-AB, Fls. 169 e 22.148 do Livro 3-AB, Fls. 172. ANTERIOR: 22.144, LIVRO 3-AB, FLS. 169**, aberta aos 17 de Junho de 1963, que tem como **ADQUIRENTE: Sandra Alves Felix**, brasileira, maior, domiciliada nesta cidade, e como **TRANSMITENTE: Espólio de bens deixados por falecimento de Simão Felix Assad Simão. FORMA DO TÍTULO: Formal de partilha passado nesta cidade, em 15 de maio de 1963, assinado pelo Juiz de Direito da 5ª Vara, desta capital, Dr. Arthur Almada Lima, e subscrito pela escrivã, Maria Gualhardo Alvares dos Prazeres. ANTERIOR: 22.148, LIVRO 3-AB, FLS. 172**, aberta aos 17 de Junho de 1963, que tem como **ADQUIRENTE: JOÃO ALVES FELIX**, brasileiro, menor púbere domiciliado nesta cidade, e como **TRANSMITETE: ESPÓLIO DOS BENS DEIXADOS POR FALECIMENTO DE SIMÃO FÉLIX ASSAD SIMÃO; FORMA DO TÍTULO: Formal de partilha passado nesta cidade, em 15 de maio de 1963, assinado pelo Juiz de Direito da 5ª Vara, Dr. Arthur Almada Lima e subscrito pela escrivã Maria Gualhardo Alvares dos Prazeres. AMBAS TENDO COMO TRANSCRIÇÕES ANTERIORES: 14.912, Livro 3-S, Fls. 11 e 18.528, Livro 3-V, Fls. 98. ANTERIOR: 14.912, Livro 3-S, Fls. 11**, aberta aos 11 de Março de 1953, que tem como **ADQUIRENTE: SIMÃO FELIX ASSAD SIMÃO**, mecânico, e sua mulher **ANTONIA ALVES FELIX**, de prendas familiares, brasileiros, domiciliados nesta cidade; e como **TRANSMITETE: NICOLAU ELIAS HELUY**, comerciante e sua mulher **MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA HELUY**, de prendas familiares, brasileiros, domiciliados nesta cidade. **FORMA DO TÍTULO: Escritura pública de 2 de fevereiro de 1953**, lavradas nas notas do tabelião do 2º ofício, desta Capital, Amadeu Augusto de Moura Guerra. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 12.080, Livro 3-P, Fls. 106**, aberta aos 30 de Março de 1948, que tem como **ADQUIRENTE: NICOLAU ELIAS HELUY**, casado, brasileiro, proprietário, domiciliado nesta cidade, e como **TRANSMITENTE: [Ilegível] Norberto Gomes, farma [Ilegível] e sua mulher Jan[Ilegível] [Ilegível] Nogueira Gomes, bras[Ilegível], proprietária, domiciliados nesta cidade. FORMA DO TÍTULO: Escritura publica de 20 de março de 1948, lavradas nas notas do tabelião de 2º ofício, desta Capital, Amadeu Augusto de Moura Guerra. AVERBAÇÃO: [Ilegível]leiro, proprietário, [Ilegível], de um só pavimento [Ilegível] Jaú, que tomou o numero 170, desta cidade. O predio acima foi construído [Ilegível], outrora numero 33, á Travessa Jaú, esquina com a Praça Gomes de Sousa, antigamente Parque 15 de Novembro, adquirido por [Ilegível]dira Nogueira Gomes, conforme escritura publica de [Ilegível]ço de 1948, lavradas nas notas do tabelião, Amadeu Augusto de Moura Guerra, e transcrita sob o nº 12.080 – Lº 3-P.p. 106, neste Cartorio: [Ilegível] [Ilegível]trução: - 1948 - .Para constar, faço a presente averbação: Maranhão, 15 de Setembro de 1948, ANTERIOR: 11.339, Livro 3-O, Fls. 205, aberta aos 12 de Dezembro de 1946, que tem como **ADQUIRENTE: [Ilegível]**, e como **TRANSMITENTE: [Ilegível]**. **FORMA DO TÍTULO: [Ilegível]**. **TENDO****



Rua do Sol, nº 65, Centro, São Luís / MA, CEP: 65020-590 – Fone: (98) 3221-6081 / 3221-2797

COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 9.026, Livro 3-M, Fls. 274, aberta aos 29 de Dezembro de 1942, que tem como **ADQUIRENTE:** RAYMUNDA HONORINA DE OLIVEIRA CYSNE, viuva, proprietária, domiciliada nesta cidade, e como **TRANSMITENTE:** JOSÉ DE ARIMATEA CYSNE, professor, domiciliado nesta cidade. **FORMA DO TÍTULO:** Formal de partilha extraído dos autos do inventário dos bens de José de Arimatea Cysne e subscrita pelo escrivão do Comercio, Provedoria e Resíduos e Fundação, Arthur I.V. Lima, em 19 de Dezembro de 1942. **ANTERIOR:** 18.528, Livro 3-V, Fls 98, aberta aos 16 de Abril de 1958, que tem como **ADQUIRENTE:** SIMÃO FELIX SIMÃO, brasileiro, casado, proprietário, domiciliado nesta cidade, e como **TRANSMITENTE:** JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO, e sua mulher EDNA ARAÚJO CARVALHO, brasileiros, ele funcionário público e ela de prendas domésticas, domiciliados nesta cidade. **FORMA DO TÍTULO:** Escritura de 22 de março de 1958, lavrada nas notas do tabelião, desta Capital, Ovidio Coêlho. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR:** 13.184, Livro 3-Q, Fls. 101, aberta aos 24 de Janeiro de 1950, que tem como **ADQUIRENTE:** JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO, casado, proprietário, domiciliado nesta cidade, e como **TRANSMITENTE:** RONAL DA SILVA CARVALHO, e sua mulher MATILDE OLIVEIRA FERNANDES CARVALHO, COSME DA SILVA CARVALHO e sua mulher MARIA JOSÉ RODRIGUES CARVALHO, JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO JUNIOR, maior, solteiro, maior, NILO DA SILVA CARVALHO, também solteiro, maior, RUY DA SILVA CARVALHO, relativamente incapaz, assistido por seu curador especial, Dr. Clodoaldo Cardoso, e MURILO DA SILVA CARVALHO, CELSO DA SILVA CARVALHO, MARIO SILVA CARVALHO, absolutamente incapazes, representados por seu curador especial dr. Clodoaldo Cardoso, domiciliados nesta cidade. **FORMA DO TÍTULO:** Escritura publica de 13 de Dezembro de 1949, lavrada nas notas do tabelião do 2º ofício, desta Capital, Amadeu Augusto de Moura Guerra. **AVERBAÇÃO:** Houve um desmembramento de uma parte do terreno, que dos terreno do prédio número 82, da rua 13 de Maio, desta cidade, ao lado transcrito foi desmembrada a seguinte área de terreno, a parte onde se achava edificada a casa de sobrado acima referida. São Luís, 22 de Abril de 1959. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR:** 11.830, Livro 3-P, Fls. 44, aberta aos 9 de Outubro de 1947, que tem como **ADQUIRENTE:** RONAL DA SILVA CARVALHO e COSME DA SILVA CARVALHO, funcionários públicos; JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO JUNIOR, NILO DA SILVA CARVALHO, RUI DA SILVA CARVALHO, MURILO SILVA CARVALHO, CELSO SILVA CARVALHO, MARIO SILVA, CARVALHO E PAULO SILVA CARVALHO, menores, impúberes, domiciliados nesta cidade, e como **TRANSMITENTE:** ESPOLIO DOS BENS DEIXADOS POR IFIGÊNIA SILVA CARVALHO. **FORMA DO TÍTULO:** Formal de partilha passado nesta cidade, a 21 de Setembro de 1943, assinado pelo Juiz de Direito da 2ª Vara, Dr. Acrísio Rabêlo e subscrito pela escrevente juramentado, no impedimento do escrivão de Orfãos Ausentes, Interditos e menores desta Capital, Dilermando Balga Mendes. **ANTERIOR:** 5.963, Livro 3-K, Fls. 131, aberta aos 25 de Setembro de 1934, que tem como **ADQUIRENTE:** JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO, proprietário, domiciliado nesta cidade, e como **TRANSMITENTE:** MANUEL MAIA RAMOS e sua mulher EDITH NOAS MAIA RAMOS, proprietários, domiciliados nesta cidade. **FORMA DO TÍTULO:** Escripura publica de venda lavrada nesta cidade, em 25 de Setembro de 1934, pelo tabelião Maria da Silva Soares. **AVERBAÇÕES:** O prédio constante do registro em frente tem actualmente o nº 82 da rua 13 de Maio, conforme lançamento feito pela Prefeitura Municipal, desta cidade. O referido é verdade e dou fé. São Luís/MA, 22 de Outubro de 2018. (E.J). Eu,


 Marcio Lima Figueiredo
 Oficial Substituto




b) Residência Nº 167.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


ESTADO DO MARANHÃO
COMARCA DE SÃO LUÍS

1ª ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LUÍS/MA
OFICIAL INTERINO: RICARDO DA SILVA GONÇALVES



CADEIA SUCESSÓRIA

CERTIFICO, a requerimento verbal de parte interessada, que, revendo os livros e assentos desta serventia, encontra-se a **TRANSCRIÇÃO Nº 13.798, Livro 3-Q, Fls. 266**, aberta aos 09 de Março de 1951. Terreno próprio mistica com a que foi desmembrada do terreno próprio, onde existiu o prédio número dezesete (17), à rua Isaac Martins, desta cidade, que tem como **ADQUIRENTE**: Doutor ORLANDO ARAUJO, brasileiro, solteiro, maior, médico, domiciliado nesta cidade, e como **TRANSMITENTE**: SALOMÃO ELIAS DE ARAUJO e sua mulher MARIA BITAR ARAUJO, sírios, casados, o primeiro comerciante e a segunda de serviços domésticos, domiciliados nesta cidade. **FORMA DO TÍTULO**: Escritura pública de 23 de Janeiro de 1951, lavrada nas notas do tabelião do 1º ofício desta capital, Oswaldo da Silva Soares. **AVERBAÇÕES**: Nº1 - Doutor ORLANDO ARAUJO, fez construir no terreno próprio ao lado descrito: um prédio residencial de dois pavimentos, estilo moderno, tomando o Nº 167, registrado aos 04 de Março de 1977. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 12.210, LIVRO 3-P, Fls. 137**, aberta 4 de Junho de 1948, que tem como **ADQUIRENTE**: SALOMÃO ELIAS DE ARAUJO, comerciante, casado e sua mulher MARIA BITAR ARAUJO, de prendas domésticas, sírios, domiciliados nesta cidade, e como **TRANSMITENTE**: Dr. JOSÉ DE RIBAMAR ARAUJO, engenheiro, casado, e sua mulher DINORAH AGUIAR SILVA ARAUJO, de prendas domésticas, brasileiros, domiciliados nesta cidade. **FORMA DO TÍTULO**: Escritura pública de permuta, de 30 de Abril de 1948, lavrada nas notas do tabelião substituto do 1º ofício, desta capital, Hilton Mendes Soares. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 12.209, LIVRO 3-P, Fls. 137**, aberta aos 04 de Junho de 1948, que tem como **ADQUIRENTE**: Dr. JOSÉ RIBAMAR ARAUJO, engenheiro, casado e sua mulher DINORAH AGUIAR SILVA ARAUJO, de prendas domésticas, domiciliados nesta cidade, brasileiros, e como **TRANSMITENTE**: SALOMÃO ELIAS DE ARAUJO, comerciante, casado e sua mulher MARIA BITAR ARAUJO, de prendas domésticas, sírios, domiciliados nesta cidade. **FORMA DO TÍTULO**: Escritura pública de permuta, de 30 de Abril de 1948, lavrada nas notas do tabelião substituto do 1º ofício, desta capital, Hilton Mendes Soares. **AVERBAÇÕES**: Nº1 - JOSÉ RIBAMAR ARAUJO, fez construir um prédio de dois pavimentos, estilo georgiano, que tomou o número de cento e setenta e três (173), registrado aos 9 de Junho de 1950. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 10.833, LIVRO 3-O, Fls. [ilegível]**. Foi constatada a impossibilidade de dar prosseguimento a certidão uma vez que a folha do livro mencionado encontra-se em estado de deterioração, ocasionando, com isso, o impedimento de seu uso e manuseio, já tendo sido por nós recebidos desta forma, conforme relatado à c. Corregedoria Geral da Justiça, nos termos do Provimento nº 23 do Conselho Nacional de Justiça. O referido é verdade e dou fé. São Luís/MA, 27 de Dezembro de 2018. (C.A). Eu,  oficial do Registro.



000001550581

USO GERAL




000027945629

Marcio Lima Figueiredo


Oficial Substituto

Rua do Sol, nº 65, Centro, São Luís / MA, CEP: 65020-590 - Fone: (98) 3221-6081 / 3221-2797

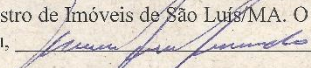
c) Residência Nº 220.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO MARANHÃO
COMARCA DE SÃO LUÍS
1ª ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LUÍS/MA
OFICIAL INTERINO: RICARDO DA SILVA GONÇALVES




CADEIA SUCESSÓRIA

CERTIFICO, a requerimento verbal de parte interessada, que, revendo os livros e assentos desta serventia, encontra-se a **TRANSCRIÇÃO Nº 21.441, Livro 3-Z, Fls. 307**, aberta aos 22 de Maio de 1962. Prédio de dois pavimentos estilo moderno, sob número duzentos e vinte (220) à Avenida Magalhães de Almeida, esquina com a rua José Euzébio, desta cidade, construído em terreno próprio, que tem como **ADQUIRENTE: MANUEL PEREIRA DE REZENDE**, português, casado, comerciante, domiciliado nesta cidade, e como **TRANSMITENTE: OSWALDO PERDIGÃO RAMOS**, casado e sua mulher **BENEDITA PINHEIRO COSTA RAMOS**, proprietária, o 1º na qualidade de concordatário da firma Oswaldo Ramos, sob o regime de concordata, devidamente autorizado pelo Juiz de Direito da 2ª Vara, Dr. Benedito Ricardo Salazar. **FORMA DO TÍTULO:** Escritura de 18 de Maio de 1962, lavrada nas notas do tabelião desta capital, Ovídio Coêlho. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 11.422, Livro 3-O, Fls. 226**, aberta aos 13 de Fevereiro de 1947, que tem como **ADQUIRENTE: OSWALDO PERDIGÃO RAMOS**, comerciante, domiciliado nesta cidade, e como **TRANSMITENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. FORMA DO TÍTULO:** Escritura Pública de 4 de Dezembro de 1946 lavrada nas notas do tabelião substituto do 2º Ofício, desta Capital, Amadeu Augusto de Moura Guerra. **AVERBAÇÕES: Nº1** – Certifico que Oswaldo Perdigão Ramos, casado, comerciante, domiciliado nesta cidade, devidamente autorizado pela Prefeitura Municipal de São Luís, fez construir um prédio, estilo moderno, de dois pavimentos, que tomou o número 220, à Avenida Magalhães de Almeida, desta cidade, cuja responsabilidade técnica foi do engenheiro civil, Dr. José de Ribamar Guimarães Casal, com os seguintes compartimentos: Pavimento térreo: sala de visita, sala de estar, copa, vestuário, quarto de goma, banheiro, W.C. e cozinha. Pavimento superior: sala de leitura, gabinete, três dormitórios, um terraço e banheiro. O prédio acima mencionado foi construído no terreno próprio onde existiu o prédio número 263, à rua José Eusebio, desta cidade, adquirido por compra feita a Prefeitura Municipal de São Luís, conforme escritura Pública de 4 de Dezembro de 1946 lavrada nas notas do tabelião do 2º Ofício, desta capital, Amadeu Augusto de Moura Guerra e transcrito sob número 11.422, folhas 226, do Lº 3-O. Data da Construção: 1949. Valor da Construção: Cr\$ 600.000,00. Para constar faço a presente averbação. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 11.275, Livro 3-O, Fls. 191**, aberta aos 4 de Novembro de 1946, que tem como **ADQUIRENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**, e como **TRANSMITENTE: JULIA MARIA DE AZEVEDO GONÇALVES**, viúva, maior, proprietária, domiciliada na freguesia da Fajozes, comarca da Vila do Conde, Republica Portuguesa. **FORMA DO TÍTULO:** [ilegível] publica de [ilegível] Setembro de [ilegível] lavrada nas notas do tabelião do 2º ofício, desta capital, Dr. Adelman Brasil Corrêa. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 3.288, Livro 3-G**. Foi constatada a impossibilidade de confeccionar certidão da referida transcrição, uma vez que a folha do livro mencionado encontra-se em estado de deterioração, ocasionando, com isso, o impedimento de seu uso e manuseio, já tendo sido por nós recebidos desta forma, conforme relatado à e. Corregedoria Geral da Justiça, nos termos do Provimento nº 23 do Conselho Nacional de Justiça. **CERTIFICO MAIS:** o imóvel acima descrito pertence atualmente à circunscrição da 2ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís/MA. O referido é verdade e dou fé. São Luís/MA, 16 de Outubro de 2018. (I.M). Eu,  oficial do Registro.

Marcio Lima Figueiredo
Oficial Substituto



 **Selo de Fiscalização**
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
do Maranhão
CERTIDÃO
000001379062

Rua do Sol, nº 65, Centro, São Luís / MA, CEP: 65020-590 – Fone: (98) 3221-6081 / 3221-2191

Anexo 3 – Cadeias Sucessórias e Registro de Imóveis das Residências Art Déco

a) Edifício Saldanha

76

REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

LIVRO N.º 2 - I

MATRÍCULA N.º 7187. DATA 03 de Junho de 1.985.

IMÓVEL: situado à Avenida Magalhães de Almeida de número 208 (duzentos e oito), desta cidade; constituído de um prédio, estilo moderno, de dois pavimentos, denominado "Edifício Saldanha", com os seguintes compartimentos: Pavimento Térreo - dois armazéns, aparelhos sanitários, pequeno quintal e entrada comum. Pavimento superior - dois apartamentos, cada um dos quais com as seguintes peças: dois dormitórios, sala de jantar, banheiro, cozinha, quarto de empregada, banheiro e WC., lavanderia e terraço, construído no lote de terreno "próprio, número quatro (4) com as seguintes dimensões, limites e área: frente a Leste, limita-se com a Av. Magalhães de Almeida e mede 12,00m; lateral ao Norte, limita-se com o lote nº3, mede 20,40m; fundo a Oeste, limita-se com terreno de diversos e mede 12,60m; lateral ao Sul, limita-se com o lote nº 5 e mede 24,40m; tendo a configuração geométrica de um trapézio e área de 268,80m². PROPRIETÁRIO: ESPÓLIO DE CLOVIS NETTO TEIXEIRA, inscrito no CPF. número 000.558.593-72. REGISTRO ANTERIOR: nº11.589, fls.264 do Livro 3-0 da 1ª Zona da Capital. Dou fé. 03/06/85

R-1-Mat-7187, fls.76-Prot-15.411-pag-301.---ADQUIRENTE: MANOEL PEREIRA DE RESENDE, português, casado, comerciante, residente nesta cidade, portador da carteira de identidade nº 196.366-SSP-MA e CPF-nº000.600.543-87.---TRANSMITENTE: ESPÓLIO DE CLOVIS NETTO TEIXEIRA, inscrito no CPF. número 000.558.593-72; neste ato representado pela sua inventariante TEREZINHA DE JESUS TEIXEIRA VERAS, brasileira, casada, professora, residente nesta cidade, portadora da carteira de identidade número 26.874-SSP-MA e CPF-001.379.443-49, autorizada a efetuar a presente venda, nos termos do Alvará do Dr. José Pires da Fonseca, Juiz de Direito da 6ª Vara Cível, da Comarca de São Luís-MA de 29 de maio de 1985.---TÍTULO: Compra e Venda.---FORMA DO TÍTULO DATA E SERVENTUÁRIO: Escritura pública de compra e venda, lavrada nesta cidade, aos 30 de maio de 1.985, no livro de notas número 474, fls.93 a 94 do Tabelião do 1º Ofício, Dr. Tito Antônio de Souza Soares.---VALOR: R\$120.000.000.---Dou fé. São Luís, 03 de junho de 1985. 03/06/85

R-02-MAT-7187, FLS.76. PROT-44.663, PAG-271.---ADQUIRENTE: MARIA EMILIA DA SILVA LEITE RESENDE, portuguesa, viúva, do lar, portadora da C.I. nº196.366-SSP/MA e CPF Nº437.465.943-91, residente e domiciliada na SQS 306, Bl. "I", Apts. 102, Brasília-DF.---TRANSMITENTE: ESPÓLIO DE MANOEL PEREIRA DE RESENDE, falecido em 30/01/1999, Brasília-DF, acima qualificado.---TÍTULO: Formal de Partilha, por Sentença Transitada em Julgado, em 12 de março de 1999, pelo MM. Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Brasília - DF, Dr. Silvano Barbosa dos Santos.---FORMA DO TÍTULO DATA E SERVENTUÁRIO: Formal de Partilha, passado na Cidade de Brasília - Distrito Federal - Capital da República Federativa do Brasil, aos 16 de Abril de 1.999, no Cartório da Vara de Órfãos e Sucessões, Escrivão - Antônio Luiz da Silva Neiva Moreira, por ordem do MM. Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Brasília - DF, Dr. SILVANO BARBOSA DOS SANTOS.---VALOR: R\$100.000,00 (cem mil reais).---O referido é verdade e dou fé. São Luís/MA, 15 de JUNHO de 1.999. 15/06/99

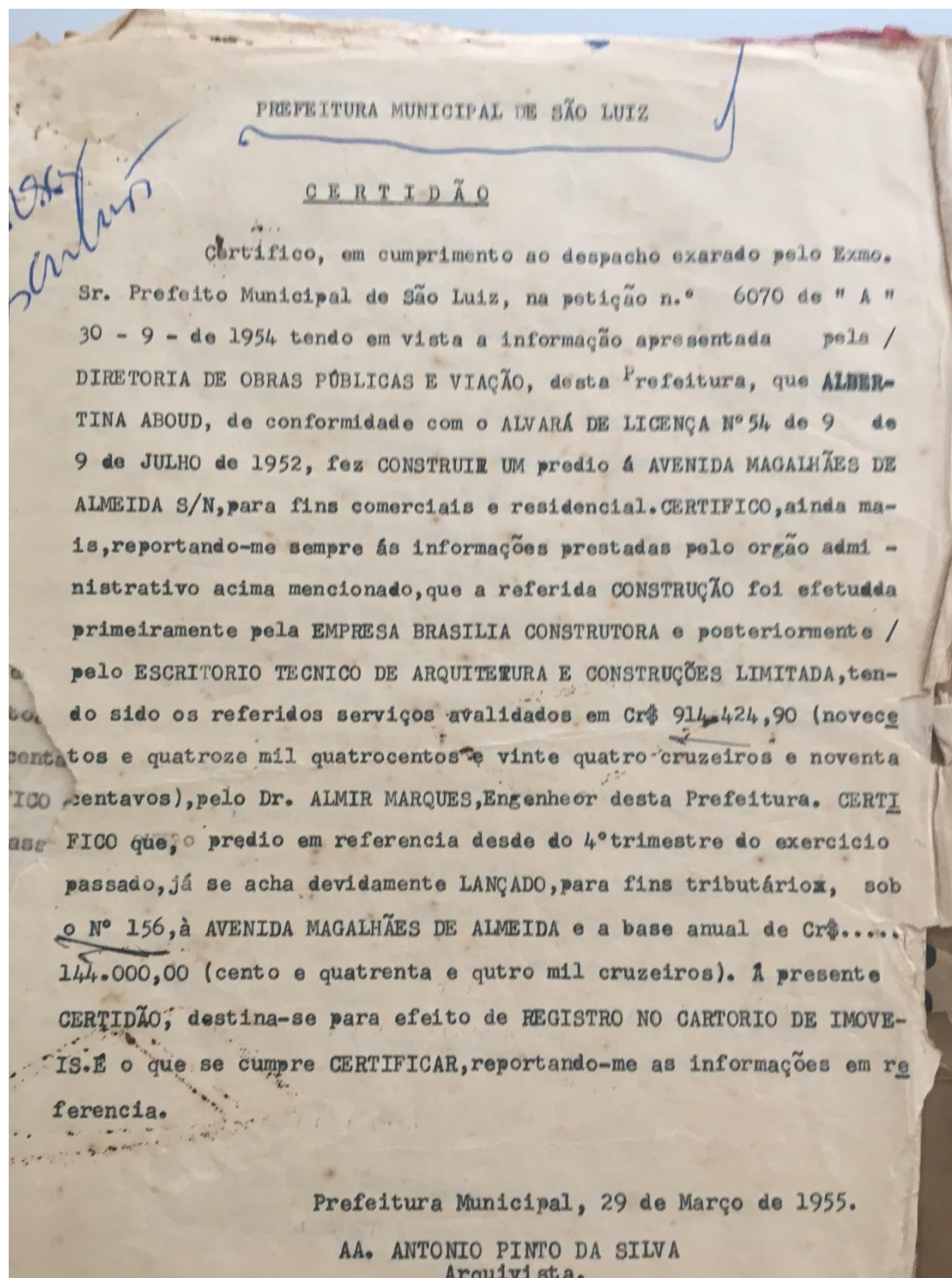
Transferido uma área de 122,40m², Vide Mat:33.094, fls.145 do Livro 2-FC, em 21/12/2007. 21/12/07

AV.nº01-MAT:7187, fls.76-CERTIFICADO, a vista dos documentos arquivados neste Cartório, inclusive requerimento assinado pela procuradora da proprietária, foi desmembrado uma área de 122,40m², do imóvel localizado a Avenida Magalhães de Almeida, 208, Centro, nesta cidade, conforme Mat:33.094, fls.145 do Livro 2-FC, deste Cartório; ficando a ÁREA RESTANTE, com as seguintes dimensões, limites e área: Frente ao Leste, limita-se com a Avenida Magalhães de Almeida, medindo 6,00m; lateral direita ao Sul, limita-se com o lote nº05, medindo 20,40m; fundo ao Oeste, limita-se com Terreno de Diversos, medindo 6,60m; lateral esquerda ao Norte, limita-se com o lote nº03, medindo 20,40m.---O terreno acima descrito tem uma área de 146,40m² e a configuração geométrica de um trapézio.---E para constar fiz a presente averbação.---OBS: De propriedade de MARIA EMILIA DA SILVA LEITE RESENDE, acima qualificada.---O referido é verdade e dou fé.---São Luís, 12 de janeiro de 2010. 12/01/10

AV-04. EX-OFFICIO: Procede-se a presente nos termos do art. 213 da Lei 6.015/73, para corrigir a ordem de numeração dos atos contidos nesta matrícula, da seguinte forma: a AV. 01 de agora em diante passa a ser AV. 03. O referido é verdade e dou fé. São Luís/MA, 11 de julho de 2017. Eu, Jurandy Leite, Registrador de Imóveis que confiro, subscrevo, dato e assino afinal em público e raso.

AV-05-MAT:7187 -TRANSFERENCIA - Foi transferido o Apto. 101 Altos, Vide Mat:65.866, do Livro 2 de Registro Geral deste Cartório, para Lindalva Lima Silva Reis, em 11/07/2017. O referido é verdade e dou fé. São Luís/MA, 11 de julho de 2017. Eu, Jurandy Leite, Registrador de Imóveis que confiro, subscrevo, dato e assino afinal em público e raso.

b) Edifício Sérgio



REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PAG. 32

REGISTRO DE IMÓVEIS

ESTADO DO MARANHÃO

COMARCA DE SÃO LUIZ

MUNICIPIO DE SÃO LUIZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. LUIZ

Certifico que as fls. 168 do Livro da Transcrição das Transmissões n. três-0 (Livro 3-0) foi registrado hoje sob n. 118131 o imóvel: prédio nº419, à rua Henriques Leal, antiga rua Direita, nº37, desta cidade, edificado em terreno próprio, com a frente encontrada e fundos respectivos.-ADQUIRENTE:-Prefeitura Municipal de S. Luiz.-TRANSMITENTE:-Teresa de Jesus Castro Morais, viúva, maior, proprietária, domiciliada nesta cidade.-TITULO:-Compra e venda.-FORMA DO TITULO, DATA E SERVENTUÁRIO:-Escritura pública de 20 de julho de 1946, lavrada nas notas do tabelião do 2º. ofício desta Capital, dr. Adelman Brasil Correia.-VALOR:-Vinte mil cruzeiros (CR. \$20.000,00).-CIRCUNSCRIÇÃO:-Capital.-DENOMINAÇÃO:-Rua Henriques Leal, nº419.-Nº ANTERIOR DA TRANSCRIÇÃO:-8472 do livro 3-M.




Observações

O referido é verdade e dou fé.

S. LUIZ - MARANHÃO, 21 de AGOSTO de 19 46.

Anexo 4 – Cadeias Sucessórias e Registro de Imóveis das Residências da Arquitetura Modernista

a) Residência Nº 1.831

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
COMARCA DE SÃO LUÍS
1ª ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LUÍS/MA
OFICIAL INTERINO: RICARDO DA SILVA GONÇALVES

CERTIDÃO SUCESSÓRIA

CERTIFICO, a requerimento verbal de parte interessada, que, revendo os livros e assentos desta serventia, encontra-se a **MATRÍCULA Nº 4.423, Livro 2-S, Fls. 048**, aberta aos 12 de Outubro de 1977. Prédio residencial com três níveis de pavimentação edificado em terreno próprio situado na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.831, nesta cidade, que tem como **PROPRIETÁRIOS**: VITOR DIAS TROVÃO, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 008.802.563-20, e sua mulher MARIA YOMAR SALDANHA TROVÃO, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 063.898.643-53, consta no **R.05/4.423 – HIPOTECA** - em favor da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrita no CGC-MF nº 00.360.305/0027-43, registrado aos 27 de Fevereiro de 1987; consta no **R.14/4.423 – REMIÇÃO** - o imóvel desta matrícula foi REMIDO em favor de MARIA TERESA TROVÃO MURAD, brasileira, inscrita no CPF nº 636.102.801-15, casada com RICARDO JORGE MURAD, sob o regime da comunhão de bens, conforme Decisão Judicial, proferida em 04 de julho de 2003, assinada pela Juíza Federal Dra. Rosimayre Gonçalves de Carvalho. Consta na referida Carta de Remição a quitação do ITBI, registrado aos 18 de Agosto de 2017; consta na **AV.15/4.423** - que a Carta de Remição deu-se em virtude do Auto de Penhora e Depósito, para garantir a Execução Forçada nº 5.824/88, Vara II, em que a Caixa Econômica Federal move contra VITOR DIAS TROVÃO e sua mulher MARIA YOMAR SALDANHA TROVÃO, supra qualificados, havendo desconstituição da mesma em virtude da Carta de Remição, registrada aos 18 de Agosto de 2017. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: Nº 17.028, do Livro 3-T, Fls. 280**, aberta aos 2 de Julho de 1956, que tem como **ADQUIRENTE**: VICTOR DIAS TROVÃO, industrial, e sua mulher MARIA YOMAR SALDANHA TROVÃO, doméstica, brasileiros, domiciliados nesta cidade, e tem como **TRANSMITENTE**: ANTÔNIO CAROLINO ALVES DE CASTRO, português, comerciante, e sua mulher JOANA DE DEUS [ilegível] DE CASTRO, brasileira, doméstica, domiciliados nesta cidade. **FORMA DO TÍTULO**: Escritura de 21 de junho de 1956, lavrada nas notas do tabelião do segundo ofício desta Capital, Amadeu Augusto de Moura Guerra. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: Nº 16.895, Livro 3-T, Fls. 246**, aberta aos 25 de Abril de 1956, que tem como **ADQUIRENTE**: ANTÔNIO CAROLINO ALVES DE CASTRO, comerciante, português, domiciliado nesta cidade, viúvo, e tem como **TRANSMITENTE**: Espólio dos Bens deixados por falecimento de ANTONIA DOS SANTOS VIGÁRIO (mulher). **FORMA DO TÍTULO**: Formal de Partilha passado nesta cidade, em 23 de abril de 1956, assinado pelo Juiz de Direito da 5ª Vara, dr. Bernardo Pio Corrêa Lima e subscrito pela escrivã Maria Gualhardo Alvares Prazeres. **TENDO COMO TRANSCRIÇÕES ANTERIORES: Nº 13.593, Livro 3-Q, Fls. 212; e Nº 13.478, Livro 3-Q, Fls. 180. ANTERIOR: Nº 13.593, Livro 3-Q, Fls. 212**, aberta aos 31 de Outubro de 1950, que tem como **ADQUIRENTE**: ANTONIO CAROLINO DE CASTRO, casado, proprietário, domiciliado nesta cidade, e tem como **TRANSMITENTE**: GIOSNÉ COLOMBO e sua mulher VALDOMIRA SOARES COLOMBO, proprietários, domiciliados nesta cidade. **FORMA DO TÍTULO**: Escritura pública de 27 de outubro de 1950, lavrada nas notas do tabelião do 2º ofício, desta capital, Amadeu Augusto de Moura Guerra, consta na **AV.01/13.593** - Certifico que Antonio Carolino Alves de Castro, casado, proprietário, domiciliado nesta cidade, fez construir um prédio de dois pavimentos, estilo moderno, à Avenida Presidente Getúlio Vargas, desta cidade, registrada aos 8

Rua do Sol, nº 65, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.020-590 - Fone: (98) 3221-6081 | 3221-2797

de Maio de 1952. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR:** Nº 12.083, Livro 3-P, Fls. [ilegível], aberta aos 31 de Março de 1948, que tem como **ADQUIRENTE:** GIOSNÉ COLOMBO [ilegível], casado, industrial, domiciliado nesta cidade, e tem como **TRANSMITENTE:** [ilegível]. **FORMA DO TÍTULO:** [ilegível]. **R, Fls. 180**, aberta aos 3 de Agosto de 1950, tendo como **ADQUIRENTE:** ANTONIO CAROLINO ALVES DE CASTRO, português, casado, comerciante, domiciliado nesta cidade, e tem como **TRANSMITENTE:** MARIA BRAGA PIRES MAIA, casada no regime da separação de bens com ARTHUR DA SILVA MAIA, e por ele assistida, brasileiros, serventuários de justiça, domiciliados nesta cidade. **FORMA DO TÍTULO:** Escritura particular passada nesta cidade, em 22 de julho de 1950, com firmas devidamente reconhecidas pelo tabelião, substituto, do 1º ofício, desta capital Hilton Mendes Soares. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR:** Nº 10.498, Livro 3-O, Fls. 9, aberta aos 28 de Agosto de 1945, que tem como **ADQUIRENTE:** MARIA BRAGA PIRES MAIA, casada, proprietária, domiciliada nesta cidade, e tem como **TRANSMITENTE:** Espólio dos bens deixados por falecimento do Dr. RAUL SOARES PEREIRA. **FORMA DO TÍTULO:** Certidão de Inventário passada nesta cidade, a 28 de Agosto de 1945, pelo escrivão Durval da Silva Soares, consta no **AV.01/10.498** - Maria Braga Pires Maia, procedeu a um loteamento denominado "Vila balneária Jardim Paulista", no Olho d'água, deste município, registrada aos 30 de Janeiro de 1950; consta na **AV.02/10.498** - o loteamento denominado "Vila Balneária Jardim Paulista", no lugar Olho d'água, foi modificado conforme planta arquivada neste cartório, passando a ter o total de oitenta e nove (89) lotes e as quadras A, B, C, D, E, H e I. **TENDO COMO TRANSCRIÇÃO ANTERIOR:** Nº 4.639, do Livro 3-I, Fls. 293, aberta aos 27 de Dezembro de 1929, que tem como **ADQUIRENTE:** Dr. RAUL SOARES PEREIRA, domiciliado nesta cidade, e tem como **TRANSMITENTE:** [ilegível]. O referido é verdade e dou fé. (V.M). Eu, _____ oficial do Registro.

Marcio Lima Figueiredo
Oficial Substituto

Poder Judiciário - TJMA
Selo: CERIMV029702DKY0AK58F4FNW70
Data/Hora: 09/12/2019 09:21:21. Ato: 16.24.1
Parte(s): LUCIA MOREIRA DO NASCIMENTO
Total: R\$ 34,00, Emolumentos: R\$ 33,00, FERC
R\$ 1,00

Consulte a validade deste selo em
<https://selo.tjma.jus.br>



REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

FLS. 048.

LIVRO N.º 2 - S.º.

MATRÍCULA N.º 4.423, PROT. 6.090, FLS. 348, LP 1-A.-

DATA 12 DE OUTUBRO DE 1977.

IMÓVEL: Um prédio residencial edificado em terreno próprio situado na Avenida Getúlio Vargas, nº.1.831, pertencente a Vitor Dias Trovão, com água, luz, esgoto e telefone, com as seguintes confrontações e medidas: frente ao Sul, limita-se com a Avenida Getúlio Vargas, mede 14,00m; lateral direita a Oeste, limita-se com o prédio nº.1.819, mede 45,00m; lateral esquerda a Leste, limita-se com o prédio que doi ou é de Miguel Teixeira Riteiro, e mede 45,00m e fundo ao Norte, limita-se com quem de direito e mede 14,00m, com a área total de 630,00m². No prédio acima caracterizado possui três níveis de pavimentação de concreto ciclópico, percintas e sapatas em concreto armado, estrutura em concreto armado, e alvenaria de tijolos, fechamento de tijolo, elementos vasados, lâminas de vidro tipo polairod, com pisos de madeira, mármore, cerâmica e carpete, paredes com pinturas e base de tinta latex e do tipo kenitex, revestidas com cerâmica, mármore e azulejos brancos e decorados; esquadrias de alumínio, madeiras e ferro, escada de ferro e cimento armado, sendo as de concreto armado revestidas com mármore e cerâmicas, com corrimão de metal e ferro; telhado de travessamento em madeira de lei, com cobertura de telhas de barro tipo canal. O prédio possui a seguinte composição: a) - térreo: terraço, áreas de circulação com pergolado em concreto armado, living, sala de espera (estar), escritório, 1º dormitório, copa, sala de lazer, garagem, apartamento para motorista, cozinha, lavabo, WC com banheiro, piscina com áreas de circulação sustentada por vigas de concreto armado; b) - superior - terraço, dormitório, um quarto de vestir, três WC/banheiros completos, uma cozinha e um apartamento completo para hospede; c) - inferior ao térreo - lavanderia, dois quartos para empregadas, três pequenos depósitos, uma cozinha de preparo e três WC/banheiro. Ótimo acabamento de luxo, com instalações elétrica e hidro-sanitária, de excelente conservação. O prédio compõe-se das seguintes áreas: 370,81m²; superior - 216,92m²; inferior - 176,76m². **PROPRIETÁRIOS:** VITOR DIAS TROVÃO, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta Cidade, inscrito no CPF sob o nº.008.802.563-20, CI nº.51.153-MA e sua mulher, MARIA YOMAR SALDANHA TROVÃO, brasileira, casada, doméstica, residente e domiciliada nesta Cidade, CPF nº.063.898.643-53, CI nº.663.353-MA. **DE DO REGISTRO ANTERIOR:** 17.028, fls 282 do Livro 3-T, deste Cartório. O referido é verdade e dou fé. SÃO LUÍS, 12 DE OUTUBRO DE 1977.

REGISTRO Nº 01 - MATRÍCULA Nº 4.423 - HIPOTECA CEDULAR: CERTIFICO, que pela Cédula de Crédito Industrial nº RGI-77/09, passado nesta Cidade em 10 de Outubro de 1977, com firmas devidamente reconhecidas; o imóvel constante da presente Matrícula, foi dado sob a forma de hipoteca cedular constituída em primeira e especial hipoteca, em favor do BANCO DA AMAZÔNIA S/A; pelos seus proprietários acima mencionados; na qualidade de intervenientes hipotecantes, sendo a Devedora, a firma OLEUS VEGETAIS CORCATA S/A - OVECOSA, com sede em Corcota-MA, inscrita no CGC do ME sob o nº.06.120.420; no valor de CR\$ 6.000.000,00, com vencimento em 10 de Outubro de 1978, vencíveis aos juros à taxa de 18% ao ano, exigíveis em 30 de Junho e 31 de dezembro, no vencimento e na liquidação da cédula. O referido é verdade e dou fé. SÃO LUÍS, 12 DE OUTUBRO DE 1977.

AVERBAÇÃO Nº 01 - MATRÍCULA Nº 4.423 - CANCELAMENTO: Certifico, que a vista da autorização do Credor, Banco da Amazônia S/A, arquivada neste Cartório, fica cancelada a hipoteca constante do registro nº 01 desta matrícula. O referido é verdade e dou fé. São Luís, 11 de março de 1981.

REGISTRO Nº 02 - MATRÍCULA Nº 4.423 - HIPOTECA CEDULAR DE PRIMEIRO GRAU: Certifico, que a vista da Escritura pública de Confissão e Assunção de Dívida com garantia Hipotecária, lavrada na cidade de Corcota-MA, em data de 26 de janeiro de 1981 nas notas do tabelião, Rodolphina R. Jansen Ferreira do 1º Ofício, o imóvel constante da presente matrícula situado na Avenida Getúlio Vargas, nº.1831, nesta Capital, foi dado em primeira, única e especial hipoteca, ao BANCO DA AMAZÔNIA S/A, com sede em Belém-PARÁ, CGC/ME sob o nº.04902970-01, pelos seus proprietários VITOR DIAS TROVÃO e sua mulher, MARIA YOMAR SALDANHA TROVÃO, brasileiros, ele industrial, ela de rendas domésticas, ele CPF nº.008802563/20 e ela CPF nº.063898643-53 e CI nº.663353-MA, residentes na cidade de Corcota-MA, na qualidade de intervenientes hipotecantes em garantia do crédito hipotecário no valor de R\$25.721.042,22 em que é devedora a firma, OLEUS VEGETAIS CORCATA S/A-OVECOSA, o qual será pago em 48 meses a contar da data da escritura, com carência de 12 meses e em 36 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 26 de janeiro de 1982 e as demais em igual dia dos meses subsequentes, aos juros de 4% ao ano, mais correção monetária de 33% ao ano, eleváveis de 1% ao ano em caso de mora, contados e contabilizados semestralmente em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano e por ocasião do vencimento e ou liquidação deste contrato, exigíveis 10 dias após sua contabilização sob aviso, quando se não forem pagos, poderão ser valorizados para integral o principal da dívida, independentemente de avisos extra-judicial ou interpelação judicial e sem prejuízo da exigibilidade da dívida e demais cominações de direito. O referido é verdade e dou fé. São Luís, 11 de março de 1981.

AVERBAÇÃO Nº 02 - CANCELAMENTO: CERTIFICO, que a vista da autorização do Credor, Banco da Amazônia S.A., arquivada neste Cartório, fica cancelada a hipoteca constante do registro nº 02 desta matrícula. O referido é verdade e dou fé. São Luís-MA, 12 de fevereiro de 1987.

REGISTRO Nº 03 - HIPOTECA: CERTIFICO, que a vista da escritura pública de mútuo com garantia hipotecária, lavrada nesta cidade, nas notas do tabelião do 3º Ofício, Dr. Elcy Calho Neto no Livro de Notas nº 239, fls. 058v, em data de 27 de Fevereiro de 1987, o imóvel constante da presente matrícula, situado na Avenida Getúlio

REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

LIVRO N.º 2.....

Lio Vargas nº 1.7831, nesta Capital, foi dado em primeira e especial hipoteca, à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ins -
tituição financeira, sob a forma de empresa pública, com sede em Brasília-DF e Filial, neste Estado, inscrita
no CGO-MF nº 007260305/0027-43, pelos seus proprietários, VITOR DIAS TROVÃO, empresário, identidade nº 51.153
-SSP-Ma., e CPF nº 008802563-20 e sua mulher MARIA YOMAR SAIDANHA TROVÃO, empresária, identidade nº 663353-SSP
Ma e CPF nº 063893643-53, brasileiros, residentes nesta cidade, em garantia do crédito hipotecário no valor -
de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzados) e o prazo do contrato ora registrado é de 48 meses a contar da
data da escritura. Sobre a importância matutada, até a solução final da dívida, incidirão juros compensatórios
à taxa nominal de 15% ao ano, correspondente à taxa efetiva de 16,0754% ao ano, o qual será pago em 48 pres-
tações mensais e sucessivas calculadas pelo "Sistema Frances de Amortização".- O referido é verdade e dou fé.
São Luís-Ma., 27 de FEVEREIRO DE 1997.-

PROT.- 41.612-186-1B

OFICIAL DO REGISTRO

REGISTRO Nº 04 - PENHORA:- CERTIFICO, em cumprimento ao mandado de citação e penhora de or-
dem do M.M. Juiz de Direito, Dr. Luiz Almeida Teles da 9ª Vara Cível, desta Capital, assina-
do pela escrivã, Maria Tereza Silva e Cruz, e auto de penhora, passado nesta cidade em 11 de
Janeiro de 1.990, extraído dos autos da execução forçada em que o BANCO RURAL S/A, move con-
tra NORDECON - NORDESTE CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA., e seus avalistas, MARIA YOMAR SAL-
DANHA TROVÃO e ALEXANDRE CÉSAR TROVÃO, que a metade do aludido imóvel foi penhorado para ga-
rantir o valor da execução que é de NCZ\$ 215.651,48.- O referido é verdade e dou fé.- São
Luís-Ma., 06 de Abril de 1.990.-

PROT.- 54.676-129-1C

OFICIAL DO REGISTRO

AVERBAÇÃO Nº 03 - PENHORA - Procedi a penhora do imóvel desta matrícula para garantir a execução fiscal nº 22
441/2006, movida pelo MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS contra VITOR TROVÃO, conforme mandado de penhora, intimação, regis-
tro, avaliação e depósito passado nesta cidade em 16 de dezembro de 2008, assinado pela D.ª Kátia Coelho de
Sousa Dias - Juíza de Direito Auxiliar de Entrância Final respondendo pela 6ª Vara da Fazenda Pública-Execu-
ções Fiscais, extraído do auto de penhora datado de 26 de fevereiro de 2009. O referido é verdade e dou fé.
São Luís Ma., 24 de Abril de 2009.pjr.-

Prot.-123.957-056-1F

OFICIAL DO REGISTRO

AVERBAÇÃO Nº 04 - PENHORA:- Procedi a penhora do imóvel desta matrícula, para garantir a execução movida por
EDUARDO JOSÉ DE SOUSA contra TRATOMAQ - TRATORES E MÁQUINAS DO NORDESTE LTDA (Processo nº 518/2006), conforme
mandado nº 141/2010, passado nesta cidade em 03 de Fevereiro de 2010, assinado por Saulo Tarcísio Fontes, Juiz
do Trabalho, nesta capital. O referido é verdade e dou fé. São Luís Ma., 14 de Outubro de 2010.pjr.-

OFICIAL DO REGISTRO

AVERBAÇÃO Nº 05 - PENHORA:- Procedi a penhora do imóvel desta matrícula, para garantir a execução fiscal nº -
28470/1999, movida pelo MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS contra VITOR TROVÃO, conforme mandado expedido pelo Dr. José
Edilson Caridade Ribeiro, Juiz de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública, extraído do auto de penhora datado
de 15 de Abril de 2011. O referido é verdade e dou fé. São Luís Ma., 04 de Agosto de 2011.pjr.-

OFICIAL DO REGISTRO

AVERBAÇÃO Nº 06 - DESCONSTITUIÇÃO DE PENHORA:- Procedi a desconstituição da penhora na Av.03, desta matrícula
conforme Ofício nº 158/2011-68/JFP, datado de 26 de Outubro de 2011, assinado por Bruno Machado Bellei - Analista
Judiciário Respondendo pela Secretaria Judicial do Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública, na sentença datado de
05 de agosto de 2011, prolatada pelo Dr. José Edilson Caridade Ribeiro - Juiz de Direito Titular da 6ª Vara
da Fazenda Pública. O referido é verdade e dou fé. São Luís, 22 de Maio de 2012.-fm

OFICIAL DO REGISTRO

AVERBAÇÃO Nº 07 - INDISPONIBILIDADE:- CERTIFICO, que à vista do Ofício nº 189/2012-42 VARA/SECVA/JFMA, datado
de 02.04.2012, assinado pelo Diretor da Secretaria Substituto, Samuel Silva Diniz, nos termos da decisão pro-
ferida nos autos do processo Nº 2010.37.00.000140-0 que tem como exequente FAZENDA NACIONAL e como executado
VITOR DIAS TROVÃO / que o imóvel desta matrícula tornou-se indisponível. O referido é
verdade e dou fé. São Luís, 18 de fevereiro de 2013.was

Substituto 038.852-72

OFICIAL DO REGISTRO

AV.12/4.423 - Ex-Ofício - São Luís/MA, 13 de Junho de 2017: Procedo-se à presente nos termos do Art.213, da
lei 6.015/73, para corrigir a sequência dos lançamentos desta matrícula a partir da AV.01, para constar:
AV.02; R.03; AV.04; R.05; R.06; AV.07; AV.08; AV.09; AV.10 e AV.11. O referido é verdade e dou fé. JB/Eu
Ricardo da Silva Gonçalves, Oficial do Registro.

AV.13/4.423 - Protocolo nº 189.897 - São Luís/MA, 13 de Junho de 2017 - CANCELAMENTO DE INDISPONIBILIDADE -
Procedo-se à presente, de acordo com o ofício nº 103/2017/SENEC/SECVA/11 VARA/JFMA, proveniente do processo
nº 0003596-33.2010.4.01.3700 (Número antigo: 2010.37.00.000140-0), passado nesta cidade aos 02/06/2017,
assinado eletronicamente por Miriã Ribeiro de Lira, Diretora de Secretaria da 11ª Vara/SJMA conforme a
Decisão proferida pelo Exm. Juiz Federal Dr. Wellington Cláudio Pinho de Castro, datada de 18 de Maio de
2017, para constar o cancelamento da indisponibilidade indicada na AV.11 supra. O referido é verdade e dou
fé. JB/Eu, Ricardo da Silva Gonçalves, oficial do Registro./selo nº 4.827.103.

R.14/4.423-Protocolo nº 190.932 - São Luís/MA, 18 de Agosto de 2017 - REMIÇÃO - Certifico, que de acordo
com a Carta de Remição, datada de 21 de fevereiro de 2014, referente ao processo nº 00.00.02720-0, oriunda
da 4ª Vara - Execução Fiscal da Justiça Federal de 1º Grau no Maranhão, assinada pela Exmª Juíza Federal,
Dra. Clemência Maria Almada Lima de Ângelo, o imóvel desta matrícula foi REMIDO em favor de MARIA TERESA
TROVÃO MURAD, brasileira, portadora do RG nº 76128297-1 e CPF nº 636.102.801-15, casada sob o regime da

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

LIVRO Nº 2 - S

FLS: 048

MATRÍCULA Nº 4.423

DATA:

comunhão de bens com RICARDO JORGE MURAD, residente e domiciliada a Av. Ivar Saldanha, 139, Olho D'água, nesta cidade, conforme Decisão Judicial, proferida em 04 de julho de 2003, assinada pela Exmª Juíza Federal Dra. Rosimayze Gonçalves de Carvalho. Consta na referida Carta de Remição a quitação do ITBI. Dou fé. JB/Eu, Ricardo da Silva Gonçalves, Oficial do Registro./selo nº 25.550.921-922.

AV.15/4.423-Protocolo nº 190.932 - São Luís/MA, 18 de agosto de 2017 - AVERBAÇÃO - Procedeu-se à presente, para constar que a Carta de Remição supra deu-se em virtude do Auto de Penhora e Depósito, datado de 04 de dezembro de 1989, para garantir a Execução Forçada nº 5.824/88, Vara II, em que a Caixa Econômica Federal move conta Vitor Dias Trovão e sua mulher Maria Yomar Saldanha Trovão, e havendo a desconstrução da mesma em virtude da Carta de Remição supra. O referido é verdade e dou fé. JB/Eu, Ricardo da Silva Gonçalves, Oficial do Registro./selo nº 25.550.923.

AV.16/4.423-Protocolo nº 190.932 - São Luís/MA, 18 de agosto de 2017 - AVERBAÇÃO - Procedeu-se à presente, para constar que permanecem as penhoras constantes no R.06; AV.08 e AV.09 retro. O referido é verdade e dou fé. JB/Eu, Ricardo da Silva Gonçalves, Oficial do Registro./selo nº 25.550.924.

OBSERVAÇÃO: Encontra-se nesta serventia em cumprimento de pendência o ofício emitido pela 1ª Vara do Trabalho de Imperatriz, Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, extraído do processo nº 0059100-59.1992.5.16.0012. Eu dou fé, Oficial do Registro.

Juliana de Oliveira Borges
Escrivente Autorizado





REGISTRO DE
IMÓVEIS DA
1ª ZONA
INTERINO
Ricardo da Silva
Gonçalves
São Luís - MA

Certifico e dou fé que a presente certidão foi extraída por meio reprográfico, nos termos do Art. 19, § 1º, da Lei nº 6.015/73. O referido é verdade e dou fé.

São Luís/MA, 03 OUT 2018

Marcio Lima Aguiar
Marcio Lima Aguiar
Oficial Substituto


b) Residência Nº 524

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

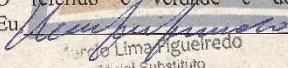
ESTADO DO MARANHÃO
COMARCA DE SÃO LUÍS

1ª ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LUÍS/MA
OFICIAL INTERINO: RICARDO DA SILVA GONÇALVES





CERTIDÃO

CERTIFICO, a requerimento verbal de parte interessada, que, revendo os livros e assentos desta serventia, verifiquei constar o registro do seguinte teor: **Nº DE ORDEM: 12.529, Livro 3-M, Fls. 032. DATA: 12/8/10. REGISTRO: IMÓVEL:** Terreno de marinha remanescente da área situado na Av. Cinco de Julho nº 524, nesta cidade, com as seguintes dimensões, limites e área: Do ponto A ao B, frente, limita-se, com a Av. Cinco de Julho (Beira Mar) mede 7,60m; do ponto B ao ponto C, lateral direita, limita-se com o prédio onde está instalada a Delegacia Especial da Mulher, mede 32,80m; do ponto C ao D, linha de fundo, limita-se com a rua 15 de Novembro mede 13,25m; do ponto D ao ponto A, em linha quebrada, pela lateral esquerda, limita-se com o prédio nº 530 e mede 6,50m + 3,90m + 2,10m + 0,82m + 28,90m, com a configuração geométrica de um polígono irregular e área de 267,55m². **CESSIONÁRIO:** 1/3 parte para CLEON NASCIMENTO FURTADO, arquiteto, CI-nº345.308.94-7-SSP-MA e sua mulher IRACEMA LOPES FURTADO, professora, CI-nº52.436-SSP-MA, CIC-nº000.608.863-34; 1/3 parte para CLÉA FURTADO DUAILIBE, advogada, CI-nº387.034-SSP-MA, CIC-nº125.338.903-91, seu marido CARLOS ALBERTO SALIM DUAILIBE, militar, CI-nº100.131.500-9-M.Exer. CIC-nº001.772.613-14 e 1/3 parte para CLENIR DA GRAÇA FURTADO TAVARES DA SILVA, professora, CI-nº023.049.583-5-M. Exerc. e seu marido MURILO NEVES TAVARES DA SILVA, militar, CI-nº100.343.470-9-M. Exerc. CIC-nº 030.294.047-34, todos brasileiros, residentes nesta cidade. **CEDENTE:** ESPOLIO DE RAIMUNDO LIMA FURTADO. **TÍTULO:** Partilha homologada por sentença de 01/04/1996, proferida pelo Dr. Cleber Costa Carvalho, Juiz de Direito da 4ª Vara da Família e Formal de Partilha passado nesta cidade em data de 24/06/1996, assinado pelo mesmo magistrado e subscrito pela escrivã, Maria de Jesus Araujo Carneiro do 4º Cartório da Família, desta Capital. **VALOR:** R\$ 10.909,09. **Nº DO REGISTRO ANTERIOR:** 8.924, fls. 015 do Livro nº3-I, deste Cartório. **AVERBAÇÕES:** não há. O referido é verdade e dou fé. São Luis, 12 de agosto de 2010. Era o que continha o presente registro. O referido é verdade e dou fé. São Luis/MA, 03 de Outubro de 2018. (N.A).

Eu,  oficial de Registro.

Ricardo Lima Figueiredo
Oficial Substituto

Rua do Sol, nº 65, Centro, São Luis / MA, CEP: 65020-590 – Fone: (98) 3221-6081 / 3221-2797

REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

FLS.156

LIVRO N.º 2 PH

MATRÍCULA N.º 72.679

DATA 13 de Novembro de 2007.-

IMÓVEL: domínio útil de um terreno de marinha situado na Avenida Beira-Mar, anexo a um terreno próprio, nesta cidade, com as seguintes dimensões e confrontações: frente, ao poente, limitando-se com a Av. Beira-Mar, mede 13,20 metros; lateral direita, mede 38,85 metros; lateral esquerda, mede 38,85 metros; fundo ao Nascente, limita-se com um terreno próprio, do qual foi desmembrado, mede 13,20 metros. e um prédio residencial de dois pavimentos que tomou o nº480 da Avenida Gomes de Sousa, construído em alvenaria de tijolos, coberto com telhas brasileiras, forro de laje, piso de cerâmica e tacos, o qual esta assim descrito e caracterizado: - PAVIMENTO TÉRREO - com dois quartos, 03 salas, 03 banheiros com WCs, uma copa e uma cozinha e uma garagem. SEGUNDO PAVIMENTO - composto de 04 quartos, duas salas e três banheiros com WCs. PROPRIETÁRIOS: - WALTER MENDES DE SOUSA e SANTILHA FURTADO DE SOUSA, ambos brasileiros, aposentados, casados entre si sob o regime da comunhão total de bens, portadores das cédulas identidades nºs 10.620-SEJUSP-MA e 187.857-SSP-MA e CIC nº 004.456.063-04 e 432.272.523-68. Nº DO REGISTRO ANTERIOR: - Transcrição nº 24.151 as fls. 21 do Livro 3-AD, desta Cartório.

REGISTRO Nº 01 - DOAÇÃO: - CERTIFICO, que à vista da escritura pública de doação lavrada nesta cidade em data de 20 de julho de 2007, nas notas do tabelião do 3º Ofício Dr. José Maria Pinheiro Meireles, as fls. 038 do Livro nº 0522, que o imóvel desta foi adquirido por SANTILHA FURTADO DE SOUSA FILHA, brasileira, solteira, médica, portadora da identidade nº 075 41768-3-IPF/RJ, inscrita no CIC nº 176.269.433-68, residente e domiciliada nesta cidade, na doação feita por seus proprietários acima qualificados, pelo valor de R\$ 10.000,00, o referido é verdade e dou fé. São Luís, 13 de Novembro de 2007.-

PROT. 115.818-197-1E (FM)



REGISTRO DE
MATRÍCULA DA
DOAÇÃO
GERAL INTERINO
Mário da Silva
Pinheiro
São Luís - MA

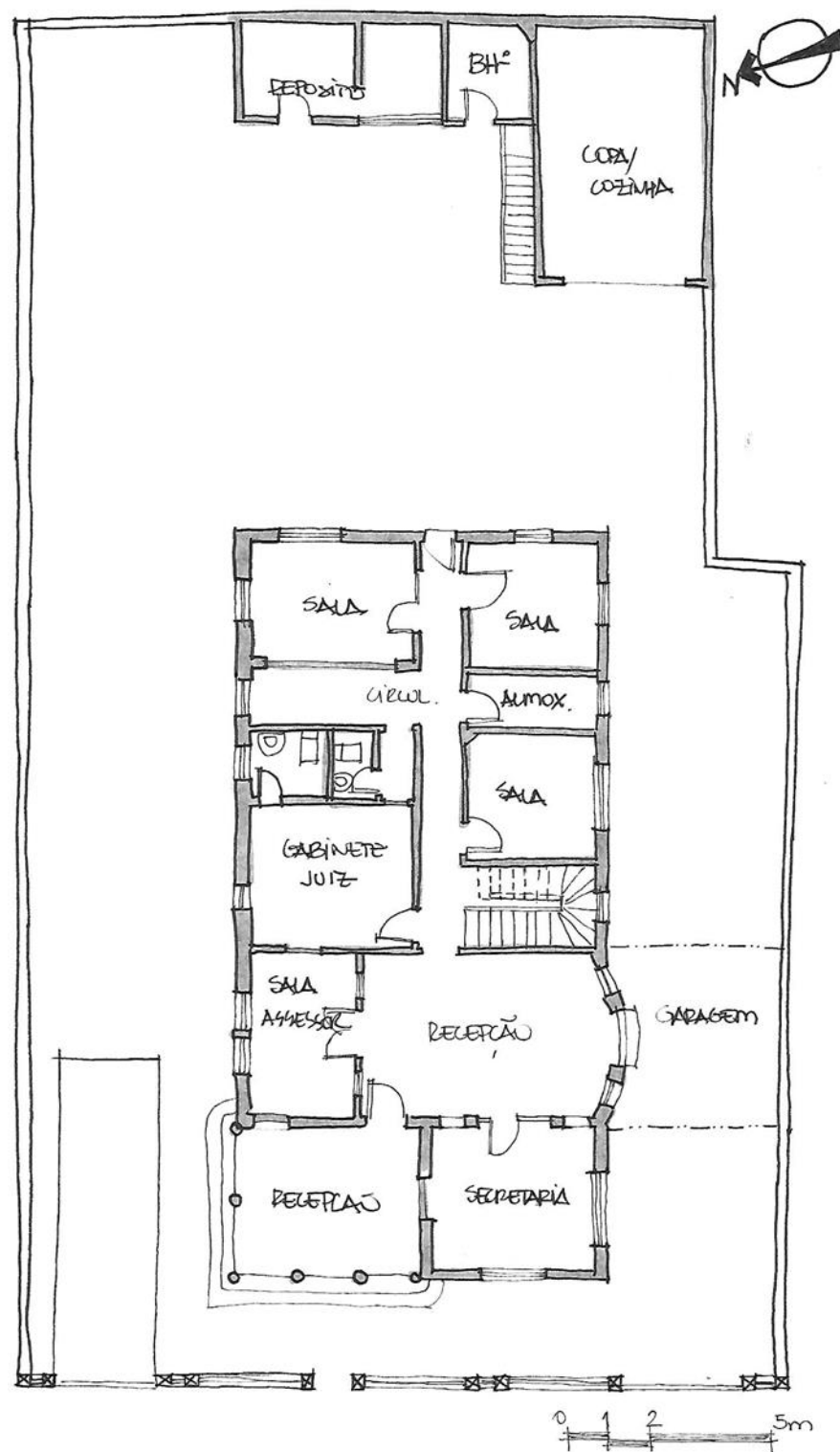
Certifico e dou fé que a presente certidão foi extraída por meio reprográfico, nos termos do Art. 19, § 1º, da Lei nº 6.015/73. O referido é verdade e dou fé.

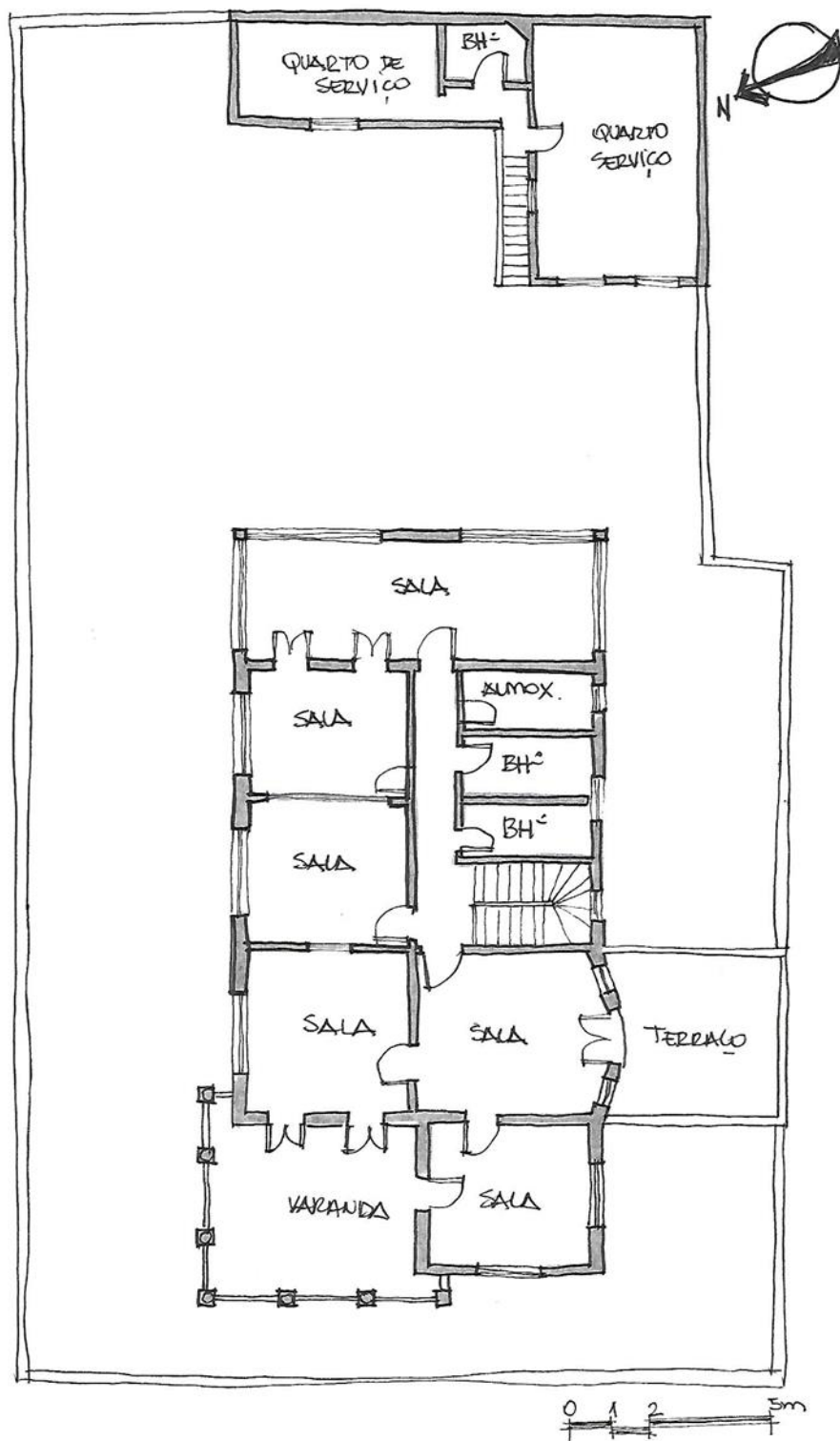
São Luís - MA, 03-OUT-2007

Marcio Lima Figueiredo
Oficial Substituto

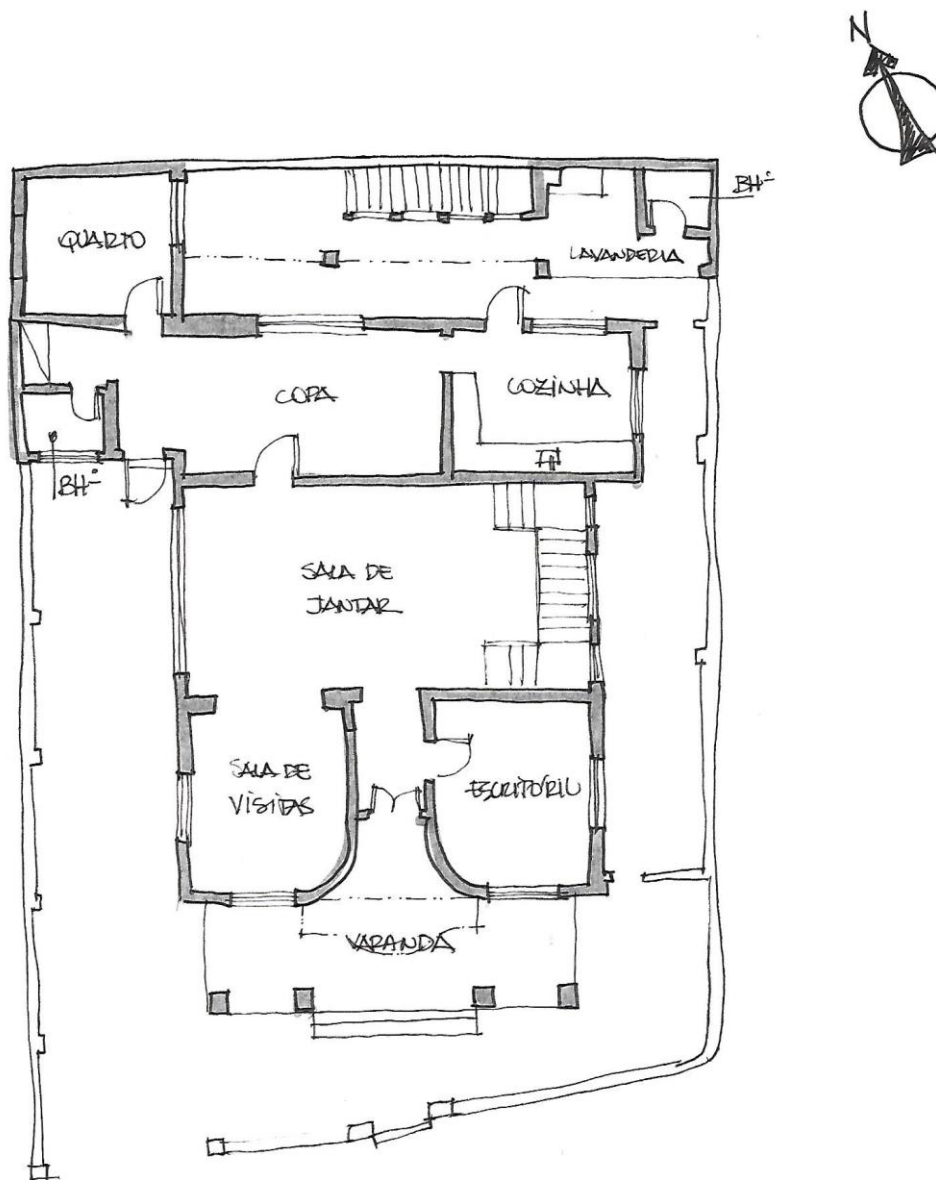
Anexo 5 – Plantas Atuais das Edificações Ecléticas

a) Residência Nº 139



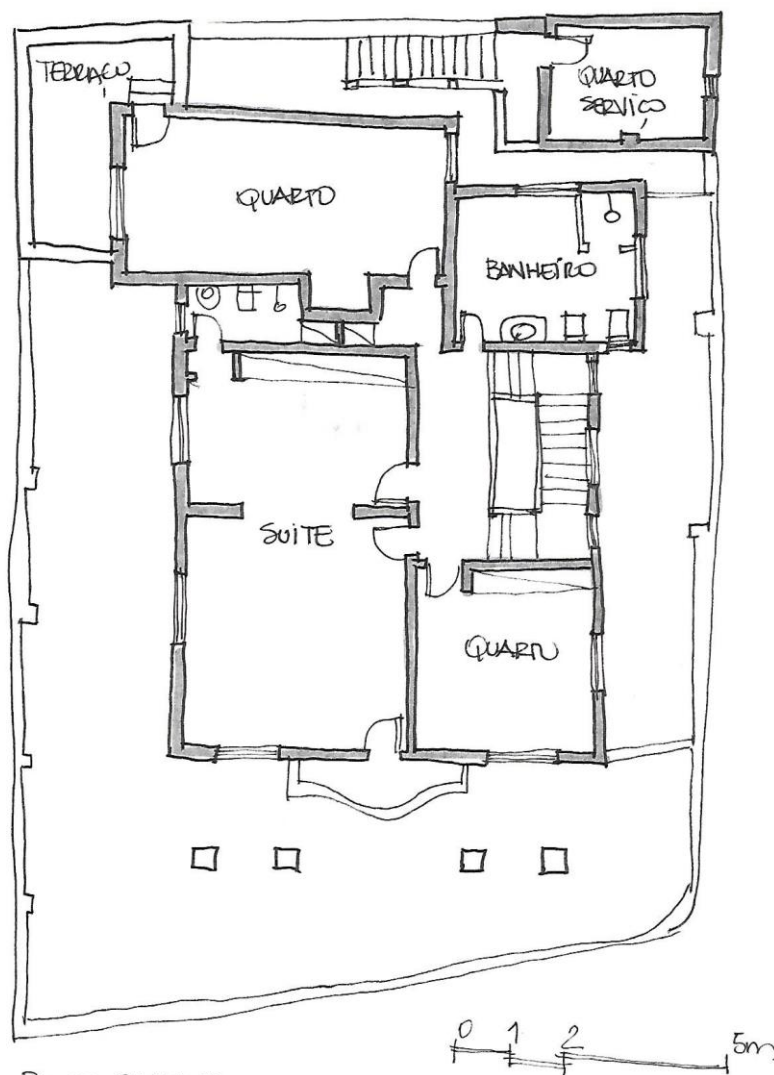


b) Residência Nº 173



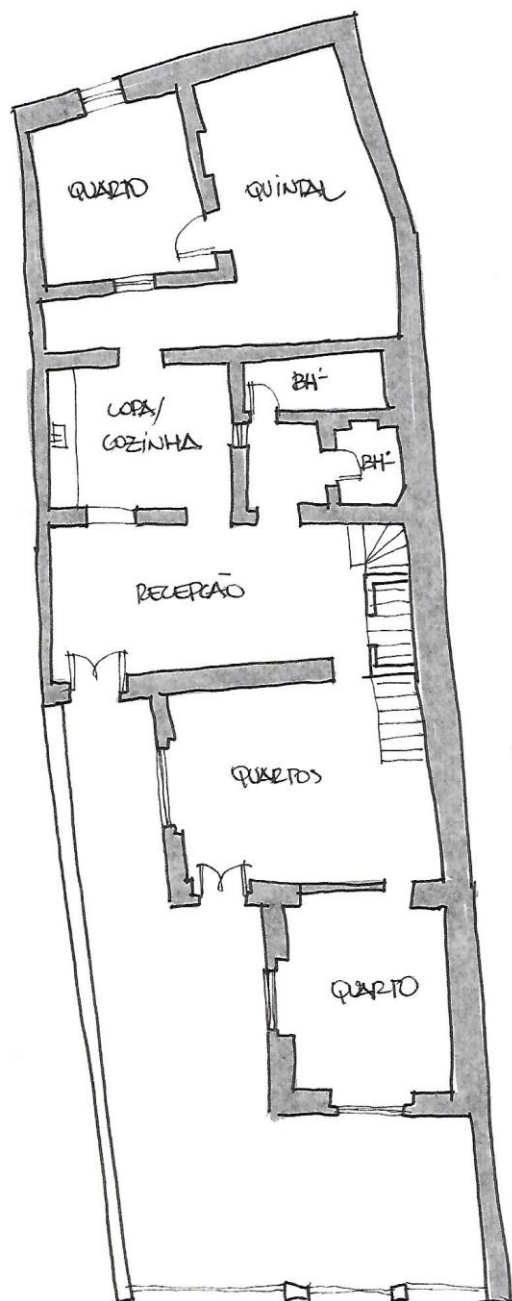
PLANTA BAIXA PAV. TERREO
RESIDÊNCIA Nº 173

0 1 2 5m



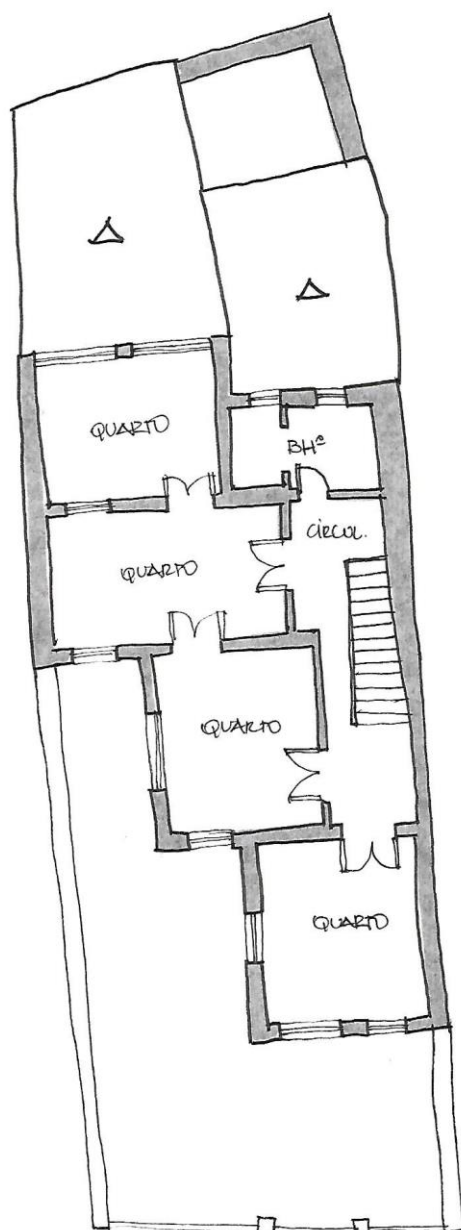
PLANTA BAIXA FAV. SUPERIOR
RESIDÊNCIA Nº 173.

c) Residência Nº 226.

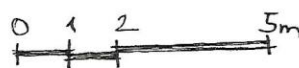


PLANTA BAIXA PAV. TERREO
RESIDÊNCIA Nº 226



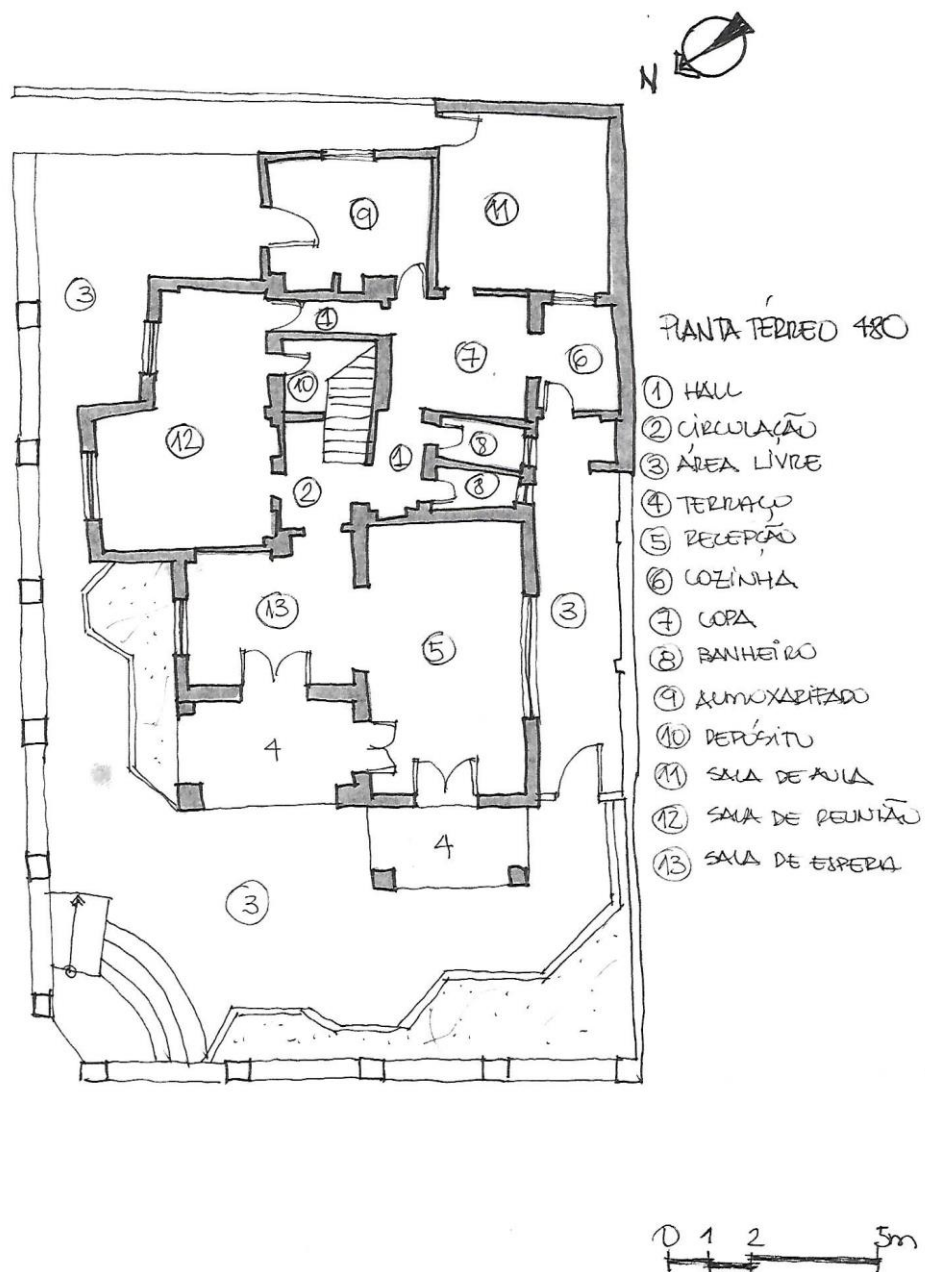


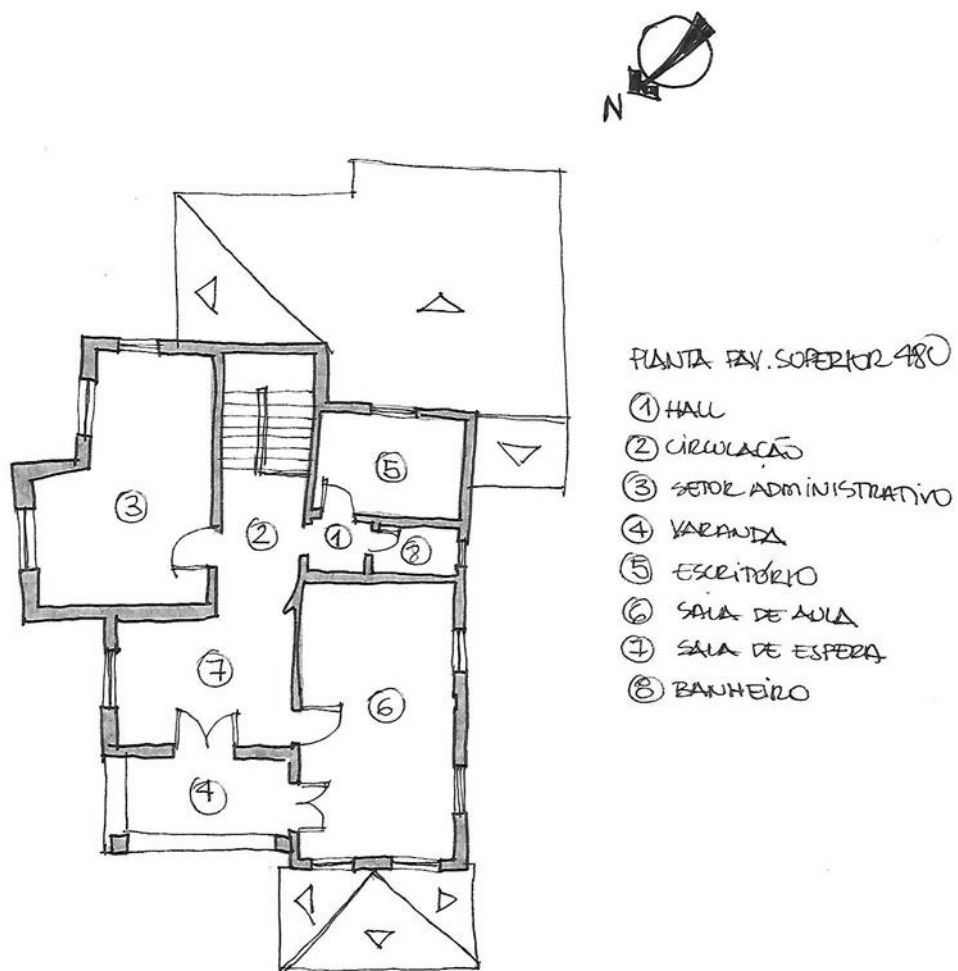
PLANTA FAIXA PAV. SUPERIOR
RESIDENCIA Nº 226.



Anexo 6 – Plantas Atuais das Edificações Neocoloniais

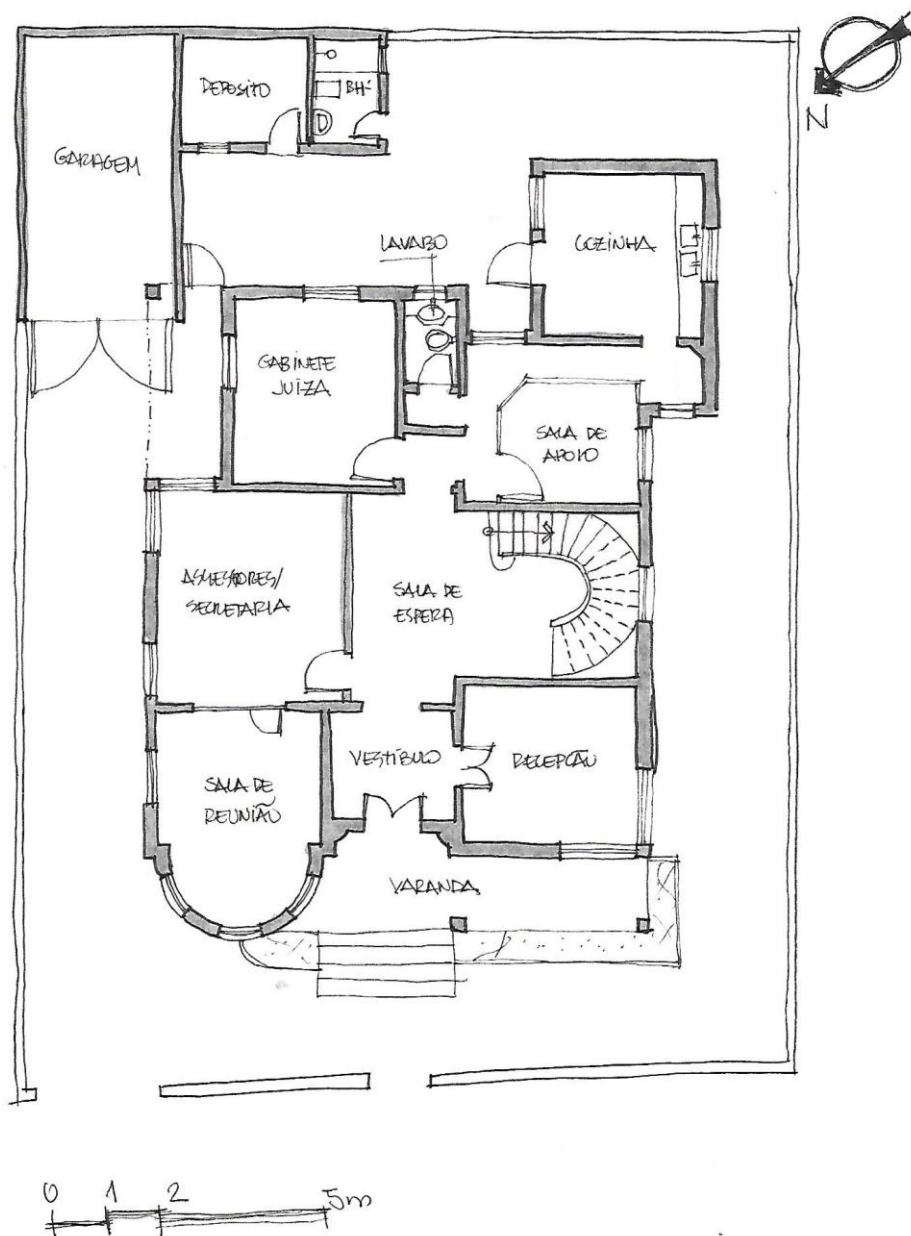
a) Residência Nº 480

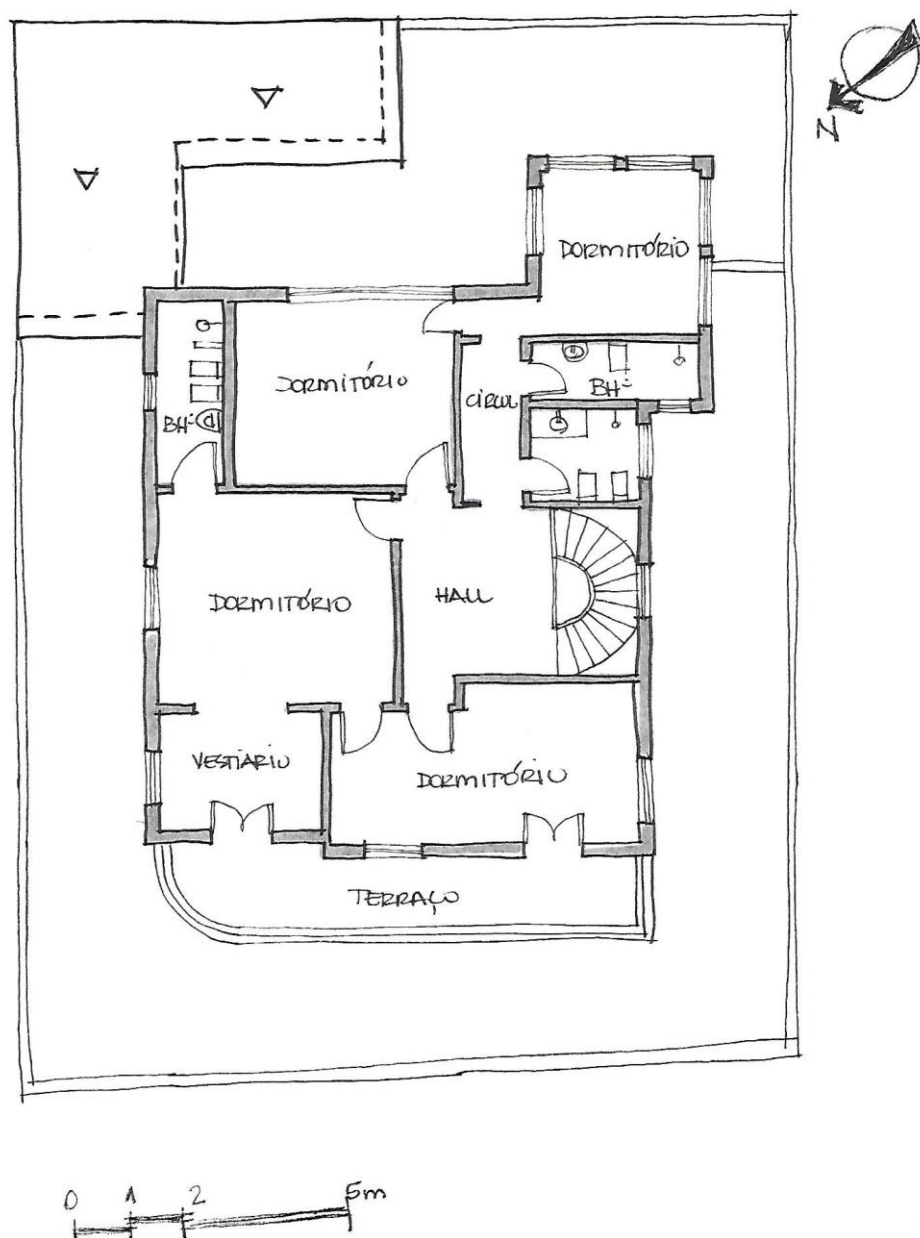




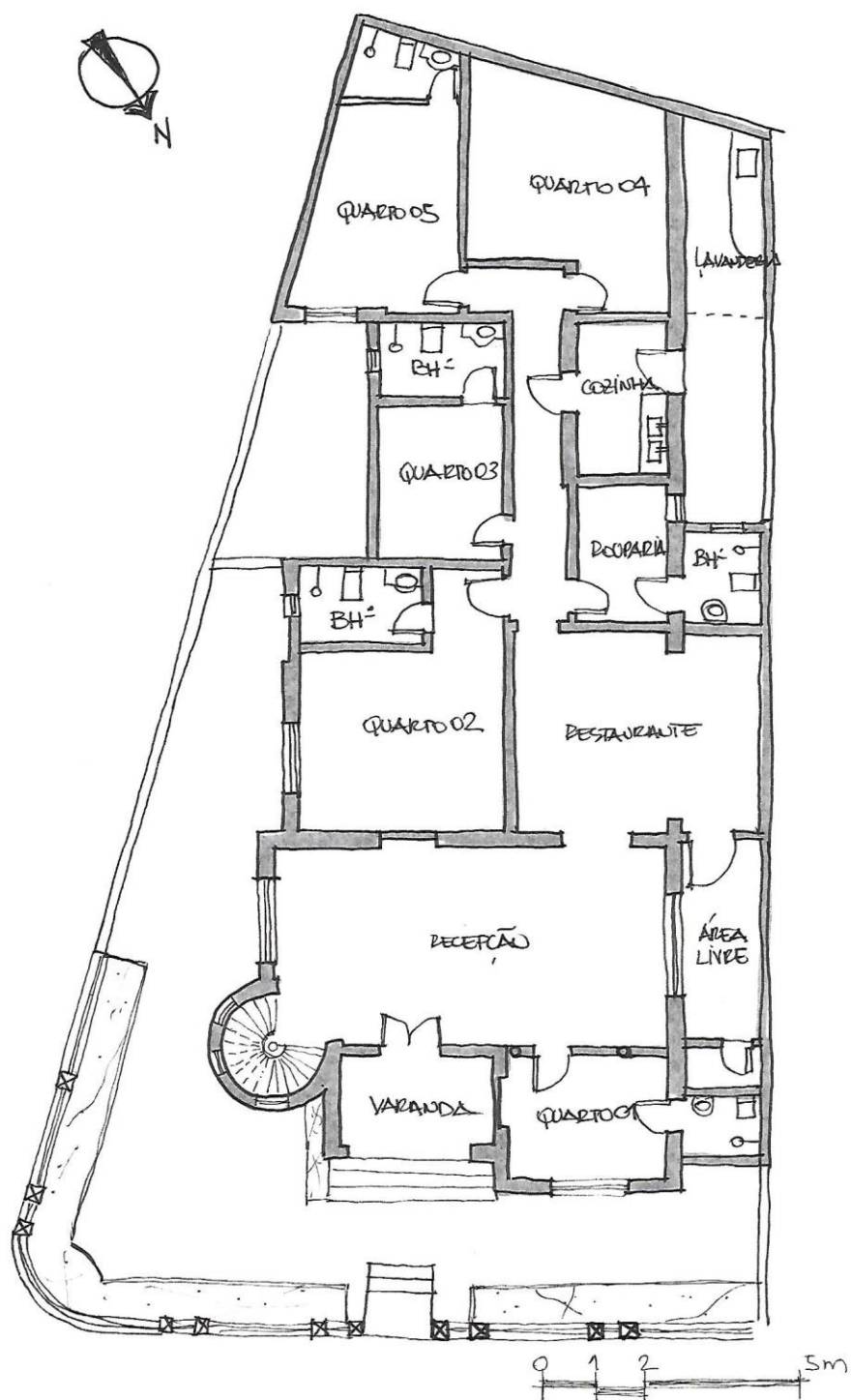
0 1 2 5m

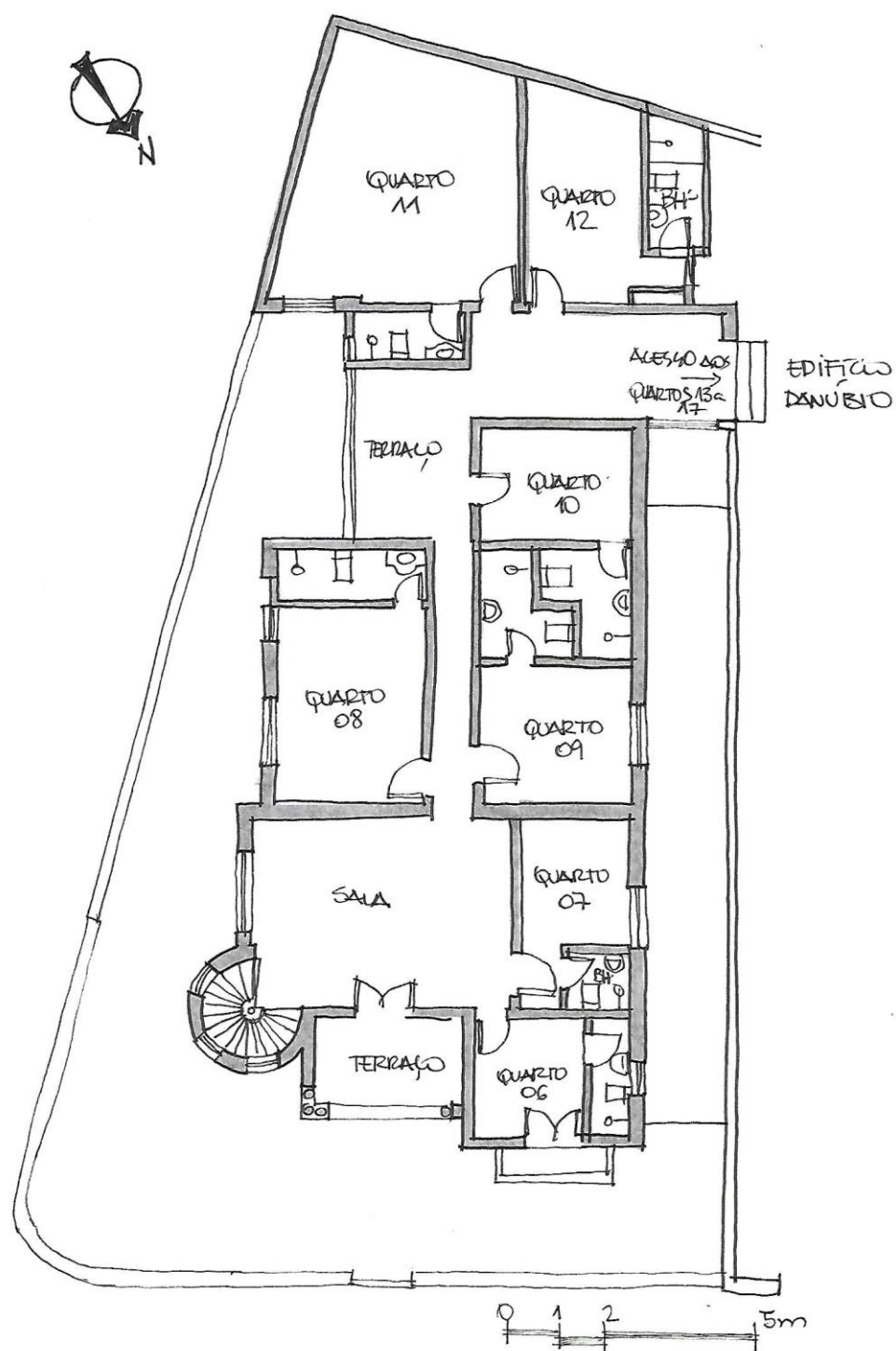
b) Residência Nº 167.





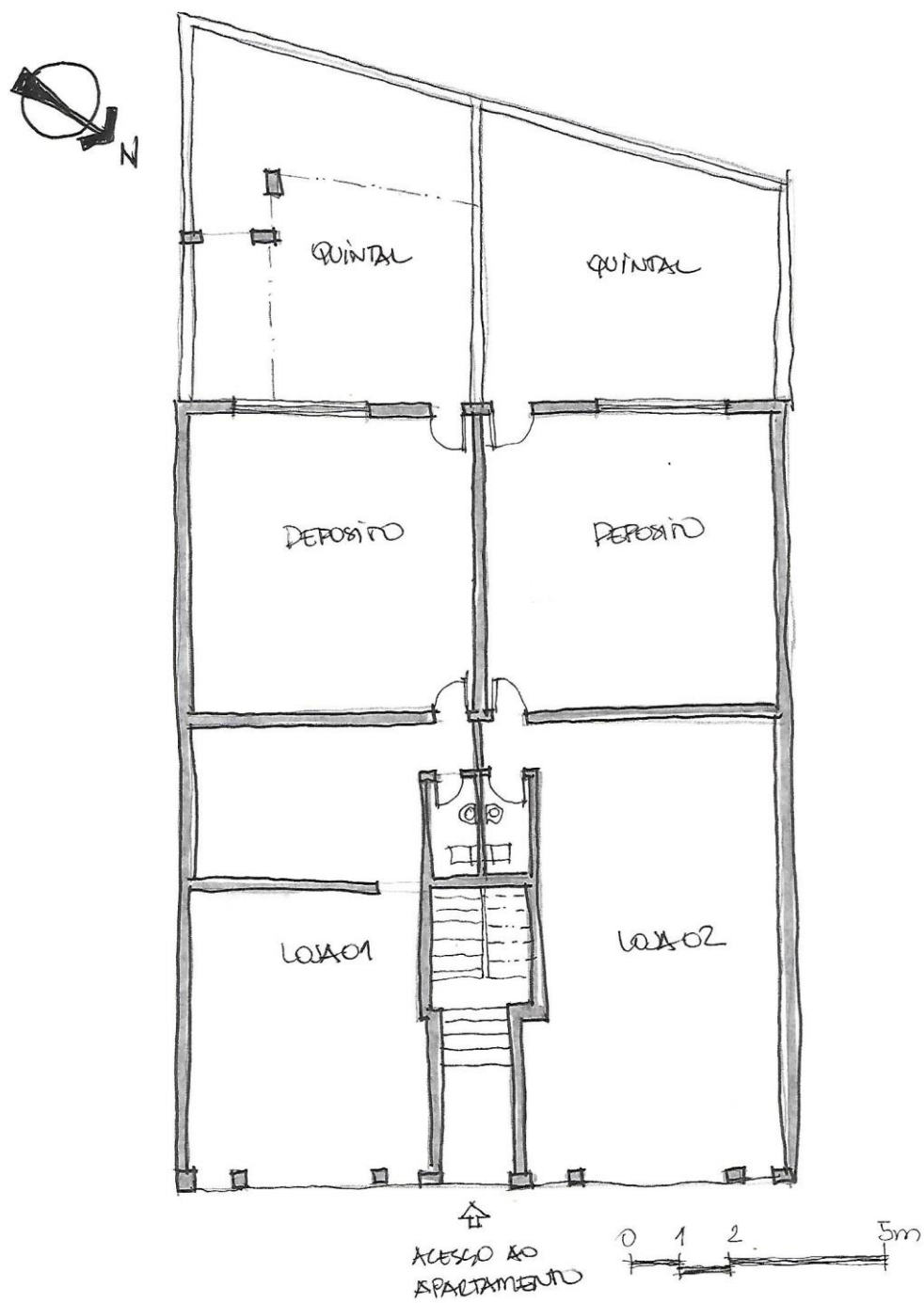
c) Residência Nº 220.

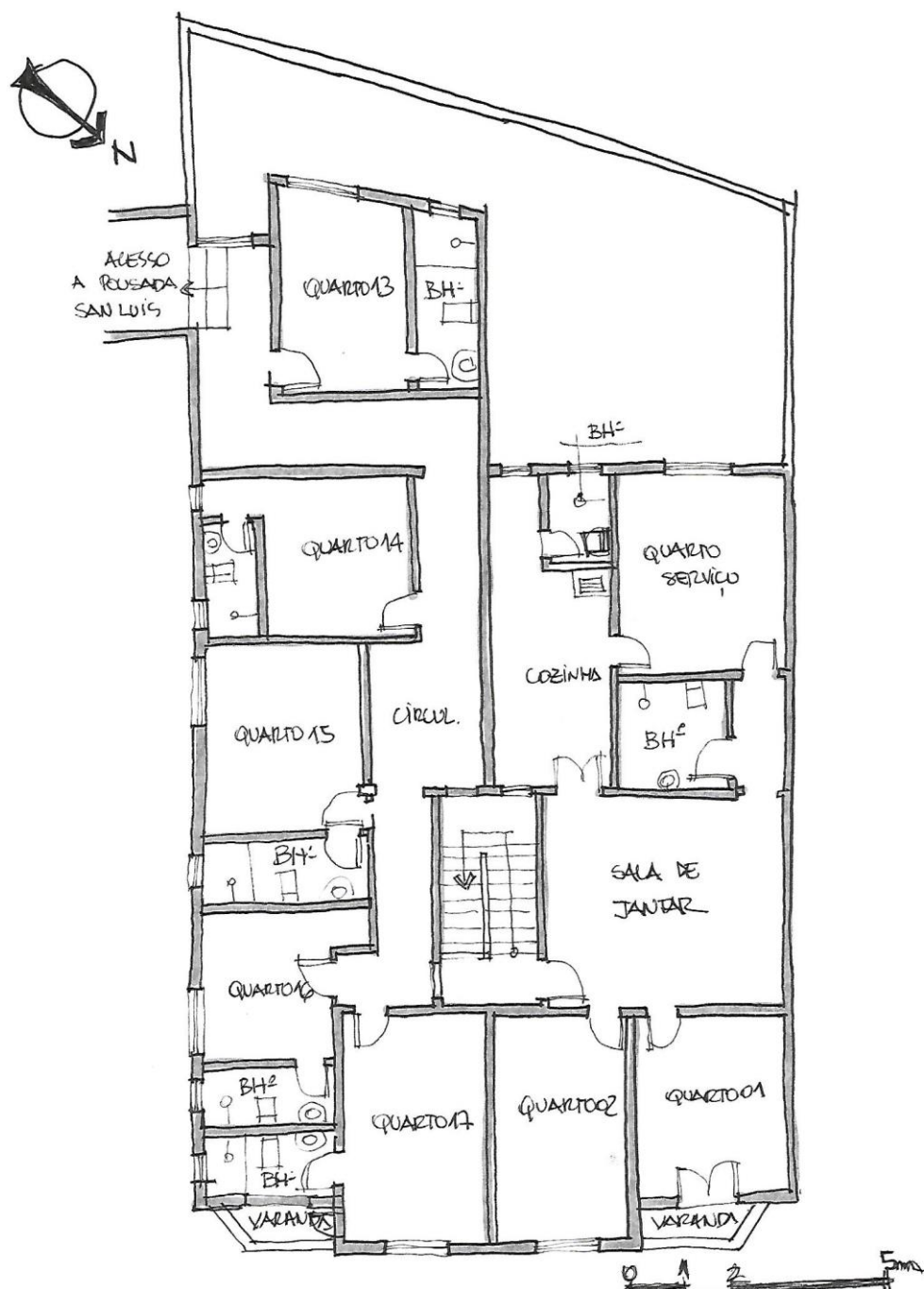




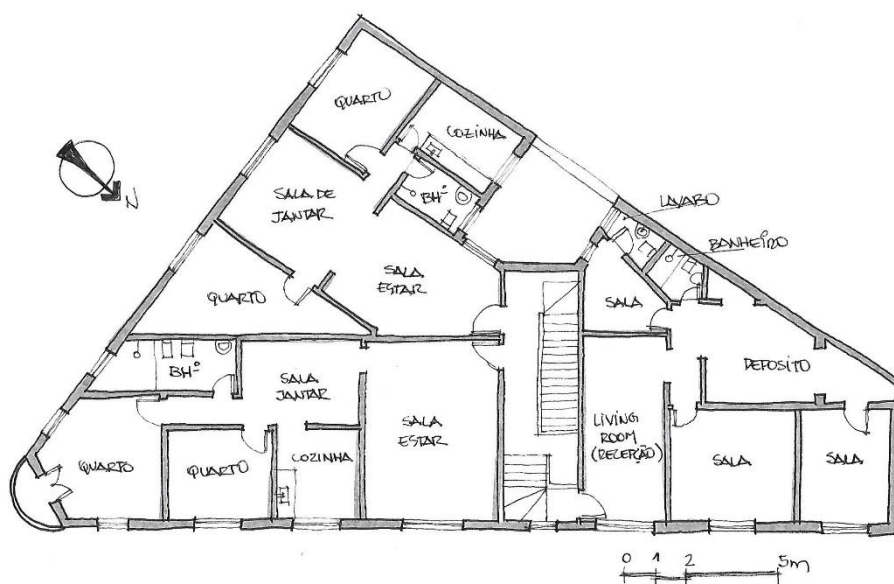
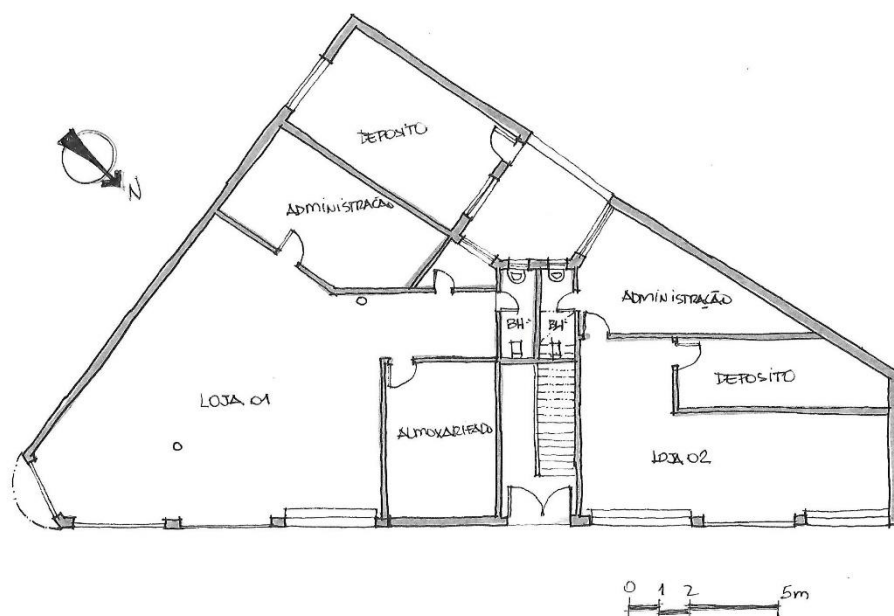
Anexo 7 – Plantas Atuais das Edificações Art Déco.

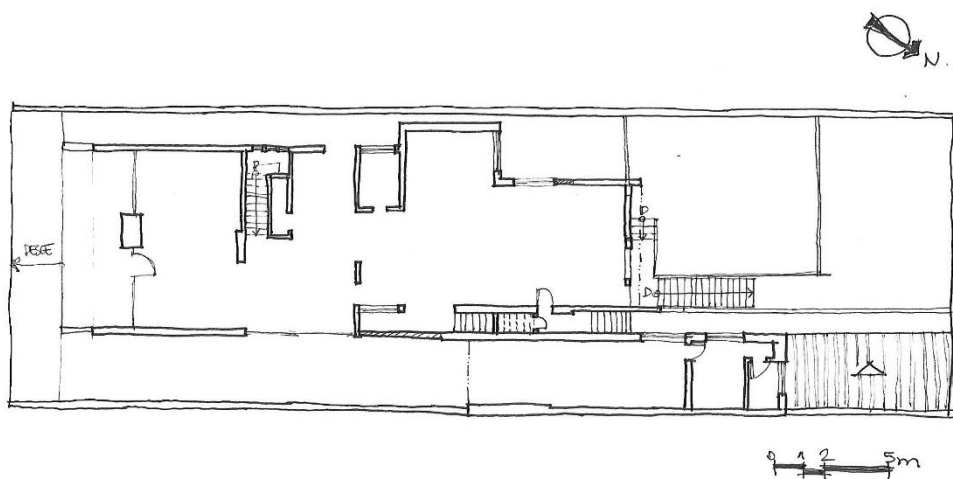
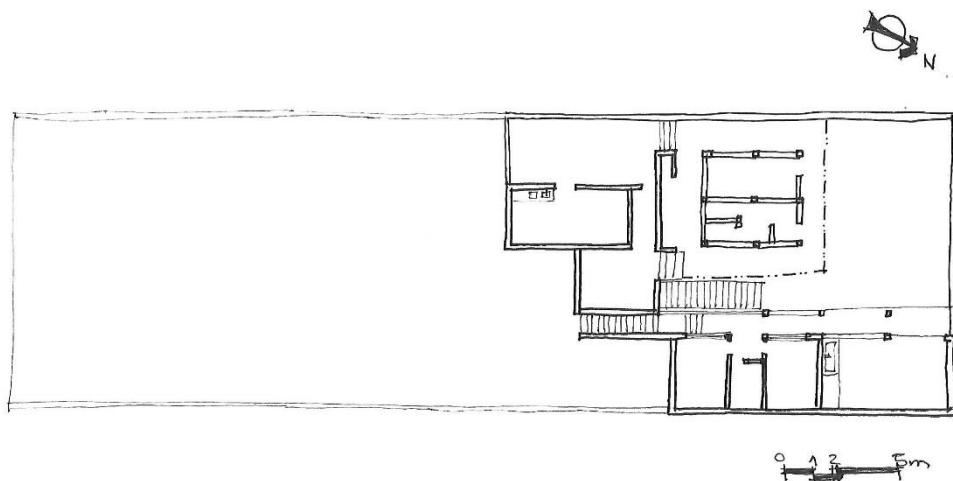
a) Edifício Saldanha.



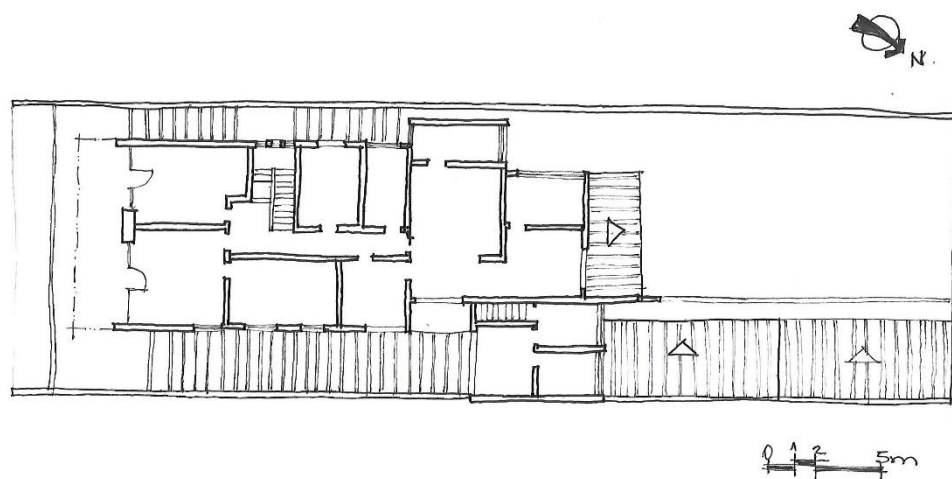


b) Edifício Sérgio

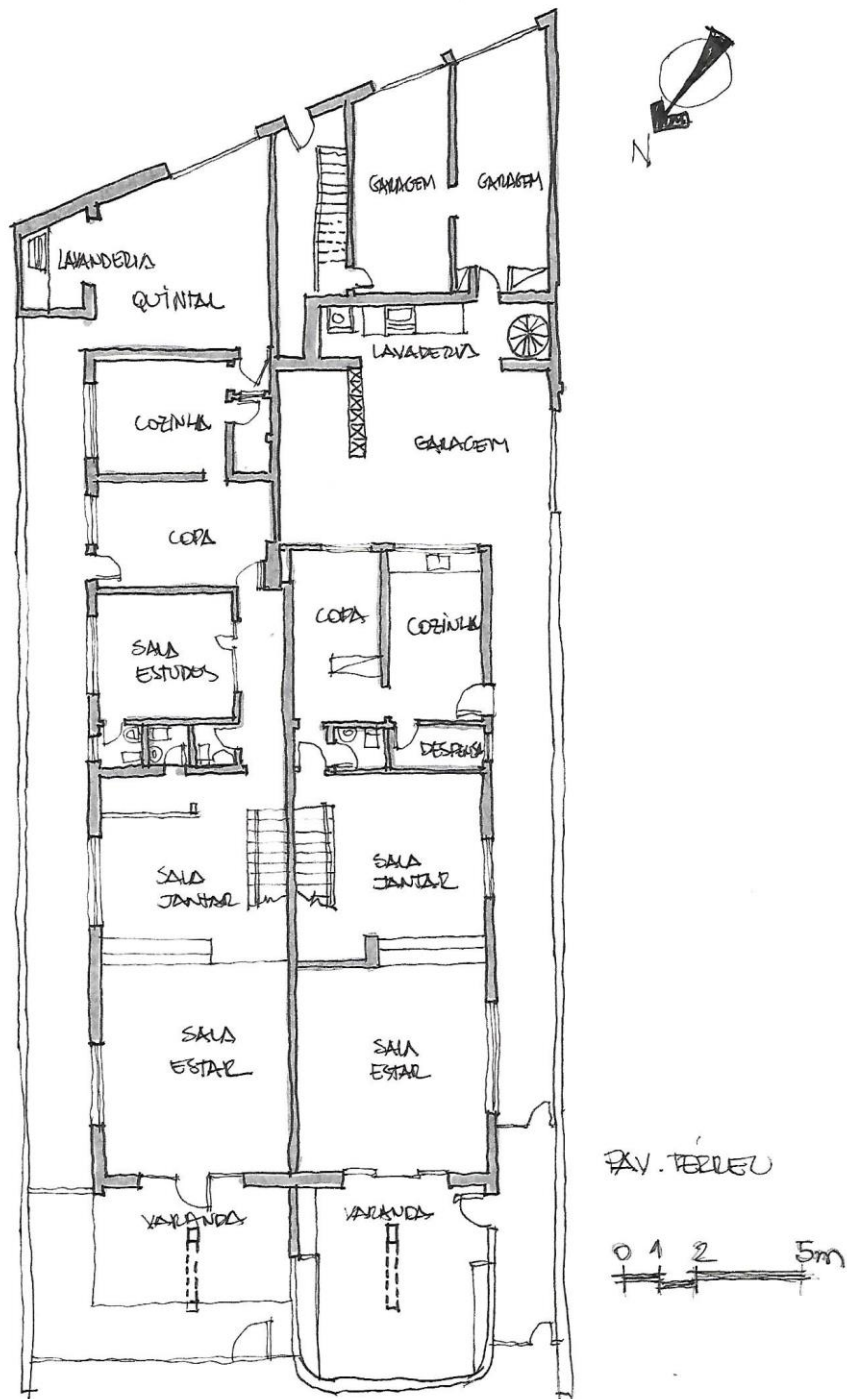


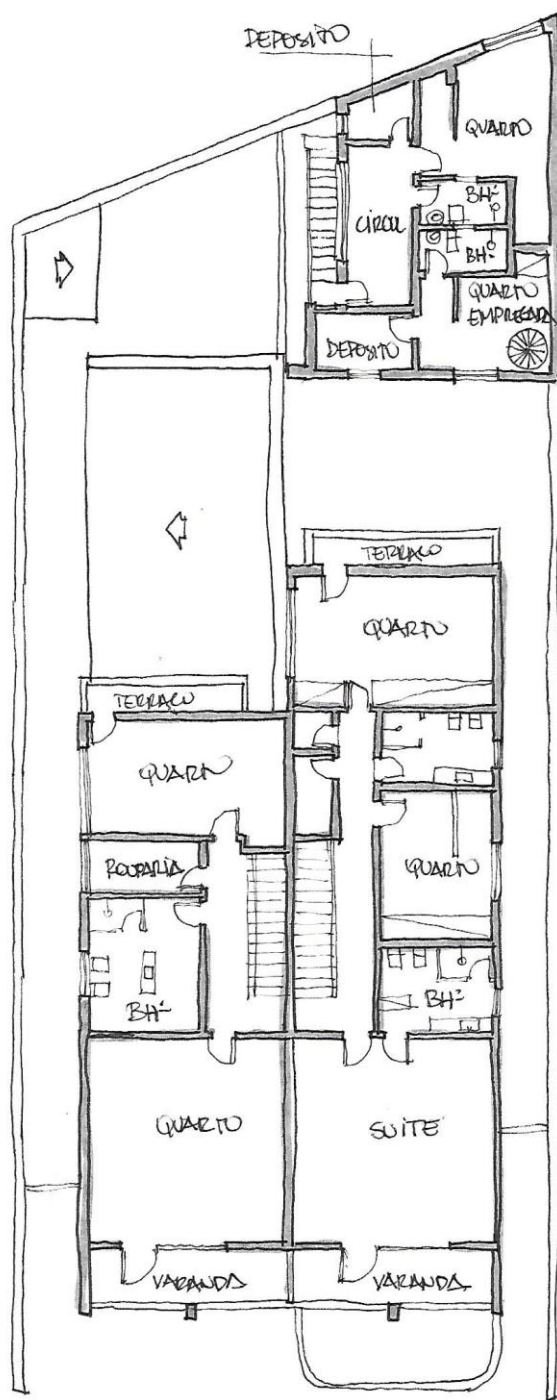
Anexo 8 – Plantas Atuais das Edificações Arquitetura Modernista.**a) Residência Nº 1.831****Planta do Pavimento Térreo****Planta do Pavimento Inferior**

Planta do Pavimento Superior



b) Residência nº 524





FAV. SUPERIOR
0 1 2 5m

São Luís -Maranhão (Brasil)

2020.